Universidade Federal do Rio de Janeiro

Comunas e federações, territórios libertários: A espacialidade anarquista durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939)

Rio de Janeiro

2011

Glauco Bruce Rodrigues

Comunas e federações, territórios libertários:
A espacialidade anarquista durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939)

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Lopes de Souza

Rio de Janeiro

2011

Glauco Bruce Rodrigues

Comunas e federações, territórios libertários:
A espacialidade anarquista durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939)

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

Aprovada em

_____

Prof. Dr. Marcelo Lopes de Souza – UFRJ

_____

Profª. Drª. Lia Osório Machado - UFRJ

_____

Prof. Dr. Pablo Ortellado - USP

_____

Profª. Drª Valéria de Marcos - USP

_____

Prof. Dr. Carlos Walter Porto Gonçalves -UFF

_____

Prof. Dr. Sérgio Nunes Pereira –UFF (Suplente)

_____

Prof. Dr. William Ribeiro da Silva – UFRJ (Suplente)

Resumo

Este trabalho tem como questão geral a análise da espacialidade dos movimentos sociais. O desenvolvimento da questão foi feito através da análise da experiência anarquista durante a Guerra Civil Espanhola (1936-939), na qual trabalhadores urbanos e camponeses engendraram um processo revolucionário, que alterou significativamente a espacialidade instituída. Nossos objetivos fundamentais são de identificar e analisar as estratégias e práticas espaciais dos anarquistas espanhóis, avaliar o grau de radicalidade e intensidade dos processos de refuncionalização espacial e reestruturação espacial e, por fim, realizar a síntese da espacialidade anarquista instituída ao longo do conflito. Nesse sentido, destacamos o processo de coletivização agrícola e industrial, que alterou o regime de propriedade privada, causando profundas transformações nas relações de poder e na distribuição da riqueza; a constituição de diversas formas de articulação multiescalar das atividades produtivas e do consumo através da constituição de federações; práticas autônomas de planejamento e gestão urbanos.

Para Arthur, com saudades.

Agradecimentos

Ao meu orientador e amigo Marcelo Lopes de Souza, em primeiro lugar, por ter proposto o tema da pesquisa; em segundo lugar pela competência, rigor, seriedade e atenção em todas as etapas da pesquisa, corrigindo, literalmente, cada vírgula, ideia e formulação presente no trabalho final. Agradeço a todo o apoio, toda a ajuda durante esses quatro anos, seja na forma de longas conversas, bate-papos e broncas. Muito obrigado.

Aos meus pais, Roberto e Martha, e meu irmão, Thiago, pelo apoio e incentivo incondicionais. Presenças fundamentais que me deram força para concluir este trabalho.

À minha esposa, Tatiana, com quem compartilho as alegrias de estar junto. Sem dúvida, a pessoa que mais sofreu junto comigo nos momentos difíceis e que foi a mais importante para me dar forças quando tudo parecia incerto e confuso. Obrigado pelo carinho, amizade e paciência durante todo esse tempo; obrigado por aturar meu mau humor e me tranqüilizar nos momentos mais difíceis.

Aos meus amigos e companheiros do NuPeD: Mariana, Rafael, Eduardo, Amanda, Zílio e Matheus (um agradecimento especial pela ajuda com os mapas e as fotos)

Aos meus amigos e colegas do Colégio Militar, Flávio, Ronaldo, Mateus, Patrícia e Tiago (um agradecimento especial pela ajuda com os mapas e as fotos), que estiveram presentes em todos os momentos desta pesquisa, incentivando, discutindo e me ajudando diretamente na realização do trabalho.

Aos amigos Rodrigo, Alexandre, Renata e Patrícia.

Aos companheiros anarquistas catalães Lluís Rodríguez Algans e Ignasi Cendra i Bertran, que me levaram a duas livrarias e à sede da CNT em Barcelona em janeiro de 2010. Agradeço a atenção e a ajuda com o levantamento bibliográfico, em especial a Ignasi, que fez uma lista enorme com livros importantes e me deu seu exemplar do clássico livro de Walter Bernecker.

Sumário

Introdução 8

Capítulo 1. O movimento anarquista clássico e o lugar da Espanha 13
1.1. O anarquismo clássico 13
1.1.1. O conflito discursivo 16
1.1.2. O plano político do anarquismo 21
1.1.3. A corrente libertária do socialismo 73
1.2. O anarquismo na Espanha (1860 a 1910) 81

Capítulo 2. Conflitos de territorialidades: os antecedentes da Guerra Civil 95
2.1. O Antigo Regime: Coroa, Exército e Igreja 101
2.2. Terra e poder 117
2.3. A burguesia urbano-industrial 130
2.4. Instituição e crise da Segunda República 135
2.4.1. Protagonistas 135
2.4.2. O governo republicano-socialista (1931-1933) 143
2.4.3. O governo conservador-reacionário (1933-1936) 171
2.4.4. A Frente Popular (1936) 180

Capítulo 3. Construir em meio à carnificina: o movimento anarquista durante a Guerra Civil e sua espacialidade 195
3.1. O levante dos generais e a revolução dos trabalhadores 195
3.2. Ideias e organizações: a CNT e a FAI 211
3.3. A descentralização do poder: comunas e comitês locais 245
3.4. As coletivizações e a autogestão da produção 264
3.4.1. As coletividades agrárias 291
3.4.2. Coletivização industrial 337
3.5. Federações e Conselhos: a articulação multiescalar da nova territorialidade 364

Capítulo 4. A experiência de Barcelona 394
4.1. A cidade industrial pré-revolucionária 394
4.2. Os territórios libertários de Barcelona 432
4.3. A questão da habitação 447

Conclusão: as lições e o legado da experiência anarquista durante a Guerra Civil Espanhola 460

Bibliografía 467

Introdução

A questão fundamental que orientou essa pesquisa foi a reflexão acerca da espacialidade dos ativismos e movimentos sociais. Questão essa que tem sido o foco principal de nossos estudos, trabalhos e pesquisas desde o início da graduação, em 1998, na Universidade Federal Fluminense, passando pelo mestrado realizado entre 2003 e 2005 na Universidade Federal do Rio de Janeiro e fechando um ciclo com o doutorado no ano de 2011. Ao longo desse período, procuramos desenvolver reflexões e formulações teóricas e políticas acerca das práticas espaciais dos ativismos e movimentos sociais, ou seja, buscamos analisar os diferentes processos de produção, organização, apropriação, uso e transformação do espaço por protagonistas que buscam transformar suas próprias vidas e, de forma mais radical, a organização societária na qual estão inseridos.

Partimos da reflexão realizada por diversos geógrafos, iniciada na década de 70, sobre o processo de renovação crítica da Geografia, que concebe cada sociedade como um modo de existência, uma organização societária singular, instituída por um conjunto de relações de poder que lhe dão consistência, exprime conflitos e contradições. E cada forma singular de relações de poder que institui uma sociedade, produz e institui, em um mesmo movimento – não antes ou depois –, o seu próprio espaço, ou melhor, sua *espacialidade*: a distribuição de objetos e da população, os limites das leis e das normas, as formas de apropriação da natureza, as diferentes formas de uso e apropriação do espaço, os discursos e imagens criadas sobre e a partir do espaço que orientam ações e práticas concretas, as identidades espaciais.

Os ativismos e movimentos sociais são protagonistas portadores de outras relações de poder, que buscam transformar a sociedade instituída, o que implica a transformação da espacialidade hegemônica. A questão fundamental que nos orienta é apreender as práticas espaciais produzidas pelos ativismos e dos movimentos sociais com o objetivo de transformar as relações de poder e a espacialidade instituída. A partir daí, podemos avaliar quais são as potencialidades, os limites, as conquistas e derrotas destas formas de ação social, que buscam transformar, em diferentes graus de radicalidade, a ordem societária instituída.

O estudo da experiência anarquista espanhola foi proposta pelo meu orientador, o professor Marcelo Lopes de Souza, que não apenas fez a sugestão do tema, mas no mesmo momento me entregou um esquema com uma proposta inicial da estrutura da tese (incluindo

títulos de capítulos, com exceção do capítulo 2). Conforme íamos conversando sobre a proposta da pesquisa, ia ficando cada vez mais claro que a escolha pela experiência anarquista na Espanha foi motivada pela curiosidade de analisar o grau de radicalidade das transformações sócio-espaciais (refuncionalizações reestruturações espaciais, tanto do substrato espacial material quanto propriamente territoriais) engendradas por trabalhadores urbanos e camponeses mobilizados e organizados em um movimento francamente revolucionário e libertário como o anarquismo espanhol. Queríamos ter a oportunidade de estudar o processo radical de produção e instituição de territórios libertários.

O objetivo fundamental do trabalho é analisar a espacialidade anarquista durante a Guerra Civil Espanhola, ou seja, as práticas e estratégias espaciais utilizadas pelos anarquistas no processo de instituição de uma nova organização societária, ainda que por um curto período de tempo. Dentre as principais práticas e estratégias devemos ressaltar os processos de refuncionalização espacial e de reestruturação territorial, que dizem respeito às transformações no substrato material e nas relações de poder, respectivamente, o que implica em mudanças mais ou menos profundas na organização espacial e nos arranjos territoriais das relações de poder; o processo de coletivização agrícola e industrial, que alterou o regime de propriedade privada, causando profundas transformações nas relações de poder e na distribuição da riqueza; constituição de diversas formas de articulação multiescalar das atividades produtivas e do consumo através da constituição de federações; instituição de novas relações entre cidade e campo na tentativa de superar ou, pelo menos, amenizar a dicotomia e a hierarquização entre estes dois espaços; práticas autônomas de planejamento e gestão urbanos.

Tentamos ao máximo realizar uma análise crítica da experiência anarquista buscando identificar suas potencialidades, fraquezas, limites, ambiguidades, contradições, conquistas e derrotas. Com isso, tentamos produzir formulações (teóricas e políticas) e tirar lições a partir dos erros e acertos das ações daqueles protagonistas, não no sentido de produzir um "modelo revolucionário" a ser seguido, mas simplesmente para servir como inspiração, construir balizamentos e princípios que possam alimentar a fortalecer as experiências concretas de hoje, afinal, as respostas e soluções dos anarquistas espanhóis da década de 1930 para seus problemas não podem ser as mesmas para as questões dos mais diversos ativismos e movimentos sociais hoje, que possuem suas singularidades. No entanto, nada impede que os protagonistas de hoje não

aprendam com os protagonistas do passado, seja para construir novas alternativas, seja para não repetir os mesmos erros.

A preocupação fundamental desta pesquisa é oferecer um panorama geral e introdutório ao leitor brasileiro acerca da experiência espanhola através de um olhar sócio-espacial da questão. Se, mesmo na História, o estudo sobre a Guerra Civil Espanhola é marginal no Brasil, e o número de publicações estrangeiras que foram traduzidas para o português é reduzido, na Geografia o desconhecimento é muito maior. Assim, se a própria temática da Guerra Civil em si é pouco conhecida no Brasil, o desconhecimento acerca da experiência anarquista é maior, ainda mais se considerarmos que são poucas as possibilidades de se ter acesso a uma análise da espacialidade da experiência anarquista durante o conflito. Comparativamente, as análises de caráter político, econômico e militar são predominantes; no entanto, nelas, a espacialidade é quase sempre apenas marginal, na melhor das hipóteses.

O trabalho está dividido em quatro capítulos, em que os dois primeiros são uma análise dos elementos estruturais e conjunturais que conduziram à constituição do movimento anarquista espanhol e à eclosão da Guerra Civil Espanhola em 1936. Enquanto isso, os dois últimos capítulos são uma análise empírica da experiência anarquista propriamente dita.

O capítulo 1 é intitulado "*O movimento anarquista clássico e o lugar da Espanha*" (título sugerido pelo meu orientador). Neste capítulo apresentamos as bases políticas do ideário do movimento anarquista clássico europeu que se constituiu na segunda metade do século XIX e se estende até as primeiras décadas do século XX. Na primeira parte do capítulo realizamos uma análise dos elementos que constituem o anarquismo clássico, como o seu caráter anticapitalista e antiestatal, a defesa da autogestão e sua espacialidade materializada nas comunas e federações. Na segunda parte do capítulo, realizamos uma breve descrição do desenvolvimento do movimento anarquista espanhol do momento de sua gênese (década de 1860) até o ano de fundação da Confederação Nacional do Trabalho (1910), maior organização anarcossindicalista espanhola. Procuramos apreender as principais razões que explicam o forte desenvolvimento do movimento anarquista da Espanha, ressaltando características e processos singulares do país.

O capítulo 2 é intitulado "*Conflitos de territorialidades: os antecedentes da Guerra Civil*", onde buscamos analisar os elementos estruturais e conjunturais que caracterizavam a sociedade espanhola e foram os responsáveis pelas condições que levaram ao conflito e à constituição da experiência anarquista. Elementos e processos de diferentes períodos históricos e

com escalas geográficas distintas se articulam para formar um quadro geral de referência para compreender o contexto da Guerra Civil. Neste capítulo analisamos a espacialidade dos blocos de poder hegemônicos e suas territorialidades: os latifundiários, a Igreja, o Exército, a Coroa e a grande burguesia espanhola. A partir daí, buscamos identificar os conflitos de territorialidades entre os blocos de poder hegemônicos e a territorialidade libertária inscrita nas práticas do movimento anarquista. Nesse sentido, buscamos realizar uma análise geográfica dos elementos políticos, econômicos e culturais que constituíam a sociedade espanhola e os conflitos que existiam por conta de suas características dominantes, como a forte concentração fundiária, a elevada exploração do trabalho, a elevada pobreza dos trabalhadores urbanos, etc. Ainda nesse capítulo apresentamos uma breve descrição das principais organizações e partidos engajados no conflito divididos de acordo com os campos políticos existentes.

O capítulo 3 é intitulado "*Construir em meio à carnificina: o movimento anarquista durante a Guerra Civil e sua espacialidade*" (título sugerido pelo orientador, a quem agradeço muito). Iniciamos o capítulo com a análise do levante nacionalista em julho de 1939 e a resistência dos trabalhadores. A segunda parte deste capítulo é dedicada à análise das práticas espaciais dos anarquistas: a descentralização do poder político e econômico, a constituição dos comitês locais e os novos arranjos territoriais de poder; o processo de coletivização agrícola e industrial, as novas formas de autogestão do trabalho, produção circulação, consumo e distribuição da riqueza, as articulações entre cidade e campo, a constituição dos conselhos e federações, que são as estruturas de organização multi-escalares da espacialidade anarquista, a autogestão dos serviços urbanos e a transformação do regime de propriedade privada. Neste capítulo buscamos fazer uma caracterização mais ampla e geral da espacialidade anarquista ressaltando as diferenças regionais, os principais problemas, as conquistas, as diferenças do processo de coletivização entre a cidade e o campo e, por fim, as causas da derrota da revolução libertária.

O capítulo 4 é intitulado "*A experiência de Barcelona*", no qual é feita a análise do processo de autogestão dos serviços e do planejamento urbano da cidade com maior grau de radicalização do processo revolucionário e centro econômico da Espanha. Iniciamos o capítulo com uma análise do processo de constituição da Barcelona capitalista e industrial após a Primeira Guerra Mundial, privilegiando a dinâmica da segregação sócio-espacial e das diversas formas de uso e apropriação do espaço, destacando as estratégias de sobrevivência e de manifestações

políticas dos trabalhadores, o que nos permitiu fazer uma leitura dos conflitos que constituíam a dinâmica urbana. Em seguida, buscamos identificar as principais características e diferenças entre as diversas frações da classe trabalhadora em relação à sua inserção no espaço urbano. Em outras palavras, buscamos analisar as condições socioeconômicas (principalmente relacionada à renda e moradia) da classe trabalhadora, demonstrando como existem diferenças entre os militantes libertários e os militantes socialistas e comunistas. A última parte do capítulo é a análise propriamente dita das práticas e estratégias espaciais dos anarquistas na cidade de Barcelona na qual o foco principal de análise são os processos de autogestão dos serviços (água, transporte, energia, etc.) e do planejamento urbanos (principalmente em relação à questão da moradia) levado a cabo pelos sindicatos e comitês locais revolucionários.

Conforme já deixamos claro, um dos objetivos desta pesquisa é oferecer ao leitor brasileiro uma análise geográfica dessa rica experiência que ocorreu na Espanha entre 1936 e 1939: a Revolução Espanhola conduzida pelos anarquistas, no âmbito da Guerra Civil Espanhola. Uma análise, insista-se, *introdutória*; nem mais nem menos. No entanto, buscamos, de muitos modos, recorrer não apenas a numerosas mas também a variadas fontes (livros, artigos e outros documentos adquiridos quando de viagem à Espanha em 2010, recebidos pelo correio, colhidos na Internet ou obtidos no próprio Brasil, em bibliotecas e livrarias). Esperamos, assim, que este trabalho, a despeito de seu caráter introdutório, seja efetivamente útil e desempenhe um papel no que se refere a debates acadêmicos e, na medida do possível, também políticos.

Capítulo 1. O movimento anarquista clássico e o lugar da Espanha

1.1. O anarquismo clássico[1]

A experiência libertária espanhola foi um processo que se desenvolveu a partir de determinadas condições estruturais e conjunturais que, nos remetem a diferentes escalas geográficas e períodos históricos, que foram se articulando de forma complexa. Isso significa dizer que processos com historicidades e espacialidades distintas combinaram-se de forma singular para engendrar a rica experiência revolucionária na Espanha. Elementos dos séculos XV e XVI (expulsão dos mouros, centralização política nacional em Castela, regionalismos) encontram-se com outros do século XIX (a formação do movimento operário, disseminação das ideias anarquistas, tentativas de reformas liberais) e do século XX (formação e constituição de uma burguesia industrial e financeira, ampliação da mobilização por reformas liberais, a Crise de 1929, o crescimento do fascismo na Europa), que se desenvolvem em estruturas seculares de poder, como a estrutura latifundiária, o catolicismo (e o grande poder da Igreja Católica), o autoritarismo militar. Enfim, existe um conjunto de elementos, fatores e processos que devem ser considerados e compreendidos para tornar possível uma análise da experiência libertária espanhola. Portanto, não é possível analisá-la tomando-a isoladamente. Se nos debruçarmos somente sobre a Espanha no período de 1936 a 1939 não seremos capazes de identificar e analisar os elementos conjunturais e estruturais que conduziram à guerra e, principalmente, que constituíram a *práxis* libertária de parte significativa dos trabalhadores espanhóis. Para isso, é necessário articular diferentes escalas geográficas e períodos históricos que nos permitam analisar os múltiplos fatores, protagonistas e processos que culminaram na experiência libertária.

Nessa perspectiva, podemos compreender a *práxis* libertária espanhola, em parte, como uma das ramificações do desenvolvimento do movimento anarquista europeu, que produziu grande parte das formulações, ideias e princípios que orientaram e animaram o movimento espanhol. Parece-nos adequado e necessário realizar uma análise do movimento anarquista

---

[1] "Os anarquistas da segunda metade do século XIX e das primeiras décadas do século XX sempre partilharam algumas coisas essenciais, como uma certa interpretação bastante restritiva das ideias de "poder", "lei" e "governo", por exemplo, ou ainda uma rejeição quase absoluta da "*luta institucional*" (mesmo da não partidária) – defendendo, com exclusividade, a *ação direta* –, ou ainda uma recusa das decisões por maioria (e, em contrapartida, fazendo uma defesa das decisões por consenso). Tenho proposto chamar a esse anarquismo de *anarquismo clássico*, sendo que, ao me referir a ele com essa adjetivação, não tomo o termo "clássico" como sinônimo de "inútil e ultrapassado"! (Ora, o que é um autor ou livro clássico? É um autor ou livro que, depois de décadas ou séculos ou mesmo milênios, continua inspirando e alimentando os debates e as reflexões...)" (SOUZA, 2011)

clássico buscando identificar os elementos que serão utilizados como pilares do movimento espanhol. Não se trata de realizar uma genealogia, classificação ou história do anarquismo. Não vamos fazer uma biografia dos principais intelectuais e militantes, não vamos descrever a evolução do movimento ao longo da história. Tais elementos serão considerados na medida em que nos ajudam a compreender as questões, ideais e formulações relativas a uma nova forma de organização societária, particularmente, no que se refere à espacialidade da *práxis* anarquista. Esse é o foco da análise.

É relativamente comum que trabalhos sobre a história e o desenvolvimento do anarquismo busquem exemplos históricos que comprovem a existência de "ideais anarquistas" presentes no passado, desde a Grécia Clássica (os cínicos, os estóicos), na Idade Média, passando pelo Renascimento e pelo Iluminismo, para identificar um determinado tipo de *práxis* política ao longo da história calcada na busca pela liberdade. Da mesma forma, é relativamente comum identificar personagens ou autores que influenciaram ou que seriam os precursores do movimento anarquista (o padre Meslier, que viveu entre 1664 e 1724, os *Enragés* durante a Revolução Francesa, William Godwin e Max Stirner. Ver, por exemplo, PRÉPOSIET, 2002; WOODCOCK, 2002a; NETTLAU, 2008; GUÉRIN, s/d). Não buscamos nem a origem nem os precursores. Interessa-nos um conjunto de ideias e ações que nos permitam identificar e analisar o anarquismo clássico. Nessa perspectiva, vamos iniciar nossa análise a partir do momento em que os anarquistas se constituem efetivamente como protagonistas políticos. Em outras palavras, iniciamos nosso estudo a partir do momento em que um determinado tipo de pensamento é inseparável de um determinado tipo de ação capaz de engajar pessoas, grupos e classes, de forma espontânea ou organizada na produção e instituição de novas relações sociais e de poder que constituam um novo modo de existência. Não se trata, portanto, de experiências difusas, esporádicas, que não se reconhecem enquanto anarquistas propriamente ditas, apesar do seu caráter libertário, mas de uma *práxis* engajada em um determinado projeto político capaz de um mínimo de mobilização, criadora de identidades e projetos. Por mais significativos que tenham sido determinadas experiências, ações e pensamentos em outros períodos históricos que podem ser identificados com o anarquismo, a sua constituição como um movimento político, um projeto de organização societária ocorreu na Europa no século XIX.

O século XIX marca ao mesmo tempo o fim das revoluções (1789 a 1849), a emergência e hegemonia da era do capital (HOBSBAWM, 1996). É possível identificar três conjuntos de processos de grande magnitude política, econômica e cultural:

1. Consolidação e ampliação do Estado-Nação moderno: unificação italiana (1840) e alemã (1870); multiplicação e complexificação do aparelho burocrático (democracias liberais), policial, militar. Desenvolvimento sistemático das tecnologias de poder e ampliação da disciplinarização da população.
2. Ampliação global do modo de produção capitalista por conta do processo do imperialismo e fortalecimento das redes pré-existentes; disseminação das tecnologias de poder.
3. A consolidação do movimento operário através de suas diversas organizações (*trade unions*, cooperativas, sindicatos, partidos, organizações autônomas) que passaram a organizar de forma efetiva a luta revolucionária contra o capitalismo ou, em uma perspectiva reformista, melhorar as condições de vida do trabalhador, reduzir o grau de exploração, conquistar novos direitos dentro do *status quo*.

É nesse contexto onde a ideia anarquista se transforma em movimento. É nesse momento em que a palavra anarquista é utilizada para designar uma determinada postura diante da vida, ou seja, quando passa a significar uma determinada *práxis*, um pensamento-ação que visa instituir um outro modo de existência, uma nova organização societária. O anarquismo clássico se constitui no século XIX e se desenvolve até as primeiras décadas do século XX. Nessa perspectiva os principais autores e militantes do movimento anarquista são Pierre Joseph Proudhon (1809-1865), Mikail Bakunin (1814-1876), Piotr Kropotkin (1842-1921) e Errico Malatesta (1853-1932). Vide KROPOTKIN (1902, 1975, 2000, 2001, 2005 e 2007), PROUDHON (1998, 2001 e 2003), BAKUNIN (2001, 2002 e 2003) e MALATESTA (2000, 2001 e 2004).

Nosso plano de trabalho para a análise do anarquismo clássico é o seguinte: *primeiro*, uma análise do significado político da palavra anarquia e o conflito discursivo em torno de seu significado; *segundo,* o plano político e filosófico do pensamento anarquista; *terceiro*, sua singularidade como corrente do pensamento socialista.

1.1.1. O conflito discursivo

A linguagem e o discurso são produtos sociais, são histórica e geograficamente construídos, instituídos e vivenciados coletivamente e não podem ser tomados como instâncias ou estruturas autônomas dos contextos, conjunturas e estruturas que os produziram. A linguagem (códigos sintáticos e semânticos) e o discurso (conjunto de elementos coerentes que constituem e legitimam uma fala, idéias ou práticas) só são compreendidos e, antes disso, só são possíveis se sua estrutura e significado forem compartilhados, o que só é possível em sociedade. (ORLANDI, 1996; BAKTHIN, 1988; FARACO *et al*., 1996).

Enquanto produto histórico e geográfico, a língua e o discurso são heterogêneos, o que significa dizer que os homens, em sociedade, possuem diversas formas de dizer e significar o mundo e a si mesmos. Dentro de nossa sociedade, por exemplo, a língua e o discurso são extremamente heterogêneos, bastando lembrar as inúmeras línguas, dialetos, gírias, expressões regionais e locais. Esta heterogeneidade representa um importante elemento que constitui a territorialidade e a identidade de um grupo, classe ou sociedade.

A língua e o discurso são importantes elementos que demarcam territórios, fronteiras, limites e dotam determinadas parcelas do espaço de certo significado que é valorizado, reproduzido, repetido e respeitado em função da força com que o discurso é produzido e instituído. Isso nos levar a considerar que existem diversas formas de produção e apropriação social do discurso e da linguagem, caracterizando um jogo entre lugar social e os significados estabelecidos pelos diferentes discursos (logo, dos diferentes protagonistas). A conseqüência disso é que a linguagem e o discurso são "lugares" de conflito, onde cada grupo ou classe busca afirmar e legitimar seu próprio discurso (e, conseqüentemente, legitimar sua existência) perante os demais grupos e classes. A afirmação e a legitimação do discurso ocorre dentro de relações de poder e conflitos entre grupos e classes, o que nos permite concluir que a afirmação de um determinado discurso e sua legitimidade social dependem da capacidade de exercer o poder de cada um.

A constituição do movimento anarquista passa, necessariamente, pela construção de um discurso inserido dentro de um conflito com outros discursos que buscam se afirmar enquanto protagonistas políticos. Nessa perspectiva, o contexto mais amplo do conflito discursivo se dá na

constituição do movimento dos trabalhadores na Europa onde as diversas correntes do pensamento socialista buscam a hegemonia dentro das organizações proletárias.

A palavra anarquia, do grego *anarchos* significa sem governo. Esse fato é por demais conhecido. No entanto, o que importa é a afirmação do significado, do conteúdo político dessa palavra, da forma como ela será apropriada por um determinado pensamento social crítico e funcionará como o elemento que funda uma determinada identidade: o anarquista.

As palavras anarquia e anarquista, do século XVIII até hoje, são utilizadas de maneira negativa, pejorativa, que indicam caos, violência e desordem.

> Censuram-nos, com freqüência, por ter aceito (sic) como divisa esta palavra: anarquia, que faz tanto medo a muitos espíritos. "Vossas ideias são excelentes –dizem-nos- mas confessai que o nome de vosso Partido é de uma escolha infeliz. Anarquia, na linguagem corrente, é sinônimo de desordem, caos; esta palavra desperta no espírito a ideia de interesses que se entrechocam, de indivíduos que fazem guerra entre si, que não podem conseguir estabelecer a harmonia". (KROPOTKIN, 2001:85)

> Ao exigir a supressão dos Enragés, aos quais chamava de anarquistas, o girondino Brissot declarou, em 1793, ser "necessário definir essa anarquia" - e foi o que fez: "Leis que não são cumpridas, autoridades menosprezadas e sem força; crimes sem castigo, a propriedade atacada, os direitos individuais violados, a moral do povo corrompida, a ausência de constituição, governo e justiça, tais são as características do anarquismo.
> Brissot pelo menos tentou uma definição. Alguns anos depois, ao voltar-se contra os jacobinos que havia destruído, o Diretório desceria ao insulto faccioso ao afirmar: "Por anarquistas o Diretório designa esses homens cobertos de crimes, manchados de sangue, engordados com a rapina, inimigos de leis que não fizeram e de todos os governos em que não governam.; homens que pregam a liberdade e praticam a ditadura; que falam em fraternidade e matam seus irmãos...; tiranos, escravos, bajuladores servis do esperto senhor que os domina, capazes de, numa palavra, todos os excessos, todas as baixezas, todos os crimes". (WOODCOCK, 2002a:9).

A contundência das afirmações acima é definitiva. Durante a Revolução Francesa, por exemplo, anarquismo, anarquia e anarquista eram palavras utilizadas para expressar uma conduta caótica, desorganizada, imoral, violenta, sem limites.

O conflito discursivo em torno do significado da palavra anarquia precede a constituição do movimento em si. Certamente existiam pensadores e militantes que assumiram a identidade

anarquista, proclamavam projetos de sociedades, formulavam revoltas e insurreições, organizações secretas, atos de violência, escreviam brochuras, textos e editavam jornais[2], no entanto, a identidade de anarquista só será reivindicada de forma clara e explícita, enquanto um movimento político, no final da década de 1870:

> (...) foi só nos últimos anos da década iniciada em 1870, depois do rompimento entre os discípulos de Marx e Bakunin, ocorrido da Primeira Internacional, que esses últimos – que eram, indiretamente, discípulos de Proudhon- começaram, a princípio com certa hesitação, a intitular-se anarquistas. (WOODCOCK, 2002a:11).

O conflito que se estabelece é no plano das relações de poder, logo, na política. No conflito pouco qualificado das ideias e extremamente duro e violento no cotidiano político, o importante era desqualificar previamente através da construção de uma imagem pejorativa a partir da produção de um discurso. Dessa forma, ser qualificado de anarquista era, sem dúvida, algo negativo.

Os aspectos negativos e pejorativos do significado da palavra anarquista servem para atacar principalmente aqueles grupos ou indivíduos que questionavam e criticavam a necessidade da existência de formas governamentais e aparelhos de Estado baseados na centralização, hierarquização e na autoridade, sejam democracias representativas, impérios, ditaduras ou Estados populares. Assim, nas jornadas revolucionárias de 1848 e 1871, por exemplo, eram qualificados de anarquistas aqueles que criticavam e negavam a necessidade da constituição de um Estado popular administrado por representantes dos trabalhadores em parlamentos eleitos pelo sufrágio universal ou por comitês controlados por partidos políticos e sindicatos hierarquizados.

O objetivo prático de se acentuar o aspecto caótico do anarquismo era fomentar o medo da instabilidade criada por uma sociedade organizada sem Estado, sem leis, sem normas e sem hierarquias. O discurso do caos buscava apresentar o anarquismo como uma proposta de organização social sem nenhum tipo de estabilidade na qual o homem comum pudesse encontrar segurança. O significado original, sem governo, é rapidamente deformado e transformado em caos, desordem e violência. É evidente que se trava um combate político por meio do discurso,

---

[2] Le Libertaire, Journal du mouvement social (editado por Joseph Déjacques entre junho de 1858 e fevereiro de 1861 em Nova Iorque) (AMARAL in CHOMSKY, 2004:215); El Porvenir (publicado por Ramon de La Sagra em 1845 na Galícia), Le représentant du Peuple (editado por Proudhon entre 1848 e 1849) (WOODCOCK, 2002a), Le socialiste, jounaul de l'égal-échange (editado por C.F. Chevé em 1849 em Paris) (NETTLAU, 2008)

afinal, aqueles que afirmam que a anarquia é o reino do caos pressupõem e defendem a existência de algum tipo de estrutura ou aparelho de poder que possa ser capaz de criar a ordem entre os homens. É necessário, portanto, um aparelho de poder que se coloque em uma posição superior aos homens, uma vez que deixados sem algum tipo de orientação não são capazes de organizar suas vidas e caminham de forma inexorável para a desordem social.

No plano das relações de poder, o discurso pejorativo e simplista acerca do anarquismo tinha o objetivo claro de dificultar a disseminação do pensamento anarquista entre os trabalhadores e, por conseguinte, dificultar e, até mesmo, impedir a mobilização da classe trabalhadora a partir de uma corrente política baseada na ideia da ajuda mútua, da livre associação, da abolição do Estado e das organizações hierarquizadas e autoritárias. A produção desse discurso contra a anarquia deve ser compreendida no contexto da organização dos trabalhadores para criar uma proposta de organização societária alternativa ao capitalismo. Portanto, o que está em jogo, é a hegemonia de determinada corrente do pensamento socialista na organização do movimento dos trabalhadores. Além do debate teórico e político das formulações produzidas no campo do pensamento socialista, devemos reconhecer também a produção de discursos que não são análises rigorosas sobre o conteúdo das propostas e formulações, mas são instrumentos de poder, constituídos por elementos que visam confundir, simplificar, transformar, desfigurar, enganar e distorcer fatos, palavras e ideias.

O embate político contra essa concepção em relação à anarquia começa a se desenvolver de forma explícita a partir de 1840 quando Pierre Joseph Proudhon reivindica para si a identidade de anarquista a partir do conflito discursivo em torno do significado político e filosófico da palavra anarquia, buscando afirmar sua positividade:

> Que forma de governo iremos preferir?
> -Em! Vós podereis perguntá-lo; e sem dúvida qualquer um de meus mais jovens leitores responde, “vós sois republicano”.
> - Republicano sim, mas essa palavra não especifica nada. *Res publica* é coisa pública. Ora, quem quer que queira a coisa pública, sob qualquer forma de governo que seja, pode se dizer republicano. Os reis também são republicanos.
> -Então vós sois democrata?
> -Não.
> -Como! Sereis monarquista?
> -Não.
> -Constitucional?
> -Deus me livre.
> -Então vós sois aristocrata?

> -De modo nenhum.
> -Vós quereis um governo misto?
> -Menos ainda.
> -O que sois então?
> -Eu sou anarquista. (PROUDHON, 1998:25-26).

O divertido diálogo imaginário entre Proudhon e um interlocutor confuso é um marco na arena do embate político e na afirmação do anarquismo como uma *práxis*. A afirmação de um pensamento anarquista parte da necessidade de se demonstrar o equívoco intencionalmente produzido em relação ao significado da palavra anarquia. *Anarchos* significa somente sem governo e não sem ordem. Elabora-se uma ideia geral, ponto de partida do pensamento anarquista, que é possível, desejável e melhor, uma organização social baseada na ajuda mútua, na livre associação entre pessoas, grupos, comunas, cidades, regiões, sem a constituição de hierarquias e aparelhos governamentais autoritários. Para o anarquismo, a organização social pode e deve ser instituída sem o aparelho de Estado, o que, definitivamente, não significa sem ordem.

Apesar de Proudhon assumir a identidade de anarquista, essa postura não foi plenamente generalizada, como afirmamos anteriormente. Até então, a identidade anarquista, o movimento em si, não se constituiu de forma plena, o que só ocorrerá após a criação da Associação Internacional dos Trabalhadores, em 1864. Poucos se auto-intitulavam anarquistas, e a maior parte que compartilhava as ideais básicas do anarquismo, eram denominados de mutualistas e federalistas (principalmente os discípulos de Proudhon).

> Quando, no seio da Internacional, surgiu um Partido que negava a autoridade na Associação e que se revoltava contra a autoridade sob todas as suas formas, este Partido se deu, de início, o nome de *federalista*, em seguida, *antiestatista* ou *antiautoritário*. Naquela época evitava denominar-se anarquista. A palavra an-arquia (era assim que se escrevia) parecia ligar muito mais os partidários aos proudhonianos, doa quais a Internacional combatia, naquele momento, as idéias de reforma econômica. Porém, foi justo por isso, para causar confusão, que os adversários divertiam-se em fazer uso deste nome; além do mais, ele permitia dizer que o próprio nome dos anarquistas provava que sua única ambição era criar desordem e caos, sem pensar no resultado. (KROPOTKIN, 2001:87)

O conflito discursivo, portanto, de poder, obrigou os anarquistas a formular melhor suas ideias e a afirmar a positividade de suas propostas. A positividade do discurso é construída a

partir da interpretação radical (ou seja, da raiz) do significado de *anarchos*, ou seja, sem governo, onde a ordem social é fruto das relações livres, voluntárias e solidárias entre os homens. Nesse sentido, a organização social, a instituição de leis, normas, a gestão da economia, dos serviços públicos, da educação, da saúde, etc., deveriam ser feitas de forma horizontal e direta entre os membros de uma determinada comunidade. Essa formulação acentua a positividade da capacidade de pensar e agir das pessoas e grupos de forma protagônica, sem a subordinação ou submissão a uma estrutura de poder autoritária ou hierarquizada. O anarquismo tenta demonstrar que a ordem societária deve ser instituída pelos grupos e indivíduos em uma situação de maior liberdade possível e que a possibilidade de sempre ampliar a liberdade conjugada ao desenvolvimento das potencialidades individuais e na melhoria coletiva na qualidade de vida é a maior conquista que pode ser alcançada pelos homens. Contra o caos e a violência os anarquistas oferecem a liberdade, a justiça e a igualdade entre os homens baseados na forte convicção da existência de leis e ordens naturais baseadas na solidariedade e na cooperação.

> Assim, a ciência sócio-econômica, procedendo a esta crítica, chegou à negação da propriedade individual hereditária, por conseguinte, ao conceito abstrato e, por assim dizer, *negativo*, da propriedade coletiva como condição necessária do futuro sistema social. Da mesma maneira, veio negar a própria noção de Estado e do sistema estatista, isto é, de todo sistema, que consiste em governar a sociedade de cima para baixo em nome de um pretenso direito teológico ou metafísico, divino ou científico e, em conseqüência, a emitir o conceito diametralmente oposto e, portanto, negativo: a anarquia, quer dizer, a organização livre e autônoma de todas as unidades ou partes separadas que compõem as comunas e sua livre federação, fundada de baixo para cima, não pela injunção de qualquer autoridade que seja, mesmo eleita, nem tampouco pelas formulações de uma sábia teoria, qualquer que seja ela, mas em conseqüência do desenvolvimento natural das necessidades de todos os tipos, que a própria vida fizer aparecer. (BAKUNIN, 2003:237).

1.1.2. O plano político do anarquismo

Poucos movimentos ou correntes políticas deram tanta margem a confusões e imprecisões teóricas quanto o anarquismo. Ao longo de sua história é possível identificar uma grande diversidade de grupos que reivindicam para si a qualidade ou a identidade de anarquistas: anarquismo individualista, anarco-comunismo, anarco-coletivismo, anarcossindicalismo, anarco-feminismo, eco-anarquismo, apenas para citar os mais conhecidos. Tamanha diversidade gera

mal entendidos e confusões, contribui para a disseminação de meias-verdades e uma série de simplismos, o que resulta em análises reducionistas. Portanto, vamos seguir os conselhos de Woodcock e Chomsky, quando afirmam

> 'Todo aquele que contesta a autoridade e luta contra ela é um anarquista', disse Sebastien Faure[3]. A definição é tentadora por sua simplicidade, mas é justamente dessa simplicidade que devemos precaver-nos ao escrever uma história do anarquismo. Poucas doutrinas ou movimentos foram tão mal entendidos pela opinião pública e poucos deram tantos motivos para confusão pela própria variedade de formas de abordagem e ação. (WOODCOCK, 2002a:7)
>
> Um escritor francês, simpatizante do anarquismo, escreveu na década de 1890 que 'o anarquismo tem costas largas, e, como o papel, aceita qualquer coisa'- e também mencionou aqueles anarquistas, cujas ações são tais, que 'um inimigo mortal do anarquismo não poderia fazer melhor'[4]. Existem muito estilos de pensamento e ação que são considerados 'anarquistas'. Seria desanimador tentar abranger todas essas conflituosas tendências em uma teoria ou ideologia geral. (CHOMSKY, 2004:23)

Diante disso, devemos ter a cautela necessária para não seguir um caminho impossível de ser percorrido (analisar toda a heterogeneidade do anarquismo) e, ao mesmo tempo, superar os simplismos e as análises reducionistas. Vamos buscar esse equilíbrio a partir das análises dos textos básicos do anarquismo clássico que fundamentaram a doutrina do movimento e que serão a base para a experiência espanhola. Portanto, não se trata de fazer uma história do anarquismo, mas sim identificar e analisar os elementos do plano de constituição política e filosófica do anarquismo, em uma tentativa de se destacar e analisar o que há de comum na diversidade. São os elementos em comum que nos permitem apreender a singularidade do anarquismo frente a outras correntes do pensamento social.

O ponto de partida inicial, sem dúvida, é a questão da liberdade. Se tivéssemos que escolher uma questão central, aquela a partir da qual uma série de pessoas, grupos e organizações passaram a formular ideias, programas e projetos de organização societária, seria a questão da liberdade. A partir dela a *práxis* anarquista se constitui e se desdobra em outras questões, como

---

[3] Faure, Sebastien. (org.) Encyclopédie anarchiste.
[4] Octave, Mirabeau *apud* James Joll, The anarchists, pp. 145-146. (CHOMSKY, 2004:42).

por exemplo, a relação entre a individualidade e a coletividade, a centralização estatal e a descentralização federativa, a hierarquia autoritária e a autogestão, etc.

A liberdade é a condição de existência da própria humanidade, é a possibilidade e a capacidade de um indivíduo em ser o senhor pleno de si. O que significa ser senhor pleno de si? Significa não se submeter a nenhum outro homem, grupo ou instituição; significa fazer suas próprias leis e ser o único juiz de seus atos; significa viver de acordo com seus desejos e ter a possibilidade de desenvolver suas potencialidades sem coerções e constrangimentos de forças externas que limitam a potência que posso expressar em ato ou em pensamento.

> A liberdade é inviolável. Não posso vender nem alienar minha liberdade; todo contrato, toda condição contratual que tenha por objeto a alienação ou a suspensão da liberdade é nula; o escravo que põe o pé num solo de liberdade torna-se imediatamente homem livre. (...) A liberdade é a condição primária do estado do homem: renunciar à liberdade seria renunciar à qualidade de homem: como, depois disso, poderia alguém agir como homem? (PROUDHON, 1988:44)

Para o anarquista, ser livre significa não se submeter a nenhum tipo de relação heterônoma que possa diminuir, impedir ou coagir a ação e o pensamento. Portanto, a liberdade implica na dissolução de qualquer tipo de relação hierárquica e autoritária que estabeleça formas de dominação, submissão e exploração entre os homens. Para Kropotkin, a anarquia

> Procura o mais completo desenvolvimento da individualidade, combinado com o mais elevado desenvolvimento da associação voluntária sob todos os aspectos, em todos os graus possíveis, par todos os fins imagináveis: associação sempre mutável, tendo em si própria os elementos de sua duração, e revestindo formas que, a cada momento, melhor correspondam às múltiplas aspirações de todos. (KROPOTKIN, 2001:34).

E continua:

> É somente em nossos dias que o ideal de sociedade em que cada um se governa por sua própria vontade (a qual é evidentemente um resultado das influências sociais que cada um sofre) afirma-se ao mesmo tempo sob o lado econômico, político e moral, e que se apresenta apoiado na necessidade do comunismo, imposto às sociedades modernas pelo caráter eminentemente social da nossa produção atual. (KROPOTKIN, 2001:34).

Bakunin coloca a questão em termos de emancipação humana. Para o militante anarquista, o ponto central, objetivo primário da revolução socialista deveria ser a busca incessante pela liberdade:

> E a primeira palavra dessa emancipação só pode ser liberdade, não essa liberdade política, burguesa, tão preconizada e recomendada como objetivo de conquista prévia pelo Sr. Marx e seus adeptos, mas a grande liberdade humana que, destruindo todas as correntes dogmáticas, metafísicas, políticas e jurídicas pelas quais todo mundo se encontra hoje oprimido, devolverá a todos, coletividades tanto quanto indivíduos, a plena autonomia de seus movimentos e de seu desenvolvimento, libertos, de uma vez por todas, de todos os inspetores, diretores e tutores (BAKUNIN, 2001:43).

O indivíduo é o ponto de partida das formulações anarquistas acerca da liberdade. A questão fundamental que a doutrina anarquista coloca é: de que forma é possível organizar a sociedade para que todos os seus membros possam gozar da maior liberdade possível? De que forma é possível uma vida em sociedade sem a criação de instituições e relações de poder que submetem um homem ao outro, uma classe a outra? As respostas a essas perguntas é que dão a consistência à doutrina anarquista e a diferenciam das demais correntes do pensamento social. Ainda assim, o ponto central é a instituição de uma organização societária onde a liberdade individual é a condição fundamental a ser alcançada e o fundamento ético do novo *socius*.

As primeiras formulações acerca da liberdade no campo do anarquismo clássico foram produzidas por Proudhon em *O que é a propriedade?*, obra escrita em 1840 que se tornou a base para a doutrina anarquista por conta de sua crítica à propriedade privada. Obra com formulações instigantes e, ao mesmo tempo, repleta de contradições, ambigüidades, moralismo e passagens que poderiam ser escritas por representantes do pensamento conservador.

A liberdade, para Proudhon, é a base da nova organização societária, é ela que deve ser o fundamento que sustenta as relações sociais. No entanto, o que Proudhon entende por liberdade? Já salientamos anteriormente que para este autor, "a liberdade é a condição primária do estado do homem: renunciar à liberdade seria renunciar à qualidade de homem: como, depois disso, poderia alguém agir como homem?" (PROUDHON, 1988:44). Nessa perspectiva, as formulações de Proudhon apontam para uma sociedade cujo objetivo maior é alcançar a plena liberdade individual, que só é possível quando liberta da opressão, da tirania e da exploração do Estado, da propriedade e da comunidade. A crítica de Proudhon em relação à tirania do Estado, da propriedade privada está de acordo com a doutrina anarquista clássica, são elementos que estão presentes na obra de Bakunin, Reclus, Kropotkin, etc., assim como são elementos que fundamentam a *práxis* anarquista. No entanto, a crítica de Proudhon à submissão do indivíduo à

coletividade é feita com tamanha contundência e violência que coloca em questão a própria possibilidade de uma organização societária efetiva, assumindo um caráter conservador e individualista. Tal posição tem como conseqüência imediata formulações eivadas de contradições e simplificações que não permitem uma análise ou uma proposição consistente acerca das relações sociais e de algum tipo de organização societária futura.

Proudhon afirma que a comunidade é uma forma natural de sociabilidade humana motivada pelas necessidades de sobrevivência. Por conta desse atributo natural, inscrito em uma determinada "natureza humana" na qual "o homem nasce sociável, isto é, busca em todas as relações a igualdade e a justiça; mas ama a independência e o elogio: a dificuldade em satisfazer ao mesmo tempo essas duas necessidades diferentes constitui a causa primária do despotismo da vontade e da apropriação que daí resulta" (PROUDHON, 1988:218). É possível observar que a natureza humana, para Proudhon, comporta uma contradição entre a vida comunitária e a independência individual. Tal contradição, como veremos a seguir, simplesmente não se sustenta empírica e teoricamente.

A comunidade primitiva onde o homem está inscrito é o primeiro sistema social de opressão da liberdade individual, onde ele está "despojando seu eu, sua espontaneidade, seu gênio, suas afeições, deve anular-se humildemente perante a majestade e a inflexibilidade da comuna" (PROUDHON, 1988:224). A partir dessa afirmação, Proudhon desenvolve seu raciocínio de forma simplista, partindo do princípio de que todas as formas comunitárias e coletivas de organização social possuem os mesmos atributos e características, estabelecendo uma valoração universal e simplificada da gigantesca gama de possibilidades de organização social ignorando as singularidades de cada sociedade humana nos mais diversos contextos históricos e geográficos. Assim, para Proudhon,

> A comunidade é desigualdade, mas no sentido inverso da propriedade. A propriedade é a exploração do fraco pelo forte; a comunidade é a exploração do forte pelo fraco (...). Na comunidade, a desigualdade provém da mediocridade do talento e do trabalho, glorificada como força. Essa equação injuriosa faz o mérito protestar; pois, se para o forte pode constituir um dever socorrer o fraco, ele quer fazê-lo por generosidade, não suportará jamais a comparação. (PROUDHON, 1988:224).
>
> Assim, a comunidade viola a autonomia da consciência e da igualdade: a primeira, ao reprimir a espontaneidade do espírito e do coração, o livre arbítrio na ação e no pensamento; a segunda, ao recompensar por uma igualdade de bem-estar o trabalho e a preguiça, o talento e a estupidez, o

> vício e a virtude. De resto, se a propriedade é impossível devido à emulação na aquisição, a comunidade logo o seria pela emulação na preguiça. (PROUDHON, 1988:224-225).

É evidente o simplismo com que Proudhon trata a questão da relação entre a coletividade e o indivíduo. Na obra em questão, base para o pensamento anarquista, fica evidente que a única relação possível entre a comunidade e o indivíduo é a opressão e a submissão deste em relação ao primeiro, o que não se sustenta, uma vez que é possível identificar ao longo da história humana diversas organizações sociais onde a relação entre indivíduo e comunidade não é necessariamente caracterizada por tamanha opressão e submissão, mesmo reconhecendo a impossibilidade de uma liberdade total e completa do indivíduo.

A liberdade, para Proudhon só é possível após a superação da tirania da comunidade, da submissão e exploração da propriedade privada. Recorrendo à dialética hegeliana, Proudhon afirma que uma organização societária pautada na liberdade (síntese) só é possível após ser superada a contradição entre comunidade (tese) e propriedade privada (antítese):

> Reduzindo tudo isso a uma fórmula hegeliana, direi:
> A comunidade, primeiro modo, primeira determinação da sociabilidade, é o primeiro termo do desenvolvimento social, a tese; a propriedade, expressão contraditória da comunidade, faz o segundo termo, a antítese. Resta descobrir o terceiro termo, a síntese, e teremos a solução. Ora, essa síntese resulta necessariamente da correção da tese pela antítese; portanto, é necessário, por último exame de seus caracteres, eliminar de ambos aquilo que elas encerram de hostil à sociabilidade; os dois termos formarão, juntando-se, o verdadeiro modo de associação humanitária. (PROUDHON, 1988:222).

Proudhon afirma que "essa terceira forma de sociedade, síntese da comunidade e da propriedade, nós chamaremos LIBERDADE" (PROUDHON, 1988:241. Grifos no original), baseada em quatro elementos básicos: a igualdade, a lei, a independência e a proporcionalidade. O autor define tais elementos da seguinte forma:

> 1º - Que a igualdade, consistindo apenas na *igualdade de condições*, isto é, dos *meios*, e não na *igualdade de bem-estar*, a qual, com os meios iguais, deve ser obra do trabalhador, não viola de nenhuma maneira a justiça e a eqüidade;
> 2º - Que a *lei,* resultado da ciência dos fatos, conseqüentemente apoiando-se na própria necessidade, não fere jamais a independência;

> 3º - Que a *independência* respectiva dos indivíduos, ou autonomia da razão privada, derivando da diferença de talentos e capacidades, pode existir sem perigo nos limites da lei;
> 4º - Que a *proporcionalidade*, só admissível na esfera da inteligência e do sentimento, não das coisas físicas, pode ser observada sem violar a justiça ou a igualdade social. (PROUDHON, 1988:240. Grifos no original).

A definição de igualdade de Proudhon é basicamente tributária do pensamento liberal, na qual o que define a igualdade entre os homens não é nenhum tipo de atributo próprio e compartilhado pela espécie em termos biológico e social, mas somente em relação às condições do desenvolvimento das potencialidades individuais de cada um. Portanto, cabe a cada indivíduo garantir sua própria sobrevivência e seu desenvolvimento. Nessa perspectiva, Proudhon não coloca a possibilidade de se instituir uma organização societária onde um dos objetivos básicos fosse a igualdade, ou, de forma mais realista, a redução das desigualdades sociais e econômicas entre seus membros. Fica evidente o caráter conservador e liberal dessa formulação.

A liberdade é a superação da contradição entre a comunidade (opressão coletiva) e da propriedade (opressão do indivíduo) que permitiria, segundo Proudhon, a constituição de uma sociedade onde cada indivíduo poderia fazer associações livres de comum acordo baseada em um contrato que garantisse a reciprocidade e a igualdade de condições entre seus membros. A propriedade é substituída pela posse dos instrumentos de trabalho, enquanto os frutos do trabalho são a propriedade de cada um de acordo com seu trabalho.

> Para determinar a liberdade, não juntamos sem discernimento a comunidade e a propriedade, o que seria um ecletismo absurdo. Buscamos, graças a um método analítico, o que cada uma delas possui de verdadeiro, em conformidade com os anseios da natureza e as leis da sociabilidade, eliminando todos os elementos estranhos; e o resultado fornece uma expressão adequada à forma natural da sociedade humana, numa palavra, a liberdade. (PROUDHON, 1988:240).

A sociabilidade instituída nesse regime de organização seria baseada na justiça e na equidade. A justiça nas relações seria garantida pela capacidade humana de reflexão e pensamento orientados pela razão e análise metódica dos fenômenos e avaliados de acordo com os quatro princípios básicos de igualdade, lei, independência e proporcionalidade. A equidade refere-se, como salientamos anteriormente, à igualdade de condições e não de bem-estar (que deveria ser provido por cada indivíduo). No entanto, tais preposições entram em contradição com o desenvolvimento das formulações. Após desenvolver a ideia de sociabilidade baseada na

liberdade, Proudhon afirma que existem direitos e deveres sociais que nascem das necessidades humanas.

> O *dever* e o *direito* nascem em nós da *necessidade*, que considerada em relação aos seres exteriores, é *direito*, e, em relação a nós mesmos, *dever*. Comer e dormir são necessidades: é um direito prover-se das coisas necessárias ao sono e à alimentação; é um dever usá-las quando a natureza o requer.
> É uma necessidade trabalhar para viver: é um direito, é um dever. (...).
> É uma necessidade trocar nossos produtos por outros: é um direito fazê-lo com equivalência e, uma vez que consumimos antes de produzir, seria um dever fazer com que nosso último produto seguisse nosso último consumo, se isso dependesse de nós. (...)
> É uma necessidade realizar nossas tarefas segundo as luzes de nossa razão: é um direito sustentar nosso livre arbítrio; é um dever respeitar o dos outros.
> É uma necessidade ser estimado pelo próximo; é um dever merecer seus elogios; é um direito ser julgado pelas próprias obras. (PROUDHON, 1988:242).

Os direitos e deveres listados por Proudhon criam, necessariamente, laços e vínculos sociais baseados em obrigações e não em ações voluntárias, como o autor sustentou anteriormente. Uma vez que as necessidades criam deveres e obrigações e, portanto, estabelecem vínculos entre os homens, estamos diante da constituição de comunidades e coletividades ligadas por obrigações mútuas entre os indivíduos. A obrigatoriedade de ser fazer valer tais direitos entra em contradição com a ação voluntária de cada indivíduo. Nem mesmo a igualdade de condições elimina tal contradição, uma vez que garantir a igualdade de condições entre todos os indivíduos de uma determinada localidade, por exemplo, implica em uma obrigação recíproca entre todos os membros da comunidade. Para que todos tenham as mesmas condições materiais para prover suas necessidades ou uma formação intelectual, é preciso que os recursos sejam distribuídos, escolas e cursos sejam organizados e ministrados, os meios de produção sejam produzidos e disponibilizados para todos, uma vez que a propriedade privada foi abolida. No entanto, produzir ferramentas e ministrar aulas e cursos torna-se uma obrigatoriedade e não uma ação voluntária. Do contrário, a igualdade de condições não será oferecida a todos. Além disso, existem as singularidades, limitações e potencialidades de cada um. Ter acesso a uma espingarda não é garantia de saber caçar, ter a posse de uma tarrafa não é certeza de peixes para se alimentar ou vender. Ensinar ou melhorar a condição física de uma pessoa seria uma obrigação e não uma ação voluntária para que ela tivesse, efetivamente, condições de igualdade para prover habitação e

alimentação. E ainda existem, evidentemente, casos onde o indivíduo simplesmente não possui atributos físicos e intelectuais que lhe permitam prover sua própria subsistência, o que seria um caso extremo. Ainda assim, esse indivíduo, segundo Proudhon, tem direitos criados pela necessidade de sua natureza humana. Não satisfazê-lo vai contra os princípios básicos de sua sociabilidade baseada na liberdade individual, fruto da superação da contradição comunidade e propriedade privada.

A defesa da liberdade individual é realizada através da crítica às instituições marcadas por estruturas autoritárias de poder, como o Estado, a propriedade privada e a comunidade. No entanto, a defesa da liberdade a partir dessa crítica radical coloca em questão a própria possibilidade da instituição de relações sociais e de uma sociabilidade coletiva. O temor de tal subordinação do indivíduo, o que implicaria na falta de capacidade de agir e pensar livremente, logo, da supressão da liberdade, transforma-se em um obstáculo às possibilidades de se pensar de forma comprometida e profunda as mediações entre o indivíduo e a coletividade na perspectiva de um processo de emancipação coletivo e não apenas individual. A defesa da liberdade individual transforma-se em um individualismo de caráter liberal e conservador que vai caracterizar a obra de Proudhon, principalmente quando ele expõe suas formulações acerca de uma sociedade de produtores livres baseada na livre troca e livre associação. Ainda assim, os traços conservadores das formulações de Proudhon foram criticados e refutados de forma consistente pelas formulações de Bakunin, Reclus, Kropotkin e Malatesta, que vão fazer a mediação necessária entre a liberdade individual e a coletividade. "Mal compreendidas, e principalmente mal aplicadas, as idéias de liberdade do indivíduo - em um meio em que a noção de solidariedade não está suficientemente acentuada pelas instituições - podem levar a atos que repugnam aos sentimentos sociais da humanidade" (KROPOTKIN, 2001:76).

> Entendo por *individualismo* essa tendência que – considerando toda a sociedade, a massa dos indivíduos, como indiferentes, rivais, concorrentes, como inimigos naturais, em resumo, com os quais cada um é forçado a viver, mas que obstruem o caminho de cada um – leva o indivíduo a conquistar e a estabelecer seu próprio bem-estar, sua prosperidade, sua felicidade apesar de todos, em detrimento e no dorso de todos os outros. É uma corrida ao campanário, um salve-se-quem-puder geral, em que cada um tenta chegar primeiro. Ai dos fracos que param, eles são ultrapassados. Ai daqueles que, fatigados, caem no percurso, eles são imediatamente esmagados (...) Nesta luta, necessariamente, muito crimes serão cometidos; toda essa luta fratricida, por sinal outra coisa não

> é senão um crime contínuo contra a solidariedade humana, que a única base de toda moral. (BAKUNIN, 2008:95).

Nesse sentido, o conservadorismo e a desconfiança de Proudhon (em alguns momentos podemos falar em aversão) para com a coletividade não serão hegemônicos dentro do movimento anarquista revolucionário. Uma importante reflexão acerca da liberdade no pensamento anarquista é feita por Félix García no prefácio da obra *Organismo Econômico da Revolução*, de Diego Abad de Santillán.

> Efetivamente, a liberdade é, acima de tudo, ausência de opressão, confiança no homem e em sua capacidade criadora, respeito à complexidade e diversidade existentes na sociedade, respeito, inclusive, ao direito ao erro e aceitação do futuro com todas as suas conseqüências. No entanto, também é algo mais importante: uma sociedade livre é uma sociedade solidária, comunitária. Seguindo os primeiros mestres do anarquismo, Abad de Santillán afirmará que a liberdade de um não possui na liberdade de outros um limite, mas sim uma confirmação, um apoio; o homem mais livre é aquele que tem maiores relações com seus semelhantes e não o indivíduo ilhado (AR, 291). *O anarquismo separa-se assim, de maneira definitiva, da concepção de liberdade defendida pelo liberalismo que se apoiava no individualismo e via o final da liberdade de um onde começava a liberdade dos demais*. (GARCÍA in SANTILLÁN, 1980:24. Grifos nossos)

As formulações dos anarquistas clássicos, com a exceção de Proudhon, deixam claro que a liberdade individual não deve ser compreendida a partir do conflito com a coletividade. A crítica à submissão do indivíduo a qualquer tipo de organização ou instituição (a comunidade, o Estado, a empresa, etc.) é realizada a partir das relações de poder que são estabelecidas dentro de uma determinada organização societária, onde o indivíduo está inserido dentro de uma rede de relações. Nesse sentido, o indivíduo é pensado a partir da condição humana da pluralidade, da sua inserção em algum tipo de organização societária estruturada a partir de determinados tipos de relações de poder (ARENDT, 2002).

A questão da liberdade se desenvolve de forma diferente a partir de Bakunin, Reclus, Kropotkin e, posteriormente, Malatesta. O significado, o conteúdo do conceito de liberdade e a defesa da liberdade individual são mantidos, no entanto, ela não está dissociada de outros pressupostos como a igualdade, a cooperação, a solidariedade e o bem estar de todos. Ao contrário de Proudhon, que via na comunidade um obstáculo para a liberdade, esses autores

colocam a coletividade, a cooperação e a ajuda mútua como condições para a constituição de uma sociedade livre onde o exercício da liberdade pode ser o mais pleno possível. Existe a tentativa de associar a liberdade e a igualdade com a constituição de uma coletividade cooperativa onde a ajuda mútua é a base para o desenvolvimento das potencialidades individuais, logo, uma condição para o exercício pleno da liberdade individual.

> A solidariedade, isto é, a harmonia dos interesses e dos sentimentos, o concurso de cada um ao bem de todos e de todos ao bem de cada um, é o único estado na qual o homem pode explicar sua natureza e atingir o maior desenvolvimento e o maio bem-estar possível. É o objetivo rum ao qual caminha a evolução humana; é o princípio superior que resolve todos os antagonismos atuais, insolúveis de outra forma, e que faz com que a liberdade de cada um não encontre limite, mas complemento, condições necessárias à sua existência na liberdade dos outros.
> 'Nenhum indivíduo', dizia Mikhail Bakunin, 'pode reconhecer sua própria humanidade, nem por conseqüência realizá-la na vida se não reconhecê-la nos outros e cooperar em sua realização para os outros. Nenhum homem pode emancipar-se se, com ele, não emancipa todos os homens que o cercam. Minha liberdade é a liberdade de todos, visto que eu só sou realmente livre, livre não somente na idéia, mas de fato, quando minha liberdade e meu direito encontram sua confirmação e sua sanção na liberdade e no direito de todos os homens, meus iguais.' (...).
> 'Eu, que quero ser livre, não posso, pois em torno de mim todos os homens ainda não querem ser livres, e, sem desejar, tornam-se, para mim, instrumentos de opressão'. (MALATESTA, 2001:40).
>
> Nosso ideal não é daqueles cuja plena realização depende do indivíduo considerado de modo isolado. Trata-se de mudar o modo de viver em sociedade: estabelecer entre os homens relações de amor e solidariedade, realizar a plenitude do desenvolvimento material, moral e intelectual e não para o indivíduo isolado, não para os membros de certa classe ou de certo partido, mas para todos os seres humanos. (MALATESTA, 2008:65).

É notória a diferença da formulação de Proudhon para os demais autores-militantes anarquistas de gerações posteriores, pois ao mesmo tempo em que o conteúdo da ideia de liberdade (agir e pensar livremente) e da defesa do indivíduo se mantêm, é possível identificar a valorização da ação coletiva como uma forma de aumentar a liberdade individual, desenvolver as potencialidades de cada um. Essa formulação propõe um tipo de organização societária que não está pautada na desconfiança ou na repulsa da comunidade, mas ao contrário, onde a experiência

coletiva é condição de exercício de liberdade e de desenvolvimento de potencialidades, portanto, longe de ver na comunidade uma fonte de servidão e escravidão, como afirmara Proudhon.

A liberdade coloca-se plenamente no registro do *socius*, ou seja, como uma instituição produzida e reconhecida pelos homens que estabelecem relações entre si. Essa formulação possui como base fundamental a ideia concreta de que os homens vivem juntos, criam relações, laços, vínculos, etc., portanto, seria improdutivo partir da ideia de que seria possível uma vida humana fora de uma coletividade, ou seja, de uma sociedade[5].

> Quanto a nós, que não queremos nem fantasias, nem nada, mas a realidade humana viva, reconhecemos que o homem só pode sentir-se e se saber livre- e, conseqüentemente, só pode realizar a sua liberdade – no meio dos homens. Para ser livre, necessito ver-me rodeado, e reconhecido como tal, por homens livres. Só sou livre quando minha personalidade, refletindo-se, como inúmeros espelhos, na consciência igualmente livre de todos os homens que me cercam, retorna-me reforçada pelo reconhecimento de todos. A liberdade de todos, longe de ser um limite da minha, como sustentam os individualistas, é, ao contrário, sua confirmação, sua realização e, sua extensão infinita. Desejar a liberdade e a dignidade humana de todos os homens, ver e sentir a minha liberdade confirmada, sancionada, infinitamente ampliada pelo assentimento de todos, eis a felicidade, o paraíso humano sobre a terra[6]. (BAKUNIN, s/d:33).

A defesa da coletividade como uma condição para o exercício da liberdade coloca outra diferença em relação à perspectiva individualista na doutrina anarquista, que diz respeito à igualdade de condições dos membros da comunidade. Se para Proudhon a igualdade deve ser de condições e não de bem estar, os anarquistas revolucionários vão afirmar a igualdade de condições e de bem estar dos indivíduos como uma das condições do pleno exercício da liberdade. Em outras palavras, defende-se a ideia de que o bem-estar de todos deve alcançado

---

[5] A questão fundamental é da vida em sociedade e não de uma sobrevivência isolada onde o homem estaria reduzido basicamente a sua condição animal, uma vez que os elementos que constituem a condição humana, como propõe Hannah Arendt, estão ausentes. A condição humana plena só é possível através do encontro com o outro e do reconhecimento mútuo das diferenças (singularidades) e da igualdade (política e social). A condição humana implica algo mais do que garantir por si próprio a sobrevivência corpórea e a "liberdade" de um animal sozinho na natureza. A condição humana pressupõe encontro, diálogo, conflito, associação, linguagem, afeto, disputa, etc.

[6]Paraíso que nunca se realizará pelo simples fato de estarmos determinados pela condição humana, que não permite a instituição de organizações societárias perfeitas tal qual o paraíso – produto da ação de um Deus transcendental e habitado por almas e anjos e na pelos homens de carne e osso. Fizemos essa observação apenas para ressaltar a contradição entre a primeira e a última linha do trecho citado. Bakunin inicia o pensamento recusando fantasias, mas acaba o texto afirmando uma idealização.

através de uma melhor (mais justa e igualitária) distribuição da riqueza socialmente produzida e do exercício do poder.

> Reconhecendo que efetivamente todos os seus membros têm direitos iguais a todos os tesouros acumulados pelo passado, não reconhece mais a divisão entre exploradores e explorados, entre governantes e governados, entre dominados e dominadores, e procura estabelecer uma certa compatibilidade harmônica seu seio, não sujeitando todos os seus membros a uma autoridade que, por ficção, seria considerada como representante da sociedade, não procurando estabelecer uniformidade, mas chamando todos os homens ao livre desenvolvimento, à livre iniciativa, à livre ação e à livre associação. (KROPOTKIN, 2001a:33/34).

> A liberdade sem igualdade significa que os pobres e os fracos são menos livres do que os ricos e os fortes e a igualdade sem liberdade significa que somos todos escravos em conjunto. A liberdade e a igualdade não são contraditórias, mas complementares: em vez da velha polarização liberdade-igualdade segundo a qual a liberdade significaria menos igualdade e vice-versa, os anarquistas fazem notar que, na prática, não se pode ter uma sem outra. (WALTER, s/d:17-18).

Garcia Oliver nos apresenta uma síntese da reflexão de Diego Abad de Santillán acerca da liberdade, absolutamente de acordo com as formulações clássicas. A liberdade implica um combate generalizado contra as diversas formas de opressão e dominação que *privem o homem de dispor de sua própria vida*.

> 'A anarquia, governo do homem por si mesmo, isto é, negação do governo de alguns homens sobre outros, é um ideal de liberação, o mais universal e o mais lógico da espécie humana' (AR,247)[7].Existe uma rebelião permanente contra a opressão, uma luta para poder dispor da própria vida, já que a vida carece de sentido sem liberdade (ET, 97)[8]. Muito mais do que a luta contra a exploração ou pelo desenvolvimento dos meios de produção, o que caracteriza o avanço da humanidade é a luta pela liberdade, a luta para se desfazer todos os tipos de opressão, especialmente a opressão estatal. Evidentemente, e retornaremos a este ponto mais adiante, a supressão da exploração, o socialismo, é uma condição necessária para que exista a liberdade, mas não se identifica com esta. O fato de garantir a todos o pão e o bem-estar, inclusive em abundância, não leva automaticamente a uma sociedade de homens livres e, com toda certeza, quando atingirmos a sociedade socialista deveremos continuar lutando pela liberdade. (OLIVER in SANTILLÁN, 1980:16).

[7] SANTILLÁN apud OLIVER in SANTILLÁN, 1980:16
[8] SANTILLÁN (1978)

A liberdade é um processo contínuo de instituição de um determinado modo de existência e não o fim de um determinado estágio que deve ser alcançado pela humanidade. É um processo de evolução contínuo, sem um fim determinado, como sugere Reclus: "a evolução é o movimento infinito de tudo o que existe, a transformação incessante do Universo e de todas as suas partes desde as origens eternas e durante o infinito dos tempos" (RECLUS, 2002:21). É sempre necessário buscar mais liberdade, reforçá-la a cada momento, desejá-la e efetivá-la em todas as relações em que um homem se insere na vida social. É interessante notar que a satisfação das necessidades materiais do homem (alimento, habitação), não necessariamente cria uma sociedade de homens livres, no entanto, em uma sociedade anarquista que se institua por um processo revolucionário que supera o capitalismo, a satisfação de tais necessidades materiais é um pressuposto ético e político. Em outras palavras, se a satisfação das necessidades materiais não cria necessariamente uma sociedade de homens livres, uma sociedade anarquista de homens livres busca satisfazer as necessidades materiais dos homens para que a própria liberdade seja reforçada.

> O direito à liberdade, sem os meios de realizá-la, é apenas uma quimera. E amamos muito a liberdade para nos contentarmos com sua fantasia, não é verdade?Nós desejamos sua realidade. Mas o que constitui o fundamento real e a condição positiva da liberdade? É o desenvolvimento integral e a plena fruição de todas as faculdades corporais, intelectuais e morais para todos. São, conseqüentemente, todos os meios materiais necessários à existência humana de todos; são, em seguida, a educação e a instrução. Um homem que morre de inanição, que se encontra esmagado pela miséria, que se acaba, a cada dia, de frio, de fome, vendo sofrer todos aqueles a quem ama, não pode socorrê-los, não é um homem livre, é um escravo. Um homem condenado a permanecer toda a sua vida um ser brutal, por falta de educação humana, um homem privado de instrução, um ignorante, é necessariamente um escravo. (BAKUNIN, s/d:30).

A questão central do pensamento anarquista clássico é a instituição de uma sociedade basicamente livre, se entendermos por liberdade a condição através da qual o homem é capaz de dispor de sua própria vida, de poder agir e pensar de forma autônoma e de acordo com sua própria potência. Dito de outra forma, a liberdade é a condição produzida e vivenciada pelo homem que consegue expressar sua própria potência de agir e de pensar, organizando os encontros e as relações que lhe permitem sempre aumentar sua própria liberdade e, conseqüentemente, vivenciar cada vez mais a alegria e menos a tristeza.

> Ninguém pode negar que o homem, como os outros indivíduos, se esforça por conservar o seu ser. Se eu pudesse conceber algumas diferenças, deveriam provir de possuir o homem uma vontade livre. Mas, quanto mais o homem é concebido por nós como livre, mais somos obrigados a julgar que deve necessariamente conservar o seu ser e possuir-se a si mesmo; seja quem for que não confunda liberdade com contingência, conceder-me-á isto sem dificuldade. A liberdade, com efeito, é uma virtude, quer dizer, uma perfeição. Conseqüentemente, nada do que ateste a impotência do homem pode se relacionar com sua liberdade. Por conseguinte, o homem não pode de maneira alguma ser qualificado como livre, porque pode não existir ou porque pode não usar a Razão; não o pode ser senão na medida em que tem o poder de existir e agir segundo as leis da natureza humana. (ESPINOSA, 2000:444).

A formulação do filósofo Baruch Espinosa nos remete a uma determinada ética. Ser livre significa ao mesmo tempo desejar a liberdade do outro. Uma relação entre duas pessoas, por exemplo, caracterizada pelo temor de uma em relação a outra, não é uma relação entre duas pessoas livres. Uma relação onde uma pessoa dispõe, por meio da coerção ou da necessidade, da capacidade de agir e de pensar de outros (um senhor e seus escravos; um capitalista e seus empregados) não é constituída por pessoas efetivamente livres. Alguém que se submete a outro por medo ou com a esperança de conseguir alguma coisa (fortuna, fama, glória ou simplesmente a própria subsistência) não é, de forma alguma, uma pessoa livre. Logo, se eu submeter outros e, a partir de relações de poder heterônomas, dispor de suas capacidade de agir e pensar, sou um tirano, um senhor e não um homem livre. A riqueza, a glória, a fama, o conforto, a educação conquistada através da produção de tristeza e de impotência dos outros jamais pode ser considerada como uma virtude de um homem ou de uma sociedade livre.

> Esse é o que tem o outro em seu poder, que o mantém aprisionado, ou ao qual tomou todas as armas, qualquer meio de se defender e de escapar, ou a quem soube inspirar temor, ou que a si ligou por favores, de tal maneira que esse outro lhe queira agradar mais do que a si mesmo, e viver segundo o desejo de seu senhor mais que viver consoante o seu próprio desejo. Mas o primeiro e o segundo meios de manter um homem em seu poder respeitam ao corpo e não à alma, enquanto que através do terceiro meio ou do quarto apoderamo-nos do corpo e da alma, mas não os dominamos senão enquanto duram o temor e a esperança; se estes sentimentos vêm a desaparecer, aquele de que se era senhor torna-se seu próprio senhor. (ESPINOSA, 2000:445).

O anarquismo também afirma que a produção do conhecimento é uma das condições para o exercício da liberdade, uma vez que a produção do conhecimento em si está associada a um

determinado modo de existência. Portanto, um modo de existência pautado pelo maior exercício da liberdade corresponde a um conhecimento que se encarna em práticas e ações que buscam aumentar a potência de existir e de pensar. Além disso, os anarquistas defendem a ideia de que os homens possuem os atributos necessários para viver em liberdade, no entanto, é preciso realizar um esforço individual e, sobretudo coletivo, para instituir um determinado modo de existência: "Creio que todos os anarquistas aceitariam a proposição de que o homem possui naturalmente todas as qualidades que o tornem um ser capaz de viver em liberdade e harmonia. Podem não aceitar que ele seja naturalmente bom, mas acreditam, fervorosamente que é, por natureza, um ser social" (WOODCOCK, 2002a:23).

Importantes intelectuais anarquistas como Proudhon e Kropotkin podem ser considerados herdeiros do Iluminismo, portanto, sustentavam a ideia de que a produção do conhecimento deve ser pautada pelo uso da razão e da ciência como instrumentos de análise e evolução das estruturas sociais e tecnológicas. Tal postura diante da produção do conhecimento influenciou de forma significativa o pensamento anarquista. O anarquismo concebe a razão como algo inato ao homem, como um atributo que os distingue dos demais animais e propõe pautar sua prática revolucionária a partir do conhecimento das leis universais inscritas na natureza, propondo uma prática científica pautada na racionalidade para produzir conhecimento útil ao processo revolucionário e para instituir uma nova organização societária.

A perspectiva anarquista da questão se desenvolve em cima de uma forte ambiguidade, senão uma contradição. Por um lado, o anarquismo desenvolve a ideia de que a sociedade é um produto natural regida por leis que levariam ao desenvolvimento de uma organização societária baseada na livre associação, na ajuda mútua e a cooperação, em suma, na constituição de uma sociedade livre; por outro, afirma a liberdade do indivíduo, sua capacidade de agir livremente, logo, de ser produtor de sua própria vida, o que implica reconhecer que cada organização societária é um produto singular, é um processo de instituição social que não está inscrito em uma determinada lei natural. A conclusão mais evidente que se pode tirar do raciocínio contraditório é de que existe um tipo ideal de organização societária, definida e inscrita por leis naturais (a sociedade livre baseada na associação, ajuda mútua, cooperação, etc.), no entanto, tal sociedade não se institui por conta dos desvios, entraves e obstáculos criados pelas instituições e relações sociais autoritárias, que negam ao homem uma vida plena.

> Se o homem é um ser naturalmente capaz de viver numa sociedade livre, se a sociedade é realmente um produto natural, então obviamente todos

> aqueles que tentam impor-lhes leis feitas pelo homem ou criar aquilo que Godwin chamou de 'instituições positivas' são os verdadeiros inimigos da sociedade, e o anarquista se rebela contra eles, chegando ao extremo de usar a violência e a destruição, não é um ser anti-social. Pela lógica anarquista, ele é o regenerador, um indivíduo responsável que se esforça para restabelecer o equilíbrio social em sua direção natural. (WOODCOCK, 2002a:24).

> Felizmente, o futuro da humanidade é mais promissor, porque a lei que o governa é mais doce.
> Esta lei é a solidariedade. (...).
> A solidariedade, isto é, a harmonia dos interesses e dos sentimentos, o concurso de cada um ao bem de todos e de todos ao bem de cada um, é o único estado no qual o homem pode explicar sua natureza e atingir o maior desenvolvimento e o maior bem estar possível. É o objetivo rumo ao qual caminha a evolução humana; é o princípio superior que resolve os antagonismos atuais, insolúveis de outra forma, e faz com que a liberdade de cada um não encontre limite, mas complemento, condição necessária à sua existência na liberdade do outro. (MALATESTA, 2001:33-32/39).

Além disso, devemos acrescentar à questão a ideia de evolução, que é uma das bases da doutrina anarquista. A ambiguidade que destacamos anteriormente se desenvolve em um plano mais geral de um processo evolutivo, a princípio, infinito. Nesse sentido, é possível afirmar que o anarquismo clássico colocava a questão da seguinte forma: existem determinadas leis naturais que conferem ao homem a capacidade de se organizar em sociedades livres; no entanto, por conta de inúmeros fatores, existem desvios e obstáculos que são produzidos como uma conseqüência de uma desobediência às leis naturais da cooperação, da ajuda mútua, etc.; esse quadro tende a se transformar por conta do longo e infinito processo evolutivo engendrado pela ação dos homens que buscam instituir uma sociedade livre.

O conhecimento possui uma dupla função: compreender os desvios e obstáculos que impedem a instituição de uma sociedade livre, o que significa analisar e compreender as relações de dominação, as instituições heterônomas, as relações econômicas, políticas, culturais, os códigos jurídicos hegemônicos, etc.; e, em segundo lugar, para preparar os homens para a vida na sociedade futura após o processo revolucionário (devidamente orientado pela razão e pela ciência).

> O primeiro objetivo de todos os evolucionistas conscienciosos e ativos é conhecer a fundo a sociedade ambiente que eles reformam em seu pensamento. Em segundo lugar, devem buscar dar-se conta precisamente

> de seu ideal revolucionário. E seu estudo deve ser tanto mais escrupuloso, visto que este ideal abarca o futuro com maior amplitude, pois, todos, amigos e inimigos, sabem que não se trata mais de pequenas revoluções parciais, mas sim de uma revolução geral, para o conjunto da sociedade e em todas as suas manifestações. (RECLUS, 2002:67).
>
> Resumindo: reconhecemos, pois, a autoridade absoluta da ciência, porque ela tem como objetivo único a reprodução mental refletida e tão sistemática quanto possível, das leis naturais inerentes à vida material, intelectual e moral, tanto do mundo físico quanto do mundo social, sendo estes dois mundos, na realidade, um único e mesmo mundo natural. Fora desta autoridade exclusivamente legítima, pois ela é racional e conforme a liberdade humana, declaramos todas as outras autoridades mentirosas, arbitrárias e funestas. (BAKUNIN, s/d:42).

A concepção de liberdade do anarquismo clássico nos coloca outras questões: 1. quais são as fontes de dominação, subordinação e exploração que não permitem que o homem seja senhor de si e disponha de sua própria vida, sua capacidade de agir e pensar; 2. que tipo de organização societária proporcionaria um grau de liberdade de acordo com tais formulações? Qual seria a natureza das relações sociais e de poder de forma que a liberdade individual e coletiva sejam as maiores possíveis?

É possível afirmar, de forma ampla, que o anarquismo é uma doutrina de crítica às relações de poder heterônomas em toda a multiplicidade de uma determinada sociedade, logo, é uma crítica global ao modo de existência, à organização societária como um todo, nas relações econômicas, políticas, de gênero, etárias, etc.

> O que se torna imprescindível é terminar com as diferenças, com as categorias que existem, pretensamente, entre subalternos e superiores, tanto nas profissões como nos casais, tanto nas cidades como nas aldeias, como em quaisquer regiões. Em cada rua, em cada bairro, em cada agrupamento de indivíduos que viviam em torno de uma oficina, ou ao longo de uma via férrea, é necessário despertar o espírito criador, construtor, organizador, afim de se reconstruir a vida inteira; - e a reconstrução da vida nova deve ser feita na oficina, no caminho de ferro, na produção, na distribuição, nos armazéns, nos entrepostos, no povoado, enfim, em todas as relações entre indivíduos e entre aglomerados humanos, para, no dia em que se terminar com a organização social atual, comercial e administrativa, haver o necessário espírito de continuidade, as necessárias fontes de vida humana social e livre. (KROPOTKIN, 2000:90-91).

Trata-se, sem dúvida, de um ataque aos centros de poder heterônomo na organização societária onde quer que eles se cristalizem e se desenvolvam: nas relações de produção, políticas, familiares, educacionais, conjugais, etc. Pode-se falar de uma descentralização crítica, de um ataque descentralizado à heteronomia na tentativa de se chamar a atenção para a multiplicidade que constitui um único indivíduo e, principalmente, que constituem um determinado *socius*[9].

Ainda que seja possível realizar esta interpretação da doutrina anarquista, não há dúvidas que o movimento concedeu uma centralidade à crítica ao Estado e à propriedade privada. Essas duas instituições foram as mais analisadas e criticadas pela doutrina anarquista e consideradas como os principais obstáculos à instituição de uma organização societária livre.

As análises e críticas formuladas pelo anarquismo clássico em relação ao Estado são essencialmente corretas, no entanto, caracterizadas por uma simplificação e reducionismo em relação à dinâmica da instituição. É essencialmente correta quando afirma o caráter estruturalmente autoritário, hierárquico, classista e elitista[10] da instituição, a despeito das diversas formas de Estado que possam ser constituídas e dos indivíduos que estejam ocupando suas estruturas. Assim, a questão não é votar em bons candidatos, ser súdito de um bom rei ou imperador; a questão passa necessariamente pela estrutura da instituição (autoritária, classista) e não pelos indivíduos que a ocupam e dela se apropriam temporariamente.

> A experiência mostra, com efeito, que por toda a parte o governo, por mais popular que ele tenha sido em sua origem, sempre se colocou ao lado da classe mais esclarecida e mais rica contra a mais pobre e a mais numerosa; que após ter-se mostrado algum tempo liberal, tornou-se pouca pouco excepcional, exclusivo; enfim, em lugar de manter a liberdade e a igualdade entre todos, trabalhou obstinadamente para destruí-las, em virtude da sua natural inclinação ao privilégio (PROUDHON, 1998:76-77).

---

[9] É possível identificar a diversidade da crítica anarquista por conta das suas ações concretas: além da militância no movimento operário, é possível identificar grupos anarquistas engajados prioritariamente em questões relativas à educação (Sébastian Faure, Francisco Ferrer) e à questão de gênero (Louise Michel, Emma Goldman, o grupo Mujeres Libres na Espanha, ver, por exemplo, o periódico argentino La voz de la Mujer- periódico comunista anárquico, cujo primeiro número foi publicado em 8 de janeiro de 1896).

[10] Devemos entender o adjetivo "elitista" no sentido de constituição de uma classe ou grupo social que constrói para si e busca afirmar no plano das relações de poder uma suposta superioridade que lhe confere o direito e a legitimidade para se apropriar do aparelho de Estado. Assim, tanto no totalitarismo soviético quanto nas democracias européias, é possível identificar a constituição de elites que se perpetuam na direção do aparelho de Estado.

Para um anarquista, pouco importa se estamos nos referindo a uma democracia liberal, uma monarquia esclarecida ou uma ditadura totalitária: todas essas modalidades são essencialmente autoritárias e hierárquicas, devem ser consideradas como um obstáculo ao desenvolvimento social e à instituição de uma sociedade efetivamente livre. Essa formulação é simplista, uma vez que não permite a diferenciação evidente entre a as diversas formas que o aparelho de Estado pode assumir. Sem dúvida, o seu caráter é essencialmente heterônomo, mas existem diferentes graus de autoritarismo e margens de manobra que não podem ser desconsideradas.

O simplismo e o reducionismo surgem quando o Estado é tratado como um monolito, um bloco homogêneo, uma instituição sem tensões e conflitos que responde de forma cega sempre a determinadas diretrizes com o mesmo objetivo em todo e qualquer período histórico. Tratar o aparelho de Estado dessa forma implica não reconhecer a complexa dinâmica das relações de poder que constituem essa instituição e dificultam, principalmente, as análises de conjuntura que devem ser levadas em consideração pelos movimentos revolucionários para aproveitar as margens de manobra disponíveis em cada momento. Tal formulação acerca da natureza da organização estatal leva o anarquista a rechaçar qualquer tipo de Estado, seja uma ditadura socialista, uma democracia liberal, uma monarquia absoluta, etc. Nicolas WALTER (s/d:10-11) critica tal simplismo sobre o Estado, afirmando que muitos anarquistas[11]

> tiveram mesmo tendência para dizer que todos os Estados se equivalem e que não há que escolher entre eles. É uma simplificação abusiva. Com certeza, todos os Estados são autoritários, mas alguns o são bem mais que outros e qualquer pessoa normal prefere viver num Estado menos autoritário que em outro.

A crítica de Nicolas Walter nos coloca a seguinte questão: por que o anarquismo clássico formulou a questão do Estado dessa maneira? A resposta está, em parte, pela simplificação que o movimento operou em relação à política e às relações de poder. Esses dois termos foram reduzido e tornaram-se sinônimo de Estado e ação parlamentar. Assim, falar em política e poder, segundo a ótica anarquista, equivalia a falar na constituição do aparelho estatal e na dinâmica parlamentar.

---

[11] Devemos ressaltar que apesar de tal formulação ser hegemônica, alguns anarquistas tinham a clareza da diferença dos graus de autoritarismo dos Estados. Proudhon (2001), por exemplo, faz uma classificação dos Estados de acordo com o grau de liberdade ou autoritarismo de cada um (regimes de liberdade e regimes de autoridade). Ainda que existam tais posições, elas foram minoritárias e o que predominou foi a simplificação e generalização

A doutrina anarquista inicia sua crítica pela natureza essencialmente heterônoma do aparelho de Estado. Qual o significado mais profundo dessa interpretação? Vejamos as formulações anarquistas sobre a questão.

A doutrina anarquista afirma que o Estado é o centro do princípio da autoridade e da hierarquia de uma determinada organização social. É esta instituição que possui a atribuição de formular leis e normas que regem todos os aspectos da organização societária. Em cada sociedade onde esta instituição se desenvolva, são constituídas diferentes formas de organização para o processo de formulações de leis, da administração, planejamento e gestão das atribuições estatais: parlamentos, ministérios, autarquias, comissões, secretarias, conselhos, etc. Basta imaginar qualquer aspecto da vida coletiva que lá encontraremos a presença do Estado, com maior ou menor intensidade. Cabe ao Estado fiscalizar a obediência às suas leis e normas para garantir a manutenção da ordem estabelecida e evitar comportamentos desviantes e subversivos que coloquem em risco não somente a ordem estatal, mas a própria organização societária, ou como diria Castoriadis (1983), da sociedade instituída. Para isso, é necessário criar instituições que protejam a paz e a ordem dentro e nas fronteiras do território estatal: a polícia e o exército, cuja função básica é o exercício da violência legitimado pelas leis. Tais instituições representam o braço armado do Estado que deve agir sempre que houver desvios, riscos e ameaças à ordem estatal ou à sociedade instituída, ou seja, aos fundamentos da organização social. Complementando a estrutura de vigilância e coação, o Estado cria as instituições responsáveis pelo julgamento e aprisionamento dos indivíduos, grupos ou classes que representam perigo para a ordem estabelecida, que são os tribunais e as prisões. Assim, o Estado é o princípio autoritário que organiza a sociedade de cima para baixo, uma vez que apenas por meio dos espaços de deliberação estatais é possível instituir direitos, leis e normas. A potência criativa do indivíduo e da coletividade, sua capacidade de organização e produção (em todos os sentidos: artístico, econômico, político) deve sempre ser legitimada e legalizada pelo Estado, caso contrário, é considerada fora-da-lei, transgressora, subversiva. Constitui-se, dessa forma, uma instituição cuja finalidade é reger a vida coletiva e individual que se sobrepõe à livre iniciativa, livre associação e ajuda mútua; uma instituição responsável pela regulação da vida social a despeito da vontade ou de deliberações da coletividade, sem que exista a possibilidade real e concreta da participação no processo de formulação de leis e na tomada de decisões acerca dos assuntos comuns.

> nós vemos o Estado como uma instituição desenvolvida através da história das sociedades humanas para impedir a união direta entre os

> homens, para entravas o desenvolvimento da iniciativa local e individual, para aniquilar as liberdades existiam, para impedir a sua nova eclosão e para submeter as massas aos interesses, egoísmo e ambição das minorias ociosas e autoritárias. (KROPOTKIN, 2000:86).
>
> O Estado é a força, e tem, antes de mais nada, o direito da força, o argumento triunfante do fuzil. Mas o homem é tão singularmente feito que este argumento, por mais eloqüente que pareça ser, não é mais suficiente com o passar do tempo. Para impor-lhe respeito, é-lhe absolutamente necessária uma sanção moral qualquer. E preciso, além do mais, que esta sanção seja simultaneamente tão simples e tão evidente que possa convencer as massas, que, após terem sido reduzidas pela força do Estado, devem ser lavadas ao reconhecimento moral de seu direito.
> Há somente dois meios de convencer as massas da bondade de uma instituição social qualquer. O primeiro, o único real, mas também o mais difícil de empregar - porque implica a abolição do Estado, isto é, a abolição da exploração politicamente organizada da maioria por uma minoria qualquer - seria a satisfação direta e completa das necessidades e das aspirações do povo, o que equivaleria à liquidação da existência da classe burguesa e, mais uma vez, à abolição do Estado. E, pois, inútil falar disso. (BAKUNIN, 2002:82/83).

O Estado é o princípio de autoridade da organização social. Mas de que tipo de autoridade os anarquistas estão falando? Basicamente da autoridade das classes e grupos dominantes que instituíram e se apropriam do aparelho de Estado para garantir seus interesses, perpetuar seus privilégios, exercer poder e controle. O Estado é uma estrutura organizada para perpetuar a dominação de um homem sobre o outro, de uma classe sobre a outra, por isso, sua natureza só pode ser essencialmente heterônoma, baseada nas relações desiguais de poder. O surgimento e a constituição do Estado, segundo a doutrina anarquista, é indissociável das relações de exploração e controle que se estabeleceram entre uma minoria privilegiada e detentora de recursos políticos, econômicos e culturais e uma maioria sem acesso a tais recursos. Assim, o Estado é a instituição que surge da aliança entre o chefe guerreiro, o proprietário e o sacerdote, que buscam perpetuar o exercício de seu poder e seus privilégios. Por isso, Kropotkin afirma que o Estado é "a proteção da exploração, da espoliação, da propriedade privada – produto da espoliação. O proletário, que só possui como riqueza seus braços, nada tem a esperar do Estado; encontra nele apenas uma organização feita para impedir a qualquer preço sua emancipação" (KROPOTKIN, 2005:30).

Assim, o que importa fundamentalmente para o anarquismo não é a diferença entre uma democracia liberal e um regime totalitário, mas sim o que ambos possuem em comum. Os

elementos em comum nos Estados democráticos, teocráticos, monárquicos, etc. definem a essência da instituição Estado no pensamento anarquista. Quais são esses elementos constituintes em comum? Fundamentalmente, a capacidade de retirar, diminuir, regular, normatizar a capacidade de agir e de pensar dos indivíduos e das coletividades. A reprodução social dos grupos dominantes, sua perpetuação no exercício do poder hegemônico instituinte da sociedade é possível através da utilização de instrumentos e mecanismos jurídicos, políticos, econômicos, militares, culturais e subjetivos que possam colocar à sua disposição a capacidade de agir e de pensar da maior parte da população, criando uma situação onde a maior parte da sociedade não dispõe integralmente de sua vida: o trabalhador assalariado, o servo, o escravo, uma vez que não possuem os meios de produção para garantir sua sobrevivência, são obrigados, pela necessidade que se impõe, a aceitar se submeter a determinadas condições de trabalho e de exploração e de colocar sua força de trabalho (física e intelectual) à disposição de um proprietário que irá dispor da riqueza produzida por terceiros. Nesse sentido, aqueles que estão subordinados não dispõem das condições de se apropriar integralmente do fruto de seu trabalho. No campo mais amplo da política, a redução da capacidade de agir e de pensar implica na constituição de duas classes fundamentais, dirigentes e dirigidos, aqueles que mandam e aqueles que executam (CASTORIADIS, 1983 e 2002), o que significa a limitação (parcial ou total) na participação do processo de gestão da vida social (formulação e aplicação de leis, gestão da produção e distribuição da riqueza, etc.). Nesse sentido,

> Para nós, o governo é a coletividade dos governantes; e os governantes – reis, presidentes, ministros, deputados, etc. – são aqueles que têm a faculdade de fazer as *leis* para regular as relações dos homens entre eles e de fazer executar estas leis; decretar e receber impostos; obrigar ao serviço militar; julgar e punir os contraventores das leis, vigiar e sancionar os contratos privados, monopolizar certos ramos da produção e certos serviços públicos; favorecer ou impedir a troca de produtos; declarar guerra ou decidir a paz com os governantes dos outros países; conceder ou retirar franquias, etc. etc. Os governantes, numa palavra, são aqueles que têm a faculdade, em um grau mais ou menos elevado, de se servir da força social – seja ela a força física, intelectual e econômica de todos – para obrigar todo o mundo a fazer o que eles próprios, os governantes, querem. Esta faculdade constitui, na nossa opinião, o princípio do governo, o princípio da autoridade.
> Mas qual é a razão de ser do governo?
> Por que abdicar, em favor de alguns indivíduos, de nossa própria iniciativa? Por que lhes dar a faculdade de se apoderar, com ou contra a vontade de cada um, da força de todos e dela dispo a seu bel-prazer? São

> eles, pois, tão excepcionalmente dotados que possam, com alguma aparência de razão, substituir a massa e prover os interesses dos homens, melhor do que os próprios interessados? São eles infalíveis e incorruptíveis a ponto de que se possa confiar, com prudência, o destino de cada um à sua bondade? (MALATESTA, 2001:18-19).

A capacidade de se exercer poder político é retirada do indivíduo e da coletividade e transferida para alguns (democracia, oligarquia) ou para um (ditadura)[12]. Tal transferência de poder expressa o caráter classista da constituição do Estado e o identifica como um conjunto de instituições cujo objetivo é impedir a emancipação dos trabalhadores e perpetuar a hegemonia das diversas frações das classes dominantes (capitalistas, burocratas, clérigos, militares, etc.). Assim, o Estado, nas formulações de Kropotkin, é uma "organização na qual se deixa, nas mãos de alguns, a gestão em bloco de todos os interesses de todos" (KROPOTKIN, 2005:28).

Coloca-se imediatamente a questão do processo de formulação das leis e sua legitimidade. A constituição do aparelho de Estado separa o indivíduo e a coletividade do processo direto de formulação de leis, direitos e deveres. Constitui-se uma separação formal de espaços de deliberação legítimos (os espaços das instituições e órgãos estatais) e os espaços da vida cotidiana (trabalho, casa, escola, ruas, etc.) onde os segundos são regulados e controlados pelos primeiros, sendo que o acesso aos espaços formais de deliberação e formulação de leis é absolutamente desigual entre grupos e classes sociais. Nesse sentido, os espaços da vida de todos são regulados e controlados por espaços apropriados e vivenciados apenas por alguns, o que configura uma evidente relação heterônoma entre indivíduos, grupos e classes. Ao invés de uma participação efetiva e plena de cada um nos assuntos da coletividade, ou, pelo menos, da criação de possibilidade de participação efetiva, são criadas diversas instituições que funcionam como mediadores entre a coletividade e o aparelho de Estado, que impedem o acesso direto ao espaço de formulação e deliberação, fazendo com que a coletividade fique dependente, subordinada, tutelada à burocracia, ao populismo, ao clientelismo, à corrupção, à incompetência e, por fim, à autoridade do Estado.

Kropotkin coloca a questão da relação de classes de forma explícita: a quem servem as leis? Como a autoridade é mantida em determinada ordem social? Ele associa diretamente a questão da manutenção da autoridade e a da tirania estatal e capitalista com a formulação das leis:

---

[12] Na realidade, mesmo na ditadura é impossível que apenas um único indivíduo centralize completamente o exercício do poder, afinal, ele necessita compartilhá-lo, de alguma forma, com outros indivíduos e classes que lhe garantem apoio e sustentação.

"A proteção da exploração – direta, pelas leis sobre a propriedade, e indireta, pela manutenção do Estado -, eis, portanto, a essência e a matéria de nossos Códigos modernos e a preocupação de nossas dispendiosas máquinas de legislação" (KROPOTKIN, 2005:177). Nesse sentido, Kropotkin conclui:

> O que são, no fundo, porém, todas as leis?
> A maior parte só tem um objetivo: proteger a propriedade individual, isto é, as riquezas adquiridas por meio da exploração do homem pelo homem; abrir novos campos de exploração do capital; sancionar as novas formas de exploração sem cessar, à medida que o capital açambarca novas atividades da vida humana: ferrovias, telégrafos, luz elétrica, indústria química, expressão do pensamento humano pela literatura e pela ciência, etc. O restante das leis, no fundo, tem sempre o mesmo objetivo, isto é, a manutenção da máquina governamental, que serve para assegurar ao capital a exploração e o açambarcamento das riquezas produzidas. Magistratura, polícia, exército, instrução pública, finanças, tudo serve o mesmo deus: o capital; tudo tem sempre um só objetivo: proteger e facilitar a exploração do trabalhador pelo capitalista. (KROPOTKIN, 2005:176).

A conclusão que o anarquismo chega após tais formulações é evidente: o aparelho de Estado não deveria sequer existir, uma vez que ele é um obstáculo à constituição de uma organização social livre baseada na livre cooperação, na ajuda mútua e na solidariedade. O caráter autoritário do Estado é um impedimento ao pleno desenvolvimento econômico, social, cultural e político do indivíduo e da sociedade, portanto, impede o desenvolvimento da capacidade de agir e de pensar, uma vez que uma minoria subordina, explora e controla uma maioria que fica apartada do processo de tomada de decisões, formulação e aplicação de leis, etc. Nesse sentido, um dos objetivos principais do movimento anarquista é abolir o Estado.

A outra instituição social que representa um obstáculo à constituição de uma sociedade livre é a propriedade privada, base fundamental do modo de produção capitalista. Esta correlação entre os dois faz com que o anarquismo assuma um caráter essencialmente anticapitalista. Assim como o Estado, a propriedade privada é essencialmente heterônoma, pois cria uma relação de poder desigual entre os homens, instituindo uma divisão entre possuidores/dominadores e despossuídos/dominados, estabelecendo uma relação de dominação e exploração da capacidade de agir e de pensar do homem (o que implica na exploração da sua força de trabalho, de sua capacidade criativa, de seus desejos, etc.). Abaixo, a mais célebre declaração anarquista sobre a propriedade seguida de outras que colocam a questão na perspectiva anarquista:

> Se eu tivesse de responder à seguinte pergunta: O *que é a escravidão?* e eu a respondesse numa palavra: *É o assassinato*, meu pensamento seria imediatamente compreendido. Não teria necessidade de um discurso muito longo para mostrar que o poder de espoliar o homem do pensamento, da vontade e da personalidade é um poder de vida e morte, e que escravizar um homem é assassiná-lo. Por que, então, a esta outra pergunta: *o que é a propriedade?*, não posso responder da mesma forma: *é um roubo*, sem ter a certeza de não ser entendido, embora esta segunda proposição não seja senão a primeira transformada? (Proudhon, 1998:20. Grifos no original).

> um mal ainda mais profundo do sistema atual afirma-se cada vez mais. É que na ordem de apropriação privada, tudo o que serve para viver e produzir – a terra, a habitação, o alimento e a ferramenta - uma vez passado às mãos de alguns, estes impedem continuamente que se produza o que é necessário para o bem-estar a cada um. (KROPOTKIN, 2001b:38).

O cerne da questão é entender o que torna a propriedade privada uma instituição essencialmente heterônoma. A propriedade privada dos meios de produção cria uma classe que dispõe dos instrumentos e recursos necessários à sobrevivência do homem. Nesse sentido, cria-se uma situação limite onde a existência física do indivíduo e da coletividade é ameaçada por conta de um determinado regime de propriedade, uma vez que os recursos necessários à reprodução biológica estão concentrados nas mãos de poucos. Tal situação, evidentemente, coloca em uma relação de dependência aqueles que nada ou pouco possuem. A ameaça da destruição física alimenta um sentimento de temor da morte e impotência sobre sua própria vida, criando condições para que um homem se submeta ao outro. Temer a morte, o frio, a fome, a miséria, enfim, significa diminuir sua potência, diminuir sua capacidade de agir e de pensar, logo, diminui o exercício da liberdade. Afinal, "é livre o homem que goza de suas razões e faculdade, que não está cego pela paixão nem *forçado ou impelido pelo medo*, nem desiludido por uma falsa opinião" (PROUDHON, 1988:117. Grifos nossos). Portanto, se analisarmos a propriedade privada somente por este viés político-biológico, podemos constatar seu caráter essencialmente heterônomo.

Vender a força de trabalho por qualquer preço (salário) a alguém não diminui ou elimina o caráter essencialmente heterônomo da relação: quem vende sua força de trabalho está colocando à disposição de alguém sua capacidade de agir e de pensar porque necessita garantir sua reprodução enquanto um ser biológico e social. As opções são restritas para a maior parte dos

trabalhadores, logo, não existe uma liberdade efetiva entre "escolher" trabalhar como carregador no porto ou ter uma vida pobre ou miserável no campo. Vender sua força de trabalho é a realidade que se impõe para a esmagadora maioria da população que vive em sociedades capitalistas, logo, a esmagadora maioria da população não é "livre" para trabalhar naquilo que lhe dá prazer e de forma que possa se apropriar integralmente do fruto de seu trabalho e, tão pouco é "livre" para escolher onde vai trabalhar. A decantada "liberdade de escolha" do pensamento liberal não se aplica, efetivamente, a alguém que deve "escolher" entre ser bóia-fria, mineiro, estivador, carvoeiro, etc. Essa "liberdade de escolha" é uma caricatura, uma mutilação do significado pleno da liberdade. Dessa forma, não há liberdade efetiva alguma, a não ser a "liberdade" de escolher por quem será explorado ou a quem estará subordinado. Em suma, em uma sociedade onde existe pouca opção para a sobrevivência, senão a venda da força de trabalho, fica configurada uma condição estrutural que submete muitos à dependência de poucos; muitos devem colocar a disposição de poucos sua capacidade de agir e de pensar, seus desejos, sua criatividade; muitos são expropriados de seu trabalho por poucos, independente do seu *status* ou remuneração dentro deste contexto de relações de produção assalariadas.

A heteronomia também se expressa no cotidiano das relações de trabalho. Apesar da existência de uma legislação trabalhista e da conquista de uma série de direitos que através de longos conflitos políticos e físicos ao longo da história do movimento operário (e não como benesses intrínsecas ao capitalismo), a definição das regras, normas e condutas, do tipo e do ritmo da produção, da organização do trabalho, das remunerações são definidas, de forma hegemônica, pelas classes dominantes, dentro dos limites da lei (o que pode gerar uma série de conflitos dependendo da composição de forças no aparelho de Estado em determinada conjuntura, que pode ser benéfica ou prejudicial aos trabalhadores). Em suma, as decisões fundamentais sobre o processo de trabalho (o que produzir, por que produzir, a divisão de tarefas, a distribuição da riqueza, produtos e tecnologia utilizada, horas de trabalho, etc.) não são tomadas pelos próprios produtores, mas sim pelos proprietários dentro dos limites estabelecidos pelo Estado. Mais uma vez, não é possível falar em "liberdade de escolha", onde o trabalhador "livre" pode escolher ou não trabalhar em determinado lugar sobre determinadas condições. A questão fundamental é que ele vai ter que se submeter às leis e normas de algum proprietário e do Estado e sem a possibilidade de exercer poder para definir o processo de produção. Tal impossibilidade,

evidentemente coloca obstáculos colossais à constituição de uma sociedade efetivamente livre, afinal,

> O operário civilizado que fornece seu trabalho por um bocado de pão, que edifica um palácio para dormir numa estrebaria, que fabrica caríssimos tecidos para cobrir-se de andrajos, que produz tudo para não ter nada não é livre. (PROUDHON, 1988:117-118).
>
> Homens que são escravos em seu trabalho, a maior parte de sua vida estão em estado de vigília, e que à noite adormecem esgotados diante de uma televisão embrutecedora e manipuladora não são e nem podem ser livres. A supressão da heteronomia é tanto a supressão da dominação de grupos sociais particulares sobre o conjunto da sociedade quanto a modificação da relação da sociedade instituída com sua instituição, a ruptura da submissão da sociedade em relação a sua instituição. Os dois aspectos aparecem com clareza extraordinária no caso da produção e do trabalho. A dominação de um grupo particular sobre a sociedade não poderia ser eliminada sem a abolição da dominação de grupos particulares sobre o processo de produção e trabalho – sem a abolição da hierarquia burocrática na empresa, como, aliás, em toda parte. (CASTORIADIS, 1980:20).

É possível afirmar que partindo da crítica à propriedade privada, o anarquismo clássico coloca em questão outros fundamentos do modo de produção capitalista, como a exploração do trabalho via o assalariamento, a constituição de classes, a subordinação e dependência de uma classe em relação à outra, a alienação do trabalhador, o embrutecimento das relações e do indivíduo, a distribuição desigual da riqueza socialmente produzida, etc. Nesse sentido, os ataques à propriedade privada são um meio de colocar em questão os fundamentos de uma organização societária baseada na desigualdade estrutural entre seus membros. Abolir tal organização societária implica em abolir um de seus principais alicerces. Por isso, o anarquismo assume de forma explícita a defesa da expropriação da propriedade privada como condição para a instituição de uma sociedade livre.

O primeiro ataque direto à propriedade privada é feito por Proudhon (1988), em *O que é a propriedade?,* obra marcada por ambigüidades e contradições, como salientamos anteriormente, onde o autor afirma que

> Escrevendo este memorial contra a propriedade, intento contra a sociedade inteira uma ação petitória; provo que todos que não possuem hoje são proprietários da mesma forma que os que possuem; mas, em lugar de concluir que a propriedade deve ser partilhada entre todos, peço que, como medida de segurança geral, seja abolida para todos. Se eu for

> vencido em minhas reivindicações, não nos resta, a vós proletários e a mim, senão cortar a garganta: já nada teremos a reclamar da justiça das nações; pois, como ensina em seu estilo vigoroso o Código do processo, artigo 26, o *demandante* cujos fins de *petitório* são indeferidos *já não pode agir no possessório*. Se, ao contrário, ganho o processo, então será preciso que entremos novamente com uma ação possessória, para obter nossa reintegração no gozo dos bens que o domínio da propriedade nos retira. (PROUDHON, 1988:42-45).

Em *O que é a propriedade?*, Proudhon desenvolve dez proposições para sustentar a impossibilidade da constituição de uma ordem societária justa baseada na propriedade privada. Tais proposições são as seguintes (contidas no capítulo IV e intitulado *Que a propriedade é impossível*):

1ª A propriedade é impossível porque do nada exige alguma coisa;
2ª A propriedade é impossível porque onde é admitida a produção custa mais do que vale;
3ª A propriedade é impossível porque, com um dado capital, a produção está na razão do trabalho, mas não na razão da propriedade;
4ª A propriedade é impossível porque é homicida;
5ª A propriedade é impossível porque com ela a sociedade se devora;
6ª A propriedade é impossível porque é a mãe da tirania;
7ª A propriedade é impossível porque ao consumir o que recebe perde-o, ao poupar anula-o, ao capitalizar volta-o contra a produção;
8ª A propriedade é impossível porque seu poder de acumulação é infinito e só se exerce sobre quantidades finitas;
9ª A propriedade é impossível porque é impotente contra a propriedade;
10ª A propriedade é impossível porque é a negação da igualdade;

Suas formulações e afirmações contundentes não se encarnaram em práticas mais radicais e apesar de bradar que a propriedade é um roubo, Proudhon não via com bons olhos a socialização ou coletivização dos meios de produção, preferindo uma organização baseada na constituição de cooperativas de trabalhadores e de crédito e em um sistema misto onde determinados meios de produção deveriam ser colocados à disposição da coletividade (como a terra, a água, recursos energéticos, por exemplo) através da posse e outros seriam individualizados (ferramentas, por exemplo), o que o coloca em um nível ou grau de radicalidade distinto dos demais autores. Qualquer tipo de associação deveria ser voluntário e a gestão dos assuntos regulada por meio de contratos que não permitissem a constituição de nenhum tipo de fórum ou espaço de deliberação que se assemelhasse, por acaso, a estruturas de governo. No entanto, a despeito de aspectos conservadores e ambíguos do anarquista francês, é inegável a sua influência sobre o movimento anarquista após a publicação desta obra.

Influenciados por Proudhon, mas assumindo uma postura mais radical, Bakunin, Kropotkin e Malatesta são claros: é necessário acabar com a propriedade privada para destruir o capitalismo e instituir uma nova organização social sem classes, livre, autogestionária, onde a propriedade é coletiva e a riqueza social distribuída de forma mais justa por todos.

> a expropriação deve incidir sobre tudo o que permite a quem quer que seja, banqueiro, industrial ou cultivador, apropriar-se do trabalho alheio. A fórmula é simples e compreensível. Não queremos despojar ninguém daquilo que anda vestido, mas queremos entregar aos trabalhadores *tudo* o que permite a quem quer que seja explorá-los, e neste sentido fazemos esforços para que, nada faltando a ninguém, não haja um único homem que seja *forçado* a vender seus braços pra aquele e seus filhos possam viver. Eis como entendemos a expropriação e o nosso dever durante a Revolução cuja vinda aguardamos, não daqui a duzentos anos, - mas num futuro *próximo*. (Kropotkin, 1975:66. Grifos no original).

> [as massas oprimidas] compreendem, enfim, que a condição indispensável para sua emancipação é a posse dos meios de produção, do solo e dos instrumentos de trabalho, ou seja, a abolição da propriedade individual. (MALATESTA, 2001:46).

Após a análise da concepção de liberdade no anarquismo clássico, da identificação dos principais obstáculos à constituição de uma sociedade efetivamente livre, instituída pelos princípios anarquistas, é possível apreender os elementos que balizam e orientam a constituição de uma organização societária anarquista. Em suma, a questão é: quais são os fundamentos políticos da sociedade anarquista? Podemos afirmar que tais fundamentos, indissociáveis, são a autogestão e o princípio federativo.

Antes de desenvolver tais fundamentos, é necessário retomar a reflexão acerca da relação entre indivíduo e coletividade no pensamento anarquista. O anarquismo é, por definição, uma doutrina que defende, ferrenhamente, a liberdade individual, ou seja, a capacidade de agir e pensar e afirma, como já vimos, que uma organização social deve ter como objetivo criar as condições para que cada indivíduo possa desenvolver ao máximo suas capacidades e potencialidades. Por outro lado, a fração hegemônica do anarquismo afirma que uma sociedade livre só pode ser constituída sobre os fundamentos da cooperação, ajuda mútua, solidariedade, igualdade, coletivização dos meios de produção[13], etc. Coloca-se um problema importante: como

[13] A coletivização dos meios de produção deve ficar circunscrita ao anarquismo revolucionário e radical encarnado por Bakunin, Kropotkin, Malatesta, Reclus, as organizações anarcossindicalistas, que se distinguem das perspectivas mutualistas ou individualistas.

conciliar a defesa da liberdade individual e a constituição de uma coletividade? Em outras palavras, como instituir uma organização societária na qual "cada um se governa por sua própria vontade"[14], caracterizada pela "anarquia, governo do homem por si mesmo, isto é, negação do governo de alguns homens sobre outros"[15] e, ao mesmo tempo, gerir inúmeros problemas e situações que se apresentam para todos? Para desenvolver tais questões, vamos nos remeter ao filósofo Baruch Espinosa.

A ferrenha defesa do indivíduo livre pode ser analisada a luz do conceito de direito natural, onde este afirma que cada indivíduo é senhor e juiz pleno de si mesmo. Por direito natural, Espinosa entende

> As próprias leis ou regras da Natureza segundo as quais tudo acontece, isto é, o próprio poder da Natureza. Por conseguinte, o direito natural da Natureza inteira, e conseqüentemente de cada indivíduo, estende-se até onde vai a sua capacidade, e, portanto, tudo o que faz um homem, seguindo as leis de sua própria natureza, fá-lo em virtude de um direito natural soberano e tem sobre a natureza tanto direito quanto poder. (ESPINOSA, 2000:442).

Por outro lado, a defesa de uma organização societária baseada na cooperação, ajuda mútua, na coletivização dos meios de produção coloca em questão a constituição daquilo que é comum, de uma coletividade, de algo que é maior do que a mera soma dos indivíduos. Constitui-se, portanto, um espaço público onde serão discutidas, criadas e instituídas as leis e normas que regem todos os assuntos em comum, que afetam a todos os indivíduos que vivem naquela determinada comunidade. Nesta condição, é evidente que cada indivíduo não vive pura e simplesmente de acordo com seu juízo e suas leis, ou seja, não vive plenamente de acordo com seu direito natural, uma vez que as leis, regras e normas são instituídas por um corpo maior e mais potente do que o seu, que é o corpo da coletividade. A questão que se coloca é: como constituir um corpo coletivo que permita ao máximo o desenvolvimento das potencialidades e singularidades individuais? Como passar daquilo que é próprio (direito natural) para aquilo que é comum sem fazer com que tudo o que é próprio desapareça em uma homogeneidade opressora?

Espinosa argumenta que o homem vivendo apenas no direito natural não é capaz de aumentar e efetivar completamente sua capacidade de agir e de pensar pelo simples fato de estar

[14] KROPOTKIN, 2001:35.
[15] OLIVER in SANTILLÁN, 1980:16.

sozinho e a mercê de qualquer corpo mais forte e potente do que ele (um animal selvagem, um grupo de ladrões, uma nevasca, etc.). Nesse sentido, o indivíduo é senhor absolutamente pleno de si, mas fraco, pouco potente, pois não dispõe de meios e condições para aumentar sua potência, nem se proteger adequadamente dos perigos que podem afligi-lo. A solução para superar tal condição de liberdade limitada é a cooperação, a união de forças, que permite que um corpo frágil se torne cada vez mais potente conforme se encontra e se associa com outros corpos:

> Se duas pessoas concordam entre si e unem forças, terão mais poder conjuntamente e, conseqüentemente, um direito sobre a Natureza que cada uma delas não possui sozinha e, quanto mais numerosos forem os homens que tenham posto as suas forças em comum, mais direitos terão todos eles. (ESPINOSA, 2000:446).

Encontramos mais um ponto de contato entre o anarquismo clássico e o espinosismo, uma vez que o princípio político é basicamente o mesmo: busca-se o maior desenvolvimento da capacidade de agir e de pensar do indivíduo inserido dentro de uma coletividade que se constitui pela cooperação, ajuda mútua e na gestão dos assuntos em comum. Esta perspectiva não elimina, evidentemente, os conflitos, contradições e arbitrariedades, no entanto, ela busca aumentar a possibilidade de exercício pleno da liberdade através de uma ética que busca cultivar as virtudes (honestidade, alegria, amor) e controlar os vícios (cólera, ódio, inveja, cobiça, etc.). Assim, a associação, a ajuda mútua e a cooperação são fundamentos para a constituição de organização societária que permite e estimula o desenvolvimento das potencialidades individuais, logo, são condições para uma sociedade livre.

> Acrescentemos que sem mútua cooperação os homens nunca poderão viver bem e cultivar a sua alma. Chegamos, portanto, a esta conclusão: que os direitos naturais, no que respeita propriamente ao gênero humano, dificilmente se pode conceber, a não ser quando os homens têm direitos comuns, terras que podem habitar e cultivar em comum, quando podem vigiar a manutenção do seu poder, proteger-se, combater qualquer violência e viver segundo uma vontade comum. Efetivamente, quanto maior (§ 13 deste capítulo) for o número dos que, reunindo-se, tenham formado um corpo, tantos mais direitos usufruirão, também, em comum. (ESPINOSA, 2000:446-447).

O anarquismo, assim como Espinosa, parte do próprio ao comum. No entanto, a ausência do Estado não elimina a necessidade da formulação de leis e normas que devem orientar a conduta e gerir os assuntos em comum. As leis e normas devem ser formuladas e aplicadas pela

participação dos cidadãos nos assuntos públicos, da forma mais livre possível, elas devem emanar da vontade e da deliberação autônoma do coletivo, onde cada indivíduo deve ter garantido a possibilidade efetiva do exercício do poder político. Dessa forma, as leis e normas não são produzidas pelo aparelho de Estado apropriado e controlado pelos grupos dominantes, mas emana da coletividade que busca conviver de forma solidária. Nessa perspectiva, o indivíduo se submete à lei da qual ele participou de sua formulação (concordando ou não com ela).

É nesse momento em que o direito natural é sobrepujado pelo estado civil, uma vez que o exercício do poder é deslocado do indivíduo (único juiz e senhor de seus atos) para uma coletividade composta por diversas singularidades. Quando os indivíduos constituem um corpo maior e mais forte, que é a coletividade, cada indivíduo se submete a este corpo, estando plenamente de acordo ou não com as leis e normas que foram instituídas através do livre debate e discussão das ideias. A ideia central é que não ocorra o massacre do indivíduo em nome da coletividade, uma vez que ele conserva para si sua capacidade de julgamento, raciocínio e pode participar plenamente do processo decisório. Para que a vontade comum possa aumentar as liberdades e permitir maior autonomia de seus membros, é necessário que a associação, a cooperação e a solidariedade sejam estabelecidas com o objetivo principal de aumentar a liberdade individual e coletiva (a liberdade de um como um reconhecimento da liberdade do outro, o que fortalece a coletividade) e de forma livre e voluntária, tão livre que cada um saiba e aceite os limites que serão estabelecidos para seu julgamento individual em troca de um aumento mais geral de sua capacidade de agir e pensar, que seria reduzida caso permanecesse sozinho por toda sua vida.

A constituição do que é comum, na doutrina anarquista clássica, se dá pela autogestão da sociedade baseada no princípio federativo.

A autogestão é o exercício mais pleno e efetivo do poder instituinte de uma determinada coletividade no processo de discussão, formulação, deliberação e instituição de leis e normas que regem a vida coletiva, os assuntos em comum e as condutas individuais dentro de uma coletividade. A autogestão é a capacidade de exercício de poder onde uma coletividade formula e institui para si suas próprias leis e normas e possui a liberdade para alterá-las e questioná-las sempre que julgar necessário, de forma imanente sem atribuir a existência ou o significado de tais leis e normas a nenhum tipo de estrutura ou ente transcendental como Deus, o Partido ou o Estado. O poder de decidir e organizar o *socius* não está concentrado em uma pessoa (monarquia,

império, tirania), em uma instituição (Estado, empresas e partidos) e, tão pouco, é transferido para outros por meio da representação (democracia representativa), mas emana diretamente de todos os membros de determinado grupo ou sociedade que. A autogestão implica na possibilidade de participação direta e igualitária (o que pressupõe a formação intelectual, o acesso a informações e infra-estrutura técnica para que cada um possa pensar e formar juízos e ideias por si próprio) de qualquer membro da sociedade no processo de tomada de decisões (instituição de leis, normas, organização do trabalho, distribuição da riqueza, etc.), pressupõe o controle efetivo no processo de tomada de decisões pelos próprios envolvidos, em um ambiente protegido (mas não completamente desprovido) das relações heterônomas que cristalizam hierarquias e divisões entre dirigente e dirigidos.

O anarquismo clássico coloca a questão da autogestão a partir da associação voluntária e livre dos indivíduos unidos por interesses em comum e imbuídos do desejo e da vontade de engajar-se na construção de um bem comum, em um processo que tenha como objetivo o desenvolvimento de suas potencialidades. Tal cooperação só é possível se cada indivíduo estiver disposto a reconhecer e aceitar a liberdade do outro como condição para sua própria liberdade, o que os tornam iguais uns perante os outros. A condição de igualdade na e pela liberdade permitem a constituição de coletividades autônomas. Uma importante observação: criar as condições de igualdade de participação não significa, em hipótese alguma, a homogeneização dos indivíduos. Criar condições iguais de acesso a educação, informação, infra-estrutura, não significa dizer que todos terão as mesmas características, talentos ou capacidade de aprendizado: sempre existirão os tímidos, aqueles que conseguem se expressar melhor, que possuem mais dificuldade para aprender, etc. A questão fundamental é que a coletividade deve garantir as condições para a livre participação de todos no processo de instituição de leis e normas. A constituição daquilo que é comum, daquilo que se refere a todos deve ser feita de forma horizontal, de maneira a evitar ou, de forma mais realista, a diminuir as hierarquias e relações autoritárias, afinal, é impossível eliminar completamente das relações sociais os conflitos e a heteronomia. Nesse sentido, o anarquismo clássico coloca a questão da autogestão, da ideia da autodeterminação social, do exercício imanente do poder instituinte acerca da organização societária como “livre iniciativa”, “organização de baixo para cima”, “ausência de autoridade”, etc.

> O essencial é isto: que se constitua uma sociedade na qual a exploração e a dominação do homem pelo homem não seja mais possível; onde todos

> tenham à livre disposição os meios de existência, de desenvolvimento e de trabalho; onde todos possam participar como querem e como sabem da organização da vida social. Em tal sociedade, tudo será necessariamente feito de modo a satisfazer o melhor possível as necessidades de todos, levando em conta os conhecimentos e as possibilidades do momento; tudo se transformará para melhor, à medida que aumentarem os conhecimentos e os meios. (MALATESTA, 2001:72-73).

> Efetivamente, tudo quanto no passado constitui um elemento de progresso ou um instrumento de aperfeiçoamento moral e intelectual da raça humana, foi devido à prática do apoio mútuo, aos costumes que reconheciam a igualdade dos homens e os levavam a aliar-se, associar-se para produzirem e consumirem, a unir-se para se defenderem, a federar-se e *a reconhecer como juízes, para resolver as suas querelas, somente os árbitros escolhidos de seu próprio seio.* (KROPOTKIN, 2001b:67. Grifos nossos).

> A anarquia, quer dizer, a organização livre e autônoma de todas ass unidades ou partes separadas que compõem as comunas e sua livre federação, fundada de baixo para cima, não pela injunção de qualquer autoridade que seja, mesmo eleita, nem tampouco pelas formulações de uma sábia teoria, qualquer que seja ela, mas em conseqüência do desenvolvimento natural das necessidades de todos os tipos, que a própria vida fizer aparecer. (BAKUNIN, 2003:237)

A autogestão anarquista é indissociável da ideia de federação, que é justamente a constituição de uma comunidade de interesses, de uma coletividade que se constitui de forma livre através de um vínculo de consciência, vínculo de razão, vínculo de paixão ou de interesse que cria obrigações, direitos e deveres entre os homens (e, fatalmente, divergências, conflitos, etc.). Portanto, a federação é anterior à autogestão. Podemos identificar dois momentos: 1. constituição da coletividade de forma livre e voluntária unida por vínculos de interesses em comum; 2. a autogestão desta coletividade, ou melhor, desta federação.

A ideia de federação, no pensamento anarquista clássico, foi desenvolvida de forma mais sistemática por Proudhon (2001), na obra *Do princípio federativo*. Assim como Proudhon lançou os fundamentos da crítica à propriedade e ao Estado, ele formula as bases para a ideia da federação e da descentralização política e econômica da organização societária como fundamentos para a instituição de uma sociedade livre.

Proudhon inicia sua formulação acerca da federação pela ideia de contrato político, segundo a qual, o contrato é "uma convenção pela qual uma ou mais pessoas obrigam-se em

relação a uma ou outras mais a fazer ou não fazer alguma coisa" (PROUDHON, 2001:87). A princípio, tal noção de contrato pode comportar dentro de si uma série de componentes conservadores, liberais e heterônomos, no entanto, Proudhon afirma que existem determinadas condições para a validade do contrato político e tais condições visam impedir as relações de dominação e subordinação entre os envolvidos. Assim, o anarquista francês afirma que todo contrato político deve ser, ao mesmo tempo, "sinalagmático ou bilateral, quando os contratantes obrigam-se reciprocamente uns em relação aos outros" e "comutativo, quando cada uma das partes se compromete a dar ou fazer uma coisa que é considerada como o equivalente ao que se lhe dá ou ao que se faz por ela" (PROUDHON, 2001:87). Assim,

> O contrato político não adquire toda a sua dignidade e moralidade senão com a condição primeiro de ser sinalagmático e comutativo; segundo, de estar contido, quanto a seu objeto, dentro de certos limites: duas condições que se supõe existirem no regime democrático, mas que, ainda aí, não são quase sempre senão uma ficção. Pode-se dizer que em uma democracia representativa e centralizadora, em uma monarquia constitucional e censorial [sic; censualista], ainda mais uma república comunista, à maneira de Platão, o contrato político que liga o cidadão ao Estado seja igual e recíproco? Pode dizer-se que esse contrato, que tira aos cidadãos metade ou dois terços de sua soberania e o quarto de seu produto, esteja encerrado nos seus justos limites? Seria mais verdade dizer, o que a experiência confirma demasiadas vezes, que o contrato, em todos esses sistemas, é exorbitante, oneroso, pois que ele é, para uma parte mais ou menos considerável, sem compensação; e aleatório, pois que a vantagem prometida, de início insuficiente, nem sequer é assegurada. (PROUDHON, 2001:89).

O contrato político só possui funcionalidade e legitimidade se ele permitir a cada uma das partes conservar sua liberdade, sua iniciativa e aumentar sua capacidade de agir e de pensar, logo, aumentar sua liberdade, o que seria impossível sozinho, uma vez que aqueles que se engajam na associação "não somente se obrigam sinalagmática e comutativamente uns em relação aos outros, como se reservam, individualmente, formando o pacto, mais direitos, liberdade, autoridade, propriedade, do que o que abandonam" (PROUDHON, 2001:90). O contrato político é uma forma de se passar do próprio ao comum, de permitir um encontro de corpos que constituam um corpo mais forte, a coletividade, mas que não submeta seus membros a um processo de homogeneização ou que produza uma tirania do coletivo sobre o indivíduo. Assim,

> encerrando-se em limites corretos, ele [o contrato político] continue vantajoso e cômodo para todos, é preciso que o cidadão, entrando na associação, primeiro tenha a receber do Estado como o que lhe sacrifica;

> segundo, que conserve toda a sua liberdade, soberania e iniciativa, menos o que é relativo ao objeto especial para o qual o contrato foi feito e pelo o qual se pede a garantia do Estado" (PROUDHON, 2001:90).

Em outras palavras, "*um contrato sinalagmático e comutativo, para um ou mais objetos determinados, mas cuja condição essencial é que os contratantes reservem sempre uma parte de soberania e de ação maior que aquela que abandonam*" (PROUDHON, 2001:97. Grifos no original).

O contrato político firmado de forma livre e voluntária por indivíduos, grupos e classes que partilhem de interesses em comum, recebe o nome de federação.

> FEDERAÇÃO, do latim *foedus*, genitivo *foederis*, quer dizer pacto, contrato, tratado, convenção, aliança, etc. é uma convenção pela qual um ou mais chefes de família, uma ou mais comunas, um ou mais grupos de comunas ou Estados, obrigam-se recíproca e igualmente uns em relação aos outros para um ou mais objetos particulares, cuja carga incumbe especial e exclusivamente aos delegados da federação. (PROUDHON, 2001:90. Grifos no original).

A federação pode ser de qualquer natureza: federações de músicos, pintores, agricultores, operários, artesãos, intelectuais, cidades, comunas, etc., que se constituem em diversas escalas e podem estar articuladas de forma multiescalar através de uma série de redes. Quando duas ou mais federações se associam, temos a constituição de confederações.

A ideia fundamental da federação é permitir que cada unidade que a constitua preserve sua autonomia e soberania em relação à coletividade dentro dos limites estipulados pelo contrato político. Em outras palavras, o objetivo fundamental da federação é aumentar a capacidade de agir e de pensar de seus componentes, é garantir-lhes uma potência de agir maior do que teriam se permanecessem sozinhos. Assim, a federação coloca como condição de existência a horizontalidade e a descentralização das relações de poder, visando evitar a constituição de hierarquias autoritárias e reduzir as chances da constituição de relações heterônomas. Nesse sentido, as instituições e órgãos criados pela federação não podem subtrair da coletividade o exercício do poder instituinte. Mais uma vez, devemos chamar a atenção para o fato de ser praticamente impossível que não exista nenhum tipo de centralização ou hierarquização constituída nas relações de poder. Não é adequado idealizar nenhum tipo de proposta de organização societária. A postura mais prudente é pensar o princípio federativo como algo que busca proteger e reduzir a centralização e a hierarquia e não como uma organização societária

completamente imune às heteronomias do poder. Além disso, é possível imaginar que em determinadas situações a centralização seja uma necessidade vital para a sobrevivência da própria federação, como na questão da defesa do território, por exemplo. Ainda assim, é possível sintetizar o princípio federativo da seguinte forma:

> De acordo com esses princípios, tendo o contrato da federação por objeto, em termos gerais, garantir aos Estados confederados sua soberania, a liberdade de seus cidadãos; regular os seus diferendos, prover, através de medidas gerais, a tudo o que interesse à segurança e à prosperidade comum; este contrato, dizia eu, apesar da grandeza dos interesses em jogo, é essencialmente restrito. A autoridade encarregada de sua execução não pode nunca retirá-la aos seus constituintes; quero dizer que as atribuições federais nunca podem exceder em número e em realidade as autoridades comunais ou provinciais, do mesmo modo que estas não podem exceder os direitos e as prerrogativas do homem e do cidadão. (PROUDHON, 2001:91).
>
> Em resumo, o sistema federativo é o oposto da hierarquia ou centralização administrativa e governamental a qual distingue, *ex aequo*, as democracias imperiais, as monarquias constitucionais e as repúblicas unitárias. A sua lei fundamental, característica, é esta: na federação, os atributos da autoridade central especializam-se e restringem-se, diminuem de número, de intermediários, e se ouso assim dizer, de intensidade, na medida em que a Confederação se desenvolve pela acessão de novos Estados. Nos governos centralizados, ao contrário, os atributos do poder supremo aumentam, estendem-se e imediatizam-se, colocando na competência do príncipe os assuntos das províncias, comunas, corporações e particulares, na relação direta da superfície territorial e do número da população. Daí essa sobrecarga sob a qual desaparece toda a liberdade, não só comunal e provincial, mas mesmo individual e nacional. (PROUDHON, 2001:91).

A federação coloca a questão da descentralização do poder em dois sentidos:

1. Aquele estritamente político, referente ao compartilhamento do poder, ou seja, quem participa ou não, de forma efetiva, do processo que institui leis, normas, condutas, metas, objetivos, órgãos, instituições, etc. A descentralização, nesse caso, diz respeito ao compartilhamento do exercício do poder, ou seja, da divisão do poder em uma coletividade, o que pressupõe evitar ou diminuir as chances da constituição de grupos, classes, órgãos ou instituições que possam exercer o poder instituinte de forma centralizada, com elevado grau de independência ou à revelia da coletividade, como as diferentes modalidades de aparelho de Estado (liberal, totalitário, populista, monárquico, etc.). Nesse sentido, devemos referir o debate da descentralização à questão da

autogestão, discutida anteriormente. Tal perspectiva de descentralização implica, necessariamente, na autogestão da organização societária.

2. A espacialidade da organização societária em termos de estruturas produtivas (como no título do livro de Kropotkin, os campos, as fábricas e as oficinas), os limites até onde valem determinadas leis e normas, as atividades e projetos de planejamento e gestão territorial da infra-estrutura, constituição e manutenção de redes sociais, implementação e gestão dos serviços, etc. A perspectiva da descentralização anarquista é evitar a constituição de um pequeno número de grandes concentrações urbano-industriais e da especialização extrema da produção de bens e recursos. A questão que se coloca é como aproveitar ao máximo as potencialidades de um determinado espaço e minimizar suas deficiências através da constituição de redes de cooperação e ajuda mútua, o que implica na articulação multiescalar do planejamento e da gestão territorial. De forma sintética, a ideia fundamental da espacialidade anarquista pode ser expressa das seguintes formas:

> (...) a administração de assuntos econômicos e sociais será executada por pequenos grupos locais e funcionais que exigirão dos indivíduos um mínimo de sacrifício de sua soberania, necessário para uma vida descentralizada, desburocratizada e altamente simplificada. Na verdade, os indivíduos se reunirão em comunas e associações operárias e esses, por sua vez, se reunirão em sessões regionais. As autoridades dominadoras serão substituídas por secretariados coordenados. Nessa rede orgânica de equilíbrio de interesses, baseada no anseio natural pela ajuda mútua, as formas artificiais de coerção tornar-se-ão desnecessárias. (WOODCOCK, 2002:36).

> A futura organização social deve ser construída apenas de baixo para cima, por meio da livre associação ou federação dos trabalhadores, de início em associações, depois nas comunas, regiões, nações e, enfim, numa grande federação internacional e universal (BAKUNIN apud BOOKCHIN et al, 2003:73)

> É preciso dizer inicialmente que o aspecto característico da vida social, entre nós, aparece na autogestão, pelos trabalhadores, de seus interesses sobre uma base local (...) tudo isso se opondo à concepção dos bolcheviques quanto aos sovietes políticos. (...) – Sovietes livres, pois são completamente independentes de qualquer autoridade central que seja e, além disso, eleitos com toa independência. – Sovietes de trabalhadores, pois estão edificados sobre a base do trabalho comum; compreendem em seu seio trabalhadores, correspondem à sua vontade, servem exclusivamente seus interesses e não deixam lugar algum a qualquer influência política. (NIKOLAER in MAKNHO et al., 2001:91/92).

A formulação acerca da descentralização proposta pelo anarquismo clássico coloca em questão a estratégia da desconcentração física das estruturas produtivas e dos corpos políticos como forma de se alcançar efetivamente a descentralização do exercício do poder em termos territoriais (SOUZA, 2006:440-441/543-551). Uma sociedade basicamente anarquista e descentralizada implica o exercício do poder autônomo instituinte em todas as escalas espaciais da vida social: desde a unidade familiar (supondo que ela exista), passando pelo prédio, pela rua, pela comuna até alcançar escalas regionais, nacionais (supondo que territórios nacionais existam), etc. Assim, o exercício do poder autônomo opera em diversas escalas e uma descentralização efetiva deve considerar a distribuição do poder no território para evitar relações heterônomas e hierárquicas entre escalas e espaços distintos (ex. uma cidade exercendo a função de centro político e econômico, uma região que se impõe às demais, etc.). Portanto, a descentralização do poder coloca a necessidade de diversos graus de uma desconcentração física das atividades produtivas e corpos políticos, o que significa uma organização espacial baseada em uma distribuição mais equilibrada da população, na redução das gigantescas concentrações urbano-industriais metropolitanas concomitante ao desenvolvimento de centros urbanos de porte médio e em uma nova articulação entre cidade e campo que busque mais uma integração política e econômica do que a manutenção das relações hierárquicas entre os dois espaços capitaneadas pelas cidades.

Kropotkin defende a ideia de que a descentralização deve ser política e econômica, para permitir que cada coletividade, seja uma comuna (urbana ou rural), uma federação ou uma confederação possa ter condições ou, de forma muito mais realista, a possibilidade de produzir a maior quantidade possível de bens e serviços necessários ao cotidiano. Nesse sentido, o anarquista russo propõe que cada comuna, federação ou confederação tenha uma estrutura produtiva agropecuária, industrial e de serviços a mais diversificada possível para conseguir alcançar um grau satisfatório de auto-suficiência, ou, de forma mais realista, que diminua sua dependência de outros espaços para satisfazer ao menos as necessidades básicas de sua população. Uma vez que a auto-suficiência completa é praticamente uma impossibilidade real e concreta, é necessária uma forte articulação baseada na cooperação entre os diversos lugares para que exista uma complementaridade entre as diversas cadeias produtivas que permitam a satisfação das necessidades da população. Esta necessidade coloca como condição para a

viabilidade de tal organização societária a constituição de federações e confederações que consigam articular redes de bens, serviços e atividades produtivas que possam satisfazer as necessidades socialmente criadas, são necessárias articulações multiescalares e a relação solidária entre os lugares. Esta perspectiva coloca uma situação extremamente complexa para a organização societária: busca-se, por um lado, a diversificação da produção para diminuir a dependência de outros lugares e, ao mesmo tempo, valoriza-se as potencialidades particulares de cada lugar, o que poderia levar a uma especialização da produção agropecuária ou industrial e, além disso, é necessário criar redes de planejamento, gestão e troca de produtos em diversas escalas, articulando cidade e campo.

> Cada país acha vantagem em conjurar dentro do seu território a agricultura com a maior variedade possível de fábricas e manufacturas. A especialização de que nos falam os economistas era boa para enriquecer alguns capitalistas, mas não tem nenhuma razão de ser, e pelo contrário, há toda a vantagem que cada país, cada área geográfica possa cultivar trigo e legumes e produzir todos os produtos manufacturados que consome.
> Esta diversidade é a melhor garantia do desenvolvimento completo da produção pelo concurso mútuo de cada um dos elementos do progresso.
> Só a par com as fábricas a agricultura pode prosperar. E desde que aparece a primeira, uma variedade infinita de outras fábricas surge em torno daquela, a fim de que, sustentando-se mutuamente e estimulando-se umas às outras pelas suas invenções, prosperem conjuntamente, produzindo a prosperidade da região. (KROPOTKIN, 1975:237).

Para viabilizar tal proposta, Proudhon sugere a constituição das federações agrícola-industriais. A espacialidade desta proposta de organização societária baseada no princípio federativo está explícita: pressupõe uma articulação funcional e não hierárquica entre cidade e campo e admite, implicitamente, a impossibilidade de uma auto-suficiência e completa independência de cada unidade federativa em relação às demais. Nesse sentido, Proudhon propõe uma organização espacial da produção e da gestão dos serviços de interesse público mediante o contrato político, ou seja, através da federação, onde os interessados deveriam se organizar para assegurar o funcionamento de serviços como o transporte (manutenção de estradas e ferrovias), correios, portos, etc.: “A federação agrícola-industrial, pelo contrário, tende a aproximar cada vez mais a igualdade pela condição, ao mais baixo preço e em outras mãos que não as do Estado, de todos os serviços públicos” (PROUDHON, 2001:130).

> Considerada em si mesma, a idéia de uma federação industrial servindo de complemento e de sanção à federação política, recebe a mais estrondosa confirmação dos princípios da economia. É a aplicação sobre a mais alta escala dos princípios de mutualidade, de divisão do trabalho e de solidariedade econômica, que a vontade do povo teria transformado em leis do Estado.
> Que o trabalho continue livre; que o poder, mais mortal para o trabalho que a própria comunidade, abstenha-se de lhe tocar: em boa hora. Mas as indústrias são irmãs; são ramificações umas das outras; uma não pode sofrer sem que as outras padeçam. Que elas se federem então, não para se absorver e se confundir, mas para garantirem mutualmente as condições de prosperidade que lhe são comuns e das quais nenhuma se deve arrogar monopólio. Formando um tal pacto, elas não estarão a atentar minimamente contra sua liberdade; não farão senão dar-lhe mais certeza e força. (PROUDHON, 2001:130).

A comuna é a unidade territorial da organização social baseada no princípio federativo. É na comuna que se constitui a coletividade autônoma, aquela que se institui a partir da livre associação e da ajuda mútua. A comuna é o espaço do exercício do poder instituinte efetivo desta comunidade de interesses, onde irão vigorar as leis, normas, órgãos e instituições criadas de forma imanente pelos homens. É na comuna que se organizam o trabalho, a educação e os serviços necessários à vida cotidiana. A comuna é o espaço do exercício cotidiano, pleno e direto do poder, é o território no seu sentido pleno; é o espaço da referência identitária, aquele espaço a partir do qual identidades são produzidas e vivenciadas socialmente; é lugar, um espaço dotado de significação, de vivência, de "topofilia" (TUAN, 1983) que expressa toda uma carga de afetividade acerca de um determinado espaço.

As comunas rurais ou urbanas são os nós das redes que articulam o território de federações ou confederações em escalas mais amplas (não necessariamente mais importantes ou superiores), como a comarcal ou a regional. O arranjo espacial da federação agrícola-industrial de Proudhon ou da descentralização-desconcentração de Kropotkin é baseado na articulação multiescalar das comunas, das unidades básicas da organização sócio-espacial. É a relação entre estas unidades que colocará as necessidades, problemas e conflitos que deverão ser satisfeitos e superados pelas coletividades. Portanto, são as mesmas relações que engendrarão formas de organização, planejamento e gestão da vida de acordo com as dificuldades e questões colocadas, impossibilitando atribuir a uma determinada escala a centralidade sobre a organização societária.

> Se Paris se subleva e triunfa, terá o direito e o dever de proclamar a liquidação completa de Estado político, jurídico, financeiro e

> administrativo, a bancarrota pública e privada, a destruição de todas as funções, de todos os serviços, de todas as forças do Estado, o incêndio ou o fogo da alergia de todos os papéis e atos públicos e privados, a fim de que todos os trabalhadores reunidos em associações, e que terão expropriado todos os instrumentos de trabalho, capitais de qualquer espécie e edifícios, fiquem armados e organizados por ruas e por quarteirões. Formarão a federação revolucionária de todos os quarteirões, a comuna diretiva. E esta comuna terá o dever de declarar que não se arroga o direito de governar e de organizar a França, mas que chama o povo de todas as comunas, tanto da França como do que se chamava até agora o estrangeiro, a seguir o seu exemplo, a fazer, cada uma na sua região, uma revolução tão radical, tão destrutiva para o Estado, para o direito jurídico e para a propriedade privilegiada. (BAKUNIN, s/d:57).

A análise das formulações acerca da organização da sociedade pós-revolucionária e do exercício do poder coloca a necessidade da análise da organização interna do próprio movimento anarquista para nos permitir apreender a coerência política e teórica entre o que se propõe para o conjunto da sociedade e as práticas e relações de poder que se estabelecem dentro do próprio movimento. Essa análise é fundamental, uma vez que o tipo de organização interna nos diz muito sobre o tipo de organização societária que se constituirá. Nesse sentido, é importante ressaltar que o tipo de organização utilizada para se alcançar determinado fim é tão importante quanto o próprio objetivo em si: um movimento que se afirma libertário e busca a emancipação humana, mas que se organiza a partir de estruturas hierárquicas e autoritárias entra em contradição com suas próprias formulações. Os meios que são utilizados para se atingir determinado objetivo, muitas vezes, nos dizem muito mais dos que os manifestos, teorias e discursos. Outro ponto importante para se levar em conta na análise é a eficácia das ações do movimento anarquista e a sua real inserção e influência no movimento dos trabalhadores.

O anarquismo se inseriu de forma heterogênea no movimento dos trabalhadores. Nos países capitalistas centrais o anarquismo foi uma força política importante e significativa apenas na França, onde no período de 1840 a 1910 sempre esteve presente no movimento operário e, principalmente, junto aos artesãos. Na Inglaterra e na Alemanha o anarquismo nunca se constituiu como uma força política significativa, ficando restrito a pequenos grupos de artesãos e artistas[16].

No caso francês, entre 1848 e 1865, existe o predomínio das formulações de Proudhon, onde o mutualismo e o federalismo vão dominar o pensamento libertário. Entre 1865 e 1880, o

[16] Sobre a história do movimento anarquista, consultar Rocker (1978), Nettlau (1979) e Woodcock (2002a e 2002b).

anarquismo francês passa a ser caracterizado pelo predomínio da concepção coletivista de Bakunin e defendido por importantes intelectuais e militantes anarquistas como Élie e Élisée Reclus, Loiuse Michel, Jean Grave, Sébastien Faure, por exemplo. Após a Comuna de Paris (1871) o anarquismo francês passa por um período de desarticulação e isolamento que só será superado após a consolidação do anarcossindicalismo e a fundação da Confederação Geral do Trabalho (1895), na qual os anarquistas conquistam a hegemonia até 1907. Entre 1880 e 1910, aproximadamente é possível observar o desenvolvimento do anarco-comunismo de Kropotkin, que passa a influenciar parte significativa do movimento anarquista francês, disputando a hegemonia com o coletivismo e o surgimento do anarcossindicalismo, que será a principal forma de atuação concreta do anarquista e exercendo significativa influência no movimento operário francês.

No caso inglês, por conta do pioneirismo da revolução industrial, os operários constituíram fortes organizações sindicais que, ao longo do século XIX, tornaram-se cada vez mais reformistas e foram, gradativamente, abandonando a perspectiva revolucionária. Pela sua antiguidade e força junto ao movimento operário, tais organizações conseguiram impedir o avanço do anarquismo nas suas fileiras.

> (...) o operariado inglês atravessou duas fases: a fase revolucionária do período cartista e a fase do reformismo moderado que se seguiu àquela, nas décadas de 50, 60 e 70 do século passado [século XIX]. Na primeira fase, o movimento operário inglês esteve na vanguarda mundial enquanto organização de massa, consciência política de classe, desenvolvimento de ideologias anticapitalistas (como as primeiras formas de socialismo) e militância. Na segunda fase, esteve ainda na vanguarda mundial enquanto uma forma especial de organização, isto é, o sindicalismo, e provavelmente também enquanto uma forma estreita de consciência de classe, que consiste simplesmente em reconhecer a classe trabalhadora como separada, cujos membros têm interesses diferentes (ainda que não necessariamente opostos) daqueles de outras classes. Entretanto, havia abandonado o esforço e talvez mesmo a esperança de derrubar o capitalismo e aceitava não apenas a condição de seus membros em seu interior, mas também aceitava cada vez mais – com certas exceções específicas - as teorias liberal-burguesas sobre a natureza deste melhoramento. Havia deixado de ser revolucionária e o socialismo havia virtualmente desaparecido de seu seio. (HOBSBAWM, 2003:102).

Na Alemanha a formação do operariado foi acompanhada de perto pela democracia socialista e pelos marxistas, que criaram fortes e disciplinadas organizações que conseguiram rechaçar a influência anarquista do movimento operário.

Nesses casos, o movimento operário se organizou em sindicatos e partidos centralizadores e hierárquicos, mas com uma grande capacidade de mobilização e coordenação, capazes de oferecer aos trabalhadores estratégias de lutas concretas, imediatas e significativamente eficazes e, por isso, atraíam com maior rapidez um número maior de trabalhadores. Além disso, tais correntes socialistas tinham propostas de reformas concretas que ofereciam a possibilidade de melhorias imediatas na vida dos trabalhadores (diminuição de jornada de trabalho, melhoria nas condições de vida, aumentos salariais, etc.). Os anarquistas, ao contrário, repudiavam a perspectiva reformista por acreditarem que tais ganhos eram paliativos e retardavam o processo revolucionário.

> Os anarquistas consideram contra-revolucionárias todas as instituições e partidos que têm como base a idéia de regular as transformações sociais por meio de atos de governo e leis criadas pelo homem. Como prova desse argumento, apontam o fato de todas as revoluções realizadas por meios políticos acabarem sempre em ditadura: recorrer à coerção acabou por transformá-las, fazendo com que traíssem o ideal revolucionário. É por essa razão que os anarquistas não apenas rejeitam a ação política como tal, mas atacam também o reformismo – a idéia de que a sociedade poderia ser transformada por medidas graduais – e negam a teoria de que deve haver um período de transição entre o Estado capitalista e a sociedade anarquista. (WOODCOCK, 2002a:34)

Se nos países centrais do capitalismo europeu o anarquismo se desenvolveu principalmente junto aos artesãos, ele conseguiu se disseminar com maior sucesso entre o movimento operário dos países periféricos do capitalismo europeu, como Itália e Espanha.

Na Itália, o anarquismo se constitui como um movimento após a chegada de Bakunin em Florença, em 1864. Entre 1864 e 1869 a atividade anarquista gira em torno da Irmandade Internacional, organização criada por Bakunin para disseminar o anarquismo. A partir de 1869, o anarquismo passa a se organizar no seio da Internacional, na qual as seções italianas contavam com aproximadamente 600 membros (WOODCOCK, 2002b). A partir daí, o anarquismo italiano entra em um processo de desenvolvimento importante, estabelecendo inclusive determinadas diretrizes que vão influenciar o movimento anarquista de outros países, como por exemplo, a defesa do ato insurrecional e a propaganda pela ação (organização de revoltas, greves, protestos, ações armadas, tomada de cidades, etc.), criação de diversas federações e organizações com uma significativa coordenação em escala nacional que chegaram a aglutinar 30 mil membros.

Na Rússia não se constituiu um movimento anarquista significativo ou, pelo menos que tivesse alguma relevância política até 1905, com o surgimento do anarcossindicalismo e com o crescimento de grupos anarquistas por conta das agitações políticas do país naquele ano. A principal experiência anarquista na Rússia, sem dúvida, foi o movimento makhnovista que ocorreu na Ucrânia entre 1918 e 1921, destruído pelo Exército Vermelho. Ainda que a Rússia não tenha legado um movimento anarquista forte e duradouro, foi a partir dela que surgiram os principais formuladores da doutrina anarquista que permitiram a constituição do anarquismo em outros países: Mikail Bakunin e Piotr Kropotkin.

De forma sintética, podemos afirmar que a inserção do anarquismo no movimento operário foi heterogênea e, de forma geral, o anarquismo se fortaleceu nos países e regiões menos industrializados e onde a pobreza se apresentava de forma mais aguda. Esse ponto é fundamental para a compreensão da dinâmica do movimento anarquista: quanto maior a pobreza e menor o grau de industrialização de um país, maior a inserção do anarquismo nas bases do movimento operário. Na escala européia é possível ver com clareza que quanto menor a centralidade do país, maior a importância do anarquismo junto aos trabalhadores. O discurso radical e revolucionário do anarquismo encontra eco junto às massas mais pobres e marginalizadas e, por isso, mais propensas a aceitar e incorporar a *práxis* libertária como uma forma de luta revolucionária para mudar *imediatamente* sua condição, sem ter que esperar ainda mais tempo por reformas e transformações graduais nas estruturas de poder. Veremos que na Espanha a fração mais radical do movimento operário era constituída justamente pelos anarquistas e estes eram os trabalhadores mais pobres e marginalizados da Espanha. Portanto, há uma correlação direta entre a disseminação do anarquismo e o grau de desenvolvimento econômico mais geral de um determinado país. Nesse sentido, é possível traçar a seguinte cartografia social do anarquismo clássico na Europa (HOBSBAWM, 2003:69):

a. Países onde o anarquismo não nunca foi uma força política significativa, portanto, com pouca ou nenhuma inserção no movimento dos trabalhadores: Inglaterra, Alemanha e Escandinávia;

b. Países onde o anarquismo foi uma força política importante até a década de 20, mas cuja base social é heterogênea: França (operários, artesãos), Suíça (artesãos), Holanda (artesãos), Itália (operários, artesãos, camponeses, lumpemproletariado), Rússia (operários, artesãos, camponeses, lumpemproletariado).

c. País onde o anarquismo continuou como força política até o final da década de 30: Espanha (operários, artesãos, camponeses, lumpemproletariado).

Em relação à organização do movimento anarquista propriamente dita, Malatesta, Bakunin e Makhno foram aqueles que mais se ocuparam teórica e praticamente com tal questão, chamando a atenção para a necessidade de uma organização eficaz para que houvesse alguma chance de concretização do processo revolucionário:

> Por isso o problema não é saber se o povo pode se sublevar, mas se é capaz de construir uma organização que lhe dê os meios de chegar a um fim vitorioso – não uma vitória fortuita, mas por um triunfo prolongado e derradeiro (BAKUNIN, s/d:63).

> Creio ser necessário e urgente que os anarquistas organizem-se, para influir sobra a marcha que as massas se impõem em sua luta pelas melhorias e pela emancipação. Hoje, a maior força de transformação social é o movimento operário (movimento sindical) e de sua direção depende, em grande parte, o curso que tomarão os eventos e o objetivo a que chegará a próxima revolução. (MALATESTA, 2004:55-56).

Ainda que chamassem a atenção para a necessidade da organização, cada um abordava a questão de uma forma diferente.

Bakunin era adepto das organizações secretas constituídas por um reduzido número de militantes absolutamente dedicados à causa revolucionária e dispostos a abandonar qualquer outra paixão ou afeto em nome da revolução. Podemos identificar o caráter secreto da organização no segundo item do estatuto da Aliança da Democracia Socialista, organização fundada por Bakunin com o objetivo de influenciar o programa e os rumos da Associação Internacional dos Trabalhadores: "2. Com a finalidade de conseguir os maiores resultados possíveis e não comprometer a marcha da organização social, a Aliança será eminentemente secreta" (BAKUNIN, s/d:79).

Malatesta desenvolveu formulações mais prudentes e pragmáticas em relação à questão da organização do movimento anarquista, afirmando sua importância para a eficácia das ações, mas sempre fiel aos princípios da livre associação e da descentralização.

> Certas polêmicas deixaram supor que há anarquistas refratários a toda organização; mas, na realidade, as numerosas, muito numerosas discussões que mantemos sobre esse assunto, mesmo quando são obscurecidas por questões de semântica ou envenenadas por questões pessoais, só concernem, no fundo, ao modo e não ao princípio de organização. Assim é que camaradas, os mais opostos, em palavras, à

> organização, organizam-se como os outros e, amiúde, melhor do que os outros, quando querem fazer algo com seriedade... A questão, eu repito, está toda na aplicação. (MALATESTA, 2004:55).

Malatesta defendia a ideia da necessidade da organização do anarquismo para que ele pudesse influenciar e organizar de forma eficaz o movimento operário. E a melhor forma de se alcançar tal objetivo, segundo o anarquista italiano, era através da inserção do anarquismo no movimento sindical. Malatesta atribui grande importância ao sindicalismo, no entanto, de forma crítica e reservada, sem considerá-lo o modelo perfeito e mais bem acabado de organização revolucionária, mas justamente o contrário, percebe suas limitações e ambigüidades, principalmente no que se refere a possibilidade de cooptação do movimento, constituição de elites, arrefecimento da luta em face de uma postura reformista e à constituição de hierarquias.

> Os anarquistas devem reconhecer a utilidade e a importância do movimento sindical, devem favorecer seu desenvolvimento e fazer dele uma das alavancas de sua ação, esforçando-se para fazer prosseguir a cooperação do sindicalismo e das outras forças do progresso numa revolução social que comporte a supressão das classes, a liberdade total, a igualdade, a paz e a solidariedade entre todos os seres humanos. Mas seria uma ilusão funesta acreditar, como muitos o fazem, que o movimento operário resultará, por si mesmo, em virtude por sua própria natureza, em tal revolução. Bem ao contrário: em todos os movimentos fundados sobre interesses materiais e imediatos (e não se pode estabelecer sobre outros fundamentos um vasto movimento operário), é preciso o fermento, o empurrão, a obra combinada dos homens de idéias que combatem e sacrificam-se com vistas a um futuro ideal. Sem esta alavanca, todo movimento tende fatalmente a adaptar-se às circunstâncias, engendra o espírito conservador, o temor pelas mudanças naqueles que conseguem obter as melhores condições. Freqüentemente, novas classes privilegiadas são criadas, esforçando-se para fazer com que seja tolerado, consolidando o estado de coisas que se desejaria combater.
> Daí a urgente necessidade de organização propriamente anarquista que, tanto dentro como fora dos sindicatos, lutam pela realização integral do anarquismo e procuram esterilizar todos os germes da corrupção e da reação. (MALATESTA, 2004:56-57).

Nestor Makhno foi o principal militante anarquista que comandou a insurreição libertária na Ucrânia durante a guerra civil que se iniciou após a Revolução Russa de 1917, lutando em duas frentes: a primeira, contra as forças reacionárias russas que almejavam o fim do processo revolucionário e contavam com o apoio militar dos exércitos alemão e austríaco; a segunda contra o partido bolchevique, que representava o socialismo autoritário e centralizador. O

movimento makhnovista era basicamente rural, com forte base popular camponesa e praticamente sem inserção no movimento operário urbano e defendia os princípios anarquistas clássicos: autogestão, anticapitalista e antiestatal.

> O movimento makhnovista apóia-se conscientemente sobre os princípios anarquistas, quer dizer, sobre o direito ao livre trabalho, sobre o direito à autogestão total da vida social e sobre os fundamentos da anarquia; apresenta-se como uma realização perfeita das idéias libertárias. (Panfleto Makhnovista in MAKHNO, 2001:87).

Makhno encarnava a grande contradição anarquista. Por um lado, era inimigo da concepção burocrática e autoritária que os bolcheviques tinham dos soviets e, por outro, transformou-se no líder guerreiro e autoritário da insurreição. A forma autoritária e burocrática como Lênin e Trosty se apropriaram dos soviets para transformá-los em instrumentos de poder do partido bolchevique sobre o movimento operário e camponês foi um dos principais motivos que levaram ao conflito armado entre a perspectiva anarquista de Makhno e o autoritarismo bolchevique (WOODCOCK, 2002b:224).

A instauração de um regime bolchevique ditatorial foi o estopim para o surgimento da insurreição libertária na Ucrânia, que tinha na defesa do soviet livre, na coletivização das terras e dos instrumentos de trabalho suas bases e princípios fundamentais. A forma violenta como o partido bolchevique lidou com a insurreição anarquista na Ucrânia pode ser avaliada pela postura brutal adotada por Trotsky, que exigia a eliminação física dos anarquistas ucranianos e pela proibição do funcionamento autônomo do soviete de Guliai-Polie, base do movimento makhnovista (BERKMAN in MAKHNO, 2001:67).

Apesar de sua crítica em relação ao autoritarismo bolchevique e de sua defesa contundente do soviete livre, Makhno assumiu uma postura autoritária na organização e condução do Exército Revolucionário Insurrecional. Se for verdade que a Ucrânia experimentou uma experiência libertária, baseada na propriedade coletiva e na autogestão, também é verdadeira a afirmação da constituição de um centro de poder ao redor de Makhno e seus companheiros mais próximos, o que implicava uma forte limitação da autonomia e, no extremo, de sua impossibilidade. Não é possível afirmar que o grupo liderado por Makhno tenha assumido uma postura ditatorial como a bolchevique, no entanto, não é possível dourar a pílula: constituiu-se, efetivamente, um grupo que lançava mão do autoritarismo para organizar a experiência libertária, o que demonstra um elevado grau de contradição, mesmo levando em consideração o contexto de

guerra civil, afinal, o poder heterônomo era exercido contra a própria coletividade engajada no projeto anarquista.

> Mas havia um outro fator a influir na situação – o Exército Revolucionário Insurrecional. Teoricamente, era controlado pelo Congresso de Operários, Camponeses e Insurgentes, mas, na prática, era comandado por Makhno e seus companheiros e, como todos os exércitos, era libertário apenas no nome. Utilizava um sistema próprio de recrutamento e observava uma disciplina tosca que não deixava dúvida de que Makhno era o chefe, implicando muitas vezes punições imediatas e violentas. (WOODCOCK, 2002b, 229).

A experiência ucraniana é um exemplo de como a questão da organização dentro da *práxis* libertária pode assumir um caráter centralizador e, por vezes, autoritário. A organização militar extrapola sua função bélica e assume um caráter político na medida em que passa a conduzir os assuntos públicos, torna-se um centro de instituição de leis e normas que passa por cima das instituições coletivas. Na verdade, é extremamente difícil acreditar que uma força militar de caráter revolucionário não se torne, ao mesmo tempo, um centro de poder essencialmente heterônomo. A questão que se coloca é: de que forma a coletividade consegue limitar e controlar esse poder? Até que ponto o poder heterônomo da organização militar é capaz de impossibilitar ou não a experiência libertária? No caso ucraniano é possível sustentar a hipótese de que o poder heterônomo não impossibilitou uma experiência de caráter libertário, no entanto, constituiu, efetivamente, um limite à radicalização da experiência.

Após esse rápido esboço das principais posições acerca da questão da organização, é possível afirmar que uma das principais dificuldades do anarquismo enquanto movimento político foi de organização e coordenação sistemática de grupos, organizações e ações. Malatesta, comentando o texto *Plataforma de organização da União Geral dos Anarquistas*[17] afirma que

> Os objetivos dos promotores são excelentes. Eles lamentam que os anarquistas não tenham tido e não tenham, sobre os eventos da política social, influência proporcional ao valor teórico e prático de sua doutrina, assim como ao seu número, à sua coragem, ao seu espírito de sacrifício, e pensam que a primeira razão deste insucesso relativo é a falta de organização vasta, séria, efetiva.
> Até aqui, em princípio, estou de acordo. (MALATESTA, 2004:53-54)

Além da questão da dificuldade de organização e coordenação, Malatesta também refletiu acerca da natureza das organizações do movimento anarquista. Se, por um lado ele afirma a

[17] Texto redigido pelo "Grupo de anarquistas russos no estrangeiro", do qual fazia parte Nestor Makhno.

dificuldade do movimento em potencializar suas ações e sua eficácia, por outro, ele chama a atenção para o fato de que tais organizações devem expressar e se orientar pelos princípios da federação, autogestão e horizontalidade das relações. Dessa forma, a constituição de grupos de afinidade e organizações de massa deveria ser orientada pela maior horizontalidade possível para evitar a constituição de hierarquias e relações autoritárias entre os membros. Nesse sentido, qualquer organização deveria ser uma livre associação entre um determinado número de indivíduos que deveriam acordar de forma livre e espontânea os objetivos e normas daquela organização, mas sempre com a preocupação de assegurar a liberdade individual.

> Todavia, é evidente que para alcançar seu objetivo as organizações anarquistas devem, em sua constituição, e em seu funcionamento, estar em harmonia com os princípios da anarquia. É preciso, portanto, que não estejam impregnadas de espírito autoritário, que saibam conciliar a livre ação dos indivíduos com a necessidade e o prazer da cooperação, que sirvam para desenvolver a consciência e a capacidade de iniciativa de seus membros e sejam um processo educativo no meio em que operam e uma preparação moral e material ao futuro desejado (MALATESTA, 2004:57)

As duas principais estratégias de organização do movimento anarquista foram as seguintes;

1. Formação de pequenos grupos de ação constituídos por alguns dedicados militantes que deveriam se infiltrar nas organizações dos trabalhadores (principalmente sindicatos, cooperativas, grêmios, etc.) e a partir de um trabalho de convencimento e formação política tentariam influenciar o movimento. A ação de formação política e de influência deveria ter um limite: jamais alcançar, pela força, coerção ou imposição, o controle da organização, o que representaria uma contradição com os princípios anarquistas. Trata-se, portanto, de uma pedagogia libertária, muito utilizada, com sucesso, pelos anarcossindicalistas, que conseguiram construir organizações importantes em diversos países da Europa e na América Latina (Brasil e Argentina, principalmente) no início do século XX.

2. Da propaganda pela ação (individual ou coletiva), onde os anarquistas esperavam que o seu exemplo servisse como uma inspiração para a classe trabalhadora. Através da realização de ações autônomas e concretas, os anarquistas esperavam que seu exemplo pudesse funcionar como um elemento motivador da ação popular. Essa estratégia não foi tão bem sucedida quanto a primeira, pois na maioria das vezes tais ações eram pouco organizadas e coordenadas, muitas eram atos de

violência isolados e sem apoio popular, o que facilitava a ação das forças de repressão e dificultava a adesão das organizações dos trabalhadores.

Finalizamos a análise do plano político e filosófico que constitui o pensamento anarquista clássico. Abordamos as principais questões que o constituem: a liberdade, o indivíduo e a coletividade, o caráter essencialmente anticapitalista e antiestatal, a autogestão, o princípio federativo, a descentralização, a desconcentração e, por fim, a comuna, unidade territorial básica da organização societária anarquista. No entanto, vamos finalizar esta parte do trabalho citando partes dos conteúdos programáticos de algumas organizações anarquistas clássicas.

> 1. Abolição da propriedade privada da terra, das matérias-primas e dos instrumentos de trabalho – para que ninguém disponha de meios de vida pela exploração do trabalho alheio -, e que todos, assegurados os meios de produção e de vida, sejam de fato independentes e possam associar-se livremente, uns aos outros, no interesse comum e conforme as simpatias pessoais.
> 2. Abolição do governo e de todo poder que faça a lei para impô-la aos outros: portanto, abolição das monarquias, repúblicas, parlamentos, exércitos, polícias, magistraturas e toda instituição que possua meios coercitivos.
> 3. Organização da vida social por meio das associações livres e das federações de produtores e consumidores, criadas e modificadas segundo a vontade de seus membros, guiadas pela ciência e pela experiência, liberta de toda obrigação que não derive das necessidades naturais, às quais todos se submetem de bom grado quando reconhecem seu caráter inelutável.
> 4. Garantia dos meios de vida, de desenvolvimento, de bem-estar às crianças e a todos aqueles que são incapazes de prover sua existência.
> 5. Guerra às religiões e a todas as mentiras, mesmo que elas se ocultem sob o manto da ciência. Instrução científica para todos, até os graus mais elevados.
> 6. Guerra ao patriotismo. Abolição das fronteiras, fraternidade entre todos os povos.
> 7. Reconstrução da família, para que ela resulte da prática do amor, liberto de todo laço legal, de toda opressão econômica ou física, de todo preconceito religioso.
>
> Tal é o nosso ideal. (MALATESTA, 2008:63-64)[18].

[18] Programa da União Anarquista Italiana, publicado em 1903.

1.1.3. A corrente libertária do socialismo

O anarquismo clássico se constitui como um movimento político que busca a emancipação humana, a superação das hierarquias autoritárias, a possibilidade de desenvolvimento das potencialidades de cada indivíduo, a constituição de organizações sociais, políticas e culturais livres baseadas nos princípios da autogestão, da ajuda mútua, das associações livres e voluntárias, na propriedade e no trabalho coletivos. Logo, é possível afirmar que se tratava de um movimento político de caráter revolucionário que se constitui no mundo do trabalho. O anarquismo clássico foi um movimento político da classe trabalhadora, constituído por operários, camponeses, artesãos e por parcelas marginalizadas da sociedade instituída, como desempregados e subempregados. A gênese, desenvolvimento, consolidação e ápice do movimento anarquista se dá na inserção da dinâmica da luta de classes, dos conflitos e contradições que animam a organização societária capitalista, na experiência de viver tal conflito, na dinâmica da constituição das classes em luta. É importante lembrar as formulações de Thompson acerca que da constituição das classes sociais, onde o autor afirma que as classes se constituem à medida que os protagonistas (homens e mulheres) vivenciam e experimentam as contradições e conflitos.

> Os homens e mulheres retornam como sujeitos, dentro deste termo [a experiência] – não como sujeitos autônomos, 'indivíduos livres', mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida 'tratam' essa experiência com sua consciência e sua cultura (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica [de Althusser]) das mais complexas maneiras (sim, 'relativamente autônomas') e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através de estruturas de classes resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. (THOMPSON, 1981:183).

Apesar de suas ambigüidades e limitações (teóricas e práticas), o movimento anarquista clássico se desenvolveu no mundo do trabalho, no cotidiano e nas lutas engendradas pelos trabalhadores europeus (contribuindo, entre outras coisas, para a criação da I Internacional), constituindo-se, efetivamente, como uma corrente do pensamento crítico ao capitalismo e ao Estado. Nesse sentido, propõe uma nova organização societária na qual o trabalhador é o protagonista do processo revolucionário.

> As opiniões entrecruzam-se, variam ao infinito, mas duas idéias básicas ressoam cada vez mais forte de forma distinta neste zumbido das vozes: de um lado, a abolição da propriedade individual, o comunismo; de outro, a abolição do Estado, a comuna livre, a união internacional dos povos trabalhadores. Duas vias convergindo para um mesmo objetivo: a *Igualdade*. Não esta hipócrita fórmula de igualdade, inscrita pela burguesia em suas bandeiras e em seus códigos para melhor subjugar o produtor, mas igualmente real: a terra, o capital e o trabalho para todos. (KROPOTKIN, 2005:21-21).

> Para resolver o problema social em favor de todos, só há um meio: expulsar revolucionariamente o governo; expulsar revolucionariamente os detentores da riqueza social; colocar tudo à disposição de todos e fazer com que as forças, todas as capacidades, todas as boas vontades existentes entre os homens ajam para assegurar as necessidades de todos. (MALATESTA, 2001:87).

> Visto que o proletariado e a miséria têm por causa orgânica a divisão da sociedade em das classes: uma que trabalha e não possui; a outra que possui e não trabalha, que, por conseguinte, consome sem produzir; segue-se que o mal de que sofre a sociedade consiste nesta ficção singular que o capital é, por ele mesmo, produtivo; enquanto o trabalho, por ele mesmo, não o é. Com efeito, para que as condições fosse iguais, nesta hipótese de separação do trabalho e do capital, seria preciso que, como o capitalista se desenvolve através de seu capital sem trabalhar, também o trabalhador pudesse se desenvolver através de seu trabalho, sem capita. Ora, não é o que acontece. Portanto, igualdade, liberdade e fraternidade são impossíveis no regime atual; portanto, a miséria e o proletariado são a conseqüência fatal da presente organização da propriedade. (PROUDHON (1998:62-63).

Uma vez que é possível caracterizar o anarquismo clássico como um movimento de caráter revolucionário cujas bases sociais são constituídas pela classe trabalhadora e pelos marginalizados do capitalismo e que possui como objetivos fundamentais a extinção do Estado, da propriedade e da sociedade sem classes, é possível situá-lo dentro da tradição socialista, afinal,

> Estabeleçamos antes o dogma fundamental, o dogma puro do socialismo.
> O socialismo tem por objetivo a libertação do proletariado e a extinção da miséria, quer dizer, a igualdade efetiva das condições entre os homens. Sem igualdade sempre haverá miséria, sempre haverá proletariado.
> O socialismo, igualitário antes de tudo, é então a fórmula democrática por excelência. Se políticos menos sinceros experimentam alguma repugnância em confessá-lo, respeitamos suas reservas; mas, é preciso que eles saibam, a nossos olhos não são absolutamente democratas. (PROUDHON, 1998:60-61).

> Qual foi, com efeito, a idéia distintiva, a idéia-mãe do socialismo?
> Em resumo, a idéia da necessidade de abolir o salariado, abolir a propriedade individual do solo, das casas, das matérias-primas, dos instrumentos de trabalho, do capital social. Quem quer que não reconhecesse esta idéia fundamental, que não a colocasse em prática em sua vida privada, renunciando à exploração do próximo, não era socialista (KROPOTKIN, 2005:201)

O caráter libertário do anarquismo é aquilo que o torna singular frente às demais correntes do pensamento socialista, como o blanquismo e o marxismo. Qual é o significado de libertário? É a afirmação do princípio da liberdade acima de qualquer outro aspecto doutrinário: "Ora, os anarquistas consideram-se socialistas libertários, frente ao socialismo autoritário, segundo eles, dos marxistas, e nunca estiveram dispostos a sacrificar a liberdade em honra a nenhuma sociedade duvidosamente melhor" (GARCÍA in SANTILLÁN, 1980:20). Tal postura faz do anarquismo uma doutrina que se opõe à constituição ou utilização de estruturas hierárquicas, autoritárias, burocráticas e centralizadoras como meio de luta revolucionária e, principalmente, como instituições que organizam a vida social da sociedade pós-revolucionária. Portanto, o anarquismo se coloca contra a constituição de partidos e sindicatos centralizadores, hierárquicos e burocráticos; coloca-se contra a participação dos trabalhadores nos processos eleitorais das democracias burguesas. Além de marcar a diferença do anarquismo frente às demais correntes do pensamento socialista, tais princípios são as causas dos conflitos que existem entre elas pela hegemonia do movimento dos trabalhadores:

> A tradição libertária do comunismo – o anarquismo – tem sido duramente hostil à tradição marxista desde Bakunin, ou o que vem a ser o mesmo, desde Proudhon. O marxismo, e mais ainda o leninismo têm sido igualmente hostis ao anarquismo como teoria e programa e o menosprezam como movimento político. (HOBSBAWM, 2003:67).

As questões fundamentais do embate entre o anarquismo e o marxismo podem ser sintetizadas da seguinte forma: abolição imediata do Estado X ditadura do proletariado via Estado revolucionário; federalismo, descentralização e espontaneidade X centralização, disciplina e hierarquia; repúdio à participação na democracia burguesa como estratégia de luta revolucionária X participação ativa nos processos políticos formais como estratégia de luta revolucionária. Não vamos nos repetir acerca das formulações e posições defendidas pelos anarquistas, mas é interessante ressaltar a crítica anarquista ao socialismo autoritário, particularmente ao marxismo.

> Os marxistas professam idéias totalmente contrárias [às anarquistas]. Eles são adoradores do poder do Estado, e necessariamente também os profetas da disciplina política e social, os campeões da ordem estabelecida de cima para baixo, sempre em nome do sufrágio universal e da soberania das massas, às quais reservam a felicidade e a honra de obedecer a chefes, a mestres eleitos. Os marxistas não admitem absolutamente outra emancipação senão a que esperam de seu Estado pretensamente popular (*Volksstaat*). (BAKUNIN, 2001:18).

O primeiro conflito diz respeito à utilização do aparelho estatal para fins revolucionários. As correntes que caracterizam o socialismo autoritário afirmam que o Estado não poderia ser abolido da noite para o dia, assim como a sociedade socialista não seria organizada imediatamente após o processo revolucionário. Nesse sentido, o Estado teria uma importante função a cumprir durante o período de transição entre o fim da sociedade burguesa e a instituição plena da sociedade comunista (para os marxistas, a ditadura do proletariado). O Estado burguês seria destruído e apropriado pela vanguarda do movimento operário, que seria responsável por implementar uma democracia operária e fazer com que os Estado fosse o responsável pelo planejamento e gestão da economia, da infra-estrutura, centro político e jurídico do processo de transição.

Os anarquistas argumentam que existe uma profunda contradição entre a busca pela emancipação, ou seja, pela liberdade humana, e a utilização de meios autoritários e hierárquicos para tal, como por exemplo, o aparelho de Estado, que nesse caso, é considerado um elemento fundamental no processo revolucionário.

> Porém, já é tempo de abandonar esta ilusão, tantas vezes desmentida e tantas vezes paga a preço tão caro, de um governo *revolucionário*. Já é tempo de se dizer, de uma vez por todas, e admitir este axioma político que *um governo não pode ser revolucionário*. Falam-nos da convenção; mas não esqueçamos que as poucas medidas. De caráter um pouco revolucionário, tomadas pela convenção, foram a sanção de fatos realizados pelo povo, que, naquele momento, passava por cima da autoridade de todos os governantes. (KROPOTKIN, 2005:197).

> Daí dois métodos diferentes. Os comunistas [marxistas] crêem dever organizar as forças operárias para apoderar-se da potência política do Estado. Os socialistas revolucionários organizam-se com vistas à destruição ou, se se quiser uma palavra mais polida, com vistas à liquidação dos Estados. Os comunistas são os partidários do princípio e da prática da autoridade, e os socialistas revolucionários só têm confiança na liberdade. (BAKUNIN, 2008:117).

A conclusão que se chega é evidente: um movimento revolucionário que utiliza meios e instituições autoritárias jamais conseguirá instituir um regime de liberdade pela impossibilidade de conseguir destruir ou "extinguir" as estruturas autoritárias e hierárquicas criadas para fazer a revolução e instituir a liberdade. Segundo a concepção marxista, um processo revolucionário vitorioso que consegue transformar as relações de poder, destituindo a burguesia de sua posição hegemônica, é caracterizado pela apropriação do aparelho de Estado pela vanguarda do movimento operário. A crítica anarquista afirma que tal vanguarda, composta por intelectuais, técnicos, militantes dedicados e burocratas se acomodará na estrutura centralizadora e hierárquica do Estado para implementar a ditadura do proletariado. Nesse momento, esse grupo se separa do conjunto da classe trabalhadora e se constitui como a nova classe dominante, instituindo novas relações de poder heterônomas que buscam proteger e reproduzir sua posição hegemônica, privilégios e benefícios. A crítica anarquista se confirmou em todas as experiências históricas que seguiram o modelo marxista e suas variações (leninismo, stalinismo, maoísmo, etc.).

> Não admitimos, nem mesmo como transição revolucionária, as Convenções Nacionais, as Assembléias Constituintes, os governos provisórios ou as ditaduras pretensamente revolucionárias; porque estamos convictos de que a revolução só é sincera, honesta e real, nas massas, e que, quando ela se encontra concentrada nas mãos de alguns indivíduos governantes, torna-se inevitável e, imediatamente, reação. (BAKUNIN, 2001:17).

Além da questão do Estado, deve-se considerar a concepção de organização do movimento operário e da sociedade socialista pós-revolucionária. A concepção marxista é baseada nos princípios da centralização, disciplina e hierarquia. Tais princípios são diametralmente opostos aos princípios anarquistas de federação, descentralização e espontaneidade. Em relação aos dois primeiros aspectos, os anarquistas argumentam que tanto o movimento operário quanto a sociedade pós-revolucionária não podem ser organizadas em estruturas que alimentam, reproduzem e cristalizam relações de poder heterônomas. A ideia de que uma sociedade onde determinada classe deve ser conduzida por uma vanguarda organizada em um núcleo que centraliza o exercício efetivo do poder possui componentes que podem contribuir para a constituição de regimes autoritários e totalitários.

> Sustentar que um grupo de indivíduos, mesmo os mais inteligentes e os mais bem intencionados será capaz de tornar o pensamento, a alma, a vontade dirigente e unificadora do movimento revolucionário e da organização econômica do proletariado de todos os países é de uma tal

> heresia que nos perguntamos, com perplexidade: como um homem tão inteligente quanto o Sr. Marx pôde concebê-la? (BAKUNIN, 2001:16).

A centralização social e territorial do poder é defendida sob o argumento de maior eficácia da organização e das ações, o que pressupõe a ideia de que uma minoria sabe o que é melhor para a coletividade ou de que nem todos estão aptos ou possuem as qualidades intelectuais ou técnicas necessárias para participar efetivamente do processo de tomada de decisões. Dessa forma, é preciso que os partidos, sindicatos e o Estado operário sejam fortes, centralizadores e hierarquizados, dirigidos por líderes experientes, capazes de atender às necessidades e desejos da massa de trabalhadores. Tais líderes, membros destacados do partido seriam eleitos através da democracia operária, onde pela primeira vez os trabalhadores teriam a oportunidade genuína de escolher seus líderes e representantes. A constituição de uma democracia operária, onde cada trabalhador teria direito ao voto, dispondo de seu poder decisório e transferindo-o para um grupo de indivíduos que constituiriam um "parlamento" ou "comitê" operário é uma reprodução distorcida do *modus operandi* burguês: no lugar do parlamentar, o camarada comissário. Nesse sentido, nem as organizações do movimento dos trabalhadores, tão pouco a sociedade pós-revolucionária podem se constituir baseadas em estruturas heterônomas e hierárquicas que dificilmente seriam a base para se instituir um regime de liberdade.

A impossibilidade da transformação da natureza heterônoma do Estado, ou seja, a impossibilidade de transformá-lo em uma instituição revolucionária libertária fez com os anarquistas negassem a luta política como um dos objetivos primários da I Internacional. Devemos ressaltar que por luta política deve-se entender a tomada do poder através da conquista do Estado pela via democrática[19]. Durante a I Internacional os anarquistas afirmavam que a luta operária não poderia ser centralizada na questão política, mas sim na questão econômica, pois é na luta contra a exploração que se constitui uma forte identidade de classe que permite engendrar um processo efetivamente revolucionário por fora do aparelho de Estado.

> Só existe uma única lei realmente obrigatória para todos os membros, indivíduos, seções e federações da Internacional, da qual esta lei constitui a verdadeira, a única base: é, em toda sua extensão, em todas as suas conseqüências e aplicações, A SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES DE TODAS AS PROFISSÕES E DE

[19] Cabe ressaltar a simplificação e o reducionismo do conceito de luta política feita pelo anarquismo clássico. A política refere-se à instituição de modos de existência e não pode ser reduzida e simplificada a um aspecto puramente parlamentar e eleitoral, aprisionada dentro da dinâmica institucional.

> TODOS OS PAÍSES EM LUTA ECONÔMICA CONTRA OS EXPLORADORES DO TRABALHO. É na organização real desta solidariedade, pela ação espontânea das massas operárias de todas as línguas e de todas as nações, e não na sua unificação por decretos, nem sob a batuta de um governo qualquer, que reside unicamente a unidade real e viva da Internacional. (BAKUNIN, 2001:16-17. Grifos no original).

A postura crítica do anarquismo em face da centralidade estratégica que o Estado assume nas formulações marxistas e à sua natureza heterônoma levou o movimento libertário a evitar adotar a participação do movimento dos trabalhadores nos processos eleitorais como estratégia de lutas revolucionárias, abrindo raras exceções para tal participação.

O ponto fundamental da crítica anarquista à democracia representativa e ao sufrágio universal é a questão da centralização do poder. Segundo as formulações anarquistas, a democracia representativa retira do indivíduo a sua capacidade de agir, transfere de uma coletividade constituída pelo contrato político para uma pequena classe o exercício do poder decisório sobre os assuntos em comum e, principalmente, sobre o processo de formulação de leis, normas e condutas. Tal estrutura política implica na constituição de grupos e classes com capacidades distintas de exercício de poder, o que configura uma hierarquia e, conseqüentemente, a possibilidade da constituição de relações heterônomas entre os membros, grupos e classes da coletividade. O caráter heterônomo é acentuado quando existem poucas chances da coletividade exercer um controle efetivo sobre a conduta do parlamentar que elegeu, tampouco de retirar o mandato caso não esteja de acordo com os desejos e as necessidades dos eleitores, logo, não possui os meios concretos e efetivos de exercer um poder que teoricamente é seu, afinal, na democracia, o poder emana do povo. No entanto, o povo abre mão de seu poder e o coloca a disposição de um pequeno grupo de indivíduos que agem com gigantesca autonomia em relação aos desejos e necessidades do povo. Nesse sentido,

> 1. A cédula do voto é um mandato em branco. O candidato não é em nada obrigado por seu programa (que na realidade ele nunca executa). Mas este mandato em branco confere-lhe, como vimos, os plenos poderes, a soberania.
> 2. Aqueles que a quem o "povo" delega sua soberania nunca prestam contas.
> 3. Não há nenhum exemplo de condenação de um dirigente político, nem por seus erros nem mesmo por seu dolo comprovado.
> 4. O cidadão só pode revogar sua preocupação a intervalos fixados, que sequer pode escolher, visto que são seus próprios "delegados" que

> decidem o momento favorável à sua recondução. (VIDAL in BAKUNIN et al, 2000:82).

Os desdobramentos dessa formulação são evidentes: a concentração de poder faz com que a democracia representativa assuma um caráter estruturalmente heterônomo, independente dos indivíduos que ocupem os cargos legislativos e executivos. Esse fator nos permite compreender porque um corpo legislativo composto com representantes da classe trabalhadora não é garantia nem mesmo de reformas, o que se dirá de um processo revolucionário. A tendência geral é que determinada parte de tais representantes do povo se separem da classe trabalhadora, constituindo uma outra classe de interesses, relativamente aburguesada, burocratizada que iria se encastelar nas estruturas de poder do Estado para reproduzir os privilégios adquiridos. Devemos acrescentar ainda a capacidade das classes conservadoras e reacionárias em conseguir perpetuar sua hegemonia na apropriação do aparelho de Estado. Assim, segundo as formulações anarquistas, torna-se extremamente difícil imaginar de que forma a democracia representativa e o Estado podem servir à causa revolucionária e não apenas a projetos de reformas dentro dos marcos da sociedade instituída. Nesse sentido, argumenta-se que aceitar participar dos processos eleitorais em Estados controlados e apropriados pela burguesia, pelo clero e pelas forças armadas, classes abertamente reacionárias e conservadoras que vivem da exploração do trabalho, é uma ilusão, uma contradição. "Exigir a emancipação da plebe e aceitar em nome da plebe um tipo de eleição que termina exatamente por torná-la facciosa ou muda. Que contradição! Portanto, nada de representantes, nada de candidatos!" (PROUDHON, 1998:128). Proudhon argumenta que a participação operária em um sistema estruturalmente autoritário e conservador nega os princípios socialistas de emancipação dos trabalhadores, uma vez que se reconhece como legítima uma organização societária baseada na desigualdade e na exploração do trabalho. Portanto, a ação dos trabalhadores não deve ser feita dentro de uma estrutura organizada para subordiná-lo, mas sim em criar, de forma autônoma, organizações fora do aparelho estatal para se efetuar transformações sociais mais profundas.

> A República, ao estabelecer o sufrágio universal, deu à Democracia um momento de efervescência; mas logo a aristocracia conservadora energicamente se restabeleceu, e quando aconteceu o golpe de Estado pôde-se dizer que o poder pertencia de antemão àquele que melhor serviria à reação contra as idéias socialistas. Podemos dizer, visto isso, que sob o regime que nos aconteceu desde 1852, nossas idéias, senão nossas pessoas, foram colocadas, por assim dizer, fora da política, fora do governo, fora da lei. O emprego da imprensa periódica, mantido para os

> velhos partidos, só foi recusado para nós. Se às vezes uma proposição inspirada em nossos princípios foi apresentada ao poder, ela logo sucumbiu, e disso conheço alguma coisa, sob a repulsão dos interesses contrários.
> Em presença de um estado de coisas em que destruir-nos é salvar a sociedade e a propriedade, *que podemos fazer a não ser aceitar silenciosamente nossa reprovação e, visto que o governo deixou se impor esta condição draconiana, nos separar radicalmente dele*? *Entrar em seu sistema, onde estamos certos de reencontrar todos os nossos inimigos, antigos e novos, aliados ou não do Império, pessoas do ministério e pessoas da oposição, aceitar as condições juramentadas, fazer-nos representar no corpo legislativo, isto seria um contra-senso, um ato de infâmia*. (PROUDHON, 1998:124-125. Grifos nossos).

1.2. O anarquismo na Espanha (1860 a 1910)

Primeiro devemos fazer um esclarecimento em relação ao recorte temporal que delimita esta parte do trabalho. Neste momento vamos realizar uma breve análise do processo de constituição e da dinâmica do movimento anarquista espanhol do momento de sua gênese (1860) até o momento de fundação do maior sindicato anarcossindicalista espanhol, a Confederação Nacional do Trabalho (CNT), fundada em 1910. O período posterior (1910 a 1936) será tratado nos capítulos 2 e 3, quando será feita a análise dos protagonistas e organizações envolvidos no conflito e a dinâmica da constituição e desenvolvimento das organizações anarquistas antes da guerra.

O movimento anarquista espanhol começa a se consolidar efetivamente a partir de 1868 com a chegada de militantes da França e da Itália que faziam parte da Aliança da Democracia Socialista, organização secreta fundada por Bakunin. O anarquista russo tinha o objetivo de impulsionar um movimento revolucionário que pudesse estruturar na Espanha uma seção da Internacional sob sua influência para se contrapor a Marx na luta pela hegemonia nessa organização. Foram destacados alguns membros da Aliança para iniciar o processo de disseminação do ideário anarquista junto aos camponeses e operários espanhóis, principalmente na Catalunha (Barcelona) e na Andaluzia (Sevilha). Os contatos eram feitos com grupos e organizações que tinham fortes componentes libertários e já tinham uma certa inserção no movimento dos trabalhadores. Inúmeras reuniões, encontros, troca de experiências, disseminação de panfletos, livros, jornais foram realizadas, permitindo um acúmulo de ideias que pudessem

alimentar práticas e ações concretas. Dentre os diversos militantes que foram à Espanha, a história do movimento anarquista reserva um lugar de destaque para o italiano Giuseppe Fanelli. As ações de Fanelli são descritas como messiânicas, por conta das dificuldades que enfrentou (a falta de dinheiro e não saber falar espanhol) e pelo grande sucesso que conseguiu alcançar durante sua estadia na Espanha. Ele obteve êxito em disseminar o anarco-coletivismo entre trabalhadores urbanos de Madri e Barcelona e, principalmente, entre os camponeses da Andaluzia.

> A tradição anarquista espanhola foi justa em reconhecer que o mérito do estabelecimento de seu movimento coube principalmente a Giuseppe Fanelli, que chegou em Barcelona, quase sem um tostão, em outubro de 1868. É muito curioso, considerando a reputação que Barcelona viria a ter como centro do anarquismo espanhol, que Fanelli não tenha conseguido estabelecer qualquer contato, seguindo então para Madri, onde Fernando Garrido o indicou a alguns jovens tipógrafos federalistas que já conheciam as idéias libertárias por meio das traduções que Pi fizera de Proudhon, mas que não tinham sequer ouvido falar sobre a Internacional. Gonzáles Morago, o único membro no grupo que conhecia um pouco de francês e podia, portanto, comunicar-se com Fanelli, organizou um encontro que *somente pode ser descrito como pentecostal*. Vários dos jovens presentes àquela noite haveriam de se tornar líderes vitalícios do anarquismo na Espanha (...). (WOODCOCK, 2002b:118).
>
> O anarquismo espanhol começou neste extraordinário momento de comunicação acima dos obstáculos da língua. A maior parte dos ouvintes de Fanelli converteu-se imediatamente à doutrina bakuninista, e alguns dias depois, ao retornar a Barcelona, Fanelli repetiu sua proeza missionária. Nas poucas semanas em que esteve na Espanha, mas aprendeu uma palavra de espanhol, mas reunião após reunião logrou a conversão mesmo daqueles que não sabiam sua língua. Nunca, nem antes nem depois dessa experiência, Fanelli mostrou poderes missionários tão excepcionais; (...) (WOODCOCK, 2002b:119).

O excepcional êxito de Fanelli contribuiu de forma decisiva para que o anarquismo se tornasse hegemônico junto aos operários e camponeses espanhóis. No entanto, não é possível superestimar as ações do anarquista italiano e atribuir às suas ações a constituição de um vigoroso movimento anarquista na Espanha, o que seria um grande simplismo. Assim, uma questão se coloca: por que o anarquismo foi rapidamente aceito na Espanha e se transformou no principal movimento político da classe trabalhadora?

O primeiro ponto fundamental diz respeito a um conflito estrutural da formação do Estado-Nação espanhol. Durante as Guerras de Reconquista no século XV, os reinos de Aragão e

Castela lideraram a expulsão dos mouros do atual território espanhol. A vitória militar se converteu em ganhos políticos e econômicos, uma vez que os reinos saíram como as principais potências da península Ibérica e conduziram a unificação do território espanhol através da incorporação e subordinação de outros reinos e regiões ao poder central estabelecido em Castela. A constituição do Estado-Nação espanhol encerra um conflito estrutural entre a centralidade do exercício do poder e a luta por autonomia e descentralização política e econômica das demais regiões, principalmente Catalunha, País Basco, Galícia e Andaluzia. Tal conflito é amenizado através da criação de estatutos de autonomia que permitem a constituição de estruturas de governo regionais (poderes executivos, legislativos e judiciários) com autonomia para legislar sobre um conjunto limitado de temas e questões de forma independente do poder central. Nesse sentido, os estatutos de autonomia regional devem ser encarados como uma forma de se manter um delicado equilíbrio político: por um lado, Madri deve conceder um determinado grau de autonomia para evitar o aumento dos conflitos, o que pode significar, na pior das hipóteses, um conflito com potencial para fragmentar o território; por outro lado, os estatutos são uma conquista possível dentro de um quadro que não permite o rompimento total e a independência dessas regiões, o que configura a utilização possível da margem de manobra existente para legislar sobre determinadas questões. No entanto, a luta por autonomia e a concessão dos estatutos sempre foram tratadas por Madri como uma ameaça à unidade territorial do país e, por isso, ora é tratada com cautela e desconfiança, ora com violência e autoritarismo. Nesse último caso, muito comum na história espanhola, ocorre a suspensão dos estatutos e a imposição de uma série de leis e normas de caráter autoritário que afetam drasticamente a moral, a subjetividade e a cultura das regiões autônomas (um exemplo é a proibição do uso da língua regional, por exemplo), alimentando ainda mais as tensões e potencializando os conflitos.

O conflito entre centralização e descentralização contribuiu para produzir diversas subjetividades políticas calcadas na identidade regional. A vivência e a experimentação concreta deste conflito produziu fortes identidades regionais que se converteram em alimento para a luta pela autonomia. Mais do que isso, as identidades regionais contribuíram para a constituição de práticas comunitárias e de ajuda mútua entre a classe trabalhadora espanhola, principalmente entre os camponeses. Tais práticas tinham fortes elementos libertários: uso comum das terras e dos recursos naturais, cultivo e colheita realizada de forma coletiva, criação de redes de solidariedade e ajuda em momentos de dificuldade, etc. Além disso, as elevadas desigualdades

socioeconômicas, a grande exploração do trabalho, o elevado grau de pobreza dos trabalhadores e o autoritarismo de Castela criaram um forte sentimento de repulsa e desconfiança de estruturas centralizadoras e hierárquicas, o que se tornou um solo fértil para a aceitação das ideias de descentralização e autogestão do anarquismo.

O segundo ponto é uma consequência desse conflito estrutural. Por conta da forte identidade regional, a luta pela autonomia assumiu, evidentemente, um caráter político, que ganhou corpo através das ideais federalistas formuladas por Proudhon e introduzidas na Espanha pelo catalão Pi y Margall, que traduziu parte significativa da obra do anarquista francês para o Espanhol. A filiação ao federalismo não fazia de Margall um anarquista puro ou com a perspectiva revolucionária de imediata abolição do Estado e da propriedade privada, mas pensava em um movimento de reformas graduais e utilização do aparelho estatal para promover uma revolução de caráter federalista, ou seja, apropriar-se do Estado, utilizar seus recursos para promover a descentralização política e econômica.

> Pi destacou-se na época da malograda Revolução Espanhola de 1854, quando publicou seu primeiro livro, *La Reacción y la Revolución*. Não defendia o anarquismo puro; na verdade politicamente ainda se mantinha talvez mais perto de Jefferson do que de Proudhon, já que ideava a criação de um governo que deveria seguir numa direção revolucionária por meio de reformas graduais: 'eu devo dividir e subdividir o poder; devo torná-lo mutável e continuar destruindo-o'. Na essência dessa perspectiva encontra-se por fim a anarquia, mas Pi, diferentemente dos verdadeiros anarquistas, tinha em vista a tomada do poder a fim de demolir-lhe a estrutura. (WOODCOCK, 2002b:115).

O federalismo de Margall era uma força política significativa na Espanha do século XIX, principalmente entre as décadas de 1850 e 1860, predominante fora de Castela, principalmente na Catalunha, e era constituído, na sua maioria, por uma classe média baixa (pequenos comerciantes) e parte dos trabalhadores urbanos. Ao longo dessas duas décadas, no entanto, o movimento federalista não logrou êxitos políticos ou econômicos significativos que tenham transformado para melhor a vida dos trabalhadores espanhóis, o que levou ao descontentamento e desânimo. Assim como o mutualismo de Proudhon, o federalismo de Margall mostrou-se reformista, distante dos anseios revolucionários da grande parte dos camponeses e trabalhadores espanhóis. Por isso a grande receptividade às ideias anarquistas disseminadas por Fanelli em 1868.

> (...) naquela época de perturbações sociais, quando os trabalhadores e os jovens intelectuais consideravam o federalismo de Pi y Margall muito ameno e gradualista para seus anseios impacientes, o anarquismo de Bakunin – que incluía, mas foi além das doutrinas básicas do federalismo – era o verdadeiro credo pelo qual eles estavam esperando. (WOODCOCK, 2002b:119).

O terceiro ponto refere-se à falta de algum tipo de projeto político que pudesse canalizar os anseios e desejos de transformação da classe trabalhadora espanhola. O elevado grau de exploração do trabalho nas cidades e no campo criava uma situação de extrema precariedade nas condições de vida de grande parte da massa de trabalhadores (baixos salários, longas jornadas de trabalho em condições insalubres, graves problemas relacionados à saúde, educação e habitação). Além disso, a estrutura política feudal era caracterizada pelo exercício autoritário e violento do poder das classes dominantes, o que levava ao aumento dos conflitos e contradições, contribuindo para o anseio cada vez maior por profundas transformações nas estruturas econômicas e políticas da Espanha. Tal estrutura de relações de poder criou as condições objetivas e subjetivas que impulsionavam revoltas, insurreições e protestos contra aquele modo de existência, no entanto, desprovidas de um programa político ou, pelo menos, de um referencial político e econômico que pudesse mobilizar as pessoas. O anarquismo conseguiu suprir essa lacuna. O anarquismo encontrou na Espanha uma massa de trabalhadores ansiosos por um projeto e um discurso que apontasse com clareza para a revolução e que pudesse estar de acordo com a forte e hegemônica tradição federalista cujo ponto principal era a autonomia regional e local (fazendo da comunidade um protagonista político importante). O anarquismo oferece um projeto que tem como objetivo a destruição das estruturas de poder heterônomas, autoritárias e violentas das classes dominantes (a Igreja, os latifundiários, as forças armadas e a insipiente burguesia) e que está plenamente de acordo com a descentralização política e econômica da vida social, permitindo o exercício da autonomia coletiva em escalas regional e local.

O quarto ponto importante foi o pioneirismo do anarquismo em relação ao marxismo. A chegada dos anarquistas em 1868 deu ao anarquismo três anos de vantagem para que o pensamento libertário pudesse ser disseminado e enraizado em grande parte da classe trabalhadora espanhola, no campo e na cidade (além disso, devemos lembrar da forte tradição federalista que existia na Espanha). A princípio, três anos não parece uma vantagem muito significativa, no entanto, nesse caso, foi crucial para determinar a hegemonia libertária. No

entanto, não é apenas o único fator que explica o predomínio em relação ao marxismo. Devemos buscar tais razões na dinâmica da inserção do pensamento marxista na Espanha, que começou em 1871, quando Paul Lafarge é enviado por Marx para realizar trabalho semelhante ao de Fanelli.

O marxismo não conseguiu se disseminar basicamente por conta da falta de sensibilidade e capacidade de adaptação ao contexto espanhol. A apropriação das formulações marxistas fez com que os militantes espanhóis defendessem a constituição de organizações fortes, centralizadas e hierarquizadas, bem como a luta pela apropriação do Estado pelos trabalhadores e a participação nos processos eleitorais para conseguir atingir esses objetivos. Tais pressupostos iam de encontro aos anseios e desejos da maior parte da massa de trabalhadores, que almejava a constituição de organizações horizontais, autônomas e, acima de tudo, desejavam o fim de aparelhos centralizadores e autoritários, seja o Estado ou o sindicato hierarquizado. Além disso, apesar de um discurso crítico e revolucionário, o que predominou nos primeiros anos foi uma prática reformista, muito aquém do discurso e dos anseios da maior parcela da classe trabalhadora espanhola. Ainda assim, com esforço, dedicação e persistência, os socialistas e comunistas espanhóis (ou seja, aqueles partidários de Marx), conseguiram constituir organizações em importantes cidades e regiões espanholas, como nas Astúrias, País Basco e Madri, apesar do relativo atraso em relação aos anarquistas, afinal, o *Partido Socialista Obrero Español* só foi criado em 1879 e seu sindicato, a *Unión General de Trabajadores* em 1889 (SALVADÓ, 2008).

O anarquismo começa a se estruturar rapidamente após a passagem dos membros da Aliança, principalmente de Fanelli. Diversos grupos, organizações, sindicatos e publicações anarquistas começam a surgir no final da década de 60 e início de 70.

> Um movimento considerável cresceu rapidamente a partir desses pequenos núcleos. Começaram a surgir jornais internacionalistas – *La Federación* em Barcelona e *Solidariedad* em Madri. Formaram-se seções da Internacional na Andaluzia, em Valência, no norte da Espanha, e, no início de 1870, a Associação já contava com cerca de 15 mil filiados espanhóis. Dois delegados espanhóis, Dr. Gaspar Sentiñon e o tipógrafo Rafael Farga-Pellicer, participaram do Congresso da Internacional na Basiléia em 1869 e integravam a maioria que apoiou Bakunin naquele vitorioso primeiro round de combate com Marx. (WOODCOCK, 2002b:119).

Em 1870 é fundada a seção espanhola da Internacional (1870 a 1881), chamada Federação Regional Espanhola, em um congresso realizado em Barcelona, onde "noventa delegados representaram 150 associações de trabalhadores com 40 mil membros, mas algumas delas eram

sindicatos ainda não oficialmente ligados à Internacional, e o número real de internacionalistas provavelmente se situava em torno de 20 mil" (WOODCOCK, 2002b:120).

A Federação Regional adota os estatutos da Federação do Jura[20], o que demonstra seu caráter explicitamente bakuninista e libertário, calcado principalmente no princípio federativo, cuja estrutura irá nortear o movimento anarquista até o fim da Guerra Civil, como podemos ver no documento elaborado pela *Comisión sobre organización social de los trabajadores:*

> 1. En cada localidad se organizarán en secciones los trabajadores de cada oficio, organizándose además una sección que comprenderá en su seno a todos los individuos de los diferentes oficios que no hayan aún constituido sección, y la cual será de oficios varios;
> 2. Todas las secciones de oficios de una misma localidad se federarán, organizando la cooperación solidaria y demás cuestiones de socorro, instrucción, etc., de gran interés para los trabajadores.
> 3. Las secciones del mismo oficio en las diferentes localidades se federarán entre si para organizar la resistencia solidaria.
> 4. Las federaciones locales se federarán para formar la Federación Regional Española, cuya representación será un Consejo federal elegido por los congresos.
> 5. Todas las secciones de oficio, federaciones de oficios, federaciones locales, así como la federación regional, se regirán por los reglamentos respectivos determinados por los congresos.
> 6. todos los trabajadores representados en Congresos obreros determinarán por boca de sus delegados los modos de acción y desenvolvimiento de la organización. (In. LEVAL, 1975:20).

É importante ressaltar a centralidade que o trabalho e o trabalhador possuem na perspectiva da Federação Espanhola. O trabalhador é o protagonista da revolução e da organização da sociedade pós-revolucionária, é a classe trabalhadora que conduzirá a organização política e econômica do novo modo de existência, cuja centralidade é o trabalho, ou seja, as atividades responsáveis pela produção, circulação e distribuição da riqueza socialmente produzida. A centralidade do trabalho fica explícita quando se afirmam as organizações dos trabalhadores (seções de ofício, sindicatos e suas federações) como os núcleos da nova organização social responsável por gerir e planejar a vida da coletividade.

Um ano mais tarde, a Federação Espanhola organiza um congresso para aprofundar as discussões sobre as estratégias de ação, os significados da luta, as formas de organização da sociedade pós-revolucionária, etc. Vale ressaltar que apesar da influência de Bakunin, o próprio

[20] Organização suíça de forte caráter libertário que aglutinava basicamente artesãos.

movimento libertário espanhol foi extremamente criativo e capaz de colocar em práticas diversas ideais que, até então, estavam apenas no papel. Isso significa dizer que os anarquistas espanhóis não eram simplesmente reprodutores do pensamento de Bakunin, Proudhon ou Kropotkin, mas tinham a capacidade de formular e mesclar as ideias e formulações já existentes e, mais do que isso, foram capazes de adaptar para sua própria realidade os balizamentos básicos do anarquismo clássico. O trecho abaixo, retirado da declaração final do congresso nos permite observar a crítica direta ao Estado e à propriedade privada, afirmando a positividade da propriedade coletiva, da autonomia e da federação.

> Considerando que el verdadero significado de la palabra República, en latín *res publica*, quiere decir *cosa pública, cosa propia de la colectividad o propiedad colectiva;*
> Que *Democracia* es la derivación de *democratia*, que significa el libre ejercicio de los derechos individuales, lo cual no puede encontrase sino en la Anarquía, o sea la abolición de los Estados políticos y jurídicos, constituyendo en su lugar Estados obreros cuyas funciones sean puramente económicas:
> Que siendo los derechos Del hombre impactables, imprescriptibles y inalienables, se deduce que la federación debe ser puramente económica;
> La conferencia de los delegados de la región española de la Asociación Internacional de los Trabajadores reunida en Valencia, declara:
> Que la verdadera república democrática y federal es la propiedad colectiva, o sea, la libre federación universal de libres asociaciones obreras agrícolas y industriales, fórmula que acepta en todas sus partes. (In LEVAL, 1975:22. Grifos no original).

Em 1871, o governo espanhol baixou um decreto dissolvendo a Internacional, alegando de que tratava de uma organização estrangeira de caráter revolucionário. A Federação Espanhola ignorou o decreto e continuou com suas atividades. Em 1881, o governo espanhol, sob a égide liberal, restitui a legalidade da Internacional na Espanha e a Federação Espanhola se dissolve por alguns meses para em seguida ressurgir com o nome de Federação dos Trabalhadores da Região Espanhola, que existiu até 1888.

No decorrer dos anos de 1870 e 1880, conforme o movimento vai se organizando e se expandindo pela Espanha (Catalunha, Levante, Aragão, Castela e Andaluzia), os encontros, congressos, publicações e manifestos produzidos pelo movimento anarquista continuam seguindo

essas diretrizes básicas[21]; no entanto, mostrando uma amadurecimento maior das ideias e das formulações, melhorando determinados argumentos, escolhendo melhor determinadas palavras[22]. Aos poucos as diretrizes vão se tornando cada vez mais claras e assumindo um caráter explicitamente anticapitalista, antiestatal, baseado na autogestão, na federação e na coletivização dos meios de produção, onde o centro da organização da vida social são o trabalho e as organizações responsáveis pela gestão da economia e da política são os sindicatos e organizações de trabalhadores. Apenas para ilustrar esse desenvolvimento, reproduzimos em seguida trechos de diferentes documentos e periódicos onde podemos observar tais aspectos ao longo do tempo.

> Nosotros queremos que se realice la justicia en todas las relaciones humanas;
> Queremos la abolición de todas las clases sociales y su conversión en una sola clase de productores libres, honrados y inteligentes;
> Queremos que sea el trabajo la base sobre la cual descanse la sociedad; que el mundo se convierta en una inmensa federación de libres colectividades de una localidad, que las federaciones locales formen una federación comarcal; que las diversas federaciones comarcales de una federación constituyan las federaciones regionales, y que – por último – entre todas las federaciones regionales Del mundo formen la gran federación internacional;
> Queremos que los instrumentos de trabajo, la tierra, las minas, los astilleros, los busques, los ferrocarriles, las fábricas, las máquinas, etc. etc., sean propiedad de la sociedad entera, debiendo ser únicamente utilizados por las colectividades obreras para su producción directa y en cuyo seno obrero recibirá el producto íntegro de su trabajo.
> Queremos la enseñanza integral para todos los individuos de ambos sexos en todos los aspectos de la ciencia, de la industria y de las artes a fin de que desaparezcan las desigualdades – en su casi totalidad ficticias – y que los efectos destructores que la división Del trabajo produce en la inteligencia de los obreros no vuelvan a producirse, obteniéndose entonces las únicas, pero positivas ventajas que esta fuerza económica encierra para la pronta y más abundante producción de las cosas destinadas a la satisfacción de las necesidades humanas;

[21] "Desde 1880 a fines de aquel siglo se produjo un cierto renacimiento intelectual en los medios anarquistas: fundación del periódico satírico *La Tramontana*, por José Llunas (Barcelona, 1881); Primer Certamen Socialista, organizado por el Centro de Amigos de Reus (Tarragona), en 1885; fundación de la revista*Acracia* (Barcelona, 1886); publicación del periódico *El Productor* (Barcelona, 1887); Segundo Certamen Socialista (Barcelona, 1889). A estos certámenes concurrieron los mejores escritores del anarquismo español y el más grande de sus pensadores: Ricardo Mella". (PEIRATS, 2006:18).

[22] A palavra "Estado", por exemplo, não será mais utilizada para designar um território controlado pelas federações, como aparece no documento anterior.

Creemos que con la organización de la sociedad en una vasta federación de colectividades obreras, teniendo por base el trabajo, desaparecerán todos los poderes autoritarios, convirtiéndose en simples administradores de los intereses colectivos, y que el perjudicial espíritu de nacionalidad, el patriotismo, tan contrario a unión y solidariedad de los hombres, desaparecerá ante la gran patria Del trabajo que es el mundo entero.
Este es el socialismo que proclama la Internacional, cuyas dos afirmaciones principales son: en economía, el colectivismo; en política, la anarquía. El colectivismo, es decir la propiedad común de los instrumentos de trabajo, la utilización de los mismos por las colectividades obreras para producir directamente, y la propiedad individual del fruto íntegro Del trabajo de cada cual. La anarquía, es decir la desaparición de los gobiernos, o sea, su conversión en simples administradores de los intereses colectivos. (In LEVAL, 1975).[23]

1. Las localidades en que los internacionales puedan dominar, una vez iniciado el movimiento insurreccional, se declararán libres e independientes y desligadas del lazo nacional;
2. Inmediatamente declararán cada una de ellas que en todo lo que se encierra dentro de sus limites pertenece a la misma, y nada a ningún individuo, exceptuando únicamente los muebles, ropas y otros objetos de uso particular;
5. Federación de las fuerzas populares, de todas las federaciones, de todas las comarcas y de todos los países;
8. Los Consejos locales se subdividirán en las comisiones que juzguen necesarias, como defensa, subsistencia, administración, trabajo, instrucción, relaciones comarcales y federales, etc.;
9. Dispondrán inmediatamente la disolución de todos los organismos que constituyen el Estado actual; la destrucción de autos de fe de todos los títulos de propiedad, de hipotecas, valores financieros, concesiones, etc. La incautación y centralización de todo el metálico, papel moneda, joyas, alhajas y piedras preciosas existentes en cada localidad; la centralización de todos los artículos de consumo, y la concentración parcial, en talleres especiales, de todas las herramientas y máquinas;
11. Los congresos comarcales y el regional asumirán, por medio de comisiones especiales, la gestión de todos los asuntos que no pueden ser tratados por las localidades, como la defensa comarcal y regional, la organización de los servicios públicos, como la marina, ferrocarriles, telégrafos, etc. y nombrará el regional la representación de la región en el congreso universal y en las demás regiones. (In LEVAL, 1975:26).[24]

Nosotros, los trabajadores, que somos los verdaderos artesanos de la sociedad, su fuerza creadora y vital, que con nuestros esfuerzos

[23] O trecho foi retirado de um manifesto escrito em 1872 contra a proibição da existência da Internacional da Espanha, que durou até 1881.
[24] Documento redigido durante uma Conferência de federações de comarcas realizada em 1876.

> materiales construimos las ciudades y los pueblos, que labramos la tierra y extraemos de sus entrañas los productos más preciosos; que construimos los busques para transportar las riquezas que producimos y los ferrocarriles que unen las regiones más alejadas; que tendemos en el fondo de los océanos los cables gracias a los cuales el Viejo Mundo puede, hoy, comunicarse con el Nuevo; (…) por el efecto de una contradicción terrible, no aprovechamos de estas riquezas. ¿Por qué? Porque el predominio del capital ya de la burguesía transforma nuestro sudor en una mercancía que se estima de acuerdo al salario, que lleva el sello de la esclavitud y es fuente de donde provienen todos los males que nos oprimen. (In LEVAL, 1975:29).[25]
>
> Proclamamos la acracia (no gobierno) y aspiramos a un régimen económico y social en el cual merced a la comunidad de todos los intereses y la reciprocidad de los derechos y los deberes todos sean libres; todos contribuirán a la producción y gozarán de la mayor felicidad posible, que consiste en que los productos consumidos sean fruto del trabajo de cada uno, sin explotación, y por consiguiente sin la maldición de ningún explotado. (…)
> La tierra, las minas, las fábricas, las vías férreas, y en general todos los medios de producción, transporte y cambio, son concedidos en usufructo a las actividades de trabajadores. El objetivo final es:
> La disolución del Estado;
> La expropiación de los detentadores del patrimonio universal;
> La organización de la sociedad sobre la base del trabajo de los que pueden producir;
> La distribución racional de los productos del trabajo. (In LEVAL, 1975:31-32).[26]

No final da década de 1880, o movimento anarquista começa a enfrentar uma crise dentro de suas fileiras que leva à dissolução da Federação dos Trabalhadores da Região Espanhola. A crise se dá por conta da agudização do conflito entre coletivistas e anarco-comunistas dentro do movimento libertário, como uma consequência da disseminação das ideias de kropotkin e seu anarco-comunismo no seio do movimento espanhol. De um lado, os anarco-comunistas argumentavam que era necessário organizar o movimento a partir de pequenos grupos compostos exclusivamente por dedicados militantes que iriam propagar o ideal anarquista pela ação e pela propaganda, sem buscar se inserir diretamente nas organizações dos trabalhadores para evitar qualquer tipo de liderança ou influência direta que pudesse representar um risco para a criação de

---

[25] Manifesto redigido em 1882, em um congresso em Barcelona.
[26] Trecho de um manifesto redigido pela Federação dos Trabalhadores da Região Espanhola publicada no periódico anarquista barcelonês *El Productor* em 1887.

relações autoritárias ou impositivas. Além disso, os anarco-comunistas criticavam a forma de distribuição de riqueza proposta pelos coletivistas baseada na disponibilidade de trabalho de cada um. Segundo eles, distribuir a riqueza de acordo com o trabalho criava um problema para a sociedade: como sustentar aqueles que não podem trabalhar para garantir sua própria subsistência ou para contribuir com a coletividade? A solução, para esta corrente, era distribuir a riqueza independente do trabalho realizado, de forma que cada um pudesse dispor de tudo aquilo que a sociedade pudesse oferecer para seu pleno desenvolvimento, afinal, seria impossível medir com precisão a parte da riqueza que cabe a alguém de acordo com as horas trabalhadas e com o esforço despendido. De outro lado, os coletivistas mantinham suas convicções de que era necessária a inserção dos militantes anarquistas em grandes organizações dos trabalhadores, preferencialmente os sindicatos, sem exigir a imediata conversão de todos os trabalhadores ao anarquismo. Além disso, continuavam a defender a tese da distribuição dos frutos do trabalho de acordo com o trabalho de cada um argumentando que era possível atender às necessidades de todos mediante adaptações na distribuição de forma que se levasse em conta a quantidade de membros de cada família.

A crise também foi motivada por diferenças que existiam desde a década de 70 entre os militantes catalães, predominantemente operários, e os andaluzes, majoritariamente camponeses. Os primeiros, de forma geral, defendiam a atividade sindical como principal meio de luta e conquista de direitos, o que implicava em ações mais moderadas, enquanto os andaluzes defendiam meios mais violentos e diretos como forma de ação revolucionária. “Essas diferenças tornaram-se críticas no Congresso de Sevilha, em 1882, onde um grupo que se autodenominava ‘Los Deshereados” (Os deserdados) rompeu para formar sua própria organização terrorista” (WOODCOCK, 2002b:126).

A principal consequência da crise do movimento anarquista foi a dissolução da Federação na Catalunha e o enfraquecimento do movimento no restante da Espanha. Por volta de 1888, as duas correntes predominantes do anarquismo catalão reconheceram explicitamente suas diferenças e fundaram organizações distintas. Os coletivistas fundaram o Pacto de Solidariedade e Resistência, enquanto os comunistas criaram a Organização Anarquista da Região Espanhola. No entanto, apesar da divisão, muitos militantes participavam das duas organizações, demonstrando como uma corrente agia sobre a outra. Essa dinâmica de conflito e

complementaridade caracterizou o anarquismo espanhol até a década de 30, onde as duas tendências conviviam e se alimentavam reciprocamente.

O enfraquecimento do movimento anarquista no final da década de 80 abriu espaço para a intensificação de atos de violência, insurreições, atentados e tentativas de assassinatos durante os primeiros anos da década de 90. Parecia que um novo ciclo de violência surgia aproximadamente dez anos após o caso de *La Mano Negra*[27]. Uma série de insurreições, atentados a bomba, assassinatos, ocupações de terras e tentativas de tomada de povoados ocorreram pela Espanha, mas principalmente na Catalunha e na Andaluzia. A violência como instrumento revolucionário mostrou-se ineficaz e a maioria das ações acabou em fracassos. A precariedade da preparação, organização e coordenação facilitavam o trabalho da polícia que agia com violência ainda maior, alimentando um ciclo vicioso: quanto maior a repressão policial, maior a quantidade e intensidade de tiroteios e atentados. A violência com que o Estado espanhol respondia às ações estava presente desde o conflito com as forças policiais, onde inúmeros trabalhadores foram mortos, passando pelo assassinato de lideranças e participantes sem nenhum tipo de julgamento, tortura generalizada para se conseguir confissões e pelas penas impostas àqueles levados à justiça, onde a maioria era condenada a duras penas na prisão e uma minoria que sofria deportação ou a condenação à pena de morte.

O início da década de 90 não foi caracterizado apenas pelo crescimento da ação direta violenta (desorganizada e ineficiente), mas também pela aproximação do pensamento anarquista com intelectuais, artistas e determinados profissionais liberais, como professores, arquitetos, médicos e engenheiros. Deste encontro, a manifestação mais significativa foi a constituição de uma pedagogia libertária, cujo objetivo principal era a criação de escolas e centros culturais onde camponeses e operários pudessem ser alfabetizados, ter acesso à cultura e produzir conhecimento a partir de suas próprias experiências à luz de uma perspectiva libertária.

A virada do século foi marcada pela revitalização do movimento sindical por conta da influência do sindicalismo revolucionário francês. A retomada de uma perspectiva revolucionária através das organizações sindicais injetou um novo ânimo nas organizações anarquistas que viram uma boa oportunidade para se reagrupar e reestruturar o movimento libertário em bases

---

[27]*La Mano Negra* era uma suposta organização terrorista anarquista responsável por uma série de ações (saques, tentativas de assassinato, atentados a bomba, insurreições, ocupações de terras, etc.) entre os anos de 1882 e 1883. O caso foi utilizado pela polícia como uma desculpa para perseguir e praticamente acabar com o movimento anarquista na Andaluzia.

mais sólidas de organização e ação política, onde a ação violenta dos atentados e assassinatos seria substituída pela greve geral. Entre 1907 e 1908, os sindicatos libertários da Catalunha começaram a estruturar uma nova organização chamada *Solidariedad Obrera* fortemente influenciada pelo anarcossindicalismo da Confederação Geral dos Trabalhadores na França. A *Solidariedad Obrera* foi fruto de um vigoroso processo de articulação de inúmeros veteranos das lutas operárias do fim do século XIX de diversas correntes do movimento dos trabalhadores (anarquistas, socialistas, comunistas, sindicalistas puros) que viram a necessidade de organizar a luta dos trabalhadores a partir dos sindicatos. O relativo sucesso da organização anarcossindicalista francesa motivou a articulação dos diversos campos políticos do movimento operário espanhol para superar a crise dos anos anteriores.

A nova organização foi testada em 1909. Neste ano, o exército espanhol sofreu uma dura perda na sua guerra colonial no Marrocos e para suprir a necessidade de novos soldados, iniciou o processo de convocação de reservistas. No entanto, a convocação ficou praticamente restrita à Catalunha, gesto que foi interpretado como uma provocação e uma tentativa de esmorecer o movimento dos trabalhadores, afinal, estavam sendo convocados para lutar por um Estado do qual queriam autonomia e para proteger interesses de classes das quais queriam se emancipar. Anarquistas, comunistas, socialistas e suas respectivas organizações concordam em realizar ações conjuntas e declaram uma greve geral nacional contra a convocação. Durante a chamada "Semana Trágica", o governo conseguiu reprimir violentamente a greve em praticamente toda a Espanha, menos na Catalunha e, particularmente, em Barcelona. Imediatamente o confronto tomou as ruas de Barcelona e de forma bastante violenta: barricadas foram erguidas, igrejas saqueadas e incendiadas, prisões e assassinatos arbitrários. Os conflitos duraram aproximadamente 5 dias e terminaram com o massacre do movimento.

A Semana Trágica foi considerada um marco na história do movimento dos trabalhadores na Espanha. A magnitude do conflito e a violência da reação estatal colocaram os militantes diante de uma realidade que não poderia ser mais ignorada. Era necessário organizar e coordenar as lutas. Em outubro de 1910, na cidade de Sevilha, com a exceção dos sindicatos ligados à UGT representantes de diversas organizações sindicais se reuniram para um congresso histórico que decidiu pela criação de uma nova organização de luta política e econômica dos trabalhadores. Essa organização era a Confederação Nacional do Trabalho. Voltaremos a ela no capítulo 3.

Capítulo 2. Conflitos de territorialidades: os antecedentes da Guerra Civil

O objetivo fundamental deste capítulo é analisar, de forma sucinta, a territorialidade de elementos estruturais e conjunturais da sociedade espanhola que condicionaram e influenciaram o início da Guerra Civil e da experiência anarquista. Nesse sentido, vamos dividir o capítulo em duas partes: a primeira trata da territorialidade hegemônica e dos conflitos decorrentes de sua dinâmica; a segunda refere-se à instituição e crise da Segunda República Espanhola, contexto em que ocorre a eclosão da Guerra Civil.

O território "é, fundamentalmente, um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder" (SOUZA, 1995:78), no entanto, ele "*não* é o substrato, o espaço social em si, mas sim um campo de forças, *as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial*" (SOUZA, 1995:97. Grifos no original). Assim, os territórios são agenciamentos de poder, "que só existem enquanto duram as relações sociais das quais eles são projeções espacializadas" (SOUZA, 2006:335).

Diversos autores já formularam a ideia de que o poder é uma relação (CASTORIADIS, 1982, 1992, 2002; ARENDT, 2003 e FOUCAULT, 1985, 1998a, 1988b). É algo que está sempre em movimento, que circula, que é produzido nas relações sociais. Nesse sentido, o poder não pertence a ninguém, não pode ser dado, perdido, alienado; ele não é uma coisa, não é objeto ou mercadoria que possa ser trocado ou vendido, ele é exercido e efetivado; ele não se concentra em um determinado centro, nem é uma relação unilateral. O poder se exerce de forma difusa e múltipla pela sociedade e, por isso, necessita de meios para circular e ser efetivado: instituições, práticas, discursos e saberes. Ao circular pela sociedade, o poder é exercido, efetivado, vivenciado, incorporado, corporificado e introjetado. O poder produz subjetividade e modos de existência.

> O que primeiro solapa e depois destrói as comunidades políticas é a perda de poder e a impotência final; e o poder não pode ser armazenado e mantido em reserva para os casos de emergência, como os instrumentos de violência: só existe em sua efetivação. Se não é efetivado, perde-se. (...) O poder só é efetivado enquanto a palavra e o ato não se divorciam, quando as palavras não são vazias e os atos não são brutais, quando as palavras não são empregadas para velar intenções, mas para revelar realidades, e os atos não são usados para violar e destruir, mas para criar relações e novas realidades. (ARENDT, 2003:212).

> Quero dizer que em uma sociedade como a nossa, mas no fundo em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento de um discurso. (FOUCAULT, 1998b:179).

> O 'poder' corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está 'no poder' estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo, de onde se origina o poder (*potestas in populo*, sem um povo ou um grupo, não há poder), desaparece, 'o seu poder' também desaparece. (ARENDT, 1985:24-25. Grifos no original).

Compreender o poder dessa forma nos permite superar a ideia de que este conceito esteja vinculado somente às práticas de dominação, controle, violência, coerção e exploração, ou seja, à dimensão heterônoma. O poder, *a priori*, não é necessariamente heterônomo. Sua natureza depende do tipo de relação que as forças sociais estabelecem entre si para produzir uma determinada subjetividade e um modo de existência. Se o poder produz, ele pode assumir tanto uma dimensão heterônoma, quanto uma dimensão democrática e, por fim, uma dimensão autônoma. Não está inscrito em sua essência um caráter heterônomo, apesar deste ser o aspecto mais valorizado, destacado, identificado e analisado no campo do pensamento político. Um exemplo importante é do filósofo Michel Foucault, que apesar de chamar a atenção para a necessidade de se superar essa interpretação reducionista do poder, ou seja, de reduzi-lo à uma dimensão negativa, dedicou-se basicamente à análise das tecnologias do poder heterônomo, como a disciplina e o controle desenvolvidos e aplicados em instituições como a escola, o hospital, o Exército, a fábrica, etc. (FOUCAULT, 1995).

> O que faz com que o poder se mantenha e seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. (FOUCAULT, 1998b:8).

As formulações de Cornélius Castoriadis nos permitem superar tal proposição reducionista do poder e, ao mesmo tempo, apreender sua dimensão autônoma ou heterônoma. Assim,

> Se definirmos como *poder* a capacidade, para qualquer instância que seja (pessoal ou impessoal), de levar alguém (ou vários) a fazer (ou não fazer) o que, entregue a si mesmo, ele não faria necessariamente (ou faria talvez), é imediato que o maior poder concebível é o de pré-formar alguém, de tal modo que *por si mesmo* ele faça o que queríamos que fizesse, sem necessidade de nenhuma dominação (*Herrschaft*) ou de *poder explícito* para levá-lo a...(...). (CASTORIADIS, 1992:126. Grifos no original).

A proposição de Castoriadis acerca do poder nos permite apreender tanto sua dimensão heterônoma quanto a autônoma (SOUZA, 2006). Afinal, quando o autor define o poder como a capacidade de levar alguém a fazer o que não faria por si próprio, podemos nos remeter a uma relação heterônoma, onde o indivíduo é coagido, dominado, disciplinado a realizar determinada ação contra sua vontade. Por outro lado, podemos imaginar a possibilidade de alguém fazer alguma coisa porque foi convencido através de um processo livre e horizontal de debate, discussão de ideais e argumentos. Nessa perspectiva, o poder foi efetivado, mas sem o uso da coerção, do controle, da dominação, mas através do entendimento e do convencimento (SOUZA, 2006).

Castoriadis ainda faz uma distinção entre o poder explícito e o infrapoder. De acordo com o autor, "haverá sempre uma dimensão da instituição da sociedade encarregada desta função essencial: restabelecer a ordem, garantir a vida e a operação da sociedade contra todos e contra tudo o que, atual ou potencialmente, a coloca em perigo" (CASTORIADIS, 1992:130). O poder explícito está diretamente associado à constituição de um espaço de deliberação formal que institui as leis e normas de determinada organização societária, portanto, "o poder explícito aparece como enraizado também na necessidade da decisão referente ao que se tem que fazer, ou não fazer, com relação aos fins (mais ou menos explícitos) daquilo que o impulso da sociedade considerada se dá como objetos". (CASTORIADIS, 1992:131). Essa apreensão do poder explícito não está associada, necessariamente, a algum tipo de heteronomia, mas sim à dinâmica de qualquer sociedade humana. O poder explícito existe em um comuna anarquista, em uma tribo indígena, em uma democracia liberal ou em um regime totalitário. Assim, o poder explícito não é sinônimo de Estado ou de heteronomia (assim como a heteronomia não está associada somente à

dinâmica do aparelho estatal), mas aquele produzido e exercido para garantir a reprodução societária e remete diretamente à dimensão do político, ou seja, das relações sociais que instituem leis e regras que regem determinado modo de existência.

> Essa dimensão da instituição da sociedade, relacionada com o *poder explícito*, ou seja, com a existência de *instâncias que podem emitir injunções sancionáveis*, é que devemos chamar de dimensão do político. Pouco importa, a esse nível, que essas instâncias sejam encarnadas pela tribo inteira, pelos anciãos, pelos guerreiros, por um chefe, por um *démos*, por um aparelho burocrático, ou por o que quer que seja. (CASTORIADIS, 1992:132. Grifos no original).

O infrapoder é aquele que é incorporado, introjetado no corpo e na psique dos indivíduos a ponto de condicioná-los a ter um determinado comportamento de acordo com os valores e normas dominantes, hegemônicas em determinada organização societária. O infrapoder é pura produção de subjetividade, é a corporificação do imaginário social, a ação do poder instituinte da sociedade diretamente na psique, na subjetividade individual e coletiva. Assim, o infrapoder está associado ao processo de fabricação social do indivíduo.

> Antes de todo poder explícito, e muito mais, antes de toda 'dominação, a instituição da sociedade exerce um *infrapoder radical* sobre todos os indivíduos produzidos por ela. Esse infrapoder – manifestação e dimensão do poder instituinte do imaginário radical - não é localizável. Certamente, nunca é o poder de um indivíduo ou mesmo de instâncias designáveis. É 'exercido' pela sociedade instituída. (CASTORIADIS, 1992:127. Grifos no original).

Este aspecto do poder diz respeito à produção da subjetividade e da psique do indivíduo imerso na múltipla teia de relações sociais e de poder que constituem a sociedade. Logo, tal produção só é possível no registro social, sempre imanente a ele, nunca dissociado, pois é a pura fabricação social do indivíduo. Nesse sentido, o infrapoder diz respeito à incorporação/produção subjetiva e psíquica de discursos, valores, significados, símbolos e representações que condicionam a aceitação de um determinado modo de existência encarnado em práticas e procedimentos concretos. No entanto, o infrapoder nunca é absoluto, caso contrário seria impossível pensar em rupturas, insurreições, revoluções, conflitos, etc. uma vez que todos os indivíduos seriam moldados de acordo com a subjetividade hegemônica e sem possibilidades de subvertê-la. Para Castoriadis, o infrapoder é a ação da sociedade instituída (aquela que existe e busca se reproduzir) sobre a sociedade instituinte, ou seja, sobre o processo aberto de produção e

criação históricas. Existem brechas, conflitos, forças que atuam na produção e na vivencia de outras subjetividades e modos de existência. Nesse sentido, é possível estabelecer um diálogo com Guattari e Rolnik quando afirmam que a subjetividade (individual e coletiva) não é estática e, assim como o infrapoder, pode ser apreendida nessa relação entre sociedade instituída-sociedade instituinte.

> A *subjetividade* está em circulação nos conjuntos sociais de diferentes tamanhos: ela *é essencialmente social, e assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares*. O modo pelo qual os indivíduos vivem essa subjetividade oscila entre dois extremos: uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como a recebe, ou uma relação de expressão e criação, na qual o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade, produzindo um processo que eu chamaria de singularização. Se aceitamos essa hipótese, vemos que a circunscrição dos antagonismos sociais aos campos econômicos e políticos – a circunscrição do alvo de luta à reapropriação dos meios de produção ou dos meios de expressão política – encontra-se superada. É preciso adentrar o campo da economia subjetiva e não mais restringir-se ao da economia política. (GUATTARI e ROLNIK, 1989:33. Grifos no original)

O poder, como ressaltou Foucault, se exerce diretamente no corpo, portanto, devemos considerar o processo de corporificação do poder, que pode ser compreendido como a produção social do corpo. É realizado um investimento de poder sobre o corpo para que ele assuma posturas e aprenda a realizar determinados gestos com objetivos específicos, de acordo com a subjetividade subjacente: a sexualidade, o treinamento do soldado, o confinamento do preso, a especialidade do operário, o comportamento do aluno, as regras de convivência nos espaços públicos e privados, o receio de caminhar em um bairro pobre, o andar à espreita de um negro em um bairro rico são exemplos de diferentes tipos de investimentos de poder no corpo e na subjetividade que condicionam, marcam, identificam tipos sociais e condicionam comportamentos, práticas e relações sociais.

A questão fundamental do território refere-se ao exercício do poder em determinado espaço: "*quem domina, governa ou influencia quem nesse espaço, e como?*" (SOUZA, 2006:335). A dinâmica territorial refere-se à apropriação dos recursos naturais, produção de identidades, distribuição de objetos, organização e controle da população, fluxos, recursos econômicos e militares. Em outras palavras, a questão fundamental refere-se às relações sociais que determinam um certo modo de existência, que legitimam, normalizam a organização

societária e organizam o espaço geográfico, logo, devemos compreender o território como algo imanente à política e ao poder. Assim, o território é a malha de poder que se constitui e se projeta sobre um determinado espaço com o objetivo de controlá-lo e apropriá-lo em suas diversas dimensões (SOUZA, 1995 e 2006). Nosso objetivo é analisar a territorialidade espanhola hegemônica sobre a qual a guerra se desencadeou e contra a qual uma nova territorialidade busca se afirmar.

A territorialidade hegemônica que caracteriza a Espanha da década de 1930 foi instituída com a Constituição de 1876, que marcou o retorno dos Bourbons ao trono espanhol e o início de uma monarquia parlamentar cujo objetivo fundamental era permitir que as diferentes classes dominantes pudessem se perpetuar no controle do aparelho de Estado através de um sistema de rodízio, relativamente pacífico, para superar os conflitos internos e dotar a Espanha de uma relativa estabilidade política.

> Em todos os seus aspectos externos, a Espanha *fin de siècle* tinha um sistema parlamentar moderno. Após a Restauração dos Bourbon, em seguida do golpe militar em dezembro de 1874, o arquiteto do regime, o conservador Antonio Cánovas Del Castillo, deu fim às discórdias de décadas anteriores ao conceber uma fórmula política pela qual as elites governantes puderam desfrutar do poder sem que fosse preciso recorrer à intervenção pretoriana como único instrumento de mudança. Ele concordou em alternar o governo com outro partido político, o dos liberais, liderado por Práxedes Mateo Sagasta. (SALVADÓ, 2008:25).
>
> Quando o Exército restaurou a monarquia, na pessoa de Afonso XII, abandonou-se a reforma em troca da paz social. A subseqüente relação de forças entre oligarquia fundiária, burguesia urbana e o restante da população ficou perfeitamente representada no sistema político da restauração monárquica de 1876. Dois partidos políticos, o Conservador e o Liberal, com diferenças mínimas entre si, representavam os interesses dos dois sectores da oligarquia fundiária, respectivamente os viticultores e o olivicultores do Sul e os grandes seareiros do centro. Ambos eram monárquicos e o que os dividia não eram tanto questões sociais, mas sim a liberdade de comércio e, em menor grau, a questão religiosa. A burguesia industrial do Norte estava escassamente representada no sistema, mas, durante um curto período, aproveitando o clima de estabilidade, de bom grado virou suas atividades para a expansão econômica. (PRESTON, 2005:31)

A Espanha do final do século XIX era caracterizada pela existência de dois grandes blocos dominantes e hegemônicos: o primeiro, conservador, autoritário e monarquista, constituído basicamente pela nobreza, clero, Exército e tradicionais latifundiários; o segundo

caracterizado por um liberalismo conservador da jovem burguesia espanhola e de setores de classe média que almejavam instaurar na Espanha um processo modernizador que fosse capaz de desenvolver o capitalismo urbano e industrial do país. Os antagonismos que colocavam os dois blocos em confronto direto foram relativamente amenizados pela constituição de 1876, que permitia o chamado *turno pacífico*, ou seja, a alternância de poder de forma sistemática e previsível. Entretanto, analisando de forma um pouco mais cuidadosa, é possível afirmar que as diferenças políticas fundamentais são muito pequenas entre os blocos e o que se destaca são suas semelhanças:

> Com exceção de um tímido anticlericalismo e de uma ênfase maior em valores civis por parte dos liberais, havia pouca diferença entre eles. Ambos eram grupos de pessoas notáveis ligadas entre si por clientelismo e endogomia. Níveis impressionantes de nepotismo resultavam em parlamentos que pareciam comitês de amigos trocando discursos loquazes e evitando confrontos sobre questões reais. Essa elite governante tinha relações com as classes econômicas dominantes, as elites financeiras e fundiárias, enquanto a burguesia comercial e industrial representava o parceiro mais novo. (SALVADÓ, 2008:26).

Diante desse quadro, é possível afirmar que a Constituição de 1876, apesar de incorporar elementos que consolidaram *formalmente* determinadas liberdades civis e políticas (liberdade de expressão e associação, liberdade de culto em caráter privado, legalização de sindicatos, pluripartidarismo, sufrágio universal masculino e julgamentos diante de um júri), não foi capaz de alterar significativamente as relações de poder que possuem raízes no Antigo Regime.

A estrutura do poder hegemônico na Espanha era composta pelo secular quarteto Coroa-Igreja-Exército-Latifundiários e pela nova parceira no exercício do poder, a burguesia nas suas diversas frações (comercial, industrial e financeira). Parceira que com o tempo almeja alcançar uma posição hegemônica para levar a cabo seu projeto de modernização da sociedade espanhola. No entanto, foi incapaz de fazer as reformas necessárias para a revolução liberal e esse fracasso foi uma das razões do conflito que eclode em 1936.

2.1. O Antigo Regime: Coroa, Exército e Igreja

A Espanha do final do século XIX e início do XX era caracterizada pela presença de elementos com raízes profundas no Antigo Regime e que influenciavam de forma complexa a

dinâmica da sociedade. Por um lado, é possível afirmar que alguns destes elementos estavam passando por um processo de declínio político e econômico, mas que ainda eram capazes de influenciar significativamente os rumos da política e da economia. A Coroa e a nobreza são os melhores exemplos destes elementos com raízes no Antigo Regime, que após a Constituição de 1876, mesmo com a restauração monárquica, passaram a perder a capacidade de influenciar e determinar os acontecimentos. A redução da capacidade de exercer o poder é confirmada pela instituição de um regime parlamentar, onde a Coroa deve abdicar de uma série de prerrogativas (principalmente relacionadas à criação e instituição das leis) para conseguir se perpetuar dentro de um arranjo político que acomode as diversas classes e setores hegemônicos, incluindo setores liberais que conseguem imprimir algumas mudanças institucionais (ainda que em muitos casos meramente formais e não de fato) de caráter modernizador. No início do século XX, mais precisamente a partir de 1909, o processo de declínio da Coroa e da nobreza vai culminar no fim da monarquia e na proclamação da Segunda República em 1931. Portanto, existe um período de aproximadamente 50 anos onde a Coroa vai sofrendo consecutivos ataques e derrotas que solapam sua capacidade de exercer o poder. Apesar do seu enfraquecimento, era parte constituinte da territorialidade hegemônica e antes de sua derrocada era capaz de influenciar os acontecimentos políticos e econômicos do país. Por outro lado, O Exército e a Igreja são os pilares que ajudam na sustentação do regime monárquico.

Coroa, Igreja e Exército são três instituições singulares, porém, indissociáveis na constituição e reprodução da territorialidade hegemônica. Tal territorialidade possui seus fundamentos e alicerces no Antigo Regime, no imaginário de uma Espanha forte, rica, potência colonial e militar, cujo governo dos homens era exercido pela Coroa, o governo das almas pela Igreja e a proteção da ordem é feita pelo Exército.

A característica fundamental desta territorialidade é a centralidade política exercida por Madri. A formação do Estado nação espanhol ocorreu após as Guerras de Reconquista onde os mouros foram expulsos da Península Ibérica. Os reinos de Castela e Aragão comandaram o processo de reconquista e conseguiram transformar sua força militar em ganhos políticos e econômicos. Após a união dos reinos concretizada através do casamento de Fernando de Aragão com Isabel de Castela, o novo Estado iniciou um processo de unificação do território espanhol mediante a incorporação e subordinação de outros reinos e regiões. Assim, quando o processo de unificação da Espanha é finalizado, o poder político é centralizado em Madri, instituindo um

conflito estrutural entre a autoridade centralizadora e o desejo de autonomia das regiões e reinos que foram submetidos ao processo de unificação. Ao longo dos séculos, a dinâmica da política espanhola foi fortemente marcada por esse conflito latente.

Madri utilizava diversas estratégias de controle do território para impedir a fragmentação. Tais estratégias variavam de região para região e de acordo com a conjuntura política e econômica. Dessa forma, é possível verificar estratégias não violentas ou autoritárias, como por exemplo, a doação de terras para a nobreza em troca de apoio político e militar, uma certa margem de manobra para que as províncias de determinadas regiões estabelecessem seu próprio sistema de cobrança de impostos e um pagamento único à Coroa, certa liberdade para a escolha de cargos da administração de vilas, cidades e povoados, constituição de órgãos políticos com uma certa margem de manobra para a elaboração de leis e debates acerca de questões regionais. Enfim, a Coroa lançava mão de uma série de estratégias que lhe permitiam manter a centralidade de Madri e controlar as demais regiões sem necessariamente utilizar algum aparato repressivo. Era uma forma de realizar acordos e estabelecer relações entre as classes dominantes, fundamentalmente a nobreza, para manter aquela organização sócio-espacial inalterada e garantir sua reprodução.

A disseminação da religião católica foi outra forma utilizada por Madri, em franca aliança com a Igreja, para garantir tal territorialidade. A construção de igrejas, mosteiros, conventos, hospitais, leprosários, orfanatos por toda a Espanha era uma forma de se construir uma rede de poder que opera na subjetividade através da produção da obediência à Coroa e opera também de forma objetiva através do levantamento de informações e notícias que pudessem auxiliar a Coroa na sua luta contra os movimentos de autonomia regional. Assim, as instituições da Igreja eram importantes nós da rede de poder que se projetava no território: pregar e ouvir, essas eram as funções básicas dos sacerdotes espanhóis para contribuir pela manutenção da unidade do Estado Nação.

Em diversos momentos a postura da Coroa era extremamente autoritária e violenta. Nessa perspectiva, destacamos dois conjuntos de ações, aquelas ligadas à legislação e ao uso explícito da força militar. Em diversos momentos a relação entre Madri e as demais regiões não era amistosa e os conflitos não poderiam ser aplacados com acordos, troca de favores ou com benefícios de alguma natureza e, muito menos, com a palavra de Deus através dos sermões e preces dos padres. Assim, em diversos momentos, Madri formulava ou aplicava leis para

combater o regionalismo, mesmo que ele não tomasse a forma de um movimento político explícito pela autonomia. Assim, a proibição da língua, a suspensão de cortes e parlamentos regionais, a imposição de tributos, a proibição de manifestações culturais, a imposição de valores e costumes de Castela-Aragão são alguns exemplos de formas de controle autoritários realizados por meio das leis. Quando tais instrumentos não eram suficientes, Madri utilizava a força militar para fazer valer sua vontade.

A defesa da centralidade política e, principalmente, da defesa da unidade territorial são componentes que constituem as relações de poder entre a Coroa, a Igreja e o Exército e são pilares cruciais da territorialidade hegemônica instituída por tais protagonistas. A unidade e a centralidade são sinônimos de força, ordem e hierarquia, valores que determinam a essência das três instituições hegemônicas e serão defendidas até o início da Guerra Civil em 1936. As Guerras de Reconquista, o passado de glórias militares e o imaginário do império colonial são elementos que serão atualizados para constituir o discurso dos nacionalistas em 1936.

A Igreja Católica era a guardiã dos valores e tradições que sustentavam a subjetividade hegemônica. Ela era responsável por forjar a mentalidade e a "alma" da Espanha, conduzir os súditos a uma vida pautada pelos dogmas e ensinamentos católicos, o que fazia desta instituição um dos maiores, senão o principal, obstáculo aos processos de modernização econômica e cultural na Espanha. A Igreja defendia de forma ferrenha tradições e valores medievais, o que impedia o florescimento de novas formas de ser e estar no mundo, o surgimento de novas perspectivas e formas de estabelecer relações sociais.

A Igreja Católica conseguiu se apropriar de uma densa rede de poder responsável pela produção e reprodução de sua subjetividade hegemônica: ela era a responsável pela educação das crianças e jovens, administrava orfanatos, instituições de caridade e hospitais, além de regular e disciplinar a vida privada das famílias através das paróquias. Dessa forma, sua presença no cotidiano e na formação dos hábitos, valores e tradições era muito intensa, o que lhe permitia uma grande margem de manobra política e econômica. Sua principal função era garantir a legitimidade da organização societária através da produção de subjetividade que afirmava a necessidade da obediência a Deus, à Igreja, à Coroa, ao Exército e ao Proprietário. A instituição era um dos principais pilares do autoritarismo espanhol, da corrupta monarquia parlamentar, logo, estava alinhada com os demais setores hegemônicos. A aliança da Igreja com tais setores e sua postura autoritária, sua defesa das classes hegemônicas em momentos de crise ou conflito

geraram um profundo ressentimento e até ódio em grandes parcelas da população espanhola e principalmente junto às classes populares (particularmente na Catalunha e na Andaluzia).

O Exército era, evidentemente, a força do regime, a instituição que deveria proteger a Espanha não só de seus inimigos externos, mas, principalmente, de seus inimigos internos, como expressava a Lei de Constituição do Exército de 29 de novembro de 1878 (SALVADÓ, 2008:26), que em momentos de "agitação social" suspendia automaticamente a Constituição e decretava lei marcial, atribuindo ao Exército o controle sobre a ordem pública. Em outras palavras, a Constituição permitia a suspensão temporária das leis civis para a instauração da lei marcial e passava para o Exército a função de manter a lei e a ordem através da força e da violência. Essa atribuição constitucional deixa claro três aspectos da função do Exército: 1. proteger a posição das classes hegemônicas; 2. conseqüentemente, garantir a reprodução da organização societária heterônoma; 3. impedir atos de revolta ou contestação da ordem vigente e reprimir qualquer tentativa de transformação das estruturas de poder e econômicas. Assim, o Exército era a instituição que protegia a propriedade privada, o catolicismo, a oligarquia rural e, fundamentalmente, a unidade nacional. Os militares espanhóis assumiam a defesa da unidade social e da proteção da ordem com ferrenha determinação, principalmente por conta do seu desprezo pelas formas como o corpo político institucional lidava com a questão dos regionalismos e da luta de classes. Na visão das forças armadas, a classe política era muito branda, pouco enérgica para dar um fim definitivo nos movimentos regionalistas e para combater as manifestações e organizações das classes trabalhadoras. A violência com que o Exército atuava quando era chamado para reprimir manifestações, greves ou insurreições pode ser explicada por conta dessa insatisfação: no momento em que eram chamadas, as forças armadas mostravam como as coisas deveriam ser feitas. Sem dúvida isso gerava revolta, ódio e ressentimento nas classes populares, que viam no Exército seu grande algoz. Devemos adicionar ainda, o sistema de recrutamento militar que permitia aos ricos pagar para que seus filhos não prestassem o serviço militar obrigatório e, assim, evitar a possibilidade de serem enviados para lutar nas colônias e, principalmente, na sangrenta luta no Marrocos. Além disso, o sistema também permitia a rápida ascensão aos postos de oficiais através da compra de patentes.

O fato é que o Exército era uma instituição onde parte da elite e das classes médias poderia seguir uma carreira estável e alcançar um significativo *status* dentro da estrutura de classes de uma sociedade heterônoma. Nesse sentido, o Exército era uma forma de ascensão

social e um meio para participar do exercício do poder hegemônico, dentro de sua singularidade. Para abrigar todo o contingente ávido por status e por uma carreira estável, as forças armadas se transformaram em uma imensa máquina burocrática que com exceção da ocupação no Marrocos não participava de ações militares e o máximo de manobras que realizava era reprimir greves e insurreições de trabalhadores urbanos e camponeses espanhóis.

> Em 1900, o Exército espanhol ostentava 499 generais, 578 coronéis e mais de 23 mil oficiais para cerca de 80 mil soldados (seis vezes mais oficiais que na França, cujo Exército permanente tinha 180 mil soldados), o que representava um câncer num Estado que destinava mais de 40% de seu orçamento à defesa. Entretanto, 70% desse percentual eram gastos com salários de oficiais, impedindo assim a modernização das Forças Armadas (SALVADÓ, 2008:35).

A Coroa representava a manutenção da velha ordem feudal, dos seus privilégios e tradições. A Coroa era a encarnação de uma subjetividade baseada em glórias, mitos e grandezas do passado da história espanhola, particularmente pelas Guerras de Reconquista (que terminam no século XV com a expulsão dos mouros da Península Ibérica), pela instituição de um reino católico a partir da união de Fernando de Aragão com Isabel de Castela e, por último, pela glória do império colonial espanhol dos séculos XVI e XVII. Portanto, a Coroa incorporava valores e tradições antiqüíssimos, como a defesa de uma ordem societária feudal (defesa de privilégios de classe, concentração do poder, concentração fundiária, manutenção de relações servis), o autoritarismo, o fundamentalismo católico, a postura guerreira, o centralismo político, o ideal colonizador. A Coroa espanhola do final do século XIX e início do XX vivia em um passado glorioso que simplesmente não existia mais. O antigo império colonial não existia, a grandeza militar há muito se perdeu e qualquer dúvida sobre isso foi dissipada com o fim da Guerra Hispano-Americana (1898), onde a Espanha foi derrotada pelos Estados Unidos, o que decretou a perda de suas principais colônias, particularmente Cuba, principal mercado consumidor para os poucos produtos industrializados produzidos na Espanha (basicamente produtos têxteis da Catalunha).

A monarquia parlamentar era um refúgio para uma nobreza que apesar de conservar significativa influência, perdia espaço político para grandes proprietários fundiários que não possuíam títulos, oficiais graduados das forças armadas e, mais recentemente, para a burguesia do norte do país. Ainda assim, a Coroa mantinha sua importância simbólica, uma vez que representava a defesa e manutenção dos valores tradicionais mais fundamentais (nacionalismo,

centralização, etc.) e política, já que o rei era o chefe de Estado máximo, que podia dissolver o Parlamento, nomear ou dispensar governos, vetar leis, assinar tratados, distribuir títulos, recompensas e, além disso, era o comandante-em-chefe das forças armadas.

A monarquia parlamentar que se constituiu na Espanha após 1876 era um regime arquitetado para acomodar as diferentes classes e setores dominantes que se alternavam no poder, como vimos anteriormente. A dinâmica política da alternância de poder entre conservadores e liberais (que viriam a constituir o campo republicano) caracterizava uma estrutura política e econômica extremamente corrupta e ineficiente.

> O funcionamento da Espanha liberal dependia da fraude eleitoral, de uma apatia política generalizada e, quando necessário, da violência física. As eleições na Espanha não resultavam em governos: em lugar disso, cada administração manipulava os resultados com antecedência e assegurava a maioria atuante nas próximas Cortes ou Parlamentos. Os chamados caciques (grandes figuras políticas locais) eram fundamentais para sustentar os resultados das eleições. Com variações de província a província, os caciques podiam ser agiotas, latifundiários ou seus agentes, funcionários civis e até padres. Eles eram o elo entre o Estado distante e alheio e os distritos isolados. Distribuíam os votos de seus eleitores e, em troca, tinham a permissão de administrar áreas como se fossem feudos, adaptar a legislação em benefício de sua clientela e punir os rebeldes. (SALVADÓ, 2008:27).
>
> Para quem quer que tivesse quaisquer aspirações políticas, era praticamente impossível dar-lhes qualquer expressão legal fora dos dois grandes partidos oligárquicos. Os governos conservadores e liberais sucederam-se a uma cadência entorpecedora. Quando os resultados não eram falsificados no Ministério do Interior, eram arranjados a nível local. O sistema de falsificação eleitoral residia no poder social dos chefes locais, ou caciques. (PRESTON, 2005:31).
>
> Uma Constituição supostamente liberal havia sido promulgada em 1875, incessantemente desrespeitada por todos os políticos, liberais e conservadores. O voto masculino universal foi nominalmente adotado em 1890. Mas os resultados das eleições eram sempre fraudados pelos chefes políticos locais, os caciques. A massa do povo espanhol passou, portanto, a ver no sistema parlamentar um meio de excluí-lo de qualquer articulação política. (THOMAS, 1964:27)

A manutenção de tal estado de coisas motivava a ocorrência de tensões e conflitos entre as classes dominantes e classes exploradas, marginalizadas e subjugadas política e economicamente. As tensões e conflitos sociais na Espanha são alimentados por uma estrutura fortemente

autoritária que se sustenta na violência econômica, política e subjetiva do cotidiano perpetuada pelas classes hegemônicas. Além disso, a corrupção e a ineficiência do regime também levou a conflitos dentro do próprio bloco hegemônico.

> O caciquismo no país e a oligarquia governante em Madri contavam com um ambiente de desenvolvimento econômico lento, pouca consciência política e um atraso cultural generalizado. A permanência dessa situação tornou-se um impedimento para a modernização nacional e teve como conseqüência a dominância incontestável de interesses especiais, assim como uma Espanha social e economicamente fragmentada. (SALVADÓ, 2008:27).

A Coroa, mais precisamente o regime instituído em 1876, começa a passar por um processo de enfraquecimento mais efetivo a partir de 1909, por conta de tensões e conflitos dentro do próprio campo hegemônico e, principalmente, contra os trabalhadores espanhóis, o que caracteriza uma agudização da luta de classes.

Em 1909, ocorreu o episódio da Semana Trágica, que relatamos anteriormente. A ação dos trabalhadores não tinha o objetivo de derrubar o regime naquele momento, no entanto, resultou em uma forte repressão por parte do Estado. E mais importante do que isso: o episódio serviu para incutir o medo, senão o pavor nas classes médias, liberais e burgueses da ação revolucionária do proletariado e do campesinato espanhol. O episódio deixou claro o caráter anticlerical, antielitista e antimonárquico da mobilização popular, tornando explícita a fragmentação da sociedade espanhola. Esses elementos começaram a colocar dúvidas em relação à capacidade do regime de conseguir controlar a situação e a questionar a capacidade da Coroa em manter a estabilidade do turno pacífico.

O temor se confirmou alguns anos mais tarde, em 1913, quando Antonio Maura, o mais notório político dinástico e atual primeiro-ministro, recusou-se a continuar com a alternância de poder e foi abandonado pela maior parte do partido Conservador, criando uma fratura na tradicional direita espanhola. Em 1917, durante a Primeira Guerra, o primeiro-ministro liberal Conde Romanones acenou com a possibilidade de cortar relações diplomáticas com os países do Eixo e foi destituído pelo rei Afonso XIII que solicitou a formação de um novo governo. Os liberais se dividiram em relação à neutralidade assumida pela Espanha desde o início da Guerra. O medo de uma alteração na diplomacia espanhola, que estava rendendo bons dividendos políticos e econômicos para a elite fez com que o rei decretasse a dissolução não apenas do governo, mas das Juntas. No entanto, o corpo parlamentar como um todo se recusou a obedecer à

dissolução, causando um impasse que durou dois meses até o colapso do governo e a formação de um gabinete conservador. Entre as crises governamentais e parlamentares, a Coroa também enfrentou problemas com seu braço armado, o Exército, particularmente em 1915. A crise veio por conta da introdução de reformas e cortes orçamentários que afetavam as forças armadas e do favorecimento da promoção dos oficiais que serviam no Marrocos em detrimentos daqueles que serviam em solo espanhol.

Os conflitos e tensões com a classe trabalhadora espanhola não terminaram em 1909. Após a repressão houve um período de aglutinação de forças (criação da CNT em 1910) e uma pausa nas ações e no enfrentamento. No entanto, por volta de 1917, as tensões e conflitos voltam a se tornar explícitos e violentos, com uma diferença importante: agora, os trabalhadores espanhóis estão empreendendo ações revolucionárias, tem o objetivo concreto de derrubar o governo para instituir uma nova ordem societária. Em 1917, houve a coincidência da manifestação da insatisfação para com o regime por parte de trabalhadores e de setores do bloco dominante, particularmente com parte do Exército (formada por oficiais liberais ou maçons) e com setores liberais, o que constituiu um quadro mais geral de crise política na Espanha.

> Por um breve período, trabalhadores, capitalistas e militares uniram-se em nome da limpeza da política espanhola da corrupção do caciquismo. Se o movimento tivesse sido bem sucedido, criando um sistema político capaz de permitir ajustamentos sociais necessários, a Guerra Civil não teria sido necessária[28]. Como as coisas correram mal, a crise de 1917 mais não fez do que consolidar o poder da bem defendida oligarquia fundiária.
> Independentemente da coincidência retórica dos seus apelos à reforma, os interesses últimos dos trabalhadores, industriais e oficiais eram contraditórios e o sistema sobreviveu mediante a exploração hábil destas diferenças. O primeiro-ministro, o conservador Eduardo Dato, satisfez as exigências dos oficiais. Com isto originou uma greve dos trabalhadores ferroviários socialistas, forçando a UGT a agir antes da CNT também estar em condições de o fazer. Agora em paz com sistema, o Exército não se fez rogado para o defender, em Agosto de 1917, ao esmagar os grevistas socialistas com considerável derramamento de sangue. Alarmados pelos protestos de ruas dos trabalhadores mais empenhados, os industriais deixaram cair suas próprias exigências por reformas políticas e, seduzidos pelas promessas de modernização econômica, juntaram-se à coligação governamental em 1918, onde tinham assento tanto Liberais quanto Conservadores. (PRESTON, 2005:35).

[28] Tal afirmação é precipitada, pois é impossível fazer uma afirmação desse tipo para aquele contexto específico.

O governo consegue manobrar e aplacar a inquietação dos setores dominantes, fazendo com que abandonem, naquele momento, sua posição crítica ao regime e, além disso, consegue voltá-los, novamente, contra os interesses dos trabalhadores. É evidente que não houve, em nenhum momento, qualquer tentativa de aproximação ou aliança entre as classes e que os projetos de reforma da burguesia e do Exército não contemplavam a possibilidade de um compartilhamento do exercício do poder com a classe trabalhadora, tão pouco em alterar significativamente as relações de poder que constituíam a organização do trabalho e a divisão da riqueza social. Portanto, a classe trabalhadora espanhola estava isolada na sua luta contra o regime.

Em 1917 tem início um período de tensões e conflitos que se estende até 1923. Inúmeras greves, revoltas e confrontos (nas cidades e no campo) eclodem nesse período e assumem um caráter revolucionário, pois colocam claramente o desejo da transformação das estruturas e relações de poder que constituem a sociedade espanhola. O marco inicial foi a greve geral de 13 de agosto promovida pela UGT, que atingiu Madri, Barcelona, Bilbao, Zaragoza, Oviedo e as regiões industriais da Astúrias e cidades da Andaluzia. A greve foi violentamente reprimida com a presença de tropas e oficiais africanistas, incluindo o jovem major Francisco Franco. O saldo da repressão foram 72 mortos, 156 feridos e aproximadamente dois mil presos (BEEVOR, 2007:54). O período de 1918 a 1920 ficou conhecido como o "triênio bolchevique" (THOMAS, 1964; PRESTON, 2005; BEEVOR, 2007, SALVADÓ, 2008), marcado por intensa conflitividade, grandes greves, conflitos, assassinatos, prisões, tortura, etc. O adjetivo "bolchevique" era utilizado para generalizar as ações dos trabalhadores e vincular a imagem do perigo vermelho da revolução socialista. No entanto, a radicalização foi muito maior por parte dos anarquistas do que da UGT ou do PSOE, teoricamente mais alinhados com o bolchevismo. O "triênio bolchevique" foi um período onde os conflitos se intensificaram e a luta de classes dividia a sociedade espanhola: de um lado o bloco hegemônico (burguesia industrial e financeira, grandes proprietários rurais, a Igreja, as forças armadas e a Coroa) e de outro lado operários, trabalhadores urbanos, desempregados e camponeses. As ações das classes populares tinham caráter revolucionário, almejavam claramente a queda do regime e, por isso, foi capaz de contribuir para um realinhamento das forças hegemônicas que deixaram de lado, temporariamente, suas diferenças para se unirem contra o perigo revolucionário. O triênio bolchevique encarnava todos os medos e temores das elites: o povo querendo participar da

política e usufruir a riqueza social. Apesar das forças hegemônicas conseguirem conter as ações populares graças ao uso da força militar e de uma problemática coordenação de ações revolucionárias entre anarquistas e socialistas, ficou claro que o regime estava em perigo e a sociedade espanhola fortemente dividia.

Em 1921, uma grave crise política e militar atingiu a Coroa. Em julho, o Exército espanhol sofreu uma grande derrota no Marrocos, provocada, em grande medida, pela pressão exercida pelo rei Afonso XIII para a realização de uma investida que carecia de planejamento. Para melhorar a imagem da Coroa junto à opinião pública, o rei queria anunciar uma grande vitória militar no dia da festa de São Tiago, padroeiro do Exército espanhol. Por isso, pressionou o ministro da Guerra para que o general Silvestre realizasse uma ofensiva maciça. A exigência da rapidez da ação impediu um planejamento adequado, o que resultou em um fracasso retumbante: 10 mil mortos, 4 mil aprisionados e o general Silvestre cometeu suicídio. Uma semana depois o Exército perdeu uma importante posição, onde mais de 7 mil soldados foram mortos e todos os oficiais feitos prisioneiros (PRESTON, 2005; BEEVOR, 2007). Durante o ano de 1922, o Exército sofreu com outras operações mal sucedidas. O fracasso no Marrocos teve repercussão imediata na Espanha: a população em geral e, principalmente a elite espanhola fez duras críticas à manobra mal sucedida e ao próprio rei, questionando sua capacidade de ser o comandante das forças armadas e de manter a ordem no país. Para responder a opinião pública, foi criada uma comissão de inquérito para apurar as responsabilidades do fracasso. Durante as atividades da comissão, o rei foi chamado a depor e duramente criticado.

O aumento da conflitividade entre 1917 e 1921, o temor das elites e classes médias para com a ação das classes populares e o desastre do Marrocos levaram a uma situação insustentável para o rei Afonso XIII. No entanto, uma saída não constitucional foi utilizada para preservar a Coroa e apaziguar os temores do bloco hegemônico: em 23 de setembro, o General Miguel Primo de Rivera, Capitão-Geral de Barcelona realiza um *pronuncimiento* (golpe de Estado) e se intitula ditador.

> Num clima ininterrupto de violência social e choque colonial, as classes econômicas dominantes começaram a exigir uma solução autoritária, ao mesmo tempo em que os editoriais de direita elogiavam a ascensão do fascismo na Itália e a reação política européia ao impulso revolucionário dos anos anteriores. Quando, em setembro de 1923, Miguel Primo de Rivera, capitão-geral de Barcelona, protagonizou um golpe militar, o regime entrou em colapso sem resistência. (SALVADÓ, 2008:46).

> A 23 de setembro de 1923, o general Primo de Rivera efectou um golpe de estado. Aparentemente, Primo de Rivera chegou ao poder para pôr fim à desordem e para evitar um embaraçoso relatório da comissão parlamentar que iria provocar algum desconforto ao rei. No entanto, como capitão-general de Barcelona e íntimo dos barões da indústria têxtil de Barcelona, Primo de Rivera estava plenamente ciente do significado que para eles representava a ameaça anarquista. Além disso, oriundo de uma família numerosa de proprietários rurais do Sul, vivera ele também os levantamentos camponeses de 1918-1921. Ele era, assim, o pretoriano ideal para defender a coligação de industriais e proprietários agrícolas que tinham cimentado durante a grande crise de 1917. (PRESTON, 2005:36).

Primo Rivera se intitula ditador com o apoio incondicional das elites espanholas e do próprio rei, que se recusou a tomar qualquer medida que pudesse impedir o golpe de estado. Afonso XIII sabia que não possuía sustentação política nos partidos dinásticos, que haviam lhe colocado em situação constrangedora durante o episódio da comissão para investigar os fracassos do Exército no Marrocos. Nesse sentido, o rei procurou apoio no Exército, que naquele momento, se colocava como protetor dos valores fundamentais da Espanha (centralidade política, catolicismo, manutenção da ordem e da propriedade) e se via superior aos jogos mesquinhos dos políticos corruptos e decadentes do Parlamento. O Exército assumiu a postura de se colocar acima da política cotidiana para resgatar a ordem social na Espanha e foi bem recebido pelas classes dominantes.

Rivera decreta a ilegalidade do PCE e da CNT, ordenando a prisão de inúmeros militantes. No entanto, em termos de violência e perseguição política, seu governo foi muito mais moderado do que os anteriores, não existiram episódios marcados pela violência extrema da polícia ou do Exército para reprimir os trabalhadores, nem execuções de caráter político. O ditador consegue o apoio da UGT, que colabora ativamente com o regime e permite a liberdade sindical, desde que a organização não se engaje em críticas ou ações contra o regime. O apoio dado ao regime pela UGT possibilitou essa central sindical a oportunidade de alcançar a hegemonia socialista no movimento operário e a ocupação de cargos na burocracia estatal.

O ditador aproveita o contexto econômico favorável do início da década de 20 para alavancar a economia espanhola e, ao mesmo tempo, fortalecer sua base política. Nesse sentido, Rivera inicia um grande programa de obras públicas (estradas, ferrovias e infra-estrutura em geral) e institui medidas protecionistas para beneficiar a indústria e a agricultura espanhola. Tais medidas alcançaram seus objetivos e garantiram ao ditador uma considerável margem de

manobra por conta da confiança e apoio dado pelas elites. Além disso, ele obteve sucesso nas ações militares no Marrocos, acabando com o ciclo de derrotas e fracassos sucessivos, o que garantiu o apoio do Exército e da opinião pública em geral.

Apesar da popularidade da ditadura, Primo de Rivera não soube construir um projeto político que criasse as condições institucionais para a transição da ditadura para a volta do regime parlamentar. Nesse sentido, a ditadura serviu para imprimir uma "ordem social" baseada na força, a despeito da menor violência utilizada, que trouxesse tranqüilidade para as elites hegemônicas e garantisse a retomada das atividades econômicas. Isso foi feito, no entanto, as causas da crise não foram atacadas e as instituições políticas, os partidos e os projetos permaneceram os mesmos, inalterados e significativamente inertes. Rivera não foi nem mesmo capaz de preparar um sucessor em caso de seu afastamento, renúncia ou substituição. A consequência disso foi um vácuo político que se seguiu após a queda do ditador.

Rivera caiu porque foi se afastando gradativamente das classes médias, das diversas frações da burguesia e, finalmente, de setores das forças armadas. Na falta de um projeto político claro, as medidas econômicas e repressoras de Rivera foram perdendo sua vitalidade e sendo substituídas por uma postura egocêntrica e arrogante que levou a conflitos e tensões dentro do bloco hegemônico. O primeiro ponto de tensão foi com a Catalunha. Apesar da grande aceitação de Rivera pela burguesia catalã, o ditador tomou uma série de medidas repressivas contra o nacionalismo catalão, como a proibição da língua e de símbolos próprios. Essas atitudes tiveram duas consequências práticas: a retirada do apoio da burguesia catalã à ditadura e a transferência da hegemonia do movimento nacionalista catalão da direita (representado pela *Lliga Catalana*) para a centro-direita da *Esquerra Republicana de Catalunya*. A defesa do catolicismo e da Igreja colocou Rivera contra intelectuais e estudantes, que viam na defesa do clero e seus valores um obstáculo à modernização da sociedade espanhola e do acesso a novos bens e inovações culturais da década de 20, o que causava a sensação de atraso nesses setores da sociedade espanhola que se sentiam alijados das novidades culturais. Além disso, o regime abusava da censura em relação à publicações, exposições e peças de teatro. Em relação às forças armadas Rivera tentou implementar cortes orçamentários e modificações no sistema de promoções, o que levou à constituição de conspirações para a derrubada do ditador, no entanto, os planos foram facilmente desarticulados. Estava claro que havia um forte descontentamento com o regime ditatorial que foi prontamente apoiado pelo rei, o que vai trazer graves problemas para a Coroa. Por fim, a proposta

da política fiscal baseada na cobrança progressiva de impostos e no aumento dos encargos tributários para determinados setores produtivos colocaram proprietários de terras e a burguesia industrial contra Rivera. Por conta desses problemas, uma parte significativa do bloco hegemônico passou a ingressar nas fileiras republicanas, que exigiam a volta do regime parlamentar e a modernização da vida econômica e cultural da Espanha.

Em 1929, com o início da depressão econômica mundial o rei Afonso XIII compreende o esgotamento da ditadura de Rivera e tenta se descolar do regime ditatorial que foi implementado com seu apoio tácito. Para tanto, o rei pressiona Rivera para que este se abdique de sua posição e se retire discretamente da vida política espanhola. Sem sustentação política e com pouquíssimas opções viáveis, Rivera renuncia em 20 de janeiro de 1930 e morre três meses mais tarde em Paris.

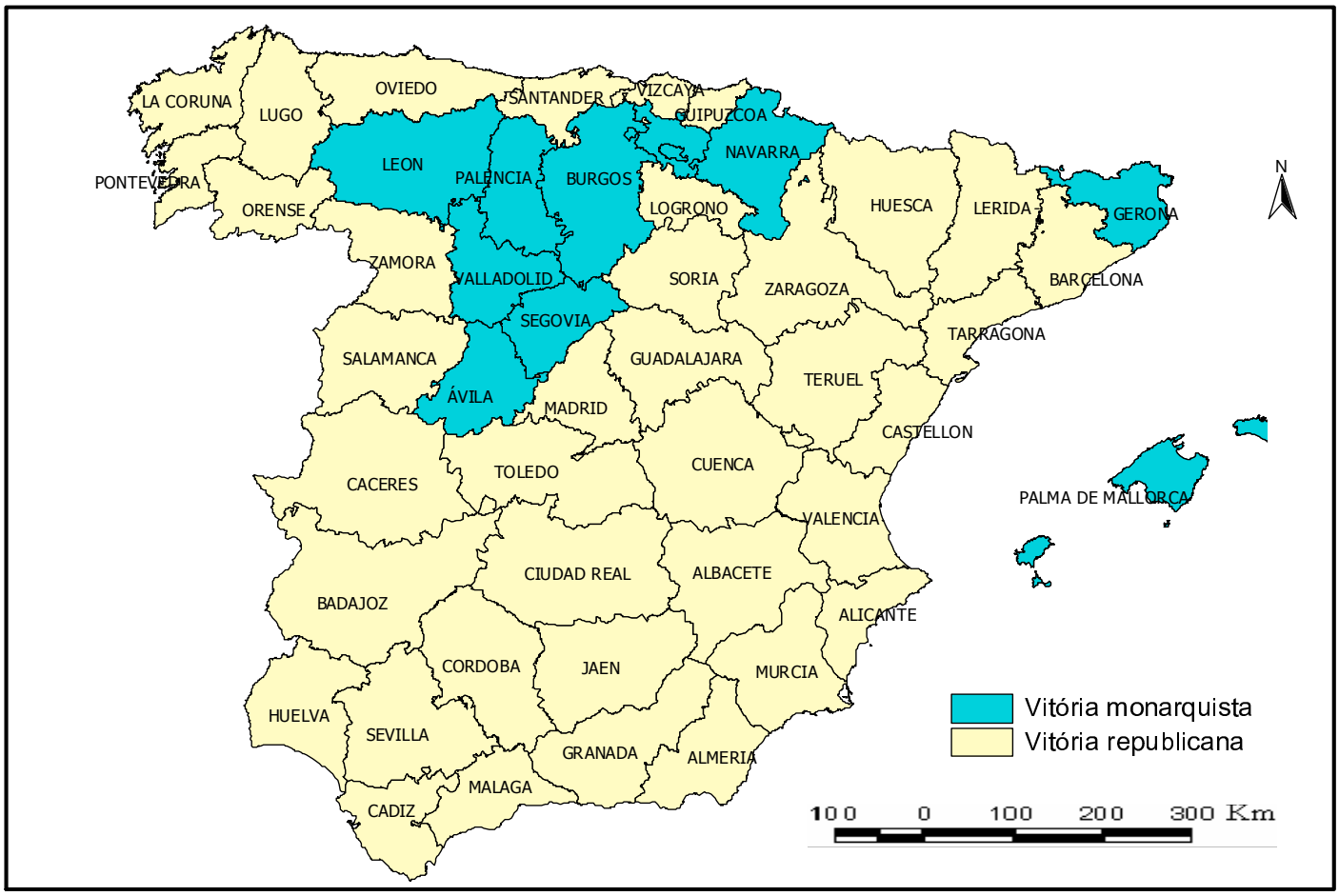
O rei esperava que sua manobra pudesse conceder uma sobrevida ao regime monárquico, no entanto, seu apoio à ditadura não foi esquecido por nenhum setor da sociedade espanhola. A ruptura da política do turno pacífico por um golpe de estado não foi propriamente uma novidade na vida política espanhola, no entanto, o retorno a essa ordem corrupta, oligárquica e semifeudal era praticamente impossível diante das transformações ocorridas durante os sete anos da ditadura. O crescimento do campo republicano tornava impossível a volta do antigo regime oligárquico por conta da constituição desse novo bloco de poder que demandava a modernização política, econômica e cultural da Espanha, o que era incompatível com a existência da Coroa e de um sistema político viciado e corrupto legitimado pelo conservadorismo da Igreja Católica. Para tentar dar continuidade ao regime oligárquico, o rei tenta uma manobra para tentar reconstituir suas bases políticas e, ao mesmo tempo, garantir a legitimidade do regime. Dessa forma, o governo organiza eleições municipais para o dia 12 de abril de 1931. O resultado foi o seguinte:

> Os monarquistas obtiveram maiorias esmagadoras no campo, mas em 47 das 52 [na verdade 38 em 50] capitais provinciais votaram em favor da coligação republicano-socialista. Evidentemente, onde a opinião pública podia se expressar com liberdade, a votação foi em massa contra o regime. O voto rural não tinha significado sério, representando somente a tradicional obediência cordata orquestrada pelos ainda onipotentes caciques locais. Nem o derrotismo monarquista nem a força republicana se mostraram decisivos. Durante as cruciais 24 horas seguintes, o regime simplesmente entrou em colapso. Ao contrário do que acontecera tantas vezes no passado, não havia qualquer tentativa de apresentar a maioria geral fabricada como prova da vitória. Perplexos, os monarquistas admitiram a derrota e desertaram em massa. Enquanto multidões jubilosas celebravam a proclamação da Segunda República da Espanha, nas ruas das principais, Afonso XIII identificado como o maior obstáculo

> à modernidade, fugiu do país, abandonado por seus políticos e por um Exército relutante em intervir, como acontecera em 1923 (SALVADÓ, 2008:52).

A coligação republicana-socialista conseguiu sair vitoriosa em apenas 23% dos municípios espanhóis, no entanto, foi absolutamente vitoriosa nas capitais das províncias, onde venceu em 38 das 50 capitais. A vitória na maioria das capitais de províncias demonstrava o repúdio da maior parte da população urbana para com o regime monárquico. É certo que a população urbana da Espanha naquele momento representava algo em torno de 40% da população espanhola, portanto, a vitória nas eleições municipais englobava a menor parte da população. No entanto, se levarmos em conta a ressalva feita por Salvado na citação acima de que o voto rural não poderia ser levado a sério por conta do fortíssimo caciquismo e da manipulação dos resultados, fica evidente o acúmulo de poder político da população urbana, que estava longe de ser homogênea. O resultado das eleições demonstrava mais um repúdio à monarquia do que a construção de um projeto político claro e consistente que abarcasse as classes médias, a burguesia liberal e a classe trabalhadora, a despeito da aliança eleitoral realizada por republicanos e socialistas. As vitórias monárquicas ficaram concentradas em províncias fortemente conservadoras e religiosas, como Burgos (onde futuramente será a capital do território nacionalista), Segóvia, Valladolid, Pamplona e as províncias insulares de Palma de Mallorca, Santa Cruz de Tenerife e Las Palmas de Gran Canaria, redutos das forças armadas, portanto alinhadas com os partidos dinásticos.

Mapa 1. Resultado das eleições municipais de 12 de abril de 1931(capital de províncias)



Cartografia: Glauco Bruce Rodrigues. Adaptado de HUERTA e PUELL, 2007:22

Após o resultado das eleições, o rei Afonso XIII é aconselhado a sair imediatamente de Madri para evitar uma provável guerra civil caso insistisse em manter a Coroa. Em nota afirma que "as eleições do último domingo mostraram-me que deixei de gozar do amor do meu povo. Poderia muito facilmente dispor de meios para sustentar meu poder real contra todos os ádvenas, mas estou resolvido a nada fazer que coloque um dos meus compatriotas contra outro numa guerra civil fratricida. Assim e até que a Nação se pronuncie, suspenderei deliberadamente o uso de minhas reais prerrogativas" (apud THOMAS, 1964:33). A vitória da coalização entre republicanos e socialistas nas eleições e a abdicação do rei marcam o início da Segunda República Espanhola.

2.2. Terra e poder

A estrutura agrária e as relações de poder que a constituem são elementos fundamentais da territorialidade hegemônica por conta da força política e econômica da classe dos grandes proprietários fundiários. Classe hegemônica dentro do bloco dominante constituída pelas seguintes frações:

1. uma parte da nobreza que manteve seus privilégios fundiários, de origem feudal, e desarticulou estruturas e relações feudais (campos comunais, relações de servidão) para instituir novas formas de organização e exploração do trabalho baseadas no assalariamento e arrendamento das terras, eliminando a possibilidade da exploração comunal pelos camponeses;
2. novos proprietários fundiários oriundos da cidade que constituem uma nova classe rural aburguesada após as reformas liberais que permitem o acesso à terra através da compra. Nesta fração da elite agrária, é possível encontrar empresas que investem na produção agropecuária, proprietários individuais que adquirem grandes extensões de terra para ingressar na produção de monoculturas para exportação e especuladores que deixam suas propriedades sem nenhum tipo de atividade produtiva (PRESTON, 2005:29-30).

A Espanha da década de 30, apesar de um grande número de grandes cidades e de importantes enclaves industriais, é um país cuja base econômica é predominantemente agrícola e com mais de 50% da população residindo em áreas não urbanizadas, como nos mostra o censo demográfico publicado em 1940[29]:

[29] Um esclarecimento conceitual: o censo não esclarece de forma adequada os critérios para definir os conceitos de zona rural, intermediária e urbana e faz considerações genéricas sobre a questão. A definição de "urbano", por exemplo, é condicionada ao caráter administrativo de determinada parcela do território: "no es este concepto vulgar de urbanismo [número e concentração de habitações] al que se refieren las anteriores observaciones, sino al de urbanismo administrativo que se establece por unidades municipales, y que somete sus habitantes, lo mismo se apiñen sus viviendas que si se esparcen sobre granes áreas. En este sentido es muy válida la división de España provincial en las tres zonas que los números legitiman"
(http://www.ine.es/inebaseweb/pdfDispacher.do?td=118389&ext=.pdf).

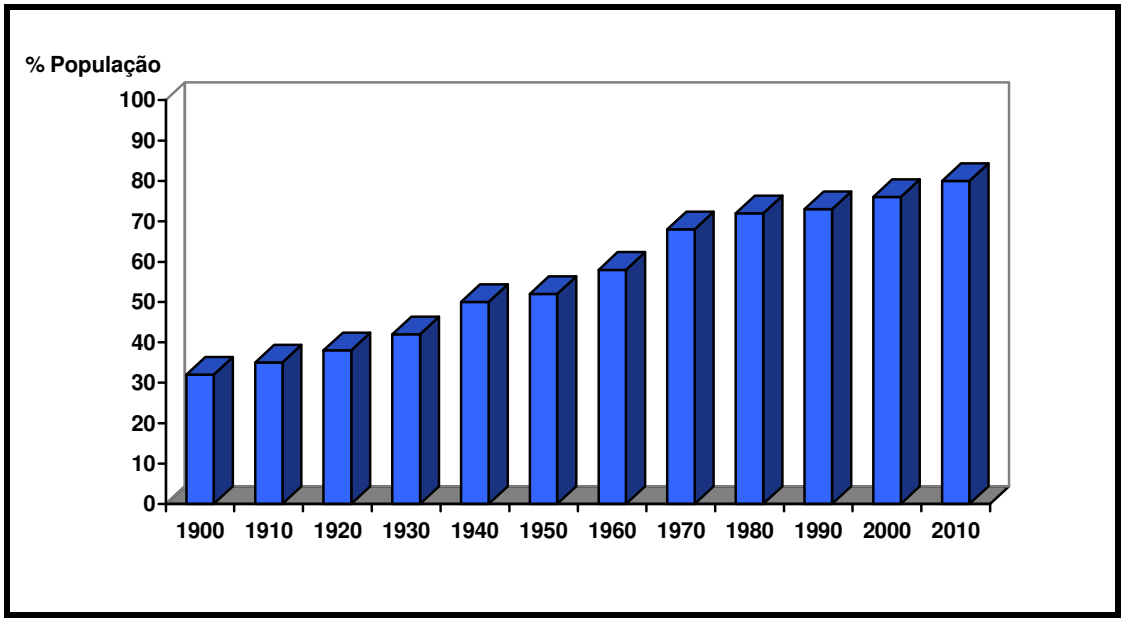
Tabela 1. Distribuição espacial da população

População urbana e rural da Espanha (1940)	
Zona rural	4.776.596
Zona intermediária	8.539.178
Zona urbana	12.562.197
Total	**25.877.971**

Fonte: Censo demográfico de 1940.
Disponível em http://www.ine.es/inebaseweb/pdfDispacher.do?td=118389&ext=.pdf

O censo chama de "zona intermediária" aquelas parcelas que possuem uma "tendência ao urbanismo". Uma vez que o censo não apresenta critérios claros para a definição conceitual, podemos imaginar que tais zonas intermediárias são espaços de "transição" entre o rural e o urbano, apresentando elementos das duas espacialidades. O adjetivo intermediário é utilizado justamente para marcar a ideia de transformação de uma espacialidade m outra, onde os elementos estão misturados, caracterizando uma zona de transformação onde não há o predomínio claro de uma determinada dinâmica. No entanto, devemos levar em conta que estamos falando de um país fortemente agrário da periferia do capitalismo europeu. Nesse sentido, podemos supor que se trata de áreas com elementos que caracterizam áreas urbanas, como alguma aglomeração de habitações, comércio de produtos básicos, alguma infra-estrutura de calçamento, iluminação, etc. No entanto, é possível especular que tais "zonas intermediárias" são, na verdade, áreas onde a dinâmica socioeconômica é basicamente rural: atividades econômicas ligadas à agropecuária, reduzido setor de serviços, valores e tradições locais, vivência do tempo e do espaço associados à dinâmica da natureza ou dos ciclos agrícolas, etc. Além disso, se levarmos em consideração a formulação citada na nota nº 2, é possível imaginar que uma parte significativa da população da "zona urbana" resida em cidades pequenas onde a dinâmica do cotidiano esteja vinculada às atividades agrícolas, o que poderia causar uma distorção dos dados e um aumento da população efetivamente urbana. Portanto, é possível afirmar que a população não urbana da Espanha e sua inserção na estrutura produtiva nos setores primários seja maior do que nos faz crer o censo oficial. Utilizando dados do Instituto Nacional de Estadística (INE), ou seja, uma instituição oficial de geração e tabulação de dados, é possível fazer uma análise crítica do censo de 1940 e caracterizar melhor a estrutura da população em relação à sua espacialidade (rural e urbana) e sua inserção na estrutura produtiva.

Gráfico 1. Evolução da população urbana

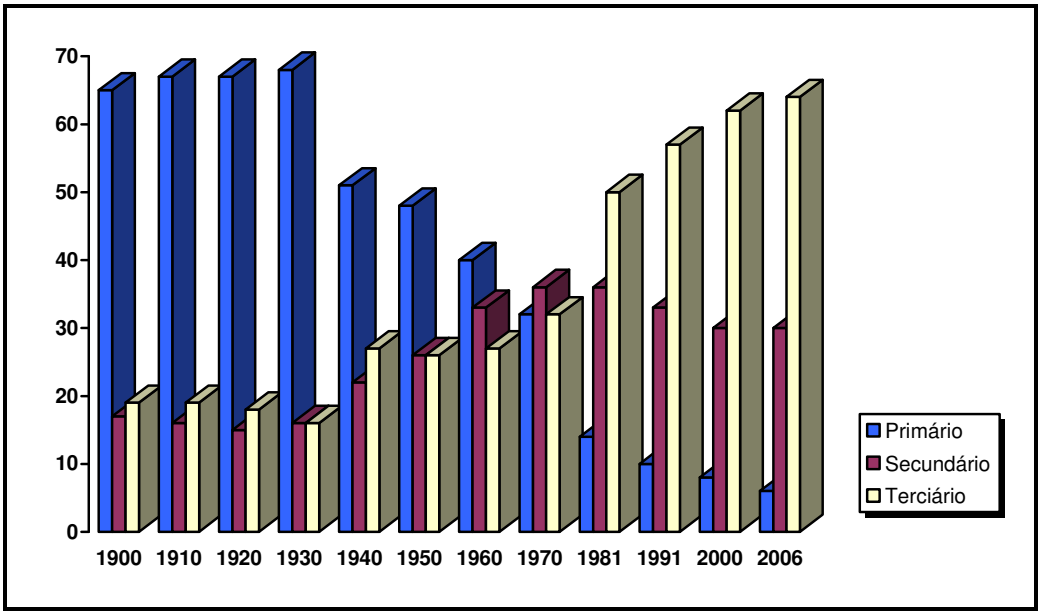


Fonte: Instituto Nacional de Estadística (adaptado)
Disponível: http://www.ign.es/espmap/graficos_espacios_bach/pdf/Ciudad%20Graf_01%20texto.pdf

Observando os dados do INE (produzidos a partir da análise de séries históricas e da dinâmica socioeconômica), podemos concluir que na década de 1930, a população urbana representava aproximadamente 40% do total. Entre a primeira guerra e a crise de 29, a Espanha passa por um forte processo de expansão industrial no norte, o que acarreta um intenso êxodo rural, principalmente em direção à Catalunha, como mostra OYÓN (2008), no entanto, tal fluxo é insuficiente para fazer da população urbana superior à não urbana.

A análise da distribuição da população espanhola ganha ainda maior consistência quando comparamos o gráfico anterior com os dados referentes à inserção da população na estrutura produtiva. A partir da análise do gráfico abaixo, é possível concluir que existe uma evidente correspondência entre o total da população e a distribuição da população economicamente ativa nos diversos setores de produção. Broué (1992:20) afirma que "a Espanha do início do século XX permanece um país agrícola, onde a esmagadora maioria, 70% da população ativa se dedica à agricultura". Apesar do autor não apresentar nenhuma fonte para sustentar a informação, ela pode ser confirmada com os dados do INE. No gráfico 2, podemos observar que até a década de 40, mais da metade da população economicamente ativa espanhola estava inserida no setor primário e na década de 30 temos quase 70% da população alocada nesse setor.

Gráfico 2. Distribuição da população economicamente ativa



Fonte: Instituto Nacional de Estadística (adaptado).
Disponível em: http://www.ign.es/espmap/graficos_industria_bach/pdf/Industria_Graf_02_texto.pdf

A estrutura produtiva do campo espanhol é heterogênea, no entanto, é possível afirmar, de uma forma geral, que existia o predomínio das lavouras de exportação em relação ao total da área cultivada se comparada aos produtos com menores valores comerciais e, geralmente, voltados para o abastecimento do mercado interno, como podemos observar na tabela 2 abaixo:

Tabela 2. Uso do solo

Lavoura	Superfície cultivada (ha)
Cereais e leguminosas	14.800.000
Oliveiras	1.720.000
Vinhedos	1.340.000
Plantas industriais	650.000
Raízes, tubérculos e bulbos	480.000
Pradarias artificiais	465.000
Árvores e arbustos frutíferos	450.000
Hortaliças	88.000
Cultivos especiais	7.000

Fonte: SANTILLÁN, 1980:122.

A estrutura produtiva baseada na exportação possuía, evidentemente, uma equivalência em relação à estrutura fundiária. As lavouras de exportação ocupavam a maior superfície cultivável do território e estavam concentradas nas mãos de uma pequena elite agrária que

constituía a oligarquia política dominante do país. Utilizando a escala nacional para realizar esta análise, é possível identificar a forte concentração fundiária no campo espanhol.

Tabela 3. Estrutura fundiária[30]

Tamanho da propriedade	Nº estabelecimentos (%)	Superfície total (%)
Menor de 10ha	79	13
10ha-100ha	19,2	30,5
100ha-500ha	1,4	19,3
Acima 500ha	0,4	37,2

Fonte: Adaptado de CASANOVA, 2006:42-43.

As grandes propriedades rurais (acima de 100ha) representavam menos de 2% do número total de estabelecimentos, no entanto, ocupavam 56,5% da superfície total. Essas propriedades são aquelas voltadas basicamente para a produção de gêneros agropecuários com elevado valor de exportação, principalmente o trigo, cevada, azeite e o vinho (SANTILLÁN, 1980:122). Dentro desta categoria também devemos incluir três tipos de propriedades: 1. terras públicas; 2. propriedades absentistas, ou seja, sem nenhum tipo de produção e eram utilizadas para fins especulativos; 3. terras arrendadas ou destinadas ao sistema de parceria a camponeses sem terra ou pequenos proprietários que necessitavam complementar sua renda. De qualquer forma, são nessas propriedades que a maior parte da riqueza agrícola é produzida na Espanha, por conta do valor comercial da produção e da forte exploração do trabalho alheio através de longas jornadas de trabalho remuneradas por um baixíssimo salário diário pago aos trabalhadores rurais. Tal estrutura gerava uma forte concentração de renda no campo que atingia tanto camponeses sem terra quanto pequenos proprietários, uma vez que em 1936, o rendimento médio de *braceros* (parceiro ou arrendatário) e *jornaleros* (trabalhador assalariado temporário) era de 2,48 pesetas/dia para mulheres e 5 pesetas/dia para os homens, e os pequenos proprietários tinham um rendimento médio de 1 a 4 pesetas/dia (MUÑOZ, 2005:46).

As médias propriedades representam aproximadamente 20% do total de estabelecimento e quase um terço da superfície. São bastante heterogêneas em relação às lavouras e à

[30] Os dados são referentes ao Censo de 1962, porém, são considerados válidos para uma aproximação com a estrutura agrária da década de 30, como propõe GERMÁN, 1984, uma vez que ainda não teria ocorrido uma transformação significativa na distribuição das terras até então.

produtividade, mas é possível fazer uma generalização e afirmar que tais proprietários encontram-se em uma situação razoável dentro do contexto agrário espanhol e possuem as condições mínimas para ter uma vida digna.

As pequenas propriedades rurais representam quase 80% do número total de estabelecimentos, no entanto, possuem apenas 13% da superfície total. A forma dominante de propriedade rural em relação à quantidade total é aquela que possui os piores indicadores de produtividade, uma vez que é conhecida a dificuldade de produção em propriedades com menos de 10ha. A consequência imediata desta situação é a grande pobreza rural que assola o campo espanhol e obriga parte significativa desses pequenos proprietários a buscar complementação da renda trabalhando em outras propriedades, seja como arrendatário, parceiro ou *jornalero*.

A grande propriedade rural era legitimada e protegida tanto pelas forças institucionais, como a polícia e o Exército, que impediam e reprimiam protestos, greves e insurreições, como por um aparato repressor paramilitar constituído por milícias, pistoleiros, seguranças, que utilizam meios violentos para manter a população camponesa submetida às oligarquias locais ou regionais. Nessas condições, a maior parte dos camponeses (pequenos proprietários ou não), é obrigada a vender sua força de trabalho para grandes proprietários, que utilizam a lei da oferta e da procura para reduzir o máximo possível o nível dos salários, uma vez que a procura por emprego é grande e a quantidade de mão-de-obra disponível é mais do que suficiente para realizar o trabalho e possui uma grande mobilidade espacial (era comum a migração interna de população rural na busca de emprego nas diferentes safras ao longo do ano), o que facilita o recrutamento de mão-de-obra.

No plano político, a estrutura fundiária permitia a reprodução das relações de poder nas quais os grandes proprietários rurais tinham ampla hegemonia sobre a população camponesa. A estrutura paramilitar e a pressão econômica (ameaça de desemprego ou redução salarial) da oligarquia eram utilizadas para obrigar a população camponesa a votar nos representantes determinados pelos grandes proprietários. Assim, cada propriedade arregimentava votos através da coerção, ameaça ou troca de favores e, quando tais medidas não eram suficientes para eleger os candidatos da elite, urnas eram roubadas, votos adulterados, mortos faziam parte da lista de eleitores, juízes e fiscais eleitorais eram subornados, etc. Assim, a hegemonia política era garantida, o que tornava o processo eleitoral no campo espanhol absolutamente submetido aos interesses oligárquicos. Tal estado de coisas também era garantido por padres, agiotas ou grandes

comerciantes locais que exerciam seu poder de forma a perpetuar o poder hegemônico das oligarquias locais ou regionais.

A dinâmica política no campo espanhol era caracterizada pela existência de uma figura local ou regional que centralizava o exercício do poder, simbolizava a autoridade a qual todos deveriam prestar obediência ou satisfações, detinha a capacidade de determinar, influenciar e condicionar a vida cotidiana; determinavam quais seriam os candidatos que deveriam ser eleitos, os juízes e funcionários públicos que deveriam ser nomeados, qual o valor dos salários que deveriam ser pagos, etc. Em suma, tal figura era a referência máxima do poder em determinada localidade ou região e todas as decisões políticas e econômicas importantes passavam por ela. A figura de autoridade que controlava, subordinava e exercia o poder de forma hegemônica era chamada de *cacique* e o sistema político constituído por tais relações de poder onde o cacique exercia a hegemonia denominava-se *caciquismo*.

É importante fazer uma caracterização mais detalhada da estrutura agrária espanhola por conta da sua diversidade regional. Se, por um lado, é possível fazer afirmações e análises mais gerais a partir dos dados que apresentamos anteriormente, por outro é possível regionalizar a Espanha da seguinte forma: norte, centro e sul (THOMAS, 1964; VILAR, 1989; LEVAL, 1975; PRESTON, 2005; SALVADÓ, 2008).

O que é chamado de sul compreende a Extremadura, Andaluzia, Múrcia, Levante e Castela-La Mancha, onde predominam as grandes propriedades rurais ao lado de minifúndios miseráveis. De forma geral, a presença do cacique era fortemente sentida no sul da Espanha, compreendendo principalmente a Andaluzia, Extremadura, Múrcia e a porção sul do Levante. Em outras palavras, a presença mais marcante deste sujeito político se dava justamente nas regiões com maior grau de conflitos e de exploração do trabalho. Não é por acaso, que é justamente nestas regiões, principalmente na Andaluzia, que encontraremos a porção mais radical e revolucionária do campesinato espanhol que nutre um profundo ódio pelos grandes proprietários, grandes comerciantes e pela Igreja, uma vez que são nessas regiões onde o poder se exerce da forma mais violenta e autoritária. As piores condições de trabalho, os salários mais baixos, a menor produtividade da pequena propriedade encontram-se nesse sul caracterizado por uma maior aridez climática e solos mais pobres que dificultam a produção em um contexto de reduzido desenvolvimento tecnológico e aplicação de técnicas de produção, como a irrigação, por

exemplo. Além disso, as grandes propriedades rurais também eram marcadas por um forte atraso tecnológico e baixa produtividade, o que intensificava ainda mais os conflitos fundiários.

> Em contrapartida, a parte sulina da Espanha (sul de Castelo, Extremadura e Andaluzia) foi marcada por um grande vácuo econômico entre proprietários de terra e camponeses sem terra. Historicamente, o melhor território foi dividido entre a nobreza combatente e as ordens eclesiásticas, nos últimos estágios da Reconquista. Durante as reformas liberais (de 1830 até os anos 1850), a aristocracia (agora associada à classe dos especuladores urbanos e comerciantes) confirmou seus direitos de propriedade latifundiária e manteve sua influência na política nacional. A grande maioria da população continuou como mão-de-obra barata, sujeita à autoridade caprichosa dos administradores, na ausência dos proprietários de terra. Como o modelo era a monocultura, os camponeses dependiam em geral de uma única fonte de emprego, que, mesmo então, só estava disponível durante parte do ano - nas épocas do plantio e colheita. (SALVADÓ, 2008:29).

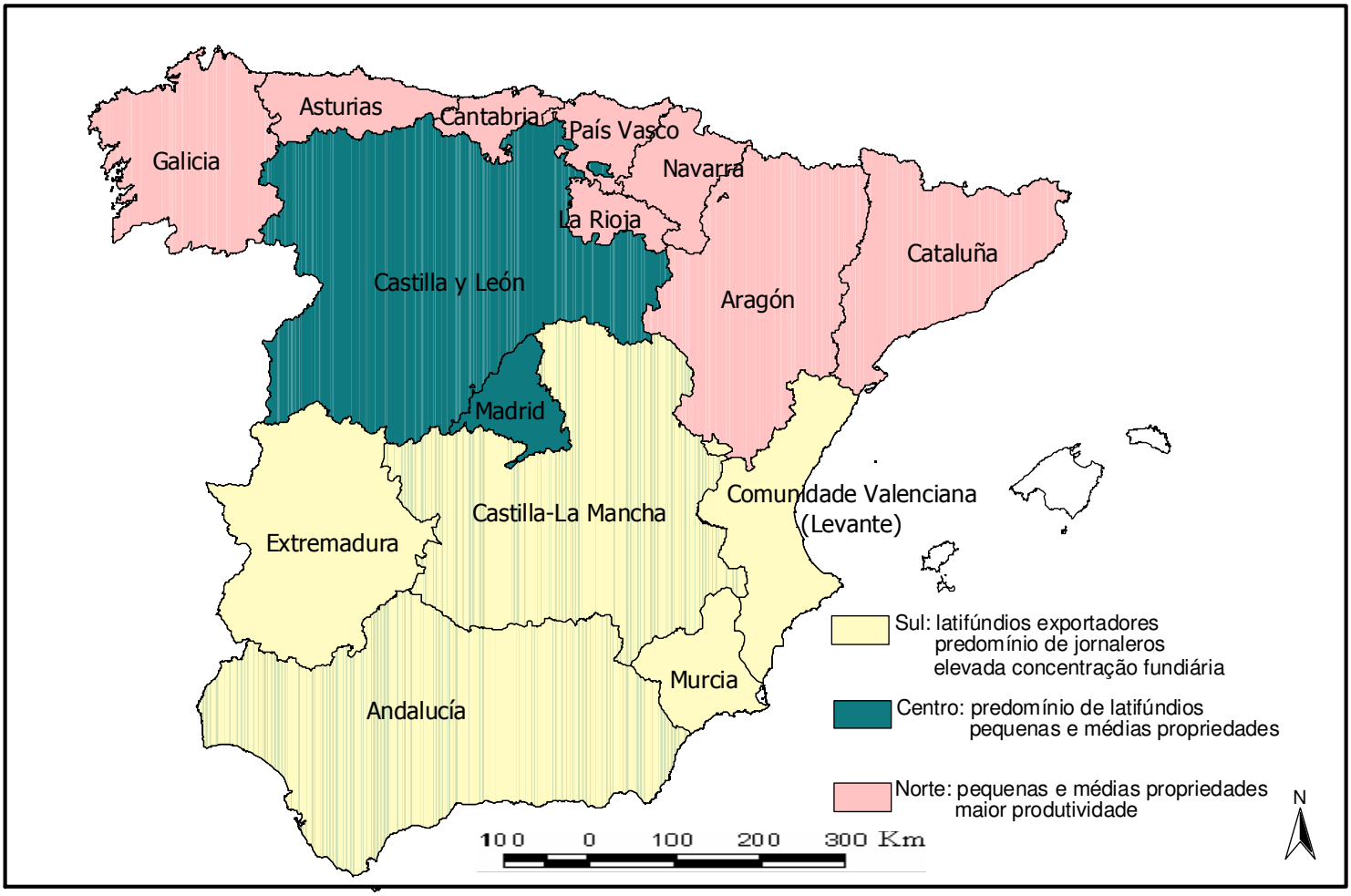
O centro, que é constituído basicamente por Castela-Leão e Madri é caracterizado pela coexistência de pequenas, médias e grandes propriedades, com o predomínio desta última, com um grau de produtividade mais elevado do que o sul. No entanto, a principal característica da porção central é a menor conflitividade social por conta da estrutura agrária. Ao contrário da oligarquia sulista, a elite desta região é mais estruturada e organizada politicamente a ponto de conseguir exercer a hegemonia lançando mão de estratégias simbólicas e econômicas com um grau menor de violência e coerção explícita. A forte presença da Igreja Católica responsável pela eficaz produção de subjetividade que legitima aquele modo de existência como uma expressão da vontade divina foi capaz de controlar de forma bastante significativa os impulsos insurrecionais dos camponeses desta região. A religiosidade foi fundamental para incutir um sentimento de resignação em grande parte da massa camponesa e, com isso, reduzir a conflitividade da região. Este processo está diretamente relacionado com o processo de formação do Estado Nação espanhol no qual a Igreja desempenhou um papel fundamental como vimos anteriormente, afinal, esta região é o centro da subjetividade castelhana que se impôs às demais. Nesse sentido, a presença e a força da Igreja tanto na cidade quanto no campo é fundamental para compreender a dinâmica desta territorialidade. Além disso, a oligarquia regional conseguiu produzir uma subjetividade calcada na valorização do camponês como aquele que trabalha para alimentar a nação, que possui raízes, valores e uma cultura tradicional em contraposição à cidade e à indústria, vistos como lugares da opressão, exploração, corrupção e vícios da sociedade. Nesse

sentido, criou-se uma ideia de oposição, combate e repúdio à cidade, à indústria e, em grande medida, aos operários e sindicatos, o que diminuía, significativamente, a possibilidade da constituição de organizações camponesas engajadas em um processo de transformação social que pudesse encontrar no movimento operário seu aliado. As elites locais incentivaram a constituição de diversos sindicatos de trabalhadores rurais católicos, que funcionavam como organizações de sociabilidade através das quais era formada a subjetividade resignada e antiurbana, onde a defesa da propriedade e da religião colocava lado a lado o mais miserável *jornalero* e o grande latifundiário.

> Menos distinta do Sul do que às vezes se diz, a grande propriedade domina lá também. Mas eficaz, organizada, capaz de controlar, econômica e ideologicamente, uma massa de camponeses e de 'proprietários muito pobres', nos limites da subsistência, e, por conseguinte dependentes e muito sensíveis a uma propaganda em favor da agricultura em si, contra a cidade, os operários, a indústria e as regiões industriais.
> Em Castela-Leão pôde ter êxito uma operação tentada sem resultado em 1917-19, em direção ao Sul andaluz e ao mundo operário: o enquadramento em um sindicalismo católico. Este tem seus órgãos cooperativos, financeiros, tornados rapidamente indispensáveis, e se vangloria de sentar o mais humilde camponês ao lado do mais aristocrático dos proprietários. Mas estes estão no comando (com a hierarquia católica). A ideologia é simples: defesa da religião e da propriedade "contra o socialismo", unidade da "pátria" contra os autonomismos periféricos. (VILAR, 1989:13-14)

O norte, formado pela Catalunha, País Basco, Aragão, Cantabria, Navarra, La Rioja Astúrias e Galícia, apresentava o maior grau de desenvolvimento tecnológico e de produtividade da agricultura espanhola e era caracterizada pela maior presença de pequenas e médias propriedades mais desenvolvidas e produtivas do que aquelas localizadas no centro e no sul. Os solos mais férteis e um clima mais generoso para a agricultura associada ao maior mercado interno constituído pelas cidades industriais contribuíram para o desenvolvimento dessas pequenas e médias propriedades mais produtivas. No entanto, a região também é caracterizada pela presença das grandes propriedades monocultoras dedicadas ao cultivo de gêneros para exportação e com elevado grau de exploração da mão-de-obra, ainda que a quantidade de *braceros* e *jornaleros* seja menor do que nas demais regiões.

Mapa 2. Estrutura agrária espanhola



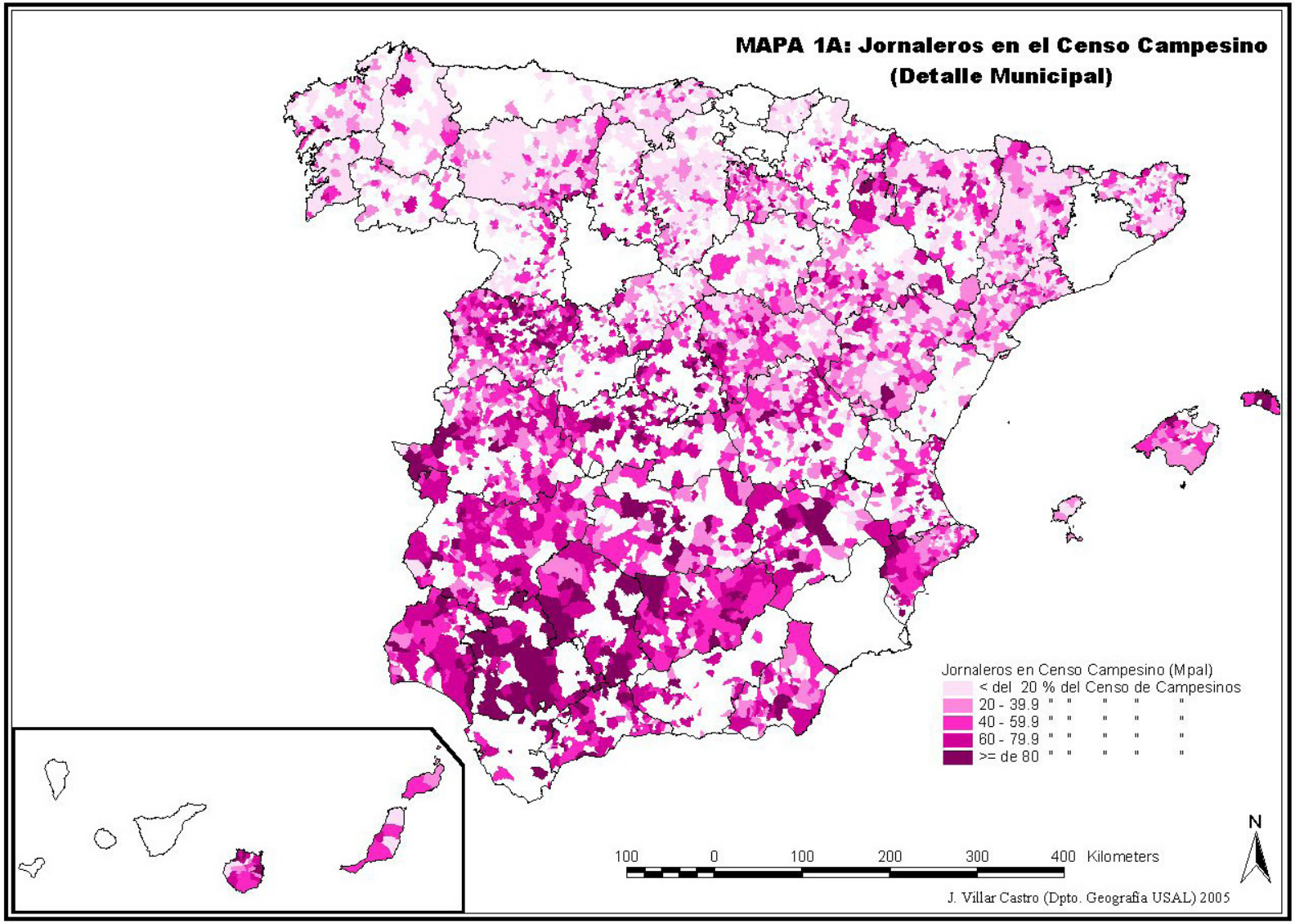
Cartografia: Glauco Bruce Rodrigues
Obs.: Não há dados para as Ilhas Baleares

O mapa 3 nos permite observar a distribuição dos *jornaleros* pelo território espanhol e, a partir dele, podemos esboçar uma ideia geral da estrutura agrária espanhola a partir da breve descrição que acabamos de realizar. O mapa foi produzido com base no resumo do Censo de Campesinos realizado pelo Instituto de Reforma Agrária (cuja publicação pode ser estimada entre 1935 e 1936[31]). A estrutura agrária fortemente concentrada na região sul por conta do predomínio do latifúndio exportador é a principal causa estrutural da maior concentração de *jornaleros* nesta

[31] Os autores afirmam que não é possível precisar com certeza absoluta a data da publicação do resumo, mas podem fazer uma estimativa a partir da leitura e comparação com outros documentos.
Maiores detalhes e esclarecimento metodológicos estão no texto de onde extraímos o mapa, disponível em http://www.usc.es/estaticos/congresos/histec05/b18_espinoza_robledo_brel_villar.pdf

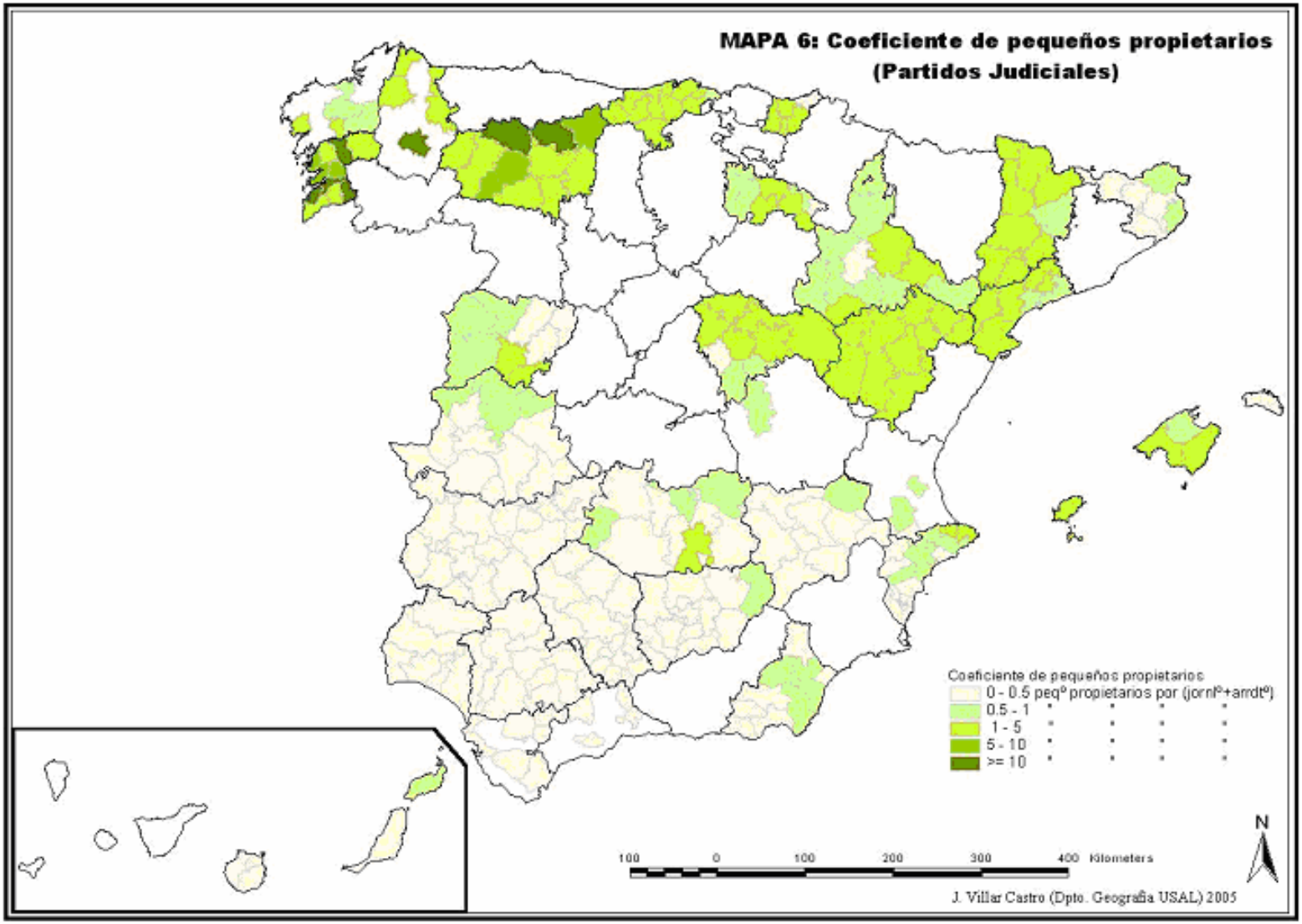
região, afinal, a escassez de terras leva um grande contingente populacional a buscar trabalho nestas grandes propriedades, geralmente uma das poucas oportunidades de emprego disponíveis. A reduzida e concentrada estrutura industrial do norte do país reduz a oferta e a oportunidade de empregos em todo o território. Além disso, após a crise de 1929 a oferta de postos de trabalho sofreu outra queda significativa e um expressivo contingente populacional buscou emprego nas grandes propriedades do sul e do centro. A maior presença de pequenas e médias propriedades no centro e, principalmente, no norte, é a principal causa da redução do número de *jornaleros*, uma vez que o acesso a terra é maior, como podemos observar no mapa 4.

Mapa 3. *Jornaleros* em relação ao total da população camponesa



Fonte: ESPINOZA et al, 2005. Disponível em http://www.usc.es/estaticos/congresos/histec05/b18_espinoza_robledo_brel_villar.pdf

Mapa 4. Pequenos proprietários



Fonte: ESPINOZA et al, 2005.
Disponível em http://www.usc.es/estaticos/congresos/histec05/b18_espinoza_robledo_brel_villar.pdf
Nota: As províncias em branco não foram tabuladas ou não apresentavam dados, segundo os autores.

2.3. A burguesia urbano-industrial

A Espanha da primeira metade do século XX ainda não tinha realizado sua revolução burguesa e as reformas liberais iniciadas no século XIX não foram efetivamente consolidadas, eram mais direitos formais do que de fato. A burguesia urbano-industrial espanhola não conseguiu desenvolver e consolidar uma democracia liberal e também não foi capaz de engendrar um modelo de desenvolvimento capitalista nos moldes dos demais países industrializados da Europa Ocidental, como França e Inglaterra.

> A Espanha é diferente. O capitalismo fracassou persistentemente neste país e assim também a revolução social, a despeito de sua constante iminência e eclosão ocasional. Os problemas da Espanha se originam dos fracassos e não dos sucessos do passado. Sua estrutura política é apenas provisória e mesmo o regime de Franco, que tem durado mais do que qualquer outro desde 1808 (superou o recorde que era de Cánovas, 1875-1897), é manifestamente temporário. Seu futuro é tão indeterminado que mesmo a restauração da monarquia hereditária pode ser seriamente considerado como uma perspectiva política. (...) os problemas econômicos e sociais fundamentais do país não foram solucionados e a distância entre a Espanha e os países europeus mais desenvolvidos (ou mais fundamentalmente transformados) ainda permanece.
> Raymond Carr, cuja obra notável provavelmente supera, até o momento, todas as outras histórias da Espanha dos séculos dezenove e vinte, caracteriza o problema com sendo o fracasso do liberalismo espanhol, o que significa fracasso de um desenvolvimento econômico essencialmente capitalista, de um sistema político parlamentar burguês e de um desenvolvimento cultural e intelectual ao estilo comum do Ocidente. (HOBSBAWM, 2003:80-81).

> Nunca existiu em Espanha a forte possibilidade de a industrialização e a modernização política serem coincidentes. Na primeira metade do século XIX, os impulsos progressistas, fossem políticos ou económicos, dados pela burguesia espanhola foram irremediavelmente subvertidos. O levantamento das restrições feudais sobre a transação da terra aliado aos problemas financeiros da casa real nas décadas de 30 e de 50 do século XIX disponibilizaram enormes extensões de terras pertencentes à aristocracia, à Igreja e de baldios. Este facto fez não só diminuir a dinâmica da industrialização como, ao favorecer a expansão das grandes propriedades, também gerou intensos antagonismos sociais no Sul. (PRESTON, 2005:29).

A burguesia urbano-industrial era a classe mais nova e menos influente do bloco de poder hegemônico e estava concentrada basicamente na Catalunha (predomínio da indústria têxtil,

seguida de indústrias de base como cimento, siderurgia, metalurgia e química), nas Astúrias (mineração, siderurgia e metalurgia) e no País Basco (construção naval) e nas principais cidades da Espanha, como Madri, Sevilha, Zaragoza, Salamanca, etc. Reduzida numericamente, concentrada espacialmente e com menor capacidade de exercer o poder, a burguesia espanhola era a nova parceira do bloco de poder hegemônico e ocupava uma posição subordinada em relação às classes oriundas do antigo regime, principalmente em relação aos grandes proprietários rurais que conseguiam exercer sua hegemonia por conta da gigantesca riqueza produzida e acumulada através da atividade agro-exportadora. Os recursos econômicos se convertiam em capacidade de exercício de poder político, muito bem aproveitado por essas elites agrárias para conduzir de forma hegemônica a política espanhola. Assim, "apesar de uma industrialização algo aleatória e de crescimento constante da importância nacional dos representantes políticos dos industriais do Norte, o poder permaneceu bem firma nas mãos dos terratenentes" (PRESTON, 2005:29). No entanto, a burguesia urbano-industrial era a classe cuja importância e margem de manobra aumentava cada vez mais ao longo do tempo.

Durante todo o século XIX, os principais mercados consumidores da nascente e pálida indústria espanhola foram suas colônias na América (principalmente Cuba). A perda das colônias americanas após a derrota para os Estados Unidos em 1889, causou um duro golpe na estrutura produtiva espanhola, uma vez que o mercado interno não era amplo o suficiente para consumir o que era produzido. Os preços dos produtos caíram, assim como as taxas de lucro e a liquidez das empresas, o que causou a queda das taxas de lucro e de capacidade de investimento das empresas. A consequência imediata foi o aumento da taxa de desemprego e redução de salários, o que contribuiu para o processo migratório de população para o campo em busca de emprego nas grandes propriedades rurais. Além disso, parte dos capitais da indústria foi investida na compra de terras por conta da suspensão de direitos feudais, o que facilitou o acesso à terra para parte da burguesia que buscava alternativas à crise industrial.

A indústria espanhola passou por um importante processo de recuperação, desenvolvimento e diversificação (particularmente Barcelona, na Catalunha), entre a primeira guerra mundial e a crise de 1929 (OYÓN, 2008). A posição neutra da Espanha permitiu que ela conseguisse recuperar e ampliar mercados consumidores até então inexistentes. O país passou a fornecer produtos para todos os lados do conflito mundial, o que garantiu uma grande liquidez e retomada de capacidade de investimento. Além disso, o Marrocos também se transformou em

um importante mercado consumidor e, por isso, a burguesia espanhola assumiu claramente uma posição imperialista e apoiava decididamente a intervenção militar para garantir um importante mercado para seus produtos. A retomada da capacidade produtiva converteu-se em ganhos políticos concretos. A importância das elites industriais aumentou junto com a retomada do crescimento econômico, ou seja, sua capacidade de agir e influenciar o conjunto do bloco de poder hegemônico aumentou consideravelmente, retirando a burguesia industrial de uma posição meramente subordinada e elevando-a a uma posição mais expressiva, mas não a ponto de alcançar uma posição hegemônica.

> A posição espanhola de não beligerante colocou o país na posição económica privilegiada de poder fornecer quer os Aliados, quer as Potências Centrais com produtos agrícolas e industriais. Os mineiros [proprietários] do carvão das Astúrias, os barões do aço e da construção naval do país Basco, todos os magnatas da indústria têxtil da Catalunha tiveram um enorme crescimento que se consubstanciou no primeiro grande arranque da indústria espanhola. A balança de poder dentro da elite econômica alterou-se de certa forma. Os interesses dos agrários continuaram a ter primazia, mas os industriais deixaram de aceitar a posição política subalterna que ocupavam. A sua insatisfação atingiu o ponto mais alto em junho de 1916, quando o ministro das Finanças (liberal), Santiago Alba, tentou introduzir um imposto sobre os imensos lucros obtidos pela indústria do Norte, sem que medida correspondente tivesse sido aplicada aos agrários. (PRESTON, 2005:33).

A classe burguesa, assim como a elite agrária, não era um bloco homogêneo e possuía divergências internas, tensões e diferenças. Nesse sentido, é necessário reconhecer que existiam diversas frações de classe, que são as seguintes:

1. A grande burguesia industrial da Catalunha, Astúrias e País Basco. É a fração de classe constituída por grandes magnatas e grupos industriais que controlam de forma hegemônica a estrutura produtiva e conduzem o processo de desenvolvimento e diversificação do parque industrial espanhol. Tal condição lhes garante uma significativa margem de manobra no conjunto do bloco de poder hegemônico e uma posição claramente dominante no que se refere ao conjunto da classe burguesa. O acesso a vastos recursos econômicos garante a essa fração da classe a capacidade de exercer pressões e trocar favores que lhe garante uma significativa margem de manobra política para fazer valer seus interesses e se colocar como um protagonista político e econômico relevante no quadro mais geral da sociedade espanhola. Exemplos da sua capacidade de exercer pressão são: 1. o apoio às práticas imperialistas do fim do século XIX e, no caso do

século XX, o apoio incondicional à dominação do Marrocos; 2. a interferência nas políticas fiscais em relação à impostos e tarifas alfandegárias; 3. a capacidade de alterar e controlar a política salarial de acordo com a conjuntura política e econômica de forma a garantir a expansão da margem de lucros. Por esses motivos, esta é a fração de classe que se apresenta como principal antagonista do movimento operário, seja ele organizado por correntes libertárias, comunistas ou socialistas.

Esta fração da classe burguesa estava associada ao capital financeiro e industrial estrangeiro (americano, inglês, francês e alemão), uma vez que dependia, em larga medida de insumos, crédito, tecnologia e do mercado consumidor representado por estes outros agentes econômicos e políticos. A indústria espanhola não gozava, evidentemente, de uma posição estratégica ou dominante, ao contrário, representava a periferia do capitalismo europeu, portanto, estava atrelada de forma subordinada e dependente à dinâmica da burguesia financeira e industrial dos países centrais.

Politicamente, alinhou-se majoritariamente ao campo nacionalista após o início da Guerra Civil. A adesão ao campo nacionalista se deu fundamentalmente por conta do temor do processo revolucionário que se iniciou após a Guerra. No entanto, até então, parte significativa desta burguesia era favorável a um processo de modernização política, econômica e cultural e, por vezes, entrava em conflito com Madri por conta da defesa dos regionalismos, principalmente o catalão e o basco. Nesse sentido, grande parte da burguesia espanhola tinha um posicionamento contra a centralização política de Madri e tentava utilizar sua influência econômica para garantir maiores margens de manobra política para suas regiões. No entanto, a revolução libertária engendrada pelos anarquistas lançou a grande burguesia nos braços dos nacionalistas.

Apesar da aparente homogeneidade, existiam tensões e divisões nesta fração de classe. A burguesia catalã, até organizar seus próprios partidos, tendia a se alinhar aos Liberais na defesa de projetos protecionistas para a indústria, ao passo que bascos e asturianos, coligavam-se aos Conservadores que defendiam a tese do livre comércio e, com isso, beneficiavam as exportações de minérios, já que o maior mercado consumidor dessas atividades estavam no exterior (França, Inglaterra e Alemanha) (PRESTON, 2005:31).

2. A burguesia financeira e aquela ligada ao setor de serviços. Esta segunda fração da classe burguesa era relativamente reduzida e concentrada no norte do país e em Madri (evidentemente, com seus representantes nas principais cidades do país). A maior parte do sistema financeiro e

partes significativa dos serviços prestados (principalmente energia e telecomunicações) estavam atreladas e subordinadas ao capital estrangeiro em uma intensidade maior do que o capital industrial. Apenas para ilustrar a dependência espanhola do capital estrangeiro, somente a Grã-Bretanha representava 25% das exportações e 10% das importações e controlava a impressionante parcela de 40% dos investimentos estrangeiros na Espanha, principalmente nas indústrias de ferro e pirita, no setor de serviços (majoritariamente energia e comunicações) e frutas cítricas (SALVADÓ, 2008:98).

Em termos qualitativos é possível afirmar que essa fração de classe não dispunha da força do capital industrial, no entanto, não era nada desprezível e ocupava um espaço político e econômico fundamental na dinâmica da sociedade espanhola se levarmos em conta a importância estratégica dos setores envolvidos, particularmente o financeiro, transportes e energia. Assim como o capital industrial, esta parcela também se alinhou ao campo nacionalista após o início da Guerra Civil.

3. Pequena e média burguesia. Fração de classe bastante heterogênea, composta por pequenos e médios comerciantes, proprietários de imóveis e pelo que podemos chamar, genericamente, de classe média, constituída basicamente por profissionais liberais, como médicos, advogados, professores, etc. A diversidade da fração de classe se manifestava de forma evidente no posicionamento político extremamente heterogêneo, impossibilitando um enquadramento simplificador desta parcela da população. É possível identificar a presença de posturas reacionárias (católicos fundamentalistas, monarquistas e fascistas), conservadoras (católicos moderados), relativamente progressistas (republicanos moderados e radicais), liberais, etc. A consequência mais imediata da grande diversidade política desta fração de classe foi sua divisão após o início da Guerra Civil, onde os elementos reacionários e conservadores se alinharam ao campo Nacionalista e aqueles progressistas constituíram grande parte da base social do campo Republicano. A constituição de uma forte base republicana composta por grupos da pequena e média burguesia, bem como da classe média em geral foi o aspecto mais relevante das tensões e conflitos internos desta fração de classe. Esses setores médios da burguesia espanhola eram caracterizados por sua inclinação à maçonaria, ao pensamento liberal, ao anticlericalismo, à condenação da monarquia e do poder das oligarquias. Eram setores que desejavam a modernização política, econômica e cultural do país, ou seja, defendiam o fim da monarquia e almejavam a instituição de uma democracia representativa burguesa, transformações nas forças

produtivas visando a modernização e diversificação da indústria, serviços e comércio, separação entre a Igreja e o Estado, fim da interferência da Igreja na educação, maior acesso a bens culturais e intelectuais. Em suma, eram setores que defendiam a realização de uma revolução burguesa para a Espanha como forma de modernizar o país e, ao mesmo tempo, evitar a revolução socialista (libertário ou autoritária).

2.4. Instituição e crise da Segunda República

2.4.1. Protagonistas

A instituição da Segunda República espanhola ocorreu no dia 14 de abril de 1931, com a divulgação dos resultados das eleições municipais que davam uma ampla vitória para a coligação feita entre Republicanos e Socialistas, as duas principais forças do campo político institucional com projetos de reformas políticas e econômicas que permitiriam modernizar a sociedade espanhola. A vitória da coligação de centro-esquerda, predominantemente reformista, foi um duro golpe nos setores reacionários e conservadores da sociedade espanhola, uma vez que decretou o fim da monarquia e de seu regime parlamentar viciado, o turno pacífico, significou um relativo enfraquecimento do caciquismo agrário (ao menos causou um impacto simbólico significativo), representou a possibilidade da separação entre Estado e Igreja, a realização de reformas de base que iriam garantir maiores direitos e benefícios para os trabalhadores urbanos e rurais (reforma agrária, legislação trabalhista), colocou-se o debate sobre a criação dos estatutos de autonomia regional. Em suma, a proclamação da Segunda República foi saudada por trabalhadores, pela classe média, intelectuais, setores liberais como uma possibilidade efetiva de modernização da sociedade espanhola e um momento de inseri-la de forma definitiva nos marcos do desenvolvimento das potências européias.

A perspectiva reformista estava entre dois extremos que exerciam forte pressão sobre a jovem República. De um lado, existia um forte e palpável desejo revolucionário de transformar completamente as estruturas da ordem societária capitalista em uma sociedade socialista, seja libertária ou comunista. De outro, os setores reacionários e conservadores demonstravam publicamente sua aversão e ódio às perspectivas reformistas e um profundo temor da força revolucionária do proletariado espanhol e, por isso, iniciou um processo de articulação para

tentar minar a República logo no início. Compreender o processo de instituição e crise da Segunda República nos obriga a identificar e caracterizar, ainda que brevemente, os principais grupos que participaram ativamente deste momento da história espanhola. É possível identificar três grandes campos, constituído por diversos grupos. Vamos identificá-los e realizar uma rápida caracterização para facilitar a análise. Os campos são os seguintes: 1. Nacionalistas; 2. Republicanos e Socialistas; 3. Libertários.

Nacionalistas

O campo nacionalista é constituído pelos setores mais reacionários e conservadores da sociedade espanhola, a saber, a Igreja Católica, monarquistas, a oligarquia rural, a grande burguesia industrial e financeira, parcelas significativas da classe média e das forças armadas, uma vez que essas duas últimas frações de classe eram caracterizadas pela fissura política, constituindo parte da base social do campo nacionalista e do republicano. Apesar de suas diferenças internas, o campo nacionalista compartilha de crenças e ideias fundamentais que dão consistência a um projeto político razoavelmente coerente que lhes permite agir com razoável consenso. De forma sucinta, as crenças fundamentais que dão consistência a subjetividade e ao projeto político nacionalista são as seguintes:

1. Defesa da unidade territorial nacional, o que significa combater de forma aguerrida os movimentos regionalistas;
2. A defesa da propriedade privada como um pilar organização societária, o que conduz a um antagonismo com as vertentes revolucionárias da sociedade espanhola.
3. A busca de Estado forte e interventor, tanto na forma de uma monarquia ou como uma ditadura, que seriam as formas de governo prediletas deste campo.
4. A religião católica como fundamento moral que sustenta subjetivamente a organização societária, contrária a qualquer tipo de ateísmo ou posicionamentos não cristãos.

O campo Nacionalista apresentava uma grande diversidade de grupos, organizações e partidos.

A fração monarquista era dividida em Afonsinos (que apoiavam os descendentes da rainha Isabell II), cujo principal partido era a *Renovación Española*, e Carlistas (que apoiavam os descendentes de D. Carlos, irmão de Isabell II) e eram organizados basicamente na organização

Communión Tradicionalista e principais organizadores da milícia dos *Requetés*. As divergências iam além da questão sucessória. Afonsinos eram considerados a liderança "natural" do Antigo Regime e da ordem oligárquica e era forte entre os oficiais conservadores do Exército. Seu partido, a *Renovación Española* (liderado por Jose Calvo Sotelo, até seu assassinato, que foi ministro na ditadura de Rivera) apesar de ser reduzido em números, possuía grande importância por conta da influência e riqueza de seus membros, o que garantia uma significativa margem de manobra para arquitetar e executar planos contra a República. Os Carlistas eram fundamentalistas católicos e condenavam um suposto caráter liberal dos Afonsinos. No entanto, apesar das diferenças, não há dúvida de que o projeto político é a restauração monárquica sustentada na força do Exército, da Igreja e da antiga nobreza rural.

A fração verdadeiramente fascista do campo Nacionalista era representada pela Falange Española (fundada por José Antonio Primo Rivera, filho do ditador Primo Rivera em 1933) e pela Juntas de Ofensiva Nacional-Sindicalista (fundada por Onésimo Redondo e Ramiro Ledesma Ramos em 1931). Em 1934 as duas organizações se fundiram na Falange de las JONS, tendo como líder José Antonio Rivera e utilizando como base de seu programa político os 16 pontos de Valladolid, formulados em 1931 por Ledesma e Redondo. O fascismo espanhol inspirava-se, evidentemente, nas experiências alemã e italiana, de onde retiravam os pressupostos e formulações básicas, como a condenação da luta de classes e do regionalismo, a defesa de um Estado forte capaz de se colocar acima das classes e conduzi-las (de forma autoritária) a uma suposta "harmonia social" de caráter corporativo, propunha o atrelamento dos sindicatos ao aparato estatal, condenava o livre comércio e o acúmulo de riquezas através da especulação, defendiam o controle das atividades econômicas e dos lucros pelo Estado, etc. Em suma, o fascismo espanhol era evidentemente antiliberal e anti-socialista, buscava uma forma de organização societária conduzida por um Estado forte, acima dos interesses e conflitos de classe, que trouxesse para a Espanha a harmonia e a ordem que o liberalismo não foi capaz de instituir e que a antiga ordem não foi capaz de sustentar (THOMAS, 1965).

Os militares nacionalistas criaram uma organização para conspirar contra a República e organizar planos para sua derrocada. Esta organização era a *Unión Militar Española*, inicialmente composta basicamente por oficiais superiores do Exército e da Marinha e, posteriormente, recebeu o apoio de grupos católicos, monarquistas e conservadores. Constituiu um importante espaço de formulação de planos contra a República e de constituição de um novo

regime para a Espanha, onde a defesa da propriedade, do Estado forte, da religião católica e da unidade territorial eram os pilares políticos fundamentais. Em suma, esta organização tinha como objetivo fundamental impedir qualquer tipo de modernização ou reforma social, política e cultural proposta pelos setores republicanos e defendiam a antiga ordem oligárquica, seja ela baseada em uma monarquia ou uma ditadura militar.

O principal partido das forças conservadoras era a *Confederación Española de Derechas Autônomas* (CEDA), que aglutinava diversos setores conservadores da sociedade espanhola: monarquistas, grande parte da classe média católica, uma significativa fração da grande burguesia industrial, pequenos e médios proprietários rurais, grande parte da oligarquia rural, grupos democrata-cristãos, etc.

A CEDA, liderada por Gil Robles, surge com a proposta de ser um partido de massas que possa aglutinar as forças conservadoras da sociedade espanhola para que pudesse desarticular a República por dentro, ou seja, através da participação do processo democrático que daria a possibilidade da apropriação de setores do aparelho de Estado que pudessem ser utilizados para impedir a realização das reformas propostas pelos setores republicanos. Por conta da heterogeneidade de setores que aglutinava, a CEDA utilizava slogans relativamente genéricos, capazes de unir os setores conservadores a partir de uma base comum e minimizar as possíveis tensões existentes. Nesse sentido, o programa do partido era uma defesa da religião católica, da pátria, da lei, da ordem e da propriedade (SALVADÓ, 2008:70). No entanto, o partido possuía uma estreita aliança e uma grande dependência econômica do Partido Agrário, logo, os interesses das oligarquias rurais e dos setores católicos eram aqueles que predominavam e eram defendidos de forma mais aguerrida, o que levou o partido a assumir uma posição francamente reacionária e com um discurso cada vez mais agressivo em relação à República (além da franca admiração por Hitler e Mussolini, a recusa do partido em declarar sua lealdade à República e as ações violentas da ala jovem do partido, as Juventudes da Ação Popular).

Em relação aos partidos políticos, é importante destacar três que pertenciam ao campo conservador, no entanto, não tinham o claro objetivo de destruir a República nem de retornar a um regime monárquico, mas buscavam evitar as reforças econômicas e sociais propostas pelo campo republicano e, ao contrário da CEDA, tinham como principal base política camadas médias urbanas e da burguesia industrial.

O primeiro destes é o *Partido Republicano Radical*, liderado por Alejandro Lerroux (um ex-revolucionário e anticlerical), que abandonou sua posição de esquerda revolucionária e se inclinou para o campo conservador apoiando o governo de direita que se formou em 1933. O segundo é a *Lliga Catalana*, partido da grande burguesia industrial catalã que tinha como principal objetivo combater a centralização política e econômica de Madri, no entanto, por conta da polarização social na Espanha, optou realizar uma aliança com os setores conservadores hegemônicos para impedir as reformas sociais e econômicas republicanas e qualquer tipo de ação revolucionária anarquista ou socialista. O último partido conservador era a *Derecha Liberal Republicana* liderada por antigos políticos monarquistas como Alcalá Zamora (primeiro presidente da 2ª República) e Miguel Maura, que romperam com a monarquia e passaram a apoiar a constituição de uma república burguesa católica.

No campo espanhol a principal organização deste campo político era a Confederação Nacional Católica Agrária (CNCA), fundada em 1917. A organização era controlada por grandes proprietários de terras articulados com bispos e padres que constituíam uma rede de poder com o objetivo de combater as organizações sindicais e partidos de esquerda (UGT, CNT, PSOE, PCE, etc.) e organizar parte da massa camponesa (arrendatários, pequenos e médios proprietários) que mantinha sua tradição católica e, por isso, inclinava-se politicamente para o campo conservador. Após a proclamação da Segunda República, a CNCA torna-se a principal organização anti-republicana no campo e uma das principais no conjunto do bloco conservador.

Republicanos e Socialistas

O campo republicano é constituído majoritariamente por setores médios liberais da sociedade espanhola (intelectuais, profissionais liberais, pequenos e médios comerciantes) que demandavam a modernização política e econômica do país, ou seja, uma transformação nas estruturas de poder com o objetivo de constituir uma democracia burguesa na Espanha e, por outro lado, pelos socialistas aglutinados no PSOE e na sua central sindical, a UGT. Os socialistas apresentavam fortes tensões e divisões internas, como ficará explícito mais a frente.

Os liberais e setores médios republicanos aglutinavam-se basicamente em três partidos. O primeiro era a *Unión Republicana*, liderada por Martín Barrio, era um partido de centro-direita que surgiu como uma dissidência do Partido Republicano Radical quando Lerroux passou a

colaborar com o governo de direita da CEDA. Constituído por empresários e profissionais liberais interessados na modernização político, econômica e cultural da Espanha, críticos do regime oligárquico que sustentava a monarquia e dispostos a conceder determinados benefícios à classe trabalhadora, desde que estas não representassem uma ameaça ao regime da propriedade privada e da democracia representativa burguesa.

O segundo partido era a *Izquerda Republicana*, que surge em 1934 por conta da união do pequeno, porém importante Ação Republicana, liderado por Manuel Azaña com outros partidos de menor expressão, mas com alguma relevância política, aglutinando desde políticos com uma relativa importância no cenário político, como o galego Casares Quiroga (defensor da autonomia da Galícia e primeiro-ministro da República em julho de 1936) até grupos menores como dissidentes do PSOE. De qualquer forma, era um partido onde predominava o caráter liberal das formulações e composto basicamente por membros das classes médias, profissionais liberais, intelectuais e professores. Defendiam uma ampla reforma política no sentido de superar o caciquismo e os resquícios do regime monárquico, bem como combater o autoritarismo e o conservadorismo das forças armadas, buscando sua subordinação ao poder civil do Estado (acabando com a cultura dos golpes de Estado), modernizando seus quadros, reduzindo seus custos, sua burocracia e sua ineficiência. Além disso, buscavam instituir a separação formal entre Estado e Igreja, com o intuito de reduzir a influência política e cultural da instituição na sociedade espanhola, uma vez que era considerada um grande obstáculo à modernização cultural e intelectual da Espanha por conta de seu caráter reacionário.

O terceiro partido republicano representante da burguesia e setores médios era a *Esquerra Republicana*, que possuía basicamente a mesma composição social e programática da *Izquerda Republicana* (pequena e média burguesia, setores da classe média), no entanto, era um partido catalão que tinha como singularidade a defesa da criação de um estatuto de autonomia regional. Por ser o partido republicano mais forte da Catalunha, desempenhou papel crucial durante a Segunda República e ao longo da Guerra Civil.

O campo socialista era representado por quatro partidos. O maior e mais importante até meados da guerra era o *Partido Socialista Obrero Español*, que liderava a segunda maior central sindical espanhola, a UGT. O PSOE via na constituição da Segunda República a possibilidade concreta de alcançar a hegemonia política no seio do movimento operário e junto aos camponeses sindicalizados caso conseguisse promover reformas concretas que pavimentassem o

caminho para a instituição de uma sociedade socialista. De forma genérica, é possível afirmar que existia um certo consenso em relação à participação no processo político instituído pela proclamação da república, no entanto, existiam fortes tensões em relação às estratégias e formas de inserção no aparelho de Estado e no grau de radicalização das reivindicações por transformações efetivas. Em 1932, por exemplo, Besteros, até então o líder do partido, foi expulso por conta da radicalização dos grupos liderados por Caballero e Prieto, que sempre polarizaram os debates internos, sempre cada um almejando a hegemonia sobre o conjunto do partido.

O *Partido Comunista Español*, fundado em 1921 por dissidentes do PSOE que defendiam a filiação do partido ao Comintern soviético e por anarquistas desiludidos com o movimento libertário. A princípio, o partido denunciava o apoio do PSOE à república como uma aliança com a burguesia que impediria a revolução socialista e se negava a participar do processo instituído. Até o início da Guerra Civil era um partido minúsculo, sem grande expressão ou representatividade, com presença entre os mineiros das Astúrias e em alguns setores do movimento operário em Madri, Sevilha e Málaga (em 1933, por exemplo, contava apenas com 3 mil membros, segundo Thomas [1964]). A vitória da direita nas eleições de 1934 e a mudança da estratégia do Comintern em escala global modificaram a posição do PCE em relação à sua participação no processo eleitoral. O crescimento do fascismo europeu e a busca de uma aproximação da URSS com a França e a Inglaterra levaram Stalin a fomentar a criação de "Frentes Populares". Na prática, a orientação de Stalin e do Comintern era de que os PCs deveriam participar da constituição de alianças políticas com outros partidos de esquerda e burgueses para participar das eleições como forma de impedir a apropriação do aparelho de Estado por grupos e partidos fascistas. Assim, a ênfase era para o Partido Comunista ajudar na manutenção da democracia burguesa até que fossem criadas as condições maduras para o início do processo revolucionário. Após o início da Guerra Civil, o Partido Comunista experimentou um grande aumento nas suas fileiras e na sua capacidade de exercício de poder, inclusive se tornando hegemônico dentro do aparelho de Estado. Na Catalunha, o principal partido comunista era o Partido Socialista Unificado da Catalunha (PSUC), constituído pela unificação de diversos grupos e partidos socialistas e comunistas, fundado em 1936.

O pequeno, porém relevante *Partido Obrero de Unificación Marxista* (POUM) era composto por comunistas dissidentes da linha oficial do Partido Comunista e eram tomados de

forma geral como trotskistas, uma vez que assumiam diversos pontos centrais das formulações de Trotsky, principalmente em relação à questão da revolução permanente. Além disso, eram críticos em relação à centralização e hierarquização rígida feito pelo PC, principalmente no que se refere à organização dos grupos revolucionários e da futura sociedade socialista. A ríspida convivência do POUM com o PCE levou os primeiros a uma aliança tácita com grupos anarquistas, principalmente com a CNT e a FAI, apesar de manter uma postura crítica em relação ao movimento libertário. O POUM surgiu da união de dois grupos marxistas dissidentes, o Bloco Operário e Camponês (formado na Catalunha por Joaquim Maurín e Jordi Arquer) e a Esquerda Comunista, liderada por Andrés Nin.

Libertários

Campo político constituído pela *Confederación Nacional Del Trabajo* (CNT) e pela *Federación Anarquista Ibérica* (FAI). Uma análise mais detalhada será realizada no capítulo 3, neste momento, é importante salientar o caráter revolucionário das duas organizações que almejaram transformar profundamente as estruturas de poder da sociedade espanhola baseados nos princípios libertários do anarquismo clássico e do anarcossindicalismo do início do século XX.

A CNT era a maior central sindical da Espanha, estava presente em praticamente todas as regiões e aglutinava a esmagadora maioria dos trabalhadores da principal região industrializada da Espanha, a Catalunha. Não era uma organização puramente anarquista e libertária, era constituída por diversos grupos políticos e apresentava suas tensões e divergências internas, no entanto, era indiscutível a hegemonia do pensamento libertário na condução das práticas e estratégias de ação da organização que nos permite qualificá-la de anarcossindicalista. As tensões e divergências se davam entre os diversos grupos não libertários, como socialistas, comunistas e, principalmente, sindicalistas revolucionários e sindicalistas de resultados, que não tinham por trás de sua prática um projeto político de transformação social efetivo, mas simplesmente almejavam melhorias concretas para a vida dos trabalhadores dentro do *status quo* hegemônico. Existiam grupos de caráter mais reformistas, outros que defendiam a colaboração com o aparelho de Estado e as negociações com a burguesia e, no outro extremo, o furor

revolucionário do grupo anarquista revolucionário, que por vezes tinha que enfrentar as duras (e, muitas vezes pertinentes) críticas de grupos marxistas não alinhadas com o PCE ou o PSOE.

A FAI foi criada em 1927 com o objetivo de manter a radicalidade da doutrina anarquista na Espanha e, principalmente, dentro da CNT. Os faístas, como eram chamados os membros desta organização, tinham como objetivo manter o "purismo revolucionário" do anarquismo espanhol a salvo das posturas autoritárias dos comunistas e socialistas e dos projetos reformistas de grupos sindicalistas. Nesse sentido, sua principal estratégia era ter representantes da organização dentro dos sindicatos e organizações de trabalhadores urbanos e camponeses para influenciar a organização do movimento a partir do ideário anarquista.

Os objetivos fundamentais deste campo político eram os seguintes: destruição imediata do aparelho de Estado, abolição da propriedade privada, coletivização dos meios de produção e da riqueza socialmente produzida, constituição de comunas e federações administradas de forma autônoma pela população, ou seja, através da autogestão política e econômica da organização societária.

2.4.2. O governo republicano-socialista (1931-1933)

Após a proclamação da Segunda República, em 14 de abril de 1931, é composto um governo provisório cujos objetivos fundamentais são os de garantir a manutenção da ordem, debelar conflitos, insurreições, garantir o funcionamento das atividades econômicas e serviços públicos, organizar o processo constituinte do novo regime.

O governo provisório era composto pela aliança vencedora das eleições municipais daquele mesmo ano e aglutinava as principais forças reformistas do país: os partidos republicanos e os socialistas do PSOE. Nesse sentido, o novo grupo político que ocupava o aparelho de Estado estava constituído por forças de centro-esquerda moderadas, reformistas e distantes de qualquer aspiração revolucionária radical, cuja base social era constituída de uma parcela dos setores médios (base republicana) e parte da classe trabalhadora (aglutinada no PSOE e na UGT). Os partidos republicanos tinham aspirações claramente burguesas, não estavam interessados em questionar a existência do Estado ou da propriedade privada, mas de implementar reformas que pudessem levar a uma modernização política, econômica e cultural que permitissem consolidar uma revolução burguesa na Espanha, o que significava a instituição

de uma democracia representativa livre das oligarquias rurais, dos riscos dos golpes de estados promovidos pelo Exército, do obscurantismo da Igreja Católica e da subordinação à monarquia. Os socialistas, por outro lado, tinham aspirações mais progressistas e buscavam, em curto prazo, implementar reformas que pudessem melhorar de forma significativa as condições de vida da classe trabalhadora, o que significava alterar a distribuição da riqueza, realização da reforma agrária, constituição trabalhista com ampliação dos direitos, melhoria no acesso a bens e serviços básicos (saúde, educação, transporte, moradia, etc.) e, em longo prazo e pela via eleitoral, instituir uma república socialista na Espanha. No entanto, naquele momento, o PSOE e a UGT não tinham a menor intenção de demonstrar nenhum resquício revolucionário e afirmavam uma posição reformista.

> (...) a estrutura social da República significava que pela primeira vez o poder político se tinha transferido da oligarquia para a esquerda moderada, composta por representantes das camadas mais reformistas da classe operária organizada, os socialistas, e por uma mistura de pequenos burgueses republicanos, na sua maioria idealistas, a que se juntavam alguns cínicos. Em conjunto, e apesar do considerável grau de desacordo sobre questões mais delicadas, esperavam utilizar o poder do Estado para criar uma nova Espanha, ao varrerem a estrutura da propriedade latifundiária e satisfazendo as reivindicações autonômicas dos regionalistas bascos e catalães. (PRESTON, 2005:40).

O governo provisório que foi constituído pela aliança republicano-socialista tinha como principal objetivo não provocar o temor e o medo nos setores mais conservadores e reacionários da sociedade espanhola e demonstrar que a República não iria ultrapassar determinados limites, como questionar de forma radical a propriedade privada, o Estado e a unidade nacional, apesar de abrir certas margens de manobra para que determinadas demandas fossem satisfeitas (reforma agrária, autonomia regional). A composição do governo provisório foi feita para tentar aplacar os conflitos e a fragmentação da sociedade espanhola em uma tentativa de reconstrução societária baseada na formação de cidadãos e não súditos. Em suma, o governo provisório tentou demonstrar que não viria para aniquilar todos os fundamentos da Espanha e estava muito longe de tentar implementar uma república comunista, herege e maçônica. Vejamos a composição do governo provisório:

- Primeiro Ministro: Alcalá Zamora, católico e conservador, o mais respeitável político dinástico, ex-ministro da ditadura de Primo de Rivera;
- Ministro do Interior: Miguel Maura, filho de Antonio Maura, católico e conservador;

- Ministro da Economia: Nicolau d'Olwer, catalão liberal ligado ao capital financeiro e industrial;
- Ministro das Relações Exteriores: Alejandro Lerroux, catalão, ex-revolucionário e líder dos Radicais, partido republicano que ao longo da República caminha cada vez mais para posições conservadoras.
- Ministro das Finanças: Idalencio Prieto, membro do PSOE, reformista e moderado, homem de negócios de Bilbao.
- Ministro da Justiça: Fernando de los Ríos, socialista, ex-professor universitário, reformista e moderado.
-Ministro do Trabalho: Largo Caballero, socialista, uma das principais lideranças do PSOE, líder da UGT, colaborou como consultor do governo de Primo de Rivera, um revolucionário de muitas palavras e poucas ações.
- Ministro da Guerra: Manuel Azaña, intelectual, liberal e anticlerical.

Os integrantes do governo provisório são todos homens comprometidos com a ordem, a estabilidade e a centralidade estatal. Maura e Zamora ocupavam os cargos mais importantes do governo provisório, responsáveis diretos pela manutenção da ordem e da organização do processo político e eram católicos conservadores. Era um sinal claro e evidente de que a República seria mantida dentro de determinados limites e não representava o risco de uma revolução bolchevique e herege, mas que estava disposta, a princípio, a dialogar e incorporar uma parcela dos católicos moderados que não eram necessariamente contrários à República. Os ministros socialistas, por sua vez, não representavam nenhum perigo revolucionário, mas encarnavam o desejo de reformas significativas nas relações de trabalho e almejavam instituir mudanças legislativas que melhorassem efetivamente a vida do trabalhador espanhol. Ainda assim, eram homens comprometidos com a ordem e a disciplina, que utilizaram suas posições para impedir qualquer tipo de radicalização por parte do movimento operário organizado na UGT: as greves foram evitadas, as manifestações desestimuladas, etc. Enfim, os socialistas que integraram o governo provisório demonstraram cabalmente que iriam segurar e controlar a classe trabalhadora na clara tentativa de reduzir o temor revolucionário que assombrava os sonhos da elite dominante, ao mesmo tempo em que tornava explícita a separação entre a UGT e a CNT. Nicolau d'Olwer era um representante do capital financeiro, o que demonstrava o completo compromisso da República para com o sistema financeiro e seus interesses estrangeiros,

sinalizando que não haveria nenhum tipo de medida contra essa fração da classe dominante, que ficou completamente intocada mesmo durante a guerra. A Lerroux coube um cargo onde poderia fazer pouco estrago durante o período em que o país se preparava para o processo constituinte, uma vez que era um político com uma reputação duvidosa e famosa por comandar diversos esquemas de corrupção. Azaña destacava-se como o mais bem preparado membro do gabinete e aquele que iria levantar maiores preocupações por conta de seu anticlericalismo e sua posição bastante crítica em relação ao Exército espanhol.

> A composição do governo provisório é por si só reveladora das intenções como dos limites dos fundadores da República. O Presidente, Niceto Alcalá Zamora, e o Ministro do Interior Miguel Maura são não apenas católicos fervorosos e conservadores determinados, mas centralizadores decididos. Nicolau d'Olwer, Ministro da Economia, é um liberal, ligado ao Banco da Catalunha. O Ministro das Finanças, Idalencio Prieto, é não só um líder socialista, mas um homem de negócios de Bilbao. Largo Caballero, secretário da UGT, ex-conselheiro de Estado sob a gestão de Primo de Rivera, é Ministro do Trabalho. Todos são homens de ordem, desejosos de impedir, até de combater, a Revolução, e sua aliança – essa base negativa – é impotente diante das tarefas da 'revolução burguesa' que se impõem à Espanha para sair de suas contradições seculares: o problema da terra e da reforma agrária, a questão das nacionalidades, as relações entre a Igreja e o Estado, o destino do aparelho burocrático e do Exército da monarquia que é confiado ao único homem novo dessa equipe, o republicano de esquerda Manuel Azaña. (BROUÉ, 1992:33).

O governo provisório inicia os trabalhos e em junho de 1931 são convocadas eleições gerais para a formação das Cortes, órgão responsável pela formulação da nova constituição. A legislação eleitoral espanhola tinha como objetivo evitar a fragmentação parlamentar e permitir a constituição de governos fortes, com ampla maioria no legislativo. Nesse sentido, a votação era realizada em dois turnos e o partido que recebia a maioria dos votos em cada província ocupava 80% das cadeiras e os demais ocupavam os 20% restantes. Esse sistema fazia com que uma pequena diferença de votos representasse uma grande diferença na composição do parlamento, o que incentivou a constituição de coligações, afinal, quanto maior o número de candidatos de uma coligação, maiores as chances da sua vitória, que mesmo por uma pequena diferença, implicaria em uma maioria absoluta no número de cadeiras (SALVADÓ, 2008:73). A coligação republicano-socialista sai vitoriosa, como podemos observar no gráfico abaixo:

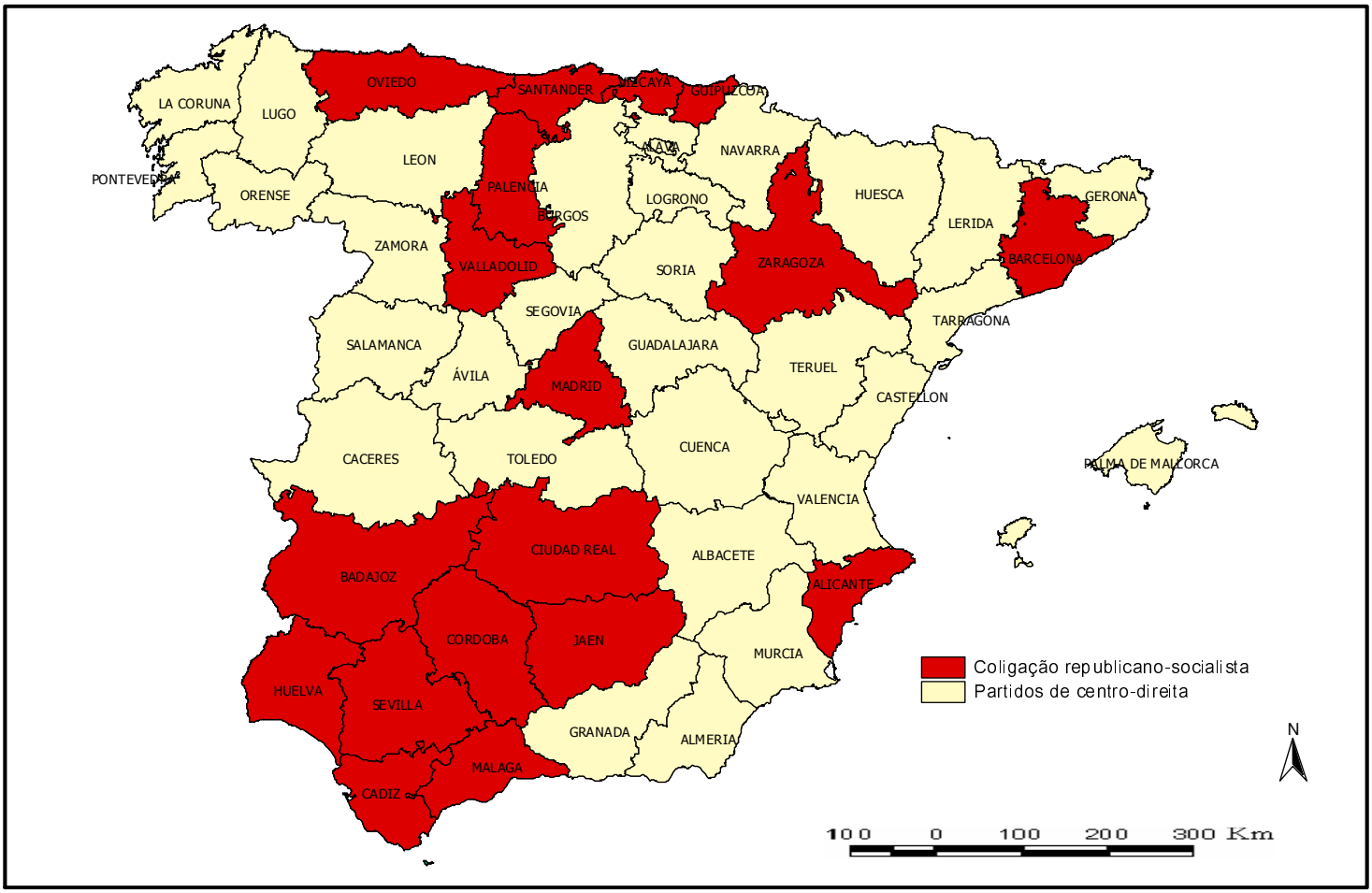
Gráfico 3. Eleições gerais de 1931 (nº de cadeiras nas Cortes por partido/coligação)

Fonte: HUERTA e PUEL, 2007:35. Adaptado.

O mapa do resultado das eleições gerais é bem diferente das eleições municipais, onde a coligação republicano-socialista saiu vencedora em quase todo o território nacional. Foi surpreendente a vitória da coligação republicano-socialista em províncias do norte, como Valladolid e Palência, francamente conservadoras. Além disso, também no norte católico e conservador os partidos de centro-esquerda saíram vitoriosos em Oviedo, Santander, Bilbao e San Sebatián. Existem dois fatores que explicam essa vitória: primeiro foi a organização dos socialistas nas Astúrias que conseguiram fazer uma intensa e forte campanha nas cidades das províncias vizinhas, o que contribuiu de forma crucial para a vitória da coligação de centro-esquerda; o segundo fator foi a propaganda realizada em prol dos estatutos de autonomia regional, o que levou à população de determinadas províncias do norte à votar na coligação republicano-socialista apesar de seu forte catolicismo conservador. Por outro lado, a força dos partidos conservadores se fez presente na maior parte das províncias, principalmente no campo. Além disso, o que estava em jogo agora não era a manutenção da ordem monárquica, como nas eleições de abril, mas sim a constituição do novo regime. Nesse sentido, os partidos conservadores e reacionários conseguiram ter uma mobilização mais consistente, afinal, parte significativa da população conservadora não queria necessariamente a volta da monarquia, mas não desejavam a vitória da coligação republicano-socialista. Isto garantiu um desempenho eleitoral mais robusto do que os partidos dinásticos nas eleições de abril. O que o mapa das eleições revela é que a coligação republicano-socialista foi vitoriosa nos principais centros

urbanos e industriais do país: Madri, Barcelona, Sevilha, Zaragoza, Oviedo. A vitória nos centros urbanos conferiu a vitória em províncias com maior população, logo, com maior número de cadeiras nas Cortes. Portanto, a vitória em um número menor de províncias não implicou em um número menor de cadeiras. É interessante salientar a vitória em inúmeras províncias do sul (Andaluzia e Extremadura), onde a conflitividade social é extremamente elevada principalmente no campo. O resultado eleitoral demonstrou a grande capacidade de mobilização das organizações dos trabalhadores, que em pouquíssimo tempo (entre abril e junho), conseguiram aglutinar forças para superar o poder do caciquismo agrário. Tal mobilização foi possível por conta do grande impacto simbólico da proclamação da República, que afrouxou temporariamente a rede de poder autoritária dos caciques e, ao mesmo tempo em que elevou o entusiasmo dos camponeses.

Mapa 5. Resultado final das eleições gerais de 1931 por províncias



Cartografia: Glauco Bruce Rodrigues. Adpatado de HUERTA e PUELL, 2007:25

O zelo reformista do governo não foi capaz de acabar com as desconfianças e ressentimentos em relação à República, fato que foi acentuado durante o processo constituinte e, principalmente, ao seu final quando importantes medidas foram implementadas e que iniciaram o processo de modernização do país. Tais medidas implicavam em mudanças relativamente significativas nas estruturas políticas e econômicas, logo, em transformações nas relações de poder que constituíam a organização societária espanhola. Assim, a simples menção às reformas era considerada um ataque fundamental a toda a ordem tradicional e seus pilares: a propriedade, a Igreja, o Estado e a unidade nacional. Isso significa dizer que as reformas propostas e as medidas colocadas em prática pelo governo de centro-esquerda colocavam em xeque a territorialidade hegemônica e suas relações de poder constituintes. Vejamos quais foram tais medidas e suas conseqüências.

É possível identificar dois tipos de medidas que caracterizam bem a aliança entre republicanos e socialistas. Os primeiros encarregaram-se de implementar reformas de caráter político e cultural, enquanto os socialistas se dedicaram à implementação de uma legislação social e econômica. Enquanto os republicanos entraram em conflito com a Igreja e o Exército, os socialistas travaram suas batalhas contra a oligarquia rural e, em menor intensidade, com a burguesia industrial.

Os partidos republicanos tinham como objetivo imediato enfrentar a difícil tarefa de construir as bases para a formação do cidadão espanhol moderno. Tal empreendimento significava colocar em xeque a posição hegemônica da Igreja como a instituição que produz a subjetividade coletiva dominante que orienta a conduta moral de grande parte da população e, ao mesmo tempo, iniciar um processo de enriquecimento intelectual da juventude espanhola através do sistema educacional, que era fortemente controlado pela Igreja. Assim, dois processos concomitantes ocorreram: a instituição de medidas anti-clericais e um grande investimento na educação pública.

A legislação anticlerical continha itens que eram inevitáveis, no entanto, apresentava outros que serviram apenas para incentivar e instigar o ódio e o ressentimento da população católica contra a República e não tinham uma necessidade essencial. No primeiro conjunto de medidas, devemos destacar a extinção das ordens religiosas, o fim dos subsídios pagos pelo Estado à Igreja (o que levou a uma redução significativa da renda da instituição), a exigência da declaração de bens e renda da Igreja para fins fiscais, o fim da obrigatoriedade do ensino

religioso, o que era, na prática, o fim o monopólio da Igreja sobre a educação de crianças e adolescentes. Essas medidas atingiam diretamente o cerne do poder clerical: seus recursos e sua capacidade de produção de subjetividade e o exercício do infrapoder; tinham o objetivo de reduzir a influência do catolicismo na formação do cidadão espanhol, buscavam operar uma transformação nos fundamentos simbólicos, intelectuais e imaginários que sustentavam politicamente a velha ordem monárquica e oligárquica. Nesse sentido, era fundamental reduzir a capacidade de exercício do poder da Igreja no campo econômico (fim dos subsídios, declaração de bens e renda, cobrança de impostos) e no campo da produção de subjetividade (educação). No campo do direito civil foram incluídos na constituição o casamento civil e o divórcio. Evidentemente que o anúncio de tais medidas foi visto como uma afronta à instituição que representava a essência da velha e tradicional Espanha e se ela era atacada daquela forma, o que seria de outras instituições e valores? O segundo conjunto de medidas foi além destas mudanças mais estruturais e incidiram diretamente no cotidiano da população católica. Em outras palavras, foram medidas que tinham um impacto direto na vida cotidiana das pessoas comuns, mexiam nos seus ritos, hábitos e costumes como a proibição de enterros e comemorações religiosas, retirada de símbolos católicos de prédios públicos (THOMAS, 1964; SALVADÓ, 2008).

A legislação anticlerical foi orquestrada basicamente pelos partidos republicanos, com pouca participação dos socialistas. O principal problema deste conjunto de medidas foi a falta de sensibilidade para estabelecer um limite entre o que era absolutamente necessário e o que era uma provocação, um excesso, pelo menos naquele momento. Os republicanos não tiveram a capacidade de perceber que existia uma parte da população católica e de membros da própria Igreja que não eram contrários à República, ao contrário, viam com bons olhos as mudanças políticas do momento. Existia uma parcela de católicos relativamente liberais, em termos políticos, e de membros da Igreja que estavam dispostos a colaborar com a consolidação da democracia espanhola. Nem todos compartilhavam do ódio do Cardeal Segura, Arcebispo de Toledo e Primaz da Igreja na Espanha, que em maio de 1931 publica uma carta atacando violentamente a República e fazendo um chamado à luta contra a democracia burguesa espanhola[32]. A legislação anticlerical foi posterior à carta de Segura, que foi expulso da Espanha

[32] A carta do cardeal diz o seguinte: "Se permanecermos 'quietos e inertes'; se nos permitirmos 'a apatia e a timidez'; se deixarmos livre o caminho àqueles que estão tentando destruir a religião, ou se esperarmos a benevolência de nossos inimigos para assegurar o triunfo de nossos ideais – não teremos direito algum em nos

por Alcalá e pode ser entendida, em parte, como uma resposta à posição belicosa do cardeal. No entanto, sua expulsão da Espanha e os exageros da legislação tornaram Segura um símbolo da resistência católica contra o liberalismo burguês e o ateísmo socialista e, em segundo lugar, lançaram muitos católicos moderados nos braços das forças conservadoras e reacionárias.

Os republicanos dedicaram uma atenção especial à educação, considerada elemento estratégico e fundamental na construção de uma nova Espanha. A ideia é relativamente simples: formar uma nova ideia de nação passa, necessariamente, por formar uma nova identidade, novos valores e símbolos. O longo e difícil processo de formar cidadãos depende diretamente da formação intelectual e cultural da população para que os valores da modernidade burguesa sejam introjetados e corporificados de forma eficaz. Em suma, trata-se da produção de uma nova subjetividade através da educação. Para isso, os republicanos realizaram um grande esforço de canalizar recursos para a construção de escolas e formação de professores, criando uma infra-estrutura básica, porém ainda insuficiente, para alcançar os objetivos traçados. "Entre 1931 e 1933, foram instituídas 13.580 vagas de professores. Além disso, o Ministério da Educação criou empreendimentos culturais como as chamadas Missões Pedagógicas ou companhias teatrais como La Barca, de Garcia Lorca" (SALVADÓ, 2008:57). A importância atribuída à educação explica as medidas anticlericais tomadas contra a Igreja no que se refere ao seu papel na estrutura educacional espanhola. A constituição de uma nova sociedade necessita em uma nova estrutura educacional, baseada em um projeto político-pedagógico voltado para a formação de cidadãos e não de súditos. Nesse sentido, era necessário reduzir a influência da Igreja na educação de crianças e jovens, o que foi feito através da proibição do ensino oferecido por ordens religiosas. Se, por um lado, o objetivo era reduzir a influência da Igreja e demonstrar publicamente que tipo de educação a república estava disposta a implementar, de outro, foi gerada uma lacuna, pois apesar dos investimentos realizados, não havia como oferecer um sistema educacional público a toda população infantil e jovem naquele momento.

O confronto com o Exército de seu por dois motivos: 1. as medidas tomadas por Azaña para modernizar e limitar a influência das forças armadas na política; 2. a aprovação do estatuto de autonomia da Catalunha.

---

lamentarmos, quando a amarga realidade mostrar que tivemos a vitória nas mãos e, no entanto, não soubemos lutar como intrépidos guerreiros prontos a sucumbir gloriosamente" (in THOMAS, 1964:45)

Azaña tinha clareza da necessidade de se modernizar o Exército espanhol, já que era evidente que não se tratava de uma máquina de guerra eficiente, mas sim de um aparelho burocrático, lento, pesado e ineficiente. Portanto, era necessário transformar aquela instituição burocrática e conservadora em um aparato razoavelmente profissional, bem equipado, enxuto e mais eficiente. Além disso, era crucial reduzir a forte influência que as forças armadas tinham sobre a política espanhola por conta da sua longa tradição de *pronunciamientos* (golpes militares). A primeira medida tomada pelo Ministro da Guerra foi obrigar que todos os oficiais prestassem juramento à República, caso contrário seriam reformados com soldo integral[33], o que era uma tentativa de reduzir o número de oficiais. O Decreto nº 3 de junho de 1931 criava uma comissão para revisar as promoções por mérito durante a guerra no Marrocos, o que provocou uma revolta generalizada no oficialato, uma vez que aproximadamente mil oficiais corriam o risco de serem rebaixados, incluindo diversos generais, como era o caso de Franco[34]. Além disso, outras medidas que visavam conter os gastos e colocavam as forças aramadas subordinadas ao poder civil foram implementadas, como "abolindo a situação legal especial que o Exército tinha segundo a Lei das Jurisdições de 1905. Aboliu o Conselho Superior do Exército (e da Marinha), colocando-o assim sob o controle dos tribunais comuns. Aboliu os oito capitães-general, que até então detinham poderes quase de vice-reis nas oito antigas provinciais ou regiões espanholas" (THOMAS, 1964:77) e "Encerrou a Academia Militar de Saragoça devido a questões orçamentais e porque acreditava ser o berço do militarismo reaccionário. Foi assim que Azaña conquistou a inimizade eterna de seu diretor, o general Franco" (PRESTON, 1996:45). Por conta de todas essas medidas é possível afirmar que parte significativa dos oficiais das forças armadas posicionou-se contra a República e iniciou um movimento de articulação para destituir o regime. Ainda assim, a maior parte dos oficiais permaneceu fiel ao campo republicano, seja por acreditarem realmente no novo regime ou por conta de um legalismo sem muita convicção, mas que foi o suficiente para colocá-los do lado da Constituição.

---

[33] A maior parte dos oficiais prestou o juramento e pode-se afirmar, que até esse momento, a maior parte das forças armadas era legalista. No entanto, uma parte significativa não estava interessada em servir ou facilitar a implementação e o desenvolvimento da república. Os poucos que se recusaram a prestar o juramento foram reformados e ficaram livres para conspirar contra o novo regime, como os generais Ponte e Orgaz (THOMAS, 1964:77).

[34] "A comissão encarregue da revisão levou mais de dezoito meses para elaborar o seu relatório, provocando uma ansiedade desnecessária nos cerca de mil oficiais afectados, dos quais só metade viram os seus casos examinados" (PRESTON, 1996:44).

O segundo motivo se deu em função do estatuto de autonomia da Catalunha. Imediatamente após a proclamação da Segunda República, a *Esquerra* liderada por Francesc Maciá e seu principal colaborador Lluis Companys, proclama uma República Catalã, o que causou imediato embaraço e preocupação em Madri, onde o governo provisório acaba de assumir. Rapidamente são enviados representantes de Madri para Barcelona, dentre eles os ministros Nicolau d'Olwer e Fernando de Los Ríos, para convencerem Maciá a voltar atrás e esperar a aprovação de um estatuto de autonomia que será discutido nas Cortes. De forma relutante, Maciá aceita e faz um recuo esperando uma vitória durante o processo constituinte. Assim como a Lei da Reforma Agrária, o Estatuto da Autonomia Catalã foi aprovado após a tentativa de golpe do General Sanjurjo, em 1932, juntamente com a aprovação do Estatuto do País Basco. A consequência imediata foi o fortalecimento de diversos movimentos regionalistas que pleiteavam maior autonomia.

> O relativo sucesso dos dois partidos separatistas da Catalunha e das províncias vascongadas repercutiu por toda a Espanha. O movimento separatista na Galícia fora iniciado sob a ditadura de Primo de Rivera. Casares Quiroga, já Ministro do Interior no governo Azaña, vinha planejando uma lei estatutária de autonomia galega. Notavam-se movimentos semelhantes entre os valencianos e até entre os interessados de Castela. Parecia, na verdade, que a Espanha poderia ser mais uma vez dividida geograficamente e ter início uma era de cidades-estados. (THOMAS, 1964:75).

A mudança de regime colocou uma possibilidade concreta de afirmação dos blocos de poder a partir de identidades regionais produzidas por conta de um patrimônio histórico, lingüístico e cultural comum, mas também forjada no conflito contra a centralidade exercida por Castela. Nesse sentido, fica explícito o conflito de territorialidades que pode ser colocado em questão por conta da abertura dada pelo novo regime, o que era impensável durante a monarquia e a ditadura de Rivera. No entanto, ao mesmo tempo em que se colocava em questão a possibilidade dos estatutos, estava fora dos planos da República permitir a independência e a fragmentação do território espanhol. Para o Exército a simples possibilidade de se discutir a questão dos estatutos era considerada uma ofensa à história da instituição, que dedicou muito tempo, energia, sangue e suor combatendo os movimentos separatistas, logo, encaravam a possibilidade do diálogo como uma afronta à memória dos homens que morreram protegendo a unidade territorial da Espanha. A aprovação dos estatutos de autonomia da Catalunha e do País

Basco, juntamente com o fortalecimento de outros movimentos regionais colocaram o Exército em estado de alerta máximo, pois significava que o Estado espanhol estava reconhecendo o direito a uma relativa independência de regiões em relação ao poder central de Madri. Nesse sentido, os militares interpretavam esse processo como o primeiro passo para a fragmentação e a constituição de uma República Federativa onde Madri deixaria de ser o centro do Estado-Nação espanhol, o que era considerado um absurdo. Portanto, a disposição da República em legitimar constitucionalmente a autonomia regional através dos estatutos era uma fonte de conflito entre o novo regime e as forças armadas espanholas, logo, a expressão do conflito de territorialidades.

O partido socialista possuía diretrizes voltadas para o campo econômico e social, propondo reformas e medidas que melhorassem de forma concreta e imediata as condições de vida dos trabalhadores urbanos e rurais da Espanha. A principal batalha travada pelos socialistas, sem dúvida, foi a tentativa da aprovação da Lei de Reforma Agrária, que atingia diretamente o cerne da territorialidade hegemônica e era considerada crucial para o início da modernização da sociedade espanhola, afinal, um dos pilares fundamentais da ordem oligárquica era a estrutura agrária, na qual a concentração fundiária e a baixa produtividade agrícola eram os fundamentos do exercício do poder da elite fundiária (nobreza, clero e burguesia), uma vez que mantinha em uma posição subalterna e alienada a grande massa de trabalhadores rurais empobrecidos (*braceros, jornaleros*, arrendatários, etc.).

A Lei de Reforma Agrária foi discutida entre 1931 e 1932 e aprovada após o fracasso do golpe liderado pelo general Sanjurjo na tentativa de acabar com a República e restabelecer o regime oligárquico pré-1931. O fracasso do golpe (mal formulado, planejado e executado) garantiu à República uma renovação do apoio popular que vinha diminuindo por conta da lentidão da implementação das reformas sociais e econômicas (voltaremos a essa questão mais a frente) e o fortalecimento político do campo republicano, o que permitiu uma aprovação relativamente fácil nas Cortes.

Formalmente, a lei abrangia todo o território nacional, ou seja, poderia ser aplicada em todas as províncias. No entanto, o objetivo fundamental era transformar a estrutura fundiária do sul da Espanha, onde a concentração fundiária, a pobreza e os conflitos eram maiores e a produtividade, o grau de desenvolvimento tecnológico, o uso do solo e o sistema de irrigação eram mais reduzidos do que parte do Centro e da quase totalidade do Norte, como vimos anteriormente. Portanto, o objetivo da lei era, fundamentalmente, reduzir as tensões e

desigualdades do campo onde o modelo oligárquico era mais forte, no sul espanhol, o que compreendia basicamente a Extremadura, Andaluzia e Castela-La Mancha.

Os principais pontos da lei foram formulados pelo Ministro do Trabalho e líder da UGT, Francisco Largo Caballero, com o auxílio do Ministro da Justiça Fernando de los Ríos. Um breve parêntesis: além de buscar, efetivamente, contribuir para a melhoria das condições de vida do trabalhador rural espanhol e imprimir reformas que pudessem iniciar um processo de mudança nas relações de poder no campo (e, conseqüentemente, na sociedade espanhola), Caballero tinha o objetivo claro de aumentar a influência da UGT e de sua ala do partido socialista e, ao mesmo tempo, reduzir ou impedir a influência libertária e anarquista da CNT e da FAI no seio do campesinato, particularmente no sul do país, com destaque para a Andaluzia, onde existia o maior contingente de trabalhadores rurais revolucionários. Nesse sentido, todas as ações de Caballero estavam norteadas por esse objetivo durante toda sua vida política, seja como líder sindical e partidário, ministro e, posteriormente, presidente da República.

As primeiras medidas tomadas por Caballero e de los Ríos, antes da formulação da Lei de Reforma Agrária, foram o congelamento do valor das rendas que deveriam ser pagas aos proprietários (o que permitiria um ganho de renda concreto para os arrendatários), a formalização de contratos coletivos de arrendamento e o aumento dos salários que deveriam ser pagos a *braceros* e *jornaleros* (BIGLINO, 1996:319-320). As medidas visavam aumentar a renda e a capacidade de consumo dos trabalhadores rurais e reduzir o grau de pobreza e miséria através de mecanismos regulatórios sobre os salários e rendas como uma forma de permitir uma apropriação um pouco maior da riqueza socialmente produzida. Nesse sentido, a expectativa a médio e longo prazo (caso o programa de modernização fosse levado a cabo por outros governos de centro-esquerda) era de que houvesse uma redução das desigualdades e uma melhoria na distribuição de renda. Além disso, foram estendidos aos trabalhadores rurais todos os benefícios e direitos sociais dos trabalhadores urbanos (jornada de trabalho de oito horas, direito à greve, pagamento de horas extras), com o objetivo de acabar com a existência de duas classes de trabalhadores na sociedade espanhol: uma com direitos e garantias e a outra sem nenhum tipo de proteção (PRESTON, 2006:42; SALVADÓ, 2008:58).

A fiscalização dos salários, condições e contratos de trabalho, resolução de conflitos e a fiscalização do cumprimento da nova legislação ficaram sobre a responsabilidade das comissões de arbitragem (*jurados mixtos*), constituída por funcionários públicos. A ideia fundamental era

de disseminar de forma bastante capilar as novas medidas, fazendo com que chegassem ao mais humilde dos *pueblos*. Isso significa dizer que a constituição das comissões era uma tentativa de fazer com que o poder estatal conseguisse fazer frente ao poder secular da oligarquia e, para isso, necessitava ser efetivado através de uma rede de poder que seria viabilizada e constituída por uma nova instituição (veremos suas limitações mais à frente). Na sua esmagadora maioria, as comissões eram controladas por membros do partido socialista ou filiados da UGT, que recebiam os cargos de forma comissionada, o que permitiu a constituição de uma situação pró-trabalhador. As ações das comissões de arbitragem eram basicamente voltadas para defendê-los, dentro de uma perspectiva da dinâmica da luta de classes: uma vez que houve a apropriação de parte significativa do aparelho de Estado por parte de partidos de trabalhadores, os recursos políticos, técnicos e econômicos devem ser colocados à disposição da classe trabalhadora para pavimentar, através de reformas, o processo revolucionário. Portanto, não era surpresa de que as comissões funcionassem como uma forma de reparação social e econômica, ainda que muito modesta e extremamente limitada se comparada com o grau de exploração e opressão vigentes.

A introdução dessas medidas causou indignação e protestos por parte da classe proprietária, no entanto, as medidas mais contundentes estavam por vir. Para atacar o cerne do poder latifundiário, Caballero instituiu o Decreto dos Cultivos e o Decreto das Fronteiras Municipais.

O primeiro decreto tinha como objetivo acabar com as vastas áreas ociosas nos latifúndios e obrigava o desenvolvimento de atividades efetivamente produtivas. A obrigação do cultivo era uma tentativa de: 1. coibir o elevado índice de especulação fundiária e a sub utilização da terra (o que implicava em uma produtividade reduzida); 2. aumentar a oferta de empregos (o que iria diminuir o índice de desemprego e aumentar a renda do trabalhador rural, tendo em vista o aumento dos salários); 3. Identificar as áreas passíveis de desapropriação por conta da sua ociosidade (a desapropriação em si seria matéria da Lei de Reforma Agrária, no entanto, este decreto servia como instrumento para mapear e legitimar a própria lei).

O segundo decreto proibia a contratação de trabalhadores de outro município até que toda a mão-de-obra local estivesse de fato empregada nas atividades agropecuárias, o que incluía *braceros*, *jornaleros* e arrendatários. Isso significa dizer que os grandes proprietários não poderiam contratar mão-de-obra em outros municípios (e até mesmo em Portugal) até que utilizassem toda a população disponível na sua localidade. Qual o impacto concreto dessa

medida? Foi limitar a elevada mobilidade de trabalhadores, pois a utilização de mão-de-obra de outros municípios era a principal forma que os grandes proprietários encontravam para abaixar o máximo possível os salários pagos aos trabalhadores locais. Era uma prática que funcionava com instrumento de exploração econômica e dominação política: a grande oferta de mão-de-obra disponível em vários municípios fazia com que os trabalhadores aceitassem trabalhar por salários muito baixos (a alternativa seria o desemprego), o que permitia ao proprietário reduzir seus custos; a ameaça do desemprego era utilizada pelos caciques para ameaçar e coagir a massa de trabalhadores rurais a seguir suas orientações e ordens, o que caracterizava, evidentemente, uma relação heterônoma. O decreto era um duro golpe para a oligarquia, pois acabava com o principal mecanismo de redução dos salários e, ainda que de forma muito modesta, reduzia sua capacidade de coerção sobre a massa de trabalhadores.

As medidas e decretos instituídos por Caballero tinham uma importância formal e simbólica. Em primeiro lugar, garantiam direitos dentro do regime político e jurídico constituído, o que era algo de grande importância dada a estrutura de poder hegemônica que vigorava na Espanha até 1931. Portanto, as propostas instituídas por decretos, que tinham força de lei, demonstravam a conquista de uma série de direitos e reivindicações exigidas pelos trabalhadores ao longo de suas lutas e, dessa forma, os colocava como protagonistas políticos. O reconhecimento de direitos significa a capacidade de afirmar determinadas faces do modo de existência, o que implica na capacidade de exercício de poder. Por outro lado, não é possível superestimá-las e esquecer que os antagonistas da classe trabalhadora eram fortes e organizados.

Há uma distância grande entre a instituição e o reconhecimento formal de direitos e seu exercício pleno. Apenas a tinta impressa no papel não garante o respeito e a capacidade do exercício efetivo e completo daquilo que foi legitimado. Foi o que ocorreu em relação às medidas instituídas por Caballero até então. O governo de centro-esquerda subestimou a capacidade de resistência e organização da oligarquia ao mesmo tempo em que superestimou a força dos decretos sem que estes estivessem apoiados em uma sólida infra-estrutura institucional e operacional que pudesse garantir a plena efetivação das medidas editadas. O efeito da proclamação da Segunda República tinha passado e as oligarquias estavam novamente mobilizadas e preparadas para enfrentar as reformas republicanas. Assim, nas províncias e municípios com maior infra-estrutura técnica e operacional (escritórios, veículos, funcionários, recursos, etc.) os decretos foram relativamente cumpridos e obedecidos, no entanto, na maior

parte do campo espanhol o poder local dos caciques era extremamente forte e contava, efetivamente, com uma estrutura de poder que simplesmente aniquilava a possibilidade do cumprimento das medidas ministeriais, com destaque para a Confederação Nacional Católica Agrária (CNCA) que articulou uma frente constituída por latifundiários, pequenos e médios proprietários para resistir e combater a nova legislação[35]. A capacidade de coagir, manipular e amedrontar se manteve em grande parte por conta da presença das milícias, da complacência do poder jurídico e policial local, devidamente atrelados à rede de poder da oligarquia. Por conta disso, os encarregados das propriedades continuavam a utilizar mão-de-obra de outros municípios, proibiam e reprimiam as greves de forma violenta, não pagavam as horas extras, não respeitavam a jornada de oito horas, etc. Essa situação deixou claro que a capacidade de disseminação do poder estatal era menor do que se imaginava e o conflito de territorialidades se coloca de forma explícita a partir de uma questão crucial da sociedade espanhola: a questão agrária.

> A resposta dos grandes proprietários rurais às medidas reformistas fora rápida, quer a nível nacional quer a local. A sua rede de imprensa lançava profecias da danação que se seguiria às reformas governamentais, quando, na realidade, eles próprios simplesmente prosseguiam como se as leis nunca tivessem sido aprovadas. O que os ataques viperinos das organizações de proprietários rurais se esqueceram de sublinhar foi até onde as medidas socialistas não passaram de esperanças no papel. Praticamente não existia uma máquina governamental para fazer cumprir a nova lei nas aldeias isoladas do Sul. Conseqüentemente, o poder social permanecia nos proprietários, pelo facto de continuarem a ser os únicos empregadores. A Guarda Civil continuava a ser cuidadosamente adulada pelas classes altas rurais e por isso permanecia-lhes fiel. Os deputados socialistas eleitos pelo Sul apresentavam regularmente suas queixas nas Cortes sobre a incapacidade dos governadores civis provinciais fazerem cumprir a nova legislação governamental e obrigarem a Guarda Civil a colocar-se ao lado dos *braceros* em vez dos proprietários rurais. (PRESTON, 2006:50).

A Lei Agrária foi aprovada no dia 15 de setembro de 1932 (TORRE, 1984) e tinha como objetivo fundamental alterar a distribuição de terras no campo espanhol, o que significaria, potencialmente, uma reordenação das relações de poder, na distribuição da riqueza e na

[35] "Ao descrever em termos apocalípticos a busca do governo pela coletivização da terra como uma tentativa de retirar deles [pequenos e médios proprietários] suas propriedades, a CNCA convenceu facilmente esses fazendeiros católicos de que tinham os mesmos interesses que as oligarquias rurais". (SALVADÓ, 2008:65).

transformação da estrutura produtiva agropecuária. No entanto, como veremos, as metas e objetivos estipulados ficaram muito além da real capacidade de imprimir e concretizar as reformas. O plano inicial era assentar aproximadamente 870 mil famílias em terras públicas ou que seriam desapropriadas (após a indenização aos proprietários) levando-se em consideração o critério da produtividade[36] e propiciar a devida infra-estrutura técnica e financeira para garantir a produção, o que implicava em um programa de obras de construção de vias de transporte, sistema de irrigação e armazenamento, criação de linhas de crédito agrícola, geração e transmissão de energia. Enfim, a aplicação da lei dependia de uma vasta quantidade de recursos que a República simplesmente não dispunha para sua operacionalização.

O órgão responsável pelo processo de reforma agrária era chamado Instituto de Reforma Agraria (IRA), que deveria planejar, gerir e executar todas as etapas do processo: identificar e delimitar as áreas destinadas aos assentamentos, definir critérios para a escolha dos beneficiados, identificá-los e cadastrá-los, elaborar inventários e planos técnicos relacionados à produção e infra-estrutura, preparar e executar o orçamento dos custos com o pagamento de indenizações, implementação de melhorias de infra-estrutura e de linhas de crédito, elaborar e executar obras de irrigação, etc. É fácil concluir que os custos da reforma agrária eram vultosos e os recursos disponíveis eram escassos:

> Pior ainda era o fato de que a instituição criada para viabilizar a lei, o Instituto de Reforma Agrária (IRA), dispusesse somente de 50 milhões de pesetas (ou 1% do orçamento), não tendo portanto os recursos técnicos e financeiros para compensar os proprietários de terras e reinstalar os camponeses em condições mínimas de tornar seus lotes produtivos" (SALVADÓ, 2008:69).
>
> Manuel Azaña dejó constancia de ello en sus *Memórias políticas y de guerra*, tomo IV: 'me he permitido decirle al ministro (de Justicia, Fernando de los Ríos) que tal como va el proyecto nos apoderaremos de una massa de tierra que no tendremos braceros a quines dárselas, ni dinero, ni crédito para que las labren, ni organización administrativa ni técnica para hacer la distribución' (TORRE, 1984:185).

[36] Uma exceção foi após a tentativa de golpe do General Sanjurjo, em 1932, na qual os participantes do golpe tiveram suas terras confiscadas e disponibilizadas para fins de reforma agrária sem nenhum tipo de indenização.

O IRA iniciou os trabalhados definindo quem seriam os beneficiários, as etapas burocráticas e técnicas que deveriam ser obedecidas para que fossem realizadas as expropriações e os assentamentos (VILLAR et al, 2005[37]).

Os beneficiários para a reforma agrária republicana eram classificados em quatro grupos:

1. Trabalhadores agrícolas que não possuem ou não trabalham em nenhuma terra;
2. Sociedades de trabalhadores agrícolas legalmente constituídas com pelo menos dois anos de existência;
3. Pequenos proprietários que paguem menos de 50 pesetas anuais de impostos por terras cultivadas diretamente ou menos de 25 pesetas por terras arrendadas.
4. Arrendatários ou parceiros que explorem menos de 10 hectares de terra.

A definição dos beneficiários não é simplesmente realizada por um critério econômico (a renda), mas incorpora, fundamentalmente, a questão das relações de poder, o que implica em um conjunto de condições que devem ser consideradas: a distribuição da riqueza, as relações de produção, a inserção na vida política e o exercício do poder, a capacidade e a possibilidade de influenciar a organização societária. Em suma, trata-se de se identificar aquele conjunto da população que necessita ampliar sua capacidade de agir e de pensar, ampliar sua participação na apropriação da riqueza socialmente produzida, ampliar sua participação na política e na condução dos assuntos em comum. Evidentemente que essas intenções apenas norteiam as ações, não significa que tudo isso será alcançado (como não foi). Assim, a renda e a condição de não-proprietário tornam-se os principais indicadores da condição social de existência dessa classe.

Os procedimentos burocráticos e técnicos eram os seguintes:

1. Elaboração do inventário das terras que poderiam ser expropriadas feita pelo Registro de Propriedade do IRA.
2. Apresentação de recursos contra o inventário por parte dos proprietários atingidos pelas medidas que serão analisados pelo Conselho Executivo do IRA.
3. Constituição das Juntas Provinciais Agrárias, cuja principal função é a elaboração do Censo de Camponeses.
4. Levantamento de potencialidade e elaboração de planos de produção agrícola e pecuária. Elaboração da Proposta Social para a composição da Comunidade de Camponeses. Fixação de

[37] Disponível em http://www.usc.es/estaticos/congresos/histec05/b18_espinoza_robledo_brel_villar.pdf

crédito e tamanho do assentamento. Tais obrigações são de responsabilidade do Serviço Provincial do IRA.

5. Realização do Acordo de Ocupação mediante aprovação do Conselho Executivo do IRA.

6. Definição dos valores da produção, colheitas e capital imobiliário para fins de indenização de responsabilidade do Serviço Provincial.

7. Criação e assinatura da ata de posse e entrega dos assentamentos às Comunidades Camponesas realizada pela Junta Provincial.

8. Tutela das Comunidades realizada pelo Serviço Provincial.

O longo e pesado processo de expropriação e assentamento é formado basicamente por aspectos técnicos e políticos, que invariavelmente são indissociáveis, afinal, o debate sobre que áreas são passíveis de desapropriação passa, em primeiro lugar, pela definição dos conceitos de produtividade, função social, ociosidade, que está no campo do debate político e econômico, o que pressupõe a defesa de um determinado tipo de projeto de sociedade. Após o debate político, há um aspecto técnico que engloba a criação de indicadores e índices que permitam uma classificação, confecção de mapas, gráficos, tabelas, registros, a definição dos beneficiários (qual o conteúdo socioeconômico desse grupo, por que ele foi escolhido ao invés de outros?, etc.), a constituição das Comunidades de Camponeses (o que é uma comunidade, qual sua identidade, seus limites?), a formulação dos projetos de produção agropecuária (afinal, a definição sobre o que e como produzir passa, antes de tudo, por um debate político), o estabelecimento das prioridades (comprar insumos ou construir um sistema de irrigação? Cultivar trigo ou laranjas? Utilizar terras públicas ou expropriar latifúndios?), enfim, todas são questões que passam, necessariamente, por um debate político acerca dos conteúdos e conceitos envolvidos no debate e necessitam, evidentemente, de um aparato técnico e administrativo para que sejam implementados.

A identificação dos beneficiários e a elaboração dos inventários de terras passíveis de desapropriação eram de responsabilidade das Juntas Provinciais. Tais órgãos eram constituídos por funcionários do governo, proprietários e trabalhadores rurais, que tinham a obrigação de realizar o Censo dos Camponeses (para a definição dos beneficiários que iriam constituir a Comunidade de Camponeses) e elaborar inventários detalhadas que permitissem avaliar se determinada propriedade poderia ou não ser expropriada. Nesse sentido, as Juntas se transformaram em arenas de disputas e conflitos de classe e de territorialidades distintas: de um

lado, a oligarquia rural tentando manter a estrutura de poder baseada no latifúndio e no caciquismo e, de outro, os trabalhadores rurais incentivados pelo projeto de reforma agrária republicano que privilegiava a gestão coletiva da terra sob a tutela das organizações sindicais e partidos.

A partir da identificação dos beneficiários, é possível estabelecer uma relação com o tipo de assentamento e a forma de organização privilegiada para geri-los. O partido socialista aproveitou o momento para incentivar a ocupação e a gestão coletiva dos assentamentos no lugar dos lotes individuais. Motivos para isso não faltavam. Em primeiro lugar, o latifúndio e o minifúndio eram considerados pelos socialistas como as principais fontes da pobreza, da improdutividade e atraso tecnológico do campo. Nesse sentido, tanto a manutenção dos latifúndios quanto a criação de um grande número de minifúndios ou pequenas propriedades era vista pelos socialistas como uma irracionalidade econômica, afinal a baixa produtividade não gerava empregos, renda e, por isso, não ampliava o mercado consumidor interno, o que impedia o crescimento de outros setores da economia: "En efecto, la explotación individual de la tierra se considera poco rentable y de escasa productividad. La falta de recursos económicos y la imposibilidad de mecanizar el trabajo agrícola, impiden que se extraiga de la tierra el máximo provecho" (BIGLINO, 1996:349). Em segundo lugar, a política tinha como objetivo desestimular e coibir a constituição de pequenas e médias propriedades individuais imbuídas da subjetividade capitalista e, nesse sentido, iriam apenas reproduzir em outras escalas e relações o modo de existência capitalista baseado na defesa da propriedade privada[38] e, conseqüentemente, dificultar a implementação gradual do socialismo espanhol: "De este modo, el sistema de crear una clase rural de pequeños propietarios que compartiesen dicha mentalidad, constituiría una rémora invencible para implantar el día de mañana el socialismo" (BILGLINO, 1996:350).

A constituição de Comunidades de Camponeses era uma forma de iniciar as transformações das relações sociais no campo em direção a um projeto socialista. A questão fundamental é que a Comunidade de Camponeses seria constituída, de forma majoritária, por organizações de trabalhadores rurais existentes há pelo menos dois anos. Tais organizações legalmente constituídas (ou seja, formalizadas perante o aparelho e Estado) eram majoritariamente sindicatos rurais vinculados à CNT ou à UGT. A central sindical socialista foi a

[38] Não podemos esquecer que a maior parte dos pequenos e, principalmente, médios proprietários individuais se colocou contra o projeto de reforma agrária e, posteriormente, abraçou a causa nacionalista.

grande beneficiada pela legislação agrária que conferia prioridade às organizações de trabalhadores agrícolas para iniciar o processo de assentamento. Nesse sentido, os trabalhadores rurais eram incentivados a criar ou ingressar nas organizações. O fato de ter hegemonia sobre o controle do aparelho estatal favoreceu o crescimento da UGT no campo, pois tinha mais margem de manobra e recursos para atrair os trabalhadores. Assim, mecanismos legais como a prorrogação de contratos de arrendamento sem o aumento das rendas, a preferência aos novos arrendamentos dados às organizações de trabalhadores e a hegemonia socialista nas comissões de arbitragem eram utilizados para demonstrar as vantagens de se pertencer a uma organização vinculada à UGT e ao PSOE, sendo que a principal era a Federação Nacional de Trabalhadores da Terra (FNTT).

A Lei de Reforma Agrária também tinha como objetivo recuperar bens públicos e comunais que foram sendo apropriados e privatizados pelas oligarquias e pela burguesia ao longo do século XIX, particularmente após 1858.

> (...) las leys desarmotizadoras del siglo XIX, que confundieron las 'manos muertas' de la Iglesia con las vivas y eficientes de la propiedad comunal, tomando desde 1854 la quinta parte de estos bienes en venta o renta – o gravando con un tributo, el 20 por 100 de los bienes propios de los municipios y que éstos, desde 1929 en que se generalizó, nunca dejarían de pedir su supresión – y el 80 por 100 restante lo vendió desvalorizándolo. La privatización que siguió causó estragos en la propiedad de municipios y vecindades, hasta el extremo de existir una verdadera 'hemorragia' comunal de bienes perdidos 'legalmente' o 'materialmente' por las vías más anómalas: excesos de cabida en adquisiciones fraudulentas de terrenos municipales, informaciones posesorias ilegales, situación de títulos, acuerdos lesivos de los Ayuntamientos, posesiones en precario. (TORRE, 1985:182)

O objetivo fundamental é a recuperação de bens e recursos historicamente utilizados de forma coletiva pelas comunidades camponesas e que foram privatizados. Para tanto, a lei formalizou procedimentos e distinções que já existiam na prática há muitas gerações, o que permitiu a institucionalização de direitos já tradicionais e que foram sistematicamente usurpados ao longo do tempo. Nesse sentido, a lei estabelece a distinção entre propriedade privada e propriedade coletiva para garantir à coletividade o uso de bens e recursos comuns indispensáveis para a reprodução social das comunidades camponesas, como pastos, bosques, florestas, fontes e rios. A ideia era colocar um limite à propriedade privada e, ao mesmo tempo, reconhecer e legitimar o direito a outras formas de uso e apropriação da natureza.

O balanço geral sobre a reforma agrária republicana entre 1931 e 1933 é de relativo fracasso. O anúncio das reformas gerou uma gigantesca expectativa na massa de trabalhadores rurais (independente da sua filiação política), que esperavam ver suas vidas modificadas de forma substancial em um período curto de tempo, o que não ocorreu. A distribuição de terras, o assentamento de famílias e a recuperação do patrimônio público e comunal ficaram muito aquém do que foi previsto e, principalmente, do que era esperado pelos camponeses (até as eleições de 1936, apenas 12.260 famílias tinham sido assentadas em 164.265ha [ORTIZ e MORENO, 2005:4]). O fracasso da reforma agrária republicana pode ser explicada por três fatores: 1. o poder das oligarquias rurais (que já analisamos anteriormente); 2. a falta de recursos disponíveis para sua operacionalização (como já demonstramos); 3. a burocracia do aparelho de Estado e o descaso dos órgãos locais e provinciais para realizar o trabalho com eficiência.

Os dois primeiros pontos já foram ressaltados anteriormente e ajudam a compreender o terceiro. O descaso e a burocracia do aparelho estatal podem ser compreendidos, em parte, como uma consequência da falta de recursos (técnicos e financeiros) e da influência das oligarquias sobre a máquina estatal em escala local e provincial (de resto, podemos atribuir à burocratização intrínseca a qualquer máquina estatal). Nesse sentido, a demora nos procedimentos, os longos percursos burocráticos para a tramitação da documentação, a inoperância, a incompetência para resolver problemas e desenvolver o trabalho, o descaso dos funcionários, os erros na produção de inventários, censos, questionários, delimitações, etc. eram obstáculos concretos que minavam a rapidez da reforma, aumentando cada vez mais a frustração entre os camponeses. Cada vez que um erro era detectado, todo o processo deveria ser parado e refeito (um inventário, o censo, um questionário, uma escritura, etc.), passando novamente pelo mesmo trâmite[39].

> El mismo [Juan A. Pérzes Urruti] señalaba el peligro del burocratismo como uno de los enemigos más temibles de la propia RA [reforma agraria]. La impersonalidad y las auspiciadas que generaba en el ambiente, la creencia de los cargos en la indiferencia administrativa de su función y, sobre todo, 'la tramitación, el papeleo, la lentitud de

[39] O exemplo do processo de produção do Censo dos Camponeses é lapidar para ilustrar a dificuldade de dar prosseguimento aos procedimentos. Sua formulação implicava na formulação e aplicação de questionários, sistematização e análise das informações, tabulação de dados, criação de categorias e classes para fins de classificação dos beneficiários, etc. Todas as etapas implicavam em tempo para formulação e aperfeiçoamento dos questionários, análise das informações, conferência dos dados, trabalho de campo, etc. Todo o processo em si era lento e quando problemas eram identificados ou alterações eram feitas pelas Cortes ou pelos Ministérios, tudo deveria ser revisado para se adequar às novas exigências. Além das dificuldades técnicas, existiam os conflitos entre camponeses e a oligarquia dentro das Juntas Provinciais, a pressão exercida para desqualificar os inventários e censos produzidos, etc. Ver Villar et al (2005).

> procedimientos, todo ese complejo de perezas, irresponsabilidades y argucias sin fin que tiene por símbolo el expediente'. (TORRE, 1984:185).

As reformas implementadas pelo governo republicano significavam um processo de modernização para o país, no entanto, eram consideradas perigosas e revolucionárias demais para os setores conservadores e reacionários e, ao mesmo tempo, eram consideradas insuficientes pelos trabalhadores espanhóis, que exigiam mudanças profundas em pouco tempo. Nesse sentido, o governo republicano sofria ataques e pressões da direita (oligarquias, Igreja, Exército, grandes capitalistas) e da esquerda (CNT, FAI, PCE e setores da UGT). Portanto, as reformas eram profundas demais para a direita e superficiais demais para a esquerda.

> Colocou-se aqui, então, um dilema terrível ao governo republicano. Se fossem satisfeitas as reivindicações das classes mais baixas, para que se procedesse à expropriação das grandes propriedades agrícolas e se ocupassem as fábricas, o Exército provavelmente iria intervir para derrubar a República. Se, para apaziguar as classes altas, se pusesse fim às perturbações revolucionárias, o governo iria ter a classe operária contra si. Ao tentar seguir o caminho do meio, a coligação republicano-socialista acabou por enfurecer ambos os lados. (PRESTON, 1996:47).

A animosidade da direita se estabeleceu por conta das questões que analisamos anteriormente. No campo da esquerda, a principal reação à República veio da CNT-FAI e dos comunistas, que viam no programa da coligação republicano-socialista um simples reformismo que não pavimentava o caminho para a revolução socialista e, por isso, condenavam a participação do PSOE no governo, acusando-o de traição. A República era simplesmente uma instituição burguesa que deveria ser combatida através de ações revolucionarias que o levassem ao colapso, permitindo a consolidação da revolução social. O trecho a seguir, de Juan García Oliver, membro da CNT-FAI é lapidar para se compreender a questão:

> Diante da rendição dos antigos anarco-sindicalistas, consideramos a República uma instituição burguesa que tinha que ser substituída pelo comunismo libertário. Isso tornou imperativo uma onda de insurreição que, por sua vez, seria combatida pela burguesia, o que precisava prosseguir até o colapso da República burguesa. Tínhamos que criar em nossos militantes o hábito de ações revolucionárias, de modo a superar o seu medo das forças repressivas do Estado. Essa prática sistemática de insurreições foi uma 'ginástica revolucionária'. (OLIVER in SALVADÓ, 2008:65).

As ações da CNT-FAI ocorreram durante todo o período de 1931 e 1933 e eram basicamente greves, ocupações de fábricas e terras, atos de insurreição (tomada de prefeituras, delegacias) e manifestações de violência (atentados, incêndios, etc.), pautadas pelo princípio da "ginástica revolucionária". No entanto, eram ações com pouca ou nenhuma coordenação e preparação efetiva, não faziam parte de um projeto articulado e bem organizado para se engendrar um processo revolucionário. Os resultados eram pouco significativos se levarmos em conta que o objetivo final era a derrubada do regime e a implementação do comunismo libertário. A maioria esmagadora das ações era reprimida violentamente pela polícia ou pelo Exército e serviam como argumentos para os ataques da direita que argumentavam que a República não era capaz de manter a paz social.

O clima de esperança foi rapidamente substituído por uma elevada conflitividade no campo e nas cidades. Logo após o início das Cortes, a CNT decretou uma greve geral que obteve maior sucesso em Sevilha e Barcelona. Na tentativa de demonstrar a capacidade de manter a ordem, o Ministro do Interior, Miguel Maura, decretou lei marcial e mobilizou as tropas do Exército para acabar com a greve, fazendo uso inclusive da artilharia e da Lei de Fugas, que permitia atirar para matar em caso de tentativas de fugas. O resultado foi a morte de pelo menos quatro trabalhadores e a prisão de centenas de pessoas[40] (THOMAS, 1964; PRESTON, 1996; BEEVOR, 2006; SALVADÓ, 2008).

A forte repressão em Sevilha se repetiu em outras ocasiões (presença do Exército ou forte violência da Guarda Civil) e foi acompanhada pela aprovação da Lei pela Defesa da República (outubro de 1931), que permitia ao Ministro do Interior suspender as liberdades individuais por 30 dias, decretar lei marcial, proibição de greves, comícios e manifestações que não fossem autorizadas pelo Estado, decretação de prisões e deportação de suspeitos e presos. Além de Sevilha, ocorreram outros episódios que se transformaram em marcos no que se refere à conflitividade durante o período de 1931 a 1933: Castilbranco, na Extremadura (1931), Alto Llobregat na Catalunha (1932) e, finalmente, Casa Viejas, na Andaluzia (1933)[41].

A questão fundamental era a seguinte: a República não conseguia promover reformas na intensidade e velocidade exigidas pela classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, agia de forma

---

[40] Os números variam: Preston (1996:47) fala em 30 mortos, enquanto BEEVOR (2006:65) e SALVADÓ (2008:67) falam em quatro. No entanto, todos concordam com a violência desmedida da repressão.

[41] Para maiores detalhes sobre esses episódios pode-se consultar Thomas (1964), CARR (1971), Bolloten (1975) Preston (1996), Beevor (2006), Salvadó (2008).

violenta contra os trabalhadores da mesma forma que a monarquia e, sem dúvida, pior do que a ditadura de Rivera. Conjugavam-se dois fatores: a frustração pela lentidão das mudanças socioeconômicas e a revolta pela violência com que o Estado lidava com as manifestações e reivindicações. Tal conjuntura distanciava cada vez mais a CNT da República e alimentava cada vez mais a sua "ginástica revolucionária". No campo socialista a crise também se fez presente. O PSOE ficou em uma situação bastante complicada e contraditória, pois participava de um governo que não conseguia satisfazer os anseios populares e, ao mesmo tempo se mostrava violento e repressor. Nesse sentido, as bases começaram a exigir uma postura mais clara e radical de seus líderes, levando Largo Caballero a assumir, pelo menos no discurso, uma postura crítica em relação à República e convocando o PSOE a assumir uma postura revolucionária. A postura de Largo Caballero deixa explícita a crise política que se instala na República: começa a se desfazer a coligação entre republicanos e socialistas, ao mesmo tempo em que os Radicais de Alejandro Lerroux caminham cada vez mais para o campo conservador.

O campo conservador e reacionário soube aproveitar o momento. Os monarquistas (afonsinos e carlitas), apesar de suas diferenças, passaram a colaborar entre si e, principalmente, apoiar política e economicamente partidos conservadores que iriam participar do processo eleitoral com o objetivo de se apropriar do aparelho de Estado para desfazer as reformas implementadas pela coligação republicano-socialista. Além dos monarquistas, também participaram ativamente da organização das forças conservadoras as oligarquias rurais, certos setores das forças armadas, os principais e mais influentes setores da Igreja e os grandes capitalistas industriais e financeiros da Espanha. Em outras palavras, enquanto o campo republicano e socialista passava por uma crise e uma desarticulação, o campo conservador estava conseguindo se organizar de maneira eficiente. Nesse sentido, foram criados três partidos políticos que pudessem viabilizar os objetivos do campo conservador: a *Renovación Española*, sob liderança de José Calvo Sotelo, que contava com um pequeno número de membros muito ricos e influentes; a *Falange*, partido fascista liderado por José Primo de Rivera, filho do ditador; por fim, o mais importante partido, a *Confederación Española de Derechas Autónomas* (CEDA), liderada pelo então secretário da CNCA, Jose Maria Gil Robles. Além da organização de partidos, a direita também se prepara para acabar com a República através da força: importantes generais do Exército iniciam conversas e planos para a derrubada do regime caso a via legalista não obtenha êxito, assim como as organizações e partidos treinam suas milícias no momento em

que a violência for necessária. Outro aspecto da organização e das ações do campo conservador é a atuação da imprensa como veículo de propaganda contra a República e seus principais líderes, principalmente em relação a Azaña. Jornais como *ABC* e *El Debate* não poupavam as críticas e faziam análises apocalípticas sobre as reformas realizadas pelo novo regime, apresentando-o como uma grande conspiração para acabar com a unidade nacional, a Igreja, a propriedade e os valores cristão. A imprensa aproveitou a elevada conflitividade social para defender a ideia de que a República era incapaz de manter a ordem social, transformando o país em uma anarquia descontrolada e, para restabelecer o controle, reprime violentamente os trabalhadores (aqui devemos ressaltar a hipocrisia com que a direita tratou a questão, afinal, o que ela sempre fez foi perpetuar as relações de dominação, opressão e violência para com os trabalhadores).

A elevada conflitividade social foi a principal causa da crise governamental que ocorreu em 1933. A fração liderada por Caballero demonstrava cada vez mais insatisfação e irritação com a República, particularmente com a forma de tratar as reivindicações dos trabalhadores. Durante o tempo que vez parte da coligação que controlava o governo, o PSOE e as lideranças da UGT esforçaram-se para manter sua base sob controle, evitando fazer greves e manifestações, recorrendo às negociações e ao aparato institucional para fazer valer seus direitos. Em outras palavras, a base socialista era mantida sob controle para evitar qualquer tipo de radicalização que pudesse desestabilizar o regime e, ao mesmo tempo, servia como uma demonstração da capacidade de manutenção da ordem e de legitimidade social do regime (que agora estava se desmoronando). No entanto, Largo Caballero, como salientamos anteriormente, era movido por dois temores: o avanço da CNT com principal organização dos trabalhadores da Espanha e a perda da hegemonia no campo socialista. Por isso, apesar de suas críticas à República, Largo Caballero não saiu do governo nem rompeu a coligação com os Republicanos, no entanto, exigia uma mudança nos rumos da condução da política do governo.

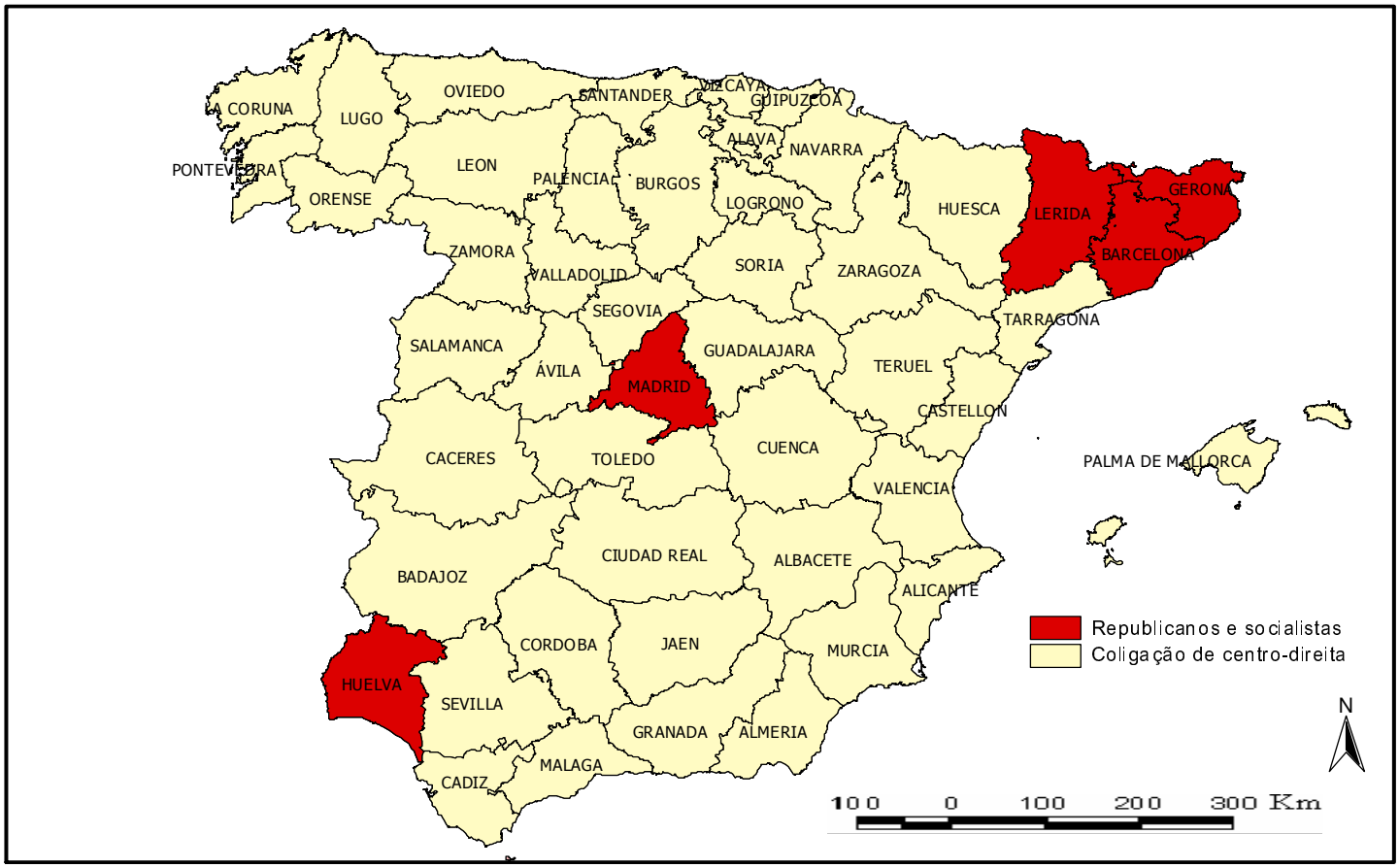
> Durante 1933, os caballeristas, de um modo um tanto contraditório, demonstravam desilusão com sua experiência no governo, mas, ao mesmo tempo, não queriam perder seus cargos. Sentindo que os sacrifícios dos dois anos anteriores teriam sido em vão se perdessem poder, resolveram declarar sua identificação com a República, contanto que o regime apoiasse as reformas adotadas pelas Cortes Constituintes. No verão, Largo deixou claro que os socialistas queriam desfrutar do poder, se possível, de forma constitucional; caso contrário, fariam isso 'por outros meios'. (SALVADÓ, 2008:73).

O regime não alterou sua forma de reprimir as ações dos trabalhadores, o que aumentou ainda mais a crise na coalizão, ao mesmo tempo em que os Radicais de Alejandro Lerroux caminhavam cada vez mais para o campo conservador e exigiam a saída dos socialistas do poder. Tal crise levou o presidente Alcalá Zamora a convocar novas eleições gerais.

O quadro político de 1933 era o oposto ao de 1931: dessa vez, a direita estava organizada e relativamente coesa, enquanto os campos do centro e da esquerda estavam fragmentados. Os socialistas estavam divididos por conta da disputa entre Caballero e Prieto: o primeiro colocava-se radicalmente contra a manutenção da coligação com os republicanos, que era defendida por Prieto. Por conta das decepções e desilusões com a participação no governo em virtude da demora e insuficiência das reformas, Caballero assumiu uma postura crítica e radical, defendendo a ação revolucionária dos trabalhadores, enquanto Prieto defendia a manutenção da coligação com os republicanos para evitar a vitória de uma direita mais organizada e, dessa forma, proteger a legislação reformista aprovada nas Cortes. A postura crítica e radical de Caballero nunca foi além do discurso e da retórica, pois em nenhum momento se engajou em atividades revolucionárias, agindo sempre no plano das reformas. Sua intransigência era uma forma de capitalizar politicamente o fracasso da coligação com os republicanos, tornando-se o símbolo da luta dos trabalhadores contra a burguesia e a direita reacionária. Nesse sentido, Caballero esperava fortalecer sua liderança no campo socialista e tornar-se hegemônico, afastando Prieto e acusando-o de colaborador e reformista. Essa estratégia funcionou parcialmente, pois conseguiu impedir as articulações e, por isso, os socialistas participaram sozinhos das eleições, desfazendo a coligação vencedora de 1931 e acreditando que seriam capazes de transferir os votos da classe trabalhadora em massa para suas candidaturas e, dessa forma, se perpetuar no governo. No entanto, isso não aconteceu. Uma parcela significativa da classe trabalhadora não conseguia distinguir os socialistas do governo republicano que enviava a polícia e o Exército para reprimi-los de forma violenta. Nesse sentido, uma parcela expressiva da classe trabalhadora não votou nos socialistas, dividindo seus votos entre os partidos republicanos, o PCE e o POUM, que não tinham condições efetivas de compor nenhuma maioria parlamentar. Além disso, diante dos ataques constantes da República, a CNT promoveu uma intensa campanha pelo voto nulo ou pela abstenção no pleito, dificultando a eleição de socialistas, comunistas ou republicanos, o que favoreceu de forma espetacular a campanha da direita. O fim da coligação com os socialistas foi um verdadeiro desastre político, uma vez que a

aliança entre os partidos republicanos não era capaz de conseguir nenhum tipo de vitória expressiva que lhes permitisse manter a maioria nas Cortes. Os Radicais participavam das coligações que lhe interessavam de acordo com a província, constituindo alianças tanto com partidos republicanos quanto com a CEDA. O campo conservador, por sua vez, realizou coligações entre seus partidos, beneficiando-se da legislação que garantia maioria absoluta ao partido ou coligação vitoriosa, fez uma grande campanha para obter votos de amplos setores da classe média católica que estavam assustados com os conflitos que assolavam a Espanha e soube utilizar os vastos recursos econômicos disponíveis para financiar uma grande campanha eleitoral, muito maior e eficaz do que os republicanos ou socialistas. O resultado foi a vitória esmagadora do campo conservador-reacionário em quase todas as províncias.

Mapa 6. Resultado final das eleições gerais de 1933 por províncias

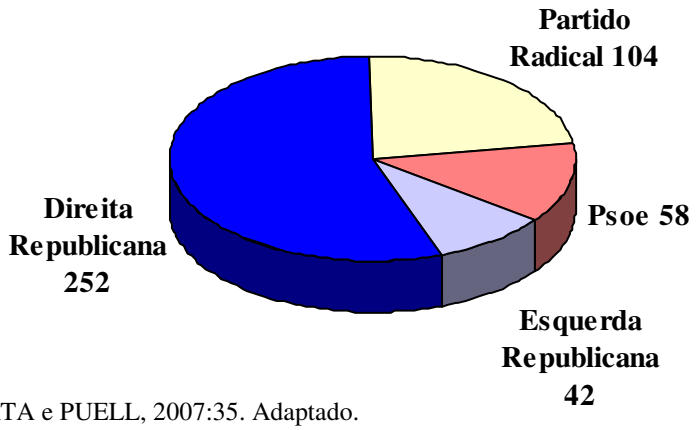


Cartografia: Glauco Bruce Rodrigues. Adpatado de HUERTA e PUELL, 2007:25

2.4.3. O governo conservador-reacionário (1933-1936)

As eleições de 1933 representaram o esfacelamento dos ideais que fundaram a Segunda República em 1931. O retorno dos grupos hegemônicos tradicionais ao aparelho de Estado garantiu a possibilidade de destruição e aniquilação das reformas realizadas nos anos anteriores que colocavam a posição social e de poder destes grupos em questão, pois ainda que lentas, graduais e insuficientes para a maior parte da classe trabalhadora, as reformas de caráter modernizador eram consideradas uma grave ameaça à existência dos grupos dominantes tradicionais. Ao tentar destruir as reformas temos a emergência de mais um período onde o conflito de territorialidades está no centro da dinâmica societária espanhola. O resultado das eleições fez da CEDA, partido liderado por Gil Robles, o maior partido das Cortes, com 115 cadeiras. De forma geral, a composição do parlamento ficou da seguinte forma:

Gráfico 4. Eleições gerais de 1933 (nº de cadeiras nas Cortes por partido/coligação)



Fonte: HORTA e PUELL, 2007:35. Adaptado.

O campo vencedor das eleições de 1933 tinha como objetivo fundamental destruir as reformas implementadas no período anterior e solapar, definitivamente, as bases para uma república burguesa e, principalmente, impedir uma revolução proletária seja socialista ou anarquista. Isso era dito em alto e bom som pelos principais líderes da direita espanhola e a principal evidência disso era a recusa da CEDA em participar de um novo governo. Sua

estratégia era participar apenas nas Cortes e não possuir nenhum integrante no poder executivo, pelo menos a princípio. Gil Robles sabia bem que o novo governo dependeria dos votos de seu partido e dos demais partidos de direita, que seguiriam suas ordens. Portanto, ele poderia controlar o governo sem participar diretamente dele, o que lhe dava uma posição estratégica para pressionar e minar o regime a partir de dentro.

> Em contraposição, apesar de todas suas declarações de disposição para trabalhar dentro do sistema, a CEDA nunca ocultou que seu objetivo era destruir todos os ideais primitivos consagrados na Constituição.
> À mercê de seus votos parlamentares, os radicais eram meros peões em uma estratégia de longo prazo. Isso consistia no apoio inicial a ministérios radicais, por intermédio dos quais a Ceda planejava entrar no governo com parceira da coalização governamental, até que tendo obtido monopólio do poder, estabeleceria um Estado autoritário corporativo. (SALVADÓ, 2008:75-76).

> Os primeiros governos subseqüentes às eleições eram coalizões de centro, compostas, principalmente, de radicais. Lerroux tornou-se o primeiro ministro. Gil Robles e a CEDA decidiram apoiá-lo nas Cortes, mas não tomar parte na administração propriamente dita. Este partido católico deixou-se ficar - parecia um agouro - de fora, a aguardar o momento crucial quando Gil Robles comandaria a palavra de ordem da tomada do poder. (THOMAS, 1964:96:97).

> As eleições de 1933 conferiram o poder a uma direita determinada a vingar as injúrias e indignidades que sentia ter sofrido durante o período das Cortes Constituintes. Isto tornou inevitável o conflito, dado que camponeses e trabalhadores tinham sido levados ao desespero pelas insuficiências das reformas 1931-32, então um governo apostado em destruir essas reformas só poderia forçar à violência. (PRESTON, 1996:57).

A principal característica social e política deste período é o aumento da conflitividade social. Na Espanha, é possível observar uma curva crescente da conflitividade que se inicia em 1931, com a derrubada da monarquia e proclamação da Segunda República e culmina com o início da Guerra Civil, em 1936: “Durante os dois anos e meio seguintes às eleições gerais de novembro de 1933, a história da Espanha foi marcada por um firme declínio no sentido do caos, da violência, do assassínio e, finalmente, da guerra” (THOMAS, 1964:96). Durante o período do governo conservador-reacionário, o conflito é causado por conta dos ataques realizados às reformas implementadas pelos republicanos e socialistas entre 1931 e 1933. Portanto, trata-se do aumento da conflitividade social das mais diversas formas e nos mais variados campos da vida o

que nos permite afirmar que é um conflito entre a afirmação de modos de vida distintos, logo de territorialidades distintas.

Os grupos conservadores e reacionários não estavam engajados somente na destruição da República por dentro do aparelho de Estado, mas estavam se preparando para um conflito armado. Ao longo deste período, o próprio Gil Robles foi criticado por ter uma postura branda em relação à República ao defender a participação no processo eleitoral e institucional. Setores da extrema-direita esperavam uma postura mais violenta e enérgica para aniquilar a República e restaurar a antiga ordem oligárquica e tradicional ou implementar uma organização societária autoritária e corporativa de caráter fascista. Nesse sentido, a Falange, os *Requetés* e outras organizações e grupos organizavam suas milícias e realizavam treinamentos militares e compra de armas para atacar a República. Setores monarquistas e das forças armadas estabeleciam ligações e aprimoravam planos com o objetivo de derrubar o regime e, para isso, iniciaram negociações com regimes fascistas da Europa, como foi o caso de Mussolini, que em março de 1934 recebeu líderes monarquistas nas Cortes, Rafael Olsabal e Antonio Lizarza e o General Barrera, para discutirem o tipo de apoio que o fascista italiano poderia oferecer ao movimento golpista na Espanha (THOMAS, 1964:98).

A recusa de Gil Robles em participar do governo obrigou o presidente da República, Alcalá Zamora a formar um gabinete liderado por Alejandro Lerroux, líder do Partido Radical com a segunda maior bancada nas Cortes.

O ataque às reformas se iniciou nos primeiros meses do governo Lerroux. A legislação contra o clero foi praticamente abolida, uma vez que a substituição das escolas religiosas por instituições laicas foi adiada por tempo indeterminado, o Estado voltou a subsidiar a Igreja com uma parte do orçamento público o que permitiu o aumento dos vencimentos dos padres e as proibições em relação à cortejos, festas, rituais e a utilização de símbolos católicos em instituições públicas foram fartamente negligenciados. Nesse sentido, a Igreja conseguiu retomar sua posição hegemônica junto ao grupo dominante e recompor suas fontes de rede e sua rede de poder, ao mesmo tempo em que a população católica se viu protegida dos ataques republicanos a sua fé.

Um projeto de anistia para os presos envolvidos na tentativa de golpe de 1932, inclusive para o General Sanjurjo, foi proposto por Lerroux. A anistia foi considerada como um estímulo ao campo conservador para novas articulações visando a derrubada do regime, como vimos

anteriormente. Esta anistia foi a causa da primeira crise governamental. O presidente Alcalá Zamora se negou a assinar e apoiar o projeto de anistia, causando a renúncia de Lerroux. O presidente se viu pressionado, uma vez que só poderia formar um novo governo radical, já que a CEDA se recusava a participar do governo e socialistas e republicanos não tinham condições de estar a frente. Portanto, Alcalá nomeou o radical Ricardo Samper que apresentou novamente o projeto de anistia que foi finalmente aprovado.

O patronato urbano-industrial e os grandes proprietários rurais em geral saudaram o novo governo de forma entusiástica. Antes mesmo da divulgação oficial dos resultados, a legislação social passou a ser solenemente ignorada. Nas cidades, o patronato imediatamente reduziu os salários e iniciou uma onda de demissões com dois objetivos básicos: recompor o capital que, segundo eles, foi transferido para os trabalhadores por conta da legislação, ou seja, era uma forma de aumentar as taxas de lucro e acumulação e, em segundo lugar, retaliar sindicatos e organizações dos trabalhadores através das demissões dos membros mais importantes e ativos. No campo a questão era ainda mais grave. As leis dos cultivos e das fronteiras municipais foram suspensas, o que permitia à oligarquia utilizar suas antigas estratégias de poder para submeter política e economicamente o campesinato: contratação de mão-de-obra de fora do município e redução da área de cultivo, o que, em ambos os casos, forçava a redução dos salários e fortalecia o vínculo de dependência e submissão do camponês em relação ao proprietário pelo fato do último controlar a oferta de emprego e o nível salarial. Os socialistas dos comitês de arbitragem foram substituídos por representantes das oligarquias, o que culminou em demissões, cortes de salários, não pagamento de horas extras, desrespeito aos contratos de trabalho e de arrendamento.

O resultado de tais medidas não poderia ser outro senão a elevação da conflitividade: inúmeras greves, manifestações e alguns atos insurrecionais ocorreram pelo país, sendo organizados pela CNT-FAI e pela FNTT. Tanto na cidade quanto no campo, a UGT não se envolveu nas manifestações e greves, seguindo a linha não-revolucionária defendida por todas as alas do partido, mesmo a de Largo Caballero, apesar de sua retórica cada vez mais radical. Invariavelmente os trabalhadores foram derrotados pelas forças da ordem que agiam sempre com grane violência e brutalidade. Como exemplo, em uma greve na Andaluzia,

> Salazar Alonso [Ministro do Interior], por sua vez, estava determinado a infligir um golpe mortal ao poder socialista no campo. Ele declarou rapidamente a colheita como um bem nacional e tratou a greve como ameaça à ordem pública, usando violência sem misericórdia para acabar com ela. Em terríveis choques com a polícia, 13 camponeses foram

> mortos. Centenas de militantes socialistas, inclusive conselheiros e até quatro deputados, foram presos, e sindicatos locais foram fechados. A situação mudava em favor da oligarquia rural, que começou a se sentir forte o suficiente para restaurar as relações de dependência que prevaleciam antes de 1931. (SALVADÓ, 2008:78).

O conflito entre o poder centralizado em Madri e as regiões espanholas também se intensificou nesse período. Em abril de 1934, a *Generalitat* presidida por Lluís Companys introduz a Lei de Contratos Agrícolas, que deu aos arrendatários o direito de comprar a terra na qual já cultivassem há pelo menos 18 anos. Em outras palavras, essa medida criava a oportunidade para que arrendatários sem terra, mas com alguma poupança pudessem adquirir sua propriedade e ficar livre dos contratos quase sempre lesivos e abusivos. Os grandes proprietários que arrendavam suas terras ficaram contra a medida, alegando inconstitucionalidade. Apoiados pela *Lliga*, recorreram a Madri e apresentaram suas queixas ao órgão supremo do Judiciário da República, o Tribunal de Garantias Constitucionais. Coloca-se uma questão interessante: a classe de proprietários fundiários, historicamente ligada ao movimento pela autonomia passou por cima da identidade regional para assumir explicitamente sua condição de classe proprietária, tornando secundária a identidade regional e a questão da autonomia. Nesse sentido, é possível observar que a defesa dos interesses de classe se sobrepõe à questão regional, o que levou à classe proprietária a recorrer e a reconhecer a soberania de Madri para fazer valer seus interesses. O Tribunal rejeitou a Lei de Contratos, alegando que a *Generalitat* não poderia legislar sobre essa matéria. Em um primeiro momento, Companys recuou, no entanto, poucos meses depois apresentou a Lei com algumas modificações técnicas para evitar a alegação de inconstitucionalidade, mas mantendo seu conteúdo. No caso do País Basco, o conflito ocorreu por conta da seguinte questão:

> As relações financeiras destes com o Governo Central de Madri haviam sido estabelecidas pelo *Concierto Economico* de 1876. Isso permitia aos biscainhos um sistema fiscal próprio, pelo qual impunham impostos a si próprios e pagavam uma soma única ao Estado. Os conselhos municipais das províncias vascongadas decidiram, na ocasião de que tratamos, que certas leis postas em vigor pelo governo Samper ameaça o *Concierto*. (...) Os prefeitos vascongados resolveram, em vista disso, realizar uma série de eleições municipais nas três províncias de Biscaia, Guipúzcoa e Alava, quando os representantes eleitos se declarariam publicamente a favor do *Concierto*. O Governo proibiu as eleições. Quando, a despeito da proibição, realizaram-se as eleições, os prefeitos foram presos. Segui-se imediatamente uma série de tumultuosas demonstrações em favor da

> autonomia da Biscaia em todo território das três províncias. (THOMAS, 1964:101).

As consequências não poderiam ser outras: greves, insurreições, manifestações e conflitos por toda a Espanha. A resposta do governo foi o uso habitual da violência. Gil Robles aproveita o momento para instigar ainda mais os conflitos e engendrar uma crise governamental. O líder da CEDA organizou um comício na cidade de Covadonga (Astúrias), que possui um significado simbólico fortíssimo: foi a cidade onde começou a legendária Reconquista da península Ibérica. Portanto, o local escolhido possuía uma importância fundamental para a subjetividade do campo conservador e reacionário espanhol, pois fazia parte do mito fundador da unidade da nação. Neste comício, que lembrava uma parada fascista, no qual Gil Robles era saudado como *Jefe* pelos membros da JAP, trajados em seus uniformes verdes, o líder da CEDA realizou um agressivo discurso contra a República e convocou a população à uma nova Reconquista, desta vez contra comunistas, anarquistas, separatistas, liberais e maçons. Após o comício, Gil Robles retira seu apoio ao governo dos Radicais e exige a participação ministerial da CEDA na administração. O Primeiro Ministro Ricardo Samper não consegue se sustentar e renuncia ao cargo em 1º de outubro de 1934.

O presidente Alcalá Zamora não tinha muitas alternativas e renomeou Alejandro Lerroux para o cargo de Primeiro Ministro, que formou um governo com três ministros da CEDA. A entrada da CEDA no governo foi um duro golpe para republicanos, socialistas, comunistas e anarquistas, pois viam nessa composição governamental o início de um processo de constituição de um Estado autoritário e corporativo ou, de forma mais precisa, de um Estado fascista. Os temores desses setores eram justificáveis, primeiro pela admiração que importantes setores da CEDA tinham pelo fascismo, incluindo o próprio Gil Robles, em segundo pela forma explícita como a CEDA afirmava seu compromisso de destruir a República por dentro. Isso se confirmou quando após a formação do governo, Gil Robles insistia na necessidade de uma ampla revisão constitucional, o que significava, efetivamente, alterar a natureza do regime republicano.

A resposta mais forte e imediata veio do PSOE e da UGT, que com o apoio dos comunistas declararam uma greve geral no país com o objetivo de derrubar o governo, sem o apoio da CNT (que se envolveu basicamente nas Astúrias, onde o movimento foi mais forte e prolongado). Na verdade, o movimento ficou restrito a algumas cidades (Madri e Barcelona, principalmente, mas também Bilbao, Jaén, Zaragoza, La Coruña e Vigo, entre outras) e, apesar

da força e violência com que foi lançado, foi rapidamente sufocado pela Guarda Civil e pelo Exército. O movimento não se estendeu de forma vigorosa para o campo porque a principal organização de trabalhadores a FNTT, ligada à UGT, foi destruída no início do governo dos Radicais. Em Barcelona Lluís Companys se colocou contra o novo governo e proclamou um Estado Catalão como parte constituinte de uma República Federativa Espanhola.

> Contudo, o peso do chamamento político de Companys era um ataque ao fascismo da CEDA: 'as forças monarquistas e fascistas que, desde algum tempo, tentam trair a República, atingiram seus objetivos', anunciava Companys. 'Nesta hora solene, em nome do povo e do Parlamento, o Governo que presido [a Generalitat] assume todas as funções de poder na Catalunha, proclama o estado catalão da República Federativa da Espanha e, fortalecendo suas relações com os que dirigem este protesto geral contra o fascismo, convida-os a estabelecer o Governo Provisório da República da Catalunha'. Este curioso discurso era ao mesmo tempo a proclamação de um vínculo inteiramente novo entre a Catalunha e o restante da Espanha, e um incitamento à oposição, para que se declarasse ela própria o Governo, estabelecendo-o, se necessário, em Barcelona. Lerroux e seus ministros em Madri sabiam que, naquele momento, Azaña se encontrava em Barcelona. (THOMAS, 1964:102).

Na província das Astúrias o levante não foi sufocado com facilidade. Na realidade, foi nesta província onde os trabalhadores conseguiram estabelecer uma forte resistência durante aproximadamente duas semanas. A capacidade de resistência nas Astúrias só foi possível graças aos seguintes fatores: 1. a base social do levante era constituída pelos mineiros, provavelmente a porção mais organizada e politizada dos trabalhadores espanhóis aglutinada principalmente em organizações socialistas e comunistas; 2. a articulação e coordenação das ações realizada entre anarquistas, socialistas e comunistas. A consistente formação política dos mineiros asturianos era a base para sua capacidade de mobilização e organização, o que permitiu um planejamento cuidadoso para o levante (dentro das possibilidades e limites materiais). Nesse sentido, os mineiros tinham claros os objetivos da ação e os meios de luta que deveriam empregar. Sabiam que sua ação estava inserida dentro de um amplo contexto de luta que tinha como objetivo derrubar o governo da CEDA e para isso deveriam implementar imediatamente uma estrutura de poder alternativa baseada nas suas convicções políticas. Logo, a questão era instituir um novo conjunto de relações de poder baseado no protagonismo dos trabalhadores. Portanto, a ação não se limitou a tomar delegacias, prefeituras, guarnições e instituições públicas, mas de instituir, concretamente e por um determinado tempo, outras relações de poder, um outro modo de

existência, uma nova organização societária. E isso foi feito graças à cooperação e articulação entre as diversas organizações dos trabalhadores, o que não ocorreu nas demais províncias espanholas.

> O levante das Astúrias fora cuidadosamente preparado em toda a província, com centros em Oviedo, a Capital, e nas cidades mineiras próximas, Mièrs e Sama. O sinal para o levante – o mesmo que em outros pontos do País – seria a entrada da CEDA para o Governo. Mas os mineiros estavam muito bem organizados para tal eventualidade. Tinham suprimentos de armas. Possuíam dinamite. Já haviam organizado comitês conjuntos de operários para dirigir-lhes as atividades. E sua reação ante a aparente conquista de poder pelos fascistas em Madri foi a de deflagrar, com a máxima amplitude possível, uma revolução operária em grande escala (...).
> Três dias após o início da revolução a maior parte do território da província estava em mãos dos mineiros. Cada aldeia ou cidade era controlada por um comitê revolucionário, que tomava para si a responsabilidade da alimentação e da segurança de seus habitantes. Uma estação emissora de rádio, instalada em Turón, mantinha a agitação e o moral. As fábricas de armamento de Trubía e La Veja (Oviedo) passaram à direção de um comitê de seus operários e foram postas a funcionar dia a noite. Nos outros pontos do território, as fábricas e as minas estavam desertas (nos últimos anos muitas delas estavam já parcialmente fechadas). Os pontos de recrutamento militar convocavam todos os trabalhadores, entre dezoito e quarenta anos para o 'Exército Vermelho'. No prazo de dez dias trinta mil trabalhadores tinham sido mobilizados para a batalha. O grau de cooperação entre os diferentes partidos surpreendeu inclusive a eles próprios. Até os anarquistas reconheciam a 'necessidade de uma ditadura temporária', embora o simples fato de que a escala dessa atividade, limitada a um grupo de *pueblos*, impedisse os problemas de organização estatal de separá-los dos comunistas. Em alguns *pueblos* os comunistas mostravam-se mais preocupados em estabelecer sua própria ditadura do que em mandar soldados para a frente. (THOMAS, 1964:103-104).

O governo se viu diante de um soviete revolucionário que pretendia organizar uma marcha até Madri. A repressão contra a Astúrias foi sem precedentes. Foram convocados os generais Goded e Francisco Franco, veteranos das guerras marroquinas. Dispostos a acabar rapidamente com o levante, os generais convocaram o Exército da África e a Legião Estrangeira, tropas que eram consideradas a elite do Exército, pois eram experientes e famosas pela violência com que lutavam e tratavam os inimigos derrotados. As tropas tiveram sucesso imediato em libertar as principais cidades, Oviedo e Gijón e, com isso, puseram um rápido e violento fim ao

levante das Astúrias. A partir daí o governo deu início a uma violenta repressão contra republicanos, socialistas, comunistas e anarquistas:

> As conseqüências de outubro de 1934 pareciam justificar a estratégia legalista da Ceda e enterraram efetivamente a visão de uma República inclusiva governada por republicanos. Agora uma contra-revolução começava realmente. Cerca de 40 mil republicanos e socialistas padeciam nas prisões, e muitos outros tiveram de se esconder ou ir para o exterior. Uma *vendetta* especial foi empreendida contra líderes como Azaña [Largo Caballero e Lluís Companys também foram presos], que apesar de sua imunidade parlamentar, foi mantido preso até dezembro (quando a Suprema Corte o soltou por falta de provas de sua cumplicidade com os acontecimentos de outubro). A autonomia catalã foi suspensa e a Generalitat substituída por um governador-general indicado por Madri. Por todo o país os empregadores tentaram se vingar dos anos anteriores. Houve inúmeras demissões, salários foram cortados, sindicatos dispersados e comitês de arbitragem suspensos. A ordem tradicional também foi restaurada no campo, enquanto camponeses eram despejados, conselhos derrubados e substituídos por candidatos dos caciques. O relógio voltou no tempo para os piores dias da Monarquia. (SALVADÓ, 2008:81).

O cenário político era caracterizado por uma campanha agressiva e violenta do campo conservador e reacionário em relação aos republicanos e socialistas. No entanto, iniciou-se um processo de duras críticas a setores moderados do campo conservador, inclusive à própria CEDA. Nesse sentido, amplos setores da sociedade espanhola acreditavam que parcelas consideráveis do principal partido político de direita estava sendo brandas demais com os inimigos e respeitando demasiadamente o regime constitucional. A pressão aumentou quando o presidente Alcalá Zamora converteu 21 de 23 sentenças de morte para prisão perpétua e Gil Robles se viu forçado a exigir a manutenção das sentenças, o que não ocorreu. O líder da CEDA ameaçou retirar novamente o apoio do partido ao governo, forçando o presidente a fazer uma nova composição ministerial, desta vez com cinco ministros da CEDA, sendo que Gil Robles assumiria a pasta do Ministério da Guerra.

Gil Robles esperava consolidar sua posição e a da CEDA como principal partido do governo para em um próximo movimento tornar-se Primeiro Ministro. Sensível às pressões que exigiam medidas mais duras, Robles transforma o Exército em uma instituição acima de tudo anti-revolucionária. Oficiais liberais ou republicanos foram expulsos ou afastados de seus postos de comando e substituídos por oficiais africanistas ou adeptos da linha dura, autoritários e conservadores. O general Franco, por exemplo, foi nomeado Chefe do Estado-Maior como uma

recompensa por sua atuação na repressão ao levante das Astúrias. Paralelamente, o oligarca Nicasio Velayos foi nomeado para a pasta da Agricultura, que logo introduziu modificações para reformar a Lei de Reforma Agrária, o que significava acabar com o que restava da legislação republicana.

Em novembro ocorreu um episódio que faria Gil Robles acreditar que finalmente chegaria sua hora de assumir o cargo de Primeiro Ministro:uma série de escândalos envolvendo troca de favores, subornos, desvios de verbas, venda de cargos e sentenças atingiu o Partido Radical liderado pelo então Primeiro Ministro Alejandro Lerroux. Gil Robles imaginou que o Primeiro Ministro iria cair e ele, finalmente, seria chamado pelo Presidente Alcalá Zamora a assumir o cargo, o que lhe permitiria realizar uma ampla revisão constitucional. Para a desilusão de Gil Robles, não foi isso o que ocorreu. O presidente da República comunicou a dissolução do Parlamento e nomeou Manuel Portela Valladares, um de seus aliados políticos, para o cargo de Primeiro Ministro com a missão de organizar novas eleições gerais. Alcalá Zamora justificou sua decisão utilizando argumentos plausíveis: uma vez que existia a impossibilidade de se constituir governos e Cortes estáveis, era necessário convocar novas eleições gerais. A grande ironia é que a instabilidade foi causada pela estratégia utilizada por Gil Robles de pressionar o governo e o parlamento para enfraquecê-los a ponto de sua presença ser uma "necessidade" política. Só faltou Gil Robles acertar os detalhes com o Presidente da República. Após o anúncio feito por Alcalá, Gil Robles imediatamente procurou o general Franco e outros oficiais com a esperança de convencê-los a engendrar um golpe. Mais uma vez o presidente da CEDA ficou decepcionado, pois ouviu dos generais que eles ainda não estavam prontos para agir.

2.4.4. A Frente Popular (1936)

A sociedade espanhola estava absolutamente dividida no início de 1936. As eleições foram marcadas para 16 de fevereiro, o que deixava uma margem de tempo reduzida para as articulações políticas, definições de coligações, planejamento e execução da campanha. Em um contexto onde as paixões, o ódio, o ressentimento, o medo e a esperança dominavam corações e mentes, não é de se espantar com a intensidade e o fervor da campanha eleitoral. Não que a campanha em si fosse capaz de elucidar dúvidas, conquistar indecisos ou apresentar de forma clara os programas e projetos de cada coligação e partido, afinal, por conta da polarização e da

conflitividade era difícil encontrar um espanhol que não soubesse de que lado estava. No entanto, por conta da atmosfera belicosa da Espanha de 1936 não é de se espantar que a campanha eleitoral também tivesse essas características.

O contexto eleitoral mudou novamente e desta vez a vantagem pertencia novamente aos republicanos e aos socialistas, enquanto o campo conservador, diferente das eleições de 1933, encontrava-se relativamente fragmentado e marcado por conflitos internos.

O campo conservador e reacionário sofreu um duro golpe após a dissolução das Cortes. Gil Robles viu passar a oportunidade de destruir a República através da apropriação do aparelho de Estado quando o presidente Alcalá Zamora convocou novas eleições gerais. Sua oportunidade de transformar a Espanha em um Estado corporativo baseado no autoritarismo, no catolicismo, nacionalismo, respeito à propriedade privada perdeu-se. Com ela também se perdeu a confiança nos processos democráticos para a eliminação dos valores que fundaram a Segunda República. Com o fracasso da estratégia legalista e eleitoral de Gil Robles, uma grande parte dos setores conservadores e reacionários passou a defender a destruição da República através de ações diretas e violentas. Em outras palavras, exigia-se a ação das forças armadas, principalmente do Exército, para que a Velha Espanha fosse restaurada e protegida de liberais, comunistas, socialistas e anarquistas. A radicalização dos discursos e das ações vai comprometer a capacidade de articulação dos partidos e grupos conservadores. A CEDA não foi capaz de articular uma grande aliança anti-revolucionária e anti-republicana e ao invés de uma grande coligação como ocorreu em 1933, foram realizados acordos esporádicos em determinadas cidades e províncias, o que causou a perda de consistência política da direita espanhola, dando origem a uma Frente Nacional. As causas para isso são várias: 1. a decepção com a estratégia legalista, o que afastou grupos e partidos de um engajamento mais consistente no processo eleitoral; 2. o afastamento do Partido Nacionalista Basco, inicialmente anti-republicano e católico conservador, mas que se aproximou dos republicanos para em defesa de seu estatuto de autonomia, o que era absolutamente negado pela CEDA e outros grupos conservadores. Nesse sentido, o PNV buscou na aliança com os republicanos e os socialistas a possibilidade de defender sua autonomia; 3. divergências entre a CEDA, a Falange e os monarquistas por conta de diferenças entre programas políticos e estratégias de participação em uma coligação.

Republicanos, comunistas e socialistas também tiveram suas dificuldades, mas conseguiram estabelecer uma forte coligação para disputar as eleições, o que faria toda a diferença no final.

Os principais articuladores da coalização de republicanos, socialistas e comunistas foram Manuel Azaña e Idalencio Prieto, com forte apoio dos comunistas. Em contrapartida, os primeiros obstáculos à constituição da coligação, que seria chamada Frente Popular, foram a resistência e a intransigência de Largo Caballero.

O conflito no PSOE continuava o mesmo: a polarização entre Caballero e Prieto. Caballero resistia à ideia de repetir a coligação com os republicanos por conta da decepção com a experiência dos socialistas na participação no governo de 1931 a 1933. Além disso, Caballero acreditava que na atual conjuntura um governo republicano não seria capaz de fazer as reformas na velocidade e intensidade desejadas pelos trabalhadores espanhóis, o que levaria a uma derrocada do projeto liberal, que, na perspectiva de Caballero, deveria ser substituído por um governo socialista. Nesse sentido, Caballero acreditava que era importante manter o PSOE e a UGT longe do inevitável fracasso republicano e organizar os trabalhadores para a instituição da ditadura do proletariado sob sua liderança, evidentemente. Prieto, por sua vez, sempre considerou um erro o rompimento da coligação com os republicanos. Para ele, a instituição de uma ditadura do proletariado era algo impossível tendo em vista a inevitabilidade de um golpe militar caso os trabalhadores esboçassem um processo revolucionário. Por isso, apostava em um projeto de reformas sociais que pudessem trazer alguma estabilidade política e paz social e, ao mesmo tempo, contemplar parte das demandas dos trabalhadores. Para Prieto a radicalização dos discursos e das ações só servia para incitar a direita a um golpe e levar a Espanha para uma guerra civil.

O impasse ficou resolvido em favor de Prieto e existem diversos motivos para isso. Em primeiro lugar, houve uma forte comoção entre republicanos, socialistas e comunistas por conta da forte repressão que se seguiu após o levante de 1934: as prisões em massa (inclusive de políticos importantes), a censura, a violência, a dissolução de comitês de arbitragem e seções sindicais, etc. serviram para criar um clima de solidariedade entre aqueles que combatiam o campo conservador e reacionário. A lição da dissolução da coligação de 1931-1933 era vista como uma das causas da vitória da direita, o que levou a importantes setores a lutar pela nova articulação. Além disso, o crescimento do fascismo e do nazismo na Europa estava colocado

como questão central para a política espanhola e européia. Nesse sentido, a ascensão da CEDA e outros grupos fortemente caracterizados pelo autoritarismo representavam a possibilidade da instituição de um regime fascista na Espanha. O combate contra o fascismo se tornou uma das prioridades de republicanos, socialistas e, principalmente, comunistas, maiores responsáveis pela propaganda antifascista nos fins de 1935 e, conseqüentemente, um dos principais defensores da coligação como forma de combate a estes regimes autoritários. A atuação dos comunistas espanhóis estava condicionada pelas transformações da política de Moscou no que se refere à organização e táticas do movimento comunista no mundo. Diante deste perigo, o VII Congresso do Comintern estabeleceu que os Partidos Comunistas deveriam se esforçar para a criação de amplas coligações com partidos socialistas e burgueses como uma forma de estabelecer governos reformistas que pudessem impedir o avanço do fascismo e criar as bases para um movimento comunista forte e organizado. Essas coligações eram chamadas de "Frente Popular".

> A formação de uma Frente Popular conjunta, que possibilite a ação comum com os partidos social-democratas, é uma necessidade. Não nos podemos esforçar por unir trabalhadores comunistas, social-democratas, católicos e outros? Camaradas, estarão certamente lembrados da velha história da tomada de Tróia. O Exército atacante foi incapaz de obter vitória até que, com a ajuda do Cavalo de Tróia, penetrou até o coração do campo inimigo. Nós, trabalhadores revolucionários, não devemos ser tímidos em usar as mesmas táticas. (Minutas da VII reunião do Comintern. In THOMAS, 1964:115).

Em dezembro de 1935 os socialistas oficializam uma coligação com os republicanos de Azaña. Nesse momento inicia-se um grande processo de articulação entre os principais partidos de centro e esquerda conduzido por Prieto e Azaña, que culmina na constituição da Frente Popular. Em 15 de janeiro é assinado um documento que oficializa a coligação e expõe seu programa político, que da mesma forma como ocorreu em 1931, é um programa reformista, modernizador que pode ser caracterizado como um amplo projeto político que busca consolidar uma democracia burguesa na Espanha. Seus pontos principais são a retomada da legislação social e econômica de 1931 (a reativação da reforma agrária, dos comitês de arbitragem, melhorias salariais, benefícios sociais), retorno da legislação anticlerical (proibição das ordens, educação laica, fim do subsídio pago à Igreja), ampla anistia aos presos políticos de 1934, reabertura das seções sindicais e organizações de trabalhadores proibidas pelo governo anterior, garantia de emprego e pagamento de indenizações aos trabalhadores demitidos por motivos

políticos entre 1933 e 1935. No mais, o documento rejeita qualquer tipo de nacionalização ou coletivização das terras, indústria e sistema financeiro, bem como repele qualquer possibilidade de autogestão econômica, política e social pelos trabalhadores. Vejamos alguns trechos mais significativos do programa da Frente Popular:

> Os partidos republicanos, a Esquerda Republicana, a União Republicana e o Partido Socialista, em seu próprio nome e em nome da União Geral dos Trabalhadores, da Federação Nacional das Juventudes Socialistas, do Partido Comunista, do Partido Sindicalista e do Partido Operário de Unificação Marxista[42], sem por isso renunciar aos princípios de base de suas respectivas doutrinas, chegaram a elaborar um plano político comum, que servirá de base e de carta para a coalização de suas respectivas forças na próxima competição eleitoral, e de normas de governo que os partidos republicanos de esquerda, com o apoio das forças operárias, deveriam aplicar em caso de vitória. Eles declaram diante da opinião pública as bases e os limites de seu acordo político. Além disso, eles os apresentam ao exame de outras organizações republicanas ou operárias para que, no caso de elas os julgarem conforme aos interesses nacionais da República, se reúnam, nessas condições, ao bloco da esquerda, que deve lutar contra a reação durante as eleições gerais dos deputados às Cortes. (...) (Programa da aliança eleitoral da Frente Popular in BROUÉ, 1992:133)
>
> Como pressuposto indispensável da paz pública, os partidos coligados comprometem-se:
> 1. A conceder, por lei, uma ampla anistia aos delitos políticos e sociais cometidos antes de novembro de 1935, mesmo quando não foram considerados como tais pelos tribunais. (...)
> 2. Os funcionários ou empregados que foram objeto de suspensão, remoção ou licenciamento, decididos sem garantias suficientes ou por motivos políticos, serão restabelecidos em seus postos. (...) (Programa da aliança eleitoral da Frente Popular in BROUÉ, 1992:133).
>
> Os republicanos não aceitam o princípio da nacionalização da terra e sua devolução gratuita aos camponeses exigidos pelos delegados do Partido Socialista. Consideram convenientes as medidas seguintes que propõem o resgate das terras pelo camponês e pelo agricultor médios e pequeno, não só para fazer obra de justiça, mas porque elas constituem a base mais sólida da reconstrução econômica nacional:
> 1. Como medidas de ajuda ao agricultor que explora: redução dos impostos e contribuições. Repressão especial contra a usura. Diminuição das rendas abusivas. Intensificação do crédito agrícola. Revalorização dos produtos da terra, especialmente o trigo e dos outros cereais; adoção

[42] A CNT não assinou nem participou da Frente Popular, mas instrui seus militantes a votar nos candidatos da coalização visando a anistia e a readmissão dos trabalhadores demitidos entre 1933 e 1935.

de meios para a eliminação dos intermediários, e um bom acordo com os moleiros. Estímulo ao comércio de exportações dos produtos agrícolas. (...). (Programa da aliança eleitoral da Frente Popular in BROUÉ, 1992:135)

3. (...) As formas de cooperação serão estimuladas e as explorações coletivas, protegidas. Será realizada uma política de instalação de famílias camponesas, dotando-as de recursos técnicos e financeiros precisos. Regras serão definidas para o resgate dos bens comunais Ele será derrogado da Lei sobre a devolução e o pagamento das propriedades da nobreza. (Programa da aliança eleitoral da Frente Popular in BROUÉ, 1992:135-136).

Os partidos republicanos não aceitam as medidas de nacionalização dos bancos propostas pelos partidos operários. Com certeza, eles admitem que nosso sistema bancário necessita de alguns aperfeiçoamentos, caso deva preencher a missão que lhe incumbe na reconstrução econômica da Espanha. (Programa da aliança eleitoral da Frente Popular in BROUÉ, 1992:137).

A República, tal como a concebem os partidos republicanos, não é uma república dirigida por motivos sociais ou econômicos de classe, mas um regime democrático animado por motivos de interesse público e de progresso social. E precisamente por essa razão que a política republicana tem o dever de melhorar as condições materiais e morais dos trabalhadores até o limite máximo permitido pelo interesse geral da produção[43], independentemente da importância dos sacrifícios que se devem impor a todos os privilégios econômicos e sociais.
Os partidos republicanos não aceitam o controle operário exigido pela delegação do Partido Socialista. Eles estão de acordo:
- Em primeiro lugar, em estabelecer a legislação social na pureza de seus princípios, em vista do que serão editadas as disposições necessárias para anular as consequências daquelas que desviem o seu sentido de justiça, revendo as sanções previstas, a fim de assegurar a realização mais leal das leis sociais.
- Em segundo lugar, em reorganizar a legislação do trabalho em condições de independência, a fim de que não só as partes interessadas adquiram a consciência do caráter imparcial de suas decisões, mas também para que nenhum caso os motivos do interesse geral da produção não fiquem sem a valorização que lhes é devida.
- Em terceiro lugar, em corrigir a deterioração dos salários do campo, verdadeiros salários de miséria, fixando salários mínimos, a fim de assegurar a todo trabalhador uma existência digna, e criando o delito de

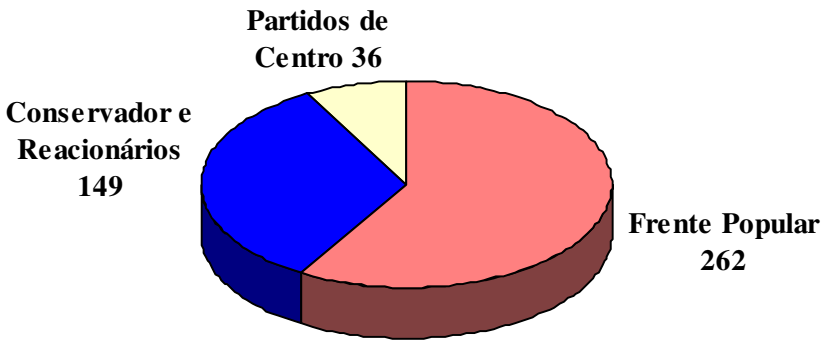
[43] É interessante ressaltar que o limite não é aquele definido pelos próprios trabalhadores ou pela sociedade, mas pela "produção", que em uma sociedade de classes (o que é escamoteado no documento) é apropriada e definida, em última instância, pelos proprietários, o que perpetua a heteronomia.

> aviltamento de salários, automaticamente passível de processos nos tribunais. (Programa da aliança eleitoral da Frente Popular in BROUÉ, 1992:137-138).

A campanha eleitoral é muito intensa. A direita se apresentava como a defensora dos valores fundamentais que constituíam a identidade espanhola: nacionalismo centralizador, defesa dos valores tradicionais cristãos, valorização da ordem e da disciplina para evitar uma revolução bolchevique ou liberal. Os republicanos, socialistas e comunistas destacavam a necessidade de se evitar a ascensão do fascismo na Espanha e a retomada da legislação social e econômica. Os republicanos viam na Frente Popular uma forma de finalmente iniciar e consolidar um regime democrático burguês, enquanto socialistas e comunistas (os segundos muito mais do que os primeiros) viam as eleições como forma de preparar e pavimentar um processo revolucionário a médio e longo prazo. O resultados das eleições deixaram clara a intensa polarização da sociedade espanhola. A Frente Popular conseguiu 4.654.116 votos e a Frente Nacional e outros partidos de direita conseguiram 4.503.524 votos. Uma diferença total ínfima, mas que por conta da legislação espanhola, poderia representar uma diferença gigantesca na constituição das Cortes. E foi o que ocorreu: a direita conquistou ao todo 149[44] cadeiras e a Frente Popular 262, sendo o PSOE o partido com maior número de cadeiras do parlamento (99) (HORTA e PUELL, 2007:34). É importante ressaltar que a CNT-FAI teve um papel decisivo nas eleições. Em 1933, a central anarcossindicalista cometeu o grave erro de defender o voto nulo ou a abstenção, o que foi um dos motivos que causou a derrota de socialistas e republicanos. Dessa vez, assim como em 1931, a CNT-FAI estava interessada na anistia que seria concedida aos seus militantes que estavam presos ou deportados e, além disso, sabiam que não poderiam facilitar a instauração de um regime fascista na Espanha, portanto, apesar de não fazer parte da coligação, fez campanha para que seus militantes votassem nas listas da Frente Popular. Nesse sentido, o voto anarquista foi determinante para a vitória, se levarmos em conta que naquele momento a CNT possuía algo em torno de 500 a 600 mil membros (SALVADÓ, 2008). Os resultados finais das eleições foram os seguintes:

[44] Desse total, 10 cadeiras são do PNV, que tinham uma posição pragmática em relação à República: desejavam o estatuto de autonomia Basca, mas no mais, tendiam a defender posições conservadoras.

Gráfico 5. Eleições de 1936



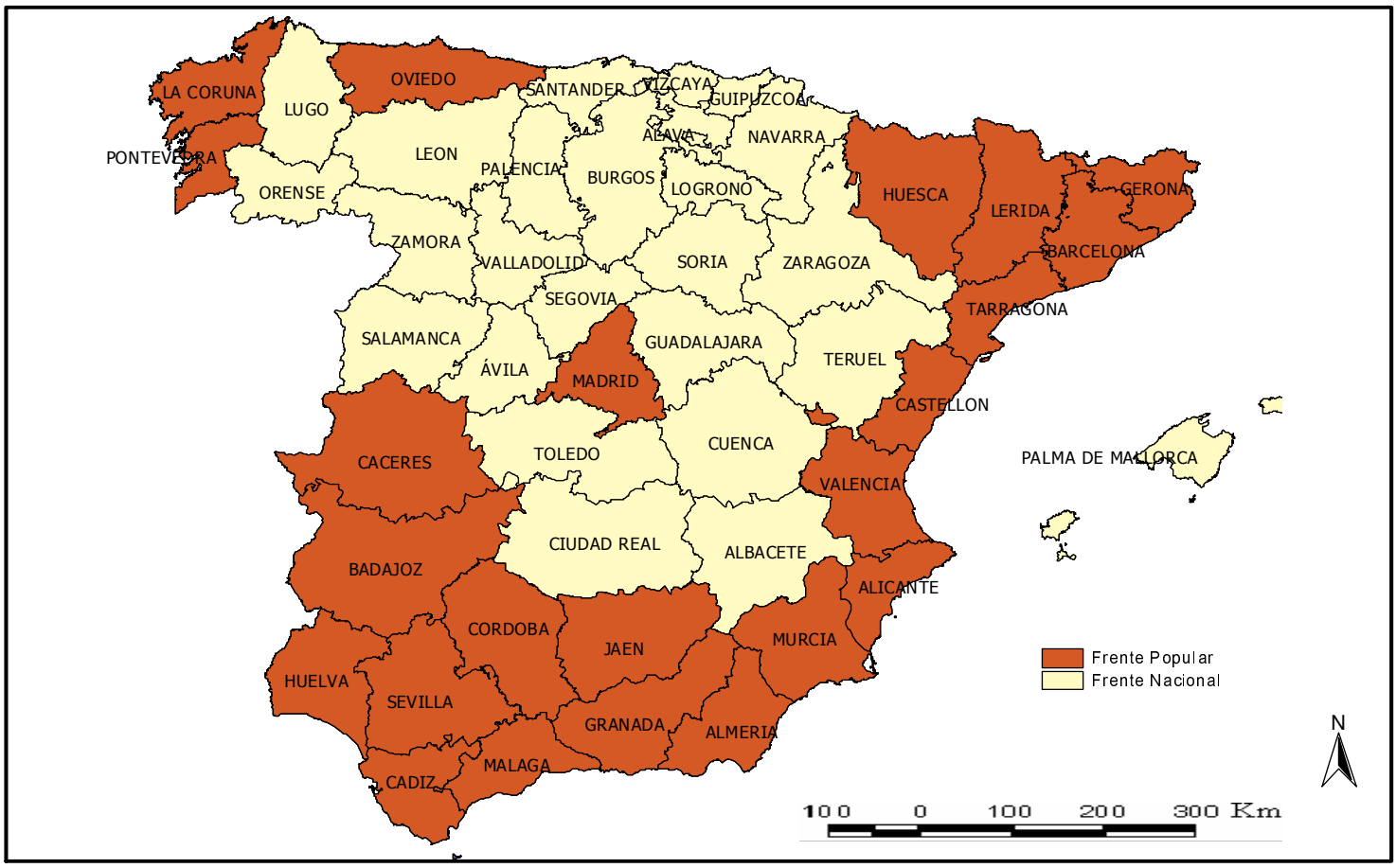
Fonte: HORTA e PUELL, 2007:34. Adaptado.

Tabela 4. Resultado final das eleições de 1936

Campos políticos	Partidos	Cadeiras
Conservadores e Reacionários	Agrários	11
	CEDA	88
	Conservadores	3
	Independentes	3
	Lliga Catalã	12
	Nacionalista Vasco	10
	Renovação Espanhola	12
	Tradicionalista	10
	TOTAL	**149**
Centro	Centristas	16
	Independentes	9
	Progressistas	6
	Radicais	5
	TOTAL	**36**
Frente Popular	Esquerda Republicana (Catalunha)	21
	Esquerda Republicana	87
	PCE	17
	PSOE	99
	União Republicana	38
	TOTAL	**262**
Total de cadeiras nas Cortes		**447**

Fonte: HORTA e PUELL, 2007:34. Adaptado.

Mapa 8. Resultado final das eleições gerais de 1936 por províncias



Cartografia: Glauco Bruce Rodrigues. Adpatado de HUERTA e PUELL, 2007:32.

A vitória da Frente Popular por uma diferença mínima de votos totais não diminuiu em nada o furor de seus eleitores pela vitória. A pequena diferença garantiu ampla maioria nas Cortes, no entanto, o conforto no parlamento não poderia ser comparado com o grau de polarização e conflitividade da sociedade. Se, por um lado, a legislação eleitoral favorecia a formação de um governo forte, por outro, não era possível desprezar a fortíssima divisão societária que não podia ser expressa em termos parlamentares.

Antes do anúncio oficial dos resultados da eleição, multidões tomaram as ruas e se dirigiram para delegacias de polícia para libertar os prisioneiros, sem esperar qualquer tipo de decreto oficial do novo governo. Catalães comemoravam a inevitável volta da *Generalitat* e seus principais líderes, os bascos estavam ansiosos pela aprovação de seu estatuto de autonomia,

trabalhadores urbanos e camponeses esperavam reconstruir suas vidas após o governo conservador que recompôs o poder das oligarquias, reduziu salários, destruiu a legislação social e econômica reformista, fechou seções sindicais, prendeu e torturou militantes e trabalhadores.

Os resultados finais finalmente foram anunciados, o que acirrou ainda mais os ânimos de toda a Espanha. Gil Robles não aceitou o resultado e imediatamente procurou diversos generais para convencê-los (o que não foi nem um pouco difícil) de que a vitória da Frente iria significar a anarquia, o início de um processo revolucionário socialista ou bolchevique (afinal, para esses setores da sociedade espanhola, socialistas, anarquistas e comunistas eram a mesma coisa). Depois desses encontros, Gil Robles solicitou que o presidente Alcalá Zamora e o Primeiro Ministro Portela Valladares não reconhecessem o resultado das eleições, decretando sua anulação e a imediata aplicação da Lei Marcial no país. No entanto, as solicitações de Gil Robles não foram atendidas e qualquer tentativa imediata de golpe foi afastada quando o general Pozas, chefe da Guarda Civil, enviou tropas para cercar e vigiar guarnições suspeitas.

Manuel Azaña é nomeado Primeiro Ministro e o governo formado por ele toma uma série de medidas que visavam restaurar imediatamente direitos e benefícios retirados pelo governo anterior. Nesse sentido, podemos destacar a ampla anistia concedida aos presos políticos, o restabelecimento imediato da *Generalitat* (e a recondução de Luís Companys à presidência), o retorno dos comitês de arbitragem, a readmissão dos trabalhadores demitidos por motivos políticos, pagamentos de indenizações, revisão dos contratos de trabalho lesivos no campo (obrigatoriedade do pagamento de horas extras), volta da Lei de Limites Municipais e da Lei dos Cultivos, início da preparação do estatuto de autonomia basca, etc.

As questões mais importantes para nossa pesquisa e ao enfoque que estamos privilegiando (a espacialidade e as relações de poder) estão relacionadas às ações dos trabalhadores urbanos, principalmente os operários e à questão agrária. A vitória da Frente Popular desencadeou uma série de ações e mobilizações por parte dos trabalhadores que colocavam em xeque a territorialidade hegemônica e o caráter reformista do projeto político da Frente Popular. Como vimos anteriormente, o programa da Frente é basicamente reformista e burguês, coloca claramente que não aceita pontos fundamentais da perspectiva socialista e libertária como a autogestão política e social e a coletivização dos meios de produção. No entanto, por conta das frustrações dos primeiros anos da República e da forte repressão do governo conservador, trabalhadores rurais e camponeses iniciam uma série de ações que deixam

explícita os limites do programa da Frente. Assim, uma onda de greves, paralisações, apropriação coletiva das fábricas, ocupações e expropriações de terras são protagonizadas pelos trabalhadores urbanos e camponeses espanhóis. No caso das greves e ocupações de fábricas o governo tendia a abrir uma certa margem de negociação com os trabalhadores para a resolução da questão ou reivindicação (sempre dentro dos marcos da democracia burguesa), no entanto, não hesitava em utilizar a violência para restabelecer a "ordem pública". As ocupações de terra receberam um tratamento diferente do governo republicano. Em um primeiro momento o governo usou da repressão para coibir as ocupações e as expropriações realizadas pelos camponeses, organizados principalmente pela FNTT e, em alguns casos, pela CNT-FAI. No entanto, diante da força das mobilizações o governo começou a recuar e, ao invés do conflito, teve que partir para as negociações e, posteriormente, para a retomada da Lei de Reforma Agrária, inclusive legalizando algumas ocupações de latifúndios através da expropriação e do reconhecimento de terras comunais privatizadas por grandes proprietários. Em relação à reforma agrária, apesar da sua limitação técnica, financeira, econômica e política, o governo da Frente Popular conseguiu, de março a julho, assentar mais camponeses do que em todo o período da Segunda República até então (1931 a fevereiro de 1936) (THOMAS, 1964; MALAKAFIS, 1971; AYAU, 1971; MORENO e ORTIZ, 2005). No quadro a seguir podemos observar o número de camponeses assentamentos e a área utilizada:

Tabela 5. Camponeses assentados entre março e julho de 1936

Mês	Camponeses assentados	Superfície utilizada (ha)
Março	72.428	249.616
Abril	21.789	150.490
Maio	5.940	41.921
Junho	3.855	55.282
Julho	6.909	74.746
Total	**110.921**	**572.055**

Fonte: AYAU, 1971:46 (adaptado).

A vitória da Frente Popular não foi capaz de reduzir a conflitividade social na Espanha, ao contrário. As ações de trabalhadores urbanos e camponeses mostravam que a eleição de um governo republicano-socialista não seria o suficiente para resolver as contradições e garantir as transformações na velocidade e intensidades almejadas por parte significativa da classe

trabalhadora espanhola, afinal, lições importantes tinham sido aprendidas com o governo de 1931-1933. As ações da classe trabalhadora eram animadas pela CNT-FAI, sempre críticas ao governo de coalização e, nem sempre agindo de forma prudente e consistente (tendo em vista a campanha da abstenção de 1933, que permitiu a vitória dos conservadores, as ações pouco coordenadas e de fácil desarticulação pelas forças da ordem, a falta de uma estratégia clara e definida de processo revolucionário, etc.) e, por outro lado, influenciadas pelo crescente discurso crítico de Largo Caballero, que incentiva as mobilizações e manifestações.

A resposta dos conservadores e reacionários às ações e mobilizações de socialistas e anarcossindicalistas não tardou a acontecer, fazendo com que a conflitividade aumentasse de forma exponencial. Grande parte dos grupos que desejava a destruição do regime tinha abandonado qualquer perspectiva de transformação pela via democrática após o fracasso da estratégia da CEDA de Gil Robles. Essa posição levou esses grupos a considerar como principal estratégia de transformação e derrubada do regime pela ação violenta de seus militantes, culminando com um golpe de Estado organizado por uma aliança entre setores civis (monarquistas, grandes capitalistas e fascistas) e setores militares, principalmente o Exército, principal responsável pela execução do golpe em si. Nesta nova conjuntura, Gil Robles vai perdendo espaço como principal líder político da direita, dando espaço para Calvo Sotelo, ex-ministro da monarquia e um dos mais belicosos líderes da direita espanhola, juntamente com José Primo de Rivera, filho do ex-ditador e líder da Falange. Os dois foram os mais influentes líderes civis do movimento golpista e estavam entre os maiores incentivadores das ações violentas dos militantes de organizações, partidos e milícias de direita, principalmente os *Requetés* e a Falange. Esta última organização teve um grande crescimento nesse período, pois absorveu grande parte da JAP, organização da juventude da CEDA, que estava desiludida com o fracasso de Gil Robles, além de atrair outras pessoas interessadas em combater a República, a anarquia e o perigo da revolução socialista.

A violência empregada por esses grupos possuía dois aspectos fundamentais: 1. combater as ações e mobilizações dos trabalhadores, pois eram vistas como ameaças à ordem pública e, principalmente, eram consideradas como parte de uma estratégia revolucionária para a destruição da identidade, tradição e unidade espanhola visando a implementação do socialismo; 2. era uma estratégia consciente e deliberada para intensificar cada vez mais os conflitos visando desestabilizar o regime a ponto de se justificar um golpe militar. E a estratégia funcionou bem. Uma onda de violência e de conflitos entre os diferentes campos eclodiu em toda a Espanha. Brigas de rua, troca de tiros, atentados, incêndios em jornais, igrejas, sedes de sindicatos, residências, assassinatos, espancamentos, etc. quase todas as modalidades da violência urbana foram empregadas nas cidades e nos campos espanhóis. Atos e manifestações de um determinado grupo eram alvos do outro (comícios, greves, passeatas, reuniões, etc.).

Todos os partidos e organizações possuíam armas e pequenas milícias responsáveis tanto pela segurança de seus membros quanto pelo ataque aos inimigos. No entanto, os conflitos não ficavam restritos a uma disputa entre "esquerda" e "direita". Nesses meses de 1936 era muito comum o conflito armado entre a CNT-FAI e PSOE-UGT e, em uma escala menor de violência, foram registradas brigas e ameaças entre os grupos liderados por Caballero e Prieto, o que demonstrava o conflito interno do PSOE.

O conflito entre as principais lideranças do PSOE ganhava mais um capítulo no início do mandato de Azaña como Primeiro Ministro. Prieto não escondia, desde 1931, seu desejo de colaborar com os republicanos e instituir um regime democrático burguês que pudesse alavancar reformas que melhorassem a vida do trabalhador. Nesse sentido, era com uma mistura de raiva, temor e medo que ele acompanhava a radicalização do grupo de Caballero e temia pelas ações empreendidas pelos trabalhadores, sejam socialistas ou anarquistas. Na visão de Prieto as ações e conflito somente serviam para alimentar o medo e o temor das classes médias e elites, facilitando a incorporação cada vez maior de parcelas dessas classes no movimento golpista. O furor revolucionário é duramente criticado e visto como um obstáculo à consolidação de uma República forte que poderia, futuramente, ser apropriada pelos trabalhadores. No entanto, para Prieto o momento não era de pensar em revolução, mas sim deter o fascismo e consolidar um regime burguês, visão compartilhada com o Partido Comunista, que defendia o fim das manifestações e conflitos.

> Em Cuenca, no dia 1º de maio, por ocasião de uma eleição parcial, Prieto pronuncia um discurso que constitui um verdadeiro programa governamental. Ele denuncia os malefícios da violência e da anarquia, geradora, ao seu ver, do fascismo; afirma que a agitação revolucionária, na falta de poder conduzir àquilo que seria apenas uma 'socialização da miséria', corre risco de provocar um golpe de Estado militar, do qual o General Franco, por suas qualidades, seria o líder evidente[45]. Ele conjura, portanto, os trabalhadores a serem razoáveis, a evitarem 'fazer o jogo' do fascismo, mantendo o medo por suas reivindicações 'exageradas', e se pronuncia em favor de um governo de coalização com os republicanos que se atribuiria um programa de reformas progressivas e prudentes, de reforma agrária e de industrialização no quadro de um capitalismo modernizado. (BROUÉ, 1992:66).

A chance de realizar seus objetivos aparece quando Azaña convida Prieto a realizar uma manobra política com o objetivo de constituir um governo de coalização forte onde ele seria o Presidente e Prieto o Primeiro Ministro. No entanto, para conseguir a formação deste governo forte, que poderia ter uma significativa chance de acabar com os conflitos e iniciar uma ampla reforma política e econômica, deveria superar dois obstáculos: retirar Alcalá Zamora da

[45] Na verdade, não era tão evidente assim, já que os dois principais líderes eram os generais Mola e Sanjurjo (que mesmo no exílio era o grande líder do movimento golpista).

presidência e conseguir a aprovação do grupo de Largo Caballero para que o PSOE pudesse participar do governo na figura de Prieto. A primeira etapa do plano funcionou bem: foi apresentado um requerimento solicitando a renuncia imediata de Alcalá baseado em um artigo da Constituição que determina o afastamento do Presidente que dissolver as Cortes duas vezes durante seu mandato. O requerimento foi prontamente aceito pelas Cortes, já que nenhum dos campos tinha simpatia por Alcalá: socialistas, comunistas e republicanos viam no presidente como um obstáculo a um governo forte, enquanto que conservadores não esqueciam a "traição" de Alcalá por não convocar Gil Robles para o cargo de Primeiro Ministro. No entanto, a segunda parte do plano não foi executada. Caballero conseguiu impedir que Prieto participasse do governo como Primeiro Ministro, impedindo, assim, a constituição do melhor governo que seria possível naquele momento. No lugar de Prieto assumiu o cargo de Primeiro Ministro o galego Casares Quiroga, "homem indeciso que estava tuberculoso e não era o líder mais indicado para defender a República no momento em que ela mais precisava, quando a existência de conspirações militares já não era mais segredo" (SALVADÓ, 2008:88). Assim, a decisão de Caballero de vetar a participação de Prieto impediu a constituição de um governo forte que poderia ter evitado a conspiração e o início do levante militar.

O novo governo tomou diversas medidas para facilitar a ascensão dos generais e para a realização do golpe: ignorou absolutamente todo e qualquer alerta feito pelos órgãos de segurança, pela imprensa e pela opinião pública. Na verdade, não era necessário um relatório de um órgão da inteligência para saber que existia uma conspiração e quem eram seus líderes. De forma inexplicável Casares Quiroga e o próprio Azaña não consideraram seriamente o que toda a Espanha sabia e tomaram medidas que beneficiaram os conspiradores ou simplesmente não fizeram nada. Talvez o maior exemplo de atitude que tenha beneficiado os conspiradores foi o remanejamento dos principais generais golpistas para lugares onde teriam toda a liberdade para organizar o levante sem se preocupar com espiões ou algum tipo de vigilância: Mola foi enviado para Navarra, o principal reduto carlista do país, Franco mandado para as Ilhas Canárias (próximas do Marrocos, onde Franco tinha um grande prestigioso e poderia influenciar facilmente as principais tropas do Exército espanhol) e Goded para as Baleares. Quando Casares Quiroga foi alertado pessoalmente por Prieto, afirmava estar despreocupado com "boatos sem fundamentos". Enquanto isso, os generais planejavam o golpe com o fundamental apoio da

União Militar Espanhola, que aglutinava algo em torno de 3500 oficiais, o que foi decisivo para organizar o levante em todas as províncias.

O governo prendeu José Primo de Rivera e outros falangistas para tentar conter os conflitos, no entanto, a medida foi em vão. A violência continuava, sendo cada vez mais estimulada pela imprensa conservadora que clamava pela intervenção militar para dar fim ao regime "ilegal". A tensão estava cada vez maior, até que ocorreu o derradeiro episódio que deflagrou a guerra civil. Em 12 de julho, José Castilho, tenente da Guarda de Assalto e leal à República foi assassinado. Como vingança seus companheiros escolheram um importante representante da direita espanhola para pagar na mesma moeda. Naquela noite, o líder monarquista e deputado das Cortes Calvo Sotelo foi preso e logo depois assassinado. A revolta da direita espanhola foi imediata e expressa em todos os lugares: nas ruas, na imprensa e nas Cortes. A morte do líder monarquista foi o estopim que convenceu os generais de aquele era o momento de agir. Assim começou a Guerra Civil.

Capítulo 3. Construir em meio à carnificina: o movimento anarquista durante a Guerra Civil e sua espacialidade

3.1. O levante dos generais e a revolução dos trabalhadores

O plano concebido pelos conspiradores previa uma vitória completa em 48 horas. Os mais pessimistas esperavam que as reações dos republicanos, anarquistas, socialistas e comunistas fossem prolongar as ações por pelo menos uma semana. Ninguém esperava que o conflito fosse durar três anos.

O general Sanjurjo, vivendo no exílio em Portugal, era o líder da conspiração e futuro chefe de Estado. Veterano e herói das guerras marroquinas, considerado mártir pelo levante fracassado de 1932 era o líder incontestável do movimento nacionalista. Sanjurjo seria levado de Portugal até Madri quando a situação estivesse controlada e a República derrotada, dessa forma, poderia tomar lugar como chefe de Estado e iniciar a reconstrução da Velha Espanha. No entanto, um acidente privou os nacionalistas de seu líder: Sanjurjo morre em um acidente de avião no momento em que deixa Portugal e se dirige para a Espanha em 20 de julho. Esse fato é decisivo para a história contemporânea da Espanha, pois possibilitará a ascensão de Franco à liderança do movimento nacionalista. Os principais representantes civis que poderiam ser rivais para Franco estão mortos (como era o caso de Calvo Sotelo), presos (Antonio Primo de Rivera, líder da Falange) ou desacreditados, como Gil Robles. Em relação aos militares, o líder incontestável era Sanjurjo, que morreu no acidente; os generais Goded e Fanjul foram capturados pelo governo republicano em Barcelona e Madri, respectivamente; Queipo de Llano foi republicano até o início da década de 30, o que atraía a desconfiança dos demais oficiais sobre ele, descartando qualquer possibilidade de se tornar o líder do futuro governo nacionalista. O principal concorrente era Mola, o comandante geral do levante. No entanto, Mola possuía uma patente menor, era brigadeiro-general, enquanto Franco era major-general e, além disso, Mola não conseguiu organizar um levante eficaz, o que enfraqueceu ainda mais sua posição. Enquanto isso, Franco era reconhecidamente um general extremamente competente, que contava com um currículo com importantes feitos, tanto no Marrocos como na própria Espanha (principalmente na repressão às Astúrias em 1934), era o comandante da principal tropa do Exército espanhol, o

Exército da África, não possuía uma tendência política clara, o que o tornava atraente para todos os setores envolvidos no levante e, por fim, possuía relações com a Alemanha e a Itália, o que lhe conferia credibilidade e respeito perante os nacionalistas. Dessa forma, após a morte de Sanjurjo, Franco ascendeu de uma posição secundária para a liderança do movimento nacionalista.

De acordo com os planos de Mola e Sanjurjo, Franco era responsável pelo levante das tropas do Marrocos compostas pelos soldados espanhóis (africanistas), a Legião Estrangeira e as tropas mouras. Era, sem dúvida, a melhor e mais eficiente porção das forças armadas da Espanha, endurecidas pelos sangrentos combates, constituída por soldados e oficiais que desprezavam noções de direitos humanos, nutriam asco pelos políticos liberais e verdadeiro ódio pelos "vermelhos" (comunistas, socialistas e anarquistas). Sua eficiência e crueldade já tinham sido comprovadas nas Astúrias, em 1934, e agora vinham para uma guerra de reconquista. Caberia a Franco iniciar o levante na madrugada do dia 18 de julho e dominar o Marrocos. No dia seguinte deveria levar suas tropas para o sul da Espanha e iniciar a marcha para Madri.

Na Espanha, o golpe estava organizado por províncias. Existiam oficiais responsáveis pelo levante de cada guarnição, que deveria ser responsável pelo controle imediato dos principais pontos estratégicos: prédios públicos (prefeituras, câmaras legislativas), estações de trem, portos, aeroportos, estações de geração de energia, delegacias e fábricas de munição. Em cidades onde não havia uma guarnição o levante estava a cabo de civis que pertenciam às organizações de direita: falangistas, monarquistas, etc. que deveriam contar com o apoio de parte do corpo policial (Guarda Civil e a Guarda de Assalto) e que também apoiariam as guarnições golpistas.

Além de Franco, os principais generais responsáveis pelas operações mais importantes eram Mola, que cuidaria das operações no norte do país; Queipo de Llano, antigo oficial republicano que seria responsável pela Andaluzia; Fanjul, responsável pelo levante em Madri; Goded líder das operações na Catalunha.

O plano do levante foi descoberto um dia antes do programado, dia 17 de julho. Na verdade, todos os espanhóis sabiam da existência concreta de uma conspiração, mas não se sabia exatamente quando ela ia acontecer. Na cidade marroquina de Melilla, o general Romerales, um republicano convicto descobriu os planos do levante, no entanto, foi tomado pela dúvida e não agiu prontamente contra os golpistas. Na verdade, teria pouco efeito qualquer ação efetiva do general, uma vez que a esmagadora maioria dos oficiais e soldados estava comprometida com o

movimento nacionalista. O coronel Seguí agiu com rapidez e mandou prender o general, ao mesmo tempo em que convocava a Guarda de Assalto para tomar parte das operações e foi prontamente atendido. Imediatamente se comunicou com as guarnições de Tetuan e Ceuta, dando início à tomada do Marrocos, o que aconteceu de forma rápida, brutal e eficaz.

A notícia chegou no mesmo dia em Madri. Casares Quiroga acreditava que a ação limitava-se ao Marrocos, o que demonstrava uma teimosa insistência em não ver o óbvio. As medidas tomadas foram circunscritas a deter o levante em território colonial: foram feitas ligações e apelos aos pouquíssimos oficiais leais para que resistissem melhor forma possível (o que seria inviável e a queda da colônia inevitável) e foram enviados três navios de guerra para Ceuta e Tetuan, a fim de dar cabo da rebelião. A principal e mais radical medida não foi tomada: declarar a independência do Marrocos e superar o caráter imperialista da República. No entanto, o caráter conservador do governo de Casares Quiroga inviabilizou a medida mais eficaz contra a rebelião, pois iria provocar uma insurreição nacional contra as forças armadas espanholas, o que significava envolver Franco em uma guerra de libertação nacional, e, consequentemente, privar o movimento nacionalista de sua principal força.

A timidez das medidas enfureceu os trabalhadores e os setores republicanos, afinal, era evidente que não se tratava de uma ação circunscrita ao Marrocos, como fazia crer o comunicado feito pelo rádio da manhã do dia 18 de julho no qual dizia que "o governo afirma que o movimento está confinado a algumas regiões do Protetorado [Marrocos] e que ninguém, absolutamente ninguém no continente, se uniu a essa aventura absurda" (BEEVOR, 2007:106). Diante disso, a CNT e a UGT declaram greve geral e exigem armas do governo para que possam resistir e lutar contra o golpe nacionalista. A resposta do governo liberal de Casares Quiroga era igualmente óbvia: foi negada a distribuição de armas aos trabalhadores por conta do temor de uma revolução socialista. E mais, o Primeiro Ministro ameaçou mandar fuzilar aqueles membros do governo que fizessem a distribuição (THOMAS, 1964; PRESTON, 1996; BEEVOR, 2007, SALVADÓ, 2008).

A rebelião não estava circunscrita ao Marrocos e no dia 18 de julho o plano foi executado em toda a Espanha. As 48 horas iniciais foram decisivas para o confronto e demonstraram que nenhum dos lados tinha forças suficientes para aniquilar seu adversário. E quando falamos em "força" não estamos nos referindo simplesmente à armas ou número de tropas, mas também de vontade, determinação, coordenação, iniciativa, coragem, planejamento e gestão das condições.

Cada lado teve seus aspectos positivos e negativos que determinaram a dinâmica do conflito. O campo republicano pode contar com a lealdade da maior parte dos oficiais mais jovens (tenentes, capitães e majores) e com o maior contingente da Guarda de Assalto e, em alguns casos com a Guarda Civil, caso contrário a derrubada do regime seria inevitável. Por outro lado, a relutância de Casares Quiroga em armar a população foi decisiva para impedir a vitória da República, que teve que contar com uma corajosa e heróica resistência da população (armada ou não) contra o movimento nacionalista. Os nacionalistas contavam com o prestígio de seus líderes junto às tropas e com uma grande quantidade de coronéis e generais, o que facilitou a mobilização das tropas e foram beneficiados pela relutância do governo republicano em agir de forma mais decidida. A vitória de cada campo dependia do arranjo de todos esses fatores: capacidade de mobilização, determinação, coragem e equipamentos (armas e munições). Em cada local um deles poderia prevalecer sobre o outro, não havia uma regra a seguir: em determinados momentos, uma multidão desarmada conseguia sobrepujar uma guarnição armada, porém temerosa de agir. De forma geral, as coisas ocorreram da seguinte forma:

> O padrão utilizado em toda parte era o mesmo empregado em Melilla. Desde a madrugada e em várias horas diferentes até o meio da tarde, a guarnição militar se insurgia, era imediatamente apoiada pela Falange e, na maioria dos casos, também pela Guarda Civil. O dirigente nomeado dos rebeldes declarava estado de guerra, assim formalmente anunciando o poder militar, e esta declaração era lida na sacada da Prefeitura local na praça central. A tomada do poder encontrava a resistência das milícias socialistas, comunista, que faziam como melhor podiam, enquanto o Governador Civil vacilava em seu gabinete e tentava comunicação telefônica com Madri. Os oficiais fiéis à República e, na maioria dos casos, os *asaltos*, resistiam ao levante e tentavam convocar à luta tanto o Governo Civil quanto as organizações da classe operária. Uma greve geral era ordenada por ambas as centrais sindicais, a UGT e a CNT, e barricadas (...) eram imediatamente erguidas. Seguia-se a luta com ambos os lados demonstrando extrema despreocupação quanto à segurança pessoal. (THOMAS, 1064:167).
>
> Quando o levante tinha sucesso numa cidade, o padrão dos fatos era começar a tomada de prédios estratégicos, como a prefeitura. Se não havia guarnição militar, as forças rebeldes constituíam-se de guardas civis, falangistas e partidários de direita armados com carabinas e espingardas de caça. Declaravam o estado de sítio em termos oficiais, e em vários lugares moradores confusos acharam que estavam executando ordens do governo de Madri.
> A reação da CNT e da UGT era ordenar a greve geral e solicitar armas ao governador civil. As armas eram recusadas ou impossíveis de obter.

> Rapidamente se construíam barricadas, mas os trabalhadores que resistiam aos rebeldes eram massacrados e os potenciais adversários que sobreviviam, do governador civil ao mais subalterno funcionário sindical, eram executados. Já se os soldados hesitassem ou demorassem para sair do quartel os trabalhadores estivessem preparados, o resultado costumava ser bem diferente. Um ataque imediato ou cerco do quartel era o bastante para garantir a rendição dos rebeldes. (BEEVOR, 2007:107).

Durante os primeiros dois dias de levante militar, o governo da República era um completo caos. Casares Quiroga não conseguia comandar, tomar decisões ou organizar um plano consistente para deter a insurreição nacionalista e o presidente Azaña simplesmente se recolheu em sua residência oficial e pouco fez para tentar solucionar a crise, atitude que nada lembrava o mais importante político republicano da Espanha naquele momento. Não havia um plano coordenado de ataque ou defesa, suas ações limitavam-se a telefonemas solicitando que os oficiais e forças leais lutassem o máximo possível para evitar o golpe ou determinando o afastamento dos oficiais golpistas, o que era uma medida inócua e meramente burocrática, uma vez que o comando das tropas continuava nas mãos desses oficiais. Além disso, as informações não eram claras, não se sabia direito o que se passava. As notícias divulgadas pelo governo republicano eram confusas e geralmente passavam a ilusão de que o Estado estava preparado, organizado e combatendo de forma eficaz o levante militar. Enquanto isso a população ficava completamente dividida e tinha dúvidas de como agir. Em diversos lugares existia a mobilização contra o levante com ou sem acesso a armas, o que levava a um violento conflito contra as forças golpistas; em outros lugares, a população simplesmente declarava seu apoio ao lado que conseguia estabelecer a hegemonia por medo das represálias e perseguições que ocorriam após a vitória de um determinado lado; por fim, em outros lugares a população apoiou de forma decisiva o levante militar.

No dia 19 o Primeiro Ministro Casares Quiroga não consegue aguentar a pressão e renuncia ao cargo. O presidente Azaña convoca para o cargo Diego Martínez Barrios, cuja estratégia para deter o levante é negociar com os rebeldes as condições para o fim dos conflitos. O novo Primeiro Ministro ligou para o general Mola, até então o líder do levante em território espanhol, para negociar o fim das hostilidades propondo a formação de um novo governo que pudesse satisfazer os anseios e desejos do campo nacionalista. Como prova da boa vontade do governo republicano, Martinez Barrios formou um governo republicano sem nenhum membro do PSOE ou qualquer político de esquerda e incluindo o general Miaja como Ministro da Guerra.

No entanto, o general Mola recusou qualquer tentativa de negociação: "'A Frente Popular é incapaz de manter a ordem', respondeu-lhe Mola. 'O senhor tem seus adeptos, e eu tenho os meus. Se fizéssemos um acordo, estaríamos traindo os nossos ideais e os nossos companheiros. Mereceríamos ambos ser linchados'" (THOMAS, 1964:175-176).

A postura defensiva do governo causou revolta e indignação em grande parte da população, que exigia uma postura ofensiva contra os golpistas. Após saber das tentativas de negociação com os nacionalistas, multidões tomaram as ruas de Madri exigindo armas ao som de palavras de ordem como "Armas, armas, armas", "Sol, Sol, Sol" e "Traidores". Após o fracasso das negociações e da manifestação popular, o governo de Marínez Barrios desmoronou em poucas horas após sua nomeação.

Foto 1. Distribuição de armas em Madri

http://pares.mcu.es/ArchFotograficoDelegacionPropaganda/lanzarVisor.do?idImagen=14202145 (acessado em 27/4/11).

O presidente Azaña recorreu ao seu amigo e liberal José Giral para que formasse um novo governo – o terceiro do dia 19 -. O novo Primeiro Ministro demonstrou a perspicácia que faltava em seus colegas para admitir a realidade do conflito e tomou a medida mais óbvia e

importante daquele momento: autorizou a distribuição de armas para as organizações da classe trabalhadora. No entanto, a medida veio tarde demais. Caso a distribuição das armas tivesse sido feita logo no dia 17 junto com uma ação bem planejada e coordenada pelo governo republicano, o levante poderia ter sido dominado com relativa facilidade, se levarmos em conta que a mobilização dos trabalhadores, mesmo sem armas, conseguiu impedir a vitória dos nacionalistas em grande parte do território. É possível imaginar um cenário que o levante pudesse ser contido com uma atuação mais responsável e decidida do governo republicano. No entanto, não foi assim que ocorreu.

No final do mês de julho era possível delimitar com relativa clareza a divisão da Espanha em dois territórios, o Nacionalista e o Republicano[46]. Como vimos anteriormente, o Marrocos foi a primeira parte do território espanhol a cair sob o domínio dos nacionalistas, juntamente com as Ilhas Canárias e as Ilhas Baleares, redutos reacionários controlados por oficiais nacionalistas. Na Espanha vamos destacar a ação dos quatro mais importantes generais nacionalistas, suas ações ocorreram nas principais regiões espanholas e definiram o mapa dos conflitos, que são os generais Mola, Queipo de llano, Goded e Fanjul.

Mola ficou responsável por comandar as ações que deveriam conquistar o norte (Galícia, País Basco, Astúrias) e centro espanhol (Castela-Leão e parte de Aragão). A grande vantagem para a vitória dos nacionalistas nas províncias do norte era o predomínio do caráter conservador e católico da população, o que contribuiu de forma decisiva para o sucesso do levante. Evidentemente houve resistência em algumas cidades, mas de forma geral o norte caiu com facilidade. Em Pamplona, Burgos, Segóvia, Valladolid, Palencia e Zamora foram dominadas com a maior facilidade e praticamente sem nenhum derramamento de sangue ou conflitos. Em Oviedo, centro da revolução de 1934 nas Astúrias, os trabalhadores foram enganados pelo Coronel Aranda, que se declarou leal república. Acreditando nessa lealdade, quatro mil mineiros partiram das Astúrias para Madri. Quando essa força encontrava-se longe, Aranda se declarou fiel aos nacionalistas e tomou a província. No País Basco apenas Alava foi capturada pelos nacionalistas, enquanto Biscaia e Guipúzcoa foram facilmente controladas pelo governo republicano, principalmente por conta da forte mobilização dos trabalhadores e do Partido Nacionalista Basco, que longe de ser liberal ou revolucionário, alinhou-se com o campo

[46] Descrições detalhadas do desenvolvimento dos conflitos, estratégias e detalhes podem ser encontrados em THOMAS (1964), BEEVOR (2007) e em HUERTA e PUELL (2007).

republicano para conseguir seu estatuto de autonomia. Na Galícia houve violentos confrontos até que a região fosse finalmente dominada pelos nacionalistas. Em Aragão os nacionalistas conseguiram conquistar metade da província de Huesca (incluindo a capital) e a maior parte de Saragoça, o que foi considerado um duro golpe não apenas para a República, mas para a CNT, pois era o segundo centro do anarquismo espanhol depois de Barcelona.

Na Andaluzia as operações ficaram sob o controle do general Queipo de Llano, republicano até o início da década de 1930. Além de ter a difícil missão de controlar a região com maior ímpeto revolucionário e com maior grau de conflitividade social, Queipo de Llano deveria ter uma vitória rápida para conseguir estabelecer uma cabeça-de-ponte para o Exército do Marrocos liderado por Franco. Cádiz foi capturada rapidamente, apesar da resistência realizada por milícias de trabalhadores e do governador civil. Em Sevilha, a principal província da região, os conflitos foram violentos, pois os trabalhadores conseguiram mobilizar uma significativa resistência contra os nacionalistas, mesmo com pouquíssimas armas a sua disposição. Queipo de Llano conseguiu vencer a resistência dos trabalhadores no dia 20 de julho. De forma geral, a resistência dos trabalhadores na Andaluzia só foi totalmente derrotada após a chegada das primeiras tropas do Marrocos, o que aconteceu após o dia 21 de julho.

A República obteve duas vitórias fundamentais e as mais importantes nessas 48 horas iniciais de combates, que ocorreram em Madri e em Barcelona. A manutenção do centro político (Madri) e do centro econômico (Barcelona) foram cruciais para impedir o sucesso do levante nacionalista. A mobilização das forças republicanas leais e a forte resistência oferecida pelos trabalhadores foram decisivas para sufocar o levante nas principais províncias da Espanha. Em Barcelona, ao contrário de Madri, os trabalhadores não esperaram pela distribuição de armas feita pelo governo Giral, e assim que souberam do levante no Marrocos, simplesmente tomaram diversos depósitos de armas para poder organizar uma resistência efetiva. Barricadas foram erguidas, milícias organizadas, a Guarda Civil e a Guarda de Assalto foram prontamente mobilizadas para defender a República. Ocorreram conflitos durante todo o dia 19 de julho, quando as guarnições se insurgiram, no entanto, no início da noite, a antiga Capitania Geral que estava sendo utilizada como posto de comando do general Goded foi tomada e o general capturado. Após sua captura, o general Goded foi obrigado a fazer um comunicado pelo rádio reconhecendo sua derrota e solicitando que os oficiais e soldados nacionalistas se entregassem aos poderes constituídos. Em Madri, o principal local de combate foi Quartel da Montana, onde o

general Fanjul liderava o levante sem um plano efetivo para articular a ação das demais guarnições e conquistar a província. A ação dos nacionalistas falhou por conta da falta de um plano eficiente e a dificuldade de comunicação entre as guarnições, que só poderia ser feita através de códigos nos telhados dos quartéis (THOMAS, 1964:189) aliadas à forte mobilização popular, na qual os trabalhadores ergueram barricadas e cercaram os quartéis mesmo sem ter armas, e à ação das forças leais, que conseguiram derrotar as tropas no Quartel da Montaña e outras guarnições que não demonstraram muito ímpeto para luta após a vitória republicana sobre Fanjul, principalmente porque após a tomada do quartel, uma parte significativa das milícias de trabalhadores agora dispunha de armas para atacar.

Foto 2. O cerco ao Quartel La Montaña

http://pares.mcu.es/ArchFotograficoDelegacionPropaganda/lanzarVisor.do?idImagen=14202133 (acessado em 27/4/11).

Mapa 9. Os territórios em conflito em julho de 1936

Fonte: SALVADÓ, 2008:18

A vitória de cada campo em determinada província ou cidade era seguida de uma onda de violência e brutalidade contra os vencidos. Prisões, torturas, incêndios e, principalmente, os fuzilamentos eram utilizados como instrumento de vingança e terror contra os vencidos, fossem civis ou militares. No campo nacionalista a violência fazia parte de uma estratégia de combate: ela era um instrumento para subjugar o inimigo, criar o medo e o pavor, servir de exemplo para aqueles que tinham escolhido defender o lado republicano. Nesse sentido, a violência estava presente durante os combates e, principalmente, após o encerramento das lutas. Durante os combates os soldados nacionalistas eram incentivados pelos seus superiores a tratar seus adversários como soldados inimigos de outra nação. A ideia era de que as tropas nacionalistas estavam conquistando um novo território e aqueles trabalhadores, soldados e policiais que opunham resistência não eram em nada diferentes do que a população marroquina ou soldados de um Exército inimigo. Com essa perspectiva, a ferocidade das tropas nacionalistas era surpreendente, principalmente por parte do Exército da África, famoso pela extrema violência e

crueldade com que trava seus combates e trata as populações vencidas. Após a conquista de determinada cidade as tropas nacionalistas fechavam jornais, *casas del pueblo*, sindicatos e partidos e promoviam verdadeiros massacres contra os vencidos, sejam civis ou militares. Não existia qualquer tipo de processo legal constituído e nada que lembrasse, vagamente, um tribunal e as sentenças eram dadas imediatamente pelo oficial responsável: prisão ou fuzilamento. Oficiais republicanos, sindicalistas, membros de partidos de esquerda, milicianos, militantes, trabalhadores que não tinham se engajado no conflito eram sumariamente presos ou executados. Os massacres duravam dias e não se limitavam a trabalhadores, militares e funcionários leais a república, mas também a eliminar professores, intelectuais, profissionais liberais, enfim, qualquer pessoa que simplesmente pensasse diferente ou não apoiasse a causa nacionalista.

> Ao contrário do terror intenso e espontâneo da República, o realizado pelos insurgentes era frio e calculado. A repressão era uma parte intrínseca do ethos e da estratégia nacionalista. Os oficiais rebeldes, a maioria deles africanistas, conduziram a guerra como se ela fosse uma luta colonial, com população hostil da Espanha no papel de nativos ignorantes e ateus. O culto da violência e o profundo desprezo pelos direitos humanos e pelos valores liberais que esses oficiais haviam forjado nos cruéis campos de batalha marroquinos agora era levado para o continente. Realmente, havia muito pouca espontaneidade com relação ao banho de sangue. Certamente imperavam casos de atividades descontroladas de grupos paramilitares. No entanto, a hierarquia militar não só fechou os olhos para esses atos como encorajou um grande número de forças da milícia a serem cúmplices nessa tarefa. A repressão desde o início era o resultado lógico de um deliberado plano de vingança e liquidação que tinha como objetivo erradicar as reformas iniciadas em 1931. (SALVADÓ, 2008:153).

> O número de execuções variava de distrito a distrito, seguindo os caprichos do comandante militar local ou das autoridades. Os governadores civis e funcionários da administração, se nomeados pelo governo da Frente Popular, eram, quase sem exceção, fuzilados. E o mesmo acontecia aos que procuravam manter a greve geral declarada no momento do levante. As mulheres, irmãs e filhas de homens executados compartilhavam por vezes o mesmo destino. Com freqüência tinham a cabeça raspada e as testas pintadas, zombeteiramente, com alguma sigla operária como UHO ou UGT. E podiam ser violadas. Tais atrocidades tinham um objetivo especial. Embora os rebeldes estivessem bem armados, eram pouco numerosos. Numa localidade como Sevilha, a enorme população operária tinha de ser aterrorizada para ceder à nova ordem, e somente assim os comandantes nacionalistas poderiam dormir em paz em suas casas. Desta maneira, não apenas se sentiam os rebeldes tentados a mostrar extraordinária crueldade para com seus inimigos, mas

> tinham de agir abertamente e expor aos olhos do povo os cadáveres das pessoas por eles assassinadas. (THOMAS, 1964:201).

A violência e a repressão também estavam presentes no campo republicanos, no entanto, sua natureza era distinta daquela promovida pelos nacionalistas. Ao invés de possuir um caráter frio, metódico, estratégico e calculista, a violência republicana era motivada por uma espécie de fúria popular, uma vingança espontânea contra as classes dominantes. Assim como ocorria no campo nacionalista, após a vitória em determinada cidade, multidões protagonizavam atos de violência contra pessoas, famílias e instituições associadas aos golpistas: igrejas eram saqueadas, destruídas e incendiadas, assim como a sede de partidos e jornais de direita; grandes proprietários, industriais, pessoas ligadas aos nacionalistas eram perseguidas, presas e mortas, militares e policiais nacionalistas eram majoritariamente fuzilados. As milícias dos trabalhadores assumiram o papel de juiz, júri e carrasco e promoviam uma verdadeira caçada a pessoas que possuíam algum tipo de vínculo real ou potencial com as organizações nacionalistas. A diferença da violência entre nacionalistas e republicanos é que entre os últimos, a violência nunca foi defendida com instrumento ou estratégia de luta contra os nacionalistas e os principais líderes das organizações e partidos eram contra a sua prática. Enquanto na zona nacionalista a violência e os massacres sistemáticos continuavam de forma premeditada, na zona republicana a violência desmedida ia diminuindo conforme os conflitos iam acabando e algum tipo de poder político se constituía após o vácuo deixado pelos confrontos. Nesse sentido, houve um esforço dos líderes dos partidos republicanos (especialmente de Azaña), do PSOE, da UGT e da CNT para que aquela violência arbitrária acabasse. E foi o que ocorreu. Conforme os poderes políticos do Estado republicano ou das organizações dos trabalhadores ia se estabelecendo, as execuções, torturas e prisões arbitrárias foram significativamente reduzidas até o fim de 1936.

> Com a reconstrução gradual do Estado republicano, o terror diminuiu de modo proporcional e permaneceu sob controle até o final de 1936. De modo lento, porém constante, canais tradicionais de ordem e justiça foram estabelecidos. Após as *sacas* de 22 e 23 de agosto na capital, nas quais mais de 30 extremistas de direita foram mortos, o governo estabeleceu tribunais populares, formados por jurados e presididos por juízes de carreira, para lidar com os crimes de traição e sedição a fim de impedir as determinações das massas. O anarquista García Oliver, embora provocador nos primeiros dias da guerra, como ministro da Justiça, teve papel crucial na contenção da violência descontrolada até então. Apesar dos esforços, contudo, em uma das piores tragédias da República, em novembro e dezembro de 1936, mais de 2400 condenados

> foram executados por seus próprios guardas nos povoados de Torrejón de Ardoz e Paracuellos Del Jarama, nos arredores da capital. Quando o anarquista Melchor Rodríguez foi indicado para organizar o sistema penitenciário, ele acabou com os terríveis massacres de prisioneiros de direita expulsos de Madri à medida que a luta explodia na cidade. (SALVADÓ, 2008:132).

O levante nacionalista foi derrotado na maior parte da Espanha fundamentalmente por conta de dois fatores: 1.a permanência de tropas e instituições leais à República; 2. a mobilização da classe trabalhadora. Foi a ação dos trabalhadores que impediu, em diversas cidades, que as tropas do Exército, a Guarda Civil e a Guarda de Assalto apoiassem o levante. Em inúmeras ocasiões, quando as forças policiais ou militares percebiam a forte mobilização popular, declaravam seu apoio à República, com receio da ação dos trabalhadores. Nesse sentido, a resistência oferecida pela classe trabalhadora foi fundamental para garantir a lealdade de parte significativa das forças militares e policiais, caso contrário o grau de adesão ao levante nacionalista poderia ser muito maior e o sucesso do golpe seria praticamente certo.

A ação bem sucedida dos trabalhadores na maior parte do território espanhol, principalmente por conta da defesa de Madri e de Barcelona, gerou um forte entusiasmo na classe trabalhadora espanhola, que assumiu um papel protagônico de maior envergadura do que em outros momentos da sua história recente. Diferente de 1917-1921 e 1934, dessa vez trabalhadores urbanos e camponeses estavam engendrando um processo de luta com uma consistência política, operacional, tática e estratégica sem paralelo em sua história (ainda que com problemas e limitações). A mobilização para deter o levante nacionalista significou um ganho de consistência na organização interna dos trabalhadores espanhóis e criou um contexto favorável a um processo revolucionário. Na verdade, desde a proclamação da República trabalhadores espanhóis e suas organizações tinham clareza que um contexto pré-revolucionário estava se configurando. As eleições de 1933 e o clima político das eleições que levaram a Frente Popular ao governo deixaram claro que tal contexto estava posto e faltava apenas uma fagulha para detonar o processo de luta revolucionária. Diante disso, preparativos e planejamentos começaram a ser feitos, estratégias e táticas elaboradas, ainda que com problemas, ambigüidades e limitações. O importante é salientar que os trabalhadores tinham clareza do momento e estavam buscando se preparar para a situação que se apresentava.

A ação dos trabalhadores foi fundamental para preencher o vácuo deixado pela paralisia generalizada do governo frente ao levante nacionalista. A inércia do governo possibilitou que os

trabalhadores assumissem um papel protagônico, em primeiro lugar, na defesa da República, mas que rapidamente se converteu em um processo revolucionário. Da defesa de uma república burguesa, a força da classe trabalhadora se converteu em um processo revolucionário a partir do momento em que constatou a paralisia militar e um evidente processo de decomposição do aparelho de Estado e percebeu que esta era a oportunidade para uma ação mais contundente e efetiva.

A incapacidade e a indecisão dos líderes republicanos para lidar com a crise política não ficou restrita apenas ao campo militar, mas foi disseminada por todos os órgãos institucionais da República, configurando um rápido processo de decomposição das estruturas políticas, jurídicas e administrativas do Estado, onde "[a] tradicional máquina do Estado foi suprimida pela onda revolucionária que se seguiu à derrota da rebelião em grandes partes do país" (SALVADÓ, 2008:145). Entre o processo de decomposição e recomposição do Estado republicano (o que levou aproximadamente entre 10 e doze meses), os trabalhadores espanhóis vão engendrar a produção de um outro modo de existência. Esse processo de decomposição, no entanto, não deve ser compreendido como o fim do aparelho de Estado ou sua perda absoluta de capacidade de exercício de poder. O que ocorreu foi a constituição de uma situação onde a capacidade de exercício de poder do Estado foi significativamente reduzida, mas não completamente destruída, o que permitiu a emergência da capacidade de exercício do poder dos trabalhadores espanhóis. Este complexo processo deu origem a situações muito heterogêneas, onde o processo revolucionário foi conduzido principalmente por socialistas (UGT), como no caso de Madri, País Basco, partes da Extremadura e, onde o grau de radicalização foi muito menor do que em áreas e regiões controladas pelos anarquistas, como a Catalunha, Andaluzia, Aragão, parte significativa de Castela-La Mancha e a maior parte de Levante. Ainda devemos acrescentar, que a dinâmica da decomposição do aparelho de Estado também variava de acordo com a intensidade e força do processo revolucionário. Assim, se desde o primeiro momento houve a hegemonia dos trabalhadores, também é possível afirmar que o aparelho de Estado se recompôs com maior facilidade justamente naquelas áreas e regiões onde a experiência era orientada de forma hegemônica por socialistas e comunistas. Assim, é possível encontrar situações onde: 1. a recomposição do Estado foi mais rápida, o que resultou no fim da hegemonia dos trabalhadores; 2. existia uma colaboração entre trabalhadores e o aparelho de Estado; 3. completa hegemonia dos trabalhadores e colapso do aparelho estatal.

O levante nacionalista precipitou o processo que buscava impedir: a ação revolucionária dos trabalhadores. Após impedir o levante nacionalista, organizações da classe trabalhadora, principalmente a CNT e a FAI, iniciam um processo de luta revolucionária contra o fascismo, buscando implementar um novo modo de existência baseado nas ideias libertárias, o que significa lutar também contra a república burguesa que até então não foi capaz de transformar de forma significativa as estruturas de poder e o modo de vida da classe trabalhadora.

A revolução, evidentemente, não se concretizou, não triunfou nem alterou por um tempo prolongado as estruturas e relações de poder hegemônicas, nem foi capaz de consolidar por um período significativo de tempo uma nova organização societária, que nos permita identificar uma certa estabilidade para afirmar que uma outra organização societária foi instituída e, principalmente, consolidada. O que ocorreu na Espanha foi um processo que durou aproximadamente 2 anos e meio, tempo insuficiente para afirmar a vitória de uma revolução, mas tempo necessário para se afirmar a existência de uma consistente experiência de caráter libertário que se afirmou no contexto de uma sangrenta guerra civil e, por isso, possui uma importância política crucial para aqueles que acreditam ser possível a instituição de uma sociedade baseada nos princípios libertários.

O processo revolucionário que se desenvolveu na Espanha era extremamente heterogêneo nas práticas vivenciadas pelos trabalhadores, no entanto, foi norteado pelo espírito e pelas ideias libertárias formuladas e consolidadas desde da segunda metade do século XIX até o IV Congresso da CNT em maio de 1936. Assim, o que se apresentava como heterogêneo eram as diversas formas criadas para se chegar aos mesmos fins e tais formas ainda apresentavam uma coerência e uma similaridade entre si, afinal o meio de se atingir um determinado fim nos diz tanto quanto o próprio objetivo final. Nesse sentido, o processo revolucionário estava ancorado nas seguintes ideias: abolição da propriedade privada e do Estado; coletivização dos meios de produção; autogestão política e econômica da sociedade; distribuição justa da riqueza socialmente produzida; horizontalidade das relações de poder. Estas foram as ideias principais que se encarnaram em práticas concretas através das quais os trabalhadores organizaram seu modo de vida e, consequentemente, expressaram uma nova territorialidade.

É possível afirmar que existe um relativo consenso em relação ao caráter revolucionário da experiência libertária na Espanha durante a guerra civil. Com exceção da historiografia franquista, não encontramos autores que tenham negado o caráter revolucionário em si, mas sim

debatido sobre a profundidade, as possibilidades e os limites desse processo, como podemos observar em THOMAS (1964), LEVAL (1972), SANTILLÁN (1980), BERNECKER (1983), VILAR (1985), AMSDEN (1989), BREITBART (1989a e 1989b), BROUÉ (1992), BOLLOTEN (1998), ORWELL (2006), MINTZ (2006), MENDEZ e VALLOTA (2006), BEEVOR (2007), SALVADÓ (2008), GARCÍA (s/d), GUÉRIN (s/d), SEWELL (s/d).

> Una revolución incomparablemente más profunda que cuantas le han precedido en la historia, se ha producido en un país del que se habló mucho durante los años 1936-39: España. Una revolución que alcanzó los objetivos establecidos teóricamente por Marx y Engels, cuando llevaran a sus últimas consecuencias sus predicciones sobre el futuro; objetivos también formulados por Proudhon y por Bakunin, por Kropotkin y por toda la escuela del anarquismo comunista. Estos resultados fueron conseguidos en menos de tres años, mientras que la revolución bolchevique que hace más de cincuenta años se reclamaba teóricamente del mismo ideal, no ha dado ni un paso adelante hacia ello. LEVAL (1972, p. 9).

> O triunfo das organizações da classe trabalhadora criou um clima revolucionário e até uma certa situação revolucionária temporária na Catalunha, no Levante e Aragão. Durante vários meses as forças armadas dessas regiões foram, em geral, milícias controladas pelos anarquistas. As fábricas foram em grande parte tomadas pelos trabalhadores e dirigidas pelos comitês da CNT, enquanto centenas de aldeias ou dividiam ou coletivizavam a terra, e muitas tentaram organizar comunidades libertárias do tipo defendido por Kropotkin. WOODCOCK (2002b, p. 152)

> Nesse ínterim a revolução varria todas as cidades onde o levante nacionalista não tivera êxito e naquelas onde não eclodia. Formavam-se comitês de controle em toda parte, nominalmente proporcionais aos partidos da Frente Popular junto com os anarquistas. Na verdade, eles refletiam a correlação de forças políticas existentes em cada cidade. Esses comitês, portanto, iriam tentar modificações na sociedade local e na vizinhança, de acordo com os pontos de vista do partido mais forte ali. Os primeiros passos, comuns a toda a Espanha Republicana, seriam a proscrição dos partidos direitistas e da requisição dos hotéis, jornais de direita, fábricas e residências ricas. Nestas os partidos e sindicatos esquerdistas teriam novas e suntuosas sedes. As estradas passariam a ser guardadas por patrulhas de milicianos. Vários subcomitês seriam formados para ocupar-se dos diversos setores de atividades. Desta maneira, a Espanha Republicana constituía menos um Estado único que um conglomerado de repúblicas isoladas. (THOMAS, 1964:208).

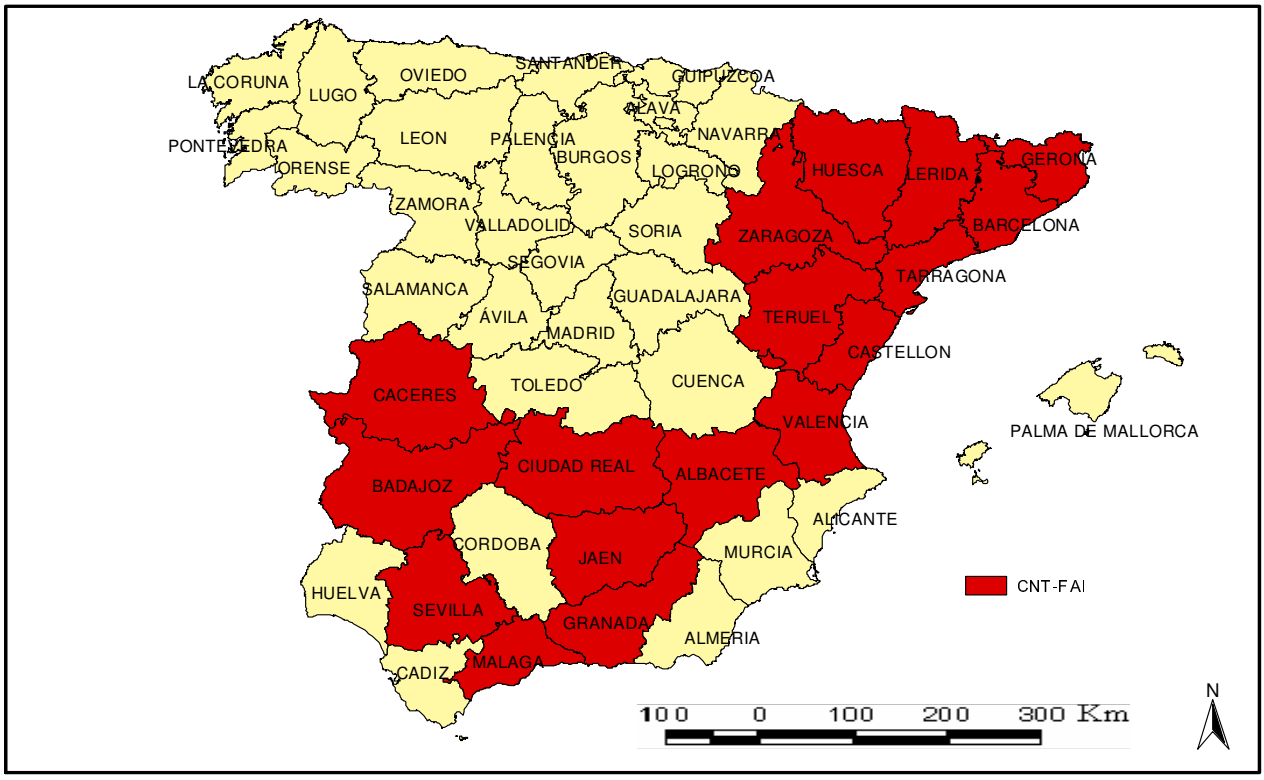
3.2. Ideias e organizações: a CNT e a FAI

O processo revolucionário espanhol foi caracterizado por um elevado grau de espontaneidade, principalmente no campo. Qual o significado disso? A espontaneidade significava a ação revolucionária de pessoas que não pertenciam a nenhuma organização e partido, no entanto, implementavam uma nova forma de organização societária em determinado *pueblo*, bairro, cidade ou fábrica. De forma independente e coletiva, as pessoas se organizavam a partir de uma determinada identidade, constituída a partir de sua referência de classe (camponês, operário, etc.), mas também com uma referência espacial explícita, principalmente em relação ao lugar ou à região. A organização coletiva baseada em múltiplas identidades, que se forjaram nos processos de luta instituía, para si, de forma autônoma, as leis e normas que iriam organizar a instituição de um outro modo de existência afirmado de forma autônoma e espontânea por uma coletividade, que não estava atrelada a uma determinada organização ou partido. Assim, sem seguir determinações, programas e orientações de uma determinada organização já constituída, uma parte significativa da experiência libertária foi se constituindo de forma espontânea. No entanto, tal espontaneidade não significa a ausência de um determinado projeto político que era disseminado entre os trabalhadores espanhóis desde o século XIX. A espontaneidade e a independência em relação a uma organização não significavam que a ação coletiva estava destituída de um pensamento, de um conjunto de ideais que norteavam a ação. Mesmo que não existisse uma organização para delinear e disseminar o ideário anarquista, tais ideias estavam profundamente arraigadas nas tradições de lutas da classe trabalhadora espanhola. Portanto, a espontaneidade não deve ser considerada como sinônimo de ausência de um projeto político ou, de forma mais modesta, de um determinado ideário de luta, que era dado pelo pensamento anarquista.

A espontaneidade foi extremamente importante para disseminar o processo revolucionário, no entanto, ela não foi a forma predominante e, conforme o tempo passava, era comum que tais formas de organizações coletivas independentes fossem encapsuladas pelas organizações e partidos já existentes. Dentre as organizações que participaram do processo revolucionário, aqueles que tinham um caráter efetivamente libertário e eram as principais organizações anarquistas da Espanha eram a CNT e a FAI.

A CNT foi criada em 1910 com o objetivo de ser um sindicato revolucionário, constituído por diversos campos políticos dos trabalhadores espanhóis (anarquistas, socialistas, comunistas, sindicalistas puros), cuja principal estratégia de ação era a greve geral revolucionária. A base social da CNT era fundamentalmente de trabalhadores urbanos e rurais. Em termos de classe, a CNT era majoritariamente constituída por operários que estavam distribuídos por todo o país, mas com maior concentração na Catalunha (principalmente Barcelona), Aragão (Zaragoza, segundo maior centro anarcossindicalista depois de Barcelona), Levante (com destaque para Valência), Andaluzia (Sevilha, Málaga e Granada) e a Extremadura (Cáceres e Badajoz). A base social constituída por trabalhadores rurais era menor, mas foi de extrema importância durante a experiência libertária por conta das coletivizações agrícolas. As principais concentrações de atividades consistentes eram Aragão (Huesca, Zaragoza e Teruel), Levante (Valência e Alicante), Castela-La Mancha (Cidade Real, Guadalajara e Albacete), Andaluzia (Jaen).

Mapa 10. Províncias com maior concentração de militantes CNT-FAI (1936)



Cartografia: Glauco Bruce Rodrigues
Fonte: Bernecker, 1983; Woodcock, 2002a.

Os objetivos que movem os protagonistas são indissociáveis daquilo que os constitui. Em outras palavras, a constituição dos protagonistas como uma coletividade, ainda que múltipla e heterogênea, produz e assume para si uma identidade que possui múltiplas determinações durante os processos de luta, durante a experiência das condições objetivas e subjetivas de existência, em suma, durante os conflitos que caracterizam e produzem o seu modo de existência (THOMPSON, 1989). A identidade desses trabalhadores se fundamenta, em primeiro lugar, na sua condição de produtor expropriado pelos donos dos meios de produção e de subsistência (habitação, por exemplo). Essa é uma condição dada pelas relações de poder que orientam o processo de produção dentro da estrutura econômica de um dado modo de existência. Isso os torna comum diante de um processo fundamental para a vida social, que é a organização da produção, divisão e circulação da riqueza socialmente produzida. No entanto, durante este processo surgem as primeiras diferenças que vão constituir novas identidades e estão calcadas na espacialidade do processo de trabalho: trabalhadores urbanos e trabalhadores rurais. A inserção no processo produtivo em espacialidades distintas, o que implica em diferentes percepções de tempo e espaço, relações com a natureza, formas distintas de relação com a técnica e os instrumentos de trabalho, sociabilidades diferentes, etc. Portanto, ser um trabalhador no campo não é a mesma coisa que ser um trabalhador urbano, o que opera a constituição de uma outra identidade. O processo de constituição da identidade ainda se torna mais complexo quando é acrescentada a questão da identidade local ou regional, fundamental para a compreensão da constituição do indivíduo e da coletividade na qual ele está inserido.

A despeito da existência de diversos grupos políticos, a CNT rapidamente foi controlada de forma hegemônica pelos anarquistas espanhóis, no entanto, não foram capazes de transformá-la em uma organização puramente anarquista, como seria a FAI. No entanto, sua atuação hegemônica foi decisiva para a definição da natureza e dinâmica da organização, que pode ser considerada como anarcossindicalista. Ainda assim, devemos ressaltar que tal hegemonia não significava ausência de conflitos. O maior deles ocorreu entre os antigos líderes da CNT (Angel Pestaña e Juan Peiró) e a elite anarquista da CNT.

O primeiro ponto fundamental é o caráter revolucionário da CNT, que é afirmado, explícita ou implicitamente, em todos os seus quatro congressos nacionais até o início da Guerra Civil (1910, 1919, 1931 e 1936). O objetivo fundamental da organização é mobilizar e aglutinar a maior quantidade possível de trabalhadores para que possam engendrar um processo de luta

revolucionária baseada nos princípios do anarquismo clássico de expropriação e coletivização dos meios de produção, abolição das classes sociais e do aparelho de Estado. Portanto, o que move os protagonistas é o desejo da instituição autônoma de um outro modo de existência baseado, fundamentalmente, nas formulações do anarquismo clássico. Alguns trechos dos documentos:

> El Congreso declara que:
>
> Constituyendo el Sindicalismo la asociación de la clase obrera para contrarrestar la potencia de las diversas clases poseedoras asociadas, no debe considerársele como una finalidad social, no debe ser interpretado como un ideal, sino como un medio de lucha entre los dos antagónicos intereses de clase, como una fuerza para recabar de momento todas aquellas ventajas que permitan a la clase trabajadora poder intensificar esta lucha dentro del presente estado de cosas, a fin de conseguir con esta lucha intensificada la emancipación económica integral de toda la clase obrera, mediante la expropiación revolucionaria de la burguesía tan pronto como el Sindicalismo, o sea la asociación obrera, se considere bastante fuerte numéricamente y bastante capacitada intelectualmente para llevar a efecto la expropiación de aquellas riquezas sociales que arbitrariamente detente la burguesía y la consiguiente dirección de la producción. (Congreso de Constitución de la CNT. Barcelona, 1910[47]).
>
> **TEMA 19:** LA UNIÓN DEL PROLETARIADO ORGANIZADO DEBE HACERSE A BASE DE ACCIÓN DIRECTA.
> **DICTAMEN:**
> La unión del proletariado organizado tiene que hacerse a base de acción directa revolucionaria, desechando los sistemas arcaicos que se han empleado anteriormente. (…).
> **TEMA 23:** EL CONGRESO DEBE ACORDAR QUE LAS TÁCTICAS SINDICALES SEAN A BASE DE ACCIÓN DIRECTA, NO ADMITIENDO EN LA SOLUCIÓN DE LOS CONFLICTOS LA MEDIACIÓN DE PERSONAS AJENAS A LAS CUESTIONES QUE SÓLO DEBEN RESOLVERSE ENTRE PATRONOS Y OBREROS.
> **DICTAMEN:**
> Esta ponencia dictamina favorablemente en pro de las tácticas a seguir marcadas en este tema. (II Congreso de la C.N.T. Madrid,1919[48]).
>
> Pero ello [o futuro] tiene que ser una revolución; destruir brutalmente, radicalmente, la actual estructuración económica que reposa sobre el régimen feudal de la tierra y sobre el monopolio y la oligarquía financiera que es su consecuencia. Todos los países citados han hecho la

[47]http://archivo.cnt.es/Documentos/congresosCNT/CONGRESO_CONSTITUCION_CNT.htm. Acessado em 7/4/2008.
[48] http://archivo.cnt.es/Documentos/congresosCNT/II_CONGRESO_de_la_CNT.htm. Acessado em 7/4/2008.

> revolución agraria. La burguesía española, tiene aún el recurso de la parcelación; las soluciones intermedias dejarán en pie todo el problema. Podemos afirmar que la expropiación y distribución de la tierra sólo es posible siguiendo las normas preconizadas por la Confederación Nacional del Trabajo. De no decidirse la burguesía al sacrificio de la aristocracia feudal y la latifundista, y asentar la economía agraria sobre nuevas bases, el obrero del campo representado por la C.N.T. realizará la expropiación. Para nosotros, pues, no es problema, y por eso no intentamos convencer a nadie, sin embargo, en su relación con el paro, vemos en la fórmula antedicha uno de los puntos definitivos para solucionar inmediata y transitoriamente el paro forzoso en nuestro país. (III Congreso de la CNT. Madrid, 1931[49]).
>
> Entendemos que nuestra revolución debe organizarse sobre una base estrictamente equitativa.
> La revolución no puede cimentarse ni sobre el apoyo mutuo, ni sobre la solidaridad, ni sobre ese arcaico tópico de la caridad. En todo caso estas tres fórmulas, que a través de los tiempos han parecido querer llenar las deficiencias de tipos de sociedad rudimentarios en los que el individuo aparece abandonado frente a una concepción del derecho arbitrario e impuesto, deben refundirse y puntualizarse en nuevas formas de convivencia social que encuentren su más clara interpretación en el comunismo libertario: dar a cada ser humano lo que exijan sus necesidades, sin que en la satisfacción de las mismas tenga otras limitaciones que las impuestas por las necesidades de la nueva economía creada.
> Si todos los caminos que se orientan hacia Roma conducen a la Ciudad Eterna, todas las formas de trabajo y distribución que se dirijan hacia la concepción de una sociedad igualitaria conducirán a la realización de la justicia y de la armonía social.
> En consecuencia, creemos que la revolución debe cimentarse sobre los principios sociales y éticos del comunismo libertario. que son:
> **1º** Dar a cada ser humano lo que exijan sus necesidades, sin que en la satisfacción de las mismas tenga otras limitaciones que las impuestas por las posibilidades de la economía.
> **2º** Solicitar de cada ser humano la aportación máxima de sus esfuerzos a tenor de las necesidades de la sociedad, teniendo en cuenta las condiciones físicas y morales de cada individuo. (IV Congreso de la CNT. Zaragoza, 1934[50]).

O caráter revolucionário da CNT é delineado pela ideia de comunismo libertário, que aparece de forma implícita nas formulações, debates e resoluções, mas que será discutido de

[49] http://archivo.cnt.es/Documentos/congresosCNT/III_CONGRESO_de_la_CNT.htm. Acessado em 7/4/2008.
[50] http://archivo.cnt.es/Documentos/congresosCNT/IV_CONGRESO_de_la_CNT.htm. Acessado em 7/4/2008.

forma sistemática no Congresso de 1936. Na verdade, é possível pensar que a resolução de 1936 é basicamente a sistematização das formulações e das práticas que constituíram a CNT. Nesse sentido, não se trata de algo novo, mas de explicitar em um documento a orientação geral da *práxis* revolucionária anarcossindicalista. Assim, no Congresso de 1936 podemos ler o seguinte:

> Cuando se nos presente el dictamen completo se verá claramente que hemos sabido proyectar la concepción del Comunismo Libertario, estableciendo:
> **1º** La soberanía individual que conforma a todos.
> **2º** El Sindicato como asociación, órgano de producción, señalará los principios fundamentales de los órganos de producción.
> **3º** En la economía y administración, la Comuna donde convergen los órganos de producción. En este dictamen están concretados todos los aspectos. A las Federaciones de Comunas, locales, regionales y nacionales y a las Federaciones de Industria de idem. Esto es lo fundamental y lo demás son detalles. Porque entendemos que la C.N.T. debe aglutinar todas las concepciones, estableciéndose el nexo de relación entre el Sindicato y la Comuna (IV Congreso de la CNT. Zaragoza, 1936[51]).

A definição de comunismo libertário formulada do Congresso de 1936 explicita alguns pontos fundamentais do ideário anarquista produzido ao longo da história do movimento, no entanto, ela deixa outros elementos diluídos que não são imediatamente percebidos ou identificados por pessoas que não tenham familiaridade com a temática. Nesse sentido, a definição deixa explícita os seguintes elementos que constituem o comunismo libertário:1. a defesa da liberdade individual; 2. a centralidade do sindicato como organização revolucionária e de gestora da vida social, que está centrada nos processos produtivos e econômicos; 3. o caráter comunal e federativo da organização anarcossindicalista e da sociedade pós-revolucionária. É possível ir além da própria definição e, a partir dos três elementos apresentados, identificar outros elementos fundamentais que constituem a *práxis* da CNT, como por exemplo, a ideia da expropriação da propriedade privada e da coletivização dos meios de produção que devem ser apropriados de forma autogestionária pela coletividade do sindicato, enquanto que o centro da política e do cotidiano é vivenciado nas comunas. As centralidades do sindicato e da comuna implicam, necessariamente, na abolição do Estado na instituição autônoma de novas leis e normas, o que implica, por sua vez, em uma outra espacialidade do poder, representada pela

[51] http://archivo.cnt.es/Documentos/congresosCNT/IV_CONGRESO_de_la_CNT.htm. Acessado em 7/4/2008.

descentralização, ou melhor, pelo princípio federativo em contraposição à centralidade estatal. No fim das contas o que importa é a clareza da orientação, do ideário que norteia as ações da CNT.

O elemento fundamental da organização econômica e política da CNT é o princípio federativo, tal qual foi discutido no primeiro capítulo. Dois aspectos são importantes de serem destacados: 1. o princípio federativo resguarda a autonomia de cada unidade que compõe a federação dentro das leis, normas e acordos que foram definidos, o que dificulta a centralização e a hierarquização; 2. a definição da escala é fundamental para a dinâmica de funcionamento da organização, pois em cada escala se constitui uma determinada instância da federação.

A constituição de uma organização confederada foi feita ao longo do tempo. No princípio, em 1910, "a CNT tendeu antes a se fundamentar mais nos sindicatos únicos locais, que reuniriam trabalhadores de todas as categorias de uma fábrica ou até de uma cidade. Assim, a tendência era identificar o sindicato e a localidade, de acordo com a tradicional ênfase anarquista da comunidade enquanto unidade social básica, sendo os sindicatos únicos frouxamente ligados à federação regional e efetivamente à federação nacional" (WOODCOCK, 2002b:134). Havia a ideia do princípio federativo, no entanto, ainda não estava plenamente desenvolvida e implementada por conta do processo de reconstrução da própria organização e do baixo desenvolvimento industrial, concentrado basicamente na Catalunha. Entre 1910 e 1918 a CNT não foi capaz de organizar confederações regionais, ficando restrita à organizações locais (comarcas e províncias). Neste período a CNT se desenvolveu baseada na constituição dos sindicatos únicos na maior parte das cidades industriais e em sindicatos por ramo de setor industrial naquelas onde o desenvolvimento industrial era maior, o que dificultava a constituição de um sindicato único. Nessas ocasiões, era possível a formação de federações locais de sindicatos dos diferentes ramos industriais.

A constituição das primeiras federações regionais ocorreu entre 1918 e 1919. A primeira federação regional foi fundada na Andaluzia, em um congresso realizado em Sevilha pela Federación Obrera Regional Andaluza (FORA) em maio de 1918, no entanto, ela só se apresentou publicamente enquanto tal em 1919. A primeira federação regional a se assumir enquanto tal foi fundada na Catalunha no Congresso de Sants (Barcelona) que ocorreu entre 28 de junho e 1 de julho de 1918. Poucos dias antes do II Congresso Nacional, entre os dias 1 e 3 de dezembro é fundada a Federação Regional do Levante na cidade de Valência. Portanto, nesses

dois anos, se constituem as federações regionais do mediterrâneo espanhol. (CAL e TAVARA, 2004). É fundamental destacar que as primeiras federações regionais são justamente aquelas onde o movimento libertário é mais organizado e é hegemônico na organização dos trabalhadores. Na Catalunha a base social era predominantemente urbano-industrial, constituída principalmente pelos operários de Barcelona. No Levante e na Andaluzia existia uma diversificação maior da base social, uma vez que existiam centros urbano-industriais importantes, principalmente Sevilha, Cádiz e Málaga (Andaluzia) e Valência (Levante), que contavam com uma importante base operária e dos trabalhadores do setor terciário. No entanto, também existia uma forte base de trabalhadores rurais, principalmente na Andaluzia, que constituíam uma parcela francamente revolucionária pouco disposta a abrir mão de suas convicções e absolutamente motivada para engendrar processos revolucionários. São os trabalhadores destas regiões, que representam a parcela mais organizada e radical do movimento anarquista espanhol que vão orientar a estruturação da CNT e, dentre estas federações, devemos destacar o papel fundamental e decisivo da Federação da Catalunha.

A constituição das federações regionais da Catalunha, Levante e Andaluzia foram decisivas para a dinâmica da CNT nos anos seguintes. O II Congresso, realizado em dezembro de 1919 em Madri foi caracterizado pelos debates acerca da necessidade do aperfeiçoamento da estrutura federativa da organização e inicia os trabalhos discutindo como melhorar a organização dos trabalhadores e a necessidade da criação de federações regionais e nacionais.

> Entendemos, pues, que la organización debe, por excelencia, estar constituida a base de Sindicatos Únicos de Ramo e Industria, ya que es la que nos permite luchar con ventaja contra el enemigo.
> En las poblaciones menos importantes deben los trabajadores agruparse en un solo Sindicato.
> Las Federaciones locales son el nervio de la organización obrera, debiendo, por tanto, todos los Sindicatos formar la Federación local en aquellas grandes poblaciones industriales que no lo esté; en el mismo caso consideramos los Sindicatos Únicos de todos los trabajadores de las pequeñas poblaciones, por lo que procede la fundación de, en vez de Federaciones locales, las Federaciones comarcales, esto es, del Sindicato a la Federación, de ésta a la Confederación Regional y de ésta a la Nacional, para formar así la gran Internacional de los trabajadores.
> Así entendemos debe estar constituida la organización obrera. (II Congreso de la CNT. Madrid, 1919[52]).

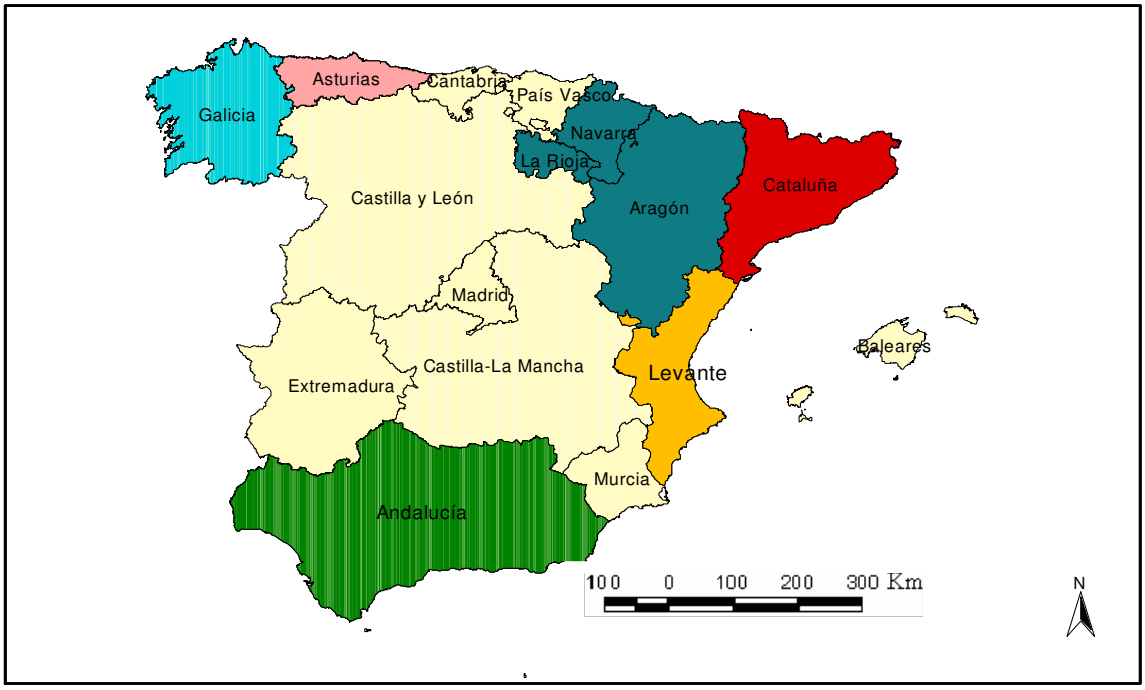
[52] http://archivo.cnt.es/Documentos/congresosCNT/II_CONGRESO_de_la_CNT.htm. Acessado em 7/4/2008.

A proposta foi aprovada por esmagadora maioria e a partir de então definiu a forma de organização multiescalar da CNT. A sensibilidade para as diferenças qualitativas do espaço e da articulação das escalas foi um componente fundamental para compreender a dinâmica da organização federativa. Nesta fase de desenvolvimento das federações, a questão fundamental era criar uma estrutura que permitisse a articulação dos sindicatos em diversas escalas. Em outras palavras, o mais importante era definir uma forma de organização e mobilização da classe trabalhadora que pudesse articular as ações desde a escala local à nacional. De que forma isso foi feito? De acordo com a resolução o primeiro passo era definir os tipos de organizações sindicais que seriam criadas em cada localidade. O tipo de sindicato depende diretamente do conteúdo sócio-espacial onde os trabalhadores estão inseridos, vejamos. Em cidades médias e grandes, com uma significativa diversidade da base produtiva, principalmente fabril, seria necessária a criação de um sindicato para cada ramo da produção[53]. Todos os sindicatos de ramo de determinada localidade iriam constituir uma federação local. Em caso de *pueblos*, cidades menores, com reduzida diversidade produtiva, todos os trabalhadores, de todos os ramos e atividades deveriam constituir um sindicato único local abrangendo uma área que geralmente corresponde à comarca (divisão administrativa cuja escala está entre o município e a província). Assim, definido que tipo de organização sindical será constituído a partir do conteúdo sócio-espacial, cada sindicato de ramo ou sindicato único irá se articular com os demais para constituir uma federação local (que pode abranger somente uma comarca ou uma província inteira). As federações locais devem se articular para constituir as federações regionais.

Após o II Congresso, novas federações regionais foram criadas entre 1920 e 1922 sob a inspiração dos debates e resoluções aprovadas. Neste período, são criadas as federações regionais da Galícia (La Coruña, 1920), Astúrias (Oviedo, 1920), Aragão, La Rioja e Navarra (Zaragoza, 1922).

[53] Cada ramo de produção compreende diversas profissões e atividades. O sindicato do ramo iria agrupar todas as profissões referentes aquele determinado ramo de atividades. O ramo não é uma profissão, mas um conjunto de atividades. Alguns exemplos daquilo que entendiam por ramo: construção civil, alimentos, transportes, complexo de metalurgia e siderurgia, panificação, vestuário, química.

MAPA 11. Federações Regionais da CNT (1920)



Cartografia: Glauco Bruce Rodrigues
Obs: As regiões de Castela-Leão, Extremadura, Madri, Castela-La Mancha, Múrcia, Cantábria e País Basco não possuem federações nesse período.

Entre 1919 e 1931 a dinâmica da organização federativa vai se tornando cada vez mais complexa. O desenvolvimento das federações regionais coloca novas questões práticas e teóricas para a CNT que devem ser resolvidas durante o próprio cotidiano. Assim, os sindicatos e federações não podem simplesmente esperar a realização de um novo Congresso para se debater e buscar soluções. Os problemas, obstáculos, dúvidas que surgem no cotidiano são os alimentos do pensamento e das ideias que vão surgindo para superá-los. Nesse sentido, o III Congresso realizado em 1931, novamente em Madri, é um retrato dessa dinâmica: ao mesmo tempo em que consolida as práticas instituídas durante o cotidiano dos trabalhadores, o Congresso também é espaço para a realização de novas formulações que contribuam para aprimorar a própria organização. Portanto, os debates e resoluções tiradas no III Congresso são a expressão de uma *práxis*, de uma ação orientada por um pensamento no qual o processo de agir e pensar são indissociáveis.

O terceiro ponto de debates do III Congresso da CNT, realizado em 1931, na cidade de Madri é intitulado "Plan de reorganización de la C.N.T. Necesidad de completar su estructura con las federaciones nacionales de industria. Campaña nacional de propaganda y

organización"[54]. O documento mostra os pormenores e o grau de detalhamento das formulações realizadas pelos trabalhadores ao longo do processo de luta e de organização da Confederação, o que demonstra uma significativa complexificação da estrutura federativa.

Os trabalhadores iniciam suas reflexões a partir daquilo que é o centro da organização política e econômica de suas vidas: o sindicato. Eles partem da ideia de organização dos Sindicatos Industriais ou Sindicatos de Ramo para desenvolver toda a ideia da estrutura federativa da CNT. O pensamento dos trabalhadores não parte de uma escala para chegar em outra (da local para a nacional, por exemplo), mas ele percorre diversas escalas, ora partindo da organização sindical para uma fábrica, da fábrica para o bairro, da província para a comarca e daí para a região e, finalmente, para o território nacional. Buscamos preservar o caminho percorrido pelos protagonistas para desenvolver nossa análise com o objetivo de tentar nos aproximar ao máximo dos protagonistas.

O documento parte do Sindicato de Indústria ou Sindicato de Ramo. É importante lembrar que o Sindicato de Ramo é constituído por diversas atividades e profissões complementares que dão origem a um grande ramo da produção. Nesse sentido, é possível identificar o ramo da alimentação, da habitação, da produção agropecuária, dos transportes, etc. (SANTILLÁN, 1980). Vejamos o que diz o documento:

> El Sindicato de Industria acoge en su seno a todos los trabajadores de una industria determinada sin distinción de especialidades profesionales. Una idea general sobre lo que, a juicio nuestro, ha de ser el Sindicato de Industria de la Edificación, nos servirá de ejemplo y guía.
> Este Sindicato deberá estar integrado por los albañiles, ladrilleros, picapedreros, canteros, mosaistas, pavimentadores, yeseros, estucadores, caleros, cementistas, cerrajeros, fontaneros, colocadores de cristales, pintores, en fin, por todas aquellas especialidades profesionales que se relacionan directamente con la industria de la Edificación, tales como los respectivos peonados y otras que deberán ser clasificadas como similares a la edificación por los propios interesados, de acuerdo con los organismos superiores (II Congreso de la CNT. Madrid, 1931[55]).

Iniciar a reflexão pelo sindicato faz todo o sentido quando compreendemos que ele é a organização política e econômica central da proposta de organização societária anarcossindicalista. Em primeiro lugar, o sindicato é a organização através do qual os

[54] http://archivo.cnt.es/Documentos/congresosCNT/III_CONGRESO_de_la_CNT.htm.
[55] http://archivo.cnt.es/Documentos/congresosCNT/III_CONGRESO_de_la_CNT.htm.

trabalhadores engendram as lutas revolucionárias, logo, através dele é que é possível a instituição de uma outra organização societária. Em segundo lugar, após a revolução, o sindicato é a instituição que permite a organização do trabalho, atividade central da proposta anarcossindicalista. Nesse sentido, o sindicato passa de organização revolucionária para uma instituição que possui a centralidade política e econômica de uma sociedade organizada, em primeiro lugar, pelo trabalho.

Os Sindicatos de Ramo são constituídos por diversas especialidades profissionais que, por sua vez, formam Seções ou Sindicatos próprios, específicos de cada categoria ou profissão com autonomia em relação ao Sindicato de Ramo, tal qual afirma o princípio federativo. Assim,

> Cada una de estas especialidades profesionales, ha de constituir dentro del Sindicato una Sección con personalidad y autonomía propias, es decir, con facultades inalienables para autodeterminarse sobre los intereses morales y económicos profesionales de orden particular de la Sección. En las iniciativas y actividades desarrolladas por una Sección Profesional, ésta ha de ser completamente autónoma para orientarlas y realizarlas de la siguiente forma:
> **1º** Convocando y celebrando reuniones y asambleas generales de Sección por libre y exclusiva iniciativa de la Junta técnica de la misma.
> **2º** Resolviendo por cuenta propia todas las diferencias y litigios profesionales y económicos que se suscitaran entre la Sección y la respectiva burguesía; y
> **3º** Modificando y mejorando las condiciones de trabajo cada vez que lo estime justificado y conveniente.
> Cuanto queda enunciado, y también cuanto estime relativo y conveniente a los intereses particulares de la Sección, podrá ser realizado sin más limitaciones que las siguientes:
> **a)** Inteligenciándose con el Comité General del Sindicato, con el fin de que éste facilite el local de las reuniones donde hayan de celebrarse y de que financie los gastos que la celebración de la asamblea de Sección ocasiones.
> **b)** Hacer uso de la propia autonomía de forma que no se quebrante la autonomía de las demás Secciones sindicales.
> **c)** No tomar resolución alguna que pueda comprometer los intereses generales del Sindicato, esto es, que la Sección Profesional no puede declarar ninguna huelga, a menos de ser un caso de dignidad sindical, sin la previa autorización de la Asamblea General del Sindicato. (…)
> Es evidente que cada Sección tiene intereses tan propios y particulares como son los de orden técnico-profesional, y es evidente que nadie como la propia Sección para tratarlos y resolverlos, tanto más cuando haciéndolo así, no se distrae la atención de las demás Secciones que también se hayan preocupadas por sus propios intereses particulares, ni

> se substrae al Sindicato de su gestión sobre los intereses generales que le están confiados.
> (II Congreso de la CNT. Madrid, 1931[56])

A constituição dos Sindicatos de Ramo nada mais é do que a federação sindical de diferentes seções ou atividades profissionais. O princípio federativo se afirma: uma determinada fração da classe trabalhadora cuja identidade dominante é pertencer a uma determinada profissão constitui um determinado sindicato autônomo em relação a qualquer outra instituição; os diversos sindicatos de profissões que se complementam (constituindo um ramo de produção) se articulam para constituir um Sindicato de Ramo. Nessa perspectiva, o Sindicato de Ramo tem a função de ser um espaço de sociabilidade: ele contribui na formação política, na formulação de estratégias de luta, no debate e na análise da conjuntura, na avaliação da luta (seus fracassos, limites, conquistas, etc.), na troca de experiências e de conhecimento entre as diferentes profissões de um mesmo ramo, o que implica na possibilidade dos trabalhadores se apropriarem e disseminarem o conhecimento técnico e administrativo do conjunto do processo produtivo (o que será fundamental para as experiências de autogestão), na coordenação das atividades de luta (greves, manifestações), na produção de informações sobre a produção de determinado ramo de produção.

Dentro de cada unidade produtiva – fábrica, campo, oficina, estabelecimento comercial-, é necessário constituir um comitê de trabalhadores constituído por delegados eleitos pelos trabalhadores. A função dos comitês de fábrica é estabelecer as relações entre a unidade produtiva e o sindicato profissional e de ramo aos quais os trabalhadores estão diretamente federados. Tais comitês possuem funções importantes para a preparação do processo revolucionário e para a gestão das unidades produtivas durante a experiência revolucionária. É no cotidiano da fábrica, da oficina, do estabelecimento comercial, que o conflito com o capital se dá de forma concreta e explícita. É ali, naquele espaço-tempo em que a mais-valia é extraída, onde o controle e a disciplina do corpo e do tempo do trabalhador são exercidos, é ali onde os conflitos e contradições são vivenciadas e experimentadas. É nesse espaço-tempo conflituoso onde parte da identidade do trabalhador se constitui, onde direitos e discursos são produzidos, onde estratégias de luta são criadas. É nesse cotidiano que os trabalhadores aprendem a gerir o processo produtivo, onde produzem conhecimento acerca da produção e criam formulações e

[56] http://archivo.cnt.es/Documentos/congresosCNT/III_CONGRESO_de_la_CNT.htm

ideias acerca do processo produtivo: como produzir, o que produzir, com que finalidade, para quem? São questões e ideias que apontam para um novo conjunto de relações de produção, novas relações com as forças produtivas, que conferem novos significados aos processos de trabalho, bem distintos daquele atribuído pelo capitalismo, onde o trabalho representa a expropriação, a acumulação, a busca pelo lucro. Nesse sentido, os comitês de fábrica são fundamentais para construir a luta e para se gerir as unidades produtivas sob outra perspectiva, pois eles irão funcionar como órgãos de coordenação da produção e de articulação com outras unidades produtivas e instituições da estrutura federativa.

Os trabalhadores também colocam a possibilidade da formação de Comitês de Bairros, no entanto, estes teriam uma importância secundária e em determinados momentos específicos da conjuntura política. Veremos, contundo, que diferente desta formulação teórica produzida no II Congresso, os Comitês de Bairro tiveram uma importância crucial para a organização do trabalho e de atividades cotidianas durante a Guerra Civil. Assim, para além de uma importância secundária atribuída na formulação do documento, os Comitês de Bairro tiveram uma importância política e pedagógica muito importante para a organização dos trabalhadores. É possível concluir que nem mesmo os trabalhadores tinham ideia do potencial político, econômico e pedagógico dos Comitês de Bairro *antes* de sua constituição concreta. Na perspectiva ainda limitada do II Congresso, tais comitês seriam importantes

> En épocas en que los Sindicatos son clausurados y perseguida la actuación sindical visible, los Comités de distrito o de barriada tienen una gran misión a realizar entre los componentes de los Sindicatos, sean estos grandes o pequeños, ya que la función de los Comités de que hablamos consiste en servir de enlace de todos los órganos sindicales (…)
> Constatemos que si, para las luchas económicas-profesionales, los Comités distrituales o de barriada sólo son necesarios a los grandes Sindicatos, en las épocas de represión y para las actividades revolucionarias son igualmente necesarios a todos los Sindicatos. Sin que queramos decir que todos los Sindicatos deben tener estos Comités en función permanente, si es aconsejable que no sean olvidados al prever la inminencia de los períodos represivos y de persecución de las organizaciones sindicales. (II Congreso de la CNT. Madrid, 1931[57])

Os comitês de bairro teriam uma importância estratégica em momentos de repressão e perseguição política nos quais os sindicatos revolucionários estariam na clandestinidade ou

[57] http://archivo.cnt.es/Documentos/congresosCNT/III_CONGRESO_de_la_CNT.htm

sofrendo perseguições, como foi o caso da CNT durante o governo de Primo de Rivera. Nesse sentido, os Comitês de Bairro seriam formas de organização popular implementadas basicamente em bairros operários ou em áreas próximas a concentrações industriais que pudessem servir como espaços de formação e, principalmente, de organização política da classe trabalhadora. Seriam espaços estratégicos onde as informações deveriam circular, ações deveriam ser coordenadas, discussões travadas e estratégias definidas. Nesse sentido, os Comitês de Bairro são centros articuladores que permitem a circulação de informações e a coordenação de ações entre os sindicatos, fábricas, oficinas, etc. Os trabalhadores afirmam que as principais funções dos Comitês de Bairro são:

> **a)** Un miembro del Comité de distrito o de barriada está a diario, o cuando sea preciso, en contacto con el Comité general del Sindicato, al cual informa del estado de la masa de sindicatos de su demarcación, cuyo miembro recibe a su vez los informes y orientaciones que le da el Comité general.
> **b)** Informado el Comité de distrito de todo lo relativo al Sindicato, según los informes y orientaciones emanados del Comité general, el continuo contacto con los Comités de fábrica, taller etc., de la demarcación le permite tener a éstos regularmente informados y orientados con respecto a las necesidades de la organización.
> **c)** A su vez, los Comités de fábrica, taller, etc., están en condiciones de informar y orientar a las masas de los respectivos centros de producción, de las cuales recibe al mismo tiempo las indicaciones, iniciativas y el sentir general, todo lo cual, por conducto del Comité de distrito o de barriada, se hace llegar al Comité general del Sindicato.
> **d)** Por este sistema accidental de relaciones, es posible que el centro conozca las aspiraciones, iniciativas y necesidades de la periferia y viceversa, y el sistema sigue una trayectoria de parte de las masas de sindicados al Comité general del Sindicato y retorna de éste a aquellas, siempre por el canal de los Comités de fábrica y de distrito (II Congreso de la CNT. Madrid, 1931[58])

A primeira parte do documento nos apresenta uma organização baseada fundamentalmente na estrutura produtiva, ou seja, na inserção da pessoa e de uma determinada fração dos trabalhadores em uma atividade ou ramo das atividades produtivas. Assim, a natureza da ação que determina esta primeira modulação da organização é a dinâmica do trabalho, é a inserção na produção: é a organização do comitê de fábrica ou oficina, a constituição das seções ou sindicatos profissionais, a federação destes sindicatos que constituem um Sindicato de

[58] http://archivo.cnt.es/Documentos/congresosCNT/III_CONGRESO_de_la_CNT.htm

Indústria ou de Ramo. Os Comitês de Bairro são secundários e devem ser organizados em situações bem específicas. A espacialidade e a escala das ações não é explicitada, apesar de poder ser intuída e deduzida das formulações. Os trabalhadores organizam o pensamento da seguinte forma, partindo agora da fábrica para o Sindicato de Ramo e na síntese já introduzem a organização multiescalar da federação:

> Visto de abajo arriba, el Sindicato es esto:
> **a)** Los trabajadores de una fábrica, taller, mina, obra, etc., todos ellos adscritos a un Sindicato, designan a uno o más delegados de cada una de las características profesionales, los cuales componen el Comité del establecimiento industrial, los cuales siempre de acuerdo con los trabajadores del mismo establecimiento, tienen facultades para atender y resolver todos los asuntos de orden interior que no afecten a los intereses generales de las Secciones y del Sindicato.
> **b)** Los Comités de distrito o de barriada son los órganos de enlace entre los Comités de fábrica y taller y los Comités de Juntas de Sección del Sindicato.
> **c)** Las Secciones Sindicales son la expresión profesional de las ramas industriales, cuyas Secciones tienen personalidad y autonomía propias para resolver por si mismas cuantas cuestiones técnico-profesionales les interesan directa y exclusivamente.
> **d)** El Sindicato es el nexo que une a las Secciones por medio de un sistema federal de relaciones y de un pacto de solidaridad moral y económica frente al capitalismo y al Estado.
> **e)** El Comité general y sus delegados representan al Sindicato en el orden de las relaciones exteriores, ya sea ante la Federación Nacional de Industria y demás organismos superiores de carácter sindical, ya sea ante las instituciones del Estado (II Congreso de la CNT. Madrid, 1931[59])

Após estabelecer as diferenças entre cada tipo de forma de associação baseada na inserção do trabalhador na estrutura produtiva, o documento passa a explicitar o caráter multiescalar da sua organização iniciando a formulação pela constituição da Federação Nacional da Indústria.

A escala do órgão está explícita no próprio nome. É curioso notar que os trabalhadores iniciam sua formulação sempre pela instituição de maior abrangência: no caso anterior, pelo Sindicato de Indústria ou Ramo e agora pela Federação Nacional. Após definir suas atribuições os trabalhadores vão consolidando as formulações dos órgãos e instituições criados em outras escalas, como as federações regionais e locais. A Federação Nacional da Indústria

[59] http://archivo.cnt.es/Documentos/congresosCNT/III_CONGRESO_de_la_CNT.htm

> es el centro de las relaciones de los Sindicatos de una industria determinada, esparcidos por las distintas regiones del país. Pero la Federación Nacional de Industria tiene un carácter más limitado que el del Sindicato. Mientras éste interviene de modo directo, lo mismo en las cuestiones económico-profesionales que en las de orden general que interesan a todo el proletariado indistintamente, aquélla es un órgano que se desarrolla exclusivamente sobre el primero de los planos; es decir, la Federación Nacional de Industria tiene por misión el reunir a todos los Sindicatos de la industria que ella representa y coordinar su acción industrial sobre el terreno técnico, económico y profesional, sin que le sea permitido invadir otras zonas de las actividades sindicales de orden general, cuyas funciones competen completamente a los Sindicatos y a los organismos federales y confederales no industrialistas.
> (II Congreso de la CNT. Madrid, 1931[60]).

A natureza da Federação Nacional da Indústria é de articular em escala nacional os Sindicatos de Indústria ou Ramo que existem em escala regional, constituída, por sua vez, por sindicatos locais (províncias e comarcas). O texto deixa claro que a Federação Nacional deve atuar como um órgão de coordenação, produção e troca de informações entre os diversos sindicatos no sentido de contribuir para possibilitar uma ação conjunta no campo técnico, econômico e profissional a partir de uma visão de conjunto mais abrangente do que seria possível a um único Sindicato. Além disso, o documento estabelece um limite para a atuação da Federação Nacional da Indústria. Tal limite se explica pelo fato de que cada Federação Nacional de um determinado Ramo industrial não é o órgão que aglutina todos os sindicatos dos trabalhadores, o que permitiria uma ação conjunta em escala nacional de todo o contingente de militantes. Existe a preocupação de não cristalizar uma situação hierárquica onde a Federação Nacional assuma um caráter deliberativo para impor suas decisões aos demais sindicatos e federações regionais e locais (apesar da ocorrência desse tipo de relação), o que é uma forma de garantir um elevado grau de protagonismo político às confederações de sindicatos (ou seja, uma federação de várias federações de sindicatos diferentes) em diferentes escalas. Assim, "La Federación Nacional de Industria, representada por su Comité Federal, no es más que la mandataria de los Sindicatos adheridos y la ejecutora de los acuerdos tomados por las Asambleas y Congresos nacionales. El Comité Federal, ante la burguesía, no tiene más personalidad que la conferida expresamente en cada caso concreto por los Sindicatos" (http://archivo.cnt.es/Documentos/congresosCNT/III_CONGRESO_de_la_CNT.htm). Nesse

[60] http://archivo.cnt.es/Documentos/congresosCNT/III_CONGRESO_de_la_CNT.htm

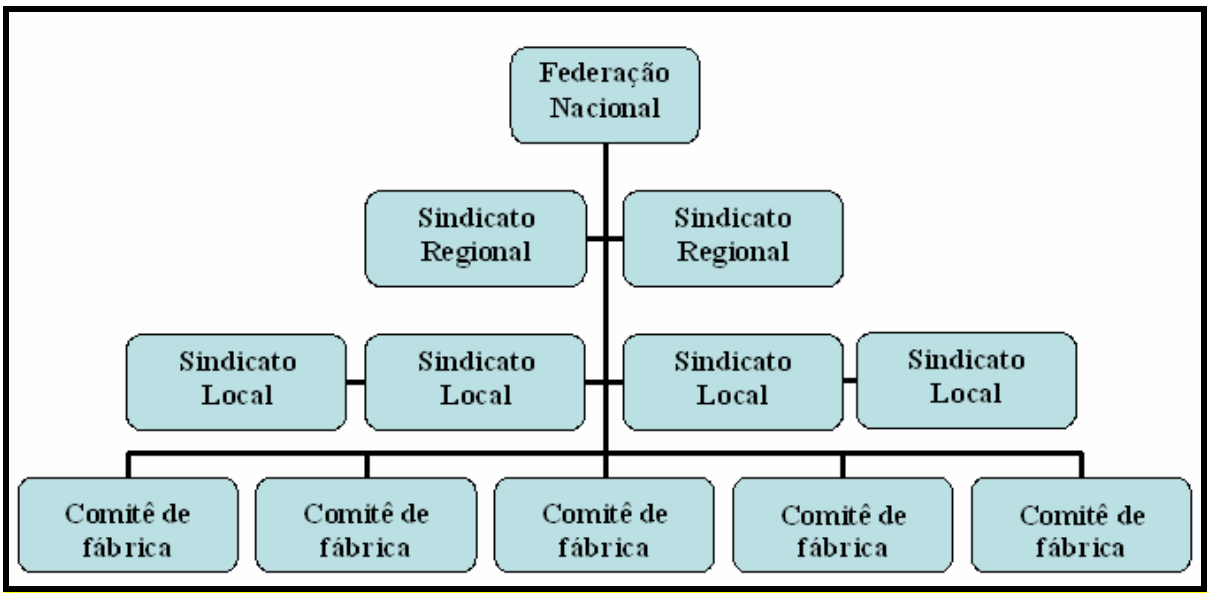
sentido, os sindicatos possuem completa autonomia em relação à Federação Nacional para resolver seus problemas e agir dentro dos limites acertados de forma autônoma nas assembleias nacionais. De forma sintética as funções da Federação Nacional de Indústria são:

> **a)** Reunir a los Sindicatos de Industria X sobre un plano nacional con el objeto de ponerlos en condiciones de enfrentarse con la agrupación nacional capitalista de la misma industria.
> **b)** Coordinar la acción industrial de los Sindicatos sobre un plan de defensa y mejoras técnico-profesionales y la seguridad de higiene y salubridad en los centros de producción.
> **c)** Formar estadísticas generales sobre el movimiento nacional de la industria representada, en los aspectos siguientes:
> 1º Procedencia y coste total de las materias primas.
> 2º Coste de la mano de obra.
> 3º Precio del producto puesto en la plaza.
> 4º Cálculo de los beneficios obtenidos, por el capital, deducidos los impuestos del estado, etc.
> 5º Mercados habituales del producto.
> 6º Organismo actual del trabajo y posibles formas de organización futura.
> **d)** Ser parte del Consejo de Economía, anexo a las centrales sindicales nacional e internacional, como asimismo ha de serlo del Consejo de Economía de la Federación Internacional de Industria correspondiente, en el caso de que ésta exista y forme parte de ella.
> **e)** Ser auxiliar incondicional de las centrales sindicales, que en nuestro caso son la C.N.T. y la A.I.T. en cuantos informes le pidan éstas. (II Congreso de la CNT. Madrid, 1931[61]).

É possível fazer uma pequena síntese da organização sindical baseada fundamentalmente na inserção na estrutura produtiva de acordo com o esquema abaixo:

[61] http://archivo.cnt.es/Documentos/congresosCNT/III_CONGRESO_de_la_CNT.htm

Organização federativa sindical multiescalar de um ramo industrial



Por fim, o documento retoma a questão da federação local de sindicatos, cuja função básica é

> servir de centro de relaciones de los Sindicatos de la respectiva localidad, y dado que su carácter es de orden general y generales los intereses de clase puestos a su administración, la estructura de la Federación Local de Sindicatos no sufre ninguna alteración externa. La sufre en su mecanismo interno por razón de la evolución a la que se ven compelidas todas las colectividades. ((II Congreso de la CNT. Madrid, 1931[62])

A Federação Local de Sindicatos é um órgão cuja escala é a província ou a comarca. O que define a natureza da Federação Local de Sindicatos não é a inserção no processo produtivo, mas sim o pertencimento a determinada localidade e à capacidade de ação e influência do conjunto de sindicatos. Nesse caso, a espacialidade da organização dos trabalhadores refere-se a um determinado órgão cuja referência central de existência é o seu espaço de referência identitária. Nesse caso específico, nem consideramos a real capacidade de ação e articulação destes órgãos considerados locais, mas cuja ação pode extrapolar esta escala de análise por conta das diferentes relações de poder, dos diferentes graus de potência que permitem ações de intensidades diferentes. Apenas para exemplificar: a Federação Local de Sindicatos de Barcelona, por exemplo, assume um papel central na organização do proletariado da Catalunha e

[62] http://archivo.cnt.es/Documentos/congresosCNT/III_CONGRESO_de_la_CNT.htm

da Espanha por conta de sua força e capacidade de mobilização. A consistência e capacidade de ação será dada pelo conteúdo político e econômico da organização dos trabalhadores de determinado lugar: sua radicalidade, sua capacidade de mobilização, acesso a recursos financeiros, à infra-estrutura, à armas e munições, sua capacidade de formulação de ideias, de produção de discursos, da criação e manutenção de uma imprensa operária, de *casas del pueblo*, centros comunitários, etc. Enfim, o que dará consistência à Federação Local é dinâmica da ação dos trabalhadores no processo de luta e de sua auto organização. Portanto, o fato de identificarmos uma Federação Local, não significa dizer que sua importância ou influência fique circunscrita a essa escala de vivência e de análise.

A Federação Local possui um papel fundamental porque está inscrita na escala local da vivência dos conflitos, é ali onde a experiência das condições objetivas e subjetivas de existência alimenta a constituição da organização e da luta dos trabalhadores. É nesse recorte espaço-temporal que as estratégias e táticas de luta são criadas pela primeira vez (afinal, a luta não pode esperar os Congressos, os Encontros, etc.), onde as demandas são criadas, os discursos produzidos, os direitos inventados. Portanto, a escala local, o lugar, não é simplesmente um ponto, uma escala menor ou inferior, mas o cerne da luta, da experiência e do conhecimento que serão as bases para a organização e dinâmica de toda a estrutura da CNT. Assim, o lugar é uma escala de fundamental importância para a produção e geração de conhecimento, dados e informações que serão utilizados para aumentar a capacidade de planejamento e autogestão dos trabalhadores.

> Dada una idea de cómo y por qué del estudio de un problema concreto, importa ahora concretar otra serie de problemas a estudiar y resolver por la Federación Local, enunciándolos como sigue:
> **a)** Base o bases económicas de la población en que resida la Federación Local.
> **b)** Situación y desarrollo de la industria o industrias, o de la riqueza agraria, minera, pesquera, etc.
> **c)** Promedio de salarios clasificados por industrias y profesiones.
> **d)** Coeficiente de los precios de coste de la vida.
> **e)** Censo de población obrera y estado de la organización sindical.
> **f)** Estado de instrucción y cultura de las masas obreras y escuelas y bibliotecas de la organización (II Congreso de la CNT. Madrid, 1931[63]).

[63] http://archivo.cnt.es/Documentos/congresosCNT/III_CONGRESO_de_la_CNT.htm

Após a formulação da estruturação da organização sindical por ramo de atividade econômica, os trabalhadores irão apresentar a constituição das confederações em escalas local, regional e nacional. Tais confederações são as articulações estabelecidas entre as diversas federações de sindicatos de ramo organizadas em determinada escala de referência identitária com diferentes graus de potência para agir em outras escalas. Nessa perspectiva, existe a preocupação de articular de forma integrada os diferentes ramos da produção e dos serviços para que a totalidade dos processos do trabalho seja conhecida e apropriada pelos trabalhadores, como uma forma de tentar superar (ou, de forma mais realista, amenizar) a alienação da divisão social, técnica e territorial do trabalho, com o objetivo de permitir aos trabalhadores a construção de um projeto político e econômico que lhes permita instituir a expropriação, coletivização e autogestão das forças produtivas.

A natureza de tais confederações é similar às federações de indústria: seus objetivos fundamentais são de articulação, coordenação, planejamento e gestão coletiva de atividades propostas pelos espaços deliberativos de cada órgão. Aqui é importante uma breve análise do funcionamento político de uma estrutura federativa tal qual era a CNT. Toda a ideia da federação está baseada em três aspectos: 1. no princípio da delegação de poder político; 2. na constituição das assembleias como espaços deliberativos; 3. no exercício do poder de baixo para cima, o que implica o exercício direto do poder. Os três aspectos estão profundamente interligados, portanto, não há necessidade de analisá-los separadamente.

O espaço de deliberação dos trabalhadores é a assembleia. Teoricamente, é nesse espaço que todas as decisões serão tomadas a partir do livre debate e exposição de ideias. Nesse sentido, é a coletividade que discute e decide em um ambiente onde existe a possibilidade de cada um expor seus argumentos, suas opiniões e pontos de vista. A assembleia é o espaço de deliberação máximo, constituindo o corpo político da coletividade, no qual são instituídas as leis, normas, táticas, estratégias, enfim, as práticas que vão definir a dinâmica da coletividade. No entanto, a instituição de um corpo deliberativo desta natureza não está imune às relações heterônomas que podem se estabelecer entre indivíduos e grupos. Isso significa dizer que a dinâmica de uma assembleia pode ser completamente conduzida por decisões e acordos que foram feitos fora deste espaço por grupos e indivíduos que possuem uma maior capacidade de exercício do poder. Em outras palavras, a assembleia, em inúmeros casos transforma-se em um espaço de deliberação de decisões que foram tomadas de forma privada ou em outros espaços não deliberativos. A

assembleia não elimina as pressões e manipulações que podem ocorrer (e elas ocorrem, de fato), nem acaba com os conflitos, desentendimentos e desavenças. Ainda assim, a assembleia é um espaço onde existe a possibilidade da participação direta e efetiva do indivíduo e da coletividade. Assim, depois que os debates ocorrem e as decisões são tomadas é necessário colocá-las em prática. Aqui temos a utilização do sistema de delegação.

O delegado, teoricamente, assume basicamente duas funções: a de porta-voz e de coordenador de ações e atividades definidas pela coletividade em assembleias nas quais ele participa de corpo presente, onde é eleito. Assim, o delegado não pode falar nem agir por si próprio, mas deve sempre seguir o que foi determinado pela assembleia. Assim, enquanto porta-voz, ele deve levar para outros espaços de debate e deliberação aquilo que foi decido, como, por exemplo, levar as propostas de organização da luta dos trabalhadores de uma fábrica para a assembleia da federação regional. Ele não pode inventar, criar ou propor nada por si, mas ater-se ao que foi decidido coletivamente. Enquanto coordenador, o delegado tem a função de executar e coordenar as ações e tarefas que foram definidas na assembleia, como, por exemplo, produzir um jornal, coordenar uma comissão técnica, organizar um curso de formação política, etc. O mandato de um delegado geralmente é de curta duração para evitar a cristalização de poder e a consequente constituição de hierarquias e relações heterônomas. Dependendo das necessidades e interesses da coletividade, esse mandato pode ter uma duração maior (quando o delegado é extremamente competente e único na sua função, ou quando existe o objetivo de dar mais experiência no desempenho da função). A coletividade exerce controle sobre as atividades do delegado através de um sistema no qual este deve prestar contas de suas ações e receber novas instruções periodicamente da coletividade. Dessa forma a coletividade pode avaliar de forma mais eficaz o trabalho desempenhado pelo delegado e decidir sobre a recondução ou não do seu mandato. Ao contrário da democracia representativa, onde a revogação do mandato pelos eleitores é praticamente impossível, na delegação o mandato é facilmente revogável. No entanto, "a perda do mandato deve obedecer a critérios sólidos, para que se evite que acusações levianas ou motivadas por questões pessoais possam levar à destituição de um delegado" (SOUZA, 2006:91).

> No sistema federalista, quando o trabalhador transmite ou delega tudo ou parte de seus direitos a mandatários, individuais ou coletivos, é apenas após discussão e acordo preciso, sob controle permanente e severo. Ele pode, a todo momento, revogar seu mandatário e substituí-lo. No sistema

> centralista, fosse ele "democrático", a base não tem, definitivamente, nenhum poder sobre seu cume.
> Os mandatários aplicam estritamente seu mandato e prestam contas destes àqueles que os mandataram. Estes últimos têm todo o direito de dizer se sim ou não o mandato foi respeitado, de aprovar ou desaprovar o mandatário. (BERTHIER, 2002:64).

A delegação e as assembleias como espaços de deliberação constituem uma prática política onde o exercício do poder é de baixo para cima, ou seja, a organização do corpo político, a instituição de leis e normas não é feita de forma hierárquica e conduzida por uma elite que está descolada da base e age de forma quase que independente ou com um elevado grau de independência em relação à coletividade. No entanto, é importante ressaltar, que na própria dinâmica federativa da CNT houve, em inúmeros momentos, uma dissociação entre a base e seus delegados, que acabavam constituindo uma verdadeira cúpula de dirigentes (principalmente no comitê nacional), demonstrando que apesar de todos os cuidados, de toda essa formulação libertária, o componente heterônomo ainda estava presente de forma significativa na organização. Nesse sentido, a instituição da delegação e das assembleias não constitui, de forma alguma, uma proteção absoluta contra a heteronomia. Assembleias podem ser conduzidas e influenciadas por dinâmicas que ocorrem nos bastidores e delegados podem romper com o pacto firmado e agir em seu próprio nome, cristalizar poder, exercer seu pode de forma autoritária, etc. Portanto, apesar do caráter libertário, essa ambiguidade irá se apresentar de forma extremamente complexa e dinâmica entre a base e a cúpula de dirigentes, onde é possível perceber uma forte tensão entre ambas.

O III Congresso (1931) sistematiza o desenvolvimento da organização da CNT desde 1919 e coloca as bases para a experiência libertária que vai se desenvolver durante a guerra. Entre 1931 e 1932 são criadas mais duas federações regionais, do Centro e das Canárias.

De forma sintética, é possível identificar duas estruturas federativas que se complementam. A primeira diz respeito à organização a partir dos setores de atividades econômicas: fábrica/oficina/comércio ---- sindicato local profissional ---- sindicato local de ramo ---- federação regional de ramo ---- federação nacional da indústria (por ramo). A segunda refere-se à articulação espacial e multiescalar dos setores econômicos: federação local (constituída por todos os sindicatos locais de ramo na província ou comarca) ---- federação regional ---- federação nacional.

Apesar da proposta ter sido aceita por ampla maioria, a constituição de Federações Nacionais de Indústria não foi concretizada. "Finalmente, el proyecto anarcossindicalista de federaciones de Industrias se aprobó em 1931 por uma importante mayoria, pero a diferencia de los Sindicatos Únicos, éstas nunca llegaran a articularse plenamente y se perdieron en disputas entre tendencias ideológicas y enfrentamientos de competencias entre ramos sindicales" (CAL e TAVERA, 2004:387). Nesse sentido, com exceção das federações nacionais, os demais órgãos da CNT tiveram importância decisiva para o desenvolvimento da experiência libertária, com destaque para os sindicatos e federações locais e regionais e para o comitê nacional. Veremos que cada órgão possuía uma determinada capacidade de ação e de intervenção. Enquanto os sindicatos e federações (locais e regionais) lidavam com questões mais operacionais (a gestão das coletividades, articulação cidade-campo, abastecimento da frente com alimentos, armas, munições, soldados e produtos, etc.) o comitê nacional tomou para si a condução geral do movimento libertário negociando com as instituições do Estado espanhol estratégias de guerra, participação no governo, etc. Esta divisão de tarefas produziu uma dissociação entre base e cúpula de dirigentes, alimentando conflitos internos.

O IV Congresso realizado em maio de 1936 foi o último antes da Guerra Civil. Neste congresso os trabalhadores não estão preocupados com a questão da organização da CNT em si, mas em discutir o contexto pré-revolucionário, os conflitos que fragmentam a sociedade espanhola e as estratégias de organização de uma sociedade pós-revolucionária.

O primeiro ponto a ser destacado é a clareza da situação política do contexto espanhol. A CNT sabe que existe um contexto pré-revolucionário. Os trabalhadores afirmam o fracasso da democracia representativa que foi implementada em 1931 e a incapacidade da coligação republicano-socialista em fazer as reformas estruturais que deveriam alterar as relações de poder na Espanha. Além disso, os trabalhadores reconhecem inclusive a paralisia e a incapacidade da própria organização de se colocar como um protagonista mais efetivo e, principalmente, mais eficaz na defesa dos interesses dos trabalhadores e na execução do seu projeto político, ficando ao sabor do jogo parlamentar e envolvida nas atividades de "ginástica revolucionária" pouco produtivas e consistentes. Diante da ameaça de um golpe militar e da instituição de uma nova ditadura de direita, a CNT afirma a necessidade de reafirmar seus princípios e se lançar na luta revolucionária. Vejamos alguns trechos do documento:

> Teniendo en cuenta que España atraviesa una situación francamente revolucionaria, y que si la C.N.T no procura salir en defensa de las

> libertades escamoteadas por todos los gobernantes de derechas y de izquierdas, queda su acción circunscrita al capricho de los flujos y reflujos de la política, es necesario que se convenga en una acción común para combatir a fondo todas las leyes represivas y las que van contra la libertad de asociación y expresión del pensamiento.
> Reconociendo el fracaso del actual régimen democrático y creyendo que la actual situación política y social no tiene solución en el Parlamento, y que al desatarse éste puede provocar una reacción derechista o bien una dictadura -no importa de qué clase- debe ser la C.N.T., reafirmando sus principios apolíticos, quien se lance abiertamente a demostrar la ineficacia y el fracaso del parlamentarismo. (…)
> Reconociendo que van tomando carácter alarmante las provocaciones fascistas por parte de elementos poco escrupulosos, llegando al extremo de atentar contra la vida de los trabajadores que ostentan ideologías distintas a las suyas, la C.N.T. no puede contemplar impasible cómo se desarrollan en la sombra complots terroristas y debe puntualizar su posición contra el fascismo.
> (IV Congreso de la CNT. Zaragoza, 1936[64])

O reconhecimento da situação revolucionária e dos limites da própria CNT não são o suficiente para a aprovação de resoluções mais determinadas que orientem os trabalhadores para se prepararem para o iminente conflito. Nesse sentido, as propostas de estratégias de luta ficam aquém da conflituosa conjuntura e da possibilidade de uma ação efetivamente revolucionária que parta da CNT. Em outras palavras, a organização continuou esperando os acontecimentos ao invés de provocá-los. São propostos sete pontos que deveriam orientar as estratégias de ação da CNT na tentativa de desestabilizar a República para engendrar uma revolução e combater o fascismo. No entanto, veremos que tais medidas são bem tímidas diante dos objetivos a serem alcançados. Vejamos quais são:

1. Campanha de propaganda na imprensa contra todas as leis de caráter autoritário e violento que atente contra as liberdades individuais com a pena de morte, repressão à "vadiagem", Lei de Ordem Pública, etc.

2. Intensificar a propaganda contra a República e os partidos políticos, ressaltando sua incapacidade de solucionar os problemas da sociedade espanhola e demonstrando que tais problemas só podem ser superados por um processo revolucionário que institua uma sociedade baseada no comunismo libertário.

3. Exigir a anistia para todos os presos políticos e comuns.

---

[64] http://archivo.cnt.es/Documentos/congresosCNT/IV_CONGRESO_de_la_CNT.htm

4. Em casos de grande necessidade a CNT se apresentará a tomar as medidas necessárias e mais eficazes para ajudar na organização de regiões que sofram com medidas autoritárias seja da República ou do campo nacionalista. No entanto, o documento não explicita que medidas "necessárias e eficazes" são essas. O que podemos imaginar é a ação armada, a constituição de órgãos de governo autônomos, etc. isso em uma perspectiva radicalmente revolucionária. No entanto, isso não fica evidente.

5. A CNT irá intervir de uma maneira direta e decisiva contra o fascismo, impedindo seu desenvolvimento em fábricas, oficinas e outros locais de trabalho. No entanto, não fica claro que maneira "direta e decisiva" é esta. Neste contexto, o mais plausível é imaginar a ação armada.

6. Empreender uma campanha de agitação contra a guerra mundial que está se desenhando na Europa.

7. Em caso de uma tentativa de golpe militar será declarada uma greve geral revolucionária. A greve geral será utilizada de forma defensiva e não ofensiva. Podemos imaginar que se não ocorresse o levante, a experiência libertária não iria ocorrer, uma vez que a ação revolucionária só seria desencadeada como uma resposta ao levante militar e não como uma iniciativa dos próprios trabalhadores.

A análise das ações da CNT ao longo de sua história nos mostra uma contradição ou, pelo menos, uma grande limitação da organização. É possível observar nos discursos e formulações uma postura radical e revolucionária que alimentou a "ginástica revolucionária" em momentos que não eram pré-revolucionários como o que se apresentava no levante nacionalista. Em outras palavras, foi gasta uma grande quantidade de energia, tempo e esforços em ações geralmente mal coordenadas e preparadas que se pretendiam revolucionárias, mas eram facilmente dominadas pelas forças da ordem. Já em um momento francamente revolucionário a CNT assumiu uma postura mais defensiva do que ofensiva (pegar em armas para evitar o golpe e proteger a República e não para iniciar imediatamente o processo revolucionário, não torna explícito seu compromisso com a revolução social nas estratégias expostas no congresso, etc). Apesar de tal ambiguidade, o movimento anarquista espanhol inicia um processo revolucionário, como veremos adiante. No entanto, essa ambiguidade que acompanha a CNT desde sua criação, na verdade, mais do que uma ambiguidade, é uma incapacidade de avaliar corretamente quais são as ações adequadas aos momentos certos, o que ficava evidente nos momentos em que a CNT tem que se posicionar diante do aparelho de Estado e no distanciamento que ocorreu entre a cúpula

dirigente do comitê nacional e a base. O processo revolucionário que se estabeleceu também foi fortemente marcado por esse distanciamento. O caráter "espontâneo" atribuído à ação dos trabalhadores na verdade é um exemplo de como a base, organizada fundamentalmente nos sindicatos únicos, federações locais e regionais estavam imbuídas de um espírito radicalmente revolucionário onde não existia muito espaço para dúvidas e hesitações, enquanto o comitê nacional estava envolto nas negociações com os líderes da República sobre a condução da guerra.

A questão agrária apresenta uma importância crucial no momento de discussões acerca de uma conjuntura pré-revolucionária onde a CNT vislumbra a possibilidade concreta de engendrar uma revolução, ainda que com todas as contradições e ambigüidades que salientamos anteriormente. A questão da reforma agrária sempre esteve presente nos debates realizados nos congressos, no entanto, para não repetirmos o assunto diversas vezes optamos por apresentá-lo neste momento uma vez que as formulações acerca da questão não sofreram transformações entre 1910 até o fim da Guerra Civil. Em linhas gerais a resolução da questão agrária passa, necessariamente pela expropriação da propriedade privada e pela instituição da posse coletiva da terra e dos meios e produção agrícolas que devem ser colocados à disposição de uma coletividade organizada de forma autônoma, o que pressupõe a autogestão social, política e econômica de uma determinada comuna rural. Nesse sentido, temos a espacialidade concreta da organização das coletividades agrícolas nas formulações anarquistas. Em um período não-revolucionário, a CNT defendia uma série de medidas que deveriam ser implementadas pelo Estado para que fosse realizada uma reforma agrária que efetivamente pudesse satisfazer as necessidades do trabalhador rural espanhol. Evidentemente que tais medidas possuem uma radicalidade quase que revolucionária e jamais seriam implementadas por um governo republicano-socialista. Na verdade, tais propostas são na verdade um projeto político que deixa explícita a forma como a CNT pretende lidar com a questão agrária em um contexto revolucionário. Vejamos as propostas aprovadas no IV Congresso:

> De la solución que demos a este complejo problema depende la vida o muerte de nuestra organización campesina y el triunfo de la revolución en nuestro país, porque sin que los trabajadores de la tierra se hallen enrolados en una organización de tipo revolucionario lo suficientemente estructurada no será posible la consecución de nuestros objetivos. Por consiguiente, el Congreso fija su actitud frente a la Reforma Agraria formulando las siguientes reivindicaciones:

> **a)** Expropiación sin indemnización de las propiedades de más de 50 hectáreas de tierra.
> **b)** Confiscación del ganado de reserva, aperos de labranza, maquinarias y semillas que se hallen en poder de los terratenientes expropiados.
> **c)** Revisión de los bienes comunales y entrega de los mismos a los Sindicatos de campesinos para su cultivo y explotación en forma colectiva.
> **d)** Entrega proporcional y gratuita en usufructo de dichos terrenos y efectos a los Sindicatos de Campesinos para la explotación directa y colectiva de los mismos.
> **e)** Abolición de contribuciones, impuestos territoriales, deudas y cargas hipotecarias que pesen sobre las propiedades, aperos de labranza y maquinaria que constituyen el medio de vida de sus dueños y cuyas tierras son cultivadas directamente por ellos, sin intervención continuada ni explotación de otros trabajadores.
> **f)** Supresión de la renta en dinero o en especie, que los pequeños arrendatarios, «rabassaires», colonos arrendatarios forestales, etc., se ven obligados actualmente a satisfacer a los grandes terratenientes.
> **g)** Fomento de obras hidráulicas, vías de comunicación, ganadería y granjas avícolas, repoblación forestal y creación de escuelas de agricultores y estaciones enológicas.
> **h)** Solución inmediata del paro obrero, reducción de la jornada de trabajo y nivelación de los sueldos con el coste de la vida.
> **i)** Toma directa por los Sindicatos de campesinos de las tierras que por insuficiente cultivo constituyen un sabotaje a la economía nacional.
> (IV Congreso de la CNT. Zaragoza, 1936[65]).

No início do trecho fica evidente o papel protagônico que os camponeses assumem na *práxis* anarquista, afinal, sem eles não há revolução. No entanto, o documento também demonstra de forma explícita a dificuldade que a CNT enfrenta para organizar e mobilizar de forma eficaz as massas camponesas. Nesse sentido, a organização afirma a necessidade de um vasto esforço de propaganda para se mobilizar e organizar os camponeses em uma perspectiva revolucionária e libertária. Segundo os debates do IV Congresso, essa era a tarefa mais importante, pois a revolução social dependia de tal mobilização e a mais difícil, uma vez que grande parte do campesinato estava imbuída de uma subjetividade individualista que era considerada um grande obstáculo para a causa libertária. Na verdade, apesar de reconhecer a importância e o protagonismo do campesinato, existia um preconceito que permeava o debate acerca da organização dos trabalhadores rurais que se expressava através da afirmação que o

[65] http://archivo.cnt.es/Documentos/congresosCNT/IV_CONGRESO_de_la_CNT.htm

individualismo camponês era fruto de um "atraso cultural". Vejamos como é feita a formulação na sua totalidade:

> Solamente una fuerte organización campesina, encuadrada en una organización nacional, sería viable para solucionar transitoriamente los problemas del agro español, al paso que de una forma seria efectuaría la preparación revolucionaria de las masas campesinas; y un vasto plan de propaganda en el campo es indispensable a esta organización que propugnamos; pues la preparación constructiva de los campesinos, de acuerdo con nuestros principios, es la misión más importante y más difícil del anarcosindicalismo en el campo. (…)
> La más importante, porque sin ella no puede ser viable el desarrollo consecuente de la revolución social. La más difícil, por ser numerosos los obstáculos tradicionales, por el retraso cultural, por el instinto de propietarismo e individualismo que dificulta la captación de las masas campesinas para fines colectivistas. El movimiento anarcosindicalista campesino puede y debe vencer estos obstáculos mediante una propaganda clara, amplia y tenaz de sus fines ideológicos, y una labor educativa y sindical que desarrolle en los trabajadores del campo hábitos de solidaridad colectiva que los disponga y capacite, sin reservas y en interés propio, para la implantación de un régimen comunista libertario. (http://archivo.cnt.es/Documentos/congresosCNT/IV_CONGRESO_de_la_CNT.htm)

A parte final do documento é toda dedicada a uma questão central: a organização da sociedade durante e após o processo revolucionário. É notável como houve o esforço de se pensar de forma prática, concreta e factível em formas de organização da vida social que deveriam ser implementados em um futuro muito próximo do qual tais ideais estavam sendo formuladas. Em outras palavras, houve um gigantesco esforço para se criar um elaborado planejamento que deveria nortear as ações dos trabalhadores durante e após o processo revolucionário. Portanto, não é possível confundir espontaneidade com falta de balizamentos e propostas que norteiam um projeto político.

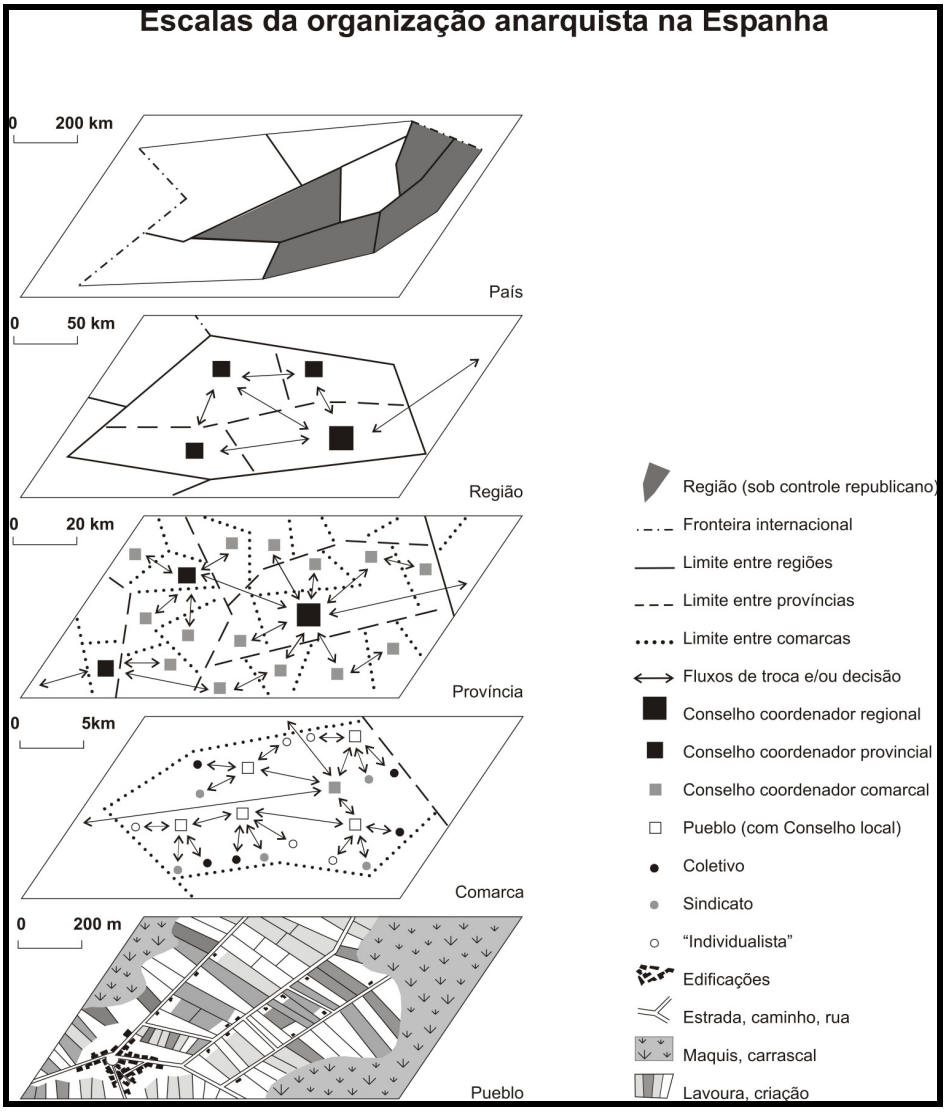
Os balizamentos, as ideias apresentadas foram todas colocadas em prática durante a Guerra Civil. Não houve, evidentemente, uma homogeneidade nas práticas da CNT, ao contrário, o que caracterizou a experiência libertária foi justamente a grande variedade de formas de organização societária orientadas pelos princípios básicos do pensamento anarquista. Dessa forma, neste momento, vamos simplesmente citar quais foram as principais formulações para analisá-las no próximo item do trabalho. Optamos por este procedimento por um fato crucial: toda a organização anarcossindicalista possui uma espacialidade própria e singular, radicalmente

distinta da espacialidade hegemônica. Portanto, ao invés de apresentá-la e analisá-la agora, com base apenas nos documentos seria empobrecer a própria experiência. Assim, ao tratarmos da experiência concreta e da sua espacialidade podemos nos remeter a este documento simplesmente para demonstrar como o concreto estava fortemente ancorado naquilo que foi formulado. Os aspectos mais fundamentais dos balizamentos e propostas para a organização societária durante e após o processo revolucionário são:

1. Abolição da propriedade privada e do aparelho de Estado;
2. Coletivização dos meios de produção e socialização da riqueza a partir das necessidades individuais e coletivas;
3. Constituição das comunas libertárias, unidades básicas da organização territorial;
4. Constituição de federações e conselhos nas escalas local (província e comarca) e regional para a gestão da vida social na sua totalidade.

A síntese da espacialidade anarquista pode ser observada na ilustração abaixo, produzida a partir de inúmeras fontes por Souza (em preparação)

A espacialidade multiescalar anarquista



A Federação Anarquista Ibérica (FAI) foi criada em 1927 por anarquistas espanhóis e portugueses na melhor tradição bakuniana de se formar uma organização constituída por militantes puros imbuídos do mais ardoroso espírito revolucionário que tinha como objetivo fundamental participar das principais organizações dos trabalhadores para disseminar o ideal anarquista e, dessa forma, influenciar na condução do rumo do movimento dos trabalhadores. Nesse sentido, os militantes da FAI buscavam se inserir dentro dos sindicatos, que eram as principais organizações dos trabalhadores naquele momento e, no caso espanhol, a escolha evidente era a CNT.

A dinâmica da CNT e da FAI são indissociáveis. No momento em que a FAI foi criada, em 1927, praticamente todos os membros já pertenciam à CNT e estavam imbuídos de um espírito de preservar os ideais anarquistas dentro da organização contra tendências que julgavam mais reformistas. Nesse sentido, os militantes da FAI encarnavam perfeitamente o papel de proteger a organização anarcossindicalista dos vícios de um sindicalismo de resultados, que abandona a perspectiva da transformação radical para se dedicar exclusivamente a conquistas dentro do *status quo*. A participação em um sindicato de massas como a CNT demonstrava que os faístas rompiam com a postura muito comum no movimento anarquista de desconfiar e até mesmo rejeitar a participação em grandes organizações ou aceitá-las como meio de luta revolucionária e forma de organização societária.

> A ideia alcançou a Espanha e, em julho de 1927, reunindo-se secretamente em Valência, os representantes dos esparsos grupos anarquistas aceitaram a ideia de criar a Federação Anarquista Ibérica (mais conhecida por FAI) com uma organização clandestina dedicada à atividade revolucionária. (...).
> Foi fundada principalmente com a intenção de opor-se à corrente reformista entre os sindicalistas, liderados por Angel Pestaña, e rapidamente determinou uma ascendência sobre a CNT, de modo que a pequena minoria anarquista organizada detinha quase todos os cargos de importância dentro do extenso órgão sindical, dominando seus escritórios e comitês. Deste modo, provavelmente pela única vez na história do anarquismo, ganhou realidade o plano de Bakunin – uma elite secreta de militantes devotados no controle de uma organização de massa de trabalhadores parcialmente convertidos (WOODCOCK, 2002b:143).

> La FAI influía mucho en los sindicatos de la CNT, a los que pertenecían casi todos sus afiliados. Participaba también de los comités, ya que se hacia un deber orientar a la CNT desde los cargos de mayor responsabilidad. Una de sus preocupaciones más marcadas era vigilar de cerca las herejías desviacionistas de los líderes confederales no faístas. Lo que entendía la FAI por desviacionismo era menos un desmayo filosófico que una vacilación en la línea antipolítica.
> La intervención sistemática de los anarquistas en los sindicatos representaba una evolución muy significativa si tenemos en cuenta la posición un tanto individualista de los ácratas de entre ambos siglos. Más hacia acá, al disiparse la tempestad ideológica ocasionada por la revolución rusa, los libertarios se decidieron a romper con la enraizada aprensión hacia la "tiranía de las masas" y frenaron su antipatía por los prosaicos problemas económico-
> sindicales. Durante el auge de las luchas sociales (1916-23) el anarquismo pagó duro tributo al sindicalismo. (PEIRATS, 2006:285).

A hegemonia alcançada pelos faístas dentro da CNT acirrou conflitos entre os diferentes grupos que disputavam o controle efetivo da organização. Nesse sentido, houve a polarização entre dois campos bem definidos: de um lado os anarquistas puros da FAI e do outro os veteranos da CNT, composta por antigos sindicalistas de origem anarquista que trabalharam arduamente na construção da organização, como Angel Pestaña e Juan Peiró. A questão fundamental que alimentava o conflito entre os campos era a revolução social. Os faístas atribuíam aos veteranos da CNT uma postura reformista e anti-revolucionária, acusando-os de privilegiar a conquista de direitos dentro do *status quo* através de negociações e acordos estabelecidos com os capitalistas e com o Estado burguês em detrimento de uma prática efetivamente revolucionária através da ação direta, da propaganda, da greve geral, enfim, do que era chamado de ginástica revolucionária (que fracassou completamente nos seus objetivos). Os antigos sindicalistas, por sua vez, criticavam a postura dos faístas alegando que suas táticas eram violentas, sem planejamento e coordenação, o que caracterizava uma postura inconseqüente e irresponsável que não seria capaz de fazer a revolução e, ainda por cima, iria atrair a força e o ódio da repressão do Estado e da classe capitalista. Além disso, criticavam a concepção de revolução que deveria ser conduzida e instigada por uma minoria sem que a massa dos trabalhadores estivesse minimamente formada e consciente de suas ações e objetivos.

> Als anys trenta trobem dues posicions dins de la CRT de Catalunya: d'una banda el projecte moderat dels veterans dirigents de la CNT, els quals van intentar impulsar l'estratègia sindicalista durant els primers mesos de la República. El nou règim els assegurava les llibertats polítiques i sindicals imprescindibles per a portar-la a terme, no volien per tant cap enfrontament amb les noves institucions. També es van veure obligats a frenar l'entusiasme que el nou règim havia causat entre els obrers i recordar-los que la República no representava els interessos de la classe obrera sinó els del capital. Paral.lelament, existia el project radical dins de la central confederal, era dels militants anomenats faistes i també del comunistes. Aquests consideraven la República havia obert una conjuntura revolucionària i que calia aprofitar el moment abans que aquesta es consolidés. Impulsaven la realització de la revolució de manera immediata i l'enfrontament sistemàtic amb les institucionsrepublicanes burgeses. L'objectiu prioritai d'aquesta estratègia no era la preparació sinó la realizació del fet revolucionari. (VEGA, 2004:363-64).

Os conflitos entre os dois campos se manifestavam publicamente e, principalmente, durante o III Congresso onde as posições ficaram muito acirradas. Naquela ocasião os faístas foram contra a proposta da constituição de federações nacionais de indústrias, alegando risco de burocratização e constituição de hierarquias dentro da organização e, ao mesmo tempo, realizavam duras críticas à postura complacente para com a República recém inaugurada (VEGA, 2004). No mês de agosto, novo embate entre os dois campos, referentes à posição que a CNT deveria ter em relação a uma violenta repressão realizada pelo governo republicano a uma grande greve em Sevilha. Os faístas demandavam uma resposta imediata e radical à ação governamental, enquanto os sindicalistas veteranos defendiam a necessidade de uma maior preparação e organização dos trabalhadores antes de qualquer ação para evitar uma nova resposta violenta do governo. A posição faísta saiu vencedora.

Após esses episódios, os veteranos da CNT redigiram um manifesto público, assinado por trinta militantes, no qual faziam uma crítica explícita aos faístas e convocavam os militantes para uma profunda reflexão acerca das propostas, táticas e estratégias utilizadas pelos dois campos. Neste documento negavam seu caráter reformista e afirmavam que agiam de forma responsável e realista, criticando a irresponsabilidade da ginástica revolucionária. Este documento ficou conhecido como o Manifesto dos Trinta e os militantes que o redigiram como os treintistas.

A resposta dada pelos faístas a esse manifesto foi autoritária. Rapidamente foi articulada uma série de ações de repressão contra os veteranos que culminaram na sua expulsão da CNT, algo impensável para uma organização libertária. No entanto, o episódio serve como uma importante lição para militantes e pesquisadores: jamais idealizar militantes, organizações e ideais. Nesse sentido, este episódio é um dos muitos exemplos de relações heterônomas que ocorrem mesmo em ambientes libertários que prezam a autonomia e a horizontalidade das relações.

> Com uma intolerância quase totalitária, seus oponentes tramaram a expulsão desses dissidentes da CNT; mas os reformistas não estavam inteiramente sem apoio, e muitos sindicatos de Valência e das pequenas cidades catalães seguiram-nos num movimento minoritário conhecido com os Sindicatos de Oposição. A ruptura foi finalmente sanada em 1936, mas deixou sentimentos acerbos dentro do movimento, que persistiram durante a Guerra Civil e alcançaram até os anos de exílio, quando os anarquistas espanhóis na França, Grã-Bretanha e México mais uma vez separaram-se em facções rivais sobre questões como revolução e reforma. (WOODCOCK, 2002b:149).

A partir de julho de 1936, a CNT e a FAI estão em simbiose completa. Os principais militantes da FAI também são os principais militantes da CNT, que estão ocupando cargos de maior destaque e influência, como Juan García Oliver, Diego Abad de Santillán, Buenaventura Durruti, Francisco Ascaso, Frederica Montseny, Jose Peirats, entre outros. A simbiose é tão completa que a partir do início da Guerra Civil os siglas da CNT e da FAI compõe uma única palavra: CNT-FAI. É esta inscrição que irá aparecer em cartazes, bandeiras, documentos, veículos, prédios, etc. Frank Mintz (2002) chama a atenção para a constituição de uma elite formada pelos dirigentes da CNT, que inclui a maioria dos faístas, que passa a agir de forma hierárquica e dissociada das bases, colocando em xeque a estrutura federativa, horizontal e efetivamente autônoma da CNT. A dissociação entre esta elite e as bases se manifestará principalmente no que se refere à participação da CNT no governo central quando Largo Caballero é escolhido Primeiro Ministro.

3.3. A descentralização do poder: comunas e comitês locais

Imediatamente após o início do levante nacionalista a decomposição do aparelho de Estado ocorreu em todas as esferas e áreas da administração pública. Nesse sentido, o colapso não foi apenas militar, mas também se manifestou no corpo diplomático (que aderiu em massa ao campo nacionalista), nas forças da ordem (Guarda de Assalto e Guarda Civil), no fornecimento de serviços públicos (transporte, coleta de lixo, abastecimento de água, operação de portos, aeroportos, etc.), controle de fronteiras, emissão de documentos, etc. A paralisação, colapso ou desorganização da administração pública se deu com maior intensidade justamente na escala do cotidiano imediato da população, ou seja, nas cidades, distritos e *pueblos*, onde a administração pública municipal enfrentou o maior grau de desorganização e decomposição se comparada às províncias e ao governo de Madri. Evidentemente não é possível afirmar que todas as cidades, distritos e *pueblos* espanhóis passaram pelo mesmo processo com a mesma intensidade, no entanto, o que é crucial ressaltar é que independentemente do grau de decomposição do aparelho de Estado, o que todas as experiências tiveram em comum foi a emergência do protagonismo dos trabalhadores na gestão dos assuntos em comum, ou seja, na gestão do que é público e dos assuntos que são do interesse de todos: segurança, transporte, energia, limpeza, alimentação, distribuição de produtos, resolução de conflitos, etc. Após impedir o levante nacionalista, os

trabalhadores tinham que enfrentar um novo e imediato desafio, que era organizar o seu cotidiano ao mesmo tempo em que deveria organizar a luta contra os nacionalistas.

Apesar da existência de balizamentos e formulações gerais que orientavam a organização do cotidiano, as experiências foram muito variadas e colocadas em prática por diversas organizações dos trabalhadores, o que inclui a CNT-FAI, a UGT, o PCE e inúmeras experiências "espontâneas" realizadas por trabalhadores que não pertenciam a nenhuma organização política específica. A maior parte das experiências era organizada pela CNT-FAI, no entanto, a UGT teve um papel muito importante no processo de organização do cotidiano, principalmente quando agia em parceria com a CNT-FAI (o que foi muito comum durante a guerra), assim como as experiências "espontâneas" engendradas por trabalhadores sem vínculo com alguma organização ou partido. O traço comum a todas as experiências era o protagonismo dos trabalhadores, enquanto o que distinguia cada uma eram as formas de resolução dos problemas, o que dependia diretamente do projeto político compartilhado pela coletividade ou da força política hegemônica.

A experiência libertária foi profundamente orientada pela ideia da Comuna Libertária, formulada ainda no século XIX e utilizada como referência no IV Congresso da CNT. A comuna é uma unidade territorial urbana ou rural onde se desenvolve a vida cotidiana. KROPOTKIN (2000:18-19), inspirado em organizações sociais no início da Idade Média, descreve da seguinte forma a comuna rural: "a posse, em comum, de um certo território - de tal vale, ou de tais colinas - converteu-se na base de um novo entendimento" (pg. 19). (...) "a partir desse momento, a comuna rural, composta parcial ou inteiramente de famílias separadas – mas todas unidas, no entanto, pela posse da terra comum – transformou-se, com o decorrer do tempo, no laço de união necessária" (pg. 19). A terra comum era dividia entra as famílias, que as cultivavam de forma independente, conforme podiam ou sabiam. Ele continua sua descrição da comuna rural da seguinte forma: "Quanto ao arroteamento de matas, à tala dos bosques, à construção de pontes, à elevação de fortins e torres que serviam de refúgio em caso de invasões, tudo isso se fazia em comum, como em comum o fazem ainda hoje milhares e milhares de camponeses (...)" (pg. 20). E finaliza afirmando que "em todos os seus negócios, a comuna rural era soberana. O costume local é que era a lei; e a assembleia geral de todos os chefes de família – homens e mulheres – é que constituía o juiz, o único juiz, em matéria civil e criminal" (pg. 20). Sem dúvida tais formulações (além dos escritos de Bakunin, Proudhon e dos anarquistas espanhóis do século

XIX) influenciaram diretamente a concepção de comuna da CNT nas primeiras décadas do século XX. Nesse sentido, a Comuna Libertária foi descrita da seguinte forma:

> En conclusión proponemos:
> -La creación de la Comuna como entidad política y administrativa.
> -La Comuna será autónoma, y confederada al resto de las Comunas.
> -Las Comunas se federarán comarcal y regionalmente, fijando a voluntad sus límites geográficos, cuando sea conveniente unir en una sola Comuna pueblos pequeños, aldeas y lugares. El conjunto de estas Comunas constituirá una Confederación Ibérica de Comunas Autónomas Libertarias.
> - Para la función distributiva de la producción, y para que puedan nutrirse mejor las Comunas, podrán crearse aquellos órganos suplementarios encaminados a conseguirlo. Por ejemplo: un Consejo Confederal de Producción y Distribución, con representaciones directas de las Federaciones nacionales de Producción y del Congreso anual de Comunas.
> (http://archivo.cnt.es/Documentos/congresosCNT/IV_CONGRESO_de_la_CNT.htm)

A ideia da comuna é extremamente arraigada no pensamento anarquista e constitui, de fato, a unidade política e administrativa básica, aquela onde o cotidiano da coletividade é vivido de forma múltipla e integral, onde todos os aspectos da vida se apresentam: o trabalho, a moradia, a festa, a família, a diversão, o consumo, a troca, etc. É possível afirmar que as características básicas da comuna apresentada por Kropotkin, por exemplo, se mantiveram nas formulações realizadas em 1936 e foram a base da organização sócio-espacial anarquista.

> En realidad deberíamos también referirnos al término comuna libertaria, concepto fundamental en la teoría de la organización social anarquista que significaba no sólo la realización de un ideal económico (igualdad a través de la propiedad común de los medios de producción, la aportación del trabajo de todos al proceso productivo y el reparto o disfrute – Bakunin y Kropotkin disentían en este punto – del resultado final), sino también la posibilidad de alcanzar el autogobierno de las distintas comunidades, el control local y el federalismo como sistema de conexión entre ellas (CASANOVA, 2006:119).

A comuna é, antes de tudo, o núcleo da vida coletiva cujos limites são dados pelas relações de poder instituídas pela própria coletividade. Nesse sentido, ela geralmente é organizada na escala local, podendo ser constituída por uma única comunidade (uma cidade, um *pueblo*) ou por um conjunto de comunidades distintas que julgam ter objetivos, vínculos, relações e identidades compartilhadas que lhes permitam constituir uma coletividade maior (um

conjunto de *pueblos*, comunidades rurais ou distritos). Ainda assim, a escala das relações de poder que constituem este corpo coletivo é local. É o espaço de referência identitária do cotidiano, apropriado simbólica e afetivamente pelas pessoas que o consideram *sua casa, seu chão, seu lugar no mundo.* É neste espaço onde as relações de amizade e parentesco se constituem e são vivenciadas nos encontros, nas festas, nos bares, nas refeições, nos matrimônios. É o espaço das brigas entre vizinhos, das fofocas, das disputas entre garotos de ruas e bairros diferentes. É o espaço do trabalho, do dia a dia com os companheiros e companheiras, dos afazeres domésticos, da ida ao mercado, da circulação de produtos e mercadorias. É o espaço de vivencia das desigualdades, da violência contra as greves, do autoritarismo dos caciques, da pobreza rural dos *pueblos*, da segregação residencial nas cidades e vilas. Enfim, é o espaço onde o corpo do indivíduo e da coletividade está inscrito no cotidiano, que conforma sua subjetividade.

A comuna se constitui como uma unidade política e administrativa autônoma e livre em relação a qualquer outra comuna ou federação. Isso significa dizer que é a própria coletividade comunal que exercer o poder de instituição de leis e normas que vão normatizar e organizar sua própria dinâmica e definir as relações da comuna com as demais.

> La base de esta administración será, por consiguiente, la Comuna. Estas Comunas serán autónomas y estarán federadas regional y nacionalmente para la realización de los objetivos de carácter general. El derecho de autonomía no excluirá el deber de cumplir los acuerdos de convivencia colectiva, no compartidos por simples apreciaciones y que sean aceptadas en el fondo.
> Así, pues, una Comuna de consumidores sin limitación voluntaria, se comprometerá a acatar aquellas normas de carácter general que después de libre discusión hayan sido acordadas por mayoría. (IV Congreso de la CNT. Zaragoza, 1936[66]).

A comuna também vai assumir a função de unidade econômica básica para a coletividade, seja ela rural ou urbana. A sua autonomia também se expressa economicamente, afinal, o processo de trabalho, distribuição e consumo da riqueza socialmente produzida serão definidos pela própria coletividade. Nesse sentido, o processo de trabalho não é reduzido a um conjunto de atividades econômicas, mas expressa diretamente um modo de existência, logo, assume um caráter explicitamente político, pois as decisões acerca de como produzir, o que produzir, como distribuir e como consumir bens e serviços são aspectos que dizem respeito a um

[66] http://archivo.cnt.es/Documentos/congresosCNT/IV_CONGRESO_de_la_CNT.htm

determinado projeto de organização social que está muito além de determinações econômicas. Voltaremos a essas questões no próximo item do trabalho (sobre as coletivizações).

O funcionamento interno da comuna, segundo as formulações realizadas no IV Congresso, deveria ser através da constituição de comitês constituídos por delegados eleitos em assembleias livres, que seriam responsáveis pela execução das atividades cotidianas como limpeza, segurança, transporte, educação, energia, produção, distribuição, lazer, etc. Em suma, todas as atividades do cotidiano deveriam ser organizadas pelo princípio da delegação e pela participação de todos os membros, respeitando, na medida do possível, o princípio segundo o qual cada um participaria de acordo com suas possibilidades, virtudes e talentos. Assim, os comitês ou comissões seriam a forma de organização básica da comuna, cuja função era colocar em prática as decisões que foram tomadas nas assembleias (mais uma vez ressaltamos a importância de não idealizar esta forma de organização societária e dotá-la de uma pureza paradisíaca que simplesmente não existe. Apesar do forte grau de autonomia, sempre existe a possibilidade real e concreta da existência de relações heterônomas mesmo nesse tipo de experiência).

É curioso o grau de detalhamento e de planejamento presente na ata do IV Congresso em relação ao funcionamento interno das comunas, pois ao mesmo tempo em que a tradição anarquista defende a espontaneidade, a livre iniciativa e criação dos indivíduos e coletividades, existe toda a preocupação de oferecer diretrizes e balizamentos concretos com elevado grau de detalhamento que poderiam até mesmo inibir a espontaneidade e a livre iniciativa. A aparente contradição, na verdade, nos revela uma outra face do movimento libertário espanhol, cujo melhor representante é Diego Abad de Santillán, que encarna uma dura crítica ao espontaneísmo anarquista e afirma a necessidade imperativa do planejamento, da constituição de planos e projetos que permitam uma ação mais eficaz dos trabalhadores. Na ata do IV Congresso, existem seções intituladas “Plan de organización de los productores”, “Las comunas libertárias u su funcionamiento”, “Misión y funcionamiento interno de la comuna”, que expressam a preocupação com a questão da organização do processo revolucionário e da sociedade libertária. Assim, por exemplo, é sugerida a constituição dos seguintes Conselhos: fábricas, oficinas, colheita, produção e estatística, saúde, distribuição, cultura, educação, comunicação, etc. Cada atividade cotidiana deveria ser gerida por um conselho ou comitê específico, que deveria seguir a orientação geral do Conselho Comunal, constituído por delegados de cada conselho específico.

> Todos estos cargos no tendrán ningún carácter ejecutivo ni burocrático. Aparte los que desempeñen funciones técnicas o simplemente de estadística, los demás cumplirán asimismo su misión de productores, reuniéndose en sesiones al terminar la jornada de trabajo para discutir las cuestiones de detalle que no necesiten el refrendo de las asambleas comunales.
> Se celebrarán asambleas tantas veces como lo necesiten los intereses de la Comuna, a petición de los miembros del Consejo Comunal, o por la voluntad de los habitantes de cada una. (IV Congreso de la CNT. Zaragoza, 1936[67]).

A constituição de comunas desse tipo ocorreu basicamente em áreas rurais, *pueblos*, cidades pequenas e em algumas poucas cidades médias onde o colapso da estrutura municipal foi completo. No entanto, a experiência que predominou no território republicano nos primeiros seis ou sete meses após o levante nacionalista foi a constituição de comitês de trabalhadores em praticamente todas os municípios espanhóis, com maior ou menor intensidade, com maior ou menor participação efetiva no cotidiano da população.

> Una de las características que definieron al bando republicano en los inicios de la guerra civil fue, sin Duda, el proceso de atomización del poder que afectó a todas las instituciones del Estado. Así, como consecuencia del colapso provocado por la fallida sublevación militar, surgieron múltiples comités obreros por toda la zona leal a la República, organismos, que se convirtieron en poderes paralelos a los oficialmente constituidos. Y fue en el ámbito de los municipios donde esta alteración institucional alcanzó una mayor amplitud. Los ayuntamientos, aunque en general siguieron existiendo, redujeron sus funciones en la práctica debido a la actuación de los comités locales en las distintas poblaciones de la retaguardia republicana. (MUÑOZ, 2004:115)

Os comitês de trabalhadores (também chamados de comitês ou conselhos revolucionários ou populares) surgiram justamente para preencher o espaço deixado pela decomposição do aparelho de Estado e também como uma iniciativa dos trabalhadores para cuidar de seus próprios interesses, introduzindo um novo tipo de gestão dos serviços e das unidades produtivas. Nesse sentido, eram formas de organização absolutamente influenciadas pela ideia da Comuna Libertária e, de forma majoritária, os comitês funcionavam em sistema de assembleia e delegação, pelo menos nos lugares onde os anarquistas eram hegemônicos. Onde predominavam a UGT, o PSOE e, raramente, o PCE, os comitês já tinham uma estrutura mais hierarquizada e funcionavam no modelo de coordenações ou lideranças indicadas pelos líderes sindicais ou

[67] http://archivo.cnt.es/Documentos/congresosCNT/IV_CONGRESO_de_la_CNT.htm

partidários. No entanto, também representavam uma forma de protagonismo dos trabalhadores e, muitas vezes, principalmente nos comitês organizados pela UGT, existia uma estrutura horizontal de exercício de poder, especialmente quando havia a colaboração com a CNT, o que não foi raro. Assim, rapidamente surgiram comitês populares para cuidar da segurança, através da constituição de milícias de trabalhadores (organizadas por partido ou sindicato, que possuíam autonomia completa uma em relação a outra), comitês de abastecimento e distribuição de alimentos, geração de energia, transporte, limpeza, educação, restaurantes coletivos e, finalmente, os comitês de fábricas, oficinas e das propriedades agrícolas.

> (...) surgieron por toda la geografía republicana una serie de poderes de base que conocemos con el nombre genérico de comités. Estos organismos, creados con mayor o menor grado de espontaneidad, fueron constituidos principalmente por organizaciones obreras en los distintos sectores de la actividad productiva o de la administración. Así, encontramos comités en los comercios, las fábricas, las oficinas, las bancas, las dependencias oficiales, las fuerzas de Seguridad, las barriadas y un largo etcétera. Paralelamente, en los pueblos de la retaguardia republicana empezaron a actuar los comités locales [similar ao Conselho Comunal], encargados de controlar todas las actividades desarrolladas en sus municipios. (MUÑOZ, 2004:118)

A organização dos comitês significava o efetivo protagonismo dos trabalhadores na organização do seu cotidiano. Significava um importante ganho de autonomia que permitia um controle direto sobre as próprias vidas: o que queriam e deveriam fazer naquele contexto? Quais seus desejos, seus objetivos? Como concretizá-los? Como organizar o trabalho, dividir tarefas e definir prioridades? Quem deveria fazer o que e como? Como a riqueza seria produzida e distribuída? Quem cuidaria das crianças? Como os alimentos chegariam às pessoas? Como os salários seriam pagos? Como as ruas seriam limpas e iluminadas? Quem cuidaria dos serviços públicos? Enfim, uma gama gigantesca de questões deveriam ser discutidas e respondidas concreta e imediatamente, afinal, a vida tinha que continuar e não havia muito tempo para hesitações.

Na maior parte dos lugares, os comitês eram criados e controlados pelas organizações dos trabalhadores, partidos ou sindicatos. No caso dos lugares onde a CNT-FAI era hegemônica, a dinâmica era muito semelhante. Primeiro os trabalhadores de cada atividade produtiva ou de prestação de serviços, organizados em seu próprio sindicato, apropriava-se da estrutura produtiva em si. Assim, trabalhadores que constituíam o sindicato do ramo de transportes se apropriavam

dos bondes e trens, aqueles que trabalhavam nas repartições públicas implementavam um comitê para organizá-las, professores e pais organizavam as escolas, moradores criavam comitês de segurança e limpeza, hotéis e restaurantes eram transformados em restaurantes coletivos, os sindicatos organizavam comitês de distribuição de alimentos.

A dinâmica da constituição de cada comitê é conhecida: cada fábrica, oficina, instituição, rua, bairro discutia em assembleias quais eram as prioridades, os problemas, o que deveria ser feito. Após decidir os aspectos fundamentais que deveriam ser enfrentados, a assembleia constituía os comitês a partir do sistema de delegação. Os comitês ficavam responsáveis por organizar as atividades que deveriam responder às determinações da assembleia. Nesse sentido, cabia aos delegados dos comitês organizar a divisão de tarefas, coordenar e acompanhar o andamento das atividades, buscar a articulação com outros comitês para tentar, na medida do possível, complementar as ações visando a melhor satisfação possível das necessidades da coletividade. Podemos falar de uma rede de poder que se projeta sobre o território municipal/comunal onde cada comitê é um nó. A rede será mais densa e mais eficaz conforme a maior e melhor articulação entre os diferentes nós. Isso significa dizer que cada comitê desempenha uma determinada função e atende a uma determinada necessidade da coletividade. Somente com uma coordenação adequada e eficiente a coletividade terá suas necessidades satisfeitas dentro das condições possíveis (em uma guerra civil, dificilmente as condições serão ideais). Tal articulação dependerá, fundamentalmente, da capacidade de organização e mobilização dos sindicatos locais ou do sindicato único, uma vez que são as organizações que orientaram todo o processo.

É possível observar que a constituição dos comitês era organizada basicamente por dois princípios: a inserção do trabalhador na atividade produtiva (fábrica, serviços ou agricultura) e seu local de moradia. Aqui podemos verificar como os comitês de bairro ganharam uma importância prática por conta da força das circunstâncias e de sua real potencialidade política, que não existia em termos teóricos, como vimos nas formulações do II Congresso. Nesse sentido, os comitês são organizados a partir da espacialidade do trabalho e da moradia, onde as atividades aparecem complementares e representam quase que a totalidade da dinâmica da vida cotidiana dos trabalhadores, basicamente orientada pelo binômio moradia-trabalho. Nesse sentido, podemos nos remeter às formulações presentes nos congressos da CNT que analisamos

anteriormente e é possível perceber que a estrutura dos comitês está baseada na organização dos comitês locais, comitês de bairros e nos sindicatos únicos (caso de cidades pequenas).

Os comitês de bairro estavam mais envolvidos diretamente na organização da segurança (organizando pequenas milícias), da limpeza das ruas, recolhimento de lixo, educação e alimentação nos restaurantes coletivos (em parceria com os comitês responsáveis pela distribuição dos alimentos em cada município ou comuna). Organizavam atividades voltadas para os interesses e necessidades mais imediatas dos moradores e estavam em contato com os comitês responsáveis pelos serviços públicos (iluminação, transporte e abastecimento de água, por exemplo). Sem dúvida trata-se de uma gestão popular do espaço urbano onde os trabalhadores estão diretamente engajados na condução dos assuntos públicos e tomam as decisões de forma significativamente autônoma. Voltaremos a essa questão mais a frente.

Os sindicatos (ou sindicato único) estavam dedicados a manter as atividades produtivas e garantir o funcionamento dos serviços públicos. A dinâmica dos comitês inseridos nestas atividades será analisada na próxima seção quando trataremos do processo de coletivização.

A constituição dos comitês de trabalhadores colocou uma nova situação no que diz respeito ao exercício do poder. A nova conjuntura era caracterizada por dois cenários predominantes: o primeiro, onde os comitês detinham a hegemonia completa do exercício do poder na escala local e a decomposição do aparelho estatal era muito intensa; o segundo, onde o aparelho estatal não entrou em um colapso generalizado e teve que conviver com os comitês em uma situação de parceria com as organizações dos trabalhadores, o que significava uma dualidade de poder.

De qualquer forma, existia uma nova configuração das relações de poder em escala local. Uma nova rede de relações de poder era constituída pela ação direta dos trabalhadores, o que colocava em xeque a organização hierárquica do Estado, uma vez que cada município ou comuna conseguiu adquirir um grau de autonomia política e, em menor escala econômica, que não era possível antes desta experiência. A autonomia política se constitui na medida em que um corpo político coletivo se constitui apesar ou na ausência do aparelho de Estado, o que implica no exercício compartilhado do poder, rompendo com a representação da democracia burguesa, ou, pelo menos, reduzindo significativamente sua influência. Além disso, o lugar passa a não responder ou ser completamente influenciado ou conduzido pelas relações de poder que se constituem em outras escalas, seja a regional ou nacional. Não estamos afirmando que o lugar

simplesmente se torna imune a qualquer influência de outra escala e processos; simplesmente estamos afirmando que a margem de manobra para sua autodeterminação, sua autonomia se ampliou em relação à conjuntura política anterior. Nesse caso, é possível afirmar a descentralização (ainda que relativa) das relações de poder, o que significa em uma nova configuração das relações de poder e, portanto, da territorialidade.

> Así, en el verano de 1936, coexisten dos concepciones del poder en los municipios de la retaguardia republicana: el oficial, representado por las corporaciones presentes antes de la sublevación, y el 'revolucionário', encarnado por los comités. La coyuntura de la guerra, y la fuerza adquirida por las organizaciones obreras en su lucha contra la insurrección propiciaron que los poderes paralelos tuvieran un mayor peso en los municipios durante los meses iniciales de la contienda. Tal preeminencia era apoyada por los partidarios de llevar a cabo la revolución al mismo tiempo que se combatía al enemigo en los campos de batalla, especialmente desde las organizaciones libertarias. (MUÑOZ, 2004:118)

Os municípios, *pueblos*, fábricas, campos, serviços que passaram pelo processo revolucionário onde os comitês estavam presentes conseguiram conquistar um certo grau autonomia política e econômica em função dos princípios de descentralização, ou seja, de não se submeter hierarquicamente a um centro de poder. O exercício do poder estatal e privado (na indústria, no campo, nos serviços) efetivado a partir das malhas burocráticas, dos aparelhos de controle e vigilância, das metas, prazos, normas e leis instituídas de forma hierárquica e autoritária é reduzido, quebrado, fragmentado e, em ocasiões especiais, completamente superado. As localidades deixam de ser pontos onde um determinado poder se exerce de forma heterônoma, mas passam a constituir um poder efetivo que cria e institui novos modos de existência e novas formas de organizar o território, marcar e instituir limites. A lógica estatal da divisão territorial administrativa, por exemplo, foi colocada em xeque e significativamente alterada, assim como determinadas configurações regionais definidas pelo Estado foram desfeitas e substituídas pela "região anarquista", definida como "una área lo suficientemente extensa como para incluir una serie de intereses suficientes y lo bastante pequena como para mantener centrados los intereses y hacerlos objeto de la preocupación colectiva directa" (SENEX apud GARCÍA-RAMON, 1989:242). Assim, opera-se uma transformação na geografia do poder, onde as estruturas estatais e privadas que agem por centralização são substituídas (total ou parcialmente) por novas estruturas de poder baseadas na descentralização ou, que pelo menos

convivem junto com as estruturas tradicionais. É possível apreender o significado da importância dos comitês na declaração de um importante membro da CNT-FAI, Juan López (ministro anarquista no governo de Largo Caballero), levando em conta, evidentemente, que se trata de um militante comprometido com a revolução libertária, portanto, sua fala tende a exagerar ou fazer generalizações imprecisas sobre a intensidade e radicalidade da experiência: "Las diputaciones y los ayuntamientos han quedado convertidos en esqueletos a los cuales se les escapó la vida, porque toda la vida concierne a estos organismos de administración del viejo régimen burgués fue sustituida por la vitalidad revolucionaria de los sindicatos obreros" (LÓPEZ apud MUÑOZ, 2004:118).

A partir do momento em que o lugar aumenta sua margem de autonomia, ele também aumenta sua capacidade de influenciar outros espaços em outras escalas, principalmente no processo de constituição das federações e dos conselhos, como veremos mais adiante. Além disso, a força de um determinado lugar pode influenciar completamente a própria organização sócio-espacial de um determinado processo. A própria CNT é um exemplo, onde Barcelona, sem dúvida, orientou a organização e os rumos políticos da central sindical. Nesse sentido, o lugar e, principalmente, as experiências e formas de organização sociais que se constituem no e a partir do lugar serão fundamentais e decisivas para o desenvolvimento da experiência libertária na Espanha.

Existia uma significativa diferença no grau de radicalidade da ação e da margem de autonomia de acordo com o predomínio das organizações e partidos que estavam à frente do processo em cada região ou província. De uma forma geral, é possível fazer a seguinte regionalização: na Catalunha, Levante, Aragão e Andaluzia a hegemonia anarquista levou a uma radicalização maior da experiência, onde os processos de coletivização, expropriação e constituição de comitês foram radicalizados, caracterizando a transformação efetiva nas relações de poder e a instituição de um poder popular fortemente autônomo. Na Extremadura, Madri e na menor parte de Castela-La Mancha existia a hegemonia socialista, onde a radicalidade da experiência era muito mais limitada, conforme a análise abaixo:

> As cidades e áreas rurais de Nova Castela, Estremadura, Republicana e La Mancha estavam, como a Capital [Madri], dominadas pela UGT e pela Juventude Socialista Comunista. Os anarquistas eram raros. Nessas áreas, a revolução seguiu o exemplo de Madri. As antigas autoridades municipais foram mantidas e operavam ao lado dos comitês da Frente Popular. Casos de expropriação eram excepcionais. As lojas e outros

> negócios de Talavera de la Reina, por exemplo, localidades do vale do Tejo, podiam ser cobertas de avisos "aqui se trabalha coletivamente". Mas isto indicava apenas um acordo para a distribuição de lucros entre proprietários e trabalhadores, e não controle operário. No campo, em La Mancha como em Nova Castela, as grandes propriedades haviam todas elas sido confiscadas, e eram administradas pela seção local da UGT. Nenhuma vantagem material adveio para os trabalhadores, que continuaram a receber os mesmos salários que antes"(THOMAS, 1964: 227).

Em todos os casos é possível afirmar que a hegemonia não significava exclusividade, portanto, encontraremos experiências de caráter libertário nas regiões dominadas por socialistas e vice-versa. Em Castela, por exemplo, onde Thomas afirma que a presença de anarquistas era rara, a maior parte das coletivizações era da CNT (216) e não da UGT (107) (GONZÁLES, 2004:5).

Além disso, é importante ressaltar a forte presença de experiências espontâneas, ou seja, aquelas cujos trabalhadores não estão vinculados a nenhuma organização ou partido, particularmente na Extremadura e Castela, onde existe uma parcela significativa de camponeses católicos que participaram ativamente deste processo.

No contexto de decomposição do aparelho de Estado e do avanço do processo revolucionário de caráter libertário, a Frente Popular se vê diante de uma dupla frente de batalha: de um lado, deve lutar contra o campo nacionalista e, ao mesmo tempo, se vê na luta contra o processo revolucionário engendrado por uma significativa parcela dos trabalhadores espanhóis. Nesse sentido, depois de pelo menos seis meses de colapso e decomposição, a Frente Popular vê a necessidade urgente de recompor o Estado para retomar a hegemonia política, econômica e militar no campo republicano. Nesse sentido, os partidos que a compõe colocam como prioridade máxima ganhar a guerra e não fazer uma revolução. Aliás, conter o processo revolucionário é uma das prioridades do governo, inclusive do PSOE e do Partido Comunista. Neste contexto, setembro de 1936, Largo Cabellero é nomeado Primeiro Ministro com três objetivos fundamentais: 1. reestruturação das forças armadas, o que significava acabar com as milícias independentes e constituir um Exército regular, formal e profissional nos moldes tradicionais; 2. estabelecer a hegemonia estatal no controle da ordem pública e na gestão dos bens e assuntos públicos, o que significava dotar a ação governamental de legitimidade e reconhecimento; 3. impedir o processo revolucionário e defender a manutenção de uma democracia burguesa.

Durante seu curto mandato (setembro de 1936 e maio de 1937), Caballero não consegue concretizar de forma efetiva tais objetivos e é substituído por Juan Negrín, aliado convicto dos partidos comunistas (PCE e PSUC) e da URSS de Stalin.

A constituição do governo de Caballero contou com a participação de quatro ministros anarquistas, Juan Peiró (Indústria) e Juan López (Comércio), sendo que estes dois eram membros apenas da CNT e tinham assinado o Manifesto dos Trinta; Juan García Oliver (Justiça) e Federica Montseny (Saúde), ambos membros da CNT e da FAI. Tal situação poderia caracterizar o distanciamento da cúpula da CNT-FAI e da sua base e, além disso, uma mudança nos rumos da própria orientação radical dos faístas que passaram a colaborar com o processo de reconstituição do Estado em Madri e também na Catalunha, quando participaram da *Generalitat*.

> A decisão histórica de se unir primeiro à administração catalã [o que ocorreu nas primeiras semanas do conflito] e depois à central não foi uma mudança tão repentina para os anarcossindicalistas como poderia parecer a princípio. Pelo contrário, para eles era a medida lógica e decisiva depois de aceitarem a responsabilidade de administrar as questões locais com a colaboração de outros e após terem se unido (em julho) ao Comitê de Milícias Antifascistas, dissolvidos quando três membros da CNT ingressaram na *Generalitat*. A colaboração não foi uma trama planejada pelo secretário-geral Horacio Prieto e alguns militantes do alto escalão. Divididos ideologicamente desde os primeiros dias de julho em Barcelona, muitos membros da CNT e mesmo da FAI abandonaram aos poucos todos os seus conceitos prévios antigovernamentais e antiestatais. Confrontados pela terrível realidade militar, a maioria entendia que, se a guerra fosse perdida, nunca haveria uma revolução. Mesmo que houvesse uma ruptura entre alguns dos extremistas de linha-dura, agora o *slogan* aceito pela maioria era combater o fascismo acima de tudo. Para os anarcossindicalistas, a questão não se resumia a colaborar com os outros, mas a assumir o controle de mecanismos de poder antes que outros dele se apoderarem (SALVADÓ, 2008:160).

A análise de Salvadó é um pouco distinta daquela realizada por Casanova (2006) e Mintz (2006), onde demonstram a colaboração anarquista com o governo de Madri e com a *Generalitat*, mostrando, em primeiro lugar, que não era uma pequena minoria que discordava da participação dos anarquistas no governo. Esta minoria a que se refere Salvadó é aquela que compõe a cúpula do Comitê Nacional. Nesta instância sim, o que predominava era a ideia de vencer guerra para garantir a revolução e para alcançar este objetivo, era necessário participar e colaborar do processo de recomposição do Estado.

> La FAI firmó el pacto del Frente Popular Antifascistas en septiembre de 1937 e participó como organización en los consejos municipales renovados. El representante en el Frente Popular Antifascistas, José Carrasquer, fue su secretario regional en los últimos meses de la guerra (CASANOVA, 2006:303).
>
> El Comité Regional [de Aragão] de la CNT secundó con absoluta ortodoxia las ideas directrices que sobre la cuestión política, y concretamente la participación en el Gobierno, estabeleció el Comité Nacional. La intervención de los libertarios en el control del poder político para defender la revolución – aspecto que había sido rechazado con anterioridad a la sublevación militar – fue aceptada 'como una necesidad del momento' (CASANOVA, 2006:308).
>
> La comarcal del Cinca – protagonista una vez más de las críticas a la dirección – rechazó enérgicamente la aceptación de esta nueva institución [corpo de guardas de campos de trabalho]:
> No es posible ir a esos sitios sin menoscabar nuestra dignidad de hombres idealistas. Siempre hemos repugnado esos antros y sin embargo ahora, como si la Confederación hubiera perdido la cabeza, se lanza a una colaboración sin limites en todos aquellos organismos, por improcedentes que estos sean (CASANOVA, 2006:308-9).
>
> El Comité Peninsular de la FAI expresó en términos muy similares el deseo de 'emplear la habilidad para introducirnos en los puestos de influencia al objeto de hacer observar el respeto que nos merecemos y consolidar nuestras posiciones revolucionarias (CASANOVA, 2006:310).

O que Mintz argumenta é que a grande parte da base estava engajada na guerra revolucionária, ou seja, acreditava na necessidade de se fazer a revolução para conseguir ganhar a guerra e não o contrário. Além disso, é possível questionar a "estratégia" anarquista de ocupar cargos chaves na administração. O desenvolvimento da recomposição do aparelho estatal demonstrou a incapacidade dos anarquistas exercerem a hegemonia por dentro de uma estrutura heterônoma que foi pensada e organizada para impedir o processo revolucionário. A ideia de ocupar cargos no governo demonstrava mais uma preocupação em não ficar de fora da esfera política e militar que iria conduzir a guerra do que propriamente uma estratégia de tomar o Estado por dentro para aniquilá-lo. Além disso, as forças políticas que estavam ocupando o aparelho de Estado junto com os anarquistas tinham uma experiência muito maior nesse tipo de ação do que a central anarcossindicalista. Soa extremamente ingênua a possibilidade de que os anarquistas teriam sucesso de alcançar a hegemonia do aparelho de Estado disputando-a com o

Partido Comunista, o PSOE e os demais partidos republicanos. Nesse sentido, compartilhamos o posicionamento de Mintz que viu na entrada dos anarquistas no aparelho de Estado como o início da derrota do processo revolucionário, motivada por uma postura pragmática e baseada no temor de não participar da reestruturação do aparelho de Estado, quando na verdade o que deveria ser estimulado era o fortalecimento das organizações autônomas dos trabalhadores, ou seja, o aprofundamento do processo revolucionário. Veremos, que conforme o aparelho de Estado se recompõe, em todas as esferas e escalas, o processo revolucionário é sufocado e, finalmente, destruído. Nesse sentido, acreditamos que é factível pensar que ao invés de contribuir para reforçar e reestruturar o Estado, os anarquistas deveriam se dedicar a reforçar os territórios libertários que foram constituídas durante os primeiros meses de conflito. Mintz cita José Peirats para colocar de forma precisa a questão:

> Nadie quiere minorizar la importancia del problema planteado a los anarquistas el 20 de julio de 1936 cuando se vieron con la situación en las manos sin saber que hacer con ella. Lo que se les reprochaba no es la renuncia a la dictadura anarquista sino haber optado por la contrarrevolución. El dilema que esgrimían: o dictadura o colaboración gubernamental, es falso. Del punto de vista anarquista la dictadura y la colaboración gubernamental son una cosa parecida. Y dos cosas parecidas no poden constituir dilema. Contrarrevolucionaria es la dictadura y contrarrevolucionario es el Estado. Ahora bien, si en el gobierno figuran los anarquistas, se refuerza por una parte el poder contrarrevolucionario del gobierno al tiempo en que se debilita la oposición revolucionaria. De lo que se infiere que el sólo hecho de no colaborar los anarquistas en el gobierno hubiese reforzado la oposición revolucionaria y hubiese debilitado al mismo tiempo la capacidad contrarrevolucionaria del Estado (PEIRATS apud MINTZ, 2006:157).

O processo de recomposição do Estado implicou no ataque à descentralização do poder promovida pela criação dos comitês, que representavam a instituição de uma nova configuração de poder e, portanto, expressavam uma nova territorialidade caracterizada pela instituição de espaços políticos significativamente autônomos realizada pelos trabalhadores. O Estado necessitava desarticular as relações de poder que foram configuradas pelos comitês para iniciar um processo de centralização política e, com isso, aniquilar os espaços autônomos instituídos pelas organizações dos trabalhadores. Em 4 de janeiro de 1937 é publicado um decreto governamental que visa alcançar tais objetivos (MUÑOZ, 2004).

O primeiro aspecto fundamental do decreto era restabelecer a divisão administrativa municipal e provincial que existia no momento das eleições municipais de 1931, desfazendo

qualquer tipo de nova configuração espacial estabelecida pela constituição de comunas e de novos limites municipais: “En el preámbulo del mismo, se dejaba claro que los ayuntamientos elegidos en abril de 1931habían representado la voluntad popular hasta las elecciones de 1936” (MUÑOZ, 2004:120). Em outras palavras, a organização espacial deveria ser orientada pela dinâmica da democracia representativa que instituiu uma determinada territorialidade com a proclamação da Segunda República ao invés de reconhecer as novas divisões e inscrições realizadas pelos trabalhadores de forma autônoma. A espacialidade dos trabalhadores não era considerada legítima e, portanto, deveria ser restabelecida a espacialidade político-administrativa consagrada pelo Estado e seu processo eleitoral.

O segundo aspecto do decreto era delegar aos governadores civis de cada província a tarefa de constituir Conselhos Municipais. Nesse sentido, tais órgãos seriam uma forma de centralizar o processo de administração municipal em detrimento da ação descentralizada dos comitês, que não tinham a obrigação de responder a um órgão hierarquicamente superior. Assim, os Conselhos Municipais são instituições de centralização do exercício do poder em detrimento da ação autônoma dos trabalhadores. A constituição dos Conselhos Municipais deveria reproduzir na escala local as articulações e relações de poder que estavam configuradas na escala nacional. Isso significava dizer que os partidos que compunham a Frente Popular deveriam participar dos Conselhos. Além deles, os sindicatos e organizações dos trabalhadores também fariam parte dos Conselhos, a saber a CNT-FAI e a UGT. Caso as organizações e partidos não chegassem a um consenso sobre a composição dos Conselhos, a decisão final e soberana sobre a distribuição dos cargos e dinâmica de funcionamento caberia ao governador civil da província. Essa medida era uma forma de reduzir a margem de manobra e a capacidade de exercício de poder do movimento anarquista e das experiências libertárias conduzidas de forma espontânea ou em parceria com a UGT. A institucionalização dos Conselhos Municipais significava a implementação de uma dinâmica burocrática e aparelhada pelos partidos para evitar e sufocar o processo revolucionário.

A participação dos anarquistas nos Conselhos Municipais foi motivo de conflito entre a base e a cúpula da CNT. A entrada da CNT para o governo significava que a organização considerava legítimo o processo de recomposição do Estado iniciado por Caballero. De forma geral a base da militância via nessa orientação o fortalecimento do poder estatal e o declínio do processo revolucionário, como foi argumentado por Frank Mintz anteriormente. A decisão da

criação dos Conselhos Municipais foi criticada pela cúpula da CNT e seus ministros, no entanto, sua participação no governo comprometia seu discurso crítico perante a militância engajada no processo revolucionário, que via a participação no governo como um aval para se frear o processo revolucionário. Durante o processo de constituição dos Conselhos Municipais, os anarquistas foram convidados a participar, o que gerou um conflito durante o processo de criação e ao longo do seu funcionamento. Em um primeiro momento, os militantes da base, de forma majoritária, rejeitaram a constituição dos Conselhos Municipais pois tinham a clareza de que eles seriam um instrumento contra-revolucionário para atingir e desarticular os comitês. No entanto, a despeito da participação ou aceitação por parte dos anarquistas, a implementação destes órgãos ocorreu por todo território republicano. Até mesmo o importante Conselho de Aragão, uma das principais experiências libertárias durante a guerra (apesar de não ser constituído exclusivamente por anarquistas) não foi capaz de combater a nova institucionalidade e aprovou a implementação dos Conselhos Municipais.

Os anarquistas assumiram duas posições básicas em relação aos Conselhos: 1. simplesmente não participaram e se recusaram a colaborar com qualquer tipo de órgão governamental; 2. participaram dos Conselhos Municipais na tentativa de salvar as conquistas feitas pelos comitês e de influenciar o processo político local dentro da margem de manobra possível. Esta foi a posição majoritária, o que permitiu ao movimento libertário manter uma significativa hegemonia na nova conjuntura política local. É importante salientar que a posição adotada por grande parte dos anarquistas que ingressaram nos Conselhos era orientada pelo mesmo princípio da cúpula: apropriar-se da estrutura estatal para manter as conquistas revolucionárias e, se possível, acelerar a revolução. Nesse sentido, grande parte da base, que criticou a participação no governo central, assumiu a mesma posição que a cúpula cenetista. No entanto, não há dúvidas que as margens de manobra eram muito maiores na escala local do que nas esferas governamentais de Madri e da Catalunha e, por isso, as possibilidades de manter as conquistas revolucionárias eram muito maiores.

O principal objetivo do decreto, no entanto, era a extinção dos comitês ou de qualquer tipo de órgão ou instituição autônoma que pudesse agir fora da institucionalidade estatal. Nesse sentido,

> El artículo quinto ponía de relieve, a nuestro juício, uno de los principales objetivos del decreto, al plantear que tras quedar constituidos los consejos municipales, “quedarán disueltos todos los comités que

> vienen funcionando en los pueblos de España con funciones similares, análogas o idénticas a las de los ayuntamientos". Se ponía así fin, de forma oficial, al proceso iniciado en el verano anterior al calor de la coyuntura generada por el fracaso de la sublevación. En definitiva, este artículo acababa con las competencias ejecutivas de los comités y, con ello, con la expresión de cualquier posibilidad de poderes revolucionarios en la retaguardia republicana (MUÑOZ, 2004:121).

Os Conselhos Municipais foram sendo implementados com sucesso em praticamente todo o território republicano até agosto-setembro de 1937, no entanto, sua criação não se mostrou uma estratégia completamente eficaz de recomposição do aparelho de Estado, pelo menos em um primeiro momento. Se, por um lado, houve uma redução maciça dos comitês revolucionários, por outro, os anarquistas conseguiram exercer sua hegemonia em grande parte dos Conselhos Municipais, principalmente na Catalunha e em Aragão, enquanto que na Andaluzia, Levante, Castela e Madri ocorreu a redução ou a perda de hegemonia[68]. No entanto, o que é fundamental sublinhar é que apesar da participação dos partidos que compunham a Frente Popular (principalmente o PSOE, a Izquerda Republicana e o PCE), os anarquistas não foram derrotados nem excluídos da participação da dinâmica política local. Houve uma perda ou redução de hegemonia, mas que estava longe de representar a desarticulação das relações de poder descentralizadas e baseadas na autogestão política e econômica através das assembleias e da delegação de poder instituídas pela dinâmica dos comitês revolucionários.

Uma vez que os Conselhos foram instituídos, a hegemonia anarquista foi exercida em um novo ambiente político caracterizado pelo embate entre as organizações libertárias e as frações revolucionárias da UGT e do PSOE (que realizaram inúmeras e importantes alianças com a CNT e a FAI) contra os partidos que compunham a Frente Popular, principalmente a fração reformista do PSOE (a maioria do partido), a Izquerda Republicana e o PCE.

Os Conselhos Municipais não foram capazes de desarticular as relações de poder instituídas pelos trabalhadores de forma autônoma, o que levou o governo a alterar sua estratégia e partir para um ataque direto às organizações libertárias. Nesse sentido, foi implementada uma nova medida que destituiu os Conselhos Municipais controlados pelo movimento libertário para a instituição das chamadas Comissões Gestoras, que seriam definidas pelos governadores de

[68] No caso da Andaluzia a perda de hegemonia se explica pelo avanço das tropas nacionalistas na região, que incorporou ao território nacionalista importantes províncias controladas pelos anarquistas, como Sevilha, Cádiz e Huelva, permitindo o avanço da UGT e do PCE. No caso de Madri e Castela, existia a hegemonia socialista e no Levante a forte presença socialista.

províncias (GONZÁLES, 2003; CASANOVA, 2006; TORRE, 2009). A formação das Comissões Gestoras não precisava reproduzir a correlação de forças em escala nacional e, diferente dos Conselhos, sua formação estava diretamente condicionada às decisões do governador de cada província ou dos responsáveis escolhidos por ele para fazer a reformulação das estruturas de poder local. Na prática essa medida possibilitava ao governo remover as organizações libertárias dos órgãos políticos locais, o que significava a exclusão do espaço de poder decisório em escala local: "La principal consecuencia de esta medida – que no estaba apoyada en ningún decreto – fue la exclusión de la CNT del poder local en numeroso pueblos aragoneses" (CASANOVA, 2006:280) e "Las comisiones gestoras, designadas gubernativamente para sustituir a los consejos municipales, siguieron actuando en carácter provisional y, en muchos casos, sin la participación de los libertarios" (GONZALES, 2003:XII).

> Con la disolución del Consejo de Aragón los consejos municipales les que estaban controlados por los libertarios fueron suprimidos y reemplazados por comisiones gestoras. José Ignacio Mantecón [governador geral de Aragão, membro da Izquierda Republicana] nombró delegados gubernativos en las diversas comarcas aragonesas, con el fin de designar a los nuevos gestores municipales. En las tres zonas de mayor implantación cenetista se situó a destacados militantes comunistas para realizar esa labor (CASANOVA, 2006:280).

> La primera carta del Comité Regional de la CNT al gobernador de Aragón estaba firmada el 16 de octubre de 1937:
> Ha podido considerarse, y la CNT así lo acepta que en aquella ocasión se pudiera haber procedido con sectarismo y ahora fuese necesario el hacer una revisión. Pero lo que no es aceptable es que de una manera general se haya destituido a todos los Consejos Municipales de Aragón y que en su lugar se hayan formado unas Gestoras que, en infinidad de pueblos, la gente que las compone son de dudosas lealtad antifascista[69], los cuales en general se niegan a aceptar las bases convenidas en el pacto que suscribimos los actuales componentes del Frente Popular Antifascista (CASANOVA, 2006:281).

Conforme as Comissões Gestoras eram implementadas, a experiência libertária ia se tornando cada vez mais limitada e menos vigorosa. As Comissões Gestoras aniquilaram

[69] Refere-se à incorporação nas Comissões Gestoras de médios e grandes proprietários de terras e comerciantes que não tinham participado diretamente do levante militar, mas que nutriam fortes sentimentos pela causa nacionalista. A incorporação de tais elementos na política local foi uma estratégia utilizada pela Izquerda Republicana e pelo PCE para garantir o apoio de pequenos e médios proprietários rurais e outros grupos sociais que defendiam a manutenção da propriedade privada e a centralização política.

gradualmente os espaços políticos autônomos e sufocaram o processo revolucionário baseado na autogestão política, econômica e cultural engendrada pelos trabalhadores. O aparelhamento partidário das Comissões levou à crescente burocratização e centralização do exercício do poder possibilitou a restituição do espaço político institucionalizado estatal e o declínio da capacidade de exercício de poder da coletividade. Os partidos que constituíam tais órgãos estavam determinados a acabar com o processo revolucionário e a impedir qualquer tipo de ação ou mobilização que apontasse nessa direção e fosse considerada um obstáculo para a centralização político, econômica e militar que permitisse à República ganhar a guerra.

3.4. As coletivizações e a autogestão da produção

As coletivizações representaram a outra faceta do processo revolucionário engendrado pelos trabalhadores espanhóis. Por um lado, temos a instituição de processos de autogestão política e cultural na escala local com a constituição dos comitês revolucionários e pelo exercício da hegemonia nos Conselhos Municipais, o que significou a constituição de um espaço público cuja dinâmica era fortemente autônoma. A outra face do processo revolucionário, que complementava e era indissociável do exercício do poder autônomo dos trabalhadores, foi a posse dos meios de produção pelos trabalhadores através das coletivizações.

O que foram, efetivamente, as coletivizações? Quando se fala em coletivização é possível remeter aos processos que ocorreram na União Soviética, na China e outros países de regimes ditatoriais socialistas, onde o Estado se tornou o proprietário dos meios de produção. Neste caso estamos diante de processos de estatização e não de uma coletivização propriamente dita, uma vez que a propriedade dos meios de produção e o exercício do poder de como utilizá-los fica restrito à classe dominante, a saber a burocracia do Partido, e não há a possibilidade da constituição de um espaço público onde a coletividade possa ser efetivamente sujeito do processo instituinte e decisório.

A coletivização remete a um processo onde os trabalhadores tomam posse dos meios de produção e instituem a autogestão política e econômica da organização social, constituindo um espaço público onde o exercício do poder é efetivado por uma coletividade. É este processo específico que ocorreu na Espanha durante a Guerra Civil. O processo de coletivização implica a expropriação da propriedade privada. No caso espanhol, houve momentos em que a estatização

antecedia a coletivização. Isso ocorria quando o Estado realizava a expropriação de fábricas, imóveis, terras e estabelecimentos comerciais que pertenciam a pessoas e grupos que colaboraram direta e explicitamente com o levante nacionalista. Nesses casos, ocorria primeiro uma estatização, ou seja, tais propriedades ficavam sob controle e administração direta do Estado. Partes destas propriedades estatizadas eram transferidas para as organizações dos trabalhadores (o que ocorreu principalmente no campo, no âmbito do processo de reforma agrária), que a partir daí, instituíam o processo de coletivização. As expropriações realizadas pela ação direta ocorriam quando os trabalhadores organizados em sindicatos, partidos, organizações variadas ou de forma espontânea apropriavam-se diretamente dos meios de produção e instituíam a imediata coletivização.

O processo de coletivização não atingiu toda a estrutura produtiva do território republicano, que ficou caracterizado por uma significativa diversidade de formas de organização do trabalho e da produção: 1. fábricas, estabelecimentos comerciais, serviços públicos e propriedades rurais que foram estatizados e, apesar de contarem com a administração de comitês de trabalhadores, estavam sob o controle do Estado (THOMAS, 1964); 2. diversos setores da economia ainda estavam controlados por setores da burguesia comercial e financeira que se opunham ao golpe fascista; 3. a intervenção, uma espécie de "co-gestão" realizada em estabelecimentos e fábricas onde o proprietário administrava juntamente com um comitê de trabalhadores; 4. as experiências de coletivização dos meios de produção e implementação da autogestão pelos próprios trabalhadores no campo e nas cidades.

O processo de coletivização foi extremamente dinâmico e diversificado, onde inúmeras situações se combinavam para constituir um dos principais pilares do processo revolucionário espanhol. Vejamos as diversas situações nas quais a coletivização se tornou uma realidade na Espanha.

O primeiro ponto importante é o processo de transformação do regime de propriedade. Salientamos que a coletivização significa a transformação da propriedade privada em propriedade coletiva onde os trabalhadores vão reconstruir as relações de poder e de produção baseadas em princípios libertários: autogestão, constituição de assembleias, delegação do poder, distribuição mais justa ou igualitária da riqueza socialmente produzida. A transformação da propriedade privada em propriedade coletiva ocorreu basicamente de duas formas: 1. abandono das unidades produtivas pelos proprietários (terras, fábricas, estabelecimentos comerciais e de

serviços); 2. pela expropriação direta realizada pelos trabalhadores através da ocupação das unidades produtivas. Quando o levante nacionalista foi debelado em grande parte da Espanha e se constituíram dois territórios antagônicos, os proprietários de terras, fábricas, estabelecimentos comerciais e de serviços que eram simpatizantes ou colaboradores diretos dos nacionalistas simplesmente abandonaram suas propriedades junto com uma parte dos trabalhadores de classe média como técnicos e gerentes, por conta do temor do ódio e da vingança dos trabalhadores, o que era bastante justificado, tendo em vista a violência dos primeiros dias de guerra civil. Além disso, ocorreram diversos casos de proprietários, pessoas de classe média ou membros da elite que não eram nacionalistas, mas ao contrário, defendiam a República também abandonaram suas propriedades com temor de serem acusados de fascistas pelo fato de serem proprietários de meios de produção, imóveis, comércios, etc., temor que também se justificava tendo em vista a ocorrência de episódios de violência cujas vítimas foram acusadas de serem fascistas ou nacionalistas sem terem absolutamente nenhuma relação com o levante. O abandono das unidades produtivas não significou a paralisação do trabalho. Após a greve geral decretada pelos trabalhadores como forma de luta contra o levante nacionalista, os trabalhadores passaram a ocupar os locais de trabalho para dar continuidade ao processo produtivo. A ocupação era feita de forma espontânea ou pela ação organizada dos sindicatos (ou partidos políticos), principalmente pela CNT-FAI e pela UGT. Por outro lado, os trabalhadores também iniciaram o processo de expropriação direta de fábricas, terras, imóveis sem esperar a fuga dos proprietários. A ocupação das unidades produtivas tinha objetivos imediatos básicos: abastecer a população, em primeiro lugar e, depois que a guerra civil se tornou uma realidade, abastecer a frente de batalha com os produtos necessários para travar o combate. Além disso, as expropriações deram início à coletivização, que era a forma revolucionária de produzir para a guerra e, fundamentalmente, para transformar as relações de poder e de produção, instituindo uma nova forma de organização social baseada na autogestão do trabalho.

Uma das questões mais debatidas acerca das coletivizações foi sobre o seu caráter espontâneo ou coordenado, dirigido e organizado pelas organizações dos trabalhadores. Grande parte das obras que analisam ou descrevem este processo, principalmente aquelas escritas por anarquistas, atribuem a magnitude deste processo basicamente à espontaneidade da população, ou seja, uma ação direta sem a orientação ou coordenação de nenhum tipo de organização sindical ou partidária. Os autores atribuem as ações revolucionárias a ações espontâneas

motivadas por uma "tradição comunitária" que habita corações e mentes, pela ideia de revolução imbuída no espírito do trabalhador (sem se saber exatamente de onde veio a ideia e como foi disseminada) ou pela ação de militantes dedicados e obstinados que animam a massa em momentos desta natureza. Nesse sentido, praticamente não se leva em consideração a ação das organizações, sindicatos e partidos políticos que contribuíram para mobilizar e organizar a ação dos trabalhadores. Victor Alba, por exemplo, afirma que na Espanha "Ahí si que hubo una revolución auténticamente obrera, llevada a cabo por los trabajadores, espontáneamente, sin ni siquiera la iniciativa inicial de sus organizaciones" (2001:20); enquanto isso, Augustin Souchy e Paul Folgare afirmam que "no se puede hablar de socialización o colectivización premeditada. Efectivamente, no había nada preparado, todo había que improvisarlo" (2007:16) e mais adiante sugeriam que "esta colectivización no hay que entenderla con la realización de un programa preconcebido. Vino espontáneamente. Sin embargo, no se pude ocultar a influencia de las enseñanzas anarquistas en este proceso. Desde hace decenios los anarquistas y sindicalistas de España consideran la transformación social de la sociedad como su fin primordial" (2007:17). Gaston Leval argumenta que

> Como se ve, la revolución social que tuvo lugar no fue consecuencia de una decisión de los organismos de dirección de la CNT o de las consignadas lanzadas por los militantes que ocupaban los primeros planos. Se produjo espontánea y naturalmente, no porque –evitemos la demagogia- en su conjunto "el pueblo" se había vuelto de repente capaz de hacer milagros, sino porque, repitámoslo en el seno de este pueblo y siendo integrante suya, existía una minoría potente, activa, dinámica, guiada por un ideal que continuaba a través de la historia la lucha empezada en tiempos de Bakunin y de la Primera Internacional; porque en innumerables sitios y lugares teníamos combatentes que desde decenios perseguían objectivos constructivos concretos, guiados por su iniciativa creadora y en sentido práctico indispensable para amoldarse a la variedad de situaciones y cuyo espíritu de innovación constituía un poderoso fermento capaz de aportar – en el momento decisivo- las orientaciones necesarias (1972:83-84).

Uma perspectiva mais realista do fenômeno pode ser encontrada em Mintz (2002 e 2006), Casanova (2006), Torre (2009), onde os autores sublinham que apesar de um significativo grau de espontaneidade das ações populares, as organizações dos trabalhadores foram cruciais para a implementação e consolidação das coletivizações. Nesse sentido, foram determinantes para a consistência da experiência e não podem ser desconsideradas pela análise que as coloca em um

papel secundário a reboque das ações espontâneas dos trabalhadores. A espontaneidade deve ser conceituada e relativizada: primeiro, devemos entender por espontaneidade, no contexto espanhol, como a ação dos trabalhadores de forma autônoma e independente de organizações sindicais, partidárias ou de qualquer outro tipo (como a FAI), logo, eram ações diretas engendradas pelos trabalhadores sem nenhum tipo de coordenação ou mobilização determinada por alguma estrutura organizativa. No entanto, tais ações espontâneas devem ser relativizadas por conta da longa e rica história do movimento libertário espanhol, que desde a I Internacional, no século XIX, até o início da Guerra Civil na Espanha vinha produzindo reflexões, formulações, mobilizando e organizando a classe trabalhadora e engendrando diversos tipos de ações. Nesse sentido, existe toda uma história de luta, mobilização, formulação e aprendizado que foi disseminada pela população espanhola em virtude da ação das organizações libertárias espanholas. Portanto, uma determinada subjetividade, uma identidade e um projeto político relativamente coerente foram sendo produzidos ao longo de todo esse tempo. Todo o trabalho das organizações em realizar greves, atos de insurreição, fundar jornais, promover jornadas revolucionárias, formular ideias acerca da sociedade pós-revolucionária e conquistar direitos para os trabalhadores através da luta sindical contribuíram para constituir a subjetividade de pelo menos duas ou três gerações de trabalhadores espanhóis. A espontaneidade deve ser relativizada, uma vez que a ação espontânea foi alimentada por essa subjetividade que se produziu ao longo de pelo menos 70 anos de luta e mobilização realizada pelas organizações libertárias.

Além destes balizamentos, podemos apresentar alguns dados concretos que podem nos ajudar a questionar o caráter puramente espontâneo da experiência espanhola. A população espanhola, como vimos anteriormente, era de aproximadamente 25 milhões de habitantes. Segundo Santillán (1982:70), a população economicamente ativa na Espanha era de aproximadamente 10 milhões de habitantes (pessoas aptas ao trabalho entre 18 e 50 anos). Após o início da guerra, o território republicano ficou com a maior parte da população, algo em torno de 12 milhões e com uma população economicamente ativa de algo em torno de 5 a 6 milhões (TORRE, 2009:13). Segundo estimativas realizadas, a população diretamente envolvida no processo de coletivização (trabalhadores e suas famílias) era de, no mínimo, aproximadamente 1.900.000 pessoas (MINTZ, 2002:95). Apenas a CNT, em 1936, antes da guerra tinha aproximadamente um milhão de filiados (LEVAL, 1972:66). Após o início da guerra, a CNT e a UGT aumentaram de forma extraordinária seus filiados, chegando a ter aproximadamente 4

milhões de filiados (BEEVOR, 2006:165) em março de 1937. Sem contar que o número de coletivizações fundadas e geridas pelas organizações sindicais constituía a esmagadora maioria. Diante destes números é difícil sustentar que as organizações dos trabalhadores tenham sido simplesmente coadjuvantes neste processo e agido a reboque das ações dos seus próprios militantes, ocorrendo justamente o contrário. O grande crescimento das centrais sindicais ocorreu justamente por conta do êxito de suas ações e iniciativas para a mobilização dos trabalhadores tanto no combate aos nacionalistas quanto no desenvolvimento do processo revolucionário (principalmente a CNT). Nesta perspectiva, argumentos como de Victor Alba soam realmente estranhos quando o autor afirma que "recuerdese que no fue la CNT como tal, sino sus afiliados dispersos en las empresas abandonadas, quienes adoptaron la colectivización sin consultar siquiera con sus sindicatos (2001:70) ou que "no se hablaba de sindicatos ni se les atribuía ninguna función económica" (2001:75). O autor separa os protagonistas de suas próprias organizações, o que nos parece absolutamente temerário e, em segundo lugar, desconsidera um dos fatores cruciais das organizações libertárias, que é justamente o princípio federativo. Nesse sentido, os trabalhadores de cada fábrica tinham completa autonomia para engendrar a coletivização sem pedir permissão para o sindicato local ou para o comitê nacional. Além disso, desde do primeiro congresso da CNT constam formulações sobre a expropriação dos meios de produção e a centralidade do sindicato na gestão econômica e política das unidades produtivas. Se os trabalhadores não "consultaram" seus sindicatos o motivo é muito simples: eles são o próprio sindicato e a estrutura federativa lhes permite engendrar determinados processos.

O processo de coletivização teve um grau significativo e importante de espontaneidade, principalmente no campo onde a presença das organizações de trabalhadores era menor antes do início da guerra. No entanto, a ação das organizações dos trabalhadores nas mais diversas escalas e, principalmente, na escala local (municípios e comarcas) e dos "nanoterritórios"[70] (fábricas, imóveis, serviços) foi crucial para o início, desenvolvimento e consolidação do processo.

Nesta seção do trabalho vamos analisar as características predominantes do processo de coletivização que ocorreram tanto no campo como na cidade e, logo em seguida, apresentaremos os detalhes de cada um dos processos que ocorreram em espacialidades distintas.

---

[70] Souza (2006:317-318) propõe a ideia de "nanoterritórios", que seriam "territórios extremamente pequenos, diminutos; situam-se em uma escala ainda mais reduzida que a microlocal, sendo atinentes a espaços com os quais (...) os trabalhos dos geógrafos urbanos não costumam lidar específica ou diretamente: a moradia, o local de trabalho (fábrica, loja, escritório e, para os trabalhadores do 'circuito inferior da economia urbana', freqüentemente, um trecho da calçada como ponto)". Assim, tais coletivizações seriam nanoterritórios.

A organização interna das coletivizações: a instituição de novas relações de poder e a produção de novas subjetividades

As ocupações das terras, fábricas, estabelecimentos comerciais e de serviços era realizada pelos próprios trabalhadores do local. Portanto, eram realizadas por colegas de trabalho, pessoas que conheciam as virtudes, defeitos e vícios umas das outras, geralmente pertenciam ao mesmo sindicato (majoritariamente à CNT ou UGT)[71], tinham suas amizades e desavenças, compartilhavam uma determinada identidade e estavam imbuídos por um desejo de transformação efetivo.

Após a ocupação, os trabalhadores organizavam uma assembleia para decidir efetivamente qual o rumo iriam tomar. Possuíam basicamente duas opções:

1. Estabelecer um sistema de cogestão com o proprietário caso este não tivesse fugido. Nessa perspectiva, não havia a transformação do regime de propriedade e sim uma parceria na administração e na divisão dos lucros. Nessa situação, a administração era compartilhada entre o proprietário e um comitê de trabalhadores. Tal opção não foi rara ou incomum, mas certamente foi marginal em relação ao processo de coletivização e ocorreu com maior freqüência em Madri e Castela-La Mancha.
2. Decidir pela coletivização dos meios de produção e, portanto, pela transformação nas relações de pode e de produção.

Após a decisão favorável à coletivização, os trabalhadores deveriam instituir as novas relações de poder e de produção para superar problemas e questões que se colocavam imediatamente e não poderiam esperar muito tempo para serem solucionados: como organizar o trabalho? Como tomar decisões? Por que e para quem produzir? Como dividir a riqueza socialmente produzida? Tais questões eram cruciais e definiram a natureza libertária da experiência espanhola.

A dinâmica de funcionamento das coletivizações, no campo ou na cidade, era fundamentalmente a mesma dos comitês revolucionários, afinal, eram basicamente os mesmos protagonistas instituindo novas relações de poder que alteravam a dinâmica política e econômica

[71] Não era nada incomum que trabalhadores de um mesmo local fossem filiados a sindicatos diferentes, assim como foi muito comum a constituição de coletividades mistas administradas em parceria pela CNT e UGT (constituída por militantes socialistas de caráter revolucionário).

entre os trabalhadores e dava um novo sentido a suas ações e atividades. A assembleia dos trabalhadores era a instância máxima de decisão onde poderiam participar todos os trabalhadores e, no caso das coletivizações agrícolas, também participavam as famílias, incluindo os idosos e jovens, geralmente maiores de 16 anos. A assembleia tinha a responsabilidade de instituir as leis, normas e princípios que iriam reger as relações de poder e de produção na coletivização. Assim, era necessário definir como o trabalho seria organizado, as metas de produção, a divisão das tarefas, a distribuição da riqueza, a comercialização dos produtos, as relações com outras coletividades, os direitos e deveres de cada membro da coletividade, etc. As normas gerais eram corporificadas em estatutos e regimentos. Abaixo, o trecho inicial do estatuto da coletividade de Salas Altas, localizada na província de Huesca, na região de Aragão.

> Reunidos en la Asemblea general los abajo firmantes y discutidas las normas Colectivistas acuerdan por voluntad propia implantar una Colectividad, y pertenecer a ella, y para su desenvolvimiento económico aprueban las seguintes normas.
> 1º. A la Colectividad [po]drá pertenecer todo vecino cualquiera que sea su condición económica, siempre que esté de acuerdo con este reglamento y sin distinción de organizaciones o partidos.
> 2º. Los componentes de la Colectividad, nombrarán un comité compuesto por un presidente, vicepresidente, secretario, contador, tesorero y tantos vocales como se considera necesario teniendo en cuenta la capacidad de la Colectividad.
> 3º Este comité [será] meramente [de] carácter administrativo respondiendo de su gestión en Asambleas de los colectivistas pudiendo éstas renovar o destituir los cargos que no hayan cumplido su mandato (TORRE, 2009:290).

Destacamos apenas este trecho porque ele é representativo da esmagadora maioria dos estatutos no que diz respeito à importância da assembleia como instância de deliberação máxima, seja no campo ou na cidade. A assembleia era responsável pela formação de um comitê administrativo, comitê gestor, comitê de empresa ou comitê de fábrica, as denominações eram as mais variadas, dependendo do tipo de coletividade que estava se estabelecendo. Comitê administrativo ou comunal era utilizado basicamente para coletividades agrícolas, enquanto as demais denominações eram utilizadas em fábricas ou estabelecimentos comerciais, o que expressa a espacialidade distinta de cada uma (agrícola ou urbano-industrial). Tais comitês eram constituídos por um diretor ou presidente, um vice-diretor ou vice-presidente, um secretário, um tesoureiro, um contador escolhidos através do sistema de delegação. Esse comitê tinha a função

administrativa e não deliberativa, ou seja, deveria coordenar e organizar as tarefas para que as decisões da assembleia fossem colocadas em prática. Este comitê geralmente dividia os trabalhadores por setores ou grupos de trabalho para organizar e dividir as tarefas. Cada grupo ou setor de trabalho possuía delegados responsáveis pela coordenação de cada grupo. Assim, em uma fábrica, por exemplo, o comitê de empresa instituiu cinco grupos de trabalhos distintos. Cada grupo possuía um delegado responsável que poderia ou não criar uma pequena comissão (com dois ou três trabalhadores) para auxiliá-lo na coordenação dos trabalhos. Cada delegado de cada setor ou grupo de trabalho também fazia parte do comitê de empresa ou administrativo. É importante ressaltar que na maioria esmagadora dos casos, os integrantes do comitê administrativo e os delegados responsáveis pelos grupos de trabalho não recebiam salários maiores do que os demais trabalhadores e também tinham que trabalhar a mesma jornada diária dos demais membros, salvo em determinadas situações onde a assembleia permitia a redução da jornada de trabalho para o membro ficasse disponível para resolver problemas urgentes que afetavam o funcionamento da coletividade. Em alguns lugares, a remuneração dos membros do comitê era até menor do que dos demais trabalhadores justamente para evitar qualquer tipo de beneficiamento pessoal ou cristalização do poder. O comitê administrativo ou de empresa deveria apresentar uma prestação de contas e um relatório sobre as atividades realizadas dentro de um período determinado de tempo, que variava de acordo com a coletividade e poderia ser quinzenal, semanal, mensal, etc. A partir da avaliação dos trabalhos apresentados a assembleia decidia pela manutenção ou não das pessoas nos cargos para os quais foram delegadas.

> Si las nuevas sociedades rurales pudieron encontrar por sí mismas estas vías de salida a una problemática acumulación inicial, fue debido ao recurso – utilizado desde el principio en las poblaciones aragonesas – de la democracia directa, mediante asambleas generales o populares. Estableciéndose una por mes – a veces más- sirvieron de primera autoridad; y – sin declinar asuntos cívicos, colectivos o de interés general- no solo tomaron decisiones como constituir comunidades de consumo, cooperativas o colectividades de sectores económicos, sino que eligieron- inmediatamente- integrantes de comités autónomos, encargados de asuntos económicos o mediante delegados y órganos fiables de las nuevas comunidades en su conjunto. Desde los primeros momentos, cualquiera de estos nuevos dirigentes locales, incluso disponiendo de un amplio margen de decisión y responsabilidad, no gozaban de status aparte, o recibían remuneración especial por sus funciones, salvo la retribución acordada para todos en régimen común: como también secretarios o tesoreros locales, ninguno de los cargos en nuevos órganos recibió más que el salario de cualquier colectivista. Fue a

> menudo una prevención tomada conscientemente en las comunidades, por adhesión al principio igualitario de renuncia al privilegio de gestores públicos o municipales (TORRE, 2009:21).

A forma horizontal de exercício do poder significa a transformação nas concepções de política e economia, pois altera o cerne das relações societárias que caracterizavam as relações heterônomas da sociedade espanhola até então. O poder heterônomo do cacique, do capitalista, do Exército, do clero e da nobreza é substituído pelo poder significativamente autônomo dos trabalhadores, o que confere a esta experiência um novo conteúdo societário onde a política não implica a dominação e a economia não significa exploração e expropriação do trabalho. A política é o exercício do poder coletivo, é o fazer junto, agir coletivamente, é a produção coletiva e fortemente autônoma de relações societárias instituídas pelos próprios trabalhadores. Portanto, os parlamentos, as representações e as hierarquias são substituídos pelas assembleias, pela delegação, pela horizontalidade. O mesmo se aplica à economia. A lógica da produção baseada na exploração do trabalho é substituída por uma ética do trabalho onde o objetivo fundamental é produzir para satisfazer da melhor forma possível as necessidades socialmente produzidas com o objetivo de permitir sempre o maior desenvolvimento econômico, intelectual e cultural do indivíduo e da coletividade. A lógica da acumulação do capital por parte de uma classe de proprietários que utiliza a capacidade de agir e de pensar do outro é substituída por uma ética onde o trabalho não significa a exploração, mas uma atividade que visa o aumento do grau de potência do indivíduo e da coletividade (LEVAL, 1972; BERNECKER, 1982; GONZÁLES 2003 e 2004, TRUJILLO, 2003; CASANOVA, 2006).

As coletivizações ocorreram em um momento delicado para a economia espanhola. O início e o desenvolvimento da guerra civil trouxeram inúmeras dificuldades para todo o território republicano e não apenas para as experiências libertárias. Ao longo do conflito a República sofreu com a redução dos seus mercados consumidores, principalmente a Alemanha, Itália e Portugal, países com governos fascistas que apoiavam abertamente o campo nacionalista e eram consumidores da produção têxtil da Catalunha, minérios das Astúrias (até a incorporação desta região ao território nacionalista), assim como azeite, vinho, laranja e trigo de importantes zonas agrícolas de Aragão, Levante e Castela-La Mancha. Além disso, inúmeras empresas privadas inglesas, francesas e norte-americanas apoiaram o campo nacionalista e trouxeram grandes dificuldades para a República adquirir petróleo, armas, munição, produtos químicos, entre

outros. A República enfrentou graves restrições ao crédito, quando a maior parte das instituições financeiras limitou ou simplesmente cortou todas as linhas de financiamento e, em alguns casos, confiscou os depósitos feitos pelo governo legítimo e os converteu para o campo nacionalista, o que acarretou na desvalorização da peseta republicana e na valorização da peseta nacionalista, dificultando ainda mais a aquisição de matéria-prima para as indústrias e para a agricultura republicana.

> Según los cálculos efectuados por el Servicio de Estudios del Banco de España, hacia finales de 1936 la depreciación de la divisa republicana alcanzaba el 19% frente a un 7% de la nacional; al terminar 1937 la diferencia se había ampliado: del 75% para la pts republicana e 17% de la nacional. Y en 1938, la depreciación llegaba al 98% para la republicana y sólo 27% para la nacional. En marzo de 1939, al finalizar la guerra, la moneda republicana había perdido un 99% de su valor inicial, ya la nacional, sólo el 30% (MUÑOZ, 2005:14)

Além disso, os preços dos alimentos subiram em média 177%, enquanto os salários não aumentaram mais do que 20% (VILAR, 1989:77). "Em contrapartida, os nacionalistas obtiveram suas provisões a crédito. Eles contavam com entregas de petróleo das principais empresas anglo-americanas: Texaco, Shell, Standard Oil e Atlantic Refining Oil. Sem elas, suas campanhas teriam cessado em questão de dias" (SALVADÓ, 2008:127).

Diante desta situação, os trabalhadores tinham que se adaptar à conjuntura extremamente desfavorável. Diante disso, foi necessário conjugar esforços para produzir os produtos necessários para sustentar a guerra contra os nacionalistas e, ao mesmo tempo e dentro das limitadas possibilidades, satisfazer as necessidades básicas da população com um aumento significativo na qualidade de vida do trabalhador. Assim, existia o imenso desafio de produzir para abastecer a frente de batalha e para a população enfrentando a escassez de matéria-prima e crédito, bombardeios, perda de território para os nacionalistas e escassez de mão-de-obra, afinal, conforme a guerra se desenvolvia, a mão-de-obra masculina era deslocada para a frente de batalha para substituir os combatentes que já estavam há tempos engajado nos conflitos e para repor as baixas.

A conjuntura específica da guerra civil condicionou um grande esforço para manter a produção agrícola com os objetivos de abastecer a população e, se possível exportar para conseguir divisas (algo que era difícil, mas não impossível) e um grande esforço de converter grande parte do parque industrial para uma economia de guerra.

Organização do trabalho e a distribuição da riqueza

A transformação do regime de propriedade e da organização do trabalho permitem ao trabalhador experimentar um aumento efetivo da sua liberdade, pois ele passa a decidir sobre sua própria ação (dentro dos limites das condições existentes): o que produzir, como produzir, para quem produzir, como distribuir a riqueza, como organizar o seu tempo, como empregar a tecnologia, etc. Os mecanismos de disciplina, controle e vigilância utilizados pelos patrões para maximizar e viabilizar a exploração do trabalho não são mais necessários. Nesse sentido, a hierarquia e a vigilância foram abolidas, os cargos de capataz e gerente, identificados com a prática de controle dos trabalhadores foram extintos.

A constatação das transformações na organização do trabalho, particularmente no que se refere à abolição do controle, da vigilância e da hierarquia tradicional do mundo do trabalho não implica afirmar que não existia nenhum tipo de responsabilidade assumida pelos trabalhadores, bem como a inexistência de um controle coletivo. Existiam responsabilidades e deveres. No entanto, a diferença fundamental é que os próprios trabalhadores instituíam tais normas nas assembleias deliberativas das coletividades. Essa diferença é fundamental. Nas assembleias eram debatidos e instituídos os direitos e deveres de cada membro da coletividade, logo, a norma é imanente à coletividade e não imposta de forma hierárquica por um cacique, industrial ou comerciante. Assim, quando a assembleia elegia por delegação o comitê administrativo que constituía os grupos e os setores de trabalho, todos os membros da coletividade estão cientes de seus direitos e deveres e não cumprir com aquilo que foi decidido de forma coletiva gerava algum tipo de advertência ou punição.

Após a instituição do comitê administrativo e dos delegados responsáveis pelos grupos de trabalho era necessário estabelecer a distribuição dos trabalhadores nestes grupos e definir a função de cada um. Geralmente a distribuição era realizada de forma voluntária, onde cada trabalhador buscava se inserir no grupo de trabalho que lhe agradasse mais, no entanto, na maioria esmagadora das vezes os trabalhadores escolhiam realizar o trabalho que já sabiam fazer junto aos colegas com quem já trabalhava. Isso ocorria por dois motivos básicos: primeiro porque era extremamente complicado remanejar trabalhadores experientes em determinada função para outra totalmente nova na qual teriam que aprender como se realiza o trabalho. Em

um contexto de guerra, perder tempo e mão-de-obra disponível significa um prejuízo que não pode ser amenizado. Em segundo lugar, porque os próprios trabalhadores tinham uma história e uma identidade dentro de determinado ofício, o que os levava a escolher por se manter em determinada atividade. Em casos excepcionais os trabalhadores eram remanejados de acordo com a necessidade da coletividade e com as capacidades e aptidões de cada um, o que poderia gerar conflitos e insatisfações, evidentemente.

A dinâmica dos grupos de trabalho geralmente era definida pelo delegado responsável, que tinha a obrigação de coordenar as tarefas e atividades dos trabalhadores bem como prestar contas das ações do grupo perante a assembleia geral da coletividade. Sua responsabilidade básica era organizar a distribuição das tarefas entre os trabalhadores para que os objetivos, metas e a jornada de trabalho estipuladas pela assembleia fossem respeitados. Os integrantes do próprio grupo realizavam a fiscalização do trabalho e observavam quem estava faltando, quem não trabalhava direito, etc. e tinham a liberdade de dar advertências aos companheiros que estavam causando algum tipo de atraso ou problema ao trabalho. Nos casos mais graves o delegado de cada grupo levava a questão para a assembleia que iria discutir o que deveria ser feito com o trabalhador de acordo com o que estava previsto em seus próprios estatutos. Muitos estipulavam a expulsão da coletividade em casos de sabotagem, faltas constantes ao trabalho sem justificativa, roubo, etc. (CASANOVA, 2006; TORRE, 2009).

Uma das questões mais importantes era a questão da distribuição da riqueza socialmente produzida. Um princípio fundamental era de que a riqueza deveria ser apropriada de forma integral pelo trabalhador, o que não ocorre nas relações de produção capitalistas, onde o salário corresponde apenas a uma pequena parte daquilo que foi efetivamente produzido. Portanto, a forma de se distribuir a riqueza deveria ser alterada. Além disso, existia a preocupação de se abolir ou reduzir ao máximo as diferenças salariais existentes entre os trabalhadores, na tentativa de se abolir a sociedade de classes, o que não ocorreu.

A questão da forma de remuneração do trabalho era uma das principais preocupações dos anarquistas, que apesar das suas formulações e princípios, na maior parte das vezes não conseguiram superar determinadas contradições ou transformar radicalmente o sistema de remuneração e de troca de produtos. Em um contexto singular de guerra civil, onde a economia passava por grandes dificuldades, a capacidade de realizar transformações profundas e radicais

foi comprometida, impossibilitando a construção de qualquer tipo de paraíso libertário onde todos poderiam ter acesso a qualquer tipo de bem ou serviço em abundância.

O comunismo libertário não foi integralmente implementado na Espanha. Raríssimas foram as coletividades onde o salário e a moeda tinham sido abolidos e a população tinha acesso irrestrito aos bens e serviços disponíveis. O que predominou foi a manutenção da remuneração pelo trabalho conjugada a uma forma de consumo familiar controlado e racionado pelos sindicatos. Vejamos qual a dinâmica deste processo.

Em grande parte das coletividades agrícolas a peseta foi abolida por representar a essência das relações de dominação:

> Los anarquistas habían sentido repugnancia por el dinero, pues lo consideraban el instrumento de la explotación del hombre por el hombre y un medio de prostitución del trabajo. Los teóricos del anarquismo se propusieron así, como una de las metas de la sociedad libertaria la abolición del dinero, que debía ser sustituido por otros medios de intercambio y valoración de los bienes y servicio, relacionados con su utilidad o valoración del trabajo empleado (TRUJILLO, 2003:81).

A existência da moeda oficial e seu uso como forma de remuneração do trabalho eram consideradas expressões de uma organização societária baseada na exploração e submissão do trabalhador aos caciques, capitalistas, clero, burguesia, etc. Portanto, a peseta em si foi abolida em inúmeras coletividades agrícolas e em muitas cidades, sendo substituídas por moedas próprias criadas pelos trabalhadores ou cupons e cadernetas de abastecimento que davam direito à aquisição de determinado bem ou serviço. Alguns exemplos:

Moeda local (Tarragona, 1936)

http://www.hipermoney.es/ficha.php?id_articulo=672 (acessado em 4/5/2011)

Moeda emitida pelo Conselho Popular de Barbastro (Huesca)

http://twjeton.pagesperso-orange.fr/version%20esp.htm (acessado em 4/5/2011)

Vale de cooperativa

http://www.todocoleccion.net/guerra-civil-vale-recibo-cooperativa-popular-consumo-cnt-ait-cervera~x1967916 (acessado em 4/5/2011)

Vale emitido pelo sindicato dos barbeiros (Barcelona)

http://www.todocoleccion.net/vale-10-cts-colectivizacion-barberos-barcelona~x1962650 (acessado em 4/5/2011)

Apesar da utilização de tais mecanismos de troca, a eliminação da peseta foi muito mais um gesto simbólico do que uma mudança efetiva na forma de remuneração do trabalho e no processo de troca, uma vez que as moedas, cupons e cadernetas estavam todas atreladas ao valor real da peseta republicana e a distribuição da riqueza era feita através da remuneração do trabalho, cujo valor também estava condicionado ao valor da peseta, assim como todos os preços de matérias-primas, insumos, etc. Assim, a crítica se mostrava mais superficial do que

propriamente radical e consistente, pois a dinâmica da distribuição da riqueza e da criação de meios de troca alternativos estavam completamente dependentes e atrelados ao velho sistema econômico. No entanto, o sentido e o significado, sem dúvida, eram diferentes. Receber um salário na coletividade tinha um sentido completamente diferente do que receber um salário como operário de uma fábrica ou *jornalero* no campo.

Vamos começar pela exceção, ou seja, por coletividades onde foi implementado um sistema de consumo no qual se aboliu a moeda e o salário, permitindo que as pessoas consumissem de forma livre o que estava disponível na coletividade:

> Algunas colectividades aragonesas (como las de Naval, Fraga y Alcoriza) llegaron a practicar un cierto comunismo puro, fundado en el principio kropotkiniano de la "toma del montón". Cada colectivista se abastecía de lo que necesitaba en la colectividad sin otro requisito que justificar su condición de trabajador y sin más control que el de la toma en cuenta y anotación de cada adquisición (TRUJILLO, 2003:82).

> Se empezó, como hemos visto, por aplicar de lleno el comunismo libertario. Bastaba con que cada familia se presentase al Comité de Administración para que le fuera entregado un vale en el cual se ordenaba suministrar aceite, patatas, legumbres, azúcar, ropa, calzado, utensilios caseros, etc. Solo se racionó la carne y el vino (LEVAL, 1972:154).

Esta experiência foi marginal, simplesmente porque não havia condições econômicas para sustentar este tipo de distribuição de forma ilimitada e com poucos controles sobre o consumo em uma conjuntura onde o crédito, a mão-de-obra e os mercados consumidores tornavam-se cada vez mais escassos e a desvalorização da moeda e a inflação cada vez maiores. Além disso, começaram a ocorrer abusos na hora de adquirir os produtos nos armazéns e estabelecimentos comerciais, uma vez que as famílias que chegavam mais cedo adquiriam quantidades de produtos maiores do que suas necessidades o que acarretava a falta do mesmo produto para famílias que chegavam mais tarde: formava-se a fila do pão, por exemplo, e as primeiras famílias pegavam dez pães cada; após vinte famílias levarem dez pães cada as demais só podiam levar cinco, quatro, três, até chegar o momento em que o pão acabava. Nesse sentido, as poucas experiências que tentaram implementar o comunismo libertário de forma integral tiveram que alterar significativamente a forma de distribuição da riqueza.

A alternativa encontrada por muitas coletividades e cidades controladas pelo movimento libertário foi a instituição de uma cartilha de consumo ou a distribuição de vales (o que era mais

comum) que davam direito a uma determinada quantidade de produtos por dia ou por semana e que poderia ser adquirida pela família dos trabalhadores. Na verdade esta estratégia era uma forma de organizar e racionar o consumo para evitar a escassez de determinados produtos básicos. Aqueles produtos excedentes eram distribuídos com maior fartura.

> Si embargo, incluso em estos municípios y, em general, em todas las colectividades de Aragon llegó a impornerse um sistema de consumo no monetário, pero al menos si controlado y restringido a través comúnmente de cartillas y cupones semanales que contenían la lista de los produto que cada família podia adquirir. Junto a estas libretas de consumo o cupones se repartían pequeñas cantidades de dinero para lo que se llamaban 'vicios', como café y tabaco para los hombres, cosméticos para las mujeres o golosinas para los niños, así como para desplazamientos a otras localidades donde no se extendía el sistema de la colectividad (TRUJILLO, 2003:82).

Moedas e vales (Málaga e Almería)

http://1.bp.blogspot.com/-XtzFVhjItKg/TXfJtrFRiaI/AAAAAAAAAzo/XIvkU4lyJ-s/s1600/vales.jpg

A principal forma de distribuição da riqueza foi através da remuneração do trabalho, o que atrelava o consumo ao salário pago pelas coletividades aos trabalhadores.

O primeiro ponto a destacar, como salientamos anteriormente, é a transformação no sentido e na função econômica do salário. Independente do valor pago é crucial compreender que no imaginário dos trabalhadores, o salário que recebiam estava de acordo com o trabalho realizado em proporção à riqueza socialmente produzida, portanto, era uma remuneração justa cujo produto voltava diretamente para o produtor através do salário e de forma indireta através dos investimentos em melhorias sociais que eram feitas nas coletividades e dos produtos que eram comercializados para abastecer a frente de batalha e outras populações. Ou seja, não havia a dissociação entre o produtor e o consumidor, pois a riqueza produzida era apropriada de forma integral (direta ou indiretamente) pelos próprios produtores. Para além do aspecto simbólico, medidas concretas foram implementadas, em relação ao aumento e à tentativa de redução das diferenças salariais entre os trabalhadores. No que se refere ao aumento dos salários, houve um aumento médio de 15% no campo republicano, o que incluía, evidentemente, os trabalhadores envolvidos nas coletivizações (MUÑOZ, 2004:14). O aumento nominal dos salários não correspondeu a um aumento real, uma vez que a inflação, o aumento dos preços e a desvalorização da peseta corroíam o poder de compra dos trabalhadores espanhóis. No desenvolvimento do conflito, o aumento dos salários colocou em xeque a capacidade de manutenção das próprias atividades produtivas, uma vez que a receita era cada vez menor e devia cobrir custos cada vez maiores (aumento do custo das matérias-primas e energia, pagamento dos salários, manutenção dos equipamentos, etc.) e um contexto onde a produtividade começou a baixar a medida em que os nacionalistas iam conquistando território e a situação econômica, política e militar da República ia se deteriorando cada vez mais (congelamento dos salários, redução da moral por conta dos cursos da guerra, escassez de matéria-prima, redução da jornada de trabalho por falta de energia e insumos, redução dos salários para aumentar a capacidade de investimento, etc.).

Em relação às diferenças salariais entre os trabalhadores é possível identificar duas situações. A primeira corresponde às coletividades agrícolas, onde a menor divisão social do trabalho e uma menor diversidade de ofícios permitiu uma redução maciça das diferenças salariais entre os trabalhadores do campo. A esmagadora maioria dos trabalhadores era constituída por camponeses, que grosso modo, desenvolviam atividades muito semelhantes e

possuíam praticamente a mesma qualificação e grau de instrução. Apesar das diferenças do conhecimento e da prática no cultivo de culturas distintas, na criação de animais diferentes e no beneficiamento das diferentes matérias-primas, esses trabalhadores se viam basicamente como iguais, como trabalhadores da terra, aqueles que alimentavam a Espanha. Por conta da hegemonia camponesa, dificilmente outros trabalhadores que viviam nas coletividades agrícolas iriam evocar uma superioridade em relação ao trabalho do agricultor. Nesse sentido, artesãos, carpinteiros, ferreiros, padeiros, pedreiros, etc. não tinham condições de sustentar uma superioridade técnica ou intelectual e, além disso, em grande parte estavam imbuídos de um forte espírito de solidariedade para com as pessoas com quem viviam e estabeleciam uma relação de complementaridade. Essas condições permitiram a instituição de um regime de remuneração onde as desigualdades existiam, mas eram bem reduzidas. Nas coletividades urbanas, principalmente das grandes cidades, as diferenças salariais foram reduzidas, mas de forma absolutamente insuficiente para promover uma redução das desigualdades entre os trabalhadores. Nesse sentido, os aumentos e a instituição de tetos salariais, ainda que consideráveis, não foram capazes de superar ou reduzir de forma significativa tais desigualdades entre os próprios trabalhadores da mesma forma como ocorreu nas coletividades agrícolas. A manutenção de tais desigualdades ocorreu por conta da pressão dos próprios trabalhadores, que evocavam suas qualificações técnicas e profissionais para justificar sua maior importância perante aos demais e, por isso, ter direito a uma remuneração maior. Tal fato ocorreu por conta da grande divisão social do trabalho e da grande diversidade de ofícios existentes. Assim, aqueles trabalhadores com maior grau de qualificação e que ocupavam cargos de supervisão, gerência, contabilidade ou que operavam máquinas mais modernas e tinham maior qualificação reivindicavam salários maiores usando o argumento de que era necessário recompensar de forma mais substancial aqueles trabalhadores com maiores responsabilidades. Além disso, também era utilizado o argumento de que as diferenças salariais deveriam ser um incentivo para que cada trabalhador melhorasse cada vez mais sua qualificação visando um ganho efetivo, o que iria melhorar de forma significativa a produtividade global do trabalho. É possível observar as diferenças salariais médias no ano de 1936 no quadro abaixo:

Salarios diarios industriales procedentes de los AEE (1936-1953) Pts nominales/día

Salarios reglamentados									
		Máximos			Medios			Mínimos	
Años	Oficiales	Aprendices	Mujeres	Oficiales	Aprendices	Mujeres	Oficiales	Aprendices	Mujeres
1936	10,36	3,65	4,79	8,65	2,94	3,96	6,94	2,22	3,14
1940	12,00	4,56	5,84	10,03	3,72	4,87	8,07	2,88	3,89
Salarios efectivos									
		Máximos			Medios			Mínimos	
Años	Oficiales	Aprendices	Mujeres	Oficiales	Aprendices	Mujeres	Oficiales	Aprendices	Mujeres
1936	10,36	3,65	4,79	8,65	2,94	3,96	6,94	2,22	3,14
1940	13,88	5,28	6,76	11,61	4,19	5,63	9,33	3,11	4,50

Fonte: MUÑOZ, 2003:45.

A remuneração do trabalho poderia ser de dois tipos: individual e familiar. Na primeira, o salário era definido pela produtividade individual do trabalhador, enquanto na segunda forma leva-se em conta a necessidade do consumo familiar, independente da produtividade individual. A ideia fundamental é permitir que todos tivessem acesso aos bens e serviços necessários e disponíveis, independente da produtividade. Nesse sentido, era uma forma de se distribuir a riqueza por todos os membros da coletividade, independente de estarem diretamente engajados no processo produtivo.

Cada coletividade estabelecia um valor para a remuneração que deveria ser pago diária ou semanalmente. O valor era calculado a partir da jornada de trabalho e do número de membros da família de cada trabalhador. Assim, em um caso hipotético, uma jornada de trabalho diária equivalia ao pagamento de 5 pesetas. Na composição do salário familiar, a esse valor era acrescentado um extra que correspondia a cada membro da família: "al ingreso básico percebido por el cabeza de família se añadia el 50 por 100 más por um segundo miembro de la família, el 15 por 100 por um tercero y, a partir de ahí, el 10 por 100 por cada miembro más" (BERNECKER, 1982:185). Neste momento podemos observar uma das facetas da desigualdade que existia nas coletividades urbanas e agrícolas, que era a remuneração do trabalho feminino. Em todas as fontes consultadas era possível observar que a mulher recebia salários bem inferiores aos homens, isto quando ela ainda conseguia receber alguma coisa. Era comum em coletividades agrícolas que mulheres solteiras e que viviam sozinhas não recebiam nenhum tipo de salário, apesar de poder receber o mínimo que todo membro da coletividade tinha direito para sobreviver. Assim, em "Banyeres Del Penedès un trabajador varón percibía 90 pesetas [semanais], mientras que una trabajadora debía contentarse con 20; en Cabrera de Mataró la

relación era de 70 a 40; em Verdú de 35 a 18" (BERNECKER, 1982:189), enquanto que no Conselho de Aragão foi proposto um salário mínimo para os trabalhadores, cujos valores seriam de "10 pesetas diárias para los hombres y seis para las mujeres" (CASANOVA, 2003:200). Outro ponto que contribuía para a manutenção das desigualdades era a criação de faixas salariais de acordo com a profissão ou atividade do trabalhador para o cálculo do salário familiar, como nos mostram Bernecker (1982) e Muñoz (2004). Além disso, não era nada incomum que o valor base do salário familiar fosse diferente para cada categoria de trabalhadores, como salientamos anteriormente, fato que predominava principalmente nas coletividades urbanas. Assim, o valor base de determinado operário em uma determinada fábrica poderia ser de 5 pesetas, enquanto outro trabalhador poderia ter um salário base de 7 pesetas.

A forma de pagamento do salário familiar variava de coletividade para coletividade, apesar da existência de padrões regionais que veremos mais a frente. O salário poderia ser pago em pesetas no caso de coletividades agrícolas ou urbanas onde o sistema monetário permaneceu intacto e a propriedade privada conviveu com as coletivizações, principalmente nas cidades grandes e médias, onde o trabalhador tinha que buscar no mercado convencional produtos e serviços dos quais necessitava. Outra forma de realizar o pagamento era através da moeda local que era emitida pelos sindicatos, Conselho Municipal ou outra organização e tinha seu valor atrelado à peseta. Assim, as moedas geralmente viam com a informação "vale 1 peseta" ou "0,25 pesetas", etc. Nesses casos o sistema de trocas funcionava como outro mercado qualquer: o trabalhador utilizava tais moedas para adquirir produtos e serviços dos quais necessitava. As moedas tinham uma circulação restrita, dentro da coletividade, cidade ou comarca. Onde as coletividades conviviam com a propriedade privada, os comerciantes geralmente aceitavam as moedas locais da mesma forma como aceitavam as pesetas. Faziam isso porque poderiam trocar essas moedas nos comitês sindicais ou Conselhos Municipais por pesetas. Assim, os sindicatos ou as coletividades tinham uma relação ambígua com a peseta: ao mesmo tempo em que a viam como um símbolo de dominação e opressão, necessitavam utilizá-la para viabilizar o processo revolucionário. Assim, a peseta era utilizada pelas coletividades para comprar produtos e matérias-primas dos quais necessitavam e vendiam seus produtos pela moeda oficial com o objetivo de ter uma receita para possibilitar investimentos, pagamento de salários e para criar uma reserva que permitisse a utilização das moedas locais pelos trabalhadores. Assim, a reserva financeira das coletivizações e sindicatos era crucial para garantir o poder de compra dos

trabalhadores. Caso não existisse tal reserva, dificilmente os proprietários tradicionais iriam aceitar as moedas locais como forma de pagamento. Outra forma de realização do salário familiar é através dos bônus de trabalho. Ao invés de moeda, o trabalhador recebe um documento no qual consta onde trabalha, sua jornada de trabalho e a quantidade de serviços e produtos que tem direito a consumir. Conforme o consumo se efetiva o bônus diminui até que o trabalhador receba outro documento.

O breve quadro descritivo que traçamos anteriormente nos dá a dimensão da diversidade de formas de remuneração do trabalho e, principalmente, de troca e distribuição de bens e serviços. Tais atividades ligadas diretamente à produção, distribuição e consumo são diretamente associadas ao processo de distribuição da riqueza socialmente produzida. No entanto, existe uma outra dimensão deste processo de distribuição que se apresenta na forma de uma rede de proteção social que se mostrou tão importante quanto o aumento dos salários para a melhoria da qualidade de vida das pessoas engajadas nas coletivizações, principalmente nas agrícolas. Como salientamos anteriormente, os trabalhadores tinham a clareza que poderiam se apropriar integralmente do produto do seu trabalho de forma direta (através da remuneração e do livre consumo dos produtos excedentes) e de forma indireta através de investimentos em infra-estrutura na própria coletividade e por uma rede de proteção social criada para cuidar de outras necessidades da população e de membros da coletividade que não poderiam estar diretamente engajados no processo produtivo ou que tinham sua capacidade de trabalho reduzida, seja pela idade ou por alguma doença.

A rede de proteção social criada pelas coletividades englobava basicamente os seguintes aspectos: 1. educação; 2. saúde; 3. aposentadorias e benefícios gerais.

Os trabalhadores atribuíam um importante valor à educação em um contexto onde metade da população espanhola era analfabeta, sendo que os maiores índices de analfabetismo atingiam justamente os trabalhadores, principalmente os camponeses. Nesse sentido, foi realizado um grande esforço de organização e de investimento na educação para atender minimamente as necessidades destes trabalhadores. Em uma coletividade na província de Cuenca, por exemplo, (Castela-La Mancha), a "asemblea decidió que de los excedentes de la colectividad que no iban a entregarse a la caja regional de compensación un 25 por 100 debía aplicarse a ampliación del sistema de enseñanza" (BERNECKER, 1982:179).

> En esta dirección fueron muchas de las medidas que se tomaron con el acontecer revolucionario. Como hemos visto se abrieron numerosas

> escuelas en los rublos, muchas veces en donde antes no había ninguna, y se introdujo la obligatoriedad de la asistencia a las mismas para evitar que los menores se dedicasen a trabajar con sus familias en vez de estudiar. El trabajo infantil estaba muy extendido en España y, una vez que se introdujeron mejoras en la vida económica de la población, se trató de liberar a los pequeños de tales cargas laborales para les permitirles una educación adecuada (GARCÍA, s/d:47).

Existiam três focos principais no que diz respeito à educação: 1. educação técnica para jovens (aprendizes) e adultos que visavam sua maior qualificação profissional; 2. ensino de caráter humanista e de formação global das crianças e adolescentes; 3. alfabetização de jovens e adultos. O processo era descentralizado, não havia uma coordenação geral, seja em escala regional ou nacional. Cada coletividade, *pueblo*, bairro ou cidade organizava com os recursos disponíveis seus estabelecimentos educacionais. A implementação e o funcionamento das escolas geralmente era de responsabilidade de uma comissão de educação que poderia ser constituída por professores, educadores e pelos próprios trabalhadores, principalmente por aqueles com melhor formação técnica e intelectual. A educação de crianças e adolescentes era feita em período integral (quando possível) ou em meio turno (manhã ou tarde) quando não existia a possibilidade de haver um responsável pela coordenação das atividades educacionais. A educação de jovens que já trabalhavam (acima de 16 anos, geralmente) e adultos era realizada após a jornada de trabalho, principalmente no período noturno, tanto para o ensino técnico quanto para a alfabetização.

> Las colectividades agrarias se comprometieron directamente en un esfuerzo de mantener y universalizar[72] el sistema educativo y la formación técnica y profesional. La lucha contra el analfabetismo, que mantenía cifras mayores en el campo que en la ciudad, impulsó programas de escuelas nocturnas a las que podían acudir los campesinos después de terminado su trabajo. No fue entonces extraña una escena impensable en los años anteriores a la guerra, como era que los trabajadores aprovecharan los descansos laborales para repasar la actualidad en cualquiera de las muchas publicaciones en uso. Hay constancia también de una cierta práctica pedagógica, consistente en la lectura en voz alta de alguno de los periódicos de temática política, agraria o colectivista, para su posterior comentario y crítica en común. La alfabetización adulta se enarboló como uno de los mayores logros revolucionarios (TRUJILLO, 2003:87-88).

[72] Evidente que não se alcançou a universalização da alfabetização , nem mesmo da inserção de todas as crianças e jovens na escola.

O projeto pedagógico que orientava o processo educacional (formação humanista, técnica e alfabetização) estava baseado e inspirado nas formulações da Escola Moderna de Francisco Ferrer, cujas bases são: a. racionalismo; b. autonomia política e intelectual do aluno; c. ensino laico; d. educação integral; e. educação mista (meninos e meninas estudando juntos); extinção de notas, prêmios, punições e castigos; f. práxis como fundamento da educação. Além disso, o processo educacional também era composto por teatros, cinemas, bibliotecas e centros culturais que constituíam outros espaços de formação fundamentais para um processo integrado de educação.

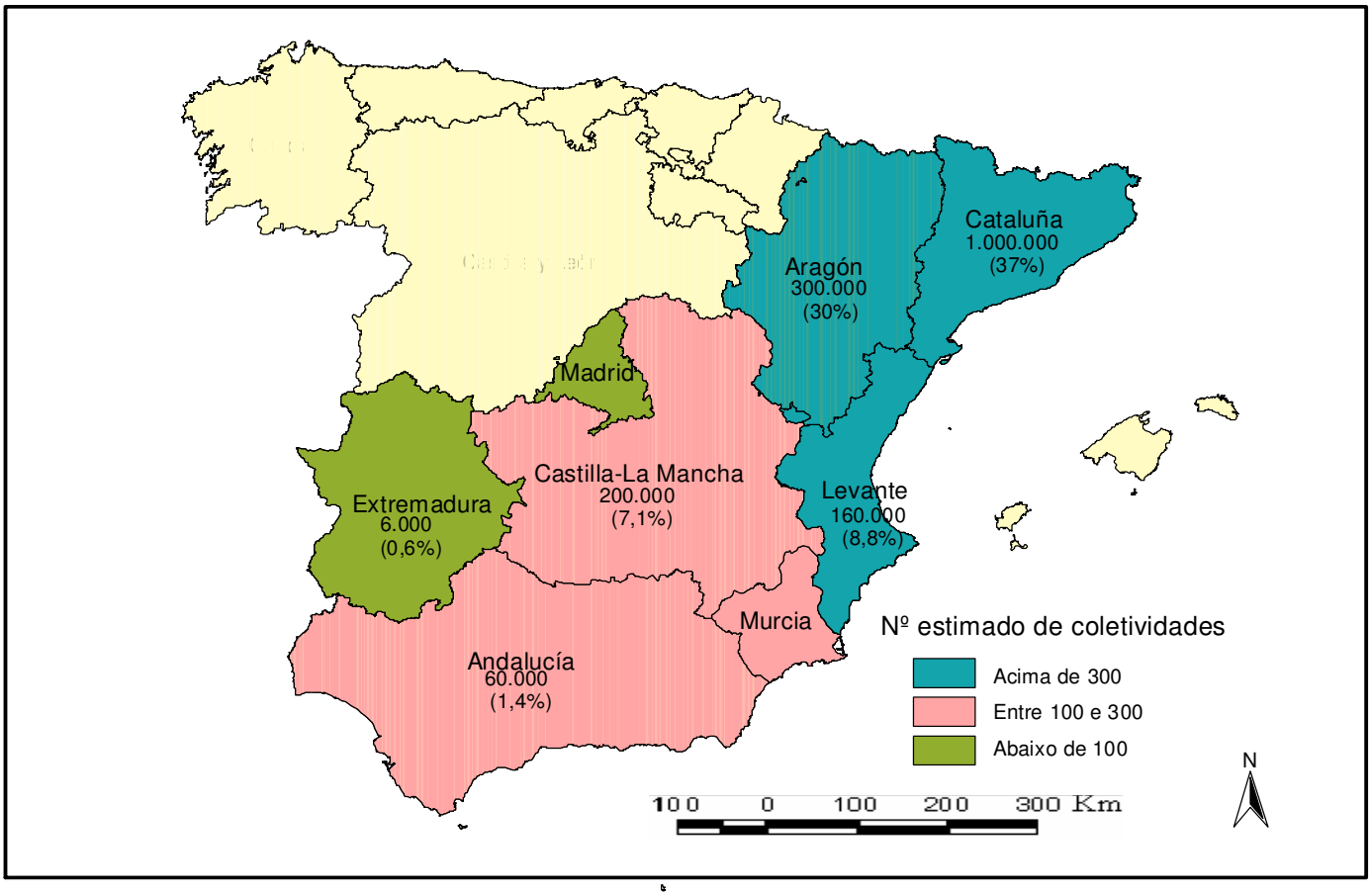
A saúde também foi contemplada na criação da rede de proteção social das coletividades, no entanto, por escassez de recursos e de pessoal, as realizações neste campo foram menores do que na educação, no entanto, nos locais onde foram implementadas, significaram uma melhoria importante na qualidade de vida dos trabalhadores. A escassez de recursos e de pessoal é explicada pela situação de guerra, onde a maior parte dos medicamentos, material e profissionais da área de saúde estava mobilizada para atender os combatentes da frente de batalha. As principais realizações no que se refere à saúde foram a criação de comissões de saúde responsáveis por ações de prevenção, educação e tratamento de doenças relativamente simples; o investimento em melhorias sanitárias de bairros, coletividades e *pueblos*, como a melhoria, recuperação ou instalação de rede de esgoto e tratamento de água, principais medidas para evitar a transmissão de doenças.

O último elemento importante desta rede foram os sistemas de previdência e benefícios criados para permitir que idosos e pessoas sem condições de trabalhar (por motivos de doença, idade, etc.) tivessem acesso a uma renda mínima para que pudesse satisfazer suas necessidades básicas. Nesse sentido, era estipulada uma remuneração para os homens maiores de 60 anos que não pudessem mais trabalhar por conta da idade ou que não tivessem nenhum tipo de apoio e suporte familiar. Membros da coletividade que não podiam trabalhar temporariamente por doença ou que tinham algum problema que impedisse de realizar as atividades diárias recebiam uma remuneração. As esposas de trabalhadores que eram recrutados para a frente de batalha recebiam a remuneração do marido enquanto ele estava em combate e, no caso de morte, o benefício era mantido. Todos os beneficiados tinham todos os direitos políticos dentro da coletividade e podiam dispor de todos os serviços e demais benefícios existentes.

Estimativas da distribuição espacial das coletivizações

Diversos autores tentaram quantificar o processo de coletivização através de documentos, censos, matérias na imprensa, memória de trabalhadores e de suas próprias experiências conhecendo as coletivizações (como o caso de Gaston Leval, Augustin Sochy, Victor Alba, Paul Folgare, Felix Carrasquer). Após o levantamento bibliográfico realizado durante a pesquisa é possível afirmar que as principais referências para esta questão são as obras de Edward Malekafis (1971), Pascual Carrión (1973), Walter Bernecker (1982), Hugh Thomas (1985), Luis Garrido Gonzáles (2003), Frank Mintz (2002 e 2006) e Casanova (2006). Estes autores conseguiram realizar um vasto levantamento acerca do número de coletivizações e de pessoas envolvidas, bem como da produção efetiva das coletividades. No entanto, estes trabalhos foram todos publicados originalmente nas décadas de 70 e 80, utilizando os documentos disponíveis na época (o que por si só demanda um trabalho nada menos do que gigantesco). Recentemente, na primeira década do século XXI novos arquivos foram sendo descobertos e disponibilizados para o público, o que pode fazer avançar a pesquisa acerca das coletivizações, principalmente no que se refere a um mapeamento e quantificação mais precisa. Ainda assim, com os novos documentos disponíveis, os autores que publicaram obras recentes, como Ivan Trujillo (2003), Luis Garrido Gonzáles (2004) e Alejandro Torre (2009), por exemplo, utilizam como referências básicas os autores citados anteriormente. Durante o levantamento bibliográfico e a leitura das principais obras e artigos em relação ao tema, foi possível comparar os levantamentos e as estimativas realizadas por diversos autores. A partir destes dados foi possível produzir o seguinte mapa:

Mapa 12. Números estimados de coletividades e pessoas diretamente engajadas



Cartografia: Glauco Bruce Rodrigues
Obs: Os números em cada região são uma estimativa do número de pessoas diretamente engajadas na coletivização. Os percentuais referem-se à relação das pessoas diretamente engajadas em relação à população de cada região.
Madri e Múrcia não possuem estimativas de pessoas engajadas

O trabalho de mapeamento e quantificação é extremamente difícil por conta de diversos motivos: 1. a grande quantidade de documentos, relatos, censos, inventários, o que torna difícil a sistematização; 2. a falta de dados e informações sobre a formação e o tempo de existência das coletivizações; 3. a destruição de documentos durante a guerra e a ditadura franquista; 4. a dificuldade dos sindicatos em produzir e sistematizar as informações durante o processo de coletivização; 5. dados oficiais incompletos e de caráter anti-coletivista. Por conta de tais dificuldades, as pesquisas não conseguem estabelecer números precisos, mas apenas fazer estimativas em relação aos números mínimos e máximos de coletividades, pessoas diretamente envolvidas e da produção ao longo dos três anos de guerra civil. E nessa perspectiva, o volume de informações acerca das coletivizações agrárias (quantidade, produção, atas e estatutos) é

infinitamente superior em relação às coletividades urbano-industriais, das quais não encontramos sequer estimativas mais ou menos confiáveis e sim informações bem genéricas, como “a maior parte”, “aproximadamente metade”, etc.

3.4.1. As coletividades agrárias

O processo de coletivizações foi muito mais intenso no campo do que na cidade, tanto no que diz respeito à radicalidade da experiência quanto em relação ao número absoluto de coletividades em si. No entanto, estima-se que o total de pessoas envolvidas nas coletivizações urbano-industriais seja um pouco maior do que a população engajada na experiência no campo. Essa superioridade numérica urbana se deve à grande concentração populacional na Catalunha, principalmente na região metropolitana de Barcelona (com aproximadamente 1.2 milhões de habitantes) (OYÓN, 2008:9), onde se concentrou a esmagadora maioria das coletividades urbano-industriais. Levando em consideração que a população total do território republicano era de aproximadamente 12 milhões de pessoas, a região metropolitana de Barcelona concentrava nada menos do que algo em torno de 10% da população. Isso explica a superioridade numérica das coletivizações urbanas em relação às agrárias.

As coletividades agrárias se constituíram basicamente através de dois processos: 1. expropriação; 2. pela incorporação voluntária de terras realizadas por pequenos e médios proprietários. A expropriação poderia ocorrer de duas formas. Na primeira o Estado expropriava as propriedades de pessoas e grupos que apoiaram e colaboraram com o levante nacionalista. Estas terras eram nacionalizadas e uma parte significativa era destinada à reforma agrária. Uma vez que as terras eram entregues aos trabalhadores rurais se decidia pela forma de exploração, divisão e de organização do trabalho, que poderiam instituir pequenas propriedades privadas, cooperativas e, finalmente, coletividades. A outra forma de expropriação era através da ação direta dos trabalhadores: terras ociosas, latifúndios, grandes propriedades pertencentes à Igreja, caciques, grandes proprietários e empresas eram ocupadas e apropriadas pelos trabalhadores que promoviam imediatamente a expropriação. A segunda forma diz respeito à associação voluntária de pequenos e médios proprietários que poderiam criar uma coletividade de forma autônoma (e existiram alguns casos deste tipo) ou então, o que foi mais comum, se incorporavam à coletividades já existentes.

O processo de incorporação de pequenos e médios proprietários também se estendia a arrendatários de médio porte, ou seja, que arrendavam terras de grandes proprietários para depois arrendá-las a camponeses sem terra ou pequenos proprietários cuja propriedade era improdutiva. Em outras palavras, existiam grupos sociais no campo espanhol que tradicionalmente exploravam a terra de forma individual, ou seja, eram proprietários que trabalhavam a terra de forma familiar ou a utilizavam como forma de auferir renda. O que é fundamental é que em qualquer um dos casos, não havia a perspectiva de se engajar em um processo coletivo de trabalho em um outro regime de propriedade. Tais diferenças de territorialidade seriam um obstáculo à qualquer tipo de coletivização integral no campo espanhol.

De forma geral as organizações libertárias não buscaram o conflito com esses grupos. A CNT e a FAI adotaram a postura de permitir a livre associação às coletividades a todos os proprietários individuais que tivessem o interesse em participar da experiência. Nesse sentido, não havia uma política deliberada de impor a coletivização à força para pequenos e médios proprietários. No entanto, uma medida importante foi tomada: cada proprietário individual não poderia ter uma quantidade de terras superior à capacidade de trabalho de sua família, sem a possibilidade de contratar mão-de-obra. Assim, era possível manter a propriedade privada dentro de determinados limites econômicos e políticos: existe a possibilidade de se produzir de forma individual ou familiar, no entanto, esta atividade não pode contar com o assalariamento, uma vez que se constituiria uma relação de exploração. Diversos congressos regionais foram realizados para discutir tais questões e de certa forma todos apresentaram decisões e formulações como as seguintes:

> El primer congreso campesino regional de la CNT de Cataluña celebrado después del levantamiento militar, que reunió el 5 y 6 de septiembre de 1936, decidió (a la vista de la imposibilidad de una colectivización completa) que los pequeños propietarios podían optar entre la propiedad individual y la propiedad colectiva. Como elemento restrictivo los 400 delegados, que representaban a unos 200 sindicatos, resolvieron que los pequeños campesinos no podían dar empleo a mano de obra ajena, por lo que sólo se les permitía 'el cultivo de las tierras que por sus propios brazos puedan labrar'; por otra parte, se les prohibía explícitamente perjudicar los intereses y 'el desarrollo debido de los núcleos que se colectivicen' (BERNECKER, 1982:116).
>
> Pero la presión de los adversarios de la colectivización hizo que la CNT se viese obligada a admitir la existencia de la pequeña propiedad privada junto a la colectiva. Para evitar la difusión de la propiedad privada, la

> CNT declaró la tierra 'inalienable': no podía venderse ni hipotecarse (BERNECKER, 1982:117).

Em relação aos arrendatários a situação era diferente. Como não eram os proprietários da terra e a utilizavam para auferir renda através da exploração do trabalho alheio, foram alvos de processos de expropriação. De forma geral, os arrendatários perderam suas terras e tinham que optar por entrar na coletividade ou se transformar em um produtor individual. No entanto, como veremos mais a frente, na Catalunha os arrendatários conseguiram defender seus interesses e manter grande parte das terras (BERNECKER, 1982).

Esta incorporação dos pequenos e médios proprietários às coletividades é cercada por uma polêmica: tais associações foram voluntárias ou forçadas? A literatura anarquista afirma categoricamente o caráter voluntário de tais associações, por outro lado, são inúmeros testemunhos, relatos e documentos que apontam para a ação de milícias anarquistas e de pressões políticas e econômicas feitas pelas coletividades que forçaram a entrada dos proprietários. A ação das milícias ocorreu principalmente em Aragão, quando colunas anarquistas saíram da Catalunha para tentar recuperar Zaragoza dos nacionalistas. Durante a passagem das milícias por Aragão existem relatos de que elas ordenavam que pequenos e médios proprietários se incorporassem às coletividades sob pena de serem mortos como colaboradores dos fascistas (CASANOVA, 2003; TORRE, 2009). Apesar de ser absolutamente plausível a existência de uso da força e da violência para impor uma associação, também é plausível supor que tal procedimento foi uma exceção à regra se compararmos o efetivo das milícias com a extensão do território republicano e a população envolvida com as coletivizações. É difícil imaginar um intenso processo de coletivização sendo engendrado à força por grupos relativamente pequeno que tinham a obrigação de combater o Exército nacionalista em um vasto território e ainda por cima dispor de tempo, homens e recursos para dominar e controlar parte da população forçando-a a participar desta experiência. No entanto, é mais provável que a incorporação de pequenos e médios proprietários tenha sido fruto de pressões políticas e econômicas realizadas pelas próprias coletividades. As coletividades e os sindicatos passaram a controlar grande parte do comércio dos produtos agropecuários, o que criava condições muito mais favoráveis à sua produção e estabelecia uma desigualdade competitiva em relação aos proprietários individuais. Sem dúvida essas condições geravam fortes pressões econômicas e políticas sobre os chamados

“individualistas”, que diante da dificuldade de comercializar seus produtos acabavam por se associar a uma coletividade para não sucumbir diante da concorrência com o trabalho coletivo.

A entrada de novos membros na coletividade era decidida em assembleia. Raros foram os casos relatados em que era negada a permissão para o ingresso de uma família em determinada coletividade. Quando os novos membros eram aceitos, passavam pelo mesmo processo que todos os demais trabalhadores: era feito um inventário com todos os bens que o novo membro possuía ao ingressar na coletividade (sementes, arados, animais, dinheiro, armas, carroças, etc.), que a partir daquele momento seriam incorporados ao patrimônio da coletividade. Dessa forma, nenhum trabalhador possuía meios de produção de forma individual ou particular, tudo pertencia à coletividade. A saída da coletividade era livre e caso algum trabalhador ou alguma família quisesse ir embora os trabalhadores receberiam de volta o valor dos bens que foram inventariados em dinheiro ou produtos.

A constituição de uma determinada coletividade era decidida em assembleia pelos trabalhadores de determinado *pueblo*, cidade ou comarca. Assim, uma determinada coletividade poderia ser constituída por apenas um *pueblo*, ou, ao contrário, poderia ser constituída por diversos *pueblos* e cidades, o que originava apenas uma única coletividade comarcal, o que era raro (como veremos mais adiante, a comarca seria a escala de articulação das coletividades locais). Ainda existia uma outra possibilidade: a criação de pelo menos duas coletividades em uma única cidade ou *pueblo*, o que era mais raro, uma vez que as dimensões territoriais e o tamanho da população eram reduzidas e, geralmente, tratava-se de uma comunidade com uma forte identidade e senso de pertencimento. No entanto, existiram casos em que não houve consenso e as divergências entre os trabalhadores deram origem à coletividades distintas em um único recorte territorial. Por fim, existiam casos em que parte da população simplesmente não queria participar de nenhuma coletividade.

O número de coletividades e seu limite territorial dependia diretamente das assembleias realizadas pelos trabalhadores e, fundamentalmente, pela correlação de forças políticas locais, que tinham uma capacidade de influenciar a dinâmica política e econômica do lugar com uma força muito maior do que relações de poder que se efetivavam em escala regional ou nacional. Assim, a hegemonia da CNT ou de um determinado setor da UGT conduzia o processo de constituição: onde cada uma era francamente hegemônica se constituíam coletividades anarquistas ou socialistas, em lugares onde não havia uma hegemonia clara a população poderia

se dividir e, uma última possibilidade que ocorreu em larga escala, foi a parceria entre as centrais sindicais estabelecendo coletividades mistas.

Foto 3. Coletividade de arroz em Silla (Levante)

Fonte: http://pares.mcu.es/ParesBusquedas/servlets/Control_servlet
Colectividad de arroz en Silla'
Centro Documental de la Memoria Histórica,FOTOGRAFIAS-KATI_HORNA,FOTO.82

Novos limites, novas fronteiras, novas dinâmicas territoriais eram delineadas com a instituição das coletividades. A malha territorial administrativa do Estado era significativamente desarticulada quando a coletividade dissolvia as fronteiras municipais instituídas, aglutinava ou separava *pueblos*. A constituição das coletividades imprimia uma outra dinâmica política e econômica na escala local, uma vez que significava a instituição de um outro território no mesmo substrato material do território municipal, que até a criação das Comissões Gestoras estava sob controle dos comitês revolucionários e depois dos Conselhos Municipais. As coletividades se

constituíram efetivamente como centros de poder local, pois estavam organizando a dinâmica societária a partir do trabalho e da rede de proteção social que julgavam ser adequada para melhorar a qualidade de vida da população. Para isso, necessitavam desenvolver uma série de atividades que influenciavam diretamente a dinâmica territorial municipal e comarcal: delimitação de campos de cultivo, construção de armazéns, obras de infra-estrutura, etc. Além disso, instituíam dentro de seus limites leis e normas que não constavam na Constituição espanhola, o que significava um elevado grau de autonomia e significava a efetivação de um poder coletivo não-estatal.

Criou-se uma dualidade de poder entre a municipalidade e a coletividade. Era um único substrato material que apresentava múltiplas dinâmicas distintas. Na verdade a questão se apresentava basicamente de duas formas: 1. experiências coletivização integral do município; 2. experiências de coletivização parcial do município.

No primeiro caso estamos nos referindo a situações onde o limite territorial da coletividade coincide com o limite territorial municipal, quando há a completa aceitação da coletivização por parte de todos os trabalhadores daquela unidade administrativa. Em outras palavras, a coletivização é integral quando todos os trabalhadores dos mais diferentes ofícios (padeiros, carpinteiros, alfaiates, professores), além, é claro, dos trabalhadores rurais, estão engajados no processo de coletivização. Nesses casos, não havia conflitos significativos entre a coletividade e a municipalidade, por um motivo simples: até aproximadamente 1938 os lugares onde houve a coletivização integral eram aqueles cuja gestão política e econômica estava concentrada nas organizações libertárias ou pelas frações revolucionárias da UGT através dos comitês revolucionários e, a partir de 1937, com os Conselhos Municipais onde tais grupos eram hegemônicos. Os conflitos não foram significativos porque os trabalhadores eram responsáveis, ao mesmo tempo, pela municipalidade e pela coletividade.

> En tales casos de colectivización total, coincidían la representación política (consejo municipal, comité de milicias, comité local o comité revolucionario) y de la dirección económica (comité de administración). Los casos de colectivización 'integral' eran especialmente frecuentes en Aragón (por ejemplo, Fraga), a veces también en Cataluña (por ejemplo, Rubí), pero raros en Levante (…).
> Sí la asamblea del pueblo había decidido la colectivización 'integral' pertenecía a ella – además de la población ocupada en la agricultura – también los comerciantes, pequeños industriales, profesionales, artesanos e intelectuales del lugar. En Granadilla (Lérida), por ejemplo, ingresaron

> en la colectividad los albañiles, carpinteros, herreros, pastores, panaderos y el maestro del pueblo (BERNECKER, 1982:172).

A constituição das coletividades ocorreu sempre após a instituição dos comitês revolucionários encarregados de organizar todos os aspectos da vida cotidiana, como vimos anteriormente. As coletividades eram constituídas após a consolidação de tais comitês e foram sendo criadas, geralmente, a partir de setembro e outubro de 1936, ao longo de 1937 e, uma minoria, no primeiro bimestre de 1938. Nesse sentido, os protagonistas responsáveis pela instituição e gestão dos comitês e, posteriormente, pelos Conselhos Municipais, eram os mesmos que criaram as coletividades, portanto, as concepções de organização do trabalho, da dinâmica política eram basicamente as mesmas.

Após a constituição das coletividades ocorria a sobreposição de dois órgãos de gestão da vida social: o comitê comunal ou o Conselho Municipal e o comitê da coletividade. Esta dualidade em si não gerava conflitos, mas sim dúvidas em relação às funções de cada órgão: o que era de responsabilidade do comitê local (município) e o que era de responsabilidade da coletividade? Algumas tentativas de esclarecer a divisão de tarefas foram realizadas, como do Conselho de Aragão, em fevereiro de 1937. Torre (2009:125-126), explica que

> Según José Borrás, la amplia incidencia local del Consejo de Aragón, como órgano representativo del gobierno de la República, 'delimitó e redefinió las competencias del Municipio, de la colectividad de producción y del Sindicato, que hasta entonces se confundían''. Hecho que, desde otro ángulo, supuso el 'fin al sistema de Comunas libres, separando los poderes municipales de los de la organización económica'. Se trataba, en definitiva, de 'gestiones' distintas: administración vecinal y edilicia, a cargo de los Municipios, administración profesional, de servicios y productiva por las colectividades; control de las distintas gestiones administrativas por los sindicatos.

Apesar desta tentativa de esclarecimento e definição de funções, as dúvidas permaneceram e raramente tal divisão de tarefas foi implementada. Na prática, o que ocorria é que paulatinamente o comitê da coletividade ia abrangendo todas as funções relativas ao cotidiano, seja em no plano da organização do trabalho e da produção, como na criação e gestão da rede de proteção social e de questões relativas à organização territorial, como a implementação e manutenção de infra-estrutura, gestão de serviços públicos, etc. Assim, este "comité [da coletividade] tenía diferentes funciones dependiendo del tipo de colectividad de que

se tratara: si la colectividad era 'integral' (es decir, si incluía la colectivización de la tierra y de los distintos servicios del pueblo perteneciendo a la misma no sólo los agricultores sino también maestros, carpinteros, panaderos, etc.) era el órgano de gobierno efectivo" (GARCÍA, s/d:8).

Os conflitos se tornaram efetivamente presentes e agudos quando os Conselhos Municipais foram extintos e substituídos pelas Comissões Gestoras. Esta situação deve ser analisada em um contexto mais amplo de ataque do governo às coletivizações, cujas ações são voltadas para desarticular a experiência libertária. Na teoria, as Comissões Gestoras deveriam assumir toda a responsabilidade pelas funções relativas à municipalidade, restringindo as ações das coletividades no que diz respeito à organização do trabalho e da produção. Nesse sentido, nos lugares onde as Comissões Gestoras tinham força política para se impor[73] a gestão da municipalidade passa para este órgão fiel ao governo, que passa a limitar as ações das coletividades. Assim, a condução dos assuntos públicos que remetem diretamente para o uso e a apropriação do espaço municipal passa a ser regulado pelas Comissões, que colocam uma série de exigências para satisfazer as demandas das coletividades. O fundamental, neste caso, é que a dualidade de poder engendra um conflito de territorialidades, ou seja, de modos de existência distintos, de relações de poder que instituem organizações societárias distintas: de um lado uma perspectiva libertária baseada na autogestão e descentralização, de outro o aparelho de Estado buscando se recompor e reafirmar a centralidade do poder. Assim, a gestão dos serviços públicos (energia, água, transporte), ainda que estivessem sob controle dos trabalhadores, estavam submetidas a regulamentações definidas pelas Comissões Gestoras, assim como o pagamento de impostos municipais, a gestão do orçamento, a implementação de infra-estrutura, a segurança, limpeza e iluminação, enfim, eram atividades que estavam sobre o controle estatal.

A segunda dinâmica refere-se a uma situação onde o território da coletividade está inserido dentro do território municipal, ou seja, não houve uma coletivização integral e parte da população não aceitou participar da nova experiência de organização societária. Dessa forma, a população da coletividade está submetida a duas malhas territoriais distintas que se projetam no mesmo substrato espacial. Em outras palavras, estão submetidas, pelo menos teoricamente, a dois conjuntos distintos de relações de poder que instituem leis e normas distintas. Nesse caso, a

[73] Na Catalunha, onde as organizações libertárias no campo nunca conseguiram uma hegemonia política; em muitos lugares do Levante, onde a influência do Partido Comunista e da ala reformista da UGT e do PSOE aumentou por conta das ações governamentais que combatiam as coletivizações libertárias e na Andaluzia, onde o avanço das tropas nacionalistas e o crescimento do PCE levaram a desarticulação das organizações libertárias em diversos lugares.

questão fundamental é saber como conviver, em um mesmo substrato material, submetido a duas lógicas, a princípio, bem distintas: a da coletividade, instituída por um poder autônomo e a da municipalidade, que pode ou não ter uma natureza autônoma, dependendo da correlação de forças políticas locais em determinado contexto específico da guerra. A dualidade de poder colocava como questão fundamental para toda a população do município e da coletividade a que leis e normas obedecer e em que espaço? Quais seriam as atribuições e limites da coletividades, sobre quais assuntos ela poderia legislar? Quais as competências da municipalidade e que tipo de interferência ela poderia causar na coletividade?

> Si no ingresaban en la colectividad todos los habitantes de la localidad, se formaban por regla general dos órganos directivos: el órgano de coordinación de la colectividad y el órgano político de representación del municipio. Ambos organismos eran de origen revolucionario, pues también el comité local había sustituido al consejo municipal anterior en base al derecho revolucionario (BERNECKER, 1982:176).

Na prática essa dualidade pouco se efetivou e a dinâmica entre a municipalidade e a coletividade era caracterizada, de forma geral, pela hegemonia da coletividade no processo de gestão territorial municipal. Esta situação foi predominante entre 1936 e 1937, período em que os municípios eram geridos, de forma hegemônica, pelos comitês de trabalhadores da CNT-FAI e da UGT ou pelos Conselhos Municipais que eram controlados basicamente pelas mesmas organizações. Nesse sentido, os protagonistas do processo de coletivização e suas organizações eram basicamente as mesmas que exerciam a hegemonia da gestão municipal. Portanto, mesmo em lugares onde a coletivização não foi integral, predominava a dinâmica de caráter libertário onde a CNT-FAI era hegemônica ou havia a aliança com frações revolucionárias da UGT. Nesses casos, a gestão do território municipal era basicamente libertária, como demonstramos anteriormente e os interesses das coletividades eram protegidos e defendidos. A população que não aceitou participar das coletivizações podia participar do processo de tomada de decisões em tudo aquilo que se referia ao município, como os transportes, energia, água, obras de infra-estrutura, uso do solo, etc. e tinham o direito de manter uma série de relações capitalistas, como a propriedade privada, o assalariamento (no caso de serviços), etc., no entanto, encontravam limites e obstáculos colocados pelo processo revolucionário, como a existência de um salário mínimo para atividades no comércio, proprietários individuais eram proibidos de contratar mão-

de-obra (no caso do trabalho agrícola em si), deveriam acatar as determinações dos sindicatos que administravam os serviços públicos, etc.

Os conflitos que existiram entre as coletividades e as municipalidades ocorreram basicamente em dois contextos: 1. quando a municipalidade era administrada por frações reformistas da UGT ou por partidos que compunham a Frente Popular e exerciam a hegemonia; 2. quando foram instituídas as Comissões Gestoras para substituir os Conselhos Municipais. A dinâmica destes conflitos era basicamente a mesma, conforme descrevemos acima em relação à implementação das Comissões Gestoras onde houve coletivização integral.

Mensurar o êxito ou o fracasso das coletividades neste processo de incremento produtivo é tarefa para uma pesquisa infinitamente maior do que esta que estamos realizando, por conta da extrema dificuldade em ter acesso a dados confiáveis que possam ser organizados e tabulados. A ausência de dados sistematizados em escala regional, o caótico quadro de informações deixado pelas coletividades e sindicatos, os dados contraditórios publicados por órgãos oficiais e partidos tornam a tarefa de se realizar uma análise mais geral acerca da capacidade produtiva das coletivizações extremamente difícil e que exige um minucioso e longo tempo para a análise de monografias, estudos de caso, levantamento da imprensa, organização dos dados oficiais e daqueles deixados pelos trabalhadores. Enfim, uma pesquisa gigantesca. No entanto, se não é possível mensurar ou avaliar de forma efetiva o sucesso ou fracasso das coletivizações em relação ao seu aspecto produtivo, é possível fazer algumas considerações gerais levando em conta os dados disponíveis, o que nos permite realizar "especulações bem fundamentadas" acerca desta experiência.

Apesar dos conflitos e das dificuldades impostas pela guerra (redução de crédito, matéria-prima, insumos, mercado consumidor e do comércio externo), as coletividades colocaram em prática uma série de medidas visando o aumento da produtividade e a racionalização da produção agropecuária (LEVAL, 1972; BERNECKER, 1982; GONZÁLES, 2003; CASANOVA, 2006). Tais medidas variavam de acordo com os recursos técnicos e financeiros disponíveis de acordo com a conjuntura política do lugar de cada coletividade. Em outras palavras, as situações eram as mais diversas possíveis, o que torna muito difícil a construção de uma tipologia, no entanto, é possível identificar aquelas ações mais comuns e que tiveram maior impacto na atividade produtiva das coletivizações.

A primeira delas, sem dúvida, foi o aumento da área cultivada, que ocorreu devido à incorporação das terras ociosas de latifúndios às atividades produtivas após a coletivização. Segundo Bernecker (1982:255), a coletivização de terras na Catalunha, Aragão, Levante e Castela-La Mancha fez com que a área cultivada aumentasse em 1.736.000ha, o que significava aproximadamente 6,3% do total de terras cultivadas da Espanha. Sem dúvida um incremento significativo e que ocorreu principalmente em Aragão e Castela-La Mancha.

A segunda refere-se à implementação ou aumento dos sistemas de irrigação, cuja estrutura era muito deficiente. A questão da irrigação era quase que uma obsessão para os coletivizadores, uma vez que o sistema que existia era arcaico e insuficiente, com apenas 1.500.000ha irrigados, o que impedia uma utilização mais racional e eficaz da água e, consequentemente, era um obstáculo ao aumento da produtividade (SANTILLÁN, 1980:123). Nesse sentido, grandes esforços foram realizados para que os sistemas de irrigação fossem implementados ou modernizados. Evidentemente o problema não foi completamente resolvido, afinal, não houve, nem de longe, uma implementação maciça de sistemas de irrigação no campo transformando a Espanha em um paraíso agrícola. A implementação de tal tecnologia dependia basicamente de dois fatores: recursos financeiros e mão-de-obra técnica qualificada para projetar e implementar os sistemas. As coletividades que não dispunham desses dois fatores tentavam improvisar ou simplesmente não conseguiam os benefícios desta tecnologia. Ainda assim, obras e irrigação, construção de diques e canais também foram realizadas pelo Estado e que beneficiaram diretamente a população envolvida nas coletivizações, o que significou ganhos pontuais e avanços extremamente modestos nessa questão.

A terceira era a aquisição de ferramentas, máquinas e insumos para aumentar a produtividade. A aquisição de tais produtos dependia diretamente de dois fatores: 1. a disponibilidade de recursos para comprá-los; 2. a disponibilidade dos produtos no próprio mercado espanhol. Em relação ao primeiro fator, ele dependia basicamente da capacidade produtiva da coletividade no momento em que ela era criada. Se as condições eram favoráveis, os recursos disponíveis permitiam adquirir insumos, máquinas e ferramentas que aumentavam a produção e aumentavam a capacidade de investimentos da coletivização. Aquelas que já iniciavam em dificuldades não conseguiam adquirir tais produtos com facilidade e dependiam da ajuda dos sindicatos e partidos para ter acesso a esses bens, o que nem sempre era possível. Além disso, diversas coletividades obtiveram linhas de crédito com o governo, principalmente com o

Ministério da Agricultura, para conseguir adquirir os bens dos quais necessitavam. A dificuldade de incremento tecnológico foi uma das principais causas do fracasso de uma série de coletividades, que foram dissolvidas por conta da sua incapacidade produtiva. No entanto, mesmo aquelas com recursos para comprar tais produtos começaram a encontrar dificuldade na medida em que a guerra se desenrolava por conta da redução do comércio exterior do campo republicano, onde diversas empresas européias e norte-americanas fornecedoras de máquinas, insumos e produtos químicos pararam de vender seus bens para a República com o objetivo de prejudicar o esforço de guerra, ao mesmo tempo em que continuavam a abastecer o campo nacionalista.

Assim, existia a preocupação de modernizar e racionalizar a estrutura produtiva da agropecuária espanhola com o objetivo de sustentar o processo revolucionário, demonstrando que os trabalhadores podem, por si próprios, engendrar transformações e fazer a gestão das atividades produtivas com o objetivo de atender o bem comum e satisfazer às necessidades individuais e coletivas: "A Espanha deve aumentar irremediavelmente sua produção agrária e para isso deverá empreender, desde o princípio da revolução, grandes obras públicas de irrigação, de drenagem de pântanos, de preparação de terras pouco produtivas, de fertilização adequada através de adubos" (SANTILLÁN, 1980:120). Apesar de ser muito difícil avaliar o impacto concreto e efetivo nas coletividades, qual a sua intensidade, onde tais melhorias foram mais disseminadas, onde não houve êxito, é possível imaginar que houve conquistas importantes e significativas, mas que não foram generalizadas. Assim, é plausível imaginar que muitas coletivizações foram bem sucedidas nas suas realizações e outras não.

Os dados acerca da produção econômica das coletividades são igualmente dificílimos de obter. Não há uma fonte de dados específica para a produção das coletivizações que nos permita compará-la com a produção não coletivizada. O que está disponível são dados gerais sobra a produção agropecuária do campo republicano, sem distinções do tipo de regime de propriedade e de organização do trabalho. Os dados disponíveis pelas coletividades são incompletos e dispersos.

> No existe ninguna estadística, ni oficial, ni oficiosa, que cuantifique los resultados económicos del colectivismo agrario entre 1936 y 1939. Las colectividades llevaban una contabilidad muy precaria que, en todo caso, se veía condicionada por las extraordinarias circunstancias de la guerra. Así, la expresión de los resultados económicos en pesetas poco aclara respecto de la rentabilidad real de las explotaciones, pues resulta

> complicado relacionar ciertas cifras nominales con el aumento extraordinario de la inflación. (…)
> Por todo ello, no queda otro remedio que intentar valorar los resultados del colectivismo agrario en términos de producción real, relacionados con la superficie cultivada y el tamaño de las cosechas en comparación con los mismos datos de años anteriores. Ahora bien, estas informaciones no están disponibles con relación sólo a las colectividades agrarias, sino a propósito de toda la agricultura en general de la zona republicana (TRUJILLO, 2003:90-91).

Além deste problema, é possível verificar contradições entre os dados gerais sobre a produção agropecuária: enquanto determinadas fontes demonstram o aumento da produção, outras mostram a sua redução dentro do mesmo período. Por um lado, os dados disponíveis do Ministério da Agricultura demonstram um aumento de 6,18% na produção global no período de um ano (1936 e 1937), enquanto os órgãos provinciais demonstram a redução de todas as culturas no mesmo período. A literatura nos chama a atenção para o caráter político da geração e publicação dos dados, assim como os problemas técnicos de levantamento das informações. Assim, são feitas ressalvas acerca das duas fontes principais mais utilizadas, o Ministério da Agricultura e os registros provinciais. Em relação ao Ministério da Agricultura, Trujillo (2003) chamam a atenção para o fato deste ministério ser controlado pelo partido comunista e a divulgação de dados que mostram resultados positivos tinham o objetivo de elevar o moral da população, principalmente dos trabalhadores agrícolas e, dessa forma, legitimar sua política agrícola baseada na defesa da propriedade individual e na eficácia da gestão dos recursos utilizados.

> Parece evidente que las diferencia entre los datos publicados y aquellos de los que disponía el Ministerio de Agricultura obedecen a razones propagandísticas, con el fin de imprimir euforia en las clases campesinas y, por qué no, de justificar la propia gestión política. Se manejan incluso otros datos que hizo públicos el ministro Uribe a través de la prensa comunista y que no sólo señalan un aumento de la producción, sino que le atribuyen cotas extraordinarias (TRUJILLO, 2003:93).

Enquanto isso, os dados disponibilizados pelos órgãos provinciais estão incompletos, o que acarreta em uma queda significativa da produção. A deficiência dos dados é explicada basicamente por dois motivos (TURJILLO, 2003 e GONZÁLES, 2003): 1. são excluídas as províncias cujas capitais foram tomadas pelos nacionalistas, como é o caso de Córdoba, Granada, Zaragoza, Teruel, Huesca, províncias muito importantes em relação à produção econômica e que

não tiveram sua produção contabilizada, o que reduziu significativamente os totais do território republicano; 2. os agricultores declaravam quantidades menores do que realmente produziram com receio de confisco de excedente pelo Estado ou pelas organizações dos trabalhadores para abastecer a frente. Vejamos os dados:

Tabela 6. Produção de cereais (Dados do Ministério da Agricultura)

Região	1936	1937	Diferença (QM)	**Diferença (%)**
Catalunha	1.968.228	1.550.600	-417.628	-21,21
Aragão	1.349.999	1.620.000	+270.001	+20
Castela-La Mancha	5.236.721	6.090.238	+853.517	+16,29
Levante	1.293.942	1.197.216	-96.726	+7,47
Total	**9.848.890**	**10.458.054**	**+609.164**	**+6,18**

Fonte: Bernecker (1982:255).
A unidade de medida é o quintal métrico (QM), onde 1qm=100kg

Tabela 7. Produção de cereais na Espanha republicana –excluindo a Catalunha- (Dados vinculados pela imprensa comunista)

	1936	1937	**Diferença (%)**
Trigo			
Superfície (ha)	1.098.814	1.147.949	+4,47
Colheita (QM)	10.118.761	10.698.145	+5,72
Rendimento médio	9,2	10,2	+10,86
Cevada			
Superfície (ha)	595.479	640.477	+7,55
Colheita (QM)	7.559.694	8.670.642	+14,69
Rendimento médio	**12,7**	**13,5**	**+6,29**

Fonte: Bernecker, 1982:256.

Tabela 8. Produção de cereais na Espanha Republicana (Dados dos órgãos provinciais)

Cultivo	1935 (QM)	1936 (QM)	**1937 (QM)**
Trigo	15.818.497	11.949.578	9.643.280
Cevada	9.550.959	8.525.864	7.884.944
Centeio	704.003	560.995	489.903
Aveia	1.981.062	1.901.774	1.483.654
Milho	1.332.431	1.173.431	1.144.818
Arroz	2.915.987	2.540.073	2.057.002

Fonte: Gonzáles, 2003:144.

Assim, a literatura trabalha com duas fontes onde uma possivelmente aumenta a produção e outra onde os dados possivelmente apresentam uma produção menor do que efetivamente existiu. No entanto, diante dos dados e do desenrolar da guerra, é plausível imaginar que até o primeiro ano de conflitos tenha ocorrido um aumento na produção agropecuária como um todo, por conta das melhorias realizadas na produção, tanto nas coletividades quanto nas terras de proprietários individuais por conta da incorporação de novas terras, linhas de crédito, obras de irrigação e incorporação de máquinas, ferramentas e insumos. No entanto, conforme o conflito se desenvolvia estes fatores iam perdendo sua vitalidade e eficácia por conta do avanço territorial dos nacionalistas e da deterioração das condições macroeconômicas da República, acarretando a redução da produção no segundo semestre de 1937 até o fim da guerra.

A dinâmica da produção agropecuária é indissociável do processo de transformação na estrutura fundiária operada pelo processo de coletivização e pelos projetos de reforma agrária levados a cabo pelo Ministério da Agricultura.

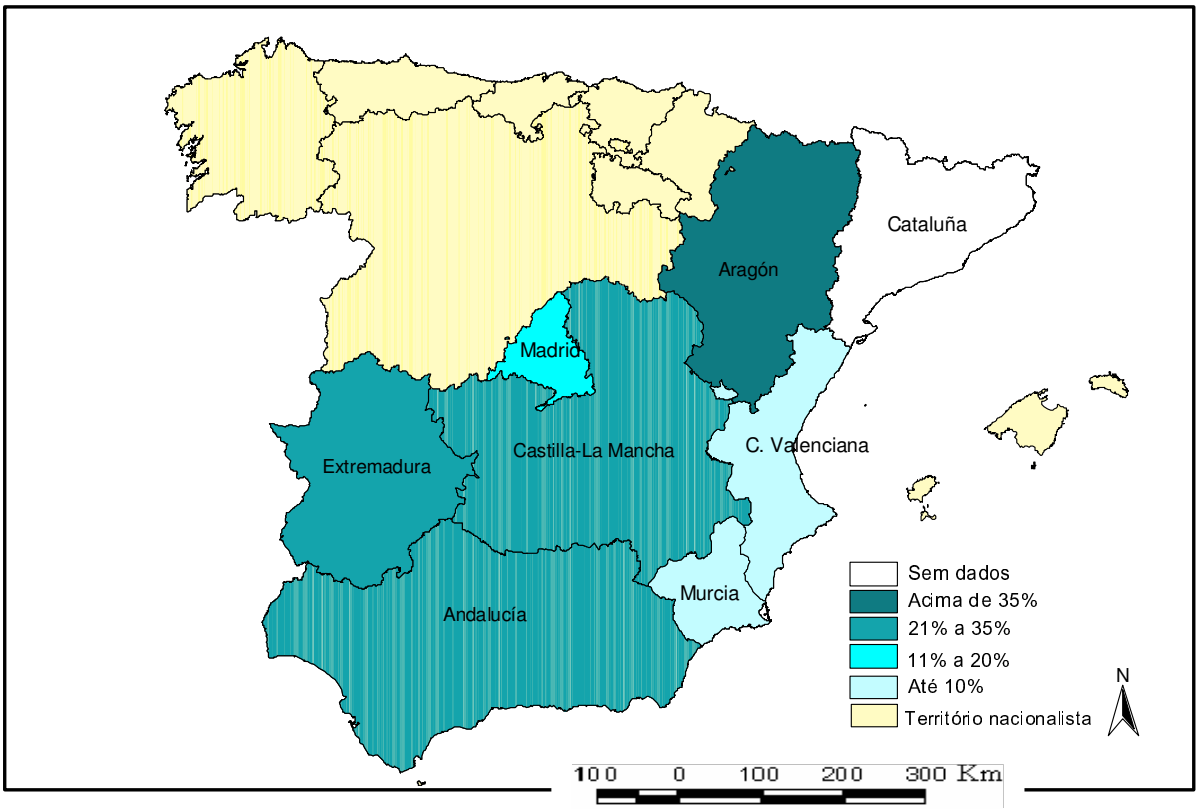
A Espanha tinha aproximadamente uma superfície cultivada de 27 milhões de hectares. Até 1938 foram expropriados 5.459 milhões de hectares, dos quais 2.947 milhões foram coletivizados. Ou seja, 20% da superfície agricultável da Espanha foi expropriada e 10% foi coletivizada. Se considerarmos apenas o território republicano, cuja superfície agricultável era de aproximadamente 15 milhões de hectares, temos 34,3% da superfície expropriada e 18,5% coletivizada. Vejamos os dados por região:

Tabela 9. Distribuição territorial da superfície expropriada e coletivizada (em milhares de hectares)

Regiões	Superfície cultivada (A)	Superfície Expropriada (B)	Superfície Coletivizada (C)	% B/A	% C/B	% C/A
Andaluzia	3.477	1.846	900	53,1	48,8	25,9
Aragão	2.265	-	1.585	-	-	70
Castela-La Mancha	4.950	2.377	1463	48	61,5	29,6
Catalunha	1.471	-	4	-	-	0,3
Levante	1.383	290	92	21	31,7	6,7
Extremadura	1.139	500	350	43,9	70	30,7
Madri	395	186	60	47,1	32,3	15,2
Múrcia	843	260	78	31,2	30	9,4
Totais	**15.914**	**5.459**	**2.947**	**34,3**	**54**	**18,5**
Espanha	**27.202**	**5.459**	**2.947**	**20,1**	**54**	**10,8**

Fonte: GONZÁLES, 2004: 6

Mapa 13. Índices de coletivização da terra no território republicano



Cartografia: Glauco Bruce Rodrigues

É interessante iniciar a análise pelo total de terras expropriadas. Levando em consideração a escala do território republicano, é possível observar que a expropriação atingiu 34,3% da superfície cultivada. É interessante observar que a maior parte dos latifúndios espanhóis estava localizados justamente no território republicano, principalmente na Andaluzia, Extremadura e Castela La-Mancha, ou seja, a parte centro-sul da Espanha. Como mostramos no capítulo 2 (tabela 3 da página 139), os latifúndios espanhóis (acima de 500ha) ocupavam aproximadamente 37% das terras e as grandes propriedades rurais (entre 100ha e 500ha) ocupavam algo em torno de 20%. Nessa perspectiva, para todo o território espanhol temos que as grandes as grandes propriedades somavam aproximadamente 57% das terras. Se levarmos em conta que a maior parte das grandes propriedades encontra-se em território republicano, podemos concluir que houve um intenso processo de expropriação que incidiu basicamente sobre as grandes propriedades rurais.

A análise na escala regional nos ajuda a compreender melhor tal dinâmica: as regiões com maior quantidade de terras expropriadas são justamente aquelas com maior concentração fundiária: sul de Aragão (70% de coletivização total das terras), Andaluzia (53,1%), Extremadura (43,9%), Madri (47,1%) e Castela La-Mancha (48%). A elevada concentração fundiária motivou a expropriação e, consequentemente, a coletivização de parte destas terras. Ao mesmo tempo, as regiões com maior quantidade de pequenos e médios proprietários foram aquelas onde os índices de expropriações foram mais baixos, como o caso do Levante (21%), Múrcia (31%) e o desprezível índice de coletivização da Catalunha (0,3%) deve-se, fundamentalmente, a dois fatores: 1. a precariedade dos dados acerca da Catalunha relatada na bibliografia; 2. pelo predomínio de pequenos e médios proprietários, como veremos mais adiante.

Os dados mostram que se levarmos em conta a escala do território republicano, a coletivização das terras atingiu 54% do total de terras expropriadas. Em outras palavras, mais da metade de todas as terras expropriadas, de forma direta pelos trabalhadores ou pelo Ministério da Agricultura, foram destinadas à experiência da coletivização, seja em uma perspectiva libertária (CNT-FAI ou da CNT em parceira com frações revolucionárias da UGT), revolucionária socialista (bem próxima dos libertários, engendrada por frações revolucionárias do PSOE e da UGT) e em uma perspectiva individualista ou cooperativista (UGT, PCE). O fundamental é que o processo de coletivização se apropriou da maior parte das terras expropriadas no território

republicano, o que dá uma dimensão da magnitude e da importância política e econômica deste processo.

A partir das informações, é possível verificar que três regiões coletivizaram mais da metade das terras expropriadas: Aragão (70%), Extremadura (70%) e Castela La-Mancha (61,5%). A Andaluzia coletivizou quase metade das terras expropriadas, com um índice de 48,8%. Levante, Madri e Múrcia coletivizaram em média 30% das terras expropriadas, enquanto a Catalunha apresentou um índice praticamente desprezível de coletivização no campo.

A dinâmica de expropriação e coletivização em cada região possui semelhanças e singularidades. Assim, ao mesmo tempo em que encontramos pontos comuns entre algumas regiões, é possível identificar elementos que singularizam o processo em cada uma. Nesse sentido, é interessante apresentá-los para que possamos realizar uma análise mais consistente do processo, partindo de que é geral e compartilhado para aquilo que é único. Vamos partir dos casos relativamente mais simples para aqueles mais complexos.

A região da Extremadura é constituída por duas províncias, Cáceres e Badajoz. Toda a dinâmica de expropriação e coletivização ocorreu somente na província de Badajoz, uma vez que Cáceres foi imediatamente dominada pelo Exército nacionalista.

A região apresentava o segundo maior índice de concentração fundiária e de presença de *braceros* e *jornaleros*, ou seja, de trabalhadores rurais sem terra ou minifundiários que trabalhavam na terra de grandes proprietários rurais (mapa 3, pg. 128). Tais condições socioeconômicas de elevada concentração de renda e de exploração do trabalho, aliada ao levante nacionalista criaram um ambiente propício para a mobilização dos trabalhadores na luta pela terra e pela sua autodeterminação. No entanto, é importante salientar que a presença de anarquistas era reduzida e a região era caracterizada pela hegemonia da UGT. A central sindical protagonizou de forma hegemônica o processo: das 23 coletivizações nada menos do que 17 foram criadas pela central socialista, sendo que as 6 restantes eram coletividades mistas UGT-CNT. A hegemonia socialista nos ajuda a compreender o volume de terras expropriadas (43%). Pascual Carrión (1973:135) nos informa que os 500.000ha expropriados foram feitos por razões de utilidade pública, em outras palavras, foram realizadas pelo Ministério da Agricultura em terras ociosas ou improdutivas. Em outras palavras, 100% da expropriação foi realizada pelo Estado. Assim como os demais dados, devemos fazer uma ressalva: por se tratar de um documento oficial de um órgão do governo controlado pelo PCE, devemos nos precaver com

uma salutar cautela em relação a esses dados, uma vez que eles tendem a hipervalorizar o programa de reforma agrária do Estado e, ao mesmo tempo, reduzir a importância da ação dos trabalhadores no processo de expropriação das terras.

O elevado índice de 70% de coletivização dessas terras (350.000ha) nos permite imaginar que tal processo foi engendrado por frações revolucionárias da UGT ou eram empreendimentos coletivos nos moldes do programa de reforma agrária do PSOE, caracterizado pela exploração coletiva, porém fortemente centralizada e hierarquizada baseada no cooperativismo e não necessariamente na autogestão. Nos 350.000ha foram criadas 23 coletividades (17 da UGT e 6 mistas UGT-CNT) englobando um total de 2.650 famílias em agosto de 1938 segundo dados do IRA (BERNECKER, 1982:110).

O número relativamente pequeno de pessoas envolvidas, apesar do volume de terras desapropriados e do elevado índice de coletivização está relacionado com o fato da região ter sido a primeira a ser completamente dominada pelas forças nacionalistas, enquanto que as tropas republicanas e libertárias conseguiram manter a frente de Aragão e da Andaluzia relativamente estáveis durante os dois primeiros anos. Assim, a proximidade com o conflito e o avanço nacionalista sobre a província de Badajoz levou a uma reduzida participação da população. Além disso, conforme as tropas nacionalistas iam avançando, as coletivizações eram imediatamente destruídas, seus integrantes presos ou mortos e as terras eram rapidamente devolvidas para seus antigos donos. Nesse sentido, as coletivizações da Extremadura (ou melhor, de Badajoz) foram as primeiras a serem aniquiladas pelo campo nacionalista.

As regiões do Levante (constituída pelas províncias de Alicante, Valência e Castellón) e da Múrcia (constituída por uma única província de mesmo nome) apresentaram características semelhantes. Apresentavam uma estrutura fundiária concentrada, mas diferentemente da Andaluzia e da Extremadura, possuíam uma classe de pequenos proprietários bastante significativa. No caso do Levante, por exemplo, essa classe representava 55,8% da população (GARCÍA, s/d:26), localizada principalmente ao norte da província do Alicante e em Valência (ver mapa 3, pg.128). Esta classe de pequenos proprietários era fortemente contrária ao processo de coletivização e defendia a manutenção da propriedade privada individual e contava com o apoio explícito do PCE que criou a Federación Provincial Campesina para articular esta classe contra o projeto coletivista da CNT e de frações da UGT. Assim, "por su parte, el este (Cataluña, Levante) la colectivización se encontraba en una actitud frecuentemente hostil entre los pequeños

arrendatarios [e proprietários] cuya posición anticolectivista fue apoyada en una medida creciente por el Ministerio da Agricultura y or el gobierno catalán" (BERNECKER, 1982:119).

Nessa perspectiva, podemos observar que o volume de terras expropriadas no Levante foi de apenas 21%, justamente onde a concentração fundiária é menor e maior a presença dos pequenos proprietários, enquanto que na Múrcia o total de terras expropriadas foi de 31%, onde a concentração fundiária é mais expressiva. Nas duas regiões o índice de coletivização foi de aproximadamente 30% das terras desapropriadas. Segundo os dados do IRA utilizados por Pascual Carrión (1973:135) e adotando sempre a cautela salutar em relação a este órgão como salientamos acima, na Múrcia os trabalhadores foram diretamente responsáveis pela expropriação de 51.300ha de um total de 260.060ha expropriados na região, enquanto que na região do Levante os 289.418ha de terras expropriadas seriam fruto exclusivo da ação do Estado, o que é algo realmente dificílimo de ser considerado verídico tendo em vista que existiam pelo menos 260 coletividades da CNT, apenas 21 da UGT e 20 mistas CNT-UGT (GONZÁLES, 2003:XXV), enquanto Mintz (2002:94) nos fala de 503 coletividades, onde a maioria esmagadora era coordenada pela CNT e englobando algo em torno de 130.000 pessoas.

> Em la zona de Levante tuvo lugar uma grand experiencia coletctivizadora em el campo: por encima da la Cataluña y casi de tanta importância como em Aragon y Castilla. La Regional Levantina ocupaba el tercer puesto em número de militantes em la CNT em 1931, com 58.526 afiliados (el 10,67%). Em el Congreso de 1936 seguía en la misma posición con una cifra muy parecida, 55.115, suponiendo un 10,15% (GARCÍA, s/d:26).

É importante ressaltar que apesar de ter um dos menores índices de coletivização relativos, as regiões da Múrcia e principalmente do Levante se destacam com um número absoluto elevado de coletividades e de pessoas diretamente envolvidas. Na verdade, o Levante apresenta o terceiro maior número de pessoas envolvidas diretamente no processo de coletivização no campo, ficando atrás apenas de Aragão e de Castela-La Mancha. Assim, se por um lado a classe de pequenos proprietários limitou a extensão do processo de coletivização nestas regiões, por outro os trabalhadores organizados, principalmente pela CNT, tiveram uma intensa participação dentro dos limites estabelecidos pelas correlações de forças naquele momento. Em outras palavras, mesmo em uma área relativamente reduzida, apenas 6,7% do total de terras cultivadas (31% das terras expropriadas), houve um intenso engajamento da população no processo de coletivização. Nesse sentido, se consideramos as estimativas de Mintz, podemos

calcular em uma área média de 183ha com uma população aproximada de 260 pessoas por coletividade. Evidentemente que se trata apenas de um exercício de imaginação para termos uma ideia geral do processo nestas regiões. Realizar uma análise detalhada e precisa da distribuição da população e do tamanho real de cada coletividade é uma tarefa que está além de nossas possibilidades no momento. No entanto, podemos deixar registrado que existiam coletividades com dimensões muito diferentes: Ademuz (Valência), por exemplo, foi uma coletividade onde metade da população do *pueblo* (2500) se engajou em uma coletividade de 1.400ha, enquanto que em Benifairó de Valldigna (Valência) a coletividade era constituída por 444 pessoas em uma área de 54ha (BERNECKER, 1982:238-240). Isto demonstra como a coletivização é extremamente diversificada dentro de uma mesma província, o que dirá dentro e uma mesma região.

A Andaluzia era a região espanhola com maior grau de concentração fundiária, elevada pobreza rural e maior concentração de camponeses sem terra do país. Como salientamos no capítulo anterior, era na Andaluzia onde os conflitos no campo de mostravam mais violentes e constantes por conta da estrutura política e econômica baseada no caciquismo, elevada concentração fundiária, forte exploração do trabalho e uso constante da violência para submeter política e economicamente o trabalhador.

A região, assim como a Extremadura, foi palco de violentos conflitos no início da Guerra Civil pois era o território que serviria de cabeça-de-ponte para o Exército Africano comandado por Franco. Portanto, logo no início do conflito, importantes cidades e províncias foram imediatamente tomadas pelos nacionalistas, como as províncias de Huelva, Sevilha e Cádiz e as cidades de Córdoba e Granada. Este avanço nacionalista logo no início da guerra causou uma significativa redução nas forças anarcossindicalistas, o que impossibilitou uma intensidade ainda maior do processo de coletivização.

> Sobre todo em Andalucía y em las províncias orientales los anarquistas se vieron forzados a la defensa de sus colectividades. Andalucía, que por sus relaciones de propiedad, por la dimensión media de las explotaciones y la estructura social, así como por su tradición anarquista agraria, habría presentado condiciones adecuadas para la organización de colectividades, cayó en parte ya en las primeras semanas de la guerra en manos nacionalistas (BERNECKER, 1982:119).

Este contexto regional levou Luiz Garrido Gonzáles (2003), autor de um dos principais estudos sobre a Andaluzia, particularmente sobre a província de Jaén, a construir uma

formulação na qual os anarquistas teriam um papel absolutamente secundário em relação ao processo de coletivização, que, segundo o autor, seria francamente dirigido por frações revolucionárias da UGT. Segundo Gonzáles, as principais forças anarcossindicalistas estariam localizadas principalmente nas províncias que foram dominadas pelos nacionalistas, com a exceção de Málaga, enquanto nas demais províncias (Jaén, Granada e Almería) havia uma franca hegemonia socialista.

> Es necesario destacar, en primer lugar, que las comarcas andaluces de mayor implantación anarcosindicalista (CNT) permanecieron durante toda la guerra civil en la zona insurgente y que sus sindicatos fueron desarticulados ; por el contrario, las localidades donde los socialistas y la UGT poseían los centros sindicales más numerosos estaban en esa extensa área oriental de Andalucía ocupada desde finales de julio de 1936 por las milicias populares. La única excepción fue Málaga con el caso bien conocido de Marbella, donde predominaba la CNT, aunque sólo se mantuve en zona republicana hasta enero de 1937 (GONZÁLES, 2003:IX-X).
>
> De la actividad anarquista durante el verano de 1936 en Andalucía apenas hay y los que existen son tan imprecisos, que no merecen atención. Pese a que los anarquistas se consideraban a sí mismos como los genuinos representantes de las ideas colectivistas, se encontraron con que fueron los socialistas, sobre todo a través de UGT, los que dominaron el movimiento colectivizador agrario, al que sólo pudieron incorporarse en un segundo plano (GONZÁLES, 2003:X).

As afirmações tão contundentes de Gonzáles não são sustentadas pelos dados que o próprio autor apresenta em relação ao número de coletividades na região da Andaluzia. Se levarmos em consideração apenas a província de Jaén, objeto de estudo do autor, podemos contabilizar 35 coletividades da UGT, 19 da CNT e 17 mistas UGT-CNT (Gonzáles, 2003:170-171-172). Existe uma diferença significativa entre o número que coletividades da UGT e da CNT, mas muito longe de caracterizar uma situação onde a ação libertária é insignificante ou que está em uma posição completamente subordinada à UGT. Em relação à totalidade da região da Andaluzia os dados contradizem ainda mais a formulação do autor: ele faz uma estimativa mínima de 42 coletividades da UGT, 36 da CNT e 38 mistas UGT-CNT (GONZÁLES, 2003:XXV). Estes dados são apenas uma estimativa, mas levando em consideração a fortíssima probabilidade de uma proporcionalidade em caso de uma quantidade maior de coletividades, logo, é plausível supor que não existiria uma diferença gritante entre o número de coletividades e de pessoas engajadas da UGT e da CNT.

Os dados sobre a Andaluzia são extremamente díspares. Enquanto Gonzáles nos apresenta uma estimativa mínima de 147 coletividades para a Andaluzia, Mintz (2002:93) calcula algo entre 120 e 300 coletividades englobando 63.000 pessoas. No entanto, tais cifras são extremamente reduzidas quando as comparamos com os números apresentados por Pascual Carrión, que utiliza os dados do IRA e estima em no mínimo 978 coletividades envolvendo aproximadamente 255.000 pessoas para a Andaluzia até o final de 1938 distribuídas da seguinte forma:

Tabela 10. A agricultura coletivizada na Andaluzia

Província	Nº Coletividades	UGT	CNT	Mistas	Extensão (ha)	**Famílias**
Almería	37	18	4	15	29.237	2.099
Córdoba	148	-	-	148	141.000	8.602
Granada	33	-	-	33	45.000	20.000
Jaén	760	-	-	760	685.000	33.000
Totais	**978**	**18**	**4**	**956**	**900.237**	**63.701**

Fonte: Adaptado de Maurice, 1974:81.

Os dados apresentados por Carrión também apresentam muitos problemas. Em primeiro lugar, o censo realizado pelo IRA, base de dados do autor, foi realizado somente nas coletivizações que estavam legalizadas no ano de 1938. Um dos principais problemas do censo é que a maior parte das coletividades da CNT não estava legalizada e grande parte daquelas que estava devidamente registrada e legalizada não respondeu ao censo, o que comprometeu a qualidade das informações. É possível identificar os problemas dos dados quando não encontramos quase nenhuma coletivização exclusiva da CNT ou da UGT e uma esmagadora maioria de coletividades mistas. É verdade que houve um pacto entre as organizações dos trabalhadores em novembro de 1936 (GONZÁLES, 2003:XXIV) para organizar as atividades econômicas e militares de forma conjunta, mas imaginar tamanha articulação onde mais de 90% das coletividades sejam de caráter misto é subestimar os conflitos, tensões internas e projetos políticos distintos. As informações acerca das organizações que coordenam as coletivizações nos parecem mais fruto do preenchimento burocrático e politicamente enviesado dos dados do que o resultado de um esforço construtivo comum que não é ressaltado em nenhum texto com o qual tivemos contato. É plausível supor que tamanha articulação fosse ser objeto de destaque nas análises especializadas sobre a questão, mas não encontramos nada referente a tal situação.

A disparidade dos dados compromete uma análise mais precisa acerca da correlação de forças políticas na Andaluzia. Diante dos dados e da literatura, acreditamos que é melhor assumir uma postura cautelosa para a caracterização de tal contexto. Nesse sentido, é plausível imaginar um equilíbrio entre socialistas e anarquistas, onde cada campo tinha suas organizações coordenando coletividades, ao mesmo tempo em que também existia uma significativa cooperação entre ambas materializada na constituição de inúmeras coletividades mistas Ainda assim, é possível supor uma ligeira maioria para os socialistas em relação ao número de coletividades e pessoas engajadas na experiência. Assim, apesar da tradição anarquista revolucionária da Andaluzia, o movimento libertário não conseguiu, em momento algum, ser hegemônico na região e teve que compartilhar o protagonismo com os socialistas e, em determinados lugares, como Jaén, não se constituiu como a primeira força revolucionária. O avanço nacionalista sobre as principais províncias libertárias e o grande esforço de mobilização e organização dos socialistas, que contaram com apoio do Ministério da Agricultura para fortalecer sas organizações, fora decisivos para constituir esta conjuntura política regional. A despeito da correlação de forças, é importante salientar a magnitude dos processos de expropriação e coletivização da região (48% das terras expropriadas e destas, 61,5% coletivizadas), sobretudo na província de Jaén, onde os números são impressionantes.

Tabela 11. Expropriação e coletivização na Andaluzia (área em ha)

Províncias	Área útil (A)	Área expropriada (B)	% (B/A)	Área coletivizada (C)	% (C/B)
Almería	862.307	135.425	15,70	29.237	21,58
Córdoba	1.326.347	323.093	24,35	141.000	43,64
Granada	1.201.668	531.836	44,25	45.000	8,42
Jaén	1.316.349	855.655	65	685.000	80,05
Totais	**4.706.671**	**1.846.009**	**39,22**	**900.237**	**48,76**

Fonte: Adaptado de Maurice, 1974:81.
OBS: A área útil não é a área cultivada, mas sim a superfície total que pode ser utilizada para a agricultura. Por essa razão, os índices de expropriação e coletivização estão diferentes daqueles citados no texto, que estão baseados na tabela 9 cuja área considerada é aquela cultivada e não a totalidade da área útil.

No entanto, não encontramos na bibliografia levantada nenhum tipo de análise que buscasse compreender as causas de tamanha concentração nesta província, como se fosse suficiente localizar e mapear os processos sem compreender suas causas. Nesse sentido, não é

suficiente dizer que em Jaén se concentra a esmagadora maioria das coletividades da Andaluzia. É necessário compreender as causas.

Para tentar construir uma hipótese sobre a questão, vamos adiantar algumas informações acerca da região de Castela La-Mancha, onde os índices de expropriações e coletivizações são muito elevados, principalmente na província de Ciudad Real, que apresenta os maiores índices de coletivização de todo território republicano. Esta província faz fronteira com Jaén, constituindo uma vasta área de latifúndios com produção especializada (azeite em Jaén e cereais em Ciudad Real). Além disso, as duas províncias constituíam a frente de batalha com o território nacionalista. Isso significa dizer que eram as províncias mais próximas para onde trabalhadores e militantes poderiam buscar abrigo e socorro contra o avanço das tropas nacionalistas. Assim, é possível imaginar um importante fluxo migratório de trabalhadores que saíram da Extremadura e de províncias como Huelva, Sevilha, Cádiz e Córdoba em direção a Jaén e Ciudad Real, aumentando o número de trabalhadores que poderiam estar engajados na coletivização. Além disso, as províncias estavam próximas à frente de batalha, o que as tornavam extremamente importantes para o abastecimento das tropas republicanas e da capital, Madri. Levando em consideração tais elementos, é importante ressaltar que dos 1.846.000ha expropriados, 784.180ha foram expropriados pelo IRA (CARRIÓN, 1973:135), o que pode significar uma ação estratégica do Ministério da Agricultura para atrair população e facilitar o acesso à terra através de políticas de reforma agrária. Além disso, devemos ressaltar que o protagonismo dos trabalhadores foi decisivo, afinal, a maior parte das terras expropriadas foi fruto da ação direta e as províncias com maiores volumes de terras expropriadas pelos trabalhadores foram Granada, com 519.436ha e depois Jaén, com aproximadamente 457.613ha (não custa lembrar que as duas províncias fazem fronteira e isso poderia explicar um grande processo de coletivização e expropriação em uma vasta área de latifúndios, principalmente na porção oriental de Granada, enquanto que em Jaén as coletividades estavam relativamente bem distribuídas pela província).

Além disso, retomando os dados da tabela, podemos observar uma grande disparidade em relação aos índices de expropriação e coletivização em cada província. A província de Almería possui características muito semelhantes às províncias da Múrcia e de Alicante, na região do Levante. Enquanto a Almería possui um índice de expropriação de 15,7% e de coletivização de 21,38%, a Múrcia possui 23,93% e 29,99% e Alicante 18,94% e 21,38, respectivamente. Córdoba e Granada possuem dinâmicas opostas: enquanto a primeira expropriou menos (24%) e

coletivizou mais (43%), a segunda expropriou mais (44%) e coletivizou muito menos (8%). Em termos absolutos os dados também são diversificados, dificultando uma análise que permita uma caracterização mais precisa da região, o que só poderá ser feito através de minuciosos estudos e monografias locais que permitam uma análise mais adequada na escala regional.

A região de Castela-La Mancha foi aquela com a maior quantidade absoluta de área expropriada com 2.377.000ha, o que representava 48% terras cultivadas e a segunda região com área absoluta coletivizada (ficando atrás apenas de Aragão) com 1.463.000ha o que representava 61,5% das terras expropriadas. Apesar de ser considerada uma região autônoma, a província de Madri pode ser analisada juntamente com Castela-La Mancha por apresentar basicamente a mesma dinâmica política que conduziu aos processos de expropriação e coletivização. Assim, a partir de agora, quando nos referirmos à Castela-La Mancha estamos incluindo também a região/província de Madri na análise.

A primeira coisa que nos chama a atenção quando analisamos a região é a diversidade de índices de expropriação e coletivização, tal qual constatamos em relação à Andaluzia. A análise das províncias nos revela uma outra dinâmica da análise regional, onde o grau de abstrações e generalidade é, por definição, maior. Vejamos os dados por província:

Tabela 12. Expropriação e coletivização em Castela-La Mancha e Madri (área em ha)

Províncias	Área útil (A)	Área expropriada (B)	% (B/A)	Área coletivizada (C)	% (C/B)
Albacete	1.422.936	481.256	33,35	92.000	19,11
Ciudad Real	1.917.165	1.086.925	56,69	1.002.615	92,24
Cuenca	1.704.443	435.467	25,54	135.179	31,04
Guadalajara	1.003.606	84.522	8,24	63.400	75,00
Toledo	1.478.389	289.362	19,27	170.400	58,88
Madri	395.000	186.000	47,1	60.000	32,3
Totais	**6.919.542**	**2.563.532**	**37**	**1.523.594**	**59,4**

Fonte: Adaptado de Maurice, 1974:81.
OBS: A área útil não é a área cultivada, mas sim a superfície total que pode ser utilizada para a agricultura. Por essa razão, os índices de expropriação e coletivização estão diferentes daqueles citados no texto, que estão baseados na tabela 9 cuja área considerada é aquela cultivada e não a totalidade da área útil.

A análise dos processos de expropriação e coletivização são semelhantes à Andaluzia, pois a partir dos dados podemos identificar grupos de províncias de acordo com a expropriação e a coletivização.

- Em relação à expropriação temos: 1. elevado índice de expropriação, composto pelas províncias de Ciudad Real (56,69%) e Madri (47,1%); 2. médio índice de expropriação, composto pelas províncias de Albacete (33,35%), Cuenca (25,54%) e Toledo (19,27%); 3. baixíssimo índice de expropriação composto pela província de Guadalajara (8,24%).
- Em relação à coletivização temos: 1. elevado índice de coletivização, composto pelas províncias de Ciudad Real (92,24%), Guadalajara (75%) e Toledo (58,88%); 2. médio índice de coletivização, composto por Albacete (19,11%), Cuenca (31,04%) e Madri (32,3%).

É possível observar que apenas a província de Ciudad Real apresenta um elevado índice de expropriação e coletivização ao mesmo tempo e nenhuma província apresenta um baixo índice de coletivização. No entanto, os valores absolutos das áreas coletivizadas são reduzidos se comparados com a área útil de cada província. Nesse sentido, apenas Ciudad Real apresenta um elevado valor absoluto de área coletivizada (1.002.615ha), enquanto que a segunda maior área é de 170.000ha na província de Toledo. Nesse sentido, a região como um todo apresenta um elevado índice de coletivização em relação ao total de terras expropriadas (59,4%), no entanto, em relação à área útil total da região esse índice cai para 22%. Daí que podemos concluir que a província de Ciudad Real aumenta a média do índice regional de expropriação e coletivização, tornando-se uma completa exceção regional, destoando completamente da dinâmica das demais províncias. As possíveis causas para tal disparidade foram analisadas juntamente com a província andaluza de Jaén.

É importante fazer uma ressalva em relação à província de Guadalajara. Segundo os dados do IRA (utilizados por Jacques Maurice e Pascual Carrión), esta província teve apenas 8,4% de suas terras expropriadas e uma área total de 63.400ha. Segundo Torre (1984), os dados acerca desta província estão equivocados. O autor realizou um estudo específico sobre a província de Guadalajara e, apesar de sustentar que não é possível estabelecer a extensão exata das terras expropriadas e coletivizadas, afirma que "solo la superficie incautada a favor de la UGT llegaba a las 70.000ha" (TORRE, 1984:215). A esse número devemos somar a área total das coletividades da CNT, que praticamente não aparecem nos dados do IRA, uma vez que as informações dizem respeito apenas às coletividades que foram devidamente legalizadas no

Ministério da Agricultura. Nesse sentido, o autor chama a atenção que a extensão da área expropriada e coletivizada em Guadalajara é maior do que a estimada pelo IRA, no entanto, o autor não oferece nenhum tipo de estimativa ou cálculo aproximado.

A intensidade dos processos de expropriação e coletivização está diretamente relacionada aos campos e organizações políticas envolvidas na dinâmica social. Nesse sentido, é fundamental estabelecer uma relação entre a intensidade de tais processos e quais foram os protagonistas e as organizações que conduziram as ações que conformaram as transformações na região de Castela-La Mancha.

A região em questão é caracterizada fundamentalmente pela hegemonia do PSOE e da UGT na organização e mobilização dos trabalhadores. A princípio, é possível imaginar que tal hegemonia fosse um empecilho à coletivização por conta do caráter reformista predominante destas organizações, no entanto, devemos considerar dois aspectos: 1. a existência de uma importante fração revolucionária socialista; 2. a defesa de uma coletivização baseada na centralização da gestão social e no cooperativismo. Portanto, existem pelo menos duas correntes dentro da UGT que se posicionam de forma distinta: a primeira de caráter revolucionário onde os trabalhadores são os protagonistas do processo e a segunda onde a coletivização é conduzida pelo partido ou pelo sindicato de forma hierarquizada e centralizada. Nesse sentido, não é surpresa que a UGT tenha uma importante e decisiva participação na experiência coletivista durante a guerra, como não é surpresa que ela tenha conduzido de forma hegemônica a luta dos trabalhadores na região central da Espanha. No entanto, hegemonia não quer dizer exclusividade. Se é verdade que as organizações socialistas eram hegemônicas, também é verdade que organizações libertárias participaram dos processos de expropriação e coletivização em Castela-La Mancha, ainda que de forma secundária ou atrelada às organizações socialistas.

> En Castilla no había tanta tradición anarcosindicalista como en las zonas ya analizadas [Aragão e Cataluña], sino que más bien se trataba de un feudo socialista. En el Congreso de 1931 se contaban 9.217 afiliados a la CNT en la Regional del Centro, si bien para el de 1936 ya eran 45.400. (…) Como en Aragón, en Castilla se creó en abril de 1937 la Federación Regional de Campesinos del Centro, perteneciente a la CNT. En ella se puso de manifiesto la voluntad de los cenetistas de colaborar con la UGT – que en esta región tenía una actitud parecida con a la de la central anarcosindicalista-, así como la intención de coordinar la labor colectivizadota de la región (GARCÍA, s/d:22).

Os dados disponíveis acerca da participação das centrais sindicais no processos de expropriação e coletivização das terras são complementares e parciais, o que só nos permite, mais uma vez, fazer estimativas e não afirmações decisivas. Os dados disponibilizados por Bernecker (1982:198-247)[74] foram construídos basicamente a partir de fontes anarquistas, o que torna as informações acerca da participação da UGT absolutamente subestimada. Por sua vez, os dados de Maurice (1978:82), baseados no IRA, menosprezam a participação da CNT no processo. Vamos aos dados:

- Segundo Bernecker temos a seguinte distribuição: UGT (51), CNT (173) e mistas (33).
- Segundo Maurice temos a seguinte distribuição: UGT (690), CNT (110) e mistas (102).

Os dados de Maurice baseados no IRA podem apresentar problemas, uma vez que muitas coletividades da CNT não foram consideradas por não serem legalizadas perante o Ministério da Agricultura, no entanto, eles estão mais próximos da situação real do que os dados de Bernecker. Em todas as províncias existe o predomínio numérico das coletividades da UGT em relação à CNT. As coletividades mistas ocorrem em um número bem próximo as da CNT, demonstrando a articulação entre as duas centrais sindicais, o que pode ser compreendido como uma forma da CNT participar do processo de forma mais efetiva em um contexto regional caracterizado pela hegemonia socialista. Em outras palavras, a existência de um número significativo de coletividades mistas indica que a CNT necessitava se articular à UGT para conseguir ter participação significativa nas coletivizações, caso contrário, poderia ficar marginalizada no processo. A postura tomada pela CNT em buscar a cooperação e o diálogo com a UGT indica uma estratégia de aproximação em um contexto de hegemonia socialista. Lamentavelmente não existe a distribuição do número de famílias por vinculação aos sindicatos, o que poderia nos dar mais elementos para consolidar a análise com maior precisão. Os dados disponíveis em relação ao número de famílias são os seguintes:

[74] Os dados foram tabulados por Gonzáles (2003:XXV).

Tabela 13. A agricultura coletivizada em Castela-La Mancha

Províncias	Nº Coletividades	UGT	CNT	Mistas	Área (ha)	Nº Famílias
Albacete	238	210	15	13	92.000	3.550
Ciudad Real	181	112	45	24	1.002615	33.200
Cuenca	102	37	5	60	135.179	4.820
Guadalajara	205	198	7	-	63.400	2.700
Toledo	100	77	23	-	170.400	9.700
Madri	76	56	15	5	59.500	5.411
Totais	**902**	**690**	**110**	**102**	**1.523.594**	**59.381**

Fonte: Adaptado de Maurice, 1974:81.

A hegemonia socialista pode ser medida, em parte, pelos dados que informam a quantidade de terra expropriada pelo IRA em comparação com a ação direta dos trabalhadores (dados estimados e não conclusivos). O IRA expropriou nada menos do que 87,41% das terras, enquanto os trabalhadores expropriaram de forma direta aproximadamente 12,59% das terras. Não há dados que nos informem a participação de cada organização dos trabalhadores no processo de expropriação direta, o que seria útil para realizar uma análise mais precisa do processo. Na falta de tais dados, é plausível imaginar a hipótese de que o grande volume de terras expropriadas pelo IRA faz parte de uma estratégia do Estado para fortalecer as organizações socialistas que fazem parte da Frente Popular. Tal estratégia também foi motivada pela necessidade de garantir a produção de cereais, principalmente trigo e aveia para abastecer a frente e as cidades com alimentos, nesse sentido, a expropriação era necessária para que as terras fossem imediatamente entregues aos trabalhadores para que a produção não fosse interrompida, o que seria catastrófico para a República. No entanto, devemos relativizar os dados do IRA por dois motivos: 1. a instituição provavelmente inflacionou os números em relação às desapropriações estatais para legitimar a política de reforma agrária do Estado, o que implica em uma estratégia para valorizar a posição reformista da Frente Popular e diminuir a importância do processo revolucionário; 2. o IRA legalizou uma vasta quantidade de terras que foram expropriadas diretamente pelos trabalhadores e as contabilizou como expropriação estatal. Por isso, o protagonismo dos trabalhadores provavelmente foi bem maior do que tais dados nos permitem analisar. Segundo as estimativas mínimas, o processo de expropriação foi engendrado da seguinte forma:

Tabela 14. Distribuição da terra expropriada (ha)

Províncias	Área expropriada total	IRA	Trabalhadores
Albacete	481.256	478.256	3.000
Ciudad Real	1.086.925	984.925	102.000
Cuenca	435.457	432.407	3.150
Guadalajara	84.522	76.722	7.800
Toledo	289.362	289.362	-
Madri	185.866	173.421	12.445
Totais	**2.563.532**	**2.240.999**	**128.395**

Fonte: Adaptado de Maurice, 1974:81.

Após a entrega das terras aos trabalhadores e do processo de expropriação direta, deu-se início à coletivização, que atingiu níveis importantes na região, como vimos anteriormente. E neste momento, devemos sublinhar a hegemonia socialista e tecer alguns breves comentários sobre suas coletivizações.

O primeiro ponto importante é destacar a variedade de experiências coletivas conduzidas pela UGT, no entanto, havia o predomínio das duas correntes que identificamos anteriormente, uma de caráter revolucionário cujo protagonista era efetivamente o trabalhador e outra com caráter mais centralizador, hierárquico e reformista (TORRE, 1984).

Em relação à primeira, sua dinâmica tinha alguns pontos em comum com as coletividades libertárias: os meios de produção foram coletivizados e não havia exploração individual da terra, havia a constituição de uma rede de proteção social e a gestão das atividades era feita em um sistema de coordenação e comissões geralmente submetidas a uma assembleia de trabalhadores. As principais diferenças estavam relacionadas à forma de remuneração (onde predominava o salário individual pago de acordo com a jornada de trabalho e a produtividade do trabalhador) e à organização centralizadora e hierárquica do sindicato, diferente, pelo menos teoricamente, do princípio federativo das organizações libertárias. Nesse sentido, a coletividade não possuía plena autonomia para determinar sua própria dinâmica de forma integral e efetiva, pois estava fortemente vinculada a uma estrutura de poder vertical. Nesse sentido, a autonomia da coletividade era restrita e se efetivava dentro de determinados limites colocados pela dinâmica da organização sindical.

A segunda corrente ugetista era caracterizada por grupos mais convencionais do movimento socialista fortemente ligados ao aparelho de Estado, defensores da centralização e hierarquização das relações de poder, devotos da organização e do respeito à autoridade. Estavam comprometidos com as diretrizes da Frente Popular e buscavam evitar falar (e fazer) em revolução, tinham a preocupação de ganhar a guerra e promover reformas nas estruturas econômicas e políticas do país dentro dos marcos de uma sociedade capitalista e burguesa. Em tais coletividades, a gestão era exercida de forma centralizada e hierárquica, nos moldes de partidos e sindicatos socialistas tradicionais, logo, não havia sistema de delegação de poder e a assembleia não era o órgão deliberativo máximo, uma vez que o exercício do poder era uma prerrogativa dos líderes, coordenadores e comissários. A remuneração também era individual, em oposição ao salário familiar e existia uma complementação extra baseada na produtividade individual como forma de incentivar o aumento da produtividade do trabalho.

Nestas coletividades era possível encontrar uma gama diversa de situações em relação ao regime de propriedade e à organização da comercialização da produção. A primeira possibilidade era a constituição de um regime de propriedade de lotes individuais onde cada família trabalhava de forma individual. Após a expropriação os trabalhadores dividiam a terra em lotes por família e iniciavam a produção. Os instrumentos de trabalho mais simples (arados, enxadas, etc.) geralmente eram de propriedade individual e aqueles mais complexos ou que demandavam mais recursos para serem construídos ou adquiridos (carros de boi, carroças, tratores, moinhos, máquinas em geral) eram de propriedade coletiva administrados pelos líderes da coletividade. Nesses casos, era muito comum a constituição de cooperativas de produtores coordenadas e administradas pelo sindicato que ficava responsável de adquirir crédito, matéria-prima e apoio técnico do Ministério da Agricultura, ao mesmo tempo em que organizava a comercialização da produção e a distribuição da riqueza produzida, que poderia ser feita de acordo com a produtividade de cada família ou independente deste critério, buscando fazer uma distribuição igualitária da riqueza.

A Catalunha apresentou um grande contraste entre as experiências libertárias baseadas na coletivização no campo e na cidade. Enquanto na cidade houve um intenso grau de radicalização que se disseminou por quase toda a estrutura produtiva e pela gestão dos serviços e da infra-estrutura urbana, a estrutura fundiária catalã quase não sofreu alterações que tenham sido engendradas pelo movimento coletivizador. Portanto, comparando a força do processo

revolucionário no campo e na cidade da mesma região, é possível constatar uma diferença abissal entre a magnitude e a radicalidade entre os dois, mostrando como dentro de uma única região a espacialidade urbana e rural não apresentam a mesma dinâmica.

Os dados sobre a coletivização agrária na Catalunha são precários e as fontes disponíveis apresentam uma significativa disparidade, o que nos levou a agir de forma cautelosa na produção do mapa acerca da coletivização agrária na página 301. Gonzáles (2004:6), por exemplo, sustenta uma estimativa mínima de que somente 0,3% das terras cultivadas foram coletivizadas na Catalunha em um total de 138 coletividades; Mintz (2002:94) estima algo em torno de 350 coletividades englobando uma população aproximada de 70.000 pessoas. Bernecker (1982:194) acredita que a estimativa feita por Hugh Thomas de 200 coletividades seja a mais próxima da realidade, uma vez que sua pesquisa nos documentos da *Generalitat* lhe permitiu constatar efetivamente a existência de 98 coletividades que foram registradas em um censo regional realizado no final de 1936, no entanto, não estima a população diretamente envolvida no processo. Além disso, o autor afirma que no final de 1936, apenas 66 dos 1.070 municípios da Catalunha foram coletivizados, parcial ou integralmente, o que demonstra a reduzida disseminação do processo na região, ainda que esta seja uma estimativa mínima. De qualquer forma, "aunque Cataluña ocupe con sus 98 colectividades registradas un espacio importante en los cuadros, esta región no jugo en el curso real del movimiento de colectivización agraria – tal como se ha expuesto más arriba – sino un papel subordinado, bastante por detrás de regiones como Aragón, Castilla y Levante" (BERNECKER, 1982:195). O IRA não sistematizou dados acerca da Catalunha e de Aragão, e por esse motivo não dispomos de estimativas mínimas para realizar o mesmo tipo de análise das regiões anteriores.

A CNT era a organização hegemônica nas coletividades agrárias, com maior número de coletividades e com participação em outras 29. Sistematizando os dados de Bernecker (1982:200-212), temos a seguinte distribuição:

- CNT: 28 coletividades
- UGT: 1 coletividade
- Mistas CNT-UGT: 19 coletividades
- Mistas CNT e outras organizações: 10 coletividades
- UdR: 14 coletividades
- Outras organizações: 14 coletividades

O reduzido processo de coletivização na Catalunha possui basicamente duas causas: 1. a forte presença de pequenos e médios arrendatários muito bem organizados na União de Rabassaires; 2. a rápida e eficaz recomposição do governo catalão que conseguiu centralizar a política de reforma agrária.

Os *rabassaires* não eram proprietários de terras. Eles eram arrendatários, ou seja, pagavam um arrendamento pelo uso da terra, que poderia ser feito em dinheiro ou produto durante um determinado período de tempo, que, por uma série de processos políticos e econômicos, eram geralmente muito longos, acima dos 30 ou 50 anos. A longa duração dos contratos motivou os proprietários a tentar fazer alterações nos contratos para que o valor do arrendamento fosse aumentado com uma freqüência maior, o que causou a reação dos *rabassaires*, que após a primeira guerra mundial criaram a influente *Unió de Rabassaires* (UdR) cujas principais reivindicações eram a manutenção dos valores e tempo de contrato dos arrendamentos e facilidade para adquirir a terra onde trabalhavam através de programas de reforma agrária que contemplassem os produtores. Era uma classe constituída basicamente por agricultores de pequeno e médio porte que trabalhavam de forma individual na terra arrendada, empregavam uma quantidade significativa de capital na produção, contratavam *braceros* e *jornaleros* e possuíam um bom nível de vida se comparado com a média da população espanhola.

Após o levante militar, a UdR rapidamente se mobilizou para tentar conduzir a política agrícola da Catalunha com o apoio da *Generalitat* e do Partido Socialista Unificado da Catalunha (PSUC), o que significava combater o processo de coletivização e tentar implementar um projeto de reforma agrária baseado na expropriação de terras sem indenização, na nacionalização da terra e sua distribuição em lotes por famílias, constituição de cooperativas de produção e comercialização, criação de linhas de crédito agrícola pelo Ministério da Agricultura e bancos públicos e estatais, cancelamento imediato dos contratos de arrendamento e extinção de qualquer dívida com proprietários aliados dos nacionalistas (BERNECKER, 1982:153-154).

A UdR era representada politicamente pela Esquerra Republicana, partido de Lluís Companys, presidente da *Generalitat* durante a Guerra Civil, que aprovou a Lei de Contratos em favor da UdR após a vitória da Frente Popular em 1936, que permitia aos *rabassaire* comprar a terra em que cultivavam a pelo menos 18 anos, ou seja, em um tempo muito menor do que o contrato de arrendamento, o que provocou a fúria dos grandes proprietários. Esse episódio é

importante para se dimensionar a influência desta classe na política catalã, que passou a integrar todos os órgãos importantes da administração regional após o levante nacionalista, como o Conselho de Economia, o Comitê Central de Milícias Antifascistas e o Conselho de Agricultura da *Generalitat*.

A margem de manobra política da UdR aumenta quando organização consegue assumir a liderança da Federação de Sindicatos Agrícolas da Catalunha (FESAC), entidade que englobava cerca de 300 cooperativas da região que se converteu na única liga de sindicatos agrícolas constituída por pequenos e médios arrendatários e proprietários que estavam bem distantes de qualquer projeto revolucionário.

A conquista da liderança da Federação de Sindicatos Agrícolas foi crucial para que a UdR assumisse a hegemonia no campo catalão após o decreto de 27 de agosto de 1936 o qual tornava obrigatória a sindicalização:

> A toda persona que trabajase en la agricultura 'a realizar través del sindicato agrícola... de la localidad respectiva la venta y, en su caso, la transformación de sus productos agrícolas o de ganadería, la compra de los géneros que se precisan para sus necesidades profesionales, el seguro… y la obtención del crédito necesario para la marcha de su explotación agrícola' (Art. 1º). Los sindicatos existentes debían dar ingreso a todos los campesinos aún no organizados y adaptar sus estatutos al nuevo decreto. Éste prevenía la fundación de un sindicato en cada localidad y la fusión de los diferentes sindicatos en una única organización (BERNECKER, 1982:155).

O decreto fez com que o número de filiados da FESAC aumentasse de forma impressionante, o que implicava o aumento da margem de manobra política da UdR. Além disso, em 8 de outubro de 1936 é criado o Serviço de Cooperação Agrícola (SAC), que seria responsável pela legalização de todas as cooperativas e coletivizações catalães e seria o órgão máximo em relação à política agrícola na região. O SAC institui a criação de federações comarcais de sindicatos agrícolas e centraliza todas as atividades comerciais na FESAC, ou seja, toda a atividade comercial agrícola da Catalunha foi centralizada no órgão dominado pela UdR, afinal, "esta representaba los intereses cooperativistas ante el gobierno, era responsable de la organización y la expansión y coordinaba las diferentes actividades econômicas" (BERNECKER, 1982:157). Os dois decretos aumentaram de forma extraordinária a capacidade de exercício do poder dos *rabassaires*, uma vez que possibilitou à UdR dominar o comércio dos produtos agrícolas da região.

Em primeiro de janeiro de 1937, um decreto promulgado pelo Conselho de Agricultura da Catalunha, presidido por um membro da UdR (J. Calvet) suspendia a vigência de todos os contratos de arrendamento anteriores a 19 de julho de 1936, o que significava, na prática, a expropriação das terras dos grandes proprietários e sua apropriação por aqueles que nelas trabalhavam. Tal medida converteu grande parte dos *rabassaires* em proprietários de terras. Na prática este processo era uma reforma agrária baseada na constituição de pequenas e médias propriedades familiares organizadas em cooperativas de produção coordenadas por instituições estatais (Serviço de Cooperação Agrícola).

A hegemonia da UdR só pode ser efetivada com uma série de medidas da *Generalitat*, o que evidencia a estreita ligação entre a organização dos *rabassaires* e o governo catalão. A ação da *Generalitat* está dentro de um processo de recomposição do governo catalão que tem como projeto para a agricultura uma reforma agrária realizada pelo Estado, ou seja, centralizada, hierarquizada, controlada e, acima de tudo, dentro dos marcos de uma sociedade liberal burguesa. Diferente do governo central de Madri, a *Generalitat* presidida por Lluís Companys foi muito mais eficiente em se recompor e assumir a hegemonia política, econômica e militar de seu território. Um hábil Companys conseguiu atrelar a CNT à estrutura de governo, de forma que quanto maior o envolvimento da organização anarcossindicalista, maior era a perda de influência e capacidade de exercício de poder. Quanto mais a CNT participava do governo, mais ela contribuía para o fortalecimento do Estado e seu próprio enfraquecimento enquanto protagonista político, econômico e militar. O conflito entre anarquistas e comunistas foi utilizado de forma muito vantajosa pela burguesia liberal catalã da *Esquerra*, que graças à habilidade política de Companys e seus companheiros de partido, conjugada a pouca habilidade política dos líderes da CNT, conseguiu recompor rapidamente a *Generalitat*.

> En los primeros meses después Del 19 de Julio de 1936 los anarquistas eran sin Duda la organización más poderosa en Cataluña. El Comité Central de Milicias Antifascistas, en el que predominaban, pudo imponer durante un tiempo su voluntad a una *Generalitat* que sólo seguía existiendo formalmente y ejercer de facto el poder gubernamental. Sin embargo, el gobierno Companys, mediante una táctica hábil y haciendo concesiones, consiguió volver a fortalecer en poco tiempo su posición de tal manera que primero instauró junto al comité central una especie de 'doble poder' y luego, a finales de septiembre, tras la entrada de anarquistas y comunistas (CNT, PSUC, POUM) en la *Generalitat* ya la disolución voluntaria del Comité Central de Milicias, pudo recuperar

> todo el poder y aun superar las limitaciones que fijaba el Estatuto de Autonomía de 1932 (BERNCKER, 1982:163).

A estratégia da *Generalitat* para impedir o processo de coletivização agrícola foi viabilizada através de uma série de medidas que atuavam basicamente em dois campos: 1. burocratizar e atrelar as coletividades à dinâmica estatal; 2. promover uma reforma agrária baseada na nacionalização e distribuição de terras para a exploração familiar.

O primeiro conjunto de medidas visava dificultar a criação de novas coletividades e atrelar a dinâmica das já existentes ao aparelho de Estado. As coletividades que já existiam deveriam ser cadastradas e obedecer uma série de parâmetros estabelecidos pela Consejería de Agricultura da *Generalitat*, dentre os quais figurava a obrigatoriedade de adotar estatutos baseados em critérios definidos pelo órgão do governo. As novas coletividades deveriam seguir uma série de determinações e especificações definidas pela Consejería de Agricultura, o que aprisionava o processo em uma dinâmica burocrática. As novas coletividades deveriam estar registradas e legalizadas, todos os seus membros deveriam ser sindicalizados, a produção deveria estar de acordo com as especificações da Consejería de Agricultura, seus estatutos aprovados pelo mesmo órgão e a contabilidade da coletividade deveria ser submetida à inspeção estatal anualmente para poder ter acesso ao crédito agrícola e comercializar sua produção. Caso as coletividades não se adaptassem às determinações governamentais deixariam de ser consideradas como coletividades de trabalho agrícola. Além disso, o governo catalão instituiu a criação de juntas municipais agrárias que deveriam fazer o controle de toda a dinâmica relativa à produção agropecuária na Catalunha. Isso significava a criação de uma rede de poder no território catalão que permitia à *Generalitat* conhecer e conduzir a política agrária de acordo com a dinâmica de cada lugar e submetê-la a uma estratégia mais geral. As juntas municipais deveriam aplicar as determinações da Consejería de Agricultura e ser o órgão que fazia as mediações entre a população e o governo, por isso era responsável por levantar as demandas e necessidades e orientar quais trâmites a população deveria seguir para ter suas reivindicações atendidas. Assim, o governo conseguiu criar uma rede que cobria todas as atividades da produção agrícola: crédito, apoio técnico, fornecimento de matéria-prima e comercialização.

O segundo conjunto de medidas estava relacionado com a política de reforma agrária da *Generalitat*, que começou a ser efetivamente implementada apenas um ano depois do início do conflito, apesar de sua rápida recomposição. Em 14 de julho de 1937 é promulgado um decreto

que permite a expropriação sem indenização de terras cujos proprietários apoiaram direta ou indiretamente o levante nacionalista e, ao mesmo tempo, decretava a estatização das terras expropriadas para fins de reforma agrária. Qualquer trabalhador ou organização de trabalhadores poderia reivindicar terra nas juntas municipais, que iriam remeter todas as solicitações à Consejería da Agricultura, cuja responsabilidade era decidir sobre a distribuição das terras expropriadas. Existia a possibilidade de se fazer a reivindicação para a exploração coletiva da terra; no entanto, a burocracia para tal modalidade era gigantesca, o que servia como uma forma de desestimular a criação de novas coletividades. Enquanto isso, a distribuição de terras para famílias era amplamente facilitada, uma vez que a agricultura baseada na propriedade privada familiar tutelada e conduzida pelas cooperativas atreladas ao governo era o modelo de desenvolvimento agrário do governo catalão.

Nesta conjuntura, os *rabassaires* e a *Generalitat* conseguiram controlar e dominar a política agrária na Catalunha, enfraquecendo o processo revolucionário libertário a despeito da força da CNT nas cidades da região. O que se tornou hegemônico no campo foi a constituição de pequenas e médias propriedades familiares, que se consolidaram a partir da ação direta dos *rabassaires* e da política de reforma agrária da *Generalitat*. Tal estrutura fundiária estava atrelada a uma estrutura produtiva fortemente regulada pelo governo através da Consejería de Agricultura, que atuava através de uma rede de poder constituída pelas juntas municipais, pelos órgãos de financiamento de linhas de crédito e pelo controle da comercialização da produção.

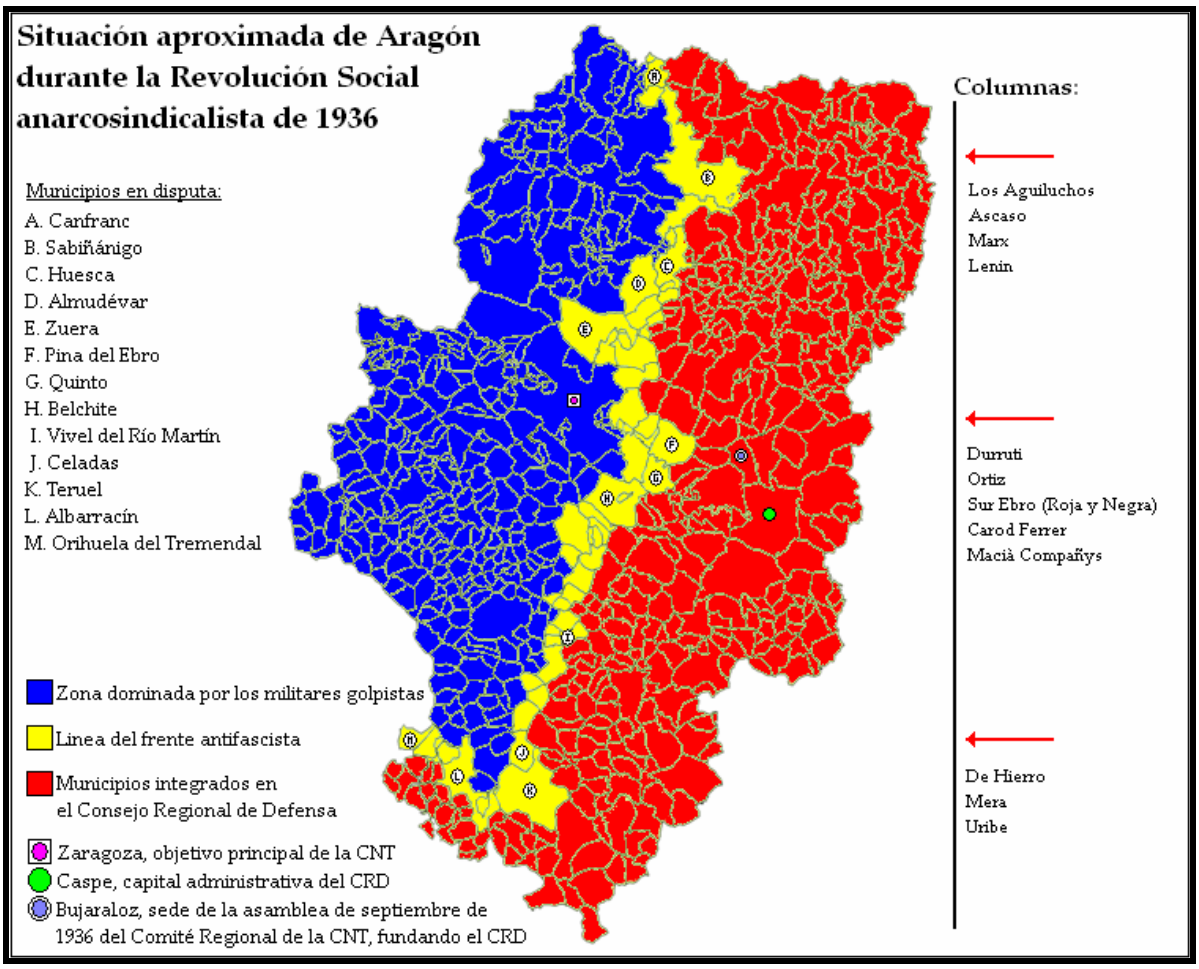
Os processos de expropriação e coletivização tiveram sua maior radicalidade revolucionária na região de Aragão, tanto qualitativa quanto quantitativamente. Os números são impressionantes: aproximadamente 300 mil pessoas (de uma população de 433 mil) vivendo em pelo menos 450 coletividades que abarcavam nada menos do que 70% da área total da região, o que significava a coletivização de 1.585.000ha, onde a esmagadora maioria implicava na coletivização integral. Em relação às organizações que participaram do processo de coletivização os dados são muito escassos e não permitem nem mesmo alguma estimativa quantitativa razoavelmente segura. Muitos dados foram perdidos por conta dos ataques realizados pelos comunistas contras as coletividades libertárias e pelo gradual avanço das tropas nacionalistas em território republicano: atas, documentos, estatísticas, relatos, fotografias foram perdidos; além disso, como salientamos anteriormente, o IRA não sistematizou uma série de dados e informações sobre Aragão e mesmo assim, a bibliografia chama atenção para a qualidade

duvidosa dos dados gerados uma vez que existia a tendência a minimizar e escamotear a importância das coletivizações. Bernecker só possui dados de 22 coletividades e destas, 7 são da CNT, 11 são mistas CNT-UGT, 2 são mistas CNT-Izquerda Republicana e CNT-Juventude Libertária, 3 não possuem informações e não há nenhum registro de coletividade exclusiva da UGT; enquanto Gonzáles (2003:XXV) estima em 214 coletividades da CNT e nenhuma de qualquer outra organização, nem mesmo mistas, o que torna a qualidade dos dados questionáveis, uma vez que existem registros de coletividades de diversas organizações na região e não apenas da CNT (BERNECKER, 1982; TORRE, 2009).

A região de Aragão é constituída por três províncias, Huesca, Teruel e Zaragoza, cuja capital é o segundo maior reduto anarquista da Espanha. Após o início da guerra Aragão ficou dividia praticamente ao meio pela frente de batalha: sua porção oeste ficou no território nacionalista enquanto a porção leste era território republicano. No entanto, os nacionalistas conseguiram tomar as capitais das três províncias da região. A perda de Zaragoza foi um terrível golpe para o movimento libertário, pois perdia a segunda cidade em termos de concentração de militantes e de capacidade de organização e mobilização. Em termos práticos a perda da cidade era uma redução significativa da capacidade de articulação e ação política da CNT frente aos demais grupos do campo republicano. Se, por um lado a perda da cidade demonstrava fraqueza, a sua retomada poderia ser uma grande demonstração de força política e, principalmente, militar. Nesse sentido, retomar Zaragoza se transformou em uma obsessão para o comitê central da CNT, uma vez que o sucesso da ação iria se converter em diversos benefícios para o movimento libertário: liberdade para militantes importantes e atuantes, controle da principal área industrial da região, possibilidade de disseminação do processo de coletivização de fábricas e serviços urbanos e, principalmente, seria uma demonstração de força militar que poderia ser convertida em ganhos políticos nas escalas regional e nacional.

O envio de tropas libertárias e republicanas transformou a frente de Aragão na mais importante da guerra devido à sua proximidade com a Catalunha: se os nacionalistas vencessem ali, a guerra estaria perdida, afinal, seria perdida a principal região industrial e comercial da República. Uma longa frente se estabeleceu no sentido norte-sul da província de Huesca, passando por Zaragoza no centro até Teruel ao sul. A importância desta frente fez com que uma grande quantidade de tropas se instalasse na região.

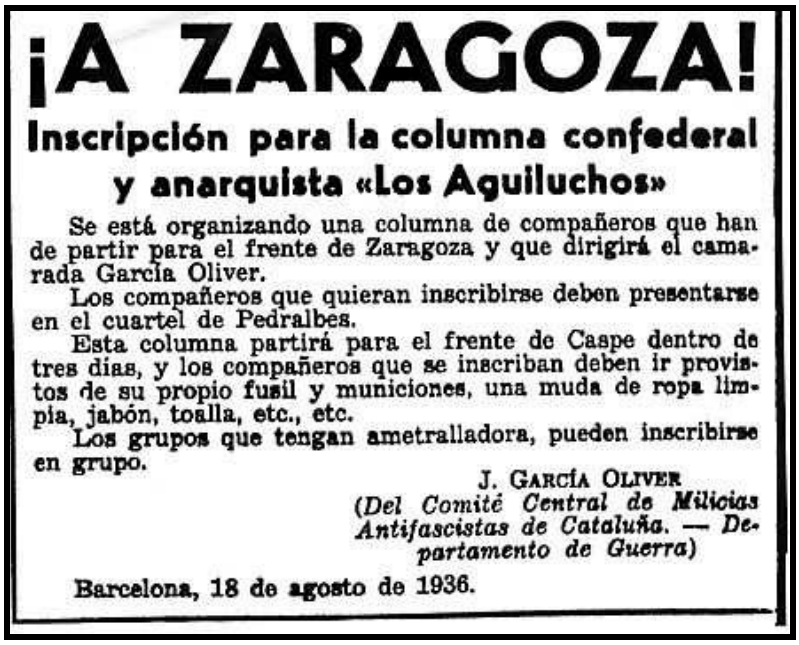
Divisão do território de Aragão em 1936



http://frikadasisaacnl.blogspot.com/2010/05/la-batalla-de-belchite.html

No campo libertário, a responsabilidade de organizar, armar e enviar as milícias que deveriam participar das ações militares para a retomada de Zaragoza estava sob a responsabilidade da CNT catalã. Isso ocorreu porque o avanço das tropas nacionalistas, a ocupação das capitais e a necessidade de organizar a vida cotidiana em Aragão dificultaram a constituição efetiva de milícias que pudessem fazer frente aos nacionalistas e realizar as ações necessárias para retomar Zaragoza. Entre os meses de julho e setembro a CNT exercia a hegemonia política, econômica e militar na Catalunha, principalmente por conta de seu predomínio no Comitê de Milícias Antifascistas, órgão responsável pela constituição, "treinamento" e armamento das milícias, onde um dos representantes da CNT era Juan García Oliver, futuro ministro da Justiça. Assim, a partir da Catalunha, fundamentalmente de

Barcelona, partiram as milícias anarquistas para cobrir toda a frente de Aragão, sendo que o principal objetivo era libertar Zaragoza. A primeira e mais famosa das milícias anarquistas era a Culumna de Hierro, liderada pelo anarquista Buenaventura Durruti; no entanto, diversas milícias foram enviadas à frente aragonesa, e não apenas milícias anarquistas. A convocação para voluntários era feita pela imprensa, como podemos observar no anúncio abaixo:



¡A ZARAGOZA!

Inscripción para la columna confederal y anarquista «Los Aguiluchos»

Se está organizando una columna de compañeros que han de partir para el frente de Zaragoza y que dirigirá el camarada García Oliver.

Los compañeros que quieran inscribirse deben presentarse en el cuartel de Pedralbes.

Esta columna partirá para el frente de Caspe dentro de tres días, y los compañeros que se inscriban deben ir provistos de su propio fusil y municiones, una muda de ropa limpia, jabón, toalla, etc., etc.

Los grupos que tengan ametralladora, pueden inscribirse en grupo.

J. GARCÍA OLIVER
(Del Comité Central de Milicias Antifascistas de Cataluña. — Departamento de Guerra)

Barcelona, 18 de agosto de 1936.

Fonte: http://valentin-corpus.blogspot.es/i2008-03/

O envio de milícias para a frente aragonesa foi um elemento importante, porém não decisivo, para a radicalidade dos processos de expropriação e coletivização que ocorreram na região.

A presença das milícias influenciou o processo de coletivização de diversas formas: 1. conformando uma determinada subjetividade e criando um forte poder simbólico; 2. participando diretamente da constituição de coletividades através do contato com a população; 3. criou-se a necessidade de abastecimento das colunas, o que incentivou a criação de coletividades.

O aspecto subjetivo estava diretamente associado à capacidade de motivação e entusiasmo promovido pela simples menção da existência das milícias. Mesmo que a população não visse as colunas marchando, mesmo que nenhum miliciano fosse avistado, bastava saber da existência de trabalhadores que tinham se transformado em soldados para defender a liberdade e a construção de uma vida melhor que a esperança e o entusiasmo da população aumentavam, e

ela passava a acreditar cada vez mais na possibilidade de uma revolução vitoriosa e na derrota dos nacionalistas. A marcha das colunas foi transformada em um espetáculo grandioso, onde os números de combatentes eram exagerados (falava-se em até 30 mil milicianos, um número absurdo)[75], os desfiles e as despedidas transformavam-se em grandes festas. Tudo isso fazia crer que a vontade dos trabalhadores era o bastante para vencer o conflito e, mais do que isso, em iniciar e consolidar uma revolução libertária. Desde o início do século e, particularmente a partir de 1931, as paixões estavam absolutamente exacerbadas na Espanha por conta da elevada conflitividade social. Portanto, a constituição das milícias e sua espetacularização, particularmente na Catalunha e em Aragão, contribuíram para criar um sentimento de esperança na população, que se engajou de forma mais radical no processo de coletivização. Não queremos dizer que a presença das milícias e seu poder subjetivo foram decisivos ou que sem eles não haveria coletivização; nada disso. Estamos apenas salientando um aspecto importante, que contribuiu de alguma forma para a magnitude do processo em Aragão e que foi único na Espanha republicana.

Conforme as colunas iam marchando por Aragão, havia um contato direto feito com a população, afinal, os milicianos precisavam parar, descansar, comer, etc. Conforme o encontro se dava, os milicianos realizavam ações que contribuíram diretamente para o processo de coletivização. Não era raro que iniciassem perseguições, realizassem prisões e execuções de pessoas ligadas aos nacionalistas que colaboraram direta ou indiretamente com o levante, e daí as propriedades de tais pessoas eram imediatamente coletivizadas pelos milicianos em benefício da população. No entanto, além de pessoas diretamente ligada aos nacionalistas, não era rara a perseguição, prisão e execução dos "inimigos da classe trabalhadora": padres, freiras, pequenos e médios comerciantes ou proprietários rurais podiam ser alvo das milícias mesmo que não tivessem nenhuma ligação com os insurgentes. Nestes casos também era feita a coletivização pela própria milícia em nome dos trabalhadores.

O contato direto com a população permitia aos milicianos disseminar de forma mais direta e convincente, por conta do poder simbólico, o ideal revolucionário e os benefícios da coletivização. Em diversas ocasiões este contato realmente era fecundo e propiciava uma forte mobilização dos trabalhadores em prol da coletivização. A notícia se espelhava e outras localidades engendravam o processo, inspiradas na experiência original. Por outro lado, surgiram

[75] Ver Casanova (2003:107).

coletividades que se constituíram pelo medo da represália que as milícias poderiam realizar se a coletivização não fosse concretizada. Geralmente, esse tipo de coletividade, era constituída por pequenos proprietários que abriam mão da propriedade privada e faziam uma incorporação de suas terras em uma ação coletiva para fugir de possíveis perseguições dos milicianos. Segundo Casanova (2003) e Torre (2009) existem registros de relatos e documentos que provam a existência de coletivizações que foram diretamente impostas pelos milicianos, o que não é nada improvável de ter ocorrido, no entanto, só não ocorreu na proporção que os comunistas alegavam, de que Aragão era feita refém das armas das milícias, o que era impossível levando em conta o efetivo das colunas anarquistas, que chegava no máximo em 15 mil homens (CASANOVA, 2003: 108).

A constituição de uma ampla frente em Aragão significou a presença de uma grande quantidade de tropas: milícias (que depois foram transformadas em regimentos regulares) e tropas do Exército republicano. Esse novo contingente populacional não produtivo deveria ser abastecido com alimentos, armas, munições, roupas, medicamentos, etc. A necessidade de abastecimento das tropas e, particularmente das milícias anarquistas, foi um fator que incentivou a constituição das coletividades como uma forma de dar continuidade à produção para atender a uma necessidade de guerra imediata. Por isso houve um grande engajamento dos militantes da CNT em promover o trabalho coletivo como forma de abastecer a frente através de ações revolucionárias, demonstrando que guerra e revolução faziam parte do mesmo processo.

A presença das milícias não foi a única causa dos processos de expropriação e coletivização em Aragão. Assim como nas demais regiões, o colapso do aparelho de Estado deu origem a um vácuo de poder que foi preenchido pelas organizações dos trabalhadores e a CNT aragonesa possuía uma grande vitalidade, principalmente por conta das atividades realizadas em Zaragoza, mas que eram disseminadas pelas demais províncias, tornando a região extremamente fértil para experiências revolucionárias. Nesse sentido, as atividades de mobilização, discussão e debate foram intensas em Aragão, onde a CNT e os sindicatos federados foram protagonistas decisivos para conseguir organizar uma defesa contra o levante nacionalista e a vida cotidiana durante a guerra. Portanto, o papel dos militantes foi decisivo e fundamental para a radicalidade do processo, que foi acentuada pela singularidade da presença das milícias da Catalunha, dando origem a uma conjuntura singular na região de Aragão.

Chegamos ao fim desta breve análise acerca das coletivizações agrícolas destacando suas singularidades regionais. O fim desta experiência está diretamente associado ao desenvolvimento da guerra e da transformação da correlação de forças políticas no campo republicano.

A República, de forma geral, foi acumulando diversas derrotas no campo militar, o que favoreceu o avanço constante das tropas nacionalistas e, consequentemente, a perda de territórios. O esforço de guerra republicano estava muito comprometido por conta das desvantagens no plano econômico, principalmente em relação ao comércio exterior e à liquidez de crédito. A contínua redução dos mercados externos reduziu drasticamente a capacidade de importar insumos agrícolas, o que comprometia a capacidade produtiva das coletividades. A redução da produção acarretava em todo tipo de dificuldades para as coletividades: pagar salários, comprar insumos, produtos industrializados, sustentar a rede de proteção social, realizar investimentos em infra-estrutura, etc.

O ponto fundamental, no entanto, foi a mudança na correlação de forças no campo republicano. Conforme a guerra se desenvolvia, o aparelho de Estado conseguia se recompor e centralizar cada vez mais o exercício do poder, ao mesmo tempo em que as organizações anarquistas ficavam cada vez mais marginalizadas no processo político, principalmente por conta de sua estratégia de participação nas instituições estatais, o que enfraquecia paulatinamente as conquistas revolucionárias. Além disso, a República ia se tornando cada vez mais dependente da ajuda econômica e militar da União Soviética, que fornecia armas, munição, aviões, tanques, caminhões e conselheiros militares para auxiliar na campanha republicana. Por conta disso, os comunistas espanhóis conquistaram muito prestígio diante o governo por conseguir manter o apoio soviético e, com isso, ampliaram cada vez mais sua influência na condução da guerra e da recomposição do aparelho de Estado, principalmente após a nomeação de Juan Negrín como Primeiro Ministro no lugar de Caballero. A força política dos comunistas espanhóis crescia ao mesmo tempo em que as organizações libertárias cediam terreno.

A política agrária do PCE tinha como objetivo básico conter a revolução libertária. Os comunistas defendiam basicamente a estatização da terra e a constituição de cooperativas de produção que deveriam seguir um planejamento prévio definido pelo Estado, que seria o responsável por definir políticas de preços, subsídios, apoio técnico, implementação de infra-estrutura, tipos de cultivo, etc. Em outras palavras, a política comunista defendida a centralização das atividades agropecuárias. No entanto, o PCE tinha uma excelente capacidade de analisar de

forma realista a conjuntura política e econômica, e por isso sabia que seria impossível imlementar imediatamente uma vasta estatização da terra e dos meios de produção. Por isso, teve que aceitar, pelo menos formalmente, a existência das coletivizações, que, afinal, tinham um papel fundamental na economia republicana. No entanto, para aumentar seu capital político para combater as coletivizações, o PCE passou a defender o direito à propriedade privada de pequenos e médios proprietários e de arrendatários do tipo *rabassaires*. Além disso, sua principal bandeira era a constituição de cooperativas coletivas em terras estatais destinadas aos trabalhadores por meio do programa de reforma agrária, onde a remuneração seria de acordo com a produtividade individual.

Os comunistas conseguiram a importante pasta do Ministério da Agricultura, e a partir dali passaram a implementar sua política agrícola, beneficiando fundamentalmente as cooperativas e proprietários individuais através de linhas de crédito e da concessão de terras expropriadas de latifundiários e colaboradores nacionalistas. Ao mesmo tempo, Vicente Uribe, o ministro comunista, emitia decretos para dificultar a constituição e o funcionamento das coletividades como uma forma de pressionar seus membros a abandoná-las e ingressar em cooperativas ou a trabalhar individualmente. No mês de outubro de 1936, quando a hegemonia anarquista ainda era incontestável, Uribe publica um decreto no dia 7 estabelecendo a estatização das terras como forma de controlar o processo de coletivização, colocando sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura a destinação e o uso das terras expropriadas. Além disso, o mesmo decreto fixa uma série de procedimentos burocráticos que as coletividades devem seguir para serem consideradas legais, e fixa uma série de normas e diretrizes formuladas pelo Ministério da Agricultura que deveriam ser seguidas pelas coletividades, caso contrário seriam consideradas ilegais e deveriam devolver as terras para o Estado. Evidentemente que naquele momento o Estado não tinha condições políticas, econômicas ou militares para fazer valer os decretos de Uribe;no entanto, os comunistas estavam deixando claro que a política agrária oficial do governo republicano seria de combate às coletivizações.

Conforme a correlação de forças ia se alterando e o aparelho de Estado se recompondo, as coletivizações se viam cada vez mais obrigadas a acatar as determinações governamentais, no entanto, ainda conseguiam manter uma grande margem de manobra. A questão fundamental é que ao longo do ano de 1937 as tensões e conflitos entre o Ministério da Agricultura e as coletivizações foram se tornando cada vez mais freqüentes e graves. O ápice dos conflitos

ocorreu em agosto de 1937, quando as tropas lideradas pelo coronel Enrique Líster entraram em Aragão e dizimaram inúmeras coletividades, utilizando tropas do Exército republicano com apoio de artilharia e tanques de guerra. A investida de Líster deve ser compreendida dentro de um processo mais geral conduzido pelo PCE e pelos partidos republicanos de deter o processo revolucionário libertário e eliminar qualquer tipo de ameaça à centralização do exercício de poder pelo Estado. Nesse sentido, os órgãos de segurança, de inteligência e as forças armadas iniciaram uma forte repressão às organizações anarquistas e ao POUM, que eram as principais dissidências dentro do campo republicano que defendiam abertamente a guerra revolucionária e não a manutenção de uma democracia burguesa, tal qual defendiam comunistas e socialistas. Assim, inúmeros militantes da CNT, FAI e do POUM foram presos, muitos foram mortos (como Andrés Nin, fundador do POUM), membros de coletividades, integrantes de milícias, etc. O processo de contra-revolução tinha começado na Espanha.

O ataque do coronel Líster às coletividades de Aragão era simbólico e estratégico ao mesmo tempo, uma vez que Aragão representava a maior e mais importante área coletivizada da Espanha, era o principal front de batalha e tinha grande importância estratégica como área produtora de alimentos. Assim, a República conseguiu dar um duro golpe no moral do movimento libertário, ao mesmo tempo em que avançava com seu programa de reforma agrária e assumia o controle efetivo sobre a condução da campanha no front aragonês. Após o ataque às coletividades de Aragão, os camponeses espanhóis perderam grande parte do entusiasmo e da esperança de poder construir uma vida efetivamente autônoma. O uso das Forças Armadas contra a população fez voltar o tempo em que a República mandava soldados e tanques contra sua própria população. O temor de ser atacado, preso ou morto comprometia o ritmo e a produtividade do trabalho nas coletividades; afinal, os trabalhadores começaram a se perguntar qual era o sentido de trabalhar para ajudar e alimentar uma República que os atacava com tropas e tanques da mesma forma que os nacionalistas.

De forma geral, o fim das coletividades agrícolas estava associado basicamente a quatro fatores: 1. ação militar republicana contra as coletividades, como foi o caso de Aragão; 2. dissolução das coletividades pelos próprios trabalhadores por temor da ação violenta do governo republicano; 3. dissolução das coletividades por intervenção estatal via Ministério da Agricultura, por conta da desobediência de normatizações e diretrizes governamentais; 4. o principal fator: o avanço das tropas nacionalistas em território republicano.

Em Aragão, numerosas coletividades foram destruídas pelo ataque do coronel Líster, enquanto outras foram dissolvidas pelos próprios trabalhadores por conta do temor de serem atacados, e diversas coletividades continuaram suas atividades até serem dissolvidas pelo governo republicano nos primeiros meses de 1938. As poucas coletividades que restaram já não eram capazes de caracterizar um movimento ou expressar um projeto político que pudesse confrontar a política oficial e foram finalmente completamente destruídas entre março e abril de 1938, quando os nacionalistas finalmente rompem a linha de defesa republicana e tomam Aragão. Na Catalunha o processo de coletivização no campo não teve nenhuma expressão significativa e acabou somente com a queda de Barcelona em 1939. As regiões do Levante, Castela-La Mancha e Andaluzia tiveram dinâmicas semelhantes a Aragão. Conforme o aparelho de Estado ia se fortalecendo, inúmeras coletividades sofriam inúmeras pressões para serem dissolvidas. No entanto, o fim da experiência só ocorreu efetivamente com o fim da guerra e a derrota republicana. Enquanto o Exército nacionalista não avançava sobre o território onde as coletividades existiam, as atividades continuaram até o fim da guerra.

Chegamos ao fim desta breve análise acerca das coletivizações agrícolas na sua escala local e nas suas singularidades regionais. As causas do fim desta experiência serão tratadas após a análise das coletivizações urbano-industriais e dos arranjos multi-escalares da experiência rural e urbana com a criação de conselhos e federações.

3.4.2. Coletivização industrial

Vimos anteriormente que a estrutura econômica da Espanha da década de 1930 é predominantemente rural. O desenvolvimento urbano e industrial se apresentava de forma desigual pelo país, e era caracterizado por uma forte concentração na chamada "Espanha Periférica", constituída pelas regiões da Catalunha, Astúrias e País Basco. A expressão "Espanha Periférica" foi cunhada para qualificar as regiões do norte do país onde os movimentos pela autonomia eram mais fortes (Catalunha, País Basco e Galícia). A expressão ressalta que Castela é o "verdadeiro e legítimo" centro político da Espanha, e as demais regiões suas "periferias". No entanto, o caráter periférico não pode ser atribuído à estrutura econômica dessas regiões, que concentravam o maior desenvolvimento urbano-industrial da Espanha: aproximadamente 80% das indústrias estavam localizadas nestas três regiões, e os 20% restantes distribuídos pelo resto do país, com importantes centros industriais nas cidades de Sevilha e Málaga (Andaluzia),

Zaragoza (Aragão), Valência e Alicante (Levante). Alguns dados para se ter a dimensão da importância econômica e da concentração industrial nas regiões do norte e, particularmente, na Catalunha, onde a cidade de Barcelona se constituiu como o centro industrial e financeiro da Espanha (BERNECKER, 1982:265-266):

1. Somente Barcelona concentrava 40% de toda a indústria espanhola;
2. 78% da indústria têxtil (63% na Catalunha) e 97% do beneficiamento do algodão (90% na Catalunha).
3. 75% da produção de ferro, 70% do carvão (Astúrias), 50% da produção de madeira e móveis.
4. 50% das importações e 30% das exportações são feitas por Barcelona.

De forma geral, existe uma divisão territorial do trabalho entre as três principais regiões industriais da Espanha. A indústria pesada, constituída por metalurgia, siderurgia e mineração, estava concentrada basicamente nas Astúrias e, em menor intensidade, no País Basco, enquanto que a esmagadora maioria das indústrias de bens de consumo e bens de capital estavam concentradas na Catalunha.

A distribuição espacial das indústrias, os conflitos latentes entre Madri e as demais regiões e correlação de forças dos grupos e organizações antifascistas determinaram a intensidade e a diversidade do processo de coletivização e da própria estrutura industrial espanhola.

O primeiro aspecto importante acerca do processo de coletivização da indústria espanhola refere-se à sua espacialidade. Tal processo não ocorreu da mesma forma e com a mesma intensidade em todas as regiões e províncias espanholas. Nesse sentido, a concentração espacial da indústria nas regiões do norte acarretou em uma concentração das coletivizações exatamente nessas regiões, enquanto que nas demais regiões do território republicano as coletivizações industriais ocorreram de forma mais pontual. Assim, quanto maior o número de indústrias e de trabalhadores, maior o grau de coletivização da indústria. No entanto, apenas a concentração de indústrias e trabalhadores não é suficiente para explicar a intensidade do processo de coletivização, o que nos leva a buscar identificar quais são os protagonistas, as organizações envolvidas no processo e a correlação de forças políticas no movimento operário: quanto maior a influência da CNT-FAI, maior a intensidade e radicalidade do processo. Levando em consideração esses dois fatores, é fácil concluir que a região com maior grau de coletivização industrial foi a Catalunha, onde temos a maior concentração industrial, populacional e onde a

CNT é a força política hegemônica. A coletivização também ocorreu em outras regiões, mas de uma forma mais limitada do que na Catalunha e isso se deve a diversos motivos:

1. O predomínio das atividades agrícolas em Aragão, Castela-La Mancha, Andaluzia e no Levante, o que limitou a experiência industrial a unidades isoladas, impedindo uma articulação maior das unidades produtivas dentro de um mesmo ramo industrial e de ramos industriais diferentes, o que ampliaria de forma fantástica a radicalidade e o alcance da experiência. Nesse sentido, o que predominava nessas regiões era a existência de fábricas coletivizadas que ficavam relativamente isoladas por conta da frágil estrutura industrial dessas regiões. Em cidades com uma estrutura mais desenvolvida, a experiência ganhava uma intensidade maior, como foi o caso de Valência, por exemplo.

2. O predomínio de setores reformistas da UGT e do PSOE, a hegemonia do PCE e de algum outro partido ou alguma outra organização republicana. A hegemonia política desses grupos impedia o desenvolvimento do processo de coletivização, pois estavam interessados em desenvolver outras formas de organização do trabalho e do regime de propriedade, ou manter as relações de produção capitalistas. Portanto, a sua ação junto aos trabalhadores era no sentido de criar cooperativas, defender a propriedade privada, instituir um processo de estatização da produção, etc.

3. A proximidade com o governo republicano. A presença da sede do governo em Madri, depois em Valência (a transferência foi feita por conta do risco da captura de Madri pelos nacionalistas) inibia o processo de coletivização, uma vez que o governo da República era francamente contrário ao projeto libertário de socialização e autogestão da produção. Nesse sentido, o aparato estatal era utilizado de forma explícita para conduzir a economia incentivando a criação de cooperativas, estatizando empresas e protegendo a propriedade privada. Por isso, o processo de coletivização industrial foi insignificante em Madri e depois combatido em Valência.

4. O avanço das tropas nacionalistas. Conforme os nacionalistas iam conquistando territórios, as experiências libertárias eram imediatamente destruídas. No primeiro semestre de 1937, os nacionalistas tomam o País Basco, e no primeiro semestre de 1938 as Astúrias, o que significa dizer que na metade do conflito, aproximadamente, as principais regiões produtoras de ferro e carvão da Espanha estavam conquistadas pelas forças nacionalistas.

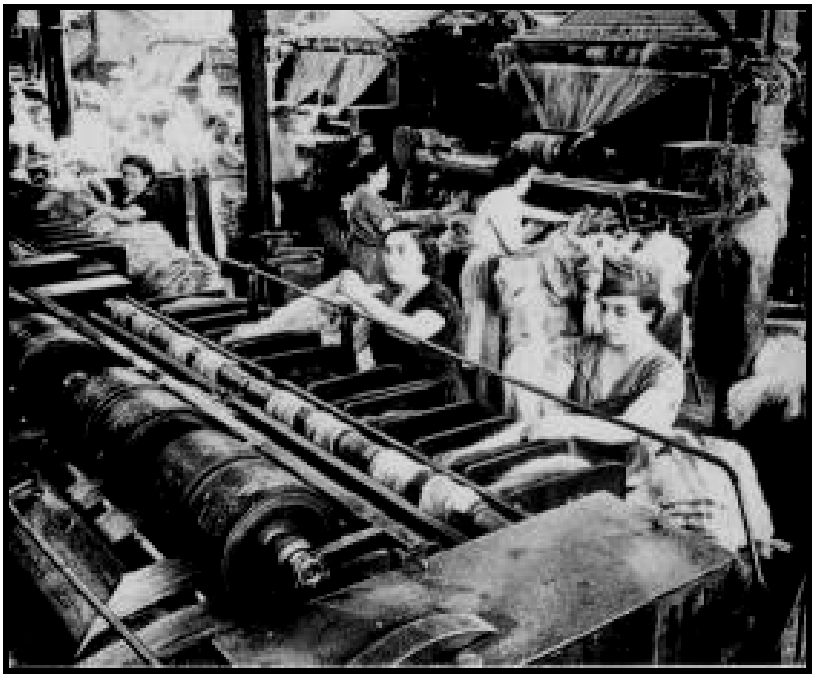
Os quatro fatores destacados acima nos permitem concluir que o processo de coletivização industrial ocorreu em todo o território espanhol; no entanto, sua magnitude e

intensidade foram absolutamente desiguais. Nesse sentido, é plausível afirmar que a única região onde tal processo foi capaz de articular unidades produtivas de um mesmo ramo e articular ramos industriais diferentes, constituindo uma nova forma de organização da produção, foi a Catalunha. Nas demais regiões a radicalidade e intensidade do processo foi menor por conta do exposto acima.

O segundo aspecto importante é salientar que mesmo na Catalunha o processo de coletivização não abarcou toda a estrutura industrial existente. O que se constituiu na Espanha foi uma estrutura produtiva extremamente diversificada em relação ao regime de propriedade e organização do trabalho. Nesse sentido, é possível identificar cinco tipos de indústrias (DURAN, 1993):

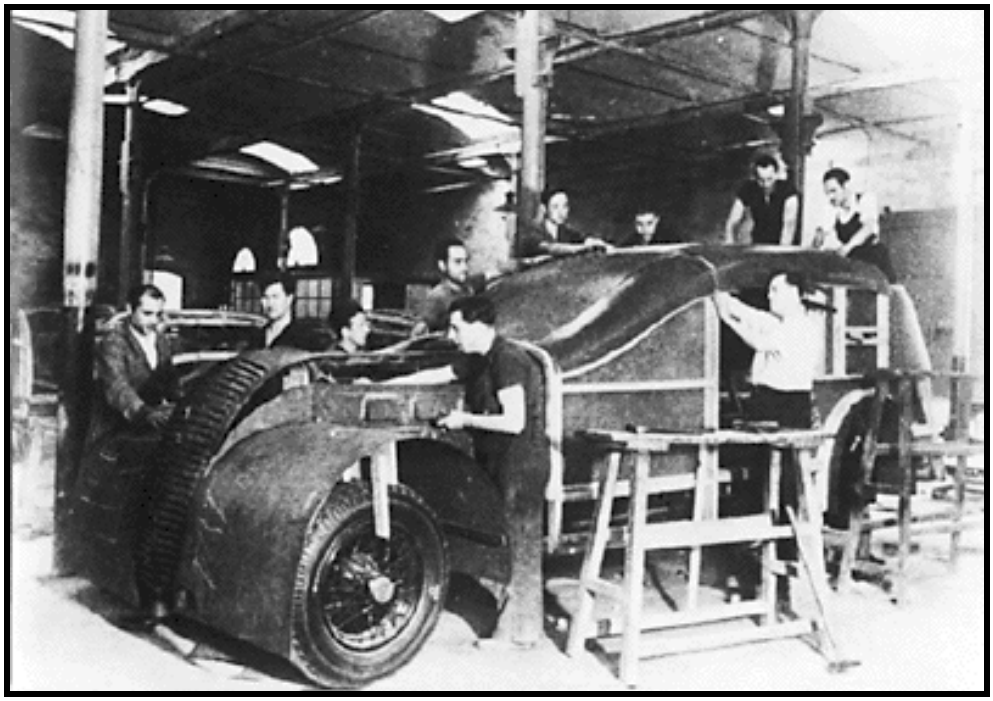
1. Coletivizadas, onde os trabalhadores instituíram a autogestão e a socialização da produção, caracterizada pela propriedade coletiva dos meios de produção, onde a riqueza está disponível para o conjunto da sociedade;
2. Empresas e fábricas que estão sob a intervenção operária, onde a propriedade é privada e se estabelece um sistema de co-gestão entre os proprietários e os operários. Muitas empresas passaram por esta experiência antes de serem coletivizadas;
3. Empresas privadas que não sofreram nenhum tipo de alteração. O principal setor da economia que permaneceu desta forma foi o financeiro, onde não houve a coletivização de nenhum banco;
4. Estatais (federais, provinciais e municipais), ou seja, empresas e fábricas diretamente controladas pelo Estado;
5. Cooperativas de produção, onde os trabalhadores eram co-proprietários da fábrica. Tal situação poderia se desenvolver de duas formas: 1. para a constituição de uma coletivização; 2. para a instituição do neocapitalismo operário, onde a empresa é gerida pelos próprios trabalhadores, mas seus objetivos são de competição no mercado e acúmulo de capital, tal como qualquer empresa capitalista.

Foto 4. Fábrica têxtil coletivizada onde predominava o trabalho feminino (Barcelona, 1936)



Fonte: http://cntaittoledo.blogspot.com/2010/05/las-colectivizaciones-en-catalunya-1936.html

Foto 5. Fábrica de caminhões (Barcelona, 1936)



Fonte: http://valencia.cnt.es/que-es-la-cnt/historia/julio-de-1936-la-revolucion-social-espanola/

O processo de coletivização começou de forma análoga ao campo. Após o início do levante nacionalista foi decretada greve geral pelas centrais sindicais e, ao mesmo tempo, houve a mobilização dos trabalhadores em milícias, que foram armadas pelo governo ou através do saque de quartéis e delegacias. A ação imediata dos trabalhadores por meio da greve geral e pela força das armas impediu o levante nacionalista em inúmeras cidades espanholas. Nas cidades onde o levante foi derrotado, os sindicatos orientaram os trabalhadores a voltar ao trabalho; no entanto, o contexto era fundamentalmente revolucionário, portanto a "volta ao trabalho" não seria igual. Inúmeros proprietários, gerentes e diretores abandonaram as fábricas pelo temor da ação dos trabalhadores, pois não se sabia ao certo o que iria ocorrer, e era certo que proprietários, membros da elite e da classe média alta seriam perseguidos, tendo ou não relação com os nacionalistas. A volta ao trabalho iria transformar o regime de propriedade e da organização do trabalho em inúmeras unidades produtivas e empresas espanholas após o dia 19 de julho de 1936. Quando os trabalhadores voltaram e viram inúmeras fábricas abandonadas, começaram a se organizar para reativar a produção. Geralmente, eram os comitês sindicais que existiam nas fábricas que organizavam assembléias gerais de trabalhadores para que fosse decidido o que fazer. As assembleias eram soberanas e iriam decidir o futuro de determinada empresa ou unidade produtiva. Nesse momento, os trabalhadores tinham quatro possibilidades: coletivizar, fazer a intervenção, criar uma cooperativa ou não fazer nenhum tipo de transformação na organização do trabalho e no regime de propriedade. Como vimos anteriormente, tais decisões dependem de uma série de fatores que vão condicionar um dos quatro caminhos possíveis.

A maior parte dos operários optou pela coletivização, em segundo lugar pela intervenção (que ocorreu em inúmeras empresas estrangeiras), em seguida pela constituição de cooperativas e, por fim, pela manutenção das condições existentes. A coletivização ocorreu principalmente onde as fábricas foram abandonadas e também naquelas onde os proprietários e gerentes permaneceram, enquanto a intervenção ocorreu fundamentalmente em empresas que não foram abandonadas. Cooperativas eram criadas em fábricas abandonadas ou em parceria com os proprietários que permaneceram.

Nas fábricas e empresas coletivizadas o regime de propriedade foi transformado: a propriedade privada se transformou em propriedade coletiva e, posteriormente, foi completamente socializada por conta do grande esforço de reestruturação realizada pelas

organizações dos trabalhadores, como veremos mais à frente. Além disso, a organização do trabalho o interior das fábricas também foi alterada. Após a decisão pela coletivização, a assembleia se transformava no órgão deliberativo máximo da fábrica ou da empresa e constituía um órgão executivo (chamado de Comitê, Comissão ou Conselho de Fábrica, de Empresa, etc., o nome poderia variar de fábrica para fábrica). Este órgão executivo tinha a função de coordenar as atividades da fábrica. Geralmente, a primeira medida era instituir comitês por setor de atividade da fábrica para facilitar a divisão do trabalho. Assim, a maioria das fábricas era dividida em três grandes setores: técnico, administrativo e produtivo e cada um deles com suas divisões de acordo com suas particularidades. Cada comitê de setor tinha um delegado escolhido em assembleia para fazer parte do Conselho de Fábrica para que houvesse a coordenação das ações dos três setores. Cada setor tinha suas próprias assembleias para definir a organização do trabalho e resolver seus problemas cotidianos, enquanto questões mais graves eram remetidas à assembleia geral. Nas fábricas coletivizadas que não foram abandonadas, os antigos proprietários, gerentes, diretores e técnicos geralmente eram inseridos dentro do processo produtivo no setor de administração e técnico da empresa. Uma medida importante que era rapidamente implementada era a redução das diferenças salariais entre os diferentes trabalhadores. Diferente das coletivizações agrárias, onde tais diferenças eram muito reduzidas e em alguns casos era eliminada, na experiência industrial as diferenças entre trabalhadores manuais, técnicos e administrativos se manteve, apesar da implementação de novas escalas salariais (BERNECKER, 1982 e DURAN, 1993).

As fábricas e empresas que sofreram intervenção funcionavam em um sistema de co-gestão entre trabalhadores e proprietários. Em cada empresa era criado um Conselho Operário que participava das decisões de todos os assuntos referentes à produção: jornada de trabalho, organização das tarefas, salários, descanso, benefícios, etc. Na primeira etapa do processo de coletivização, que vai de julho de 1936 até maio de 1937, os Conselhos Operários das fábricas eram o verdadeiro centro de poder, e basicamente comandavam o processo à revelia dos proprietários, que apesar de serem subordinados aos trabalhadores, ainda eram os donos dos meios de produção. A intervenção operária predominou também nas empresas estrangeiras, que não foram coletivizadas por pressão das próprias centrais sindicais, da *Generalitat* (no caso da Catalunha) e do governo republicano, que tinham medo da reação dos governos estrangeiros por conta da ação revolucionária dos trabalhadores. Nesse sentido, empresas belgas, canadenses,

inglesas, francesas e americanas raramente eram coletivizadas e passavam por um processo bem controlado e vigiado de intervenção operária para evitar qualquer problema diplomático com possíveis aliados na guerra contra os nacionalistas. Diversas empresas e fábricas espanholas foram coletivizadas pouco tempo depois da intervenção operária, tempo suficiente apenas para organizar o trabalho e dar continuidade ao processo produtivo, enquanto outras se transformaram em cooperativas. Uma parte significativa permaneceu sob o controle operário e em um regime de cogestão com os proprietários até o fim da guerra.

Poucas semanas após o levante nacionalista de 19 de julho, as indústrias espanholas retomaram suas atividades dentro da normalidade permitida pela guerra e caracterizada pela diversidade de formas de regime de propriedade e de organização do trabalho, como vimos anteriormente. Nos primeiros meses de guerra as empresas coletivizadas e sob controle operário tiveram um desempenho muito satisfatório se levarmos em consideração o contexto de uma guerra civil e conseguiu sustentar o abastecimento da população e das forças armadas republicanas. Esse sucesso relativo das coletivizações é caracterizado por dois aspectos fundamentais: a hegemonia libertária no plano político, principalmente na Catalunha e pela existência de recursos financeiros, técnicos e matérias-primas disponíveis para a produção. Essa conjuntura caracteriza o primeiro período do processo de coletivização que vai de 19 de julho até maio de 1937. A partir desta data, as coletivizações serão fortemente combatidas pelo governo republicano e pela *Generalitat,* com o apoio incondicional do PCE, PSUC e de importantes setores da UGT e do PSOE. Os dois últimos são caracterizados pela existência de conflitos internos por conta da existência de correntes revolucionárias que se contrapõem à prática reformista predominante. Entre maio e outubro de 1937 o governo republicano e a *Generalitat* organizam sua ofensiva contra as coletivização e a partir novembro de 1937 o processo revolucionário começa a entrar em declínio e a hegemonia estatal se coloca de forma absolutamente clara. No entanto, por conta da importância econômica das coletivizações, elas não serão simplesmente aniquiladas pelo Estado, mas serão fortemente reguladas e controladas, fazendo com que a experiência da autogestão e da descentralização torne-se pálida e descaracterizada. Nesse sentido, a maior parte das coletividades industriais vão existir até o fim da guerra, apesar da sua completa desnaturalização.

No primeiro período as centrais sindicais desempenharam um papel fundamental e muito importante na organização e na retomada das atividades produtivas da indústria espanhola, e

foram beneficiadas pela disponibilidade de recursos financeiros, técnicos e matérias-primas que foram adquiridas antes do levante nacionalista, o que possibilitou, de forma razoavelmente satisfatória, dentro dos limites de uma guerra, o abastecimento da população e do Exército. No que se refere à ação dos sindicatos e dos trabalhadores, devemos destacar os seguintes aspectos:

1. A entrega e a disposição dos trabalhadores para que a produção pudesse atender às necessidades da população e das Forças Armadas, o que implicava longas jornadas de trabalho realizadas com vontade e uma grande dose de entusiasmo; afinal, para muitos trabalhadores aquela era a forma de fazer a revolução e, ao mesmo tempo, combater o fascismo, pensamento que era unânime. Essa postura dos trabalhadores diante do trabalho lhes garantia um ganho a mais de produtividade, e foi capaz de compensar, durante um curto período de tempo, as dificuldades econômicas em tempo de guerra.
2. A rápida adequação da produção industrial às necessidades bélicas imediatas, principalmente no que se refere à produtividade da indústria bélica e, principalmente, na conversão de indústrias de bens de consumo ou de bens de capital para a produção de material bélico.
3. A reestruturação promovida pelos sindicatos com o objetivo de aumentar a produtividade dos diferentes ramos industriais, visando uma racionalização econômica ao mesmo tempo em que operava uma verdadeira socialização da riqueza produzida e da cadeia produtiva.

Esse processo de reestruturação era denominado de *agrupación*, onde parte ou ramos inteiros de determinada indústria de uma cidade (e, eventualmente, de uma empresa com unidades produtivas em diversas cidades) era coletivizado e controlado pelo seu respectivo sindicato. Em outras palavras, ao invés de diversas unidades autônomas coletivizadas, temos a coletivização de diversas unidades produtivas que constituem um único organismo econômico cuja gestão é exercida diretamente pelos trabalhadores do sindicato daquele ramo específico. O primeiro passo das *agrupaciones* era verificar quais fábricas ou empresas de determinado ramo não tinham condições de se sustentar economicamente, ou seja, eram improdutivas, deficitárias, tinham dívidas, etc. Após a verificação, tais empresas e fábricas eram fechadas ou incorporadas a grupos maiores e tinham seus trabalhadores e recursos deslocados para outras unidades onde os fatores de produção poderiam ser utilizados de forma mais eficiente aumentando a produtividade geral do ramo, ou pelo menos de parte dele. Dessa forma, os trabalhadores buscaram maximizar os fatores de produção visando um ganho de produtividade a partir da estruturação de economias de escala e, ao mesmo tempo, buscavam realizar uma integração do ramo de produção a partir do

local onde as estruturas produtivas estavam instaladas. Tal integração era crucial para combater a possibilidade do desenvolvimento do neocapitalismo operário, onde coletivizações do mesmo ramo poderiam competir entre si visando sua própria viabilidade e não sua inserção no conjunto da sociedade com o objetivo de socializar efetivamente suas riquezas. Dessa forma, a reestruturação promovida é ao mesmo tempo econômica e política.

> Les agrupacions consistiren en la reunió o concentració de totes o parts de les empreses d'um serctor econòmic i uma área espacial determinats, en una unitat gestionada pels seus traballadores. Les agrupacions van constituir un pás intermedi entre la col.lectivizació i la socializació global de l'economia. Se'n pot constatat l'existència en la major part dels sectors de la indústria i els serveis – excepte el sector financer- i en la majoria de les poblacions industrials de Catalunya. L'agrupació fou, al mateix temps, l'estadi en què de fet es va deturar la socializació a Catalunya (DURAN, 1993:67).

O processo de *agrupación* atingiu diretamente inúmeras empresas de pequenas indústrias e oficinas, o que afetava diretamente os interesses de uma pequena burguesia em geral favorável à República, mas sem dúvida contrária à revolução libertária. Nesse sentido, a coletivização destas pequenas empresas suscitou um movimento de combate às coletivizações por parte da pequena burguesia que via seus negócios serem desarticulados pelos trabalhadores. No primeiro período do processo coletivizador onde os trabalhadores e, particularmente a CNT, tinham a hegemonia política, esta classe não tinha condições de se colocar abertamente contra a coletivização, no entanto, conforme o contexto político e as relações de poder iam se alterando, esta classe adquiriu margem de manobra para tentar solapar ou pelo menos enfraquecer o movimento coletivizador e, para isso, contou com o apoio do PCE, PSUC e da fração reformista da UGT. Veremos como a pequena burguesia consegue ampliar sua margem de manobra mais a frente.

A Catalunha foi a região onde se desenvolveram as principais experiências de coletivização durante a guerra, seja em termos quantitativos, seja em termos qualitativos. Essa centralidade se deu pela gigantesca concentração industrial e pela forte presença de um movimento operário libertário organizado na CNT. Esses dois fatores explicam a importância que as coletivizações industriais da Catalunha tiveram para a economia republicana durante a guerra e a riqueza das diversas experiências engendradas pelos trabalhadores para implementar um regime de autogestão da produção de acordo com as condições e limitações práticas daquela

conjuntura. A capacidade de criar e inventar deu origem a diversas formas de organização da produção e distribuição da riqueza, o que demonstra a inexistência de regras e modelos prontos e acabados em relação à organização social, o que não reduz a importância de projetos e balizamentos mais amplos que orientaram as ações dos trabalhadores.

A Catalunha tornou-se a principal região industrial da República, principalmente quando as Astúrias e o País Basco são anexados ao território nacionalista. Diante de tal importância estratégica, é fácil imaginar que todos os campos políticos vão buscar alcançar a hegemonia na região para poder viabilizar seu projeto político e econômico após o fim da guerra. O controle dos recursos econômicos da Catalunha era um objetivo fundamental de cada organização política em território republicano.

Os primeiros meses foram marcados por uma clara e inequívoca hegemonia anarquista em todos os planos: político, econômico e militar. No entanto, é evidente que a CNT e a FAI não souberam exercê-la de modo a aprofundar o processo revolucionário. Não estamos nem nos referindo à vitória do processo revolucionário na Espanha, o que acreditamos ser impossível diante das condições internas e externas ao país; no entanto, o movimento libertário poderia ter dificultado mais o processo de recomposição do Estado e, dessa forma, permitir um prolongamento maior da experiência autogestionária. De qualquer forma, a postura da liderança da CNT-FAI foi abrir mão de alguns princípios e objetivos históricos e participar de forma efetiva na aliança contra os nacionalistas. Essa posição foi marcada por contradições e ambigüidades, pois ao mesmo tempo em que a CNT e FAI auxiliaram o processo de recomposição do aparelho de Estado quando ingressaram no governo Catalão e no Republicano, ainda defendiam, em parte, que o processo revolucionário era um meio de luta contra o fascismo. Nesse sentido, criou-se uma situação contraditória onde os libertários participavam do governo, que tinha intenções claras e óbvias que conter o processo revolucionário, e, ao mesmo tempo, demandavam do Estado medidas para proteger e, se possível, ampliar a revolução. Enquanto isso, a base se distanciava significativamente das decisões em escala nacional e regional e mantinha a dinâmica autogestionária nas unidades produtivas, ou seja, mantinha na escala local a dinâmica revolucionária que orientou suas ações nos primeiros dias de guerra.

A dinâmica ambígua e contraditória da CNT e da FAI se manifestou de forma clara na coletivização industrial na Catalunha, onde o processo revolucionário era debatido, discutido e normatizado dentro do aparelho de Estado. Apenas um exemplo: antes mesmo da entrada dos

anarquistas no governo catalão, é criado no dia 11 de agosto de 1936 o Conselho de Economia, principal órgão deliberativo e de gestão das atividades econômicas na Catalunha até maio de 1937. A criação deste órgão foi uma demanda anarquista, mas ele fazia parte do aparelho de Estado e estava diretamente subordinado ao governo da *Generalitat*.

No dia 26 de setembro de 1936, a CNT passa a integrar oficialmente o governo da *Generalitat*. Entre 19 de julho até esta data, sua hegemonia era total. A partir daí, a organização anarcossindicalista abre mão dessa hegemonia em nome da unificação da luta contra o fascismo. Portanto, passaram-se pouco mais de dois meses desde o início do processo de coletivização até a entrada formal no governo catalão.

O objetivo fundamental da CNT-FAI era garantir as conquistas revolucionárias dos últimos dois meses de conflito. A questão fundamental para os anarquistas, naquele momento, era poder influenciar de forma decisiva os rumos políticos e econômicos da Espanha e, segundo suas análises, a melhor forma de fazer isso era participando do governo catalão e do republicano.

O principal espaço deliberativo e de gestão da economia catalã era o Conselho de Economia, que até maio de 1937 era presidido por um representante da CNT, mas era constituído por representantes de todos os partidos e organizações engajadas na luta contra os nacionalistas. Portanto, este foi o espaço político eleito para se defender as conquistas revolucionárias ou, o contrário, para limitá-las. O Conselho de Economia vai se tornar palco dos conflitos entre os diversos grupos políticos que o constituem.

A defesa das coletivizações era crucial para os anarquistas. Na análise da CNT-FAI, a melhor forma de protegê-las era através da sua legalização e legitimação frente ao aparelho de Estado. Em outras palavras, os anarquistas acreditavam que a melhor forma de proteger as conquistas revolucionárias era através de uma legislação sobre a qual teriam controle e que poderiam fiscalizar sua aplicação uma vez que gozavam de uma posição hegemônica na correlação de forças políticas. Para isso, a questão começou a ser discutida no Conselho de Economia.

Naquele momento todos os campos políticos sabiam que as coletivizações eram uma realidade e não poderiam ser aniquiladas de uma hora para outra. Nesse sentido, o que os partidos governistas poderiam fazer era tentar reduzir a importância do caráter revolucionário na subjetividade e na economia catalã, reduzindo a importância das coletivizações na estrutura industrial da região. Tratava-se, portanto, de um conflito entre forças que queriam consolidar e

ampliar as coletivizações e outras que queriam limitá-las ao máximo possível. No mês de setembro se iniciam os debates acerca das coletivizações e fica definido que o cenetista Joan Fàbregas seria o responsável pela elaboração de um projeto para a legalização das coletivizações (CENDRA i BETRAN, 2006). Tal projeto daria origem ao Decreto de Coletivização e Controle Operário e seria publicado em 24 de outubro de 1936.

A primeira questão que suscitou conflitos referia-se à magnitude das fábricas e empresas que seriam legalizadas ou passíveis de coletivização. A Esquerra Republicana, o PSUC, o PSOE e UGT defendiam que apenas as empresas com mais de 250 trabalhadores poderiam ser legalizadas e reconhecidas ou coletivizadas a partir da publicação do decreto, em uma tentativa clara de limitar a experiência a um número menor de empresas, tendo em vista que o número de fábricas com mais de 250 trabalhadores representava a minoria dentro da estrutura industrial catalã. Enquanto isso, a CNT-FAI e o POUM defendiam o número mínimo de 50 trabalhadores. Os números mostras claramente as tentativas de se ampliar ou restringir o processo coletivizador e a partir daí torna-se evidente a posição de cada campo em relação ao processo revolucionário. O argumento utilizado para limitar a coletivização a empresas com mais de 250 trabalhadores é que estas seriam consideradas "grande indústria", mas levando em consideração apenas o número de trabalhadores e desconsiderando outros aspectos fundamentais como tipo de produção, produtividade, capital investido, riqueza produzida, etc. Nesse sentido, o critério de número de trabalhadores não possui nenhuma justificativa econômica plausível e pode ser compreendida como uma estratégia política para limitar a experiência libertária. Após diversas reuniões, ficou acertado que

> Serán obligatoriamente colectivizadas las empresas industriales y comerciales que el día 30 de junio de 1936 ocupaban a más de cien trabajadores, y asimismo aquellas que, ocupando uma cifra inferior de obreros, sus patronos hayan sido declarados facciosos o hayan abandonado la empresa. No obstante, las empresas de menos de cien obreros podrán ser colectivizadas si se ponen de acuerdo la mayoría de los obreros y el propietario o propietarios. Las empresas de más de 50 obreros y menos de 100 podrán también ser colectivizadas, siempre que así lo acuerden en tres cuartas partes de los obreros. El Consejo de Economía podrá acordar también la colectivización de aquellas otras industrias que, por su importancia dentro de la economía nacional o por otras características, convenga substraerlas de la acción de la empresa privada (Decret de Col.lectivizacions i Control Obrer, art. 2º apud SOUCHY e FOLGARE, 2007:33).

Definido o número de trabalhadores o projeto apresentado pelo cenetista Joan Fàbregas foi aprovado com relativa facilidade no Conselho de Economia, remetido ao Departamento de Economia e, finalmente, aprovado pelo Conselho Executivo da *Generalitat*. Em 24 de outubro é publicado o Decreto de Coletivizações e Controle Operário, que legitima e consolida algumas conquistas revolucionárias, mas que ao mesmo tempo apresenta elementos que serão utilizados posteriormente para enfraquecer a autogestão operária. O decreto torna-se instrumento de legislação e regulação estatal da ação operária de caráter revolucionário. Vejamos os principais pontos do decreto e sua influência na dinâmica política e econômica da Catalunha.

O decreto formaliza o controle operário nas empresas coletivizadas e nas empresas privadas. Nas primeiras, ele institui o Conselho de Empresa como órgão máximo de gestão, sendo definido em assembleia pelos próprios trabalhadores. Na verdade, o Conselho de empresa nada mais é do que o antigo Comitê de Fábrica/Conselho de Fábrica/Comitê Revolucionário. A estrutura de funcionamento permanece basicamente a mesma. No entanto, o decreto prevê a criação do cargo de Diretor, que seria a autoridade máxima do Conselho de Empresa e estaria submetido às decisões da assembleia. Além disso, também está previsto no artigo 15º do decreto a obrigatoriedade de um Interventor da *Generalitat* com direito a compor o Conselho de Empresa. Esse interventor seria escolhido pelos próprios trabalhadores e teria seu nome retificado pelo Departamento de Economia. Até meados de maio de 1937 este interventor era um trabalhador conhecido dos demais colegas de fábrica ou de sindicato, no entanto, conforme o movimento libertário vai se enfraquecendo e o aparelho de Estado se recompondo, a figura do interventor passa a ter um significado efetivamente de controle e vigilância sobre os trabalhadores, uma vez que ele vai se tornando um agente burocrático do Estado que quer controlar a atividade produtiva e não um companheiro de luta que está ali cumprindo um papel meramente formal.

Os Comitês de Controle Operário foram criados para permitir a co-gestão da atividade produtiva e da organização do trabalho nas empresas privadas. Aproveitando sua hegemonia, a CNT conseguiu introduzir no decreto esse órgão que limita a margem de manobra do proprietário privado e aumenta a influência dos trabalhadores na produção. Os Comitês eram constituídos pelos próprios trabalhadores da empresa e eram eleitos em assembleia, de acordo com o artigo 21 do decreto. O artigo 22 define as atribuições do Comitê, que são as seguintes:

1. Fiscalização das condições de trabalho e da obediência à legislação trabalhista vigente. Nesse sentido, o Comitê deve fiscalizar o pagamento de salários, horários, descanso, segurança e salubridade do local de trabalho. Qualquer tipo de advertência ou notificação a algum trabalhador por parte da direção da empresa deve ser feita ao Comitê.
2. Participação no processo administrativo. O Comitê tinha direito a verificar toda a movimentação financeira da empresa e intervir na gestão dos seus recursos.
3. Participação na organização do trabalho.

A margem de manobra do proprietário foi significativamente reduzida, mas qualquer decisão sobre qualquer assunto referente à empresa necessitava da sua autorização. Além disso, o decreto estabelecia que do rendimento total da empresa, 15% era destinada aos trabalhadores, 15% deveria ser obrigatoriamente investida na empresa e o(s) proprietário(s) dispunha(m) dos 70% restantes de forma que achar melhor (BERNECKER, 1982; DURAN, 1993; BETRAN i CEDRA, 2006).

O decreto ainda prevê a criação dos Conselhos Gerais de Indústria, órgão inspirado nas formulações da CNT ao longo da década de 30, principalmente nas chamadas Federações Nacionais da Indústria. Nesse sentido, esse órgão está de acordo com as formulações anarquistas hegemônicas na CNT e na FAI segundo as quais se afirma a necessidade de órgãos coordenadores da atividade econômica em escala regional e nacional (no caso a escala é regional). No entanto, não podemos deixar de ressaltar que a postura dos líderes da CNT-FAI era caracterizada por uma maior centralização política e econômica e por um afastamento dos princípios federativos. No caso Catalão a questão é ainda mais complexa e a centralização maior do que ocorreu em Aragão ou no Levante, por exemplo. Nesse sentido, a criação dos Conselhos Gerais de Indústria marcaram uma mudança expressiva na postura da CNT-FAI, principalmente das lideranças, que atuavam em escalas de poder relativamente distantes do cotidiano dos trabalhadores. A instituição de um Conselho Geral de Indústria como um órgão de Estado demonstra o interesse em criar condições de uma coordenação mais centralizada das atividades produtivas, retirando dos trabalhadores a capacidade de autogerir a produção, uma vez que os Conselhos de Indústria seriam soberanos para definir a política industrial da Catalunha (art. 26). A seguir, a reprodução de três dos quatro artigos que definem a composição e as funções dos Conselhos Gerais de Indústria.

Art. 24º. Los Consejos Generales de Industria estarán constituidos en la forma siguiente:
Cuatro representantes de los Consejos de Empresa, elegidos en la forma que oportunamente se señalará.
Ocho representantes de las diversas centrales sindicales en número proporcional al de los afiliados en cada una de ellas. La proporcionalidad de los representantes será fijada por el procedimiento que éstas establezcan de común acuerdo.
Cuatro técnicos nombrados pelo Consejo de Economía.
Estos Consejos estarán presididos por el vocal respectivo del Consejo de Economía de Catalunya (Decreto de Colectivização e Controle Obrero *apud* SOUCHY e FOLGARE, 2007:37).

Art. 25º. Los Consejos Generales de Industria formularán los planes de trabajo de la industria respectiva en carácter general, orientando a los Consejos de Empresa en sus funciones y, además, cuidarán de : regular la producción total de la industria; unificar los precios de coste en aquello que sea posible, a fin de evitar la competencia; estudiar las necesidades generales de la industria; estudiar las necesidades del consumo de sus productos; examinar las posibilidades de los mercados peninsulares y extranjeros; observar, asimismo, la marcha global de la industria y fijar en cada caso los límites y el ritmo de la producción para cada clase de artículo; proponer la supresión de fábricas o su aumento según las necesidades de la industria y del consumo o bien la fusión de determinadas fábricas; proponer la reforma de determinados métodos de trabajo, de crédito y circulación de productos; sugerir modificaciones en los aranceles y en los tratados comerciales; organizar centrales de venta y de adquisición de utillaje y de materias primas; gestionar determinados asuntos con las industrias de otros lugares de la península o del extranjero; gestionar facilidades bancadas y crediticias; organizar mancomunadamente laboratorios de ensayos técnicos; formular estadísticas de producción y de consumo; tender a la sustitución de las materias de procedencia extranjera por otras nacionales. Además, los Consejos Generales de Industria podrán estudiar y adoptar las medidas que crean necesarias y de interés para el mejor desenvolvimiento de la labor que les está confiada (Decreto de Coletivização e Controle Obrero *apud* SOUCHY e FOLGARE, 2007:37-38).

Art. 26º. Los acuerdos que adopten los Consejos Generales de Industria serán ejecutivos, tendrán fuerza de obligar y ningún Consejo de Empresa ni empresa privada podrán desatender su cumplimiento bajo ningún pretexto que no sea plenamente justificado. Solamente podrán recurrir contra ellos ante el consejero de Economía, la decisión del cual previo informe del Consejo de Economía, será inapelable (Decreto de Coletivização e Controle Obrero *apud* SOUCHY e FOLGARE, 2007:38).

Os pontos principais do decreto do dia 24 de outubro são estes que acabamos de apresentar: as condições para a coletivização de uma empresa, a criação dos Conselhos de Empresa e dos Comitês de Controle Operário e a criação dos novos órgãos de coordenação e deliberação em matéria econômica, os Conselhos Gerais de Indústria. No entanto, por conta da superficialidade do próprio decreto e por mudanças na conjuntura política, diversos informes e decretos complementares serão publicados para tornar a legislação referente às coletivizações cada vez mais favorável à centralização e ao controle estatal da economia, inclusive com a participação dos anarquistas nesse processo, o que vai configurar a ambiguidade do movimento e gerar, evidentemente, conflitos internos.

A aplicação prática do decreto se deu de forma significativa, com exceção da constituição dos Conselhos Gerais de Indústria, que só passaram a existir de fato no final de 1937. Os demais pontos foram imediatamente implementados, uma vez que o funcionamento e a retomada da produção dependiam diretamente da definição do tipo de empresa que poderia ser coletivizada e da criação dos Conselhos e Comitês. Na verdade, apesar da publicação do decreto, os trabalhadores continuaram a criar novas coletivizações e a se organizar de forma autônoma e independente da legislação. Existia um hiato entre o que era legislado e aquilo que existia concretamente, e é precisamente por isso que houve o esforço em se aperfeiçoar os instrumentos e mecanismos de controle da classe trabalhadora.

Já no dia 31 de outubro, o cenetista Joan Fàbregas, autor do decreto e membro do Conselho de Economia publica ordens complementares com o "propósito de limitar las acciones espontâneas de los obreros, de controlar em la máxima medida posible la producción y de presentear las colectividades como fruto de medidas gubernamentales" (BERNECKER, 1982:337). Nas ordens publicadas no dia 31, cria-se uma grande quantidade de requisições, documentos e condições para a legalização de uma coletividade, o que significava, claramente, a burocratização do processo revolucionário com o objetivo de limitá-lo e, além disso, cria-se a Junta del Control Sindical i Econòmic, constituída de forma paritária por membros da CNT e da UGT com a função de legalizar os Conselhos de Empresa e os Comitês de Controle Operário . Em 31 de janeiro de 1937 é criado um estatuto modelo que deveria ser adotado por todas as coletividades, o que significava a tentativa clara de controlar a organização do trabalho em cada empresa. Além disso, o estatuto modelo criava a figura do Secretário do Conselho de Empresa

(nomeado pelo Diretor do Conselho) e a criação do Comitê Permanente (nomeado pelo Conselho de Empresa) cuja função básica era fiscalizar o andamento do trabalho dentro da empresa, o que era vago e, ao mesmo tempo, era uma abertura legal para a intensificação do controle estatal sobre os trabalhadores (CENDRA i BERTRAN, 2003:67).

O avanço do controle estatal sobre o processo revolucionário se intensificou após os conflitos de maio em Barcelona (entre os dias 2 e 8), onde milícias anarquistas e do POUM enfrentaram milícias comunistas e forças policiais pelo controle da Central Telefônica de Barcelona, deixando algo em torno de 400 mortos e 1000 feridos (THOMAS, 1964:137). Existem diferentes versões para as causas do conflito, mas o que é fundamental é que ele foi a expressão dos diferentes campos e programas que estavam em jogo naquele momento da guerra (THOMAS, 1964; BROUÉ, 1972; ORWELL, 2006; BEEVOR, 2006; SALVADÓ, 2008). Este conflito interno às forças anti-fascistas gerou uma crise política generalizada que marcou o início da perda da hegemonia anarquista de forma clara e inequívoca e o fortalecimento dos comunistas, que cada vez mais aumentava seu prestígio e sua capacidade de exercício de poder por conta do forte apoio dado pela URSS. Em troca, o governo de Stalin recebia somas gigantescas de ouro e a obediência dos líderes republicanos, que seguiam suas orientações de ganhar a guerra contra o fascismo, impedir a revolução anarquista e implementar um Estado democrático onde os comunistas poderiam participar livremente da preparação da revolução através da tomada do aparelho de Estado pela via eleitoral.

Os anarquistas acreditavam que a legislação criada pelo Conselho de Economia era o suficiente para consolidar as conquistas revolucionárias. No entanto, não levaram em consideração a possibilidade da perda de sua hegemonia política e militar, que se deu após os conflitos de maio. O primeiro sinal da perda da hegemonia foi a perda da presidência do Conselho de Economia para os comunistas, em junho de 1937, que rapidamente passaram a utilizar a legislação criada pelos anarquistas para solapar cada vez mais a autonomia dos trabalhadores e, com o apoio incondicional dos partidos republicanos, a centralizar cada vez mais a gestão das atividades produtivas. Imediatamente o Conselho de Economia passou a ser um órgão consultivo, tal qual estava previsto no seu decreto de criação (redigido por anarquistas), logo, perdeu sua capacidade deliberativa, que foi transmitida para o Departamento de Economia (instituição a qual o Conselho estava subordinado) e para o Conselho da *Generalitat*.

Um breve parêntesis: a CNT e a FAI estavam completamente sem ação no plano político nacional e regional. Os avanços realizados pelos comunistas e pelos partidos republicanos se deram em grande parte à completa inércia anarquista diante do desenvolvimento da guerra. A falta de atitude e de combatividade das lideranças anarquistas abriram um espaço político que foi habilmente aproveitado pelos comunistas espanhóis. É realmente surpreendente constatar que mesmo diante da violência comunista contra os militantes anarquistas e suas organizações (prisão de militantes, assassinatos, destruição e invasão de prédios e sindicatos, etc.) as lideranças não demonstraram nenhum tipo de ação para marcar uma posição ou simplesmente lutar por sua sobrevivência. O compromisso de "lutar contra o fascismo" tinha drenado as forças de uma liderança que atuava de forma cada vez mais pragmática e subordinada à política estatal. Apenas um exemplo: após os conflitos em Barcelona, Largo Caballero foi destituído do cargo de Primeiro Ministro, que foi assumido pelo protocomunista Juan Negrín. O único gesto da CNT foi se negar a participar de um governo que não fosse liderado por Caballero. Negrín não tomou conhecimento da "ameaça" anarquista e formou um novo governo. Vendo que a bravata não tinha tido qualquer efeito prático, a CNT declara apoio total na guerra contra o fascismo e entra no governo Negrín logo em maio. Além disso, após os conflitos de maio em Barcelona, o POUM foi duramente perseguido e expulso do governo catalão sem que a CNT movesse um dedo para proteger a organização que, até então, era sua única aliada na defesa da autogestão operária.

Salientamos anteriormente que não era possível simplesmente acabar com as coletivizações industriais por conta de sua importância política e econômica. Portanto, a estratégia da *Generalitat* e do governo republicano era aumentar os mecanismos de controle para reduzir paulatinamente a autonomia operária. E a estratégia foi posta em prática a partir de junho de 1937 até o fim da guerra.

Os mecanismos de controle estavam já presentes no próprio decreto de coletivizações de 24 de outubro e nas demais ordens emitidas posteriormente pelo Conselho de Economia quando era presidido por cenetistas. Os principais mecanismos de controle utilizados pela *Generalitat* e também pelo governo republicanos foram os seguintes: 1. fortalecimento do papel do interventor; 2. esvaziamento das assembleias; 3. implementação relativamente precária dos Conselhos Gerais de Empresa; 4. implementação controlada da Caixa de Crédito Industrial; 5. intervenção direta nas empresas consideradas estratégicas.

Os dois primeiros pontos estão diretamente associados, pois implica na centralização do poder dentro da unidade produtiva em detrimento da autogestão operária. Na verdade, o governo da *Generalitat* criou uma nova categoria de interventor, uma vez que o cargo original previsto no decreto era ocupado por um trabalhador eleito em assembleia. Até então, o interventor da *Generalitat* era um companheiro de trabalho e de sindicato, que geralmente defendia os interesses dos operários frente à burocracia estatal, o que resultava em uma série de desentendimentos e conflitos. Para contornar este problema, o decreto do dia 27 de novembro de 1937 cria a figura do interventor ordinário (DURAN, 1996:78), que passa a ser designado diretamente pelo governo catalão sem a necessidade de aprovação prévia dos trabalhadores via assembleia. Estes interventores respondiam diretamente à *Generalitat* e podiam intervir nas decisões do Conselho de Empresa caso as determinações governamentais e procedimentos burocráticos não fossem seguidos. Somado ao interventor, os cargos de Diretor da Empresa, Secretário do Conselho são valorizados juntamente com a Comissão Permanente, eleita pelo Conselho de Empresa. Ainda com a presença de anarquistas no governo catalão existia a pressão para que as decisões da empresa fossem centralizadas no Comitê Permanente, no Diretor e no Secretário, esvaziando o poder deliberativo das assembleias dos trabalhadores, que era criticado principalmente pelos comunistas sob o argumento de que o "excesso" de democracia limitava a eficácia produtiva da empresa, uma vez que a tomada de decisões era lenta por conta da possibilidade da ampla participação dos trabalhadores nos processos deliberativos. Nesse sentido, os comunistas defendiam a centralização das decisões e que a nomeação de diretores e secretários fosse de caráter técnico e que não dependesse da escolha dos trabalhadores e sim dos órgãos e instituições governamentais (BERNECKER, 1982 e DURAN, 1996).

Os Conselhos Gerais de Indústria, que estavam previstos no decreto do dia 24 de outubro de 1936, não foram efetivamente criados até 9 de julho de 1937, quando foi publicado um decreto de estruturação dos CGEs (que repetia basicamente o que estava previsto no decreto de outubro). No entanto, só começaram a existir na prática e de forma significativamente precária em setembro de 1937 (DURAN, 1996). Juntamente com os CGIs, foram criadas as Federações Econômicas de Indústria, que tinham funções similares aos Conselhos e estavam subordinados a eles para substituir as *agrupaciones* realizadas pelos coletivistas, o que significava uma forte intervenção estatal na organização dos trabalhadores. Os CGIs e as Federações não foram instrumentos eficazes de centralização do poder, uma vez que o governo catalão não dispunha de

uma estrutura técnica e administrativa que pudesse dar conta de controlar toda a atividade industrial sem a ação dos sindicatos. No entanto, funcionaram para debilitar política e subjetivamente a ação dos trabalhadores, que viam tais estruturas sendo criadas sem que houvesse uma firme oposição de suas organizações. Ainda assim, os trabalhadores demonstraram alguma resistência na escala do lugar de trabalho, nas fábricas e nas empresas contra as tentativas de centralização do poder e da intervenção estatal.

> Entre los CGI y las Federaciones que pretendía implantar la Conselleria d'Economia de la *Generalitat* y las agrupaciones impulsadas por los colectivistas se produjeron numerosos conflictos, debido al control que los primeros querían ejercer y a los intentos de sustituir las agrupaciones por las Federaciones – en las ultimas sesiones del Consell d'Economia se propuso que las Federaciones asumiesen las funciones que venían desarrollando las agrupaciones- (DURAN, 1996:69).

A Caixa de Crédito Industrial e Comercial foi um mecanismo previsto no preâmbulo do decreto de coletivizações do dia 24 de outubro de 1936 para funcionar como um fundo de recursos com os objetivos de criar as condições financeiras de sustentação das próprias coletivizações mediante a distribuição de recursos financeiros para a compra de matérias-primas, manutenção, pagamento de salários, combater o neocapitalismo operário, ou seja, a competição entre as próprias coletividades por mercados e, finalmente, socializar de forma efetiva a riqueza produzida coletivamente através da sua distribuição pela cadeia produtiva ao invés de ficar acumulada em cada empresa em si.

Apesar de constar no preâmbulo do decreto de coletivizações, a Caixa de Crédito Industrial e Comercial só passou a existir legalmente em 10 de novembro de 1937, mais de um ano após a publicação do Decreto de Coletivização, e apenas em janeiro de 1938 foram publicados os estatutos que iriam regular seu funcionamento.

A gestão da Caixa seria feita por um Conselho Executivo constituído por um presidente (o Conselheiro de Economia ou alguém indicado por ele), um vice-presidente indicado pelo Conselheiro de Finanças, dois delegados técnicos nomeados pelo Conselho de Economia, dois delegados nomeados pelo Conselheiro de Finanças, quatro representantes dos Conselhos Gerais de Indústria, sendo que dois deveriam ser membros de Conselhos de Empresas, dois técnicos bancários (um de cada central sindical) e um membro do Comitê Permanente da Indústria nomeado pelo Conselheiro de Economia (DURAN, 1996:76).

Os recursos seriam provenientes das seguintes fontes: 1. um investimento inicial da *Generalitat* de 25 milhões de pesetas; 2. depósito compulsório de 50% dos rendimentos de todas as coletivizações; 3. qualquer outro depósito instituído pela *Generalitat* ou realizado de forma espontânea por coletividades e sindicatos. Caso houvesse algum excedente após a distribuição entre as coletividades, este seria distribuído da seguinte forma: 20% seriam guardados como fundo de reserva até alcançar o capital depositado pela *Generalitat* e uma vez alcançado este valor, o fundo seria abastecido com 10% dos recursos da Caixa; 10% seriam utilizados para a remuneração dos trabalhadores da Caixa, até um máximo de 30%; o restante dos recursos seriam transferidos para a *Generalitat*. Tal dinâmica de funcionamento e gestão dos recursos demonstra como a Caixa de Crédito poderia facilmente se transformar em um poderoso instrumento de centralização e controle estatal da economia, pois iria controlar a maior parte dos recursos disponíveis para viabilizar as coletivizações:

> Ahora bien, para poder realizar este papel [ser um instrumento de crescimento e expansão das coletivizações] la Caixa de Crèdit Industrial i Comercial tenia que haber estado dirigida y controlada por los propios trabajadores, sin embargo, la renuncia a culminar el proceso de colectivización-socialización que represento la aceptación, por la propia CNT-FAI de la creación del Consell d'Economia, unido a que la constitución de la Caixa tuvo lugar cuando el proceso de colectivización-socialización se hallaba en retroceso, hizo que la dirección y control de la Caixa, según el decreto de su creación no se hallase en manos de los trabajadores sino en las de el Estado, con lo que su constitución no tan sólo no favoreció la colectivización-socialización, sino que por el contrario facilitó el proceso de estatización, al poner en manos de la *Generalitat* un importante instrumento de crédito que, además de facilitarle el conocimiento de la situación económica de las empresas, podía utilizar como elemento de presión sobre las mismas empresas, que eran las que debían proporcionar, mediante la entrega del cincuenta por ciento de los beneficios, la mayor parte del capital de la Caixa (DURAN, 1996:77-78).

No dia 20 de novembro de 1937 é publicado o decreto que regula as Intervenções Especiais. Este dispositivo concede à *Generalitat* o direito de intervir total e diretamente na gestão de uma determinada empresa que seja considerada de interesse estratégico, seja por motivos econômicos ou militares. Na prática ocorre a estatização das fábricas, uma vez que todo o controle administrativo, técnico e produtivo é realizado pelo Estado. O governo catalão utilizava como argumentos para justificar e legitimar as intervenções a busca da maior racionalidade econômica e as necessidades militares que obrigavam o Estado a exercer o

controle sobre determinadas indústrias de caráter estratégico para a luta contra o fascismo. A ação da *Generalitat* era absolutamente coerente com o pensamento que predominava nos partidos burgueses republicanos e no partido comunista, segundo o qual era necessário controlar a revolução libertária para alcançar a unidade e a centralização política, econômica e militar para se vencer a guerra. Nesse sentido, o decreto das Intervenções Especiais não era simplesmente um instrumento que buscava aumentar a eficiência econômica e militar da República, mas fundamentalmente reduzir a capacidade de ação dos trabalhadores.

O decreto de Intervenções Especiais foi usado de forma seletiva e estratégica pelo governo catalão, intervindo em empresas e fábricas específicas, mas de importância crucial para a economia catalã e para o abastecimento das forças armadas republicanas. Nesse sentido, até abril de 1938 existiam quinze grandes empresas que estavam sob intervenção direta da *Generalitat* e eram ligadas diretamente à produção de material bélico (armas e munições), caminhões, química, metalurgia e construção (BERNECKER, 1982). O número de intervenções foi aumentando até o fim da guerra.

A estratégia das intervenções especiais foi muito bem conduzida pelo governo catalão o que lhe permitiu ter o controle de empresas estratégicas na economia catalã e reduzir de forma significativa a capacidade de exercício de poder dos trabalhadores. Apesar das críticas e determinados focos de resistência nas empresas e fábricas que sofreram a intervenção, os trabalhadores não foram capazes de organizar uma sólida mobilização contra o avanço do governo sobre as conquistas realizadas nos dois primeiros semestres da guerra. Portanto, a estratégia pautada nas intervenções foi desenvolvida com êxito e proporcionou ao governo catalão uma importante vitória sobre o movimento libertário.

A questão das intervenções, principalmente nas indústrias bélicas ou que foram convertidas para a produção de material bélico, nos permite salientar os conflitos que existiam entre a Catalunha e o governo central republicano. Em primeiro lugar, devemos ressaltar o gigantesco esforço de guerra feito pelos trabalhadores catalães, pelas centrais sindicais e pela *Generalitat* para desenvolver e sustentar uma indústria de guerra em um contexto francamente desfavorável: a maior parte da indústria bélica espanhola tinha ficado no campo nacionalista, a esmagadora maioria das 800 metalúrgicas da Catalunha não produzia material bélico em quantidade e qualidade suficiente para atender às necessidades das forças aramadas, as fábricas de munição eram raras. Foi necessário um gigantesco esforço para se produzir caminhões,

blindados, armas, munições, granadas, pólvora e, antes disso, para produzir as máquinas e ferramentas necessárias para a produção destes produtos. No entanto, apesar do grande esforço, a Catalunha tinha necessidades de matérias-primas e, principalmente, de máquinas para manter e aumentar a produção.

O conflito ocorreu fundamentalmente por conta das intervenções realizadas pelo governo central na indústria catalã e nas constantes negativas de ajuda à Catalunha para viabilizar a manutenção da produção bélica. Assim como a *Generalitat* buscou retirar dos trabalhadores o controle de fábricas estratégicas, o governo republicano fez o mesmo contra o governo catalão, especialmente no que dizia respeito à indústria bélica. No final de 1937 o governo catalão solicitou que máquinas de fábricas de munição localizadas em Toledo, cidade diretamente ameaçada pelas tropas nacionalistas, fossem enviadas para Barcelona para dar continuidade à produção, "obtuvo como respuesta no solo una negativa en redondo a acceder a tal deseo sino, además, la declaración de que Cataluña no producirá jamás cartuchos" (BERNECKER, 1982:370). Além da negativa, o governo republicano passou a agir para conter a ampliação dos poderes da *Generalitat* para além dos limites do Estatuto de Autonomia. Nesse sentido, o avanço que o governo catalão fazia sobre a gestão das fábricas e da condução da guerra, principalmente no norte, era visto por Madri (e posteriormente Valência, quando a capital foi transferida) como um ataque à unidade e à centralidade política espanhola. Nesse sentido, em maio de 1937, o governo republicano tratou de colocar sob seu controle inúmeras fábricas e empresas que produziam material bélico baseado em um decreto de 23 de fevereiro do mesmo ano. Em 11 de agosto de 1938 o Ministro da Indústria Joan Peiró (CNT) publicou o decreto de nacionalização da indústria de guerra, retirando o controle da *Generalitat*. Evidentemente, a intervenção republicana causou críticas e revolta na Catalunha, que retirou seu ministro do governo Negrín como uma forma de demonstrar o descontentamento com a restrição da autonomia catalã. Devemos apenar ressaltar que o governo da República contava com apoio irrestrito dos comunistas na sua luta contra a autonomia catalã e a favor da centralização e nacionalização completa da indústria.

As condições gerais políticas e econômicas internas e externas colocaram muitos obstáculos e dificuldades ao desenvolvimento da experiência libertária na indústria espanhola e, principalmente na catalã.

No plano da política interna temos, em primeiro lugar, a inconsistência das principais organizações libertárias, a CNT e a FAI, que não souberam lidar com a hegemonia alcançada nos primeiros meses do conflito. Vimos que ao invés de assumir a responsabilidade de força política hegemônica e ampliar seus espaços de ação, fomentando de forma coordenada e articulada a disseminação de relações de poder baseadas nos princípios da autonomia, as lideranças dessas organizações iniciaram uma colaboração aberta com os aparelhos de Estado republicano e catalão. Tal colaboração, na visão anarquista, era uma forma de garantir as conquistas revolucionárias e permitir uma gestão coordenada da produção, o que as organizações libertárias não foram capazes de organizar de forma autônoma, em primeiro lugar, porque nem ao mesmo tentaram, diferentemente do que ocorreu na experiência agrária, por exemplo. Em segundo lugar existia uma evidente precariedade técnica e de recursos humanos para implementar tal gestão por conta da necessidade de militantes na frente de combate, do número de baixas e feridos, a degradação da infra-estrutura técnica, etc. Por fim, a CNT e a FAI foram criando internamente uma dinâmica burocrática com a multiplicação de órgãos, comitês, conselhos que engendravam uma hierarquia entre as diferentes escalas das organizações, o que gerava conflitos internos e dificultava a desenvolvimento das atividades, planos e ações com rapidez.

Os problemas e as dificuldades enfrentados pelas organizações libertárias não foram os únicos obstáculos na política interna. Com exceção do POUM, que apoiou a CNT e a FAI no processo revolucionário (e que foi completamente esquecido pelas organizações libertárias quando sofreu forte perseguição dos comunistas, da *Generalitat* e do governo republicano), todas as demais forças políticas do campo republicano agiram para enfraquecer, controlar e derrotar o projeto libertário. Nesse sentido, as forças políticas republicanas (socialistas, comunistas e partidos burgueses) realizaram todos os esforços possíveis para recompor o aparelho de Estado e através de suas estruturas e aparelhos legislativos e de segurança (forças policiais e militares) controlar e sufocar a ação autônoma dos trabalhadores.

Em relação à política externa, a República se encontrava em uma posição muito delicada. Enquanto o campo nacionalista era abertamente apoiado pelos países do Eixo (Alemanha e Itália), as democracias burguesas (Inglaterra, França e Estados Unidos) se recusavam a apoiar abertamente a República com o temor de provocar o início da Segunda Guerra Mundial. A diplomacia britânica foi a principal responsável pela não intervenção na Espanha, pois o temor de provocar Hitler norteava a condução da política externa do Reino Unido (KENNEDY, 1996).

Portanto, a República não podia contar com armas, munições, combustível, matérias-primas necessárias para ganhar a guerra, enquanto os nacionalistas tinham acesso a esses recursos. Além disso, a esmagadora maioria das grandes empresas privadas ocidentais parou de vender seus produtos para a República por conta do temor de uma revolução socialista, o que comprometeu a o abastecimento de produtos indispensáveis para lutar contra os nacionalistas (SALVADÓ, 2008). Por conta do afastamento das democracias burguesas, a República ficou completamente dependente da ajuda soviética que vinha na forma de armas, munições, tanques, aviões, engenheiros e conselheiros militares. O preço do apoio foi elevado: além de vastas quantidades da reserva de ouro, Stalin conseguiu aumentar de forma excepcional a influência comunista na condução dos rumos políticos da república espanhola. Em troca do apoio, o governo republicano teve que aceitar a forte interferência soviética na condução da guerra, na recomposição do aparelho de Estado e da coordenação econômica do país.

As dificuldades no plano político se refletiam diretamente no plano econômico. A drástica redução do comércio externo causou um forte impacto na economia republicana por conta da redução dos mercados externos, o que reduziu drasticamente a entrada de divisas na República, comprometendo sua capacidade de importar todo tipo de produtos, desde aqueles mais básicos, como sabonetes e cigarros, passando por matérias-primas, até equipamentos industriais, armas e petróleo. A redução da capacidade de importação gerou uma forte escassez nos produtos mais importantes para a população, gerando a necessidade de racionamento e uma elevação dos preços (culminando até na constituição de um mercado negro e de contrabando de produtos, como bebidas, cigarros e chocolate) e um grave problema de abastecimento de matérias-primas para a indústria.

As considerações acima são cruciais para compreender a queda constante da produtividade da indústria catalã entre 1936 e 1938, se tomarmos como índice de referência a produtividade do início de 1936. Veremos que desde o início do ano, com o aumento da conflitividade, a produtividade geral já começa a cair, seis meses antes do início do conflito. Justamente em agosto de 1936 há uma acentuada queda na produtividade por conta das greves gerais e do processo de reestruturação da economia, que passa por uma retomada no mês de setembro e se mantém mais ou menos nos mesmos patamares até janeiro de 1937, o que coincide com a organização das coletividades. Na verdade, estes patamares de produtividade se mantêm praticamente inalterados ao longo do ano de 1937, quando se inicia o processo de intervenção

estatal na indústria catalã; no entanto, podemos perceber uma queda de produtividade a partir de outubro de 1937. Essa queda se dá basicamente por dois motivos: 1. a falta de matérias-primas e de crédito internacional e a redução de mercado consumidor vão se tornando crônicas, afetando diretamente a capacidade produtiva da indústria, que começa a diminuir seu ritmo de produção e a enfrentar um sério problema de desemprego, pois não há como manter todos os operários trabalhando; 2. a perda de produtividade dos trabalhadores motivada pela redução/perda de autonomia como consequência do processo de estatização e nacionalização da indústria catalã que desmobilizou e desmotivou parte significativa dos trabalhadores. A autogestão, a democracia direta e o controle operário dos meios de produção eram elementos fundamentais para manter os níveis de produtividade os mais elevados possíveis dentro das possibilidades existentes no momento. O controle, a rigidez e a burocratização estatal e comunista aos poucos minaram a capacidade de mobilização dos trabalhadores, o que levou a uma redução da produtividade (BERNECKER, 1982:373).

Produção industrial média da Catalunha
(Índice 100 = janeiro de 1936)

Mês	1936	1937	1938
Janeiro	100	70	60
Fevereiro	98	58	60
Março	97	66	60
Abril	94	69	41
Maio	95	65	30
Junho	98	68	32
Julho	82	71	37
Agosto	64	68	31
Setembro	73	66	33
Outubro	69	60	
Novembro	63	53	
Dezembro	69	58	

Fonte: BERNECKER, 1982:325

O setor têxtil, por exemplo, um dos mais importantes da indústria catalã sofreu uma queda brutal de produtividade: em dezembro de 1937 a produtividade era de apenas 20% daquela registrada em janeiro de 1936, por conta da escassez de matéria-prima para a fabricação de

tecidos. A importação de algodão e de outros produtos necessários ao setor têxtil foi muito afetada, colaborando definitivamente para tamanha queda de produção. O setor da construção, por outro lado, apesar de apresentar em dezembro de 1937 um índice que era apenas 44% daquele registrado em janeiro de 1936, conseguiu evitar perdas maiores por conta da maior facilidade de acesso à matérias-primas que se encontravam em território republicano. A grande exceção da indústria catalã, sem dúvida, foi aquela ligada ao setor metal-mecânico, que em alguns momentos chegou a aumentar a produção (em abril de 1937, por exemplo, a produção foi 33% maior do que em janeiro de 1936) e conseguiu manter até julho de 1937 uma produtividade sempre em torno de 70% em relação à de janeiro de 1936. Até o fim da guerra a produtividade foi sendo reduzida progressivamente, mas em um ritmo muito inferior aos demais setores industriais (BERNECKER, 1982:380). A possível explicação para esse fato foi o grande esforço concentrado e coordenado nesse setor para convertê-lo em indústria de guerra e mente-lo produzindo, primeiro pelos trabalhadores e pelas suas organizações e depois pelo aparelho de Estado, que praticamente nacionalizou grande parte deste setor para poder exercer um rígido controle da uma produção considerada estratégica para se vencer a guerra.

3.5. Federações e Conselhos: a articulação multiescalar da nova territorialidade

O processo revolucionário libertário não poderia ficar restrito à experiência das coletivizações em escala local. Esta era uma convicção presente em significativas parcelas do movimento libertário, que formularam e expressaram a necessidade de articulações multiescalares, assim como foi uma imposição do movimento concreto e real da dinâmica da guerra civil e do próprio processo revolucionário. Em outras palavras, a constituição de uma espacialidade revolucionária multiescalar era, ao mesmo tempo, uma necessidade conhecida teoricamente e uma condição prática imposta pelas condições objetivas e concretas da conjuntura da guerra civil. Nesse sentido, teoria e prática realizaram um mesmo movimento para encarnar uma determinada *práxis*, ainda que não tenha ocorrido um perfeito encaixe entre as formulações teóricas e as soluções práticas efetivamente produzidas pelos trabalhadores (fato absolutamente normal, uma vez que é impossível enquadrar a dinâmica social em um sistema teórico qualquer).

Salientamos anteriormente que existia uma fração importante do movimento anarquista espanhol extremamente crítico do espontaneísmo, da falta de organização e da defesa de uma

sociedade primitiva de produtores-consumidores vivendo de forma isolada em suas comunas auto-suficientes. Existia uma parcela do movimento anarquista espanhol que defendia abertamente a necessidade da organização, da coordenação e de propostas de organização de uma sociedade onde todas as atividades econômicas fizessem uso intensivo das técnicas e do desenvolvimento científico e estivessem articuladas em diversas escalas estabelecendo relações de complementaridade, troca e solidariedade, caracterizando, portanto, uma postura muito diferente daquela caracterizada por um mundo de comunidades fechadas em si mesmas. O melhor exemplo deste grupo, sem dúvida, é Diego Abad de Santillán, que publicou sua obra *O organismo econômico da revolução* em março de 1936, portanto, antes do início da guerra e do encontro da CNT de Zaragoza, que ocorreu em maio do mesmo ano. Nesta obra, o anarquista espanhol elabora uma proposta de organização econômica da sociedade pós-revolucionária a partir das condições concretas da conjuntura espanhola baseado no princípio federativo e torna-se uma referência fundamental para o desenvolvimento do processo revolucionário. Nesse sentido, as formulações de Santillán contribuíram de forma decisiva para a constituição das federações e conselhos. Os argumentos fundamentais utilizados por Santillán são de duas ordens: 1. fundamentos econômicos do mundo moderno; 2. eficácia do processo revolucionário.

Em relação ao primeiro ponto, o argumento utilizado é bem simples e parte de constatações da dinâmica da produção no mundo moderno. A questão fundamental que o autor coloca é a impossibilidade do desenvolvimento econômico independente e isolado de uma determinada cidade, região ou país levando em conta as necessidades de adquirir produtos, serviços e matérias-primas em outras cidades, regiões e países. Portanto, para Santillán qualquer tentativa de desenvolvimento econômico e social dissociado da articulação econômica da cadeia produtiva entre os lugares e nas mais diversas escalas é um obstáculo que inviabiliza qualquer processo revolucionário. É necessário, mais do que isso, é inevitável que a organização econômica da nova organização societária seja capaz de articular os diferentes ramos e momentos da cadeia produtiva de acordo com as possibilidades técnicas e financeiras de cada lugar e região para conseguir satisfazer as necessidades da população. Assim, a aquisição de matérias-primas, circulação de bens, produtos e pessoas, distribuição de recursos técnicos e financeiros, implementação e manutenção de infra-estrutura, distribuição da riqueza, etc, devem ser coordenadas e articuladas em diversas escalas, o que é impossível em qualquer tipo de

proposta de organização social e econômica baseada em unidades auto-suficientes. O autor afirma que:

> Existe algo que está definitivamente superado como princípio dominante: o localismo econômico. A economia atual não cabe nos limites nacionais e muito menos nos locais; por conseguinte, não podem existir, em economia, particularismos (o produtor raramente conhece o consumidor), mas sim a coordenação. Bakunin empregou palavras mais duras: falou-nos de centralização.
> Concordamos com Cornelissen quando afirma que "o núcleo de toda a produção, a célula econômica é o 'estabelecimento' e não o 'ofício'. Além disso, em todo estabelecimento moderno da grande e média indústria, podem trabalhar juntos operários e empregados de cem, dez ou vinte especialidades diferentes. Juntos podem conhecer seus estabelecimentos e preparar a organização local, nacional ou internacional de cada ramo da indústria" (SANTILLÁN, 1980:88-89).

O segundo ponto refere-se à radicalização do processo revolucionário, pois coloca em questão a socialização completa dos meios de produção e da riqueza socialmente produzidas. Nesse sentido, a coletivização é o início do processo revolucionário que está se constituindo em escala local, mas que ainda não adquiriu uma completa radicalidade. A revolução libertária só se efetiva quando existe a ampla socialização das forças produtivas, meios de produção e da riqueza social em uma organização que seja conduzida de forma autônoma pelos próprios trabalhadores. E além disso, deve se constituir uma articulação efetivamente solidária entre os lugares e essa questão está diretamente relacionada à tentativa de se superar ou pelo menos reduzir de forma significativa as desigualdades espaciais. Reduzir as desigualdades significa em alterar a lógica da distribuição dos recursos técnicos e econômicos, logo, pressupõe a desconcentração da riqueza e na constituição de instituições e mecanismos de redistribuição, que só podem ser alcançados através da constituição de redes de coordenação e articulação baseadas na solidariedade e na ajuda mútua em todas as escalas espaciais.

> Propusemo-nos a traçar linhas gerais do mecanismo econômico já esboçadas nos atuais sindicatos, nas tendências populares quase instintivas: os sovietes foram antes um fato que uma teoria. Importa-nos, como primeiro passo dado de uma revolução, tomar posse de toda engrenagem econômica e deixá-la ser administrada diretamente pelos próprios produtores, para assegurar a satisfação das necessidades fundamentais da população (SANTILLÁN, 1980:61).
>
> Coordenando-se todos os centros produtivos no âmbito local, regional e nacional, logo, internacionalmente, harmoniza-se, por fim, na igualdade,

> o trabalho e os esforços dos operários manuais, dos técnicos, [trabalhadores rurais] e dos sábios em toda a escala de produção. E esta harmonia e cooperação que o capitalismo não suscita (a não ser imperfeitamente, na base de salários e honorários, no grau em que lhe convém e não aquele necessário e possível) nos garantirá a contribuição de todos os recursos humanos. Estes recursos humanos, combinados e conjugados, nos facilitarão a conquista da natureza, hoje paralisada por considerações de ordem financeira e comercial (SANTILLÁN, 1980:95).

O organismo econômico é a coordenação e o controle de todas as etapas da produção, circulação e distribuição da riqueza social realizada pelos trabalhadores organizados em sindicatos e estruturados em redes multiescalares de solidariedade e apoio mútuo onde a gestão das atividades é feita de forma direta e autônoma pelos trabalhadores em um regime coletivo de propriedade dos meios e fatores de produção. Isso significa a ampla socialização da organização do trabalho, o que significava a instituição de um novo modo de existência, uma nova organização societária, uma vez que as novas relações de poder estariam amplamente disseminadas e estruturariam a nova sociedade. Diversos autores chamam a atenção para a importância da ideia de socialização que surge como um aprofundamento do processo revolucionário que se inicia com a coletivização, como Alba (2001), Souchy e Folgare (2007) e Torre (2009).

> Socialización [es] un régimen social en cual los campos, las fábricas, talleres y todos los instrumentos de trabajo, son propiedad de la sociedad, es decir de todos en general y de nadie en particular.
> […]. En el sistema de socialización, campo, fábricas, talleres, quedan en manos de los productores, como asimismo la facultad de organizar la producción, transporte y distribución de los productos, pues nadie compete dicha misión, más que a los trabajadores encuadrados en sus organismos sindicales, en sus Sindicatos de Industrias y en las Federaciones y Confederaciones de los mismos.
> El señalar el volumen de la producción, o sea, la cantidad de productos que deban elaborarse para cubrir las necesidades de la sociedad, adonde deben transportarse, dónde y cómo deben distribuirse, será competencia de organismos superiores que se creen para atender las necesidades de toda la sociedad, es decir, para coordinar la compleja vida de relación social, de la sociedad en su conjunto (NEGRÉ apud TORRE, 2009:145).

A questão da socialização se colocava de forma contundente para se combater o chamado "capitalismo coletivo", onde a coletividade basicamente se transformava em uma empresa capitalista cujos proprietários eram os trabalhadores. O que isso significava? Que a coletividade

não estava interessada em estabelecer uma rede de solidariedade e apoio mútuo com as demais, mas sim competir por um determinado mercado, elevar sua produtividade, seus lucros e os benefícios de seus membros. Nessa perspectiva, se cada coletividade se tornasse uma empresa coletiva a instituição de uma sociedade libertária seria impossível, portanto, era necessário chamar a atenção para o risco da criação de uma burguesia operária e camponesa constituída pelos membros de coletividades mais ricas que se negavam a participar de um processo de redução das desigualdades e de satisfação das necessidades básicas de cada um. E isso de fato ocorreu. Existem diversos relatos e registros feitos pelos autores com os quais trabalhamos que provam a existência de coletividades administradas por sindicatos da CNT que se negavam a ajudar coletividades mais pobres com recursos financeiros ou técnicos, não queriam participar das federações comarcais ou regionais, etc. Enfim, era uma questão de primeira importância para o movimento libertário, afinal, em um contexto de graves dificuldades econômicas e de escassez cada vez maior de produtos básicos, era grande a pressão para que cada coletividade cuidasse de si sem considerar o projeto coletivo no qual estavam engajadas, o que tornava necessária uma forte propaganda acerca dos objetivos revolucionários das coletivizações e do caráter conservador da constituição de "coletividades capitalistas".

> Os conselhos, bem como as coletividades, podem ser compatíveis com uma concepção capitalista das relações sociais, com a opressão e a exploração, com a não-solidariedade. Durante a Revolução Espanhola existiram coletividades industriais [e agrícolas] que caíram em novas formas de capitalismo, se bem que se tratasse de um capitalismo operário, e os anarquistas, entre eles Abad de Santillán, não se cansaram de denunciar estes desvios (GARCÍA in SANTILLÁN, 1980:31).

> En lugar de um capitalista hubo una especie de capitalismo colectivo. Mientras antes había un solo propietario en una fábrica o en uno café, pasaron a ser ahora los propietarios colectivos los trabajadores de la fábrica o los dependientes del café. Los dependientes de un café con marcha floreciente tenían mayores ingresos que los de un establecimiento menos afortunado. La colectivización no podía pararse en España en esta fase. Este era el sentir de todos. Los sindicatos se decidieron a encargarse ellos mismos del control de las empresas. Los sindicatos de industria se transformaran en empresas industriales (SOUCHY e FOLGARE, 2007:20).

> La socialización ha de ser una generalización de las colectivizaciones. La reunión de los fondos de todos los sindicatos en una caja central, una concentración en el marco de la Federación Local que se transformaría en una especie de empresa económica colectiva. Sería una socialización

> desde abajo, o sea, desde las empresas de los trabajadores a la colectividad entera. Sin organizaciones obreras no hay socialización (SOUCHY e FOLGARE, 2007:21).

Para além das formulações e preocupações que animavam os militantes libertários, a própria dinâmica do processo de produção influenciou de forma decisiva a constituição de redes multiescalares para possibilitar o desenvolvimento do processo revolucionário. Nesse sentido, temos a conjugação de uma determinada subjetividade política e ética calcada no projeto libertário com as condições objetivas do processo produtivo no contexto da guerra civil que condicionaram a instituição de federações e conselhos nas comarcas e regiões espanholas.

O primeiro passo do processo revolucionário foi a consolidação das coletivizações em si, conforme analisamos anteriormente. Conforme as coletividades iam se consolidando, o processo produtivo era desenvolvido com os recursos imediatamente disponíveis dos próprios trabalhadores ou das propriedades que foram expropriadas e coletivizadas, no campo e na cidade. Nesse sentido, quando as coletividades se constituíram, existiam recursos, insumos, matérias-primas que permitiam o início do trabalho coletivo. No entanto, conforme tais recursos iam acabando e conforme a produção ia se desenvolvendo, as coletividades se defrontaram com uma série de questões práticas que deveriam ser resolvidas e adequadas ao projeto político libertário: adquirir matérias-primas, combustível, ferramentas, máquinas, insumos; implementar e gerir infra-estrutura técnica (sistemas de irrigação, estufas, drenagem, sistemas de transporte, energia e comunicação); armazenamento dos produtos, distribuição e comercialização no mercado interno e externo. Evidentemente que os trabalhadores já tinham ideais, formulações e balizamentos de como lidar com tais questões à luz do projeto libertário desde o século XIX. No entanto, a diferença fundamental é que desta vez as transformações estavam efetivamente ocorrendo e as soluções tinham que ser dadas de forma imediata. É nesse momento que as formulações feitas por homens como Santillán ganham sua importância, afinal, existe uma proposta de organização societária que leva em conta os problemas concretos da produção.

> La aspiración anarcosindicalista a una conexión orgánica entre las colectividades agrarias se fundaba también en la constatación de que el rechazo de toda coordinación podía favorecer la perpetuación de los defectos que hasta entonces se habían manifestado en la dirección económica de las colectividades. En el congreso regional de campesinos de la CNT de Cataluña, celebrado en enero de 1937, se denunciaron claramente los defectos del sistema colectivista tal como había funcionado hasta entonces: las principias deficiencias se situaron en la

> escasa capacidad de organización, la falta de dirección y asesoramiento técnico, las extravagantes ideas económicas e la escasa experiencia (BERNECKER, 1982:123).

Diante de tais questões, e norteados por um projeto político e econômico, os trabalhadores começaram a constituir redes de produção, comercialização, distribuição, financiamento e implementação/manutenção de infra-estrutura. Tais redes eram constituídas por federações comarcais que se federavam para constituir uma federação regional. Nesse sentido, o processo revolucionário vai assumindo uma espacialidade multiescalar que vai da coletividade, passando pela comarca ou pela província até abarcar a região, como representado na ilustração da página 258.

O primeiro passo era a organização da federação comarcal ou provincial, sendo que as últimas eram raras, tendo o predomínio quase que absoluto das federações comarcais. A comarca, como salientamos anteriormente, era uma divisão administrativa que aglutinava municípios e *pueblos* dentro de uma província. Por isso, era a escala da federação do cotidiano de cada habitante das coletividades, era a escala que era conhecida por muitos e poderia ser facilmente conhecida por todos. Para além da coletividade era na comarca que a vida se desenrolava, que os encontros e festas ocorriam, onde as rivalidades eram vivenciadas, laços de amizade e familiares eram constituídos, as trocas eram mais efetivas. As federações comarcais eram constituídas por delegados das coletividades que faziam parte da comarca e tinham a responsabilidade de organizar as redes de produção, comercialização, distribuição, financiamento e implementação/manutenção de infraestrutura na escala da comarca, o que tornava todo o processo muito mais familiar e próximo do trabalhador.

O segundo passo era a constituição das federações regionais, constituídas por delegados das federações comarcais com o objetivo de estruturar uma vasta e complexa rede de solidariedade e apoio mútuo por todo o território regional, o que exigia uma capacidade de organização, coordenação e de recursos técnicos e financeiros maior do que as federações comarcais. Além disso, a gestão de tais federações regionais era basicamente realizada pelos sindicatos da CNT auxiliados pela FAI, uma vez que a central anarcossindicalista era, sem dúvida, a única organização com recursos necessários para dar conta de tal desafio.

Quais eram, efetivamente, os objetivos de tais federações? Que tipo de benefício se esperava? Que tipo de problema buscava superar? Quais estratégias eram utilizadas?

O primeiro aspecto fundamental é que as federações tinham a tarefa de organizar as informações acerca da produção de cada coletividade com o objetivo de melhorar a capacidade de planejamento das atividades e da gestão dos recursos. De posse de tais informações, que em grande parte não eram de boa qualidade (faltavam dados, as informações eram imprecisas, as unidades de medidas eram diferentes, havia ausência de informações sobre determinados aspectos ou até mesmo falta de qualquer tipo de informação), as federações iniciavam o processo de planejamento para coordenar o processo produtivo, a aquisição de crédito, matérias-primas, insumos e produtos industrializados, a comercialização e distribuição de bens e produtos, assim como coordenar a implementação, manutenção e a gestão da infra-estrutura técnica, apoio e cooperação técnica.

É possível identificar cinco grandes conjuntos onde as federações atuavam diretamente na coordenação: 1. distribuição de mão-de-obra; 2. assessoria técnica; 3. aquisição de recursos financeiros e técnicos; 4. na distribuição e comercialização de produtos intrarregional e interrregional; 5. administração da caixa comarcal ou regional.

Em relação ao primeiro aspecto, as federações poderiam propor o deslocamento de mão-de-obra de uma coletividade para outras, geralmente dentro da mesma comarca, para suprir a falta de mão-de-obra, que se tornava um problema significativo cada vez que trabalhadores deveriam abandonar o trabalho para se juntar à frente de batalha. Nessas ocasiões era comum que a federação solicitasse o deslocamento de trabalhadores para ajudar na coletividade desfalcada, o que era quase sempre atendido, desde que os trabalhadores estivessem realmente imbuídos de um espírito solidário, tal qual comentamos anteriormente.

A assistência técnica remete desde à manutenção de máquinas, instrumentos de trabalho e sistemas de infraestrutura (como a irrigação, por exemplo), passando por questões administrativas (fazer balanços, organizar documentos, prestações de contas, etc.) e indo até problemas envolvendo conhecimentos de agronomia, veterinária, etc. Nesse caso, as federações buscavam adequar as soluções aos problemas encontrados. Assim, por exemplo, era comum que operários ou técnicos que trabalhassem em fábricas nas cidades prestassem serviços de manutenção e conserto de máquinas e equipamentos em coletividades rurais, ou que fossem dar cursos específicos sobre determinado assunto em uma determinada coletividade. Quando a demanda era elevada, havia o esforço na criação de escolas técnicas nas comarcas para qualificar os trabalhadores.

As federações e os sindicatos engajados nos processo de coletivização (CNT e UGT) utilizavam sua influência política e sua estrutura jurídica e administrativa para conseguir recursos financeiros das linhas de crédito disponibilizadas pelo Estado, principalmente pelo Ministério da Agricultura através do IRA. Para termos uma ideia, entre julho de 1936 e dezembro de 1937 o IRA, mediante o Sistema de Crédito Agrícola, já tinha destinado um montante de 17,7 milhões de pesetas para sindicatos agrícolas e algo em torno de 7 milhões de pesetas para cooperativas agrícolas (BERNECKER, 1982:147). A aquisição de tais recursos diretos foi importante para os primeiros passos de diversas coletividades e das próprias federações, que com os recursos puderam adquirir o básico para dar início à produção no regime coletivo de trabalho. As federações também conseguiam ter acesso a recursos técnicos e infra-estrutura de outros órgãos da administração pública para a implementação ou manutenção de obras de infra-estrutura, absolutamente necessários ao processo produtivo.

Um dos aspectos mais importantes das federações era seu papel na distribuição e comercialização da produção intrarregional e interrregional. As federações eram responsáveis por verificar quais eram os produtos excedentes e quais estavam escassos em cada coletividade. Os produtos eram levados para armazém comarcais ou regionais, dependendo da federação que estava responsável pela distribuição. Nestes armazéns, cada coletividade levava seus produtos excedentes e cabia à federação estabelecer uma equivalência entre eles. Por exemplos, um litro de vinho equivalia a um determinado peso em batatas. Assim que os produtos tornavam-se cambiáveis, cada coletividade poderia retirar aquilo que lhe faltava. Dessa forma, era realizada uma troca de excedentes entre as coletividades para abastecer a população com os produtos que estavam faltando. No decorrer da guerra essa prática foi perdendo sua eficácia porque a escassez era basicamente dos mesmos produtos: carvão, café, cigarros, leites, ovos, carne, óleo. Além dos excedentes os armazéns também recebiam os produtos agropecuários e industrializados que seriam destinados ao consumo da população. Os trabalhadores poderiam adquirir tais produtos nos armazéns através da compra (no caso da manutenção do sistema monetário) ou com a utilização dos vales ou cupons de trabalho. O fundamental deste aspecto é a coordenação exercida visando ao máximo a satisfação das necessidades básicas da população através de centros de comercialização e distribuição localizados nos municípios mais centrais e de maior facilidade de acesso em cada comarca e, ao mesmo tempo, tais armazéns estavam distribuídos de forma mais descentralizada possível para permitir uma acesso mais rápido e fácil da população

com o objetivo de evitar filas, dificuldade no acesso e nos meios de transporte. Além disso, a descentralização era importante para não criar uma relação de hierarquia entre os lugares onde um determinado município concentrasse em si as condições de desenvolvimento econômico e tecnológico em detrimento dos outros por conta da sua centralidade comercial. O comércio regional era basicamente controlado pelas federações e coletividades, portanto, os produtores individuais que não estivessem inseridos nessas organizações tinham dificuldades em conseguir vender seus produtos. A federação era responsável por receber os produtos das coletividades e daí proceder à comercialização ou a troca com outras federações das demais regiões espanholas e com os demais agentes do mercado que existiam na economia espanhola. A comercialização dos produtos era fundamental para o desenvolvimento e a manutenção das coletividades e do processo revolucionário, uma vez que a experiência libertária estava, querendo ou não, inserida dentro de uma estrutura global capitalista e por isso necessitava de recursos para poder manter a produção e sustentar o trabalho coletivo.

A caixa comarcal ou regional era um fundo de reservas financeiras administrada pela federação comarcal ou regional. Em assembleia era estipulado se tal caixa seria adotada ou não (em Aragão, por exemplo, não foi aceita a caixa regional e somente as caixas comarcais) e em caso positivo, era estipulada uma determinada cota sobre os rendimentos de cada coletividade que deveriam ser colocadas na caixa, como por exemplo, 1% ou 5% dos rendimentos mensais. Os recursos da caixa seriam utilizados para ajudar as coletividades mais pobres e com maiores dificuldades a adquirir matéria-prima, máquinas, insumos, ferramentas, sementes, manutenção de equipamentos, realização de pequenas obras, etc. Nesse sentido, a caixa era um mecanismo de transferência de renda, onde as coletividades mais ricas contribuíam para o desenvolvimento das mais pobres, uma vez que o valor a ser empenhado era uma porcentagem em cima dos rendimentos e não um valor fixo, assim, quem produzia mais contribuía com uma parcela maior para a caixa.

Após esta apresentação geral acerca do papel das federações e dos conselhos, vamos analisar de forma mais substancial os principais órgãos criados pelos trabalhadores ou nos quais eles tiveram participação e que foram decisivos para o desenvolvimento do processo revolucionário. Devemos salientar que a CNT criou federações regionais de camponeses em todas as regiões no início de 1937, justamente no momento em que se percebia a necessidade da constituição de tais órgãos de articulação multiescalar. No entanto, os órgãos mais importantes

foram os seguintes: o Conselho de Aragão, o Conselho Econômico da Catalunha, a Federação Regional de Coletividades de Aragão e a Federação Regional dos Camponeses do Levante.

Conselho de Aragão e a Federação Regional de Coletividades de Aragão

No dia 6 de outubro de 1936 foi realizado um encontro na cidade de Bujaraloz, localizada na província de Zaragoza, organizado pelo Comitê Regional da CNT com o objetivo de se debater com a população e as organizações dos trabalhadores da região duas questões fundamentais: a colaboração política com o governo republicano e a constituição de um Conselho Regional de Defesa de Aragão. É sobre o segundo ponto que vamos nos deter.

A ideia da formação de um Conselho de Defesa era sustentada basicamente pela CNT-FAI, maioria absoluta no encontro de Bujaraloz. Na verdade, a ideia fundamental era a criação de um órgão de poder regional que permitisse ao movimento libertário exercer um controle soberano sobre a dinâmica política, econômica e militar da região. Em outras palavras, tratava-se da constituição de uma órgão revolucionário controlado pelos trabalhadores para instituir a (auto)gestão do território aragonês. Nesse sentido, seria uma forma de fortalecer o processo revolucionário através do controle e da coordenação da produção através das coletividades e, ao mesmo tempo, seria uma forma de garantir aos trabalhadores aragoneses o protagonismo em relação à defesa de seu território, ou seja, implicaria no controle ou, pelo menos, em uma maior participação na condução dos assuntos militares na região, dos quais até agora estavam excluídos.

Durante do encontro ficou explícito o conflito entre a CNT de Aragão e a catalã: os militantes da Catalunha eram os líderes militares das colunas que estavam combatendo na frente de Aragão e eram absolutamente contra a constituição de um órgão regional que concentrasse em si o poder de decisão dos assuntos militares, que para estes militantes, deveria ficar restrito aos órgãos que enviavam as milícias para a frente, no caso, o Comitê de Milícias Antifascistas da Catalunha. Durante os debates, os militantes catalães, apesar de serem minoria, conseguiram convencer a assembleia de que as decisões militares não poderiam ser centralizadas no Conselho e deveriam permanecer nas mãos do Comitê de Milícias Antifascistas e do Departamento de Guerra da *Generalitat*, no entanto, foi aprovado de que o Conselho de Aragão teria dois representantes nesses órgãos, onde poderiam, ao menos, estar representando os trabalhadores

aragoneses (CASANOVA, 2003:133-134). A decisão, na verdade, perpetuava a subordinação de Aragão à Catalunha e criava mais uma área de atrito entre as duas regionais.

Poucos dias depois, na cidade de Alcañiz, o Comitê Regional da CNT organizou um encontro onde foram decididos a composição, o funcionamento e a localização do Conselho de Aragão. O Conselho funcionaria no regime de delegação, seria instalado provisoriamente em Fraga e era organizado em sete departamentos coordenados exclusivamente por militantes da CNT de Aragão. Os sete departamentos eram os seguintes:

1. Justiça
2. Agricultura
3. Informação
4. Transportes
5. Educação
6. Economia
7. Trabalho

Após a sua constituição, o Conselho procurou imediatamente ter a legitimidade do governo republicano para poder agir. Mais uma vez o movimento libertário comete o mesmo erro: ao invés de criar um espaço político autônomo, ele condiciona seu funcionamento à "legitimidade" e legalidade estatal, o que institui uma evidente relação de subordinação e de reconhecimento do Estado como instituição política soberana e suprema. Nesse sentido, ao invés de contribuir para o enfraquecimento do Estado burguês, a busca de legitimidade anarquista só faz fortalecer a estrutura que o movimento combatia. Sem dúvida, essa foi a maior contradição e fraqueza do movimento libertário durante a guerra civil: condicionar a criação de espaços autônomos à legitimidade estatal. Com esse propósito, uma delegação foi constituída para conversar com Lluís Companys, presidente da *Generalitat,* e com Largo Caballero, agora Primeiro-Ministro do governo de Manuel Azaña. Nenhum dos dois estava confortável com a criação do Conselho de Aragão, apesar da delegação apresentar um tom conciliador e moderado nas suas reivindicações e de manifestar "la absoluta identificación com el Gobierno de la República" (CASANOVA, 2003:136). Companys não tinha nenhuma autoridade para impedir o funcionamento do Conselho, mas ficou claro que não tornaria fácil a vida do novo órgão criado pelos anarquistas no que dependesse de seu governo. Já o governo republicano poderia criar grandes obstáculos, uma vez que os militantes anarquistas estavam se sujeitando à legitimidade

estatal. Caballero não ficou impressionado com o tom moderado da delegação aragonesa e encaminhou o pedido de legalização do Conselho de Aragão para uma Comissão presidida pelo Ministro de Gobernación, o socialista Ángel Galarza, que negou a permissão para a criação do Conselho. No entanto, três dias depois houve uma reforma ministerial, onde foram incluídos quatro ministros anarquistas, entre eles Joan Peiró, que exerceu grande pressão para a aprovação do Conselho desde que ele incorporasse os demais partidos da Frente Popular, o que foi aceito pelos anarquistas de Aragão. Nessa perspectiva, o Conselho de Aragão só conseguiu se reunir e iniciar realmente os trabalhos a partir da incorporação dos partidos da Frente Popular, o que ocorreu no início de dezembro, e do reconhecimento oficial do Governo da República, o que só ocorreu no dia 25 do mesmo mês de 1936. A nova composição do Conselho de Aragão era a seguinte:

Presidência: Joaqín Ascaso, CNT
Ordem Pública: Adolfo Ballano, CNT
Informação e Propaganda: Evaristo Viñuales, CNT
Agricultura: Adolfo Arnal, CNT
Trabalho: Miguel Chueca, CNT
Economia e Abastecimento: Evelio Martinez, CNT
Transportes e Comunicações: Luis Montoliu, CNT
Justiça: José Mantecón, IR (Izquerda Republicana)
Fazenda: Jasús Garcia, IR
Cultura: Manoel Latorre: UGT
Obras Públicas: José Ruiz Borao, UGT
Saúde e Assistência Social: José Duque, PCE
Indústria e Comércio: Custodio Peñarrocha, PCE
Secretário Geral: Benito Pabón, Partido Sindicalista

Diante da nova formação do Conselho, é fácil concluir que ele não seria o órgão revolucionário que os anarquistas imaginaram. A primeira reunião foi realizada no dia 12 de janeiro e definiu as linhas gerais de atuação, que seriam basicamente duas: 1. estabelecer a ordem pública através de Tribunais Populares e da gestão municipal; 2. organização da produção coletiva e respeito à propriedade privada no campo e na cidade.

A principal área de atuação do Conselho, sem dúvida, foi em relação ao primeiro ponto, em relação à manutenção da ordem pública (o que implicava simultaneamente a questão da justiça e da gestão do espaço municipal), o que significava, efetivamente, a recomposição do aparelho de Estado e o controle do processo revolucionário.

Quando o governo republicano decreta o fim dos comitês revolucionários e institui os Conselhos Municipais, o Conselho de Aragão não representou um espaço de crítica e questionamento a essa medida, mas a endossou prontamente. Nas fontes consultadas não encontramos menção a um conflito interno ao Conselho, entre os libertários e os representantes da Frente Popular, o que provavelmente ocorreu, no entanto, tais conflitos, caso tenham existido, não foram capazes de fazer do Conselho um órgão que iria defender as instituições revolucionárias. Ao contrário, o Conselho foi um órgão extremamente atuante no processo de criação dos Conselhos Municipais, coordenando e determinando a formação dos novos órgãos de administração locais. Assim, o presidente do Conselho, o cenetista Joaquim Ascaso assina um decreto onde afirma que

> Es hora de que los Comités formados espontáneamente en los instantes graves de los primeros días de la sublevación militar sean relevados por aquellos organismos que, integrados proporcionalmente por todas las organizaciones sindicales y partidos antifascistas, con el calor extraordinario que la hora actual reclama, atiendan cumplidamente los intereses locales (CASANOVA, 2003:153).

O movimento libertário manteve sua hegemonia na escala local mesmo com a constituição dos Conselhos, conforme analisamos anteriormente. No entanto, a margem de manobra foi reduzida, pois agora as forças reformistas e anti-revolucionárias tinham assento nos Conselhos e, em determinados municípios, tornaram-se hegemônicos.

Outro ponto de intervenção importante do Conselho em relação à gestão urbana refere-se ao decreto de municipalização das moradias, no qual foram solicitados aos Conselhos Municipais todos os processos e dados referentes às expropriações realizadas nos municípios da região. No entanto, tais expropriações foram feitas pelos comitês revolucionários, pelas coletividades e pelas milícias. Segundo o decreto, o Conselho poderia definir qual seria a utilização dos imóveis expropriados de acordo com as necessidades sociais da região e repassaria para os Conselhos Municipais a responsabilidade da administração de cada imóvel. No entanto, essa medida só atingia aquelas expropriações realizadas pelos comitês revolucionários que foram

substituídos pelos Conselhos Municipais, uma vez que a esmagadora maioria das coletivizações se negou a colocar os imóveis à disposição do Conselho ou simplesmente nem foram intimadas a tal. Além disso, as expropriações realizadas pelas milícias ou colunas não foram revistas, porque o Conselho de Aragão não tinha nenhum poder sobre assuntos militares, o que incluía as requisições de imóveis e alimentos feitas pelas milícias. Nesse sentido, a aplicação do decreto gerou uma série de conflitos entre o Conselho de Aragão e as milícias, entre o Conselho e algumas coletividades e entre as coletividades e os Conselhos Municipais que não eram controlados pela CNT. Tais conflitos eram motivados pelo desejo de manter o controle sobre determinadas estruturas urbanas que eram importantes para os diferentes projetos políticos que estavam disputando a hegemonia: armazéns, mercados, oficinas, fábricas, estabelecimentos comerciais, serviços, etc.

Para tentar resolver ou contornar tais conflitos, o Conselho de Aragão lançava mão de decretos e leis para regular as ações dos diversos protagonistas sempre na perspectiva de se homogeneizar procedimentos, normas e regras em relação ao uso do espaço urbano. Na prática isso significava a recomposição do aparelho de Estado realizada por meio de um órgão que foi criado e pensado para servir a propósitos revolucionários. No entanto, tais decretos e normas não conseguiam resolver todos os conflitos simplesmente porque existia uma resistência significativa de parte do movimento libertário para com a ação do Conselho de Aragão. Nesse sentido, não bastava um decreto ou uma norma para que uma nova postura ou conduta fosse adotada, o que realmente não ocorreu. No entanto, o Conselho colaborou aos poucos para a redução do processo revolucionário no que se refere à gestão urbana quando ele passa contribuir para a redução da autonomia local em nome de uma homogeneidade administrativa.

> En conclusión, este estudio muestra las repercusiones que para los municipios aragoneses tuvo la legislación del Consejo. Sirvió para cuestionar el poder 'espontáneo' surgido en los primeros días de la guerra civil y constituyó un intento de homogeneizar la administración de su territorio e impulsar la autonomía de los municipios, porque, según se argumentaba, debían ser las células vitales de la futura estructura político-social de Aragón. Se trataba de un claro deseo de hacerles asumir su verdadera función soberana y desde esta perspectiva reguló por medio de decretos sus actividades más importantes; sin embargo, la necesidad de controlar los municipios para no crear fisuras en ese órgano de planificación que pretendía ser, la condujo en algunos pueblos a una centralización excesiva de vida económica, lo cual significaba el abandono del principio anarquista de autonomía de la administración local (CASANOVA, 2003:158).

Em relação à questão da justiça e da segurança, o Conselho de Aragão ficou encarregado de organizar, por força de um decreto governamental, um Tribunal Popular que foi criado em 15 de janeiro de 1937 na cidade de Cuspe (província de Teruel). O Tribunal Popular foi constituído por dois juízes de carreira que seriam escolhidos pelos comitês provinciais de cada partido que constituía a Frente Popular e pelas organizações dos trabalhadores. Além disso, foram criados três Juizados Especiais, uma para cada província da região e um Juizado de Urgência também localizado em Caspe que "entienda de aquellos hechos que sin revestir carácter de delito son, por sus características y peculiaridad, de hostilidad más o menos ostensible e indudable desafección al Régimen" (CASANOVA, 2003:168). Entendia-se por atos de hostilidade ao governo não colaborar ou dificultar ações das autoridades constituídas em relação à defesa, abastecimento de produtos, saúde, energia; difundir falsas informações e rumores que possam reduzir a moral da população ou que produzam um estado de ânimo contrário à República; demonstrações públicas ou privadas de repúdio à República.

Apesar deste corpo judiciário, grande parte das forças de segurança e do exercício da justiça ficou nas mãos de comitês locais e das próprias milícias (que foram transformadas em divisões do Exército republicano). Uma vez que a maior parte das milícias era subordinada ao Comitê de Milícias Antifascistas e ao Departamento de Guerra da *Generalitat*, significava que o verdadeiro controle da ordem no território de Aragão era exercido pela Catalunha. Os dois órgãos que controlavam a ação das milícias defendiam a ideia de que a única autoridade que deveria ser reconhecida em uma zona de guerra deveria ser a militar. Tal situação gerava um conflito entre a Catalunha e Aragão, ainda mais quando levamos em consideração que os dois assentos do Conselho de Aragão no Departamento de Guerra da *Generalitat* eram meramente figurativos.

O Conselho de Aragão teve uma atuação mais eficaz no que diz respeito à coordenação das atividades econômicas, manutenção e implementação da infra-estrutura, já que o bom desempenho dessas atividades era um objetivo comum a todos os campos políticos. Nesse sentido, os conflitos foram amenizados e apaziguados em nome da necessidade de se estabelecer uma produção que fosse suficiente para abastecer a frente, as cidades aragonesas e ainda ter um excedente para exportação, afinal, era fundamental adquirir reservas para o país que pudessem ser utilizadas na compra de petróleo, armas e munição. No entanto, ainda que os conflitos

tenham sido amenizados, eles não foram superados. Ainda existia uma pressão dos partidos da Frente Popular para tentar reduzir as atividades de caráter libertário, ou seja, buscavam desestimular as coletividades ao mesmo tempo em que contribuíam para o fortalecimento das propriedades individuais e do programa de reforma agrária estatal. No entanto, nesse momento era impossível um ataque franco e aberto às coletividades por conta da sua importância para a economia republicana, então existia uma margem de manobra significativa e importante para essa experiência.

A ação do Conselho de Aragão em relação exclusivamente às coletividades era vista como insuficiente para a maior parte dos militantes libertários e das pessoas diretamente envolvidas com a experiência e demandavam uma ação mais contundente do órgão em relação a essa questão. A insuficiência do Conselho deu origem a uma mobilização das coletividades para a criação de um órgão de coordenação regional efetivamente comprometido com o ideário libertário e que pudesse fortalecer a base produtiva do trabalho coletivo. Da insatisfação com o Conselho de Aragão e da necessidade da criação de uma rede de coletividades, foi organizado o Primeiro Congresso de Coletividades de Aragão, em 14 de fevereiro de 1937, onde os debates levaram à constituição da Federação Regional de Coletividades de Aragão (FRCA). O Congresso foi marcado por duras críticas ao Conselho de Aragão, inclusive com uma forte crítica ao Conselheiro da Agricultura, o cenetista Adolfo Arnal, que participou do Congresso. Quando Arnal pediu a palavra, foi impedido de se pronunciar pelos delegados presentes, que alegaram que em um Congresso daquela natureza não era possível se admitir a presença de representantes de um órgão que estava fazendo um trabalho contra-revolucionário. Após o Congreso, Arnal imediatamente pediu demissão (CASANOVA, 2003; TORRE, 2009).

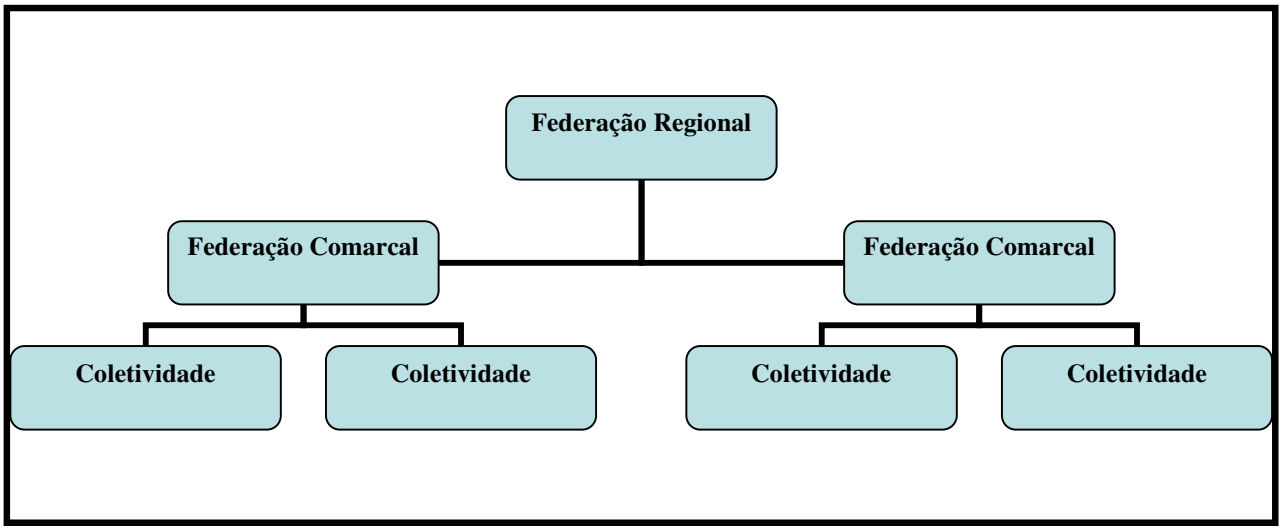
Os objetivos fundamentais da FRCA eram aqueles que mencionamos anteriormente: estabelecer uma rede de produção, comercialização, apoio técnico e financeiro. O Conselho de Aragão apresentava claros limites políticos para viabilizar ou colaborar com a constituição de tal rede, limitando-se a atuar no auxílio técnico e financeiro de cada coletividade em si.

> Se estructuración pretendía clarificar 'la interpretación que se da al sistema de colectivización que se adopta en Aragón y el carácter de ha de tener la federación'. Esta finalidad solidaria tenía, desde distinto ángulos, los puntos del orden del día: a) orgánico, con la estructuración de una red o dispositivo de la Federación Regional colectivista, que ramificaba o especializaba la propia red anarcosindical; b) territorial, con la sustitución de los términos locales de colectividades por comarcales; c) económico, con la creación de Almacenes 'comunales', y su

> estructuración de almacenes de intercambio comarcal, intercomarcal y regional; d) técnico, mediante traspasos de flujos, plusvalores, selección y rentabilización productiva al ámbito regional (TORRE, 2009:139).

A dinâmica da FRCA era basicamente aquela que descrevemos anteriormente: cada coletividade instituía sua dinâmica de trabalho, baseadas em comissões, na delegação e nas assembleias; as coletividades deveriam se federar em escala comarcal e criar Comitês Comarcais, que teriam a responsabilidade de coordenar e fazer a gestão da rede produtiva levando em consideração basicamente os seguintes pontos: 1. levantamento estatístico da produção e contabilidade de cada coletividade; 2. organização dos armazéns para distribuição e comercialização de produtos, matérias-primas, distribuição de recursos financeiros, organização da caixa comarcal; 3. assessoria técnica, implementação e gestão de infra-estrutura, criação de cursos e escolas técnicas, etc. As federações comarcais definiriam delegados para um Comitê Regional de Coletividades, que seria o órgão de coordenação e gestão máximo da federação, cujas funções básicas eram: 1. controle estatístico da produção e contabilidade regional; 2. organizar a distribuição e comercialização regional e inter-regional; 3. distribuição de recursos financeiros e técnicos em escala regional.

Organização básica da Federação Regional de Coletividades de Aragão



A maior força da FRCA estava nas suas federações comarcais e não no seu comitê regional. Durante seu curto tempo de existência, os dois congressos realizados pelos trabalhadores, o de fevereiro, que criou a Federação Regional, e o de abril, que serviu para

realizar um balanço crítico e propor estratégias para fortalecer o órgão regional, consagraram as federações comarcais como os verdadeiros centros de poder político e econômico. Isso ocorreu basicamente por dois motivos: 1. pelos limites e dificuldades do comitê regional, que carecia de recursos técnicos, financeiros e de militantes para desenvolver de forma eficiente as tarefas das quais eram responsáveis; 2. pela própria ação das federações comarcais que queriam preservar sua autonomia frente a qualquer instância de poder regional que poderia comprometer essa autonomia, tal qual o Conselho de Aragão.

As limitações e deficiências da própria Federação, particularmente do Comitê Regional eram reconhecidas pelos próprios militantes, que faziam uma avaliação crítica de suas próprias ações de forma significativamente sensata e consciente.

> Sin embargo, un mes después, el Comité Regional de la FRCA reconocía en um comunicado 'el mucho trabajo que sobre nosotros pesa' y pedía a las Federaciones Comarcales que gestionasen ellas mismas, como les correspondía estatutariamente, la concentración de las estadísticas de las colectividades locales y efectuasen los balances por si mismas (TORRE, 2009163).
>
> En sus últimas circulares, entre julio y agosto de 1937, el Comité Regional de la FRCA confesaba que les había sido imposible, en menos de seis meses, 'convertir en fértiles realidades' las metas que les habían encomendado en febrero de 1937. Aunque, de hecho, a fines de 1937, algunos logros comerciales y de control económico testimoniaban cierta cobertura de los cometidos *fedo*-colectivistas regionales (TORRE, 2009:168).

Para evitar que o Comitê Regional das Federações de Coletividades de Aragão se tornasse um centro de poder excessivamente interventor, as federações buscaram afirmar, nos dois congressos realizados, sua autonomia. De que forma isso foi feito? As federações comarcais rejeitaram a criação da caixa de compensação e do armazém regional, que seriam administrados pelo Comitê Regional e, ao mesmo tempo, solicitaram a liberdade de comercializar e exportar a produção de forma direta e independente, o que fortalecia a estrutura comarcal.

Dessa forma, a rede produtiva estruturada em Aragão tinha como centros as federações comarcais, que organizavam o trabalho, criavam seus armazéns, providenciavam a troca de produtos, a ajuda técnica e financeira na escala da comarca. O Comitê Regional desprovido de força econômica era responsável pela articulação regional das federações comarcais sem o poder de decidir diretamente sobre suas dinâmicas. Sua responsabilidade era coordenar a distribuição

de recursos excedentes na escala regional a partir dos dados produzidos e sistematizados pelas federações comarcais.

> Sin embargo, el Comité Regional de la FRCA no era, en la Federación colectivista aragonesa, sino un elemento más de la misma. Además el vértice no suplantaba la acción o la vitalidad de la base orgánica. En la estructura socio-federal, contrariamente a las organizaciones económicas o políticas jerárquicas o centralizadas – como la comunista- el Comité Regional era sólo un elemento ordenador del conjunto, y redistribuidor de equilibrios económicos y materiales entre las colectividades (TORRE, 2009:169).

A criação da FRCA criou uma série de conflitos dentro do próprio movimento libertário e, evidentemente, com o Conselho de Aragão, que a essa altura não era mais um órgão propriamente revolucionário.

> Precisamente este punto de partida nuevo, en febrero de 1937, promovió las diferencias de planeamiento, competencias, recelos y suspicacias, entre el órgano político constituido y legalmente reconocido por el gobierno republicano, el CA, y el nuevo órgano socioeconómico, la Federación Regional de Colectividades de Aragón. Sobre todo, para los militantes libertarios, dirigentes colectivistas e, incluso, antiguos o nuevos consejeros del CA que, como el secretario de la Federación colectivista, José Mavilla, habían dejado de pensar en el CA, como un órgano de representación netamente autónomo y aragonés y empezaban a considerarlo, más bien, como un nuevo órgano gubernativo o interventor central (TORRE, 2009:156).

O primeiro conflito que se estabeleceu foi entre a FRCA e os departamentos de Economia e Agricultura do Conselho de Aragão. Existia uma clara dualidade de poder e sobreposição de ações nestes campos. A Federação não estava disposta a compartilhar com os departamentos do Conselho a gestão sobre a agricultura aragonesa e exigiam a extinção dos dois setores em benefício da nova organização dos trabalhadores. Essa exigência engendrou um segundo conflito, desta vez da Federação com o Comitê Regional da CNT, que ainda apoiava as ações do Conselho de Aragão. A retaliação veio imediatamente: O Conselho de Aragão e o Comitê Regional da CNT proibiram que a Federação exportasse seus produtos de forma direta, criando a obrigatoriedade de fazê-lo por meio do Departamento de Economia do Conselho. O Comitê Regional da CNT tinha o objetivo que controlar os dois órgãos através de seus representantes no Conselho e na Federação, por isso, não poderia aceitar radicalismos de nenhuma parte. Por um lado, não ficou plenamente satisfeita com a proibição da exportação feita pelo departamento de

Economia (cujo conselheiro era da CNT), por outro, não queria aceitar a plena autonomia da Federação (o que era uma completa negação do princípio federativo). A solução proposta pelo Comitê foi a seguinte: sempre que a Federação precisasse exportar algum produto, comunicaria ao Comitê Regional que faria a solicitação ao departamento de Economia. Era uma forma de controlar todo o processo de comercialização dos produtos da Federação e, ao mesmo tempo, garantir a permanência e a importância do Conselho de Aragão. Apesar de tal solução ter sido aceita, não conseguiu terminar com as tensões que existiam entre os três órgãos regionais que disputavam a hegemonia política e econômica na região.

A atuação do Conselho de Aragão, de forma geral, foi problemática e limitou as conquistas do processo revolucionário, ao invés de ampliá-lo. O espaço político libertário, que tinha se constituído para servir como um centro de poder autônomo regional, perdeu sua vitalidade conforme ia se transformando em um uma estrutura burocratizada. Para não deixar dúvidas: o Conselho de Aragão foi um órgão político e econômico que influenciou diretamente a vida na região? Sim. Fez isso a partir de uma perspectiva radicalmente revolucionária? Não. A ideia de um órgão político, militar e econômico regional libertário que seria fundamental para o avanço do processo revolucionário se desfez assim que os partidos da Frente Popular ganharam seus assentos e os próprios anarquistas buscaram a legalidade e a legitimidade do Conselho perante o governo republicano.

A Federação Regional de Coletividades de Aragão, por sua vez, teve uma vida curta, existiu de fevereiro a agosto de 1937. Nesse meio tempo, apesar de todas as dificuldades, a FRCA conseguiu implementar uma estrutura econômica e política com grau razoável de eficácia, organização e funcionalidade. O abastecimento das cidades e das tropas se deu de forma relativamente satisfatória se levarmos em consideração as condições adversas, assim como o comércio inter e intrarregional e as exportações realizadas. Nesse sentido, não seria exagero afirmar que os trabalhadores engajados na FRCA lograram um importante êxito no que se refere à criação de uma estrutura econômica e política própria.

Federação Regional dos Camponeses do Levante

Afirmamos anteriormente que a constituição das coletividades na região do Levante foi marcada pela forte resistência de pequenos proprietários e uma fração significativa de

arrendatários. Esses grupos foram mobilizados na Federação Provincial Camponesa fundada e controlada pelo PCE, com o objetivo de defender a propriedade privada e a exploração individual da terra, o que seria a manutenção, na prática, de uma economia de mercado constituída por pequenas unidades familiares. A constituição de uma organização francamente contrária à coletivização fomentou a necessidade da criação de um órgão que pudesse defender os interesses dos trabalhadores engajados na perspectiva libertária, o que significava em concorrer economicamente com a organização comunista. Em outras palavras, o órgão que seria criado deveria ser capaz de organizar e coordenar as atividades econômicas e produtivas do regime coletivo de trabalho, o que implicava, evidentemente, na constituição de uma rede de trocas de produtos e matérias-primas, comércio, apoio técnico, financeiro e de mão-de-obra entre as coletividades. Em suma, um órgão com as mesmas atribuições da Federação Regional de Coletividades de Aragão. Nesse sentido, foi criada a Federação Regional dos Camponeses do Levante e também o Conselho Regional de Economia Agrícola.

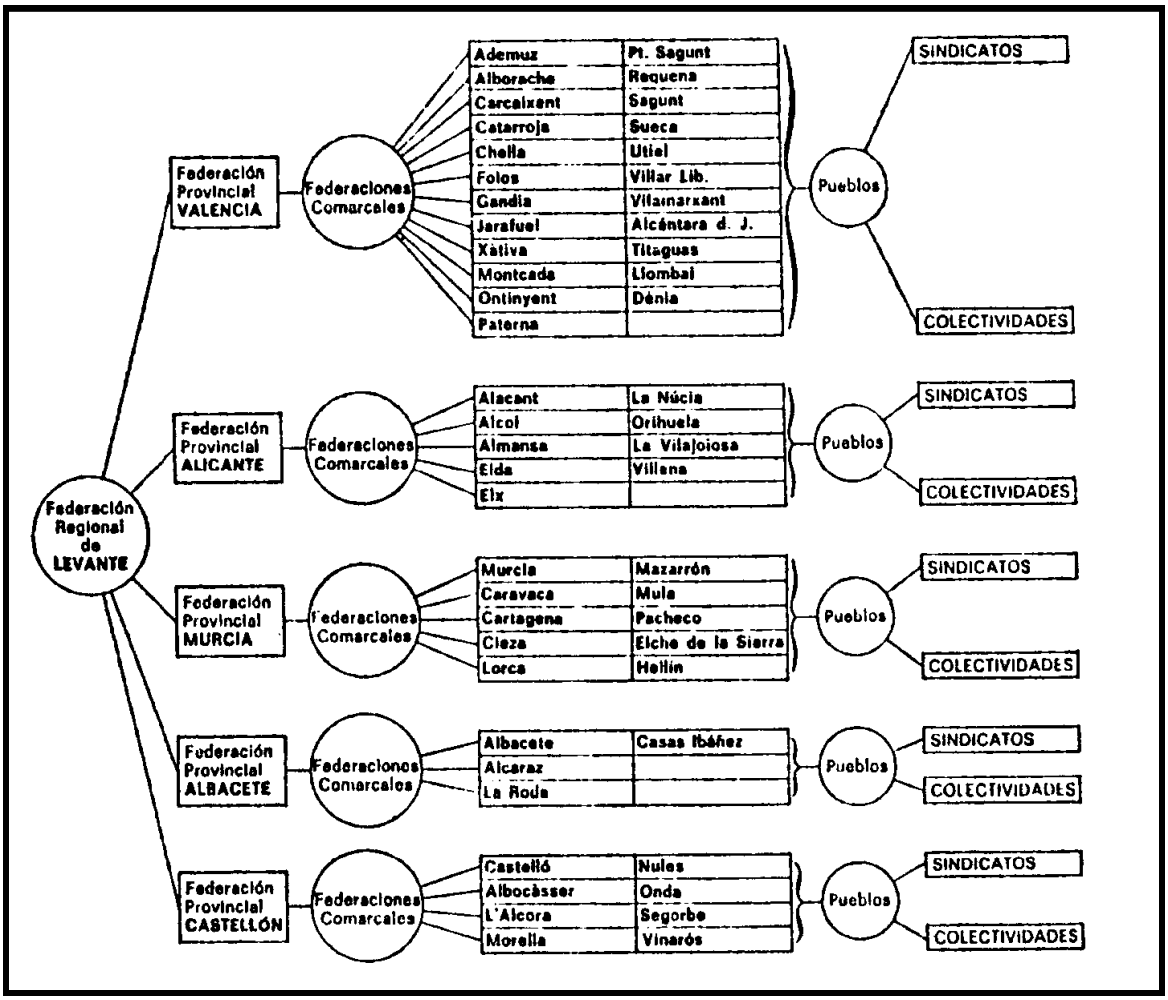
É interessante notar a proliferação de órgãos e instâncias criadas pelo movimento libertário, tão crítico da burocratização das atividades humanas. A criação de diversos órgãos com funções muito semelhantes e, até mesmo iguais, criavam uma burocracia desnecessária, além de dividir a atenção, o foco e a energia dos militantes que deveriam se dividir entre diversas reuniões, assembleias, conselhos, comitês para debater, na maior parte das vezes, os mesmos temas e assuntos. A constituição de diversos espaços de discussão e deliberação criava um problema para a adequação das decisões tomadas em cada uma desses espaços, uma vez que os conflitos e ruídos na comunicação eram inevitáveis. Dito isso, podemos tentar estabelecer as funções de cada um dos órgãos criados.

O objetivo fundamental da federação era organizar o trabalho, prestar assistência técnica e realizar a distribuição dos excedentes entre as coletividades nas escalas da comarca, província e da região. Nesse sentido, a dinâmica era basicamente a mesma de Aragão: produção e sistematização de dados, constituição de armazéns e caixas de compensação em diversas escalas (o que dependia da deliberação das federações em cada escala de forma autônoma), troca de produtos, matéria-prima e mobilização de mão-de-obra de acordo com as necessidades de cada coletividade.

A Federação Regional de Camponeses do Levante seguia basicamente mesma estrutura das demais federações de camponeses criadas nas demais regiões: a base era constituída pelas

coletivizações, que se federavam na escala da comarca, o que dava um total de 54 federações comarcais; diferentemente de Aragão, no Levante as federações comarcais se federavam na escala da província, dando um total de 5 federações provinciais; por fim, existia o conselho regional da federação (BERNECKER, 1982:128-129).

Organização da Federação Regional dos Camponeses do Levante



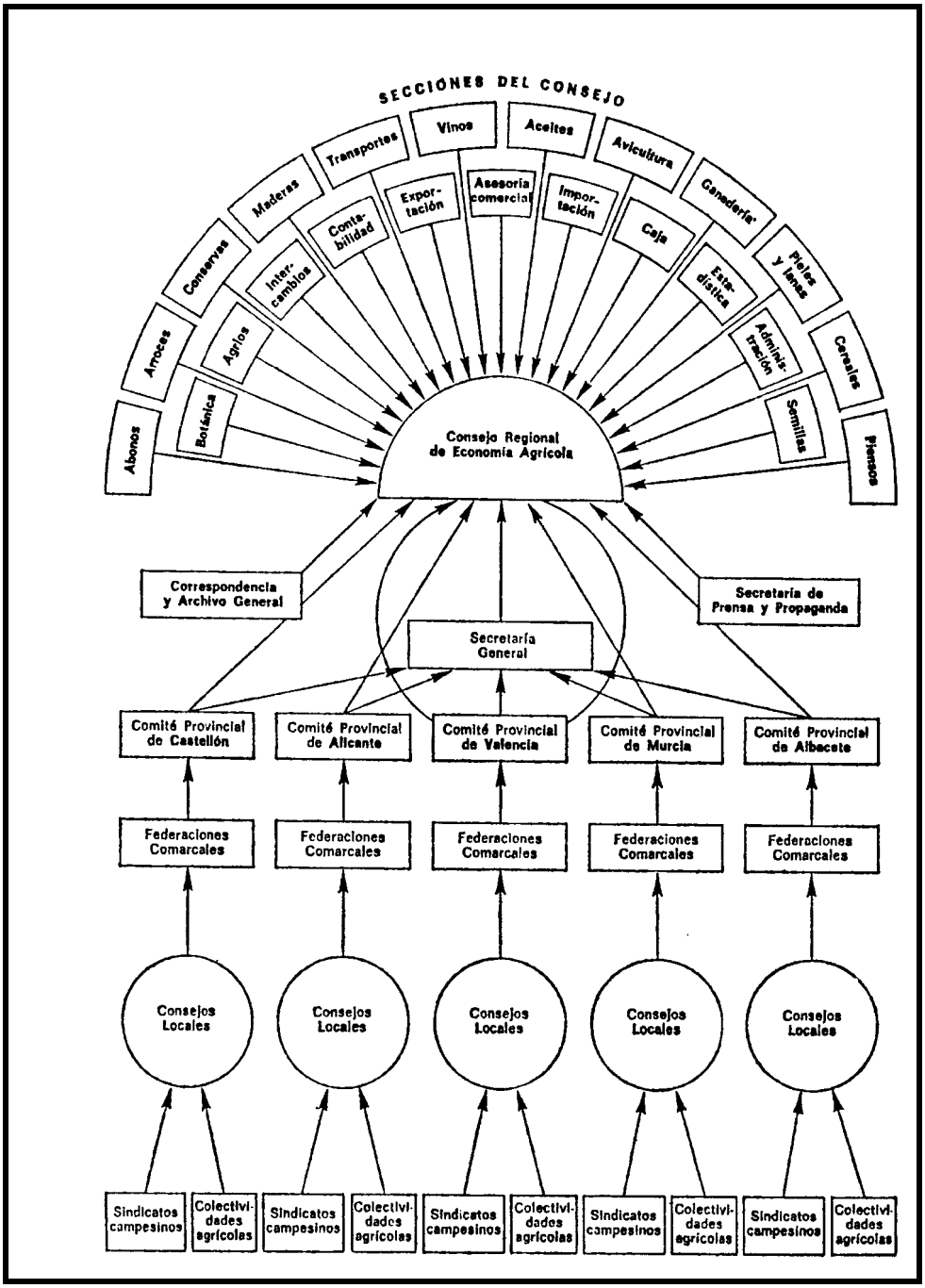
Fonte: BERNECKER, 1983:131

A Federação Regional de Camponeses do Levante (FRCL), por sua vez, estava subordinada ao Conselho Regional de Economia Agrícola que era

> El órgano económico superior de la región; regulaba el comercio a nivel regional y supraregional, establecía las relaciones con las industrias de transformación y organizaba – a través de los comités provinciales, federaciones comarcales e consejos locales- el abastecimiento de las

colectividades. Un conjunto de secciones era responsable de la buena marcha de la organización y de la actividad de propaganda (BERNECKER, 1982:129).

Organização do Conselho Regional de Economia Agrícola



Fonte: BERNECKER, 1983:132

O principal órgão vinculado à Federação e ao Conselho era o Conselho Levantino Unificado de Exportação Agrícola (CLUEA), que foi criado em dezembro de 1936 em uma parceria estabelecida entre a CNT e a UGT para organizar a produção e, principalmente, a comercialização interna e a exportação do principal produto regional, a laranja. O objetivo fundamental do CLUEA era eliminar os intermediários da cadeia comercial e produtiva da laranja para que os produtores pudessem se apropriar da maior parte da riqueza. Além disso, este órgão foi criado para competir diretamente com a Federação Provincial Camponesa controlada pelos comunistas, uma vez que era público e notório o favorecimento do governo republicano para com a organização comunista em detrimento das coletividades: linhas de crédito mais baratas, facilidades para a exportação e um preço maior pago pelo governo na compra da laranja.

A constituição do CLUEA mostrou a força do movimento coletivista, pois apesar de mobilizar a minoria dos produtores de laranja da região, a FRCL detinha o controle de metade da produção de laranjas do Levante, produto muito importante para a entrada de divisas na República. Por isso, o governo teve que ceder e melhorar as condições de trabalho e comércio para as coletividades. Além disso, a entrada dos anarquistas para o governo republicano também facilitou o desenvolvimento das atividades deste órgão. Assim, depois da criação do CLUEA, as coletividades conquistaram condições melhores, porém não igualitárias, de acesso ao crédito, exportação e de venda subsidiada para o governo.

Em escala local, o CLUEA estava organizado no Comitê Local Unificado de Exportação Frutífera (CLUEF), que era administrado de forma conjunta pela CNT e UGT. Os comitês

> Eran responsables de la constitución de consejos obreros, organizaban empresas cooperativas, fijaban los salarios de los trabajadores empleados, ejercían el control de calidad sobre la fruta, remitían regularmente informes al CLUEA central sobre la marcha dos trabajos, la cosecha, los daños por catástrofes meteorológicas, etc. A finales de enero de 1937 se habían constituido ya 300 comités locales de este tipo (BERNECKER, 1982:124).

A importância do CLUEA era proporcional aos desafios e obstáculos que o órgão encontrava para desenvolver suas atividades, principalmente após os eventos de maio de 1937, quando as conquistas realizadas foram sendo erodidas pelos constantes ataques às coletivizações que ocorriam em todo território republicano. Nesse sentido, as linhas de crédito, os subsídios e os processos para a exportação da laranja tornaram-se cada vez mais difíceis e escassos, causando graves problemas para as coletivizações. Tal estratégia do governo visava gerar uma pressão

sobre os trabalhadores para que diante das dificuldades deixassem as coletividades para se engajar na produção individual. Tais obstáculos políticos se convertiam, evidentemente, em prejuízos econômicos, que foram intensificados com a redução do mercado consumidor externo e a dificuldade cada vez maior para a compra de matérias-primas e insumos necessários à produção. No entanto, o fato mais grave em relação ao CLUEA diz respeito às denúncias de corrupção e desvio de recursos por parte da direção do órgão. O PCE e sua Federação Provincial acusavam o CLUEA de desviar recursos obtidos na exportação de laranjas por conta dos baixos rendimentos pagos aos produtores. Segundo os comunistas, a diferença entre aquilo que era arredacado pela exportação e o que era pago abaixo do preço de mercado aos trabalhadores era desviado pelo órgão.

As dificuldades econômicas decorrentes da guerra, a saída dos anarquistas do governo republicano em maio de 1937 e as denúncias de corrupção levaram à extinção do CLUEA em outubro de 1937. Para substituir o órgão, foi criada a Central de Exportação Agrícola controlada de forma hegemônica pelos comunistas e pelo governo republicano, o que acarretou na dependência das coletividades para com este órgão no que se refere a todo o processo de exportação e comercialização interna da produção agropecuária, o que significou um forte golpe na autonomia e na viabilidade do projeto anarquista, mesmo com a permanência da Federação Regional de Camponeses do Levante e do Conselho de Economia Agrícola, que continuaram exercendo suas funções de organizar e coordenar a economia coletiva na região levantina.

Conselho de Economia da Catalunha

O Conselho de Economia da Catalunha é criado oficialmente no dia 11 de agosto de 1936, menos de um mês após o início da Guerra Civil, o que demonstra a rapidez com que a Catalunha buscou organizar sua estrutura econômica em escala regional, principalmente por conta do rápido e intenso processo de coletivização que atingiu o espaço urbano-industrial da região e particularmente a cidade de Barcelona, como vimos anteriormente. A clareza da necessidade de uma rápida organização da economia catalã é expressa no decreto de criação do Conselho:

> La situció perquè travessa Catalunya a conseqüència de la subversió produïda a tot Espanta aconsella que, amb tota urgencia, es preocedeixi a la constitució Del Consell d'Economia de Catalunya a l'objecte

> d'estructurar i normalitzar convenientment l'economia catalana i donar solució als greus problemes de caràcter econòmic que, lògicament, s'han plantejat (CERDRA i BERTRAN, 2006:27).

Sua criação se dá em um momento onde o aparelho de Estado (a *Generalitat*) está em completo colapso e o verdadeiro centro de poder da Catalunha é a organização libertária do Comitê de Milícias Antifascistas. Portanto, apesar do Conselho ter sido criado por um decreto da *Generalitat*, a decisão de sua criação se deu no espaço onde o poder se exercia de forma efetiva. A composição do Conselho de Economia não reflete de forma adequada a correlação de forças políticas daquele momento específico no qual foi criado. Apesar da evidente hegemonia, o Conselho será composto pelos diversos campos políticos catalães o que coloca tal hegemonia em perigo. Os campos são os seguintes:

1. Uma fração da burguesia e os liberais catalães representados pela Esquerra Republicana da Catalunya (ERC) e o Acció Catalana Republicana (ACR) e defensores de um regime capitalista liberal e burguês.
2. O campo marxista autoritário, composto basicamente pelo Partido Socialista Unificado da Catalunha e a UGT, que defendem a colaboração com a burguesia para combater o fascismo e, ao mesmo tempo, defendem a centralização do poder econômico e político no aparelho de Estado.
3. Marxista heterodoxo, constituído basicamente pelo Partido Obrero de Unificación Marxista (POUM), crítico ao stalinismo e à excessiva hierarquização do movimento socialista.
4. Libertário, constituído pela CNT e pela FAI.

A constituição do Conselho ficou da seguinte forma: 3 representantes da CNT, 3 da UGT, 3 da Esquerra, 2 da FAI, 1 do POUM, 1 do PSUC, 1 da Acció Catalana e 1 da Unió de Rabassaires. Diante desta distribuição, fica evidente que no Conselho em si a hegemonia recai para o campo conservador-autoritário. A dinâmica que irá predominar será de um campo revolucionário formado pela CNT, FAI e POUM, que vão defender as conquistas revolucionárias e outro conservador constituído pela ERC, ACR e UdeR, defensor de uma república burguesa e, por fim, o último bloco defensor de um Estado forte e interventor capaz de pavimentar o processo revolucionário constituído pela UGT, PSUC, que em inúmeras ocasiões constituiu alianças com os partidos burgueses para combater as ações revolucionárias libertárias.

> En aquest joc de tenències, veurem el POUM fer costat a la CNT-FAI em defensa de les conquestes revolucionàries. I veurem amb una certa

> frecüència el bloc UGT-PSUC aliar-se am els partits petitburgesos per limitar aquestes conquestes. Majoria obrera, doncs, no és necessàriament sinònim de majotia decididament partidária de l'aprofundament de la revolució (CERDRA i BERTRAN, 2006:29).

Tal composição só poder ser compreendida se levarmos em conta dois fatores que atuaram ao mesmo tempo, que são diametralmente opostos: a habilidade política de Lluís Companys, por um lado, e a inabilidade dos libertários por outro. Como vimos anteriormente, Companys soube incorporar a CNT e a FAI ao aparelho de Estado como uma estratégia muito bem sucedida de controle e limitação do processo revolucionário ao mesmo tempo em que fortalecia e reestruturava a *Generalitat*.

> La composición inicial del Consell d'Economia volia reflectir un equilibri entre les tres tendències q lluitaven contra el feixisme: el moviment obrer llibertari, els partits i sindicats d'inpiració marxista, i la petita burguesia republicana. Haches equilibri no reflectia fidelmet l'estat real de la situació política del moment a catalunya, que es caracterizava per l'hegemonia social de l'anarcosindicalisme (CERDRA i BERTRAN, 2006:27).

O Conselho de Economia apresenta uma dualidade política parecida com o Conselho de Aragão: ao mesmo tempo em que é considerado um órgão revolucionário, também é compreendido como o início do processo de recomposição do Estado. É possível que as duas interpretações estejam corretas, afinal, o Conselho foi realmente uma criação libertária, pensada e formulada no Comitê de Milícias Anti-fascistas com o objetivo de aprofundar o processo revolucionário, mas, por outro lado, é inegável o fortalecimento da *Generalitat* a partir da dinâmica do Conselho, o que pode ser compreendido como o início da recomposição do aparelho de Estado pelo controle da economia, afinal de contas, o Conselho era um órgão estatal.

> Mientras que la CNT-FAI perseguía con su entrada en el Consejo de Economía, que fue durante la guerra civil la verdadera instancia de decisión para todas las cuestiones económicas en Cataluña, alcanzar la consolidación de las conquistas revolucionarias y evitar una entrada en el gobierno que era considerada contradictoria con sus principios – en la ideología de la CNT-FAI el Consejo de Economía no era un órgano de gobierno, sinó un órgano de la revolución – la *Generalitat* perseguía el objetivo de reforzar su posición a través de la legalización de la revolución y de apartar a las organizaciones obreras, dándoles participación en el poder, de de su radicalismo político-económico (BERNECKER, 1982:321-322).

O movimento libertário tinha clareza de que o Conselho era produto da revolução e não conseguia compreender a estratégia de recomposição do aparelho de Estado engendrada por Lluís Companys. Nesse sentido, fica evidente a limitação da capacidade analítica do movimento libertário naquele momento. Diante de uma conjuntura favorável à ampliação de espaços políticos e econômicos não estatais, a CNT e a FAI buscam em uma *Generalitat* desestruturada a legitimidade e a legalidade para as conquistas revolucionárias. Após tantos anos de críticas, lutas e conflitos contra o pensamento marxista, os libertários buscam no aparelho de Estado a segurança para garantir as conquistas revolucionárias e, posteriormente, fazer triunfar a revolução. Vejamos a análise feita por Joan P. Fàbregas, militante da CNT e membro do Conselho, onde ocupou a pasta das Finanças:

> El Consejo de Economía de Cataluña es un producto genuino de la revolución. Las organizaciones sindicales y los partidos políticos que integran el frente antifascista, se dieron inmediatamente cuenta de la realidad que imponía la creación de este organismo ordenador de la vida económica de Cataluña, asumiendo con ello la enorme responsabilidad de dar un cauce legal a aquellas realizaciones a que nos venimos refiriendo en el transcurso de este trabajo. Pasados los momentos críticos de la lucha cruenta, los hombres responsables del movimiento actual advirtieron la necesidad inaplazada de convertit en realidades las aspiraciones sustentadas por las masas proletarias del país, que con herísmo insuperable supieron sentar los janoles del nuevo orden económico-social (FÀBREGAS apud CENDRA i BERTRAN, 2006:31).

O decreto que criou o Conselho de Economia não deixava especificadas as atribuições concretas do mesmo, nem em que estrutura do aparelho de Estado estaria alocado. Em suma, o decreto que criava o Conselho era bastante genérico em relação ao real poder de decisão e não estabelecia concretamente a institucionalidade do novo órgão. Essa era a situação quando os anarquistas passaram a integrar formalmente o governo da *Generalitat*, em setembro de 1936. A partir daí, o cenetista Joan P. Fàbregas assumiu o importante cargo de presidente da Conselleria d'Economia da *Generalitat*. A primeira medida de Fàbregas foi consolidar uma institucionalidade para o Conselho de Economia e no dia 2 de outubro, assinou um decreto que subordinava toda e qualquer decisão do Conselho de Economia ao Departamento de Economia, da qual era o presidente: "Article ler: El Departament d'Economia tindrà com autoritat superior el Conseller d'Economia, i com a organisme consultiu i assessor, el Consell d'Economia de Catalunya, que actuarà sota presidência del tit Conseller, subjecent-se les disposicions dictades o

que es dictin en el successiu" (CEDRA i BERTRAN, 2006:33). A estratégia adotada pelo movimento libertário era simples: o Conselho seria um órgão deliberativo na prática, porém consultivo no aspecto formal, que enviaria suas decisões para o Departamento de Economia que seria o responsável pela aprovação e implementação das propostas do Conselho. A composição do Conselho não era garantia de vitórias esmagadoras e definitivas para o campo libertário, por isso, o decreto de Fàbregas coloca a prerrogativa deliberativa em outra instância de poder controlada diretamente pelos libertários, no caso, o Departamento de Economia. A premissa fundamental do plano é a certeza de que a presidência do Departamento de Economia seria controlada perpetuamente pelos libertários. No entanto, a premissa era absurda levando em consideração o contexto conflituoso dos campos políticos e da conjuntura militar que influenciavam diretamente nas relações de força dentro da Catalunha. Nesse sentido, era um grave erro apostar na permanência vitalícia de um libertário na presidência do Departamento de Economia, ou seja, de uma instituição estatal. Em maio de 1937, após os conflitos em Barcelona os anarquistas se retiram do governo central republicano e logo depois da *Generalitat*. Em julho o comunista Joan Comorera assume o Departamento de Economia e faz valer o decreto assinado por Joan Fàbregas: o Conselho de Economia transforma-se efetivamente em um órgão consultivo e deixa de ser o verdadeiro órgão deliberativo acerca das atividades econômicas na Catalunha por conta da maior centralização feita no Departamento de Economia.

Durante o período em que foi atuante e teve uma influência decisiva na dinâmica econômica e política da Catalunha, o Conselho desenvolveu importantes atividades de coordenação e regulação das atividades produtivas (como vimos anteriormente) e da gestão do espaço urbano através dos decretos de coletivização e de municipalização (como veremos no próximo e último capítulo).

Capítulo 4. A experiência de Barcelona

É fácil justificar um capítulo específico sobre Barcelona, que devido a sua importância, fecha o trabalho que apresentamos. Barcelona era a maior cidade da Espanha, com uma população de aproximadamente 1,2 milhões de pessoas em 1936, o que a colocava como uma das poucas cidades com mais de um milhão de habitantes no planeta. Sua estrutura econômica (comercial, serviços e industrial) era a maior e mais diversificada da Espanha, tinha o porto mais importante do país, concentrava o maior mercado consumidor interno e, finalmente, era a cidade do maior movimento operário anarquista do país, que foi a força política e econômica hegemônica entre julho de 1936 e maio de 1937. Portanto, a questão se coloca quase que imediatamente: como era a vida na maior cidade espanhola sob a hegemonia anarquista? Ocorreram transformações na espacialidade da cidade? Qual a intensidade de tais transformações? São estas questões que tentaremos responder nesta última parte do trabalho.

4.1. A cidade industrial pré-revolucionária

A cidade de Barcelona que vive a Guerra Civil e o processo revolucionário anarquista foi produzida após o início da Primeira Guerra Mundial. O período que compreende 1914 a 1936 é marcado por grandes transformações na dinâmica da cidade: grandes fluxos migratórios, grande crescimento populacional (a população passa de 600 mil habitantes em 1914 para 1,2 milhões em 1936), expansão do tecido urbano (constituição de novas periferias), processos de modernização, ampliação e diversificação da estrutura industrial. Tudo isso transforma a cidade que existia antes da Primeira Guerra e consolida, efetivamente, Barcelona como uma cidade industrial na periferia do capitalismo europeu. Nosso objetivo é ressaltar algumas características desta espacialidade para criar condições de uma análise mais satisfatória do processo revolucionário durante a Guerra Civil.

O marco inicial da transformação de Barcelona é, portanto o início da Primeira Guerra Mundial. Isso ocorre por conta da posição neutra que a Espanha assume durante o conflito, como vimos no capítulo 2. Tal neutralidade será explorada pela burguesia catalã para engendrar um processo de modernização urbano-industrial em Barcelona através da expansão dos mercados consumidores e do crédito. A neutralidade espanhola garante uma posição privilegiada na

geografia política e econômica da Europa durante a guerra; afinal, o país vai se tornar um importante fornecedor de produtos industrializados (principalmente têxtil, metal e mecânico), de matérias-primas agrícolas e de crédito para os países envolvidos no conflito, que demandam tais produtos e recursos financeiros por conta do predomínio da economia de guerra a que estão submetidos. A consequência é a ampliação dos mercados consumidores, das reservas internacionais e da capacidade de investimento, ao mesmo tempo em que a Espanha se torna um credor internacional, garantindo-lhe uma significativa liquidez no período pós-guerra e o que vai ajudar o país a reduzir os graves impactos da crise de 1929.

Essa conjuntura criou condições para transformações estruturais na economia catalã e, principalmente, em Barcelona no período compreendido entre 1914 e 1936. Vejamos as transformações estruturais que ocorreram no período. A estrutura industrial catalã aumentou aproximadamente em 65% a sua produção, ao mesmo tempo em que passou por uma importante diversificação: em 1913, o setor têxtil correspondia a 71% da produção industrial catalã e em 1930 essa produção caiu para 51%, com destaque para o crescimento das indústrias de química (13,5%), metal-mecânico (19,5%), papel e artes gráficas (6,5%) (OYÓN, 2008:23-24). O crescimento industrial foi acompanhado de um forte investimento e desenvolvimento da infraestrutura de transporte, energia e comunicação necessária à ampliação da estrutura produtiva e da circulação de mercadorias. Nesse sentido, houve um crescimento significativo na geração e distribuição de energia elétrica, que passou a ser a principal fonte de energia da indústria catalã: em 1910 apenas 14% das indústrias utilizavam essa fonte de energia, ao passo que na década de 1930 esse índice chega aos 80%. A disseminação da energia elétrica e do motor de combustão também tiveram um impacto na ampliação dos transportes: os investimentos públicos e privados criaram 108km de linhas de bonde que transportavam 250 milhões de passageiros anualmente, enquanto a rede de ônibus possuía 93km de extensão e foi construída uma incipiente rede de metrô a elevados custos; o porto de Barcelona passou por reformas, o que permitiu um aumento de 41% da frota registrada e de 47% na quantidade de toneladas de mercadorias movimentadas. Antes do início da Primeira Guerra Mundial, Barcelona possuía apenas 5 mil linhas telefônicas, ao passo que no final do conflito esse número era de 25 mil (o que era muito pouco se comparado com o tamanho da população, o que nos permite concluir que era um serviço muito elitizado).

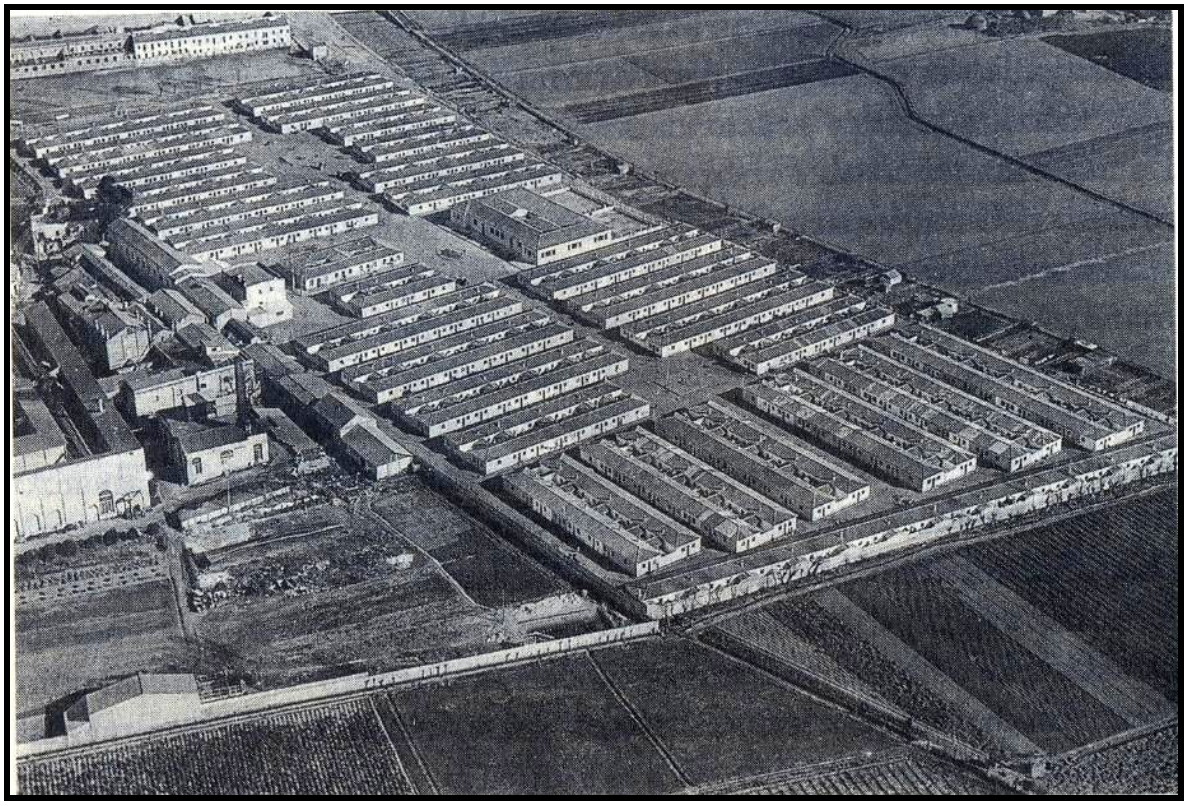
As transformações econômicas são indissociáveis da dinâmica da população e do espaço urbano onde estão inseridas. Portanto, vamos procurar destacar as relações e conexões que constituem um amplo e complexo processo de mudança da espacialidade catalã e, principalmente, de Barcelona. Nesse sentido, a expansão industrial e da infraestrutura não pode ser dissociada do grande fluxo migratório de população oriunda do Levante, Aragão, Múrcia e Almería, que ocorreu no período e foi responsável por um gigantesco crescimento populacional na cidade de Barcelona. Foram as diversas ondas migratórias e não o crescimento vegetativo da que alteraram profundamente a composição e o tamanho da população barcelonesa. Como salientamos anteriormente, a população de Barcelona passa de 600 mil em 1914 para 1,2 milhões em 1936. O aumento colossal da população gerou uma fortíssima demanda por produtos e serviços, o que estimulou a expansão do consumo e dos investimentos, além de fornecer uma vasta mão-de-obra para ser incorporada no processo produtivo durante o período de crescimento. Para se ter uma ideia do crescimento da mão-de-obra, ao longo das três ondas migratórias (décadas de 1910, 1920 e 1930), a população de trabalhadores manuais passou de 146 mil em 1905 para 233 mil em 1930 (OYÓN, 2008:25). O aumento da população e da demanda foi um fator crucial para sustentar o crescimento da economia após o fim da Primeira Guerra, quando os mercados consumidores para os produtos espanhóis sofrem uma drástica redução, voltando a patamares do pré-guerra. No entanto, a demanda interna da Catalunha puxada por Barcelona foi capaz de substituir grande parte deste mercado: 70% da produção catalã era consumida na própria região, enquanto que o comércio com o restante da Espanha representava 22% e apenas 8% era exportado. Isso demonstra a importância do mercado consumidor interno, que conseguia ter uma significativa capacidade de consumo por conta do aumento da massa de trabalhadores e do aumento médio real do salário de aproximadamente 40% até a crise de 1929.

O aumento populacional, o crescimento econômico e o desenvolvimento da infraestrutura foram acompanhados de transformações no espaço urbano barcelonês. De forma geral, a primeira observação foi o crescimento do tecido urbano, a intensificação das construções e o adensamento dos bairros mais antigos da cidade, o que gerou um forte crescimento da construção civil e atividades ligadas a ela. A expansão do tecido urbano foi acompanhada de transformações sócio-espaciais que vão transformar a cidade do pré-guerra, tornando-a uma autêntica cidade industrial da periferia do capitalismo europeu. Nesse sentido, a expansão urbana será caracterizada pela modernização de determinados espaços da cidade com o claro objetivo de

facilitar a reprodução do capital industrial, comercial e financeiro, ao mesmo tempo em que a cidade vai passando por um intenso processo segregação sócio-espacial.

A modernização na cidade de Barcelona não era propriamente uma novidade em si, uma vez que as maiores cidades do planeta passaram por processos semelhantes orientados pelos mesmos objetivos básicos: melhorar a circulação de pessoas e mercadorias, atrair investimentos, beneficiar as elites urbanas com a valorização dos imóveis, estabelecer a ordem pública, retirar a pobreza das áreas ricas da cidade, garantir a segurança da burguesia, proteger os ganhos com a especulação imobiliária e a cobrança de elevados aluguéis. Os projetos e investimentos realizados pelo Estado e pela iniciativa privada buscaram de forma clara esses objetivos. Nesse sentido, as áreas da cidade que serão beneficiadas pelos investimentos serão aquelas ocupadas pelas elites e classes médias urbanas localizadas no eixo centro-norte da cidade, enquanto as porções leste, oeste, nordeste e o sul (onde fica localizado o centro histórico) são caracterizados pela presença dominante da classe trabalhadora. Nesse sentido, o Estado aumentou de forma substancial os gastos com infraestrutura, reformas urbanísticas, segurança e manutenção de equipamentos urbanos coletivos: de 79 milhões de pesetas em 1914 para 135 milhões de pesetas em 1932. Durante o período, devemos destacar o investimento em infraestrutura e a abertura de novas ruas, avenidas e praças. Além disso, também existiram projetos de "revitalização" urbana onde áreas pobres, sem infraestrutura e ocupadas basicamente por trabalhadores pobres foram removidas. Sem dúvida, o marco deste processo foi a "revitalização"de Montjuïc, para a realização da Exposição Universal de 1929. Montjuïc fica localizado em uma área elevada da cidade, próxima ao porto, e era ocupado basicamente por uma população pobre de trabalhadores manuais não qualificados. O projeto da Exposição Universal previa a construção de uma série de praças, teatros, pavilhões de exposição para receber o evento que buscava reverenciar a modernidade e a indústria. Para que as construções fossem possíveis e para "garantir a segurança" dos participantes (autoridades, industriais, banqueiros, comerciantes, intelectuais, etc.), a população pobre deveria ser removida juntamente com suas habitações precárias. Houve um intenso processo de remoção e destruição das moradias populares e o assentamento forçado da população expulsa em conjuntos habitacionais chamados de Casas Baratas, construídos na periferia da cidade (EALHAM, 2005:41).

Foto 6. Casas Baratas na periferia de Barcelona (193?).



Fonte: EALHAM, 2005:42

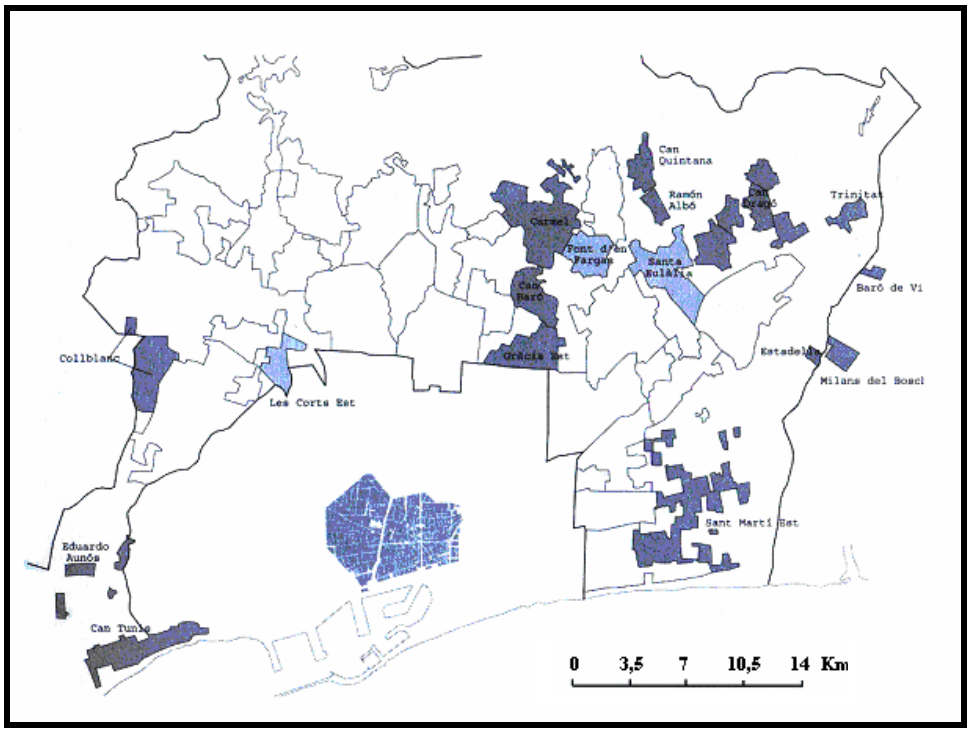
É importante ressaltar que durante esse período a Espanha passou por inúmeras transformações no campo político: a decadência da monarquia, a ditadura de Primo Rivera, a proclamação da Segunda República. No entanto, não houve nenhuma ruptura em relação ao projeto político e econômico de gestão urbana. Em outras palavras, a monarquia de Afonso XIII, a ditadura de Rivera e a Segunda República, governada tanto por socialistas e republicanos quanto pela direita reacionária e conservadora, mantiveram intacto o projeto conservador político e econômico de gestão do espaço urbano-industrial de Barcelona: controlar e reprimir os trabalhadores e desempregados e beneficiar as elites urbanas.

O processo de expansão do tecido urbano e de modernização da cidade foi indissociável do aumento da segregação sócio-espacial e dos conflitos de classe. Nesse sentido, é possível afirmar que a Barcelona industrial que se consolida no período entre guerras é produzida na própria dinâmica da luta de classes e do crescimento econômico espanhol. Devemos destacar dois processos concomitantes e que marcaram profundamente o espaço urbano barcelonês neste

período: a intensificação da segregação espacial e os conflitos de classe que se desenvolveram no espaço público.

A intensificação da segregação ocorreu principalmente entre 1922 e 1936. Segundo Oyón (2008:42), e possível identificar dois períodos singulares dentro deste intervalo de tempo. O primeiro vai de 1922 a 1927, onde a expansão das periferias e dos subúrbios proletários foi bem superior do que o crescimento das áreas ricas da cidade. O segundo vai de 1927 a 1936, onde há o predomínio do crescimento das áreas centrais, o que engloba tanto os bairros proletários do sul de Barcelona (os bairros do Centro Histórico) quanto o crescimento das áreas apropriadas pelas elites e classes médias no eixo centro-norte da cidade, com destaque para a constituição das áreas mais ricas ao norte. Portanto, apesar do predomínio de uma determinada dinâmica neste período, é possível afirmar que o processo de segregação compreende basicamente três processos: 1. a expansão das periferias e subúrbios proletários; 2. a densificação de bairros proletários tradicionais do Centro Histórico; 3. a consolidação do eixo centro-norte das elites e classes médias urbanas. O mapa abaixo mostra os bairros com maior taxa de crescimento durante o período e correspondem principalmente às periferias, subúrbios proletários e ao Centro Histórico (OYÓN, 2008:51).

Bairros com maior taxa de crescimento (1927-1936)



Obs.: A fonte original não especifica, lamentavelmente, as taxas.

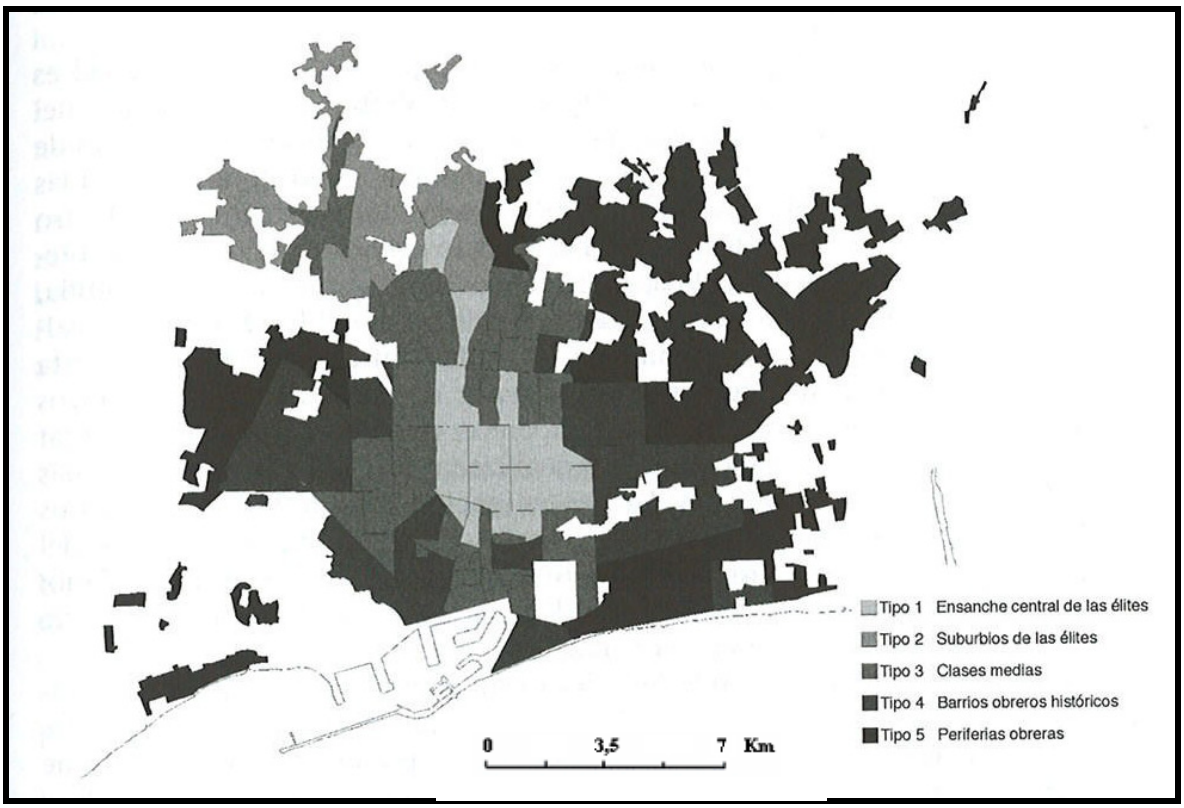
A expansão das periferias e subúrbios proletários foi uma consequência do intenso processo migratório que começou a ocorrer desde o início do século XX e se aprofundou no período entre guerras. Os migrantes que chegaram nas primeiras correntes migratórias consolidaram a ocupação e expansão dos subúrbios proletários, enquanto as migrações mais recentes, a partir de 1925, contribuíram de forma decisiva para a constituição das periferias de Barcelona. É possível estabelecer uma correlação entre o tempo de chegada do migrante e sua inserção no espaço urbano. Geralmente, aqueles migrantes mais antigos conseguiam ocupar melhores espaços na cidade, no caso, os subúrbios, ao passo que os migrantes mais recentes tendiam a se fixar nas periferias. Evidentemente que tal situação não era uma regra fixa, mas uma tendência que se apresentava. A inserção do migrante também estava vinculada à existência de uma rede social de amigos ou parentes que pudessem ajudá-lo na sua chegada à nova cidade. Quanto mais sólida e antiga a rede, maior a probabilidade deste migrante em se inserir de forma menos precária no espaço urbano-industrial de Barcelona. Em termos populacionais estas áreas da cidade foram extremamente importantes para a dinâmica do espaço urbano barcelonês, pois neles estava localizada a maior parte das indústrias do município e tinha uma população de aproximadamente 400 mil pessoas, o que era aproximadamente 40% da população total do município e 60% da população trabalhadora. É importante ressaltar que do conjunto periferias-subúrbios, são as últimas áreas que apresentam a maior concentração populacional.

O Centro Histórico não deixou de crescer durante o período, e era a área proletária mais tradicional da cidade que alcançou índices de densidade demográfica elevadíssimos, como nos bairros da Barceloneta, Santa Mônica e Sant Pere-Santa Caterina, onde os índices alcançavam 1000 hab/ha. O Centro Histórico era a área mais antiga da cidade que possuía uma composição pluriclassista que foi se transformando conforme o número de trabalhadores ia aumentando, o que gerou a saída da população de classe média e algumas frações da elite barcelonesa que habitavam a área. O aumento da população proletária ocorreu por conta da proximidade com o porto, o crescimento de oficinas e fábricas. O aumento populacional do Centro Histórico ocorreu por conta do processo migratório de espanhóis de outras cidades, regiões e de muitos estrangeiros, principalmente chineses, que ocuparam principalmente o bairro do Raval, que ficou conhecido como *Barrio Chino*. Entre 1915 e 1930, a população do Centro Histórico passou de 200 mil para 246 mil. Geralmente, os migrantes que chegavam aos bairros do Centro Histórico já

estavam inseridos em redes sociais de solidariedade, formadas por amigos ou parentes que já moravam na cidade, o que facilitava a inserção do recém-chegado à cidade. Além disso, o adensamento populacional ocorreu basicamente por dois motivos: a construção de novos andares nas edificações já existentes e a coabitação de duas ou mais famílias na mesma unidade de moradia (OYÓN, 2008:43).

Enquanto Barcelona passava por um intenso processo de constituição de vastos espaços proletários, as classes médias e elites urbanas começaram a buscar se afastar das "classes perigosas" e seus espaços incontroláveis, sujos, desordeiros. Dessa forma, próximo aos bairros operários temos a constituição de faixas de transição caracterizadas por uma maior diversidade de grupos e classes convivendo no mesmo espaço. Assim, trabalhadores manuais qualificados, pequenos comerciantes, trabalhadores liberais como professores, etc. convivem nos mesmos bairros já dotados de uma infraestrutura melhor, comércio mais diversificado, etc. Conforme o poder aquisitivo vai aumentando, os bairros tornam-se cada vez mais exclusivos no sentido centro-norte. Assim, na parte central da cidade, rodeada por bairros proletários e populares pluriclassistas, temos a constituição de bairros de classe média e de elite, que se estendem por um eixo até o norte da cidade. São as áreas mais ricas da cidade, dotadas de melhor infraestrutura, comércio diversificado e possuem um forte e amplo aparato de segurança. Este eixo compreende as áreas mais valorizadas e nobres da cidade e foram justamente estes bairros que receberam a maior parte dos investimentos realizados ao longo do período entre guerras, o que serviu para aumentar ainda mais as desigualdades entre as diferentes áreas da cidade. Sem dúvida, houve um grande esforço para a valorização de determinadas áreas centrais com o objetivo de valorizar o capital imobiliário, no entanto, os bairros proletários, principalmente aqueles localizados no Centro Histórico e os subúrbios, também receberam investimentos que os valorizaram e, acima de tudo, pressionaram o valor dos imóveis e aluguéis. A ilustração abaixo é uma síntese deste panorama geral de Barcelona nos anos 30.

A apropriação do espaço em Barcelona



Fonte: OYÓN, 2008:119.

A síntese geral que apresentamos acima é insuficiente para demonstrar a existência de uma forte segregação espacial na cidade de Barcelona. São necessários dados empíricos que corroborem a afirmação. Portanto, vamos apresentar uma série de dados que nos permitem analisar de forma mais substancial a dinâmica da segregação do espaço urbano barcelonês.

Um ponto interessante de se ressaltar é a questão da mobilidade social. Segundo Oyón (2008:66), a mobilidade social, ou seja, a possibilidade de ascensão social (melhoria do nível de renda, consumo, acesso a bens e serviços) era muito difícil para os trabalhadores manuais (qualificados ou não) que moravam em Barcelona. Segundo o autor, 87,6% dos homens cujos pais eram trabalhadores manuais permaneciam na classe trabalhadora, enquanto apenas 12,4% conseguiam ascender. Enquanto isso, 91,8% dos trabalhadores manuais tinham pais que pertenciam a mesma classe e apenas 8,2% tinham pais que eram de classes sociais mais ricas. Os casamentos da classe trabalhadora eram majoritariamente entre si: 80,9% das mulheres com pais que eram trabalhadores manuais se casavam com trabalhadores manuais e 19,1% tinham um

cônjuge que não era trabalhador manual. No entanto, tais dados mostram que a possibilidade de ascensão social da mulher através do casamento era maior que a do homem através da troca de emprego (apenas 12% dos homens conseguiam ascensão social via matrimônio). Características mais gerais acerca da classe social e suas características socioeconômicas podem ser sintetizadas no quadro abaixo:

Características socioeconômicas de classes e frações de classe em Barcelona (1914-1936)

%	Trabalhadores manuais não qualificados	Trabalhadores manuais qualificados e artesãos	Profissionais liberais e pequena burguesia	Comerciantes e industriais de pequeno e médio porte	Elites industriais, financeiras e comerciais
Lares com empregados domésticos	2,3	5,2	17,6	35,1	74,3
Estudantes	0,4	1,5	4	5,2	13,4
Analfabetismo	20	7,6	1,9	1,8	0,6
Mortalidade	4	3,8	3,2	3	2,1
Coabitação familiar	21,3	17,8	14,3	15	11
Coabitação não familiar	21,4	15,3	11,5	6,9	3,5

Fonte: Oyón, 2008:68. Adaptado.

Uma rápida análise dos dados acima nos permite concluir a magnitude das desigualdades socioeconômicas entre as classes sociais na cidade de Barcelona e também nos permite verificar diferenças dentro da própria classe trabalhadora, principalmente entre trabalhadores manuais qualificados e sem qualificação. Os itens utilizados para a análise nos dão uma ideia mais ampla das condições de vida e moradia das diferentes classes barcelonesas. Levando em conta os dados sobre a mobilidade social e as fortes desigualdades em termos socioeconômicos, podemos ter uma ideia mais clara da intensidade da segregação espacial que caracterizava a organização do espaço urbano. Os indicadores mais gerais de educação, mortalidade a analfabetismo são uma consequência da desigualdade de renda e concentração de riquezas na sociedade espanhola, assim como da desigualdade na capacidade do exercício do poder e da afirmação dos direitos de

cada grupo e classe social. Além disso, tais indicadores também revelam a forte desigualdade no acesso a bens e serviços básicos, que dependem fundamentalmente do poder aquisitivo e de um conjunto de políticas públicas visando o bem estar da população que eram inexistentes ou muito precárias, assim como a deficiência no acesso a infraestrutura urbana. Nesse sentido, o acesso a bens de consumo, educação, transporte, saúde, saneamento era desigual, configurando uma cidade fortemente segregada.

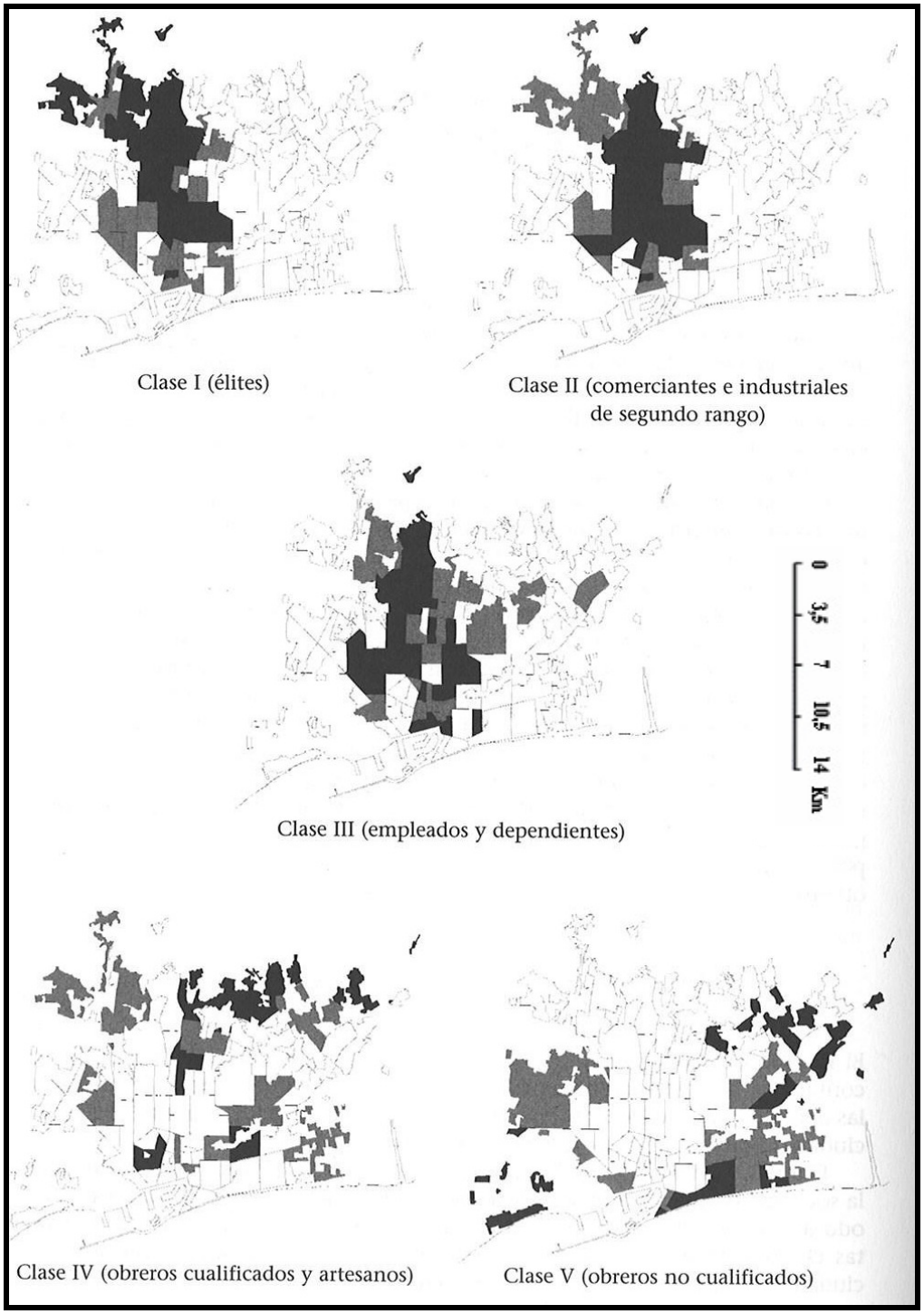
É importante destacar que a classe trabalhadora não era homogênea, logo, não vivenciava tal processo de segregação sempre da mesma forma. No entanto, não há dúvidas, a maior parte dos trabalhadores manuais espanhóis viva um cotidiano fortemente marcado por tais desigualdades. Nesse sentido, podemos distinguir três frações da classe trabalhadora barcelonesa: 1. a menor fração era constituída por trabalhadores manuais qualificados, artesãos e proprietários de pequenas oficinas com um poder aquisitivo que lhes permitia ter uma vida digna e com acesso aos bens e serviços básicos; 2. a segunda e maior fração era constituída por trabalhadores manuais não qualificados que sobreviviam na pobreza; 3. uma grande parcela constituída por trabalhadores muito pobres, desempregados ou subempregados, sem qualificação, uma grande parte desta fração constituída por migrantes da última onda migratória que não tiveram inserção em nenhuma rede social pré-existente.

A diferença dentro da própria classe cria espacialidades distintas no espaço urbano e uma experiência singular (ainda que com mais semelhanças do que diferenças) no cotidiano da cidade, principalmente em relação à mobilidade, o que determina diretamente a experiência concreta que as frações da classe trabalhadora possuem da cidade. Durante o período do entre guerras houve, como vimos anteriormente, uma expansão do sistema de transporte e um aumento expressivo do número de passageiros. No entanto, a incorporação da classe trabalhadora ao sistema de transportes ocorreu de forma diferenciada entre trabalhadores qualificados (fração 1) e não qualificados (frações 2 e 3). O primeiro grupo habita principalmente aquelas faixas de transição entre os bairros proletários e de classe média da cidade, e uma porção menor ocupa bairros tradicionais do Centro Histórico. Essa fração da classe trabalhadora possui uma mobilidade maior no espaço urbano por conta do seu maior poder aquisitivo, o que lhe permite morar em áreas com melhor acesso ao sistema e transporte e incorporar o gasto com o transporte nas despesas cotidianas. Dessa forma, a experiência urbana desta fração da classe trabalhadora é maior do que as frações 2 e 3, como veremos a seguir. A segunda fração da classe trabalhadora

habitava principalmente os subúrbios proletários e, em menor quantidade, as novas periferias e por isso englobavam a grande massa da população que tinha uma mobilidade sócio-espacial muito reduzida, circunscrita basicamente aos bairros vizinhos de sua moradia e ao local de trabalho, com pouca circulação pelas áreas da cidade, seja nos bairros pluricassistas ou nos bairros ricos. Enquanto isso a terceira fração da classe trabalhadora habitava principalmente as periferias e em segundo lugar os subúrbios proletários tinham a menor mobilidade e maior custo em tempo e dinheiro com o transporte, por conta das grandes distâncias a serem percorridas e da precária e, às vezes, inexistência, infraestrutura deste serviço.

A mobilidade espacial pode ser analisada a partir dos deslocamentos entre a moradia e o local de trabalho. Nesse caso, 42% dos trabalhadores qualificados e artesão moram no próprio bairro em que trabalham, ao passo que 76% dos trabalhadores não qualificados moram no próprio bairro onde trabalham. Além disso, dentre os trabalhadores qualificados 26% iam para o trabalho a pé e 74% utilizava algum tipo de transporte (principalmente o bonde), enquanto que 76% dos trabalhadores não qualificados vai a pé para seu local de trabalho (OYÓN, 2008:271). Tais dados nos permitem concluir que a vida no bairro e as redes sociais criadas e instituídas no lugar eram a base da experiência urbana vivenciada pelos trabalhadores: as identidades coletivas, os projetos políticos, os desejos, anseios, a sociabilidade estavam fundamentalmente marcadas por essa experiência intensa e, ao mesmo tempo, restrita da cidade, constituída fundamentalmente por conta da intensa segregação espacial, consequência direta da heteronomia das relações de poder.

A espacialidade das classes sociais em Barcelona



Fonte: OYÓN, 2008:114.

Uma segunda diferenciação interna da classe trabalhadora é em relação à sua origem geográfica. É notável como existe uma correlação direta e forte entre a composição da classe social e a origem geográfica. Nesse sentido, as elites barcelonesas são constituídas fundamentalmente de catalães (74%), a fração burguesa constituída por comerciantes e pequenos industriais também possui um claro predomínio catalão (71%), profissionais liberais e a pequena burguesia já apresentam uma queda no índice de população catalã (61%). Em relação à classe trabalhadora manual qualificada temos um índice de 59,3% de população catalã e na fração de trabalhadores manuais não qualificados apenas metade da população é catalã (50%), enquanto o restante é constituído por imigrantes de outras regiões espanholas. Em todas as classes os migrantes oriundos do Levante e de Aragão constituem o segundo e terceiro grupos mais numerosos, respectivamente (OYÓN, 2008:93). Com isso, é possível afirmar que quanto pior a condição do trabalhador, maior é o componente migratório na constituição da fração da classe. Além disso, é possível identificar que o trabalhador catalão é normalmente mais qualificado e melhor remunerado do que o imigrante, que compõe a maior parte da mão-de-obra não qualificada e alocada nos piores trabalhos.

O breve panorama que apresentamos mostra uma Barcelona marcada por uma intensa segregação espacial. A distância física, política e econômica entre a burguesia espanhola e a grande massa de trabalhadores não qualificados aumentou entre 1914 e 1936, a despeito do aumento real dos salários e dos investimentos em infraestrutura realizados pelo Estado e pelo capital privado no mesmo período.

> La segregación social de los Barrios obreros respecto a los Barrios ricos se acentuó el primer tercio de siglo. La separación del trabajo manual del no manual, la división entre ricos y pobres que resulta de medir la distribución del servicio doméstico en la ciudad no deja lugar a dudas: la distancia física entre ricos y pobres era mayor en 1930 que treinta años antes. Efectivamente, el índice de segregación de la riqueza, o lo que es lo mismo el índice de disimilitud de distribución espacial entre ricos y pobres, ascendió de una manera muy marcada. En 1900, dicho índice se situaba en un destacado nivel de 32. En 1930 había ascendido ya un altísimo 46. Los barrios ricos siguieron concentrando cada vez más a las clases ricas, mientras que los barrios pobres asistieron a un estancamiento y en alguns casos a una pérdida relativa de su diversidad social. En la mayoría de los suburbios populares se dio el primero de dichos procesos. En muchos barrios obreros del centro histórico se produjo el segundo. Las nuevas periferias nacieron ya sin rastro de burgueses. Los grandes cambios en la forma urbana del periodo de entreguerras conllevaron pues un cambio trascendental en la geografía

> social: el progresivo distanciamiento entre trabajadores manuales y burgueses. En sólo treinta años la distancia física entre ambos mundos se había incrementado en 46% (OYÓN, 2008:135).

A intensificação do processo de segregação deve ser compreendida dentro da dinâmica da luta de classes na sociedade espanhola, o que corresponde à intensificação da conflitividade social que analisamos no capítulo 2. Nesse sentido, da virada do século até o início da Guerra Civil a Espanha estava imersa em uma ampla conjuntura de graves conflitos sociais por conta da sua estrutura política, econômica e cultural. Tais conflitos se manifestam de forma singular no espaço urbano da cidade de Barcelona, onde a luta na esfera da produção está articulada à luta pelo direito à cidade. Assim, as lutas mais amplas que ocorreram em todo o território espanhol ganhavam uma singularidade em Barcelona uma vez que o questionamento e a luta contra o capitalismo eram indissociáveis de uma luta pela transformação material e subjetiva do espaço urbano barcelonês e estavam diretamente ligadas aos processos de transformação espacial na cidade.

A segregação espacial não e apenas material e econômica. Enquanto uma expressão das relações de poder, ela possui elementos subjetivos e simbólicos que a constituem e são tão importantes quanto a questão da distribuição da riqueza, por exemplo. É importante ressaltar tal aspecto da segregação uma vez que a sua realização material só é possível com a produção de uma subjetividade e de um discurso que a torne legítima e defensável segundo determinado projeto de sociedade. Em outras palavras, para que a segregação seja efetiva, são necessários dispositivos do infrapoder (CASTORIADIS, 1983), que a façam funcionar junto com dispositivos econômicos e políticos. É importante ressaltar tais aspectos por conta da imagem subjetiva que era produzida acerca dos diferentes espaços da cidade. Conforme a segregação se intensificava novos discursos, representações e imagens dos bairros e áreas da cidade eram produzidos, o que criava uma nova subjetividade coletiva acerca do espaço urbano de Barcelona. Em outras palavras, conforme a segregação física e econômica se intensificava, os discursos, as representações e imagens sobre o espaço e o bairro do outro ganhavam novos conteúdos ou se tornavam cada vez mais extremados a ponto de justificar e alimentar a intensificação da segregação. Os temores das elites urbanas em relação aos trabalhadores e aos migrantes aumentavam conforme a cidade a e indústria cresciam.

As transformações que ocorreram em Barcelona ao longo do período entre guerras constituíram uma singularidade no contexto da conflitividade social que caracterizava a Espanha naquele momento específico. O aprofundamento e a diversificação da industrialização, a ampliação dos serviços e infraestrutura urbanos, o crescimento do tecido urbano caracterizado principalmente pela densificação dos bairros proletários do centro histórico, crescimento dos subúrbios e das periferias transformaram Barcelona em uma cidade industrial e majoritariamente proletária. E mais do que uma cidade operária, Barcelona era uma cidade com uma imensa população imigrante: "la presencia de hogares de origen inmigrante em la Barcelona de los años treinta era de facto notabilísima: más de 70% del total de cabezas de hogar de la ciudad" (OYÓN, 2008:25).

O caráter proletário e marcado por migrantes e imigrante de Barcelona causava um significativo temor nas elites urbanas catalães da cidade. O incômodo e o temor em relação ao trabalhador, ao desempregado e aos imigrantes levaram à produção de uma subjetividade elitista acerca dos espaços da cidade e seus habitantes. Uma subjetividade, sem dúvida, fortemente conservadora, racista e xenofóbico, que identificava o trabalhador, o desempregado e o imigrante como os responsáveis pela degradação moral e física da cidade.

A elite urbana construiu um modelo do que deveria ser o trabalhador ideal: católico, disciplinado, trabalhador, chefe de família, prudente no uso do salário, não deveria freqüentar cabarés, tavernas, cafés, não deveria participar de sindicatos e atividades "subversivas", não freqüentar espaços marginais como a zona portuária, etc. Enfim, a burguesia catalã construiu uma escala de valores morais para julgar o comportamento da classe trabalhadora de Barcelona. Em oposição a esse modelo tínhamos os hábitos e posturas consideradas desviantes, marginais e degradantes: freqüentar cabarés, beber, jogar, vadiar, participar de greves, manifestações, insurreições, etc. Abaixo dos trabalhadores desviados, existiam os piores personagens na escala moral burguesa: desempregados, alcoólatras, mendigos, prostitutas, ladrões, golpistas, etc. Além da tipologia moral a partir de um modelo ideal de comportamento, a elite urbana associava a degradação moral da maior parte da classe trabalhadora (incluindo aí o "lumpemproletariado" tão desprezado) à forte presença dos migrantes de fora da Catalunha. Existia um forte discurso xenofóbico que atribuía aos migrantes de outras regiões e dos imigrantes a responsabilidade pelo comportamento imoral, delinquente, subversivo e vicioso da maior parte da população pobre barcelonesa. A xenofobia catalã defendia a ideia de que a presença de uma grande massa de

imigrantes de fora da Catalunha (de outras regiões da Espanha ou de outros países) colocava em risco a identidade e o modo de vida (burguês) catalão e o impacto dessas influências na classe trabalhadora levavam à degradação moral, vícios e na constituição de movimentos subversivos, questionadores, críticos e, finalmente, revolucionários, o que era o contrário do ideal burguês catalão: ordem, disciplina, resignação, respeito à família, à propriedade, ao Estado, etc.

A subjetividade burguesa também criou discursos e imagens sobre os espaços da vida cotidiana da classe trabalhadora (EALHAM, 2005). A crítica burguesa ao modo de vida dos trabalhadores era indissociável de um discurso conservador sobre os espaços nos quais ele é efetivado. Nessa perspectiva, quando a burguesia catalã fala em degradação moral, ela remete a determinados espaços onde certas práticas são desenvolvidas, como os cabarés, prostíbulos, tavernas, etc.; quando critica manifestações e o comércio de rua ambulante remete ao uso e à apropriação do espaço público; na crítica à civilidade remete diretamente à degradação física dos bairros proletários e sua infraestrutura urbana, que criam uma imagem caótica para a elite urbana barcelonesa. Assim, os espaços da classe trabalhadora são diretamente associados à desordem, ao caos, aos descontrole, à "anarquia" e à degradação. Conforme maior o grau de segregação e a presença de imigrantes, mais fortes são as imagens e os discursos produzidos sobre os espaços proletários. Assim, as periferias são vistas como lugares desprovidos de civilidade, onde predominam a brutalidade e a hostilidade nas relações, onde as pessoas são rudes por conta da precariedade da infraestrutura e das moradias, bairros degradados pela forte presença de imigrantes pobres. Os bairros próximos ao porto são considerados os mais baixos e degradados, pois reúnem os piores habitantes da cidade: bêbados, prostitutas, ladrões, desempregados, imigrantes, trabalhadores entregues aos vícios da bebida e do jogo, etc. Os subúrbios proletários são vistos com forte desconfiança, pois são locais de moradia de potenciais imorais, subversivos e degradados, uma vez que nesses espaços reside a maior parte da população trabalhadora da cidade. Por último, aqueles bairros de transição habitados por artesãos e trabalhadores qualificados são vistos como os mais "civilizados" e "seguros", habitados por uma fração da classe trabalhadora com maior quantidade de catalães, o que representava uma clara superioridade moral e cultural em relação à massa de trabalhadores não qualificados dos demais bairros, o que permitia uma maior interação desses trabalhadores com as elites burguesas da cidade.

A subjetividade burguesa não se expressava apenas no plano do discurso ou da representação. A xenofobia, o preconceito e o temor em relação à classe trabalhadora não ficavam restritos aos comentários do cotidiano, aos artigos de jornal que exigiam disciplina, ordem e limpeza, às manifestações de desprezo no espaço público. A subjetividade se objetificava na intensificação da segregação, no aumento das distâncias físicas e sociais entre as classes, e se expressava de forma contundente nas políticas de segurança e de ordenação do espaço público.

Ressaltamos anteriormente que a monarquia, a ditadura e a república tinham basicamente o mesmo projeto de gestão do espaço urbano, que era caracterizado pelas tentativas de modernizar determinados espaços da cidade com o objetivo claro de favorecer a dinâmica de reprodução das diversas frações do capital. Dentro desta perspectiva mais ampla, existem pontos específicos que eram fundamentais para que o objetivo geral fosse alcançado. Um dos pontos cruciais era a manutenção da ordem no espaço público, que significava, na verdade, controlar as ações da classe trabalhadora: no fundo, tratava-se de uma questão fundamental de disputa da apropriação do espaço público. Nesse sentido, era crucial para as elites urbanas que a barbárie, a degradação, a sujeira e a imoralidade da classe trabalhadora fossem reprimidas e controladas para não colocar em risco a ordem, a limpeza, a civilidade da ordem hegemônica. Em todos os governos no período entre guerras, a política de manutenção da ordem no espaço público era sinônimo de repressão aos trabalhadores, inclusive na República. Manter a ordem significava o combate às manifestações, greves, crimes, delitos e a determinados usos do espaço público (como a venda ambulante, a presença de crianças e jovens pobres em bairros de classe média, a "vadiagem", etc.) pela classe trabalhadora. No fim das contas, tratava-se de uma política de manutenção da ordem heterônoma, das desigualdades e da segregação, pois combatia estratégias de sobrevivência e qualquer tentativa da classe trabalhadora em reivindicar qualquer tipo de direito, reforma ou melhorias pontuais nas suas condições de vida.

A política de manutenção da ordem pública era baseada exclusivamente no uso das forças repressoras do Estado, ou seja, a polícia e as forças armadas. Durante o período em questão, as principais forças policiais foram: 1. a Guarda Civil, uma guarnição paramilitar de origem rural que passou a ser cada vez mais requisitada no espaço urbano para combater greves, manifestações e insurreições; 2. A Guarda de Assalto, criada pelo governo republicano com o objetivo de ser a principal força policial municipal para conter crimes, delitos e usos não

autorizados do espaço público. Após a criação da Guarda de Assalto, a Guarda Civil era convocada apenas em conflitos mais tensos, pois era uma força de repressão mais violenta e utilizada para conter grandes greves, insurreições, etc., enquanto que a Guarda de Assalto era uma força policial para lidar com as questões do cotidiano (ainda assim, preparada para conflitos de maior envergadura). Em momentos de conflitos mais intensos, como nas lutas de 1909 e 1918 a 1923, os governos civis não hesitavam em convocar as forças armadas para lidar com o conflito, o que elevava o patamar da violência, uma vez que o exército tratava os trabalhadores como inimigos de Estado.

As estratégias de repressão e controle do espaço urbano não eram muito variadas e não traziam grandes novidades: eram norteadas pelo uso da violência e do patrulhamento ostensivo do espaço. No cotidiano o que caracterizava a ação policial eram as rondas realizadas por grupos formados por um número significativo de policiais (entre cinco e dez) que circulavam a pé ou em pequenas caminhonetes com o objetivo básico de prender qualquer um que fosse uma ameaça em potencial (uma espécie de ação preventiva) e aqueles que efetivamente desobedecessem à lei. Em contextos de greves com caráter revolucionário e insurreições as forças armadas eram imediatamente convocadas para debelar o perigo de revolução e aniquilar a ameaça ao regime, o que era feito de forma brutal, como vimos no capítulo 2. Em contextos de elevada conflitividade que caracterizavam momentos anteriores ou posteriores a uma grande greve ou movimento insurrecional, era comum que as forças da ordem utilizassem pistoleiros, milícias e organizações paramilitares (que atuavam em parceria com as forças públicas) financiadas por organizações patronais para controlar a ação dos sindicatos e organizações dos trabalhadores. O uso desse tipo de estratégia foi fartamente utilizada nos principais momentos de crise política e econômica: 1909-1911, 1918-1922, 1930-1931, 1933-1934 e, finalmente, 1936.

Foto 7. Patrulha de Guardas de Assalto

Foto 3.2. Vigilando la ciudad: unos guardias de asalto patrullan por l'Hospitalet, 1933. © Pérez de Rozas, Arxiu Fotogràfic de l'AHCB.

Fonte: EALHAM, 2005:131.

A proclamação da República não alterou o ideário da ordem e da disciplina do espaço urbano, ao contrário, ela foi modernizada e aprimorada. Os republicanos demonstraram uma verdadeira obsessão pelo controle do espaço urbano e pela manutenção da disciplina e da ordem para demonstrar sua capacidade de governar e trazer a estabilidade à sociedade espanhola. A ordem pública era uma prioridade para o governo republicano, porque era a faceta mais visível dos novos tempos e uma das formas mais eficazes de tentar controlar os conflitos que animavam a Espanha até então. Portanto, era necessário controlar tanto a ação dos trabalhadores quanto dos grupos radicais de direita: fascistas e monarquistas.

O governo republicano não dissolveu a odiada Guarda Civil, e apenas mudou o nome da Brigada Policial Especializada em Anarquismo e Sindicalismo para Brigada de Investigação Social, que continuava com os mesmo objetivos do governo monárquico, ou seja, vigiar e combater o movimento anarquista e sindical, ao mesmo tempo em que não abriram mão de usar as forças armadas para lidar com conflitos envolvendo os trabalhadores, o que havia sido um compromisso de campanha (EALHAM, 2005:133). No plano nacional, a Lei da Defesa da

República garantia a legitimidade constitucional para a ação violenta contra os trabalhadores, que foi intensificada em 1933 com a vitória da direita nas eleições gerais. Nesse ano, a Lei de Defesa da República foi substituída pela Lei da Ordem Pública, o que permitia uma maior ação dos grupos direitistas contra o regime e, ao mesmo tempo, garantia a manutenção da repressão nas ruas das cidades espanholas. No mesmo ano foi votada a Ley de Vagos y Maleantes, que na verdade era um dos poucos consensos entre a direita e o campo republicano nas Cortes (formulada por Luis Jiménez de Asúa, um respeitado jurista do PSOE) e que significava, na prática, a permissão para a ação preventiva contra o uso do espaço por pessoas ou grupos que pudessem colocar em risco a ordem pública. O nome da lei deixa explícito quais são os seus alvos: desempregados, meliantes, vagabundos, golpistas e qualquer outro indivíduo ou grupo que fosse um riso potencial.

> Por otro lado, la Ley de vagos y Maleantes, aprobada también en 1933 legalizó ciertas prácticas policiales de carácter preventivo. Su objetivo no era el procesamiento de actos criminales, ya de por sí castigados por el código penal, sino la identificación y represión del *homo criminalis*: aquellos individuos cuyo 'estado de peligrosidad' encerraba una amenaza para el orden social y el código criminal. Para ese fin se crearían unidades de policía y tribunales especiales que, adecuadamente informados sobre los principios legales y científicos contemporáneos, detendrían, evaluarían y clasificarían a los individuos, ordenando el aislamiento de los 'peligrosos sociales' en campo de trabajo y concentración (EALHAM, 2005:140).

No capítulo 2 demos ênfase à conflitividade de caráter mais amplo e estrutural da dinâmica da sociedade espanhola. Agora vamos tentar demonstrar como tal conflitividade se expressava na forma de lutas urbanas dentro deste contexto repressor e autoritário que buscava controlar o uso e a mobilidade da classe trabalhadora no espaço urbano. Nesse sentido, a conflitividade se manifestava em três tipos de conflitos: 1. greves e manifestações por moradia (o que incluía a questão dos aluguéis e das condições de habitação); 2. estratégias e práticas ilegais de sobrevivência, o que implicava em um uso não autorizado do espaço público; 3. protestos e manifestações por melhorias no sistema de transporte.

As condições gerais de moradia da classe trabalhadora em Barcelona no período entre guerras era precária em diversos sentidos: aluguéis elevados, pouca disponibilidade de imóveis com preços acessíveis, coabitação, múltipla locação do imóvel, auto-construção, etc. Nesse sentido, a grande massa de trabalhadores manuais não qualificados, que representava a

esmagadora maioria da classe trabalhadora, não dispunham de condições dignas de moradia, o que afetava diretamente sua condição de vida. Vamos apresentar algumas informações gerais para ilustrar as afirmações.

Em 1914, artesãos e trabalhadores qualificados gastavam em média de 19% a 21% de seu salário com o aluguel, enquanto trabalhadores não qualificados tinham um custo de 27% a 31%, enquanto as mulheres trabalhadoras qualificadas gastavam em torno de 33% a 38% de seu salário com aluguel. Em 1930 os mesmos grupos tinham os respectivos gastos: 19% a 22%, 27% a 30% e 33% a 38%. Entre 1930 e 1935 podemos observar uma redução do peso do aluguel no custo de vida dos trabalhadores, onde os trabalhadores qualificados e artesãos gastam entre 14% e 16% e os trabalhadores não qualificados entre 21% e 24% (não há dados para as mulheres trabalhadoras em 1935) (OYÓN, 2008:168). Os dados deixam claro o elevado peso do aluguel no custo de vida geral da classe trabalhadora, principalmente para as mulheres chefes de família e para a grande massa de trabalhadores manuais não qualificados. É possível observar que praticamente não houve variação da participação do aluguel no custo de vida da classe trabalhadora entre 1914 e 1930, o que significa a manutenção de uma condição precária de vida na cidade. A redução do peso relativo do aluguel entre 1930 e 1935 pode ser explicada, em parte, pela política republicana de aumentar o poder de compra da classe trabalhadora através de um aumento nominal dos salários, o que permitiu um pequeno alívio no orçamento.

O valor dos aluguéis e seu peso relativo no orçamento dos trabalhadores podem ser explicados por conta da dinâmica do mercado imobiliário barcelonês, que simplesmente não foi capaz de ajustar a oferta de imóveis com a demanda, por conta do fortíssimo fluxo migratório e o grande crescimento populacional. Entre 1931 e 1935, os trabalhadores manuais não qualificados ocupavam apenas 36% dos imóveis com aluguéis mais baratos (abaixo de 50 pts/mês) que tinham uma baixa taxa de desocupação, de apenas 7,5%. Em outras palavras, existia uma pequena oferta de imóveis com aluguéis baratos, que nem sempre eram alugados para os trabalhadores mais pobres. A maior parte dos trabalhadores (56,7%) residia em imóveis com aluguéis que variavam entre 50 e 100 pst/mês, e onde a taxa de desocupação dos imóveis chegava a 55%, o que equilibrava a oferta e a procura.

A dificuldade de encontrar aluguéis baratos levava os trabalhadores a utilizar outras estratégias para conseguir moradia na cidade: a coabitação (familiar ou não), a sublocação de um imóvel para outro trabalhador e a autoconstrução. A coabitação existia quando um imóvel era

dividido por dois ou mais trabalhadores solteiros, ou quando duas ou mais famílias dividiam a habitação, o que permitia aos moradores reduzir o custo do aluguel, que seria dividido pelos moradores. A coabitação poderia ser de dois tipos, familiar e não familiar. A coabitação familiar era caracterizada pela divisão de um imóvel com membros da sua própria família (irmãos, pais, tios, primos) acompanhados ou não de cônjuges e seus filhos. A coabitação não familiar era caracterizada pela convivência de famílias diferentes no mesmo imóvel. Quanto maior o grau de coabitação, maior a precariedade das condições de vida. Nesse sentido, as taxas de coabitação entre os trabalhadores qualificados e artesãos era em média de 33%, enquanto dos trabalhadores não qualificados era de 42% (OYÓN, 2008:181). A sublocação do imóvel era a segunda estratégia mais utilizada pelos trabalhadores para reduzir o custo do aluguel. Um trabalhador alugava um determinado imóvel e logo depois sublocava cômodos ou todo o imóvel a outros trabalhadores ou famílias inteiras. Para se ter uma ideia da importância da sublocação na vida dos trabalhadores, estimava-se em aproximadamente 100.000 imóveis sublocados em Barcelona em 1927 (OYÓN, 2008:176). Por fim, o fenômeno da autoconstrução que era uma estratégia pouco utilizada, se comparada com as demais, onde o trabalhador construía sua própria moradia, o que resultava, na maior parte das vezes, em construções muito precárias de madeira ou alvenaria chamadas *chabolas*, muito semelhantes às favelas brasileiras. Em 1929, no ano da Exposição Universal, existiam aproximadamente 6.500 *chabolas* em Barcelona, com uma população aproximada de 30 mil pessoas. As áreas com maior incidência de *chabolas* eram Montjuïc (de onde a população foi retirada e suas casas demolidas para as obras de construção dos prédios, pavilhões e parques que abrigaram a Exposição Universal), a zona portuária (o que incluía Barceloneta, Poble Nou) e áreas periféricas caracterizadas pela ocupação mais recente.

Os conflitos em torno da moradia giravam em torno dessas questões, uma vez que a elite urbana e os governos centrais não estavam preocupados em solucionar ou amenizar os problemas estruturais, nem tampouco satisfazer as demandas por melhorias nas condições de habitação da classe trabalhadora. A resposta do Estado, em todas as esferas, era pautada na violência ou em medidas paliativas. Para se ter uma ideia da ausência de qualquer tipo de intervenção pública ou privada na questão das habitações, entre 1929 e 1935 foram construídas apenas 3.855 moradias populares, o que equivalia a 2,4% do total de lares da classe trabalhadora. O principal projeto de habitação popular, uma parceria entre o poder público e a iniciativa privada foram as Casas Baratas, conjuntos habitacionais construídos principalmente na periferia de Barcelona e que

foram um verdadeiro fracasso. Estava prevista a construção de 2.355 imóveis; no entanto, foram construídas apenas 700 unidades habitacionais em quatro conjuntos diferentes. O projeto fracassou porque os aluguéis cobrados eram basicamente os mesmos dos bairros centrais, o que impossibilitava o acesso dos trabalhadores mais pobres; além disso, existia uma série de pré-requisitos que dificultavam ainda mais o acesso a essa moradia: os interessados deveriam ser alfabetizados, nativos de Barcelona e os filhos deveriam estar frequentando regularmente a escola. Essas condições tornavam o acesso às Casas Baratas praticamente impossível para a maioria dos trabalhadores não qualificados e migrantes que ocupavam a periferia da cidade (EALHAM, 2005; OYÓN, 2008).

Diante da ausência de projetos e reformas significativas, inúmeras ações, atos e manifestações foram organizados por uma grande massa de trabalhadores que reivindicavam melhores condições de vida. Naquele momento, existiam dois pontos principais nas pautas dos manifestantes: a redução do preço dos alimentos e a criação imediata de uma política de controle de preços dos aluguéis. As duas principais reivindicações eram sistematicamente ignoradas pelo Estado e pela burguesia catalã, tanto os comerciantes quanto os proprietários imobiliários, que viam nas manifestações populares nada além do que distúrbios da ordem, ações anárquicas, confrontação ao regime, etc. No final da ditadura de Primo de Rivera, em outubro de 1930, os trabalhadores iniciaram uma grande mobilização por quase todos os bairros operários da cidade, principalmente aqueles ocupados basicamente por trabalhadores não qualificados, o que incluída as periferias, os subúrbios e os bairros do centro histórico. Tal mobilização se desdobrou em um longo ciclo de manifestações e greves contra o pagamento dos aluguéis entre novembro de 1930 e o início fevereiro de 1933, sendo que o ápice do movimento foi de julho a outubro de 1931. Por isso, o movimento ficou conhecido como a Greve dos Aluguéis do Verão de 1931.

A organização do movimento contou com a participação de dois tipos de organizações. Em primeiro lugar, devemos destacar o papel das organizações de bairros e das redes de solidariedade que existiam independentes de qualquer partido ou sindicato que desenvolviam atividades culturais, ajuda mútua para amenizar as dificuldades de alimentação, vestuário, moradia, cuidado com as crianças, cooperativas locais, etc. O fundamental é destacar a importância política, economia e cultural de tais organizações que se constituíram tendo como referência identitária a escala local, uma vez que o bairro, como vimos anteriormente, constitui o espaço onde os trabalhadores passam a esmagadora maioria do seu tempo, seja em casa, no

trabalho ou nos momentos de ócio e lazer. Nesse sentido, a constituição de uma identidade coletiva passa necessariamente pelo espaço de vida cotidiano que agrega as múltiplas atividades dos trabalhadores, o que lhes permite produzir uma ideia de um espaço múltiplo, mas não necessariamente fragmentado. Foram essas organizações que iniciaram as mobilizações contra o preço dos alimentos e por uma nova política de aluguéis. Em segundo lugar, as organizações e sindicatos libertários se uniram quase que imediatamente à luta dos trabalhadores-moradores, estabelecendo a articulação entre a luta na esfera da produção e aquela na esfera da moradia, demonstrando como as duas eram indissociáveis. Nesse sentido, os sindicatos contribuíram para explicitar a relação entre a exploração na esfera do trabalho e as condições de vida na cidade, deixando claro que as relações de poder e de produção possuem uma espacialidade urbana caracterizada pela forte segregação espacial. Os sindicatos foram de crucial importância para o movimento grevista por conta da sua capacidade de organização e mobilização dos trabalhadores, seu acesso a recursos financeiros para viabilizar determinadas ações (compra de material como tinta, tecidos, comida, empréstimo de veículos, etc.) e na disseminação das ideias do movimento através da imprensa anarquista, que durante outubro de 1930 e maio de 1931 publicou uma série de artigos criticando a questão as condições de moradia e o alto custo de vida para a classe trabalhadora na cidade de Barcelona, o que foi importantíssimo para a articulação do movimento nos diferentes bairros da cidade. O principal sindicato da CNT que se engajou na luta foi o Sindicato da Construção, que aglutinava os trabalhadores envolvidos direta ou indiretamente na construção civil e que naquele momento enfrentavam uma grande onda de desemprego. Por conta da iniciativa deste sindicato, o Comitê Regional da Catalunha criou a Comisión de Defensa Económica del Ramo de la Construcción, que seria integrada por membros dos sindicatos e por militantes das organizações de moradores, com o intuito de unificar as lutas e agir tanto na esfera da produção (emprego, salário, condições de trabalho) quanto na esfera da moradia (políticas de habitação, controle dos aluguéis, etc.). A ação deste sindicato é que viabilizou o encontro e a articulação da CNT com as organizações de bairro, fazendo com que aos poucos as organizações de bairro fossem completamente integradas à dinâmica da CNT, apesar de não estarem vinculadas à esfera da produção. Isso implicou uma ampliação fundamental no campo de influência política da CNT e permitiu a constituição de um espaço de aprendizagem política de muitos trabalhadores e moradores que não se envolviam nos conflitos

trabalhistas, mas que tiveram nas lutas urbanas uma experiência fundamental de formação política.

A mobilização inicial ocorreu entre outubro de 1930 e maio de 1931, com uma série de reuniões para disseminar a ideia da greve, estabelecer estratégias e objetivos da luta, discutir o sentido e as causas da mobilização. Em outras palavras, um tempo significativo foi utilizado para organizar o movimento e a articulação das diversas organizações envolvidas no processo. Nesse período ocorreram alguns atos isolados, como uma greve realizada pelos moradores de um dos conjuntos de Casas Baratas.

A greve em si começou em maio de 1931, aproveitando as manifestações do dia do trabalho, a partir do bairro da Barceloneta, um dos mais densos do centro histórico. Dali o movimento rapidamente se espalhou pelas periferias, Casas Baratas e outros bairros dos subúrbios proletários. Uma assembleia geral foi convocada para tornar pública a mobilização e suas reivindicações: contratação imediata de trabalhadores da construção civil, congelamento dos preços dos alimentos e redução de 40% dos preços dos aluguéis (EALHAM, 2005; OYÓN, 2008). Em junho e julho foram realizados encontros nos bairros para organizar a suspensão do pagamento dos aluguéis até que as reivindicações fossem atendidas: redução de 40% dos aluguéis e isenção do pagamento para os desempregados. Em julho a Comisión de Defensa calculava em 45 mil grevistas e em agosto, auge da greve, algo em torno de 90 mil, o que representava aproximadamente 30% da classe trabalhadora barcelonesa. É interessante salientar que nos bairros periféricos o movimento era mais radical e intenso do que nos bairros do centro histórico ou dos subúrbios populares. Nos bairros periféricos é que existia a maior quantidade de trabalhadores e desempregados que aderiram radicalmente à greve, ou seja, não pagavam os aluguéis. Além disso, esses trabalhadores tiveram força para dar continuidade ao movimento de forma relativamente contínua até o início da Guerra Civil. Ou seja, com avanços e recuos, os trabalhadores das periferias conseguiram manter um movimento relativamente articulado e com importância política durante seis anos em torno da questão do direito à cidade.

A resposta do Estado e da classe proprietária foi baseada no uso da força. A principal resposta utilizada pelos proprietários para coibir a greve era o despejo dos inquilinos feito por seguranças privados, pistoleiros, etc., ou pelas forças policiais. Em todo caso, as ações geralmente terminavam em conflitos, pois os moradores resistiam aos despejos, geralmente apoiados por outros participantes da greve. Além disso, uma estratégia muito utilizada pelos

moradores, e que também gerava, conflitos era a ocupação do mesmo imóvel após o despejo. Após um determinado período de tempo, os inquilinos despejados retomavam o imóvel com o auxílio de outras pessoas que faziam parte do movimento grevista, e ajudavam com o transporte dos bens (móveis, roupas, etc.), davam apoio para impedir novas ações de despejo e providenciavam alimento para os moradores e apoiadores envolvidos na ação. Ocupações de imóveis vazios também aconteciam frequentemente após ações de despejo, o que também gerava conflitos, uma vez que as forças policiais eram encarregadas de expulsar os ocupantes. Outros conflitos estouravam quando ocorriam manifestações, atos ou assembleias, onde a polícia agia com o intuito de reprimir para restaurar a ordem e prender os responsáveis pelas ações. As tropas policiais faziam rondas pelos bairros populares em busca de possíveis ações suspeitas ou subversivas, acabavam com reuniões, fechavam centros comunitários e jornais de pequena circulação, mas que eram importantes para a disseminação de informações.

Durante 1931 a 1936, a dinâmica do conflito em torno da questão da habitação se desenvolveu basicamente da maneira descrita acima. Ao longo do período foram realizadas diversas tentativas de negociação que sempre fracassaram, uma vez que nenhum dos lados do conflito estava disposto a ceder, o que levava sempre a outros conflitos nas ruas. As vitórias e conquistas foram muito pontuais e restritas: alguns moradores conseguiram a redução no valor de seus aluguéis, em 1931, logo após a proclamação da Segunda República, a prefeitura de Barcelona ordenou a suspensão temporária dos despejos e garantiu o retorno à moradia daquelas famílias que tinham perdido o imóvel (decisão que foi derrubada rapidamente pelos proprietários). Assim, os trabalhadores e inquilinos não tiveram grandes êxitos em termos de conquista de direitos e da formulação de política pública para melhorar as condições de vida e moradia, no entanto, ele foi extremamente importante para a formação política de um número significativo de pessoas que não estavam inseridas nas atividades sindicais, o que significou a ampliação da base militante libertária para além da esfera da produção. Após 1932, o movimento foi perdendo força nos bairros do centro histórico e dos subúrbios, até perder relevância política em 1934. No entanto, como dissemos anteriormente, o movimento continuou articulado nas periferias urbanas até o início da Guerra Civil.

O segundo foco de conflitos se dava por conta das estratégias de sobrevivência (basicamente todas consideradas ilegais) e uso do espaço urbano. Nessa perspectiva, os protagonistas dos conflitos eram os desempregados, que podiam ou não estar vinculados a algum

sindicato, que desenvolveram diversas estratégias de uso do espaço urbano para garantir sua sobrevivência e para reivindicar melhores condições de vida e trabalho.

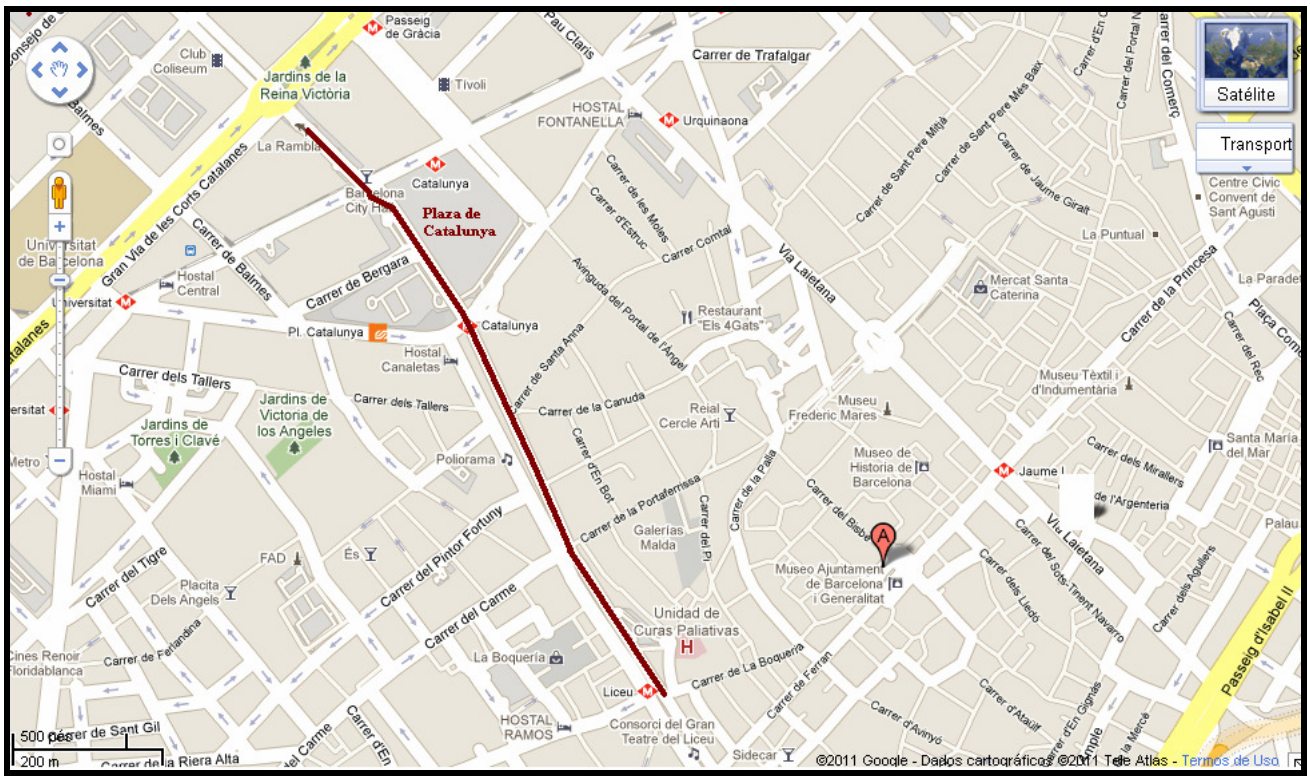
O desempregado em Barcelona era visto como um perigo em potencial para a ordem, um elemento que deveria ser severamente controlado e vigiado para não colocar em risco o bom funcionamento da ordem cotidiana burguesa; afinal, o desempregado era a manifestação concreta das contradições e desigualdades que as elites urbanas não faziam questão de tomar conhecimento ou reconhecer. Portanto, a presença do desempregado no espaço urbano não era uma questão política, econômica ou cultural, mas sim de polícia. Nesse sentido, a esmagadora maioria das práticas e estratégias de sobrevivência e reivindicações dos desempregados era colocada imediatamente na ilegalidade.

Os desempregados tinham fortes vínculos com os sindicatos, principalmente aqueles vinculados à CNT. Nesse sentido, era comum que a questão do desemprego estivesse presente na pauta de reivindicação e discussão dos sindicatos quando algum ato, manifestação ou greve era realizado. No entanto, os desempregados tinham suas próprias redes e articulações e não podiam ficar sempre dependendo da organização dos sindicatos para engendrar os processos de luta e reivindicação de melhores condições de vida. Nesse sentido, os próprios desempregados, contando com o apoio de sindicatos, organizavam atos e manifestações exigindo a redução do desemprego. Os atos e manifestações ocorriam no espaço público, único fórum político onde poderiam se mostrar como protagonistas políticos e portadores de direitos dentro da sociedade espanhola. Eles não podiam fazer greves, não tinham canais formais de representação e organização, não possuíam acesso às instituições estatais; portanto, o único fórum onde poderiam se expressar como protagonistas políticos era no espaço urbano. No entanto, o uso do espaço público para manifestações de desempregados que exigiam melhores condições de vida e trabalho era visto como uma ameaça à ordem e a à paz social e a resposta típica e rotineira era o envio das forças policiais para dispersar os manifestantes e prender as lideranças. A repressão aumentava conforme as manifestações ocorriam nos bairros de classe média, das elites e, principalmente, próximos edifícios da prefeitura e da *Generalitat* (principal lugar de manifestações), onde ocorria o ápice da repressão. Assim, a estratégia do Estado era negar o direito ao uso do espaço público para manifestações que reivindicavam trabalho e dignidade através da força e do controle da circulação das pessoas: os acessos à *Generalitat* eram fechados, protegidos e vigiados, obrigando os manifestantes a tomar outros caminhos.

Os atos e manifestações não eram as únicas práticas dos desempregados. Tais ações faziam parte de um conjunto de práticas inseridas dentro de um contexto mais amplo de luta por direitos e melhorias nas condições de vida, eram formas de uso do espaço para reivindicações que deveriam ser consideradas legítimas e legais em qualquer sociedade minimamente democrática, o que, evidentemente, não era o caso da Espanha. Os desempregados barceloneses tinham um grande repertório de práticas e estratégias para amenizar as duras condições socioeconômicas e garantir sua sobrevivência e de sua família. Vejamos que práticas eram essas.

Um conjunto dessas práticas era ilegal porque estavam associadas ao furto e ao roubo, ainda que tivessem nuances diferentes. Assim, por exemplo, uma prática comum nas periferias era entrar em granjas e sítios próximos aos limites do espaço urbano para roubar alimentos como ovos, legumes e verduras. As ações eram relativamente rotineiras, o que levava às organizações de proprietários rurais a exigir a repressão desse tipo de prática além da iniciativa dos próprios proprietários em contratar pistoleiros e seguranças para impedir os roubos. Geralmente tais ações não eram violentas, ocorriam de madrugada e tinham o objetivo básico de garantir a alimentação do desempregado e sua família por um determinado tempo. Outra modalidade de roubo era praticada em pequenos mercados e armazéns onde uma mulher começava a fazer suas compras e enchia uma ou duas bolsas com mercadorias. Quando estava pronta para pagar suas comprar, um "desconhecido" entrava no estabelecimento e roubava a mulher. Logo mais as compras eram devolvidas para a mulher que as levava para casa sem pagar. Outra forma de conseguir se alimentar sem pagar muito comum entre os desempregados era entrar em um restaurante ou hotel, fazer a refeição e se recusar a pagar a conta argumentando que é um direito de cada trabalhador se alimentar independente de ter condições ou não para pagar pela refeição. Na maioria dos casos a pessoa simplesmente ia embora sem tecer argumentos políticos, éticos ou econômicos sobre sua conduta. Essas práticas eram consideradas ilegais, mas possuem um forte componente pitoresco e sem dúvida não envolviam um grau de violência significativo, ao contrário dos roubos e furtos que eram praticados em áreas freqüentadas pela classe média e pela elite, como nas Ramblas e na Plaza de Catalunya, por exemplo, onde muitos assaltos eram realizados à mão armada (ver ilustração abaixo).

Área central de Barcelona (planta atual da cidade)



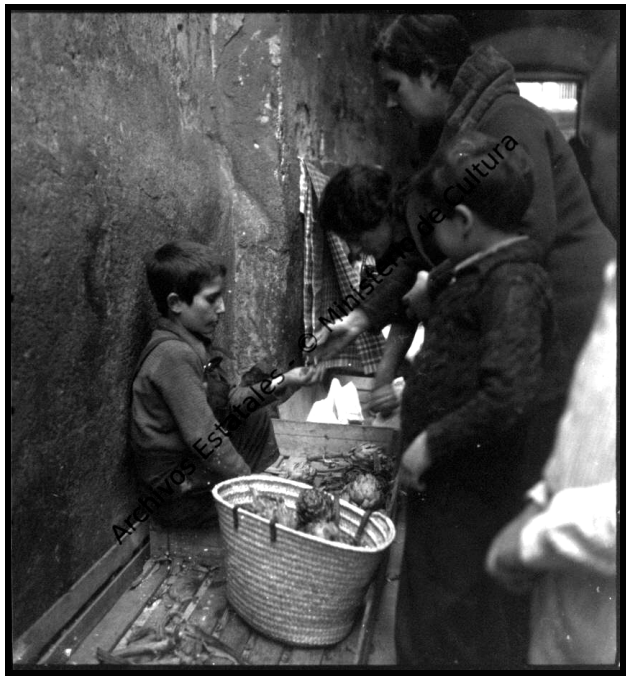
Fonte: http://maps.google.es/maps?ct=reset
OBS: A Ramblas está assinalada de vermelho escuro lado da Plaza da Catalunya. A *Generalitat* está identificada pela letra "A".

As manifestações e atos nas ruas não eram as únicas formas de protesto contra o desemprego. Existia uma prática que tinha um duplo objetivo: chamar atenção para o problema do desemprego e, ao mesmo tempo, conseguir um ganho monetário imediato para o trabalhador desempregado. Tal estratégia era relativamente simples e tinha mais êxito em relação ao primeiro objetivo: o trabalhador desempregado dirigia-se a uma fábrica, oficina ou uma empresa do setor de serviços e começava a trabalhar como se fosse um funcionário comum. No fim do dia ou da semana ele se dirigia à gerência e exigia o pagamento das horas trabalhadas. Tal prática era incentivada pelos sindicatos quando uma determinada empresa pagava muitas horas-extras ao invés de contratar novos trabalhadores. Os sindicatos mobilizavam os desempregados para que assumissem postos de trabalho como forma de pressionar pela contratação de novos trabalhadores e expor o problema do desemprego. Essa estratégia foi largamente utilizada de forma organizada durante anos de forte conflitividade social, como de 1919-1921, 1931, 1933 e 1936. A conquista do salário dependia do grau de pressão exercida pelos trabalhadores e pelos sindicatos, ou seja, dificilmente um único trabalhador isolado e sem apoio conseguia ganhar o

salário no final da sua jornada de trabalho, geralmente era expulso do local, no entanto, com mobilização era possível ter conquistas pontuais que auxiliavam nas despesas cotidianas.

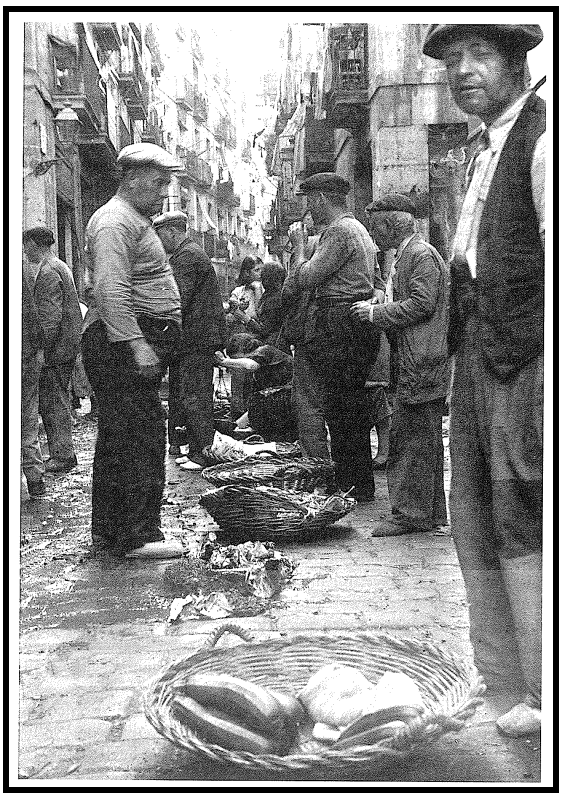
A estratégia de sobrevivência mais importante dos desempregados era o comércio de rua. Os desempregados ocupavam determinados trechos de ruas próximos a mercados ou áreas comerciais importantes da cidade, incluindo bairros de classe média, mas se fixavam principalmente em áreas freqüentadas por diversas classes para que pudessem ter maiores possibilidades de vender seus produtos. O comércio ambulante era algo muito simples e precário, onde as mercadorias eram expostas no chão sobre um tecido, uma lona, dentro de caixas de madeira ou cestas. As mercadorias eram muito variadas, como relógios, roupas, acessórios de vestuário, cigarros, panelas, ferramentas simples, mas os produtos que predominavam eram os alimentos: legumes, verduras, ovos, leite, carne, frios, embutidos, etc. Os produtos tinham diversas origens: objetos pessoais que eram postos à venda, mercadoria comprada por preços menores e revendidas, doações de sindicatos, vizinhos, comerciantes e parte significativa era fruto de roubos e furtos realizados em granjas, armazéns, mercados, etc.

Foto 8. Comércio de rua no Barrio Chino (1937-1938)



Fonte: http://pares.mcu.es/ParesBusquedas/servlets/Control_servlet (En las calles del barrio Chino de Barcelona).Centro Documental de la Memoria Histórica,FOTOGRAFIAS-KATI_HORNA,FOTO.131

Foto 9. Comércio de rua em Barcelona durante a Guerra Civil (julho de 1936)



Fonte: EALHAM, 2005:178

Após a proclamação da Segunda República, a apropriação do espaço público pelos desempregados para a prática do comércio ambulante tornou-se uma questão prioritária para a *Generalitat* e o poder municipal, uma vez que a burguesia catalã representada pela *Esquerra* de Lluis Companys assumia uma posição hegemônica e tinha um projeto de modernização da estrutura urbana e do capitalismo catalão. Nesse sentido, a média e grande burguesia comercial era uma fração importante na correlação de forças, o que significava que suas demandas deveriam ser atendidas por conta do novo contexto. Para essa fração da classe burguesa, a prática do comércio ambulante era absolutamente ilegal, representava uma concorrência desigual e representava um perigo à ordem, porque estimulava a completa ilegalidade das relações comerciais que se davam na rua: produtos furtados e roubados, não pagamento de impostos, ausência de relações contratuais, desrespeito às normas de uso do solo, concorrência desleal com os comerciantes legais, etc. Além disso, a simples presença dos ambulantes implicava na ressignificação do espaço onde eles estavam inseridos, o que acarretava na produção de imagens

e representações vinculadas à degradação e à desordem. Para a burguesia catalã, tais significações tornavam o local do comércio ambulante um lugar "mal frequentado", o que afastava parte da freguesia tradicional. Por esses motivos, a burguesia comercial demandava medidas repressivas contra o comércio ambulante e foi prontamente atendida pelos poderes constituídos: foi criada a Brigada per a la Repressió de la Venta Ambulant, comandada pelo poder municipal junto com outras brigadas para "limpar" a cidade de bêbados, mendigos, etc. (EALHAM, 2005:136). E, de fato, houve forte repressão ao comércio ambulante, no entanto, ele jamais foi completamente eliminado da dinâmica urbana de Barcelona.

O último foco relevante de conflito urbano em Barcelona refere-se às manifestações pela melhoria do sistema de transporte da cidade, o que implica na reivindicação de tarifas mais baixas, expansão da rede para bairros periféricos, melhoria nos serviços prestados e maior articulação entre as diversas modalidades de transporte para reduzir o custo monetário e o tempo de transporte para os passageiros.

As manifestações pela melhoria do sistema de transporte não tiveram o mesmo grau de radicalidade e mobilização da greve contra os aluguéis. Tais ações tinham um caráter mais pontual, disperso e esporádico, uma vez que não havia uma forte articulação entre diversas organizações para coordenar as manifestações a ponto de torná-las um movimento de luta tão coeso e contundente quanto a greve dos aluguéis. A dificuldade de articulação entre as organizações que prejudicou a radicalidade e a intensidade das ações pode ser explicada basicamente pelo caráter restrito das manifestações e atos, que se concentraram fundamentalmente nas periferias. Uma vez que a maior parte da classe trabalhadora residia nos subúrbios e nos bairros do centro histórico, a radicalidade de uma articulação mais ampla do movimento ficou comprometida. Ainda assim, tais manifestações foram importantes dentro de um contexto de luta urbana que colocava em questão um aspecto fundamental da vida na cidade: a mobilidade do trabalhador.

A periferia era o espaço mais prejudicado pela estrutura precária do sistema de transporte, o que encarecia o custo de vida dos trabalhadores e aumentava o tempo gasto no deslocamento. As reivindicações não estavam restritas ao preço da passagem, mas sobre a totalidade da estrutura do serviço em si. Assim, além da redução dos preços e da elaboração de uma política de valores diferenciados para os desempregados, os grupos reivindicavam a expansão da rede de transportes para aumentar a escassa oferta do serviço nos bairros periféricos, o que obrigava a

uma parte significativa dos moradores a percorrer longas distâncias entre a moradia e um ponto de bonde ou ônibus, exigiam a redução do tempo de espera entre os veículos, a redução do tempo médio de viagem e uma efetiva manutenção nos veículos.

Existiam diversas formas de manifestação para tais reivindicações: atos públicos, passeatas, fechamento de ruas, utilização dos transportes sem o pagamento das tarifas, destruição de veículos, piquetes nas empresas, manifestações próximas à *Generalitat* e à prefeitura. No entanto, o êxito das diversas ações foi muito pequeno. Entre 1926 e 1929, as diversas manifestações conseguiram chamar a atenção do poder municipal que tentou iniciar um projeto para melhorar o sistema de transportes na periferia. Diante do absoluto desinteresse da Transvias de Barcelona, maior empresa de bondes da cidade, o projeto era expandir linhas de ônibus para articular as periferias a bairros mais centrais. No entanto, o projeto foi um fracasso, uma vez que as linhas de ônibus não eram da Compañia General de Autobuses (CGA), a melhor e mais estruturada empresa até então, mas sim de empresas pequenas e sem condições técnicas e financeiras de oferecer um serviço minimamente aceitável. O resultado foi a implementação de linhas de ônibus em alguns bairros periféricos que ofereciam um serviço precário e, por isso, só davam conta de resolver uma ínfima parte do problema de transporte na periferia de Barcelona. Apenas a partir de 1933, o poder público municipal deu início a um projeto de maior envergadura técnica e econômica para amenizar (e não superar) a grave precariedade dos serviços prestados até então. Foi criado um *Pla de conjunt de les línees d'autobusos* que promoveu uma licitação para a expansão de linhas de ônibus para os bairros periféricos. Diversas empresas conseguiram a concessão da prefeitura, dentre elas a CGA e novas oito linhas de ônibus foram criadas. Quatro dessas novas linhas foram implementadas em bairros que não tinham nenhum tipo de serviço de transporte e as demais foram utilizadas para expandir o serviço nos bairros já atendidos. No entanto, a falta de interesse, a escassez de capitais para investimentos, a reduzida rentabilidade e a manutenção das manifestações impediram um desenvolvimento aceitável do projeto. Nesse sentido, houve uma pequena melhora para aqueles bairros que receberam investimentos, enquanto a grande maioria dos bairros periféricos sofria com a precariedade e/ou a ausência do sistema de transporte.

O conjunto de todas essas lutas foi crucial para a constituição e consolidação do movimento anarquista barcelonês. A identidade (política, cultural e econômica) dos trabalhadores (empregados e desempregados, homens e mulheres, catalães ou imigrantes) se

constituiu no processo de luta e não antes ou depois. Os conflitos engendraram um vigoroso processo de formação política para grande parte da classe trabalhadora barcelonesa que será responsável por formar a porção mais radical e ativa que exercerá a hegemonia dentro do movimento dos trabalhadores urbanos (principalmente dentre os operários). Dessa forma, ao mesmo tempo em que os trabalhadores eram mobilizados por determinadas organizações, o próprio processo de luta contribuía para a constituição de novas organizações.

É importante ressaltar que a organização do espaço urbano de Barcelona influenciou diretamente a organização do movimento operário da cidade como um todo (incluindo anarquistas, socialistas, comunistas, etc.). Nesse sentido, existia uma diferenciação interna dos trabalhadores em relação à sua inserção no espaço urbano e dentro do próprio movimento libertário. Vamos do geral para o particular.

A primeira diferença fundamental no movimento operário é em relação à base social de cada organização. Podemos estabelecer uma divisão do movimento operário em dois grandes grupos, o primeiro de caráter libertário, constituído pela FAI e pela CNT, e o segundo constituído por organizações e partidos de orientação marxista (POUM, PSOE, PSUC). José Luis Oyón traçou uma caracterização geral para os principais líderes e militantes das diversas organizações do movimento operário barcelonês a partir da análise de mais de 200 militantes (var tabela abaixo). É plausível imaginar que o perfil traçado pelo autor esteja muito próximo daquele que caracteriza a massa de militantes e a base social de cada uma dessas organizações. Os dados deixam claro que a porção libertária é composta pelas camadas mais pobres e precárias do proletariado barcelonês, enquanto as camadas superiores da classe trabalhadora estão vinculadas às organizações de caráter marxista. Os principais líderes e militantes do movimento libertário eram trabalhadores manuais não qualificados (algo em torno 75%), enquanto que uma minoria (aproximadamente 20%) era constituída por trabalhadores manuais qualificados e uma minoria de trabalhadores não manuais qualificados (médicos, professores, engenheiros, etc.). Tais dados demonstram uma grande diferença na composição da base social dos dois grandes conjuntos do movimento operário espanhol barcelonês, demonstrando de forma clara uma das principais causas das divergências e conflitos em torno dos projetos políticos e econômicos de libertários e marxistas. O caráter francamente revolucionário da CNT e da FAI se dava por conta da composição socioeconômica de seus membros que demandavam transformações imediatas nas relações e estruturas de poder, enquanto os partidos e organizações de caráter marxista

tinham em suas fileiras um número maior de trabalhadores não manuais (muitos funcionários públicos, burocratas, funcionários de sindicatos e partidos, membros da pequena burguesia, etc.) o que se expressava em uma postura mais reformista e gradualista do processo revolucionário, passando necessariamente pela tomada do aparelho de Estado. O conteúdo socioeconômico da fração da classe se expressa de forma clara e explícita nas diferenças de radicalidade do projeto político, como podemos observar ao longo do trabalho e, particularmente, no capítulo 3.

A segunda diferença complementa e reforça a primeira, pois se refere à origem geográfica do militante. Em relação às organizações libertárias, nada menos do que 65% dos militantes não são catalães, enquanto que nos partidos de caráter marxista essa relação é o inverso. Vimos que os trabalhadores imigrantes constituem a parcela mais pobre e precária da classe trabalhadora de Barcelona, justamente aquela grande maioria dos trabalhadores manuais não qualificados. Esse dado coloca uma questão interessante: a radicalidade e a importância do movimento libertário barcelonês, hegemônico dentro do movimento operário espanhol, é fruto do encontro de diversas práticas e tradições políticas e culturais de várias regiões espanholas. Nesse sentido, não se pode atribuir um caráter essencialmente catalão ao anarquismo barcelonês porque a maior parte dos militantes nasceu ou é filho de trabalhadores de outras regiões, principalmente de Aragão, Levante, Múrcia e Alicante. Assim, foi o encontro de diferentes identidades regionais ao longo das décadas de 1910, 1920 e 1930, ou seja, no máximo duas gerações de trabalhadores que trazem vivas as marcas de sua região natal. Enquanto isso, a maioria dos trabalhadores catalães possui uma inserção mais qualificada no processo de trabalho e, conseqüentemente, encontra-se em uma situação socioeconômica de menor vulnerabilidade socioeconômica. É justamente essa parcela de trabalhadores que constitui a maioria dos militantes dos partidos de caráter marxista.

Os demais indicadores apontados por Oyón apenas refletem as desigualdades que caracterizam as duas frações do movimento operário barcelonês. As características socioeconômicas associadas à origem geográfica dos trabalhadores nos permitem concluir que o movimento libertário é constituído principalmente pela grande massa de trabalhadores manuais não qualificados, com predominância de imigrantes que apresentam as piores condições de vida na cidade: a coabitação chega a atingir quase 50% dos trabalhadores e o índice de analfabetismo é de aproximadamente 20%. Ao mesmo tempo, os partidos e organizações marxistas são compostos principalmente de trabalhadores manuais qualificados, profissionais liberais, funcionários públicos e membros da pequena burguesia, nos quais o índice de coabitação atinge

em média 20% e onde a taxa de analfabetismo é praticamente inexistente. Os dados também mostram que de todas as organizações de caráter marxista, aquela com características mais próximas às organizações libertárias é justamente a UGT. Essa central sindical apresenta o caráter mais popular de todas as organizações socialistas e comunistas do movimento operário espanhol e, por isso, apesar de suas ambigüidades, participou em diversos momentos do processo revolucionário ao lado da CNT e da FAI. Isso significa dizer que as frações mais radicais da UGT apresentavam características socioeconômicas mais parecidas com os libertários, o que permitiu o diálogo e a cooperação em diversas experiências e ocasiões apesar da orientação reformista da cúpula ugetista. Nesse sentido, é possível afirmar, no caso barcelonês, que quanto mais precária a situação socioeconômica, maior o grau de radicalidade política dos militantes. Isso explica a grande diferença entre libertários e as correntes marxistas, bem como as diferenças internas da UGT, em que as frações mais radicais era justamente aquelas constituídas pelos trabalhadores mais pobres e depauperados.

Características socioeconômicas de líderes e principais militantes do movimento operário espanhol por organizações

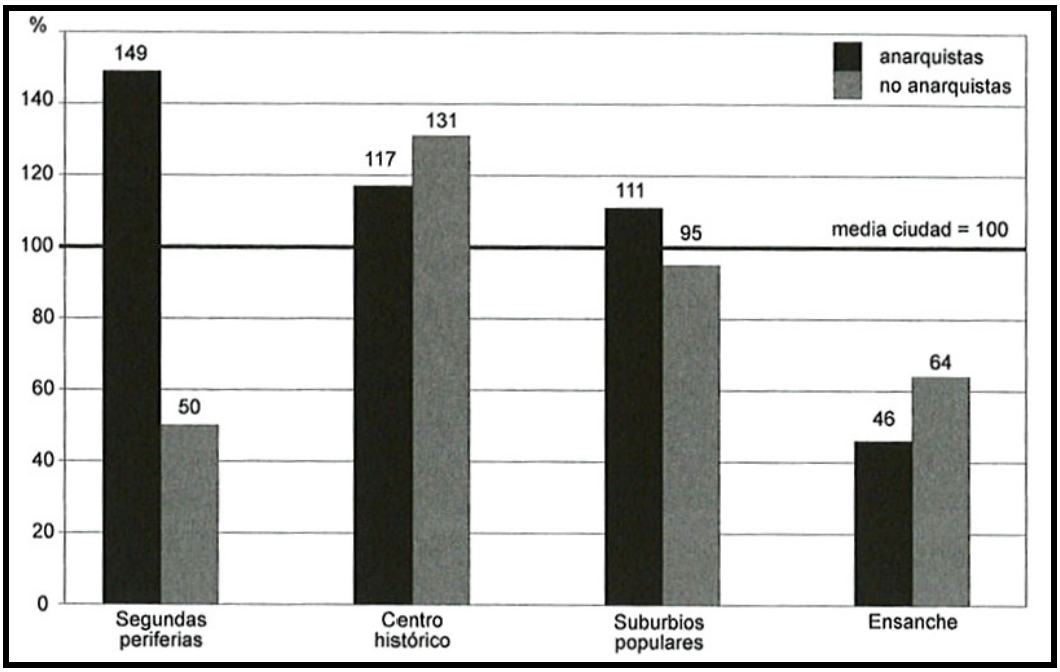
	Idade média	Trabalhadores qualificados manuais (%)	Profissionais liberais e qualificados não-manuais (%)	Catalães (%)	Não catalães (%)	Coabitação (%)	Analfabetismo (%)
CNT	30,3	19,2	7	35,1	64,9	44,4	20,2
FAI	29	12,6	6	32,6	67,4	50	21,4
POUM	25,3	28,9	51,1	80	20	19,4	0
PSUC	28,1	28,6	47,1	78,8	22,2	23,4	0
PSOE	42,6	25,8	57,5	63,1	36,9	19,5	0
UGT	33,7	23,1	25,6	58,8	41,2	27,8	3,9

Fonte: OYÓN, 2008:448.

Tais diferenças possuem uma determinada espacialidade. Em outras palavras, as duas frações do movimento operário barcelonês vão se apropriar de espaços distintos da cidade. De forma sintética, podemos identificar a seguinte espacialidade: a maior parte dos militantes libertários reside em primeiro lugar na periferia, depois existe uma importante concentração de militantes nos bairros do centro histórico, uma concentração menor nos subúrbios populares e uma pequena fração que reside nos bairros pluriclassistas, aqueles localizados próximos aos

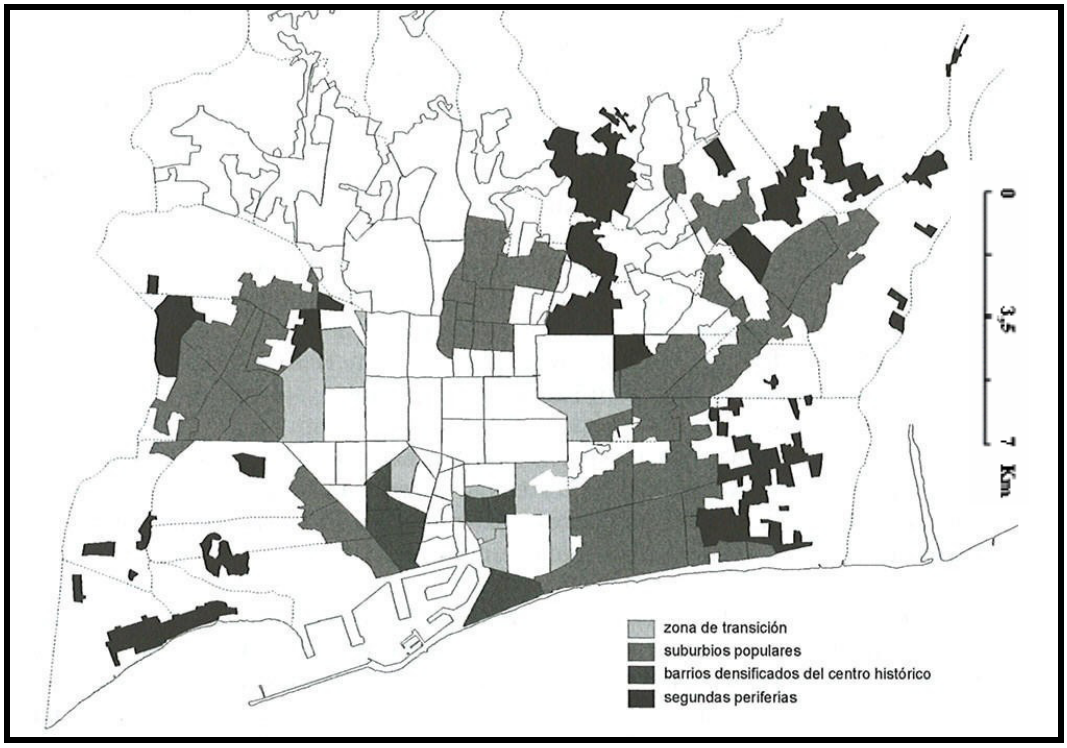
bairros das classes médias; enquanto isso, a espacialidade dos militantes dos partidos e organizações marxistas é exatamente ao contrário, em que a maioria reside nos bairros pluriclassistas e de classe média, seguidos de uma concentração menor e praticamente igual nos bairros do centro histórico e nos subúrbios populares e uma quantidade muito reduzida que reside nas periferias. A distribuição dos militantes ugetistas no espaço urbano era basicamente a mesma das demais organizações de caráter marxista: predomínio claro das residências nos bairros de classe média baixa, seguida de uma forte concentração nos bairros do centro histórico (concentração bem maior do que das demais organizações e partidos marxistas, o que demonstra o caráter mais popular desta organização), em terceiro uma significativa presença nos subúrbios populares e, por fim, uma pequena parcela de militantes residia na periferia.

Distribuição espacial de militantes anarquistas e não anarquistas em Barcelona



Fonte: OYÓN, 2008:465

Os principais bairros proletários de Barcelona



Fonte: OYÓN, 2008:119.

Esta foi uma síntese geral da dinâmica do espaço urbano de Barcelona no período entre guerras. Salientamos que essa periodização não foi feita ao acaso, mas é o recorte histórico que nos permite compreender a constituição da cidade que irá passar pela Guerra Civil e experimentar o processo revolucionário de caráter libertário. A cidade de Barcelona que passa por esses processos começa a se constituir efetivamente a partir de 1914 e é completamente diferente da cidade do inicio do século XX. Tentamos salientar as principais linhas que nos permitem compreender os processos mais dinâmicos e importantes para a constituição do espaço barcelonês, assim como os principais conflitos que o constituíram e a forma como os trabalhadores se apropriaram deste espaço.

4.2. Os territórios libertários de Barcelona

No capítulo anterior nos dedicamos a analisar as ações, práticas e transformações que os trabalhadores engendraram na esfera da produção nas atividades agrícolas e na indústria. Agora

vamos buscar analisar quais foram as novas dinâmicas que o movimento libertário conseguiu imprimir na dinâmica do espaço urbano de Barcelona. Quais foram as principais transformações, quais as conquistas, limites e fracassos das organizações libertárias no processo de autogestão e autoplanejamento urbano (SOUZA, 2006), qual foi a intensidade deste processo, houve algum processo de reestruturação ou refuncionalização espacial? Essas são as questões que nos colocamos a partir de agora.

Após a vitória dos trabalhadores sobre os nacionalistas, Barcelona se transformou em uma cidade proletária. As palavras, as roupas, os gestos, a estética, os usos do espaço, o passar do tempo, tudo ficou fortemente marcado pela cultura popular da classe trabalhadora que se apropriou, efetivamente, da *sua* cidade. Parecia que as relações de poder heterônomas tinham sido superadas pela *práxis* revolucionária e a segregação tinha sido radicalmente reduzida por conta da apropriação do espaço urbano na sua totalidade e multiplicidade pela classe trabalhadora. A descrição que George Orwell faz quando ele chega em Barcelona (o autor lutou em uma milícia do POUM) é de uma cidade onde a classe trabalhadora tinha consolidado uma revolução.

> Os anarquistas tinham o controle virtual da Catalunha, e a revolução ainda ia de vento em popa. Para qualquer um que estivesse lá desde o começo, provavelmente parecia, já em dezembro ou janeiro, que o período revolucionário estivesse terminado; mas para alguém vindo direto da Inglaterra, o aspecto de Barcelona era algo surpreendente e irresistível. Pela primeira vez na vida me encontrava numa cidade onde a classe trabalhadora estava no comando. Praticamente todos os prédios, do tamanho que fosse, tinham sido tomados pelos trabalhadores e estavam enfeitados com bandeiras vermelhas ou com a bandeira rubro-negra dos anarquistas (...) Todas as lojas e cafés exibiam uma inscrição dizendo que tinham sido coletivizados; até mesmo os engraxates tinham coletivizado suas caixas pintadas de vermelho e preto. (...) Ninguém dizia "*señor*" ou "*don*" ou mesmo "*usted*"; todo mundo chamava de "camarada" e "tu" (ORWELL, 2006, p. 28/29. Grifos no original)

Foto 10. Cartazes cobrindo o Banco Comercial de Barcelona: a estética revolucionária

Fonte: http://pares.mcu.es/ArchFotograficoDelegacionPropaganda/lanzarVisor.do?idImagen=14203069
Carteles AGA,33,F,04049,54121,001

Foto 11. Cartazes da UGT e líderes comunistas da URSS

http://pares.mcu.es/ArchFotograficoDelegacionPropaganda/lanzarVisor.do?idImagen=14203084
Carteles. AGA,33,F,04049,54129,001

Os primeiros dois, três meses foram marcados pela nova inserção da classe trabalhadora no espaço urbano. A hegemonia militar e política exercida pelas organizações libertárias foi capaz de destruir uma série de práticas e relações de poder que limitavam a circulação, a

mobilidade, a inserção e a vivência dos trabalhadores na sua própria cidade. O primeiro ponto crucial foi o fim da forte repressão policial aos trabalhadores, desempregados, ambulantes, pedintes, mendigos, etc. O fim da forte repressão, da vigilância e do controle permitiu ao trabalhador sentir, pela primeira vez, que as ruas da cidade eram suas e que ele poderia estar ali sem o temor de ser preso, ameaçado ou sofrer algum tipo de violência –o corpo errado no espaço errado-. Isso significava que a figura do trabalhador não representava um perigo, mas sim a nova ordem societária, o que implicava na disseminação de seus hábitos e valores nas relações cotidianas e no uso do espaço. Assim, bairros, praças, ruas, avenidas que antes eram proibidas foram tomadas por jovens, mulheres e homens que queriam conhecer, visitar lugares nos quais antes não podiam estar. O corpo dos trabalhadores circulava pela cidade por conta da curiosidade, da vontade de passear, conhecer, experimentar, ter uma nova visão da sua própria cidade, ter acesso a bens e serviços que antes eram inacessíveis, descobrir novas paisagens urbanas que eram invisíveis. Quando o corpo do trabalhador ganha o espaço urbano para além dos seus bairros ele leva consigo seu modo de vestir, falar, andar, comer, beber, etc. e, ao mesmo tempo, faz com que o corpo burguês, o corpo classe média se esconda, fuja, adapte-se ou se fantasie de trabalhador. Em outras palavras, quando os macacões, as roupas de algodão grosso e as boinas dos trabalhadores eram a nova ordem societária, foi muito comum ver a classe média, a burguesia republicana (conservadora, mas não nacionalista ou fascista) trocando suas roupas caras pelos macacões e pelas roupas de algodão, alterando seu palavreado, imitando gírias e comportamentos dos trabalhadores para tentar se camuflar no novo contexto social e, com isso, evitar qualquer tipo de "justiça revolucionária", perseguições, ameaças e outros tipos de violência. Conforme o corpo do trabalhador se apropriava materialmente do espaço urbano, ocorria, ao mesmo tempo, uma nova apropriação subjetiva e simbólica deste espaço. Símbolos dos nacionalistas eram destruídos ou retirados dos espaços públicos (bandeiras, estátuas, placas que homenageavam ou remetiam à monarquia, ao exército, à Igreja, etc.), prédios que abrigavam organizações e partidos conservadores eram ocupados ou destruídos, nomes de ruas, praças e avenidas eram alterados para substituir as homenagens a nobres, clérigos, santos, militares e burgueses pelos heróis da revolução libertária, pelos principais formuladores e militantes do movimento anarquista ou para lembrar datas importantes para o movimento libertário: assim, surgiram diversas ruas e praças com os nomes de Kropotkin, Francisco Ascaso, Durruti, 4 de setembro (data de uma violenta invasão à sede da CNT), Malatesta, entre outras. É fundamental

compreender que a toponímia faz parte do processo de apropriação e produção do espaço social que está diretamente relacionado com o projeto político e o modo de existência que está sendo instituído de forma coletiva durante o processo revolucionário. Assim, a apropriação do espaço urbano de Barcelona se dá através da nova inserção do corpo do trabalhador, o que significa uma nova mobilidade e circulação, novas formas de ser, perceber e estar na cidade, assim como uma ressignificação deste espaço.

A nova inserção dos trabalhadores no espaço urbano foi consequência, principalmente, das ações das organizações libertárias que estavam consolidadas em Barcelona e que tiveram no período entre guerras o tempo de maturação e formação política que possibilitaram o desenvolvimento do processo revolucionário durante a guerra civil. Foram as associações de bairro, os centros culturais, os ateneos libertários, os sindicatos e a CNT, os grupos de afinidade anarquistas, a FAI, os grupos da juventude libertária. Essa grande gama de organizações foi capaz de mobilizar os trabalhadores para efetuar transformações nas formas de gestão e uso do espaço urbano pautados pelos princípios libertários, o que possibilitou que o corpo do trabalhador se apropriasse de forma efetiva da cidade.

Diante do colapso do aparelho estatal, as organizações libertárias tomaram para si a responsabilidade de organizar a vida cotidiana em relação aos serviços e à gestão do espaço urbano, o que implicava em combater as desigualdades e a precariedade das condições de vida que caracterizavam o cotidiano dos trabalhadores da cidade, como vimos anteriormente. Nesse sentido, várias ações serão postas em prática para *tentar* transformar a espacialidade heterônoma de Barcelona em uma cidade libertária. Assim, um novo conjunto de relações de poder busca expressar sua espacialidade a medida em que tenta superar a espacialidade herdada.

Inúmeros comitês revolucionários de bairros foram criados para lidar com problemas imediatos da população: distribuição de alimentos através da criação de armazéns e refeitórios coletivos, criação de pequenas milícias para cuidar da segurança, prestação de primeiros socorros para feridos, desenvolvimento de atividades educativas e culturais para crianças e jovens nas escolas e ateneos, organização de redes de ajuda mútua para cuidar de órfãos, idosos e crianças pequenas, limpeza das ruas, etc. Em suma, várias atividades importantes do cotidiano eram organizadas pelos comitês revolucionários, que estavam atualizando práticas que já existiam nos bairros proletários diante do novo contexto. A constituição e a ação dos comitês estava fortemente vinculada ao espaço de referência identitária, ao local, ao bairro onde as coletividades

se constituíam. No entanto, diferente do isolamento em que viviam os bairros operários, a nova dinâmica é marcada por uma significativa articulação entre os diferentes comitês, organizações e sindicatos, uma vez que uma série de serviços e questões referentes à gestão do espaço urbano se colocava na escala da cidade e não apenas do bairro. Uma vez que os protagonistas eram os próprios trabalhadores, eles tinham a necessidade de criar articulações que permitissem a mobilidade e a circulação de pessoas, produtos, serviços e informações entre os diversos bairros. A dinâmica dos comitês permitia um forte engajamento da população e o fortalecimento de laços de solidariedade e uma sociabilidade ainda mais ampla por conta do maior número de relações e responsabilidades que cada pessoa assumia. Assim, a coletividade se fortalecia dentro de um processo criativo de instituição de relações sociais, de intensificação de encontros e afetos (e desafetos, porque não?).

O desenvolvimento das atividades dos comitês implicava em novos usos do espaço. Igrejas, prédios, casas, mercados, estabelecimentos comerciais, hotéis e restaurantes foram expropriados pelos trabalhadores para que os comitês pudessem desenvolver as ações que estavam sob sua responsabilidade. Assim, era comum que restaurantes e hotéis fossem transformados em refeitórios coletivos onde a comida era oferecida de graça a desempregados, crianças e idosos e poderia ser consumida pelos trabalhadores por preços bem menores do que o habitual. Mercados, quitandas, estabelecimentos comerciais foram transformados em armazéns onde as pessoas poderiam comprar os produtos que estavam disponíveis e fornecidos pelos sindicatos e coletividades (agrícolas ou industriais). As igrejas que não foram destruídas e outros imóveis foram utilizados para inúmeras finalidades: funcionavam como armazéns, garagens, cinemas, escolas, enfermarias, creches, etc. Casas, prédios e hotéis (geralmente os melhores, mais bem conservados, etc.) foram expropriados e se tornaram sedes das organizações dos trabalhadores, dos comitês e milícias.

Foto 12. Cooperativa popular de distribuição de alimentos em Barcelona (1936)

Fonte: http://cntaittoledo.blogspot.com/2010/05/las-colectivizaciones-en-catalunya-1936.html

Foto 13. Restaurante coletivizado e incorporado ao ramo da indústria de alimentos

Fonte: http://avliberacion.blogspot.com/2010/12/el-triunfo-de-la-libertad.html

A ação dos comitês só foi possível por conta de uma forte identidade sócio-espacial produzida ao longo do tempo durante os conflitos do período entre guerras e por conta da sociabilidade calcada na experiência da vida cotidiana do bairro. Assim, as redes de solidariedade, os laços familiares e de amizades associados ao processo de formação política durante os conflitos permitiram a constituição dos comitês revolucionários de bairro logo após o início da guerra. Por outro lado, os comitês transformaram a vida cotidiana do bairro intensificando a dinâmica do espaço público e instituindo uma esfera política com uma vitalidade inexistente até então. Não se trata, efetivamente, de uma "evolução" ou um julgamento de valor entre uma situação "pior" e outra "melhor", mas sim de uma transformação, de um aprofundamento das relações que agora estão inseridas dentro de um processo de instituição de outras relações sociais e de poder, é um vigoroso processo de instituição de um modo de existência onde as pessoas participam com maior intensidade de várias atividades de caráter político, econômico e cultural. Portanto, o cotidiano da população de Barcelona estava condicionado pela dinâmica dos comitês, uma vez que eram as organizações responsáveis pela coordenação de uma série de atividades diretamente ligadas à gestão do espaço e das necessidades mais imediatas da população, como a segurança, alimentação, saúde, limpeza, etc. Os comitês eram organizados seguindo os princípios da delegação e federação, onde cada tipo de atividade tinha sua própria dinâmica de funcionamento. Assim, os refeitórios coletivos tinham sua própria organização, assim como as enfermarias, creches, escolas, armazéns, grupos milicianos, etc. Cada grupo tinha seus delegados que constituíam os comitês de bairro. Nessa perspectiva, existia a possibilidade da participação direta do processo de gestão das atividades e do uso do espaço. Aquelas que não estavam diretamente engajadas em alguma atividade estavam absolutamente inseridas e dependentes da dinâmica que os comitês imprimiam à sua organização.

Um desafio para as organizações dos trabalhadores era conseguir normalizar o setor de serviços urbanos para atender às necessidades da população. Nesse sentido, a ação dos sindicatos foi decisiva. Assim como as indústrias, grande parte dos serviços urbanos foi coletivizada: desde táxis e caixas de engraxate, passando por padarias, barbearias até grandes empresas de ônibus, trens e energia. Podemos identificar dois grandes grupos de serviços urbanos: 1. infraestrutura, como transportes, energia e comunicações; 2. comércio e serviços cotidianos, como padarias, oficinas, alfaiates, barbearias, etc.

O primeiro conjunto demandava uma complexidade de gestão maior do que o segundo, no entanto, os trabalhadores conseguiram êxito na tarefa de pelo menos manter os serviços e conseguiram alguns ganhos pontuais em determinados setores, no entanto, não conseguiram, nem de longe, superar as desigualdades e as precariedades características de Barcelona até aquele momento. Outro ponto importante é destacar dois momentos do processo de coletivização: assim como no setor industrial, o processo de coletivizações dos serviços urbanos deste porte pode ser dividido em dois períodos, aonde o primeiro vai de julho de 1936 a maio de 1937, caracterizado pela hegemonia libertária e o segundo, de maio de 1937 até o fim da guerra caracterizada pela recomposição do aparelho de Estado e a gradativa derrota do processo revolucionário.

A hegemonia libertária permitiu que os trabalhadores efetivamente implementassem um vigoroso processo autogestionário nas maiores e mais importantes empresas de água, energia e transportes de Barcelona no primeiro período indicado e tiveram êxito na condução da prestação dos serviços em todos os aspectos, técnicos, econômicos e políticos. As preocupações fundamentais dos sindicatos e trabalhadores engajados neste processo eram as seguintes: 1. manter e, se possível, expandir os serviços prestados para o maior número possível de pessoas; 2. reduzir as tarifas dos serviços; 3. implementar mudanças técnicas e de gestão para aumentar a produtividade. Os maiores êxitos foram alcançados na manutenção dos serviços e na redução das tarifas, enquanto a ampliação dos serviços foi pontual, porém com ganhos significativos e as mudanças técnicas e de gestão foram importantes do ponto de vista político e pouco contribuíram para um aumento efetivo da produtividade ou da eficácia dos serviços neste curto período de tempo.

O serviço de água estava concentrado basicamente na Companhia Catalã de Água, Gás e Eletricidade e na Companhia Geral de Águas de Barcelona (BERNECKER, 1982:363; ROCA, 1983:35; SOCHY e FOLGARE, 2007:113). Segundo os autores, as empresas eram privadas e foram coletivizadas pelos trabalhadores até sofrerem processos de intervenção estatal a partir de setembro de 1937 por conta do seu caráter estratégico. Até a intervenção, as empresas ficaram sob controle direto dos trabalhadores organizados em sindicatos vinculados à CNT e através de assembleias instituíram a autogestão nas empresas. Os trabalhadores traçaram como meta final o abastecimento imediato de Barcelona e da sua região metropolitana, levando em consideração o aumento da demanda por conta do crescimento populacional e industrial. Isso significava, na prática, a expansão do consumo através de duas medidas: a implementação de infraestrutura

técnica nos bairros de periferia que apresentavam deficiência de abastecimento e, principalmente, através da redução do preço da tarifa de água. Antes da coletivização, a tarifa de água variava entre 0,30 pst a 2,50 pst por metro cúbico de água. O sindicato dos trabalhadores de água de Barcelona estipulou uma tarifa única de 0,40 pst por metro cúbico, o que teve um efeito imediato no aumento do consumo de água, principalmente na periferia da cidade, onde o preço inibia o consumo para um número significativo de famílias (ROCA, 1983:37). A redução da tarifa da água foi a principal medida tomada dentro de uma política de ampliação do serviço de água na cidade e na Catalunha como um todo. No entanto, não foi possível desenvolver os planos de implementação de infraestrutura para resolver ou, de forma mais realista, amenizar a precariedade do serviço na periferia urbana e promover uma ampla unificação do abastecimento da região metropolitana. Os elevados custos financeiros e certas dificuldades técnicas (escassez de mão-de-obra, máquinas e materiais) foram os maiores obstáculos que impediram o desenvolvimento deste projeto. É importante ressaltar, que assim como as indústrias, a intervenção estatal significou o fim da autogestão dos trabalhadores com a substituição das assembleias e das delegações por uma direção de empresa que centralizava as decisões.

Processo semelhante ocorreu com o serviço de geração e distribuição de energia: em um primeiro momento houve a coletivização e a implementação da autogestão e, em junho de 1937 houve a intervenção estatal por se tratar de um serviço estratégico e, por isso, foi retirado dos trabalhadores e assumido pelo Estado, tal qual o processo que analisamos no capítulo 3 acerca das coletivizações industriais.

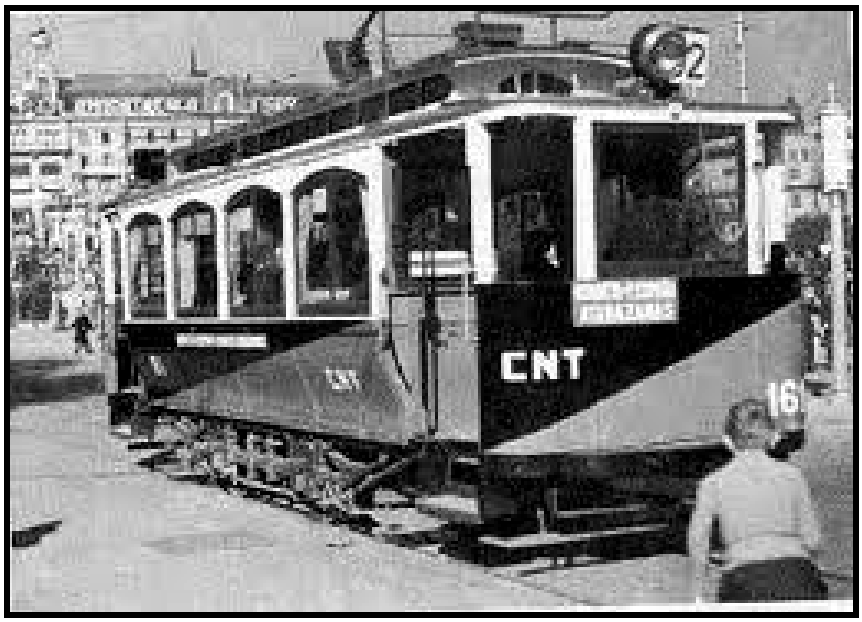
O serviço de geração e distribuição de energia estava relacionado com a gestão do fornecimento de água na cidade, uma vez que a principal matriz energética utilizada no consumo doméstico era a eletricidade. O preço do Kw/h estava atrelado ao preço da água. Isso significa dizer que a redução do valor do metro cúbico da água teve um impacto direto na redução das tarifas de energia, o que ampliou o consumo de eletricidade em toda a cidade. O interessante é que houve uma redução significativa na tarifa justamente nos horários de maior demanda doméstica, ou seja, nos horários entre 12h e 14:30h e entre 19 e 21:30 (ROCA, 1983:20). Além disso, a redução da tarifa de eletricidade estava inserida dentro de uma estratégia de redução do uso do carvão e do gás com o objetivo de reduzir os gastos com a importação destes produtos e com isso contribuir para a redução do déficit comercial. Existiam mais dois pontos importantes no projeto formulado inicialmente pelos trabalhadores: a eletrificação geral dos transportes e a

expansão da rede elétrica por toda a Catalunha. Houve um tímido avanço nos dois pontos (SANTILLÁN, 1982; ROCA, 1983). Nesse sentido, foram realizadas obras de expansão da rede elétrica para outros municípios e houve a eletrificação apenas de alguns trechos de linhas de trens, o que ficava muito longe do mínimo estipulado no projeto inicial (que previa a eletrificação geral de nada menos do que 11 linhas completas) (ROCA, 1983:22-23).

Os melhores resultados em termos de ampliação dos serviços oferecidos ocorram no setor dos transportes. Os sindicatos dos trabalhadores dos transportes iniciaram rapidamente o processo de coletivização e em pouco tempo as empresas de bondes, trens e ônibus de Barcelona estavam sob controle dos próprios trabalhadores. Assim como nos demais serviços de infraestrutura, a preocupação básica era no mínimo manter o funcionamento das atividades e, se possível, ampliar e melhorar a qualidade do serviço prestado. Os trabalhadores tiveram poucas dificuldades em manter o mesmo nível do serviço que era prestado antes da guerra, afinal, a qualidade do serviço prestado era ruim, assim, foi fácil manter o mesmo nível e não causar maiores prejuízos à população. Assim, os trabalhadores conseguiram manter as linhas convencionais, os horários habituais e não tiveram grandes problemas técnicos com a manutenção da frota de veículos, pelo menos nos primeiros meses do conflito. No entanto, diferente do setor de energia e de água, os sindicatos conseguiram implementar melhorias significativas no serviço: 1.assim como nos demais serviços urbanos, a tarifa foi reduzida, o que possibilitou a ampliação do número de viagens para os trabalhadores, aumentando sua mobilidade na cidade; 2. houve a expansão das linhas de ônibus para bairros que não eram servidos por trens ou bondes; 3. criação de novos itinerários para aumentar a mobilidade e o acesso à rede de transportes; 4. interligação entre os diferentes tipos de transportes para reduzir trajetos que antes eram realizados a pé (SANTILLÁN, 1982; BERNECKER, 1982; ROCA, 1983, EALHAM, 2005). Tais melhorias ocorreram principalmente no ano de 1936 e no início de 1937. No entanto, com o transcorrer da guerra, a qualidade do serviço vai se deteriorando basicamente por dois motivos: 1. as fontes de energia (gasolina, carvão, eletricidade) passam a ser racionadas, dando prioridade às atividades bélicas e ao funcionamento do aparelho de estado, o que obrigou a uma restrição dos serviços (ampliação do tempo de viagens, redução do número de veículos, etc.); 2. inúmeros veículos passaram a ser requisitados para uso militar, principalmente os ônibus e trens, que eram utilizados para o transporte de tropas, feridos, mantimentos, armas e munição. Além dos transportes públicos convencionais, os táxis de

Barcelona foram coletivizados e transformados em lotações, onde um único veículo transportava diversos passageiros. Um fenômeno relativamente comum foi a expropriação de carros particulares (que eram artigos de luxo) para o uso cotidiano dos trabalhadores (de forma privada ou coletiva, transformando os carros em táxis, por exemplo). No entanto, essa apropriação massiva de carros privados deu origem a uma grande quantidade de motoristas que simplesmente não sabiam dirigir de forma adequada. O resultado foi o aumento do número de acidentes com mortos, feridos e graves danos aos veículos. Para coibir tais acidentes e evitar a perda desnecessária de veículos que poderiam ser úteis para o uso civil ou militar, o Comitê de Milícias Antifascistas, a prefeitura e a *Generalitat* concordaram em criar um rigoroso controle sobre o uso dos veículos e estipularam a obrigatoriedade do uso de uma carteira de motorista, além de determinar quais eram os tipos de veículos que tinham permissão para circular na cidade. Nesse sentido, o uso privado dos carros foi praticamente abolido, o número de táxis foi drasticamente reduzido e os veículos que tinham permissão de trafegar eram aqueles utilizados com fins militares (transporte de tropas, munições, etc.), econômicos (transporte de mercadorias, produtos, máquinas, etc.), uso da população civil (transportes públicos) e para o deslocamento de membros de organizações políticas.

Foto 14. Bonde coletivizado (1936)



Fonte: http://cntaittoledo.blogspot.com/2010/05/las-colectivizaciones-en-catalunya-1936.html

Os demais serviços urbanos passaram basicamente pelo mesmo processo da indústria: houve um intenso processo de coletivização, porém a propriedade privada não foi

completamente abolida, o que significou a permanência de inúmeros estabelecimentos privados, além da constituição de diversas experiências de co-gestão; o salário familiar praticamente não foi adotado, o salário regular e a peseta não foram abolidos, apesar de conviverem com os vales e bônus de trabalho; houve a extinção de inúmeros cargos de gerência e direção, no entanto, as diferenças salariais entre trabalhadores do mesmo estabelecimento permaneceram.

É interessante salientar que tais atividades eram consideradas marginais dentro do contexto da guerra civil, onde a indústria e a agricultura tinham um caráter estratégico crucial e por isso eram os principais focos de tensão e disputa entre os diferentes campos políticos. Os serviços urbanos ligados à atividades mais corriqueiras e cotidianas eram relativamente negligenciados o que garantia aos trabalhadores uma margem de manobra maior para agir de acordo com seu projeto político. Isso significa dizer que as coletivizações deste setor gozaram de maior liberdade e tranquilidade para desenvolver suas atividades, correndo menos riscos de intervenção estatal, por exemplo.

Grande parte das coletivizações foi realizada em estabelecimentos de pequeno e médio porte: padarias, cafés, bares, restaurantes, barbearias, cinemas, escolas, teatros, oficinas mecânicas, etc. Parte significativa desses trabalhadores era filiada a algum sindicato, seja à CNT ou à UGT; no entanto, eram sindicatos mais fracos e dotados de menos recursos técnicos, financeiros e institucionais. No entanto, isto não foi obstáculo para a organização federativa destes trabalhadores dentro da cidade. Isso significa dizer que mesmo contando com uma estrutura sindical mais deficiente, esses trabalhadores foram capazes de se mobilizar e coordenar suas atividades cotidianas dispondo de mais liberdade para agir e radicalizar suas práticas. Nesse sentido, os trabalhadores ligados à educação (basicamente professores), à cultura (cinemas, teatros e bibliotecas) e os barbeiros deram exemplos interessantes de consistência e radicalidade política nas suas práticas cotidianas. O primeiro ponto em comum era a grande autonomia que cada coletividade tinha em relação ao sindicato e, ao mesmo tempo, existia uma forte articulação política e programática entre os diferentes grupos, o que demonstra o vigor do princípio federativo em uma intensidade maior do que em muitas experiências industriais.

As atividades voltadas para a educação e a cultura tiveram uma grande importância no cotidiano dos trabalhadores pois estavam associadas a diversas questões importantes: a criação de creches para crianças pequenas (e órfãos), a organização das Escolas Modernas inspiradas diretamente nas ideias de Francisco Ferrer (1849-1909), o pedagogo libertário catalão que propôs

uma escola sem hierarquias, punições ou avaliações, orientada pela prática científica e racional, baseada nos princípios da ajuda mútua e da cooperação, onde alunos e professores estariam engajados de forma conjunta e horizontal no processo de construção do conhecimento e na definição das normas de convívio na comunidade escolar. Inúmeras escolas modernas foram fundadas antes do início da Guerra Civil e outras surgiram no decorrer do conflito pela necessidade de prover educação à inúmeros jovens que tiveram sua vida escolar interrompida. Nessa perspectiva, diversos imóveis que foram abandonados foram convertidos em escolas modernas pelos professores e mães dos alunos que participavam ativamente do cotidiano escolar, no entanto, em atividades domésticas (limpeza e alimentação), o que demonstrava a incapacidade do movimento libertário em superar ou lidar com as desigualdades e questões de gênero (ROCA, 1983; EALHAM, 2005; OYÓN, 2008). As escolas estavam organizadas basicamente por bairro, o que era fruto da identidade espacial calcada no lugar e, ao mesmo tempo, uma forma de afirmação e fortalecimento de tal identidade. As atividades culturais também tiveram uma importância significativa na retaguarda porque eram utilizadas tanto para proporcionar um enriquecimento cultural dos trabalhadores e contribuir para momento de lazer mais ricos, no entanto, a cultura era um poderoso instrumento de propaganda e produção de subjetividade para legitimar o processo revolucionário e incentivar a luta contra o fascismo. Assim, os filmes, as peças de teatro, as músicas, os cartazes ocupavam o espaço público ou então eram completamente abertas à população por serem muito baratas ou de graça: alto-falantes foram instalados nos postes para que os programas de rádio e as canções revolucionárias tivessem o maior alcance possível, peças eram encenadas nas ruas e em teatros abertos, filmes eram exibidos em cinemas e igrejas em diversos horários várias vezes por dia.

A experiência das barbearias de Barcelona tornou-se famosa pela capacidade de organização, radicalidade e consistência política dos trabalhadores. Segundo o relato de Souchy e Folgare (2005:117-120), os barbeiros trabalhavam em condições muito precárias e recebiam baixos salários: "un mal espejo, unos panos y un jabón para cien clientes era el ajuar de esos estabelecimientos llamados 'peluquerías'" (SOUCHY e FOLGARE, 2005:117) para um ganho semanal de 40,25 pesetas. Além disso, estimava-se que o número de barbeiros desempregados em Barcelona chegava a trezentos, fazendo com que o valor do salário permanecesse baixo e as condições de trabalho precárias, uma vez que existia uma oferta significativa de mão-de-obra disposta a aceitar tais condições. Após o fracasso do golpe em Barcelona, os barbeiros iniciaram

uma série de assembleias onde decidiram pela coletivização dos estabelecimentos da cidade e iniciaram um processo de reestruturação das atividades baseado principalmente na distribuição espacial das barbearias. Em um primeiro momento, os trabalhadores dividiram a cidade em zonas, que não necessariamente coincidiam com os bairros, e a partir daí começaram a planejar a reestruturação do serviço. O primeiro passo foi fechar 900 barbearias deficitárias, o que resultou em uma economia de 80 mil pesetas mensais de aluguel, dinheiro que foi utilizado para melhorar as condições de trabalho através da compra de novos produtos e, principalmente, incorporar ao trabalho os barbeiros desempregados. Sobraram apenas 240 barbearias em Barcelona, distribuídas por zonas estabelecidas pelos trabalhadores, que levavam em conta a acessibilidade, o tamanho e a renda da população em cada zona. A jornada de trabalho era de seis horas e meia, sendo que as barbearias ficavam abertas de oito da manhã às nove da noite, sem nenhuma interrupção. A redução da jornada de trabalho e o aumento do tempo de funcionamento do estabelecimento permitiram a incorporação de mais trabalhadores, eliminando o desemprego neste serviço. A reestruturação permitiu aumentar os salários para 60 pesetas semanais nos dois primeiros meses de coletivização e depois para 75 pesetas semanais.

A exceção deste conjunto eram os trabalhadores das padarias, que estavam atrelados ao sindicato da panificação, que aglutinava trabalhadores dos serviços e da indústria panificadora como um todo. Por isso, as padarias passaram por um intenso processo de reestruturação que não atingiu outras atividades, como as escolas, teatros, oficinas, por exemplo. As padarias eram avaliadas em função da sua produtividade e localização: aquelas que tinham baixa produtividade, eram deficitárias ou estavam localizadas em áreas com um excesso de outras unidades eram fechadas, seus trabalhadores eram deslocados para outros estabelecimentos e os recursos distribuídos de acordo com as necessidades do ramo de atividade, o que era definido pelo próprio sindicato. As padarias eram consideradas estratégicas para o abastecimento da população por conta da produção e distribuição do pão, que vai se tornando cada vez mais importante na dieta da população conforme a guerra avança e os alimentos vão se tornando cada vez mais escassos.

De forma geral, os serviços urbanos mais rotineiros conseguiram reduzir seus custos para os trabalhadores-consumidores através da redução dos preços e incorporar mais trabalhadores através da redução da jornada de trabalho diária e pelo aumento do tempo de funcionamento de cada estabelecimento. Estas medidas geraram o aumento do consumo, melhorias significativas na qualidade de vida e uma sensível redução no desemprego. O dinamismo gerado pelos serviços

possibilitou uma nova dinâmica de apropriação do espaço urbano pela classe trabalhadora: maior mobilidade, acessibilidade e novas experiências de vida na cidade, como a descoberta e vivência de novas paisagens urbanas, maior articulação entre os diferentes bairros, ampliação da percepção espaço-temporal dos trabalhadores que até então era basicamente circunscrita ao seu bairro (deslocamento moradia-trabalho-moradia). A expansão e coletivização dos serviços permitiram tais transformações, ao mesmo tempo em que ocorria o fortalecimento das identidades sociais dos trabalhadores, processo que estava direta e indissociavelmente relacionado à classe e ao espaço de referência identitária.

4.3. A questão da habitação

Durante os anos de entre guerras vimos que os principais conflitos urbanos que se desenvolveram em Barcelona foram motivados principalmente pela questão da habitação. O início do processo revolucionário recoloca a questão em outros termos, uma vez que a conjuntura política e econômica no ano de 1936 são favoráveis aos trabalhadores. No entanto, não podemos esquecer que a propriedade privada não foi totalmente abolida e a burguesia barcelonesa não foi eliminada; ao contrário, ela controla a *Generalitat* através da *Esquerra*, partido burguês liderado pelo hábil Lluis Companys que, de forma gradual, porém muito eficaz, consegue ir recompondo o poder do aparelho de Estado apoiado por comunistas e socialistas, ao mesmo tempo em que mina as conquistas revolucionárias.

Existem diversas situações em relação à habitação: os aluguéis continuavam a ser pagos, existiam movimentos de inquilinos que se recusavam a pagar aluguéis, ocorreram inúmeras ocupações de imóveis abandonados e diversas expropriações realizadas em imóveis da elite barcelonesa. Entre julho de 1936 e junho de 1937 não havia uma política ou um projeto claro em relação à questão da habitação em Barcelona. Nenhum campo político tinha força ou a capacidade de mobilização necessária para implementar de forma hegemônica um projeto claro e consistente para a questão da habitação, o que causou a existência das diversas situações citadas acima: libertários não tinham condições de promover uma grande expropriação e coletivização dos imóveis para dar fim à propriedade privada urbana, socialistas e comunistas não conseguiram impor uma estatização da propriedade imobiliária e a burguesia não foi capaz de manter a mesma relação autoritária com os trabalhadores e deveria fazer concessões. Portanto, a questão da

habitação continuará sendo foco de conflitos, porém não da mesma natureza que ocorria anteriormente, onde os trabalhadores eram tratados como marginais e submetidos à violência policial. A nova conjuntura será marcada por uma série de propostas e projetos que levam em conta a necessidade de se melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores. Essa preocupação será compartilhada por todos os campos políticos em Barcelona, no entanto, existem profundas diferenças políticas e econômicas em relação à forma de alcançar tais objetivos. Assim, os conflitos que eram protagonizados por trabalhadores e policiais deixam as ruas para serem travados principalmente nos órgãos do aparelho de Estado, como no Conselho de Economia e no Departamento de Finanças.

No período de aproximadamente um ano, entre julho de 1936 e junho de 1937, foram feitas diversas propostas para se tentar amenizar e, futuramente, superar o problema da habitação na Catalunha e, particularmente, em Barcelona. Vejamos quais eram tais propostas (ROCA, 1983; BERTRAN, 2005):

1. *Esquerra Republicana*: o partido da burguesia catalã, liderado pelo presidente da Catalunha Lluis Companys não podia simplesmente ignorar a questão, correndo o risco de perder a oportunidade de reduzir o ímpeto revolucionário da massa trabalhadora e aproximá-la do aparelho de Estado através de uma proposta reformista e com um certo viés populista de redução e controle dos aluguéis sem mexer no regime de propriedade. Essa medida com certeza seria bem vista pelos trabalhadores, pois significaria a implementação de uma política pública de controle dos aluguéis, o que iria se converter em melhoria na qualidade de vida, no entanto, não colocava em questão a raiz do problema, que era justamente o regime de propriedade privada e a regulação quase que exclusiva pelo mercado imobiliário. Além disso, a *Esquerra* propôs a extinção das Câmaras de Propriedade Urbana, que eram instituições privadas que controlavam o mercado imobiliário para serem substituídas por um órgão estatal que seria responsável pela regulação do mercado imobiliário, as Comissões da Habitação (ROCA, 1983:84). A rigor, tal comissão ficaria sob controle das elites proprietárias, no entanto, era uma forma de mostrar publicamente que a questão da habitação era tratada como uma política pública e ainda abria a possibilidade para que em determinadas conjunturas políticas tal órgão servisse a projetos mais progressistas.

2. POUM: apresentou um projeto que previa a municipalização total e irrestrita de todas as propriedades urbanas sem o pagamento de nenhum tipo de indenização. A gestão da política

urbana como um todo deveria ficar a cargo de uma Caixa Imobiliária. Este órgão seria responsável pela cobrança dos direitos de ocupação (um imposto que iria substituir os aluguéis e seu valor seria definido a partir da análise dos índices de localização, edificação, seguro e renda), criaria linhas de crédito para o financiamento de aluguéis, definiria critérios para a ocupação dos imóveis. Além disso, previa o direito de uso para os proprietários de um único imóvel, no entanto, sem direito à propriedade.

3. UGT: a central sindical socialista fez a proposta que seria a base para o Decreto de Municipalização da Habitação. A proposta socialista era parecida com a do POUM, pois tinha como principal fundamento a municipalização da habitação. Da mesma forma, a UGT propôs a criação da Caixa Imobiliária para fazer a gestão da política urbana na sua totalidade, incluindo a gestão e o planejamento de obras de infraestrutura, manutenção dos equipamentos urbanos, etc. No entanto, esta proposta tinha duas diferenças fundamentais em relação à proposta do POUM: 1. estava prevista a indenização para os proprietários não-nacionalistas que tivessem os imóveis e terrenos municipalizados; 2. existia a possibilidade da manutenção da propriedade privada quando um indivíduo tinha apenas um imóvel para moradia ou quando a renda auferida através da cobrança de aluguel não fosse maior do que um determinado valor.

4. CNT: a principal proposta produzida pela central anarcossindicalista era a sindicalização da propriedade urbana, ou seja, o planejamento e a gestão da política urbana seriam controlados pelo aparato sindical e não pelo conjunto dos trabalhadores. Apesar de utilizarem o termo "municipalização" a proposta libertária colocava toda a política urbana (habitação, planejamento e gestão da cidade) sob a responsabilidade do Sindicato de Construção. Nesse sentido, o termo "municipalização" não possui o mesmo significado que na proposta socialista, onde o controle das políticas urbanas é uma função exclusiva do Estado. Quando a CNT fala em "municipalização" está na verdade se referindo a um recorte político-administrativo onde a propriedade dos imóveis será sindicalizada. Assim como o POUM, a CNT era contrária ao pagamento de indenizações e à manutenção de qualquer tipo de propriedade privada.

Os conflitos entre os diferentes campos e projetos ocorreram em espaços institucionais formais, ou seja, dentro das instituições da *Generalitat*. Vimos anteriormente como Lluis Companys consegue fazer com que os espaços de deliberação político da Catalunha saiam gradualmente das assembleias dos trabalhadores para as salas de reuniões dos belos edifícios estatais em Barcelona. O Conselho de Economia e o Departamento de Finanças foram os

principais fóruns de debate e deliberação acerca da política de habitação na Catalunha. Nesses espaços institucionais os diferentes campos vão apresentar suas propostas, debater e discutir as medidas possíveis de serem implementadas levando-se em conta a conjuntura política e econômica da guerra. Nesse sentido, por um longo período, entre a criação do Conselho de Economia em 11 de agosto de 1936 e 11 de junho de 1937, os diversos campos políticos vão preparar um decreto para regular a questão da habitação na Catalunha.

No contexto do período em que o Decreto de Municipalização foi criado, as propostas da *Esquerra* e da CNT eram inviáveis de serem aceitas. O projeto burguês não foi aceito por nenhuma das organizações dos trabalhadores (CNT-FAI, UGT, PSOE, PSUC, POUM), que consideravam o projeto reformista e populista, não atendia às reais necessidades dos trabalhadores ou seja, uma transformação estrutural na política de habitação, planejamento e gestão do espaço urbano, que deveria estar completamente subordinada ao Estado (socialistas e comunistas) ou aos trabalhadores e seus sindicatos (CNT-FAI) na perspectiva de superar a subordinação do trabalhador ao mercado imobiliário privado e garantir ao trabalhador o acesso à moradias dignas. Nesse sentido, as organizações dos trabalhadores consideraram a proposta da *Esquerra* uma forma de defender estritamente os interesses da burguesia e não colocar em questão as causas reais do problema da habitação. Por outro lado, a proposta da CNT foi igualmente rechaçada por socialistas, comunistas e burgueses republicanos por diversos motivos: 1. a proposta da CNT subordinava completamente toda a política de planejamento e gestão urbana (o que incluía a gestão do orçamento, decisões sobre uso e ocupação do solo, investimentos e obras a serem realizadas) e, conseqüentemente, as políticas de moradia ao Sindicato dos Trabalhadores da Construção, o que alijava do processo decisório a esmagadora maioria da população. Isso trazia complicações políticas e econômicas evidentes, uma vez que existia o risco do sindicato agir de forma corporativa e negligenciar ou até mesmo agir contra os interesses mais gerais dos cidadãos; 2. existia o grave risco da completa desarticulação de políticas urbanas integradas por conta da independência e autonomia de cada sindicato responsável pela prestação de um determinado serviço público, o que poderia levar a uma disputa ou competição entre sindicatos para se tornar hegemônico no que se refere à definição de prioridades e implementação de projetos. Em suma, não havia na proposta condições de uma gestão e planejamento integrado da cidade, como a criação, por exemplo, de um órgão de coordenação municipal constituído por delegados dos mais diversos sindicatos, organizações e

partidos; 3. nenhuma organização, com exceção do POUM, aceitava a ideia de expropriação sem indenização; 4. todas as organizações rejeitavam a ideia da ausência do Estado no planejamento e na gestão do espaço urbano.

Apesar da proposta da *Esquerra* não ter sido aceita como base para a formulação do futuro decreto sobre a municipalização da habitação, Josep Tarradelas, o Conselheiro de Finanças da *Generalitat* (provavelmente o cargo mais importante depois da presidência) e membro da *Esquerra,* utilizou seu cargo para decretar medidas que constavam na proposta de seu partido à revelia do Conselho de Economia (devemos lembrar que este órgão, legalmente, tinha apenas um caráter consultivo). Assim, em 12 de agosto de 1936, ou seja, apenas um dia após a criação do Conselho de Economia, Tarradelas publicou um decreto que reduzia em 50% todos os aluguéis inferiores a 201 pst e uma redução de 25% para aqueles aluguéis entre 201 pst e 301 pst. (CENDRA i BERTRAN, 2005:87). A medida foi considerada contra-revolucionária, pois não estava acompanhada de uma mudança do regime de propriedade nem de uma política pública habitacional consistente. Nesse sentido, a decisão de reduzir os aluguéis de forma isolada de qualquer outra medida foi considerada uma estratégia da *Esquerra* de reduzir o ímpeto revolucionário e a mobilização dos trabalhadores. Em 18 de setembro, quando os debates já tinham se iniciado, o Conselheiro das Finanças publica outro decreto criando a *Comissariat de la Vivienda* e dissolvendo as Câmaras de Propriedade Urbana. Com essa medida, o conselheiro reduzia a capacidade de ação dos sindicatos, uma vez que colocava sob o poder do Estado a função de criar, executar e fiscalizar políticas de habitação, ao mesmo tempo em que simbolicamente retirava dos proprietários a prerrogativa de conduzir de forma privada assuntos de caráter público. Em janeiro de 1937, Tarradelas publica o decreto nº 48 onde suspende temporariamente o pagamento dos aluguéis, buscando novamente reduzir a mobilização dos trabalhadores. Em fevereiro de 1937, diante dos impasses e da improdutividade dos debates no âmbito do Conselho de Economia, Tarradelas cria, através da sua pasta, a Comissão Mista de Administração e Controle da Propriedade Urbana (CMACPU), constituída por todas as organizações e partidos que compõe o Conselho de Economia da Catalunha.

É possível observar que durante todo esse tempo o Conselho de Economia da Catalunha praticamente não teve uma atuação concreta e efetiva na questão da habitação. Este período foi marcado por longos debates que não conseguiam produzir nenhuma proposta efetiva por conta da defesa intransigente do projeto de cada campo político envolvido no processo. Além disso,

como a questão da habitação e, de uma forma mais ampla, a questão do planejamento e da gestão do espaço urbano, foi retirada das ruas, das assembleias e das fábricas, a *Generalitat*, através de Josep Tarradelas conseguiu implementar uma série de medidas que constavam no seu programa. Em outras palavras, quando o movimento libertário aceita institucionalizar o debate da gestão do espaço urbano ele fica prisioneiro e à mercê da dinâmica do aparelho de Estado. O debate sobre a habitação foi transferido para o Conselho de Economia, que a rigor, era um órgão consultivo, sem poder para agir de forma independente. Enquanto isso, Tarradelas utilizava seu importante cargo para fazer a política da *Esquerra* e enfraquecer o processo revolucionário. Daí a criação da CMACPU.

O decreto que criou a CMAPCU não fez qualquer tipo de alteração no regime de propriedade do solo, ou seja, não houve nenhum tipo de expropriação ou municipalização da propriedade privada. No entanto, a Comissão seria responsável por fazer toda a gestão dos contratos de aluguel e das políticas de habitação em Barcelona. Assim, a Comissão, apesar de ser constituída por diversas organizações e partidos, é um órgão estatal vinculado ao Departamento de Finanças, o que significa dizer que a *Esquerra*, até este momento, conseguiu implementar praticamente todas as propostas de seu projeto de política urbana à revelia do Conselho de Economia da Catalunha: a propriedade privada foi mantida e o Estado passou a ser o responsável pela gestão dos contratos de aluguel e pela política urbana de Barcelona.

O trabalho da Comissão não conseguiu dar conta da gigantesca tarefa para a qual foi designada. As principais atividades desenvolvidas pela Comissão durante sua existência (fevereiro de 1937 a março de 1938) foram a gestão dos contratos de aluguéis e impostos municipais e a elaboração de uma série de estudos e propostas para uma transformação mais consistente da política habitacional na Catalunha. No entanto, por conta do contexto do conflito e graves restrições econômicas e técnicas, os projetos ficaram inviáveis. Em março de 1938 Tarradelas dissolve a Comissão e cria o Serviço de Administração da Propriedade Urbana, órgão puramente estatal e atrelado ao Departamento de Finanças, cuja responsabilidade fundamental e dar prosseguimento aos trabalhos da Comissão sem a interferência das organizações libertárias.

Enquanto Tarradelas dá o tom da política de habitação através do Departamento de Finanças, finalmente o Decreto de Municipalização da Propriedade Urbana é aprovado em 11 de junho de 1937, com base no projeto elaborado por Joan Grijalbo, membro do sindicato da construção da UGT. De forma geral, o decreto possui os seguintes objetivos: 1. reduzir e

estabelecer um controle sobre o valor dos aluguéis; 2. reduzir o desemprego no ramo da construção civil; 3. criar uma nova política habitacional sob a gestão estatal com participação das organizações dos trabalhadores; 4. criar a propriedade municipal e estabelecer critérios para a manutenção da propriedade privada (ROCA, 1983:97-103; CENDRA i BERTRAN, 2005:85-98).

O capítulo um do decreto trata justamente sobre a questão da municipalização. Trata-se de transformar parte dos imóveis e terrenos privados em bens públicos que pertencem ao município e colocá-los sob a gestão municipal com participação das organizações dos trabalhadores nos órgãos competentes. Isso significa dizer que a municipalização não atingiu todos os imóveis e terrenos, o que implica na manutenção da propriedade privada. No entanto, o decreto tinha como objetivo acabar com a exploração e os abusos na relação entre proprietário e inquilino, bem como acabar com grandes proprietários imobiliários que faziam fortuna com a cobrança de aluguéis de diversos imóveis. A ideia fundamental era proteger a pequena propriedade entendida como um mal menor e estimular os trabalhadores a pouparem para adquirir seu próprio imóvel através de linhas de crédito. Este artigo expressa de forma clara a aliança entre a burguesia, comunistas e as parcelas reformistas dos socialistas. Assim,

> El Capítulo I Del Decreto establece los datos centrales de la municipalización. Se municipalizan las fincas lucrativas (‘las que producían renta a su propietario’ art. 1), las fincas filantrópicas (‘las que son utilizadas por otra persona que su propietario sin pago de renta o de alquiler’ art. 1). Se exceptúan de la municipalización las fincas utilitarias (‘las que sean utilizadas directamente por su propietario’) y un segmento de las utilitarias-lucrativas: el formado por las fincas de rentas bajas: hasta 25 ptas. en los municipios de menos de 15.000 habitantes, hasta 50 en los demás, hasta 100 en Barcelona. Así, si bien las tipificadas ‘casas de alquiler’ se municipalizan, no ocurre lo mismo, completamente, con las ‘casas de alquiler’ en que viva el propietario. En este segundo caso, sólo habrá municipalización para las casas de alto nivel. (ROCA, 1983:99)

O capítulo dois do decreto define a criação das Caixas Imobiliárias como órgãos municipais de gestão da política urbana. Os Conselhos Diretores das Caixas seriam constituídos por dois terços de representantes dos sindicatos (proporcional ao número de filiados em cada município) e um terço de funcionários da *Generalitat* e do município. As Caixas Imobiliárias são responsáveis por toda a gestão do uso do solo urbano (cobrança de impostos, leis e normas do uso do solo, autorização de novas construções, manutenção e conservação dos imóveis, etc.).

O capítulo três regulamenta as indenizações para os proprietários que tivessem seus imóveis e terrenos municipalizados. Assim, indivíduos, grupos e empresas direta ou indiretamente associadas aos nacionalistas não tinham direito a nenhum tipo de indenização. Os proprietários que receberiam indenizações por seus imóveis seriam pagos com Cédulas Imobiliárias na forma de renda mensal durante 25 anos cujo valor não poderia ser superior a 800 pesetas.

O capítulo quatro declara abolidos todos os censos sobre a propriedade urbana, considerados insuficientes e desatualizados para servirem como uma base de dados consistente. Além disso, estabelecia que qualquer tipo de dívida do município também seria paga com as Cédulas Imobiliárias.

O capítulo cinco regulamenta diversos aspectos legais e jurídicos da gestão da política habitacional na Catalunha:

1. institui que as Caixas Imobiliárias eram os únicos órgãos competentes para autorizar a ocupação de imóveis vazios, novas construções, obras de manutenção ou alteração das edificações existentes, realizar a cobrança dos direitos de ocupação (veremos imediatamente o que significa isso), promover desocupações e transferir pessoas de um imóvel para outro de acordo com o "interesse público".
2. Estipula que enquanto as Caixas Imobiliárias não fossem devidamente implementadas, suas funções seriam desenvolvidas pela CMACPU.
3. Proíbe qualquer tipo de sublocação total ou parcial do imóvel ocupado mediante contrato com as Caixas Imobiliárias. O aluguel só é permitido aos proprietários de mais de um imóvel de acordo com o capítulo um, que estabelece um limite de 100 pesetas para a renda proveniente de aluguel. É permitido que o contrato de locação de um imóvel seja feito em nome de mais de uma pessoa.
4. O aluguel é substituído pelos Direitos de Ocupação. Os direitos de ocupação são uma taxa única que comporta o direito de situação (área ocupada pelo imóvel ou terreno) e direito de edificação (área construída). Estão embutidos nos Direitos de Ocupação uma série de taxas e impostos que correspondem a: "a) amortización, b)Conservación y adaptación, c) Riesgos (incendios, explosiones, etc.), d) Administración, e) Nuevas construcciones, f) Impuestos de la vivienda, g) Impuestos de la Generalitat y del Estado, que quedarán a cargo de la Caja Inmobiliaria (Art. 16)" (ROCA, 1983:101). Os recursos provenientes dos Direitos de Ocupação

seriam administrados pelas Caixas Imobiliárias, que teriam a responsabilidade de arcar com a manutenção, conservação e construção de imóveis e equipamentos urbanos coletivos, cobrir os custos dos seguros, realizar obras públicas, contratar trabalhadores, pagar salários, investir no setor da construção civil, etc.

5. Os terrenos sem nenhum tipo de construção poderiam ser utilizados das seguintes formas: a. ocupação provisória do terreno até que a Caixa Imobiliária defina o tipo de construção que será realizada; b. a concessão do terreno para a construção de um imóvel exclusivamente para moradia; c. utilização do terreno para construções realizadas pela própria Caixa Imobiliária; d. a concessão do terreno para uma instituição pública municipal, regional ou nacional.

A aplicação e a consistência do Decreto de Municipalização dependia basicamente de dois fatores: 1. correlação de forças políticas locais (municípios); 2. capacidade de organização técnica e institucional para operacionalizar as medidas do decreto (criação das Caixas Imobiliárias e toda a infraestrutura necessária para fazê-las funcionar de acordo com suas atribuições). A hegemonia política de um determinado campo político era o fator determinante para que o processo de municipalização da habitação fosse implementado. A capacidade de mobilização e atuação de um determinado campo hegemônico conseguia, na maioria das vezes, fazer funcionar a infraestrutura técnica e institucional necessária para a gestão da política urbana do município. E o interessante é notar que nos municípios com predomínio claro das organizações dos trabalhadores (libertárias ou não), a municipalização se concretizou, enquanto em municípios com hegemonia da burguesia republicana ou em um contexto marcado por fortes conflitos entre os diversos campos políticos, a municipalização fracassou. Diante deste quadro, é possível identificar, de forma geral, três situações: 1. municípios que agiram por conta própria e iniciaram a municipalização da habitação antes do decreto de junho de 1937 e basicamente ignoraram sua publicação; 2. municípios que conseguiram implementar o Decreto de Municipalização em sua quase totalidade, principalmente em relação à constituição das Caixas Imobiliárias; 3. municípios que não conseguiram implementar ou fiscalizar as medidas do decreto, como foi o caso de Barcelona.

Barcelona era o centro econômico da Espanha e, ao longo do conflito, transforma-se também no centro político, o último front de resistência ao avanço nacionalista. A centralidade da cidade, a habilidade política de Lluis Companys e a fragilidade política do movimento libertário (que não soube aproveitar sua hegemonia de forma consistente) transformaram a

cidade em um campo de batalha político, econômico e militar entre as forças antifascistas (devemos relembrar os conflitos em maio de 1937 envolvendo a CNT, FAI e POUM contra as forças comunistas, socialistas e republicanas). Assim, os conflitos e tensões impediram a implementação do Decreto de Municipalização da Habitação em Barcelona. A *Esquerra*, através do Conselheiro de Finanças Josep Tarradelas, criava uma série de dificuldades institucionais para a implementação do Decreto (criação de diversas comissões para estudo e avaliação da "questão urbana", que protelavam decisões e passavam por cima do Conselho de Economia, fórum onde o decreto foi debatido e criado, editava medidas à revelia das demais organizações e partidos políticos, desrespeitava o próprio decreto permitindo a compra de imóveis municipalizados, o que era proibido, etc.). Além disso, todo o aparato estatal da *Generalitat* era utilizado para dificultar a aplicação do decreto, que desejava manter a propriedade privada e evitar a municipalização efetiva. Assim, criava-se uma série de dificuldades institucionais para a criação das Caixas Imobiliárias, para o pagamento das indenizações e a estruturação técnica e institucional da confecção dos contratos, fiscalização, movimentações financeiras, etc.

O fracasso do Decreto de Municipalização em Barcelona deixou a situação basicamente da mesma forma como no início do conflito: inúmeras propriedades foram expropriadas de forma definitiva pelos trabalhadores e por suas organizações, inúmeros moradores se recusavam a pagar o aluguel (as medidas de Tarradelas de reduções do aluguel e mais tarde de suspensão temporária foram imediatamente seguidas pelos moradores, uma vez que significava uma economia importante diante do aumento gradual e constante do custo de vida na cidade) e a permanência da propriedade privada. No caso de Barcelona a CMACPU conseguiu realizar uma série de expropriações e fechar uma série de contratos que totalizaram a soma significativa de 90 milhões de pesetas até março de 1938, quando foi extinta por Tarradelas (ROCA, 1983:109). A política habitacional em Barcelona não foi muito além disso.

Entre julho de 1936 e julho de 1937 o planejamento e a gestão urbanos de Barcelona foram marcados pela forte descentralização e autonomia das organizações dos trabalhadores. Foi o período de hegemonia da CNT no campo das lutas urbanas e representa o momento em que os sindicatos ainda pautavam a dinâmica do espaço urbano. Isso significava que o planejamento e a gestão eram feitos de forma setorial de acordo com o sindicato de cada ramo. Assim, por exemplo, novas construções, obras de manutenção, produção de materiais e insumos necessários a obras de infra-estrutura ficavam sob a responsabilidade do Sindicato da Construção, que reunia

todas as atividades relacionadas à construção civil, indústrias de materiais de construção (cimentos, telhas, ferramentas, etc.). Assim, se o Sindicato dos Transportes decidia fazer uma determinada obra (instalação de sinais, colocação de um ponto de ônibus ou bonde, construção de uma baia na rua), solicitava o serviço ao Sindicato da Construção, mas a gestão do sistema de transportes (horários, itinerários, tarifas, etc.) ficava sob sua responsabilidade. A mobilidade e a acessibilidade aos bairros e determinados lugares dependia diretamente da rede de transportes e também das milícias, que estabeleciam barricadas e pontos de controle nos seus territórios dentro de Barcelona. A geração, distribuição, reparos e manutenção da água e da energia estava sob a responsabilidade dos trabalhadores que coletivizaram estes serviços e definiam as tarifas, as prioridades, a expansão dos serviços, etc. Em suma, a cidade funcionava de forma setorial sem uma coordenação efetiva dos diferentes serviços, não havia uma política de planejamento e gestão integrada, que articulasse os diferentes setores da produção e dos serviços urbanos. O Comitê Regional da CNT não foi capaz de assumir tal responsabilidade no campo das políticas urbanas da mesma forma que atuou na coordenação das atividades industriais, o Comitê de Milícias Antifascistas estava voltado basicamente para questões militares e políticas nas escalas regional e nacional e não assumiu responsabilidades neste sentido. Os comitês de bairro não foram capazes de criar conselhos comunais como foi feito em cidades menores e em diversas coletivizações agrícolas, o que permitia uma coordenação e articulação efetiva das atividades. Por isso Barcelona era constituída por diversos territórios libertários, que apesar da falta de coordenação e articulação conseguiu suprir de forma razoável sua crescente população e conseguiu, dentro daquele contexto, melhorar determinados aspectos na vida da classe trabalhadora.

O período entre agosto de 1937 e maio de 1938 foi marcado pela redução da hegemonia libertária e pela ascensão gradual do aparelho de Estado na condução do planejamento e da gestão urbanos de Barcelona. Foi um período de transição, aonde a *Generalitat* ia ampliando cada vez mais sua influência e capacidade de ação, no entanto, ainda necessitava da capacidade de mobilização e ação dos sindicatos. Existia uma cooperação tensa e conflituosa que foi inteiramente superada após maio de 1938 quando se decide por restabelecer os poderes municipais, que até agora tinham sido completamente ignorados durante o processo. Evidentemente, a iniciativa parte da *Generalitat* e dos comunistas, que percebem que a recomposição do aparelho de Estado passa, necessariamente, pela centralização do planejamento

e da gestão urbana da principal cidade espanhola. Assim, em maio de 1938 é criado um Comitê Municipal constituído pelas organizações e partidos antifascistas. No entanto, nesse momento, o declínio do movimento libertário é evidente e a hegemonia é exercida pela aliança entre a burguesia republicana e os comunistas. Nesse sentido, a nova composição da correlação de forças permite que as atividades do Comitê Municipal sejam todas voltadas para a centralização política e econômica das políticas urbanas, o que significa desfazer e aniquilar as experiências de autogestão (ROCA, 1983).

O avanço do conflito tornava as condições de vida em Barcelona cada vez piores. Conforme a guerra avançava, os insumos para as indústrias e para as atividades agrícolas tornavam-se cada vez mais raros e, por isso, cada vez mais caros. A capacidade de importação da República diminuía por conta da desvalorização da peseta, pela redução de liquidez internacional, pela redução dos mercados europeus e pelo boicote promovido por inúmeras empresas que preferiam vender seus produtos para os nacionalistas. A energia também se tornava cada vez mais cara, seja por conta da importação (petróleo, carvão e gás) ou pela perda de centrais de geração de energia elétrica para os nacionalistas. A redução e o encarecimento de insumos e de energia limitava as atividades econômicas no campo e na cidade, o que implicava na redução do comércio e do consumo, afetando diretamente a capacidade de todas as empresas e estabelecimentos (coletivizados ou não) em conseguir manter o nível de salários e de produção. A crise atingiu particularmente o setor agrícola e aqueles setores mais avançados da indústria, o que iniciou uma crise de abastecimento de alimentos e produtos básicos. A crise foi combatida inicialmente com o racionamento dos produtos mais importantes e que começavam a faltar nos mercados e armazéns da cidade. Tal crise de abastecimento foi agravada pela chegada de milhares de refugiados de outras cidades e regiões da Espanha que fugiam do avanço nacionalista, causando uma pressão ainda maior na estrutura produtiva e de sérvios da cidade.

No final de 1937, a vida cotidiana se tornou muito difícil em Barcelona. Inúmeras filas se formavam nos armazéns, padarias e mercados para que as pessoas pudessem adquirir sua cota de produtos básicos: pão, leite, carvão, madeira, vinho, batatas, açúcar, farinha e um pouco de carne. O racionamento e a escassez levaram à constituição de práticas de contrabando e da formação de um mercado negro de produtos como cigarros, chocolates, café, ovos, carne fresca, legumes e verduras. Os preços dos produtos e serviços dispararam, principalmente nos estabelecimentos privados que estavam voltados para abastecer a classe média e, principalmente,

a elite barcelonesa que voltava a andar tranqüilamente pelas ruas da cidade. O processo revolucionário perdia força, os sindicatos não conseguiam mais mobilizar politicamente as bases para uma defesa radical das conquistas de julho de 1936, a cúpula da CNT estava cada vez mais distante da *práxis* revolucionária e cada vez mais voltada para a colaboração na vã tentativa de manter as conquistas libertárias. A *Esquerra* e os comunistas ampliavam cada vez mais sua hegemonia e atacavam violentamente as organizações libertárias e o POUM, lançando mão inclusive da polícia secreta soviética, a NKVD, que agia perseguindo, prendendo e assassinando anarquistas, membros do POUM e da UGT que defendiam um processo revolucionário efetivo e não a diretriz stalinista do PCE e do PSUC. Assim, o processo de recomposição do Estado e a marginalização da CNT-FAI e do POUM caminhavam concomitantemente.

As transformações políticas, econômicas e militares causaram transformações na dinâmica urbana de Barcelona. Aos poucos, o processo revolucionário ia enfraquecendo, tornando-se pálido. As bandeiras rubro-negras, os cartazes, as músicas, o entusiasmo, tudo isso ia desaparecendo aos poucos. O medo, a incerteza, o frio, a fome tomavam conta do cotidiano e preenchiam corações e mentes daqueles que estavam cada vez mais perto da frente de combate. A burguesia voltava a caminhar e circular pela cidade, a ordem pública ia voltando conforme os comunistas dominavam o aparato policial e as forças armadas, uma atmosfera de medo e repressão voltava a fazer parte do cotidiano dos trabalhadores. Assim, o processo revolucionário caminhava melancolicamente para seu fim. Trabalhadores desmotivados e sem forças para reagir à contrarrevolução ou para retomar a vitalidade e o vigor de suas organizações assistiam praticamente inertes os líderes da CNT praticarem uma vazia política colaboracionista que apenas ajudou a destruir suas próprias conquistas.

Conclusão: as lições e o legado da experiência anarquista durante a Guerra Civil Espanhola

É impossível afirmar que um determinado processo histórico tomaria outros rumos caso determinadas ações, coletivas e/ou individuais, tivessem sido diferentes. Assim, é impossível afirmar que os anarquistas espanhóis teriam sido capazes de vencer a Guerra Civil e consolidar uma revolução libertária, transformando a Espanha em uma grande federação, *caso* as organizações anarquistas tivessem conseguido manter sua hegemonia política, econômica e militar ao longo do conflito, s*e* a CNT e a FAI ampliassem cada vez os seus territórios libertários em vez de colaborar com o processo de recomposição do aparelho de Estado.

É impossível *afirmar*; no entanto, podemos *especular* de forma relativamente prudente a partir das condições políticas, econômicas e militares não só das Espanha, mas do mundo e, principalmente, da Europa, naquele momento. Portanto, especulando de maneira responsável, acreditamos que a vitória anarquista era muito difícil, praticamente impossível. Em primeiro lugar, por conta da quantidade de inimigos internos: os nacionalistas, os próprios socialistas e comunistas, além de outros republicanos. Eram muitas as frentes contra as quais lutar. Imaginando uma vitória republicana contra os nacionalistas fascistas, o movimento libertário teria que enfrentar as forças combinadas do Exército Republicano, do PSOE, da UGT, PCE e PSUC, o que significava o início de uma outra Guerra Civil. Em segundo lugar, por uma série de erros estratégicos cometidos pelas organizações libertárias, sendo o maior dele sua colaboração para com a recomposição do aparelho de Estado.

Imaginando um cenário muito improvável, a vitória libertária seria possível após um grande esforço de coordenação e organização para aprofundar o processo revolucionário como estratégia de impedir a recomposição do aparelho de Estado, o que significaria a redução da capacidade de ação das organizações republicanas. Caso isso fosse feito, a vitória anarquista seria possível. No entanto, o novo regime social não seria capaz de se sustentar por muito tempo, e as razões para isso encontram-se na geopolítica global: as potências capitalistas, o bloco fascista e a União Soviética não iriam permitir a existência de um território libertário no continente europeu, que pudesse servir de exemplo para os trabalhadores de outros países. É possível especular que o território libertário pudesse se sustentar até o fim da Segunda Guerra; afinal, os anarquistas seriam importantes aliados, na prática (ou seja, ainda que informalmente), das democracias burguesas e da União Soviética no combate ao Eixo. Entretanto, é plausível

imaginar que, após o encerramento da guerra, as atenções fossem voltadas para a destruição da revolução libertária.

O fim da experiência anarquista na Espanha significou o fim do anarquismo como um movimento político relevante ou significativo:

> Situei o término desta história do anarquismo no ano de 1939. Esta data, escolhida propositalmente, assinala a morte, na Espanha, do movimento anarquista fundado por Bakunin duas gerações atrás. Na época atual, existem milhares de anarquistas dispersos em pequeno número por muitos países. Existem também grupos e publicações anarquistas, escolas e comunidades anarquistas. Todos, porém, não formam senão uma pálida imagem do movimento anarquista histórico, um fantasma que não inspira temor entre os governos nem esperança entre os povos, ou nem mesmo interesse entre os jornalistas. (WOODCOCK, 2002b:288)

A afirmação de George Woodcock, feita no epílogo de sua obra sobre a história do anarquismo, publicada em 1962, parece muito severa, mas é essencialmente correta. Também é correta a afirmação de Woodcock quando ele diz que o fim do movimento anarquista não significou o fim do ideário anarquista e, de forma mais ampla, o ideário libertário. Se o movimento anarquista clássico que encontrou seu fim em 1939 na Espanha, as ideias libertárias que ficaram praticamente esquecidas entre 1940 e 1968, são resgatadas para animar diversas experiências, organizações e movimento durante os anos 60 e 70 e, novamente, são marginalizadas na década de 1980. Assistimos, mais uma vez, a partir de 1994, com o surgimento do Exército Zapatista de Libertação Nacional, no México, a emergência de diversas experiências e organizações fortemente inspiradas nos ideais libertários. Não houve um renascimento do movimento anarquista, mas sem dúvida há um resgate do seu legado ético e político.

A rica experiência dos anarquistas espanhóis deixou um importante legado ético, político e econômico, no que se refere às possibilidades de criação e instituição de outros modos de existência e valiosas lições práticas para aqueles que buscam transformar a sociedade e suas vidas baseadas nos princípios libertários de horizontalidade, autogestão, ajuda mútua, descentralização; que buscam superar o modo de existência capitalista e, rejeitam, ao mesmo tempo, as experiências do socialismo real, nas quais se constituíram regimes ditatoriais e totalitários.

Talvez o principal legado da experiência anarquista espanhola tenha sido ajudar a demonstrar que a instituição de um modo de existência libertário é possível, não se tratando apenas de uma utopia. Ao longo do trabalho demonstramos que milhões de pessoas estavam direta e indiretamente engajadas em um rico e profundo processo de transformação da organização societária, buscado instituir para si um modo de existência autônomo, ou seja, criado, inventado e instituído por elas próprias, dentro dos limites das terríveis condições impostas por uma guerra civil. A experiência demonstra a possibilidade real e concreta da autogestão econômica e política realizada pelos próprios trabalhadores. Os anarquistas espanhóis demonstraram, através da instituição da autogestão da produção, como a economia e a política são indissociáveis, o que supõe o conhecimento operacional da atividade econômica em si (utilização de tecnologia, conhecimento dos processos produtivos, contabilidade, administração, manutenção, etc.) e a definição do tipo de regime de propriedade, da organização e da remuneração do trabalho (o que implica na distribuição da riqueza socialmente produzida), da escolha das bases técnicas, e, finalmente, das questões mais básicas da atividade econômica: o que, como e para quem produzir? Todas essas questões não são meramente "econômicas", mas sim políticas, pois se referem diretamente à organização do trabalho em uma nova forma de organização societária. Além disso, os trabalhadores foram capazes de criar vigorosos espaços políticos caracterizados por um elevado grau de autonomia, ou seja, espaços deliberativos onde se buscou reduzir de forma significativa a heteronomia e instituir mecanismos de participação efetiva do indivíduo e da coletividade no exercício do poder através da criação de estruturas de poder mais horizontais e diretas, como as federações, as assembleias e o uso do mecanismo da delegação. Nesse sentido, a experiência mostra como é possível a instituição de leis e normas sem a constituição de um aparelho de Estado hierarquizado e centralizador e, mais do que isso, demonstra as possibilidades reais e concretas do exercício efetivo do poder pelos próprios trabalhadores sem a mediação de representantes ou vanguardas que decidem pela coletividade.

A busca pela instituição de um regime de liberdade, de uma organização societária pautada pelos princípios da igualdade na diversidade, na ajuda mútua, na solidariedade e na cooperação são valores éticos importantes que ajudam a orientar projetos de transformações sociais. Queremos salientar que a experiência anarquista demonstrou a possibilidade de uma organização societária baseada na cooperação e não na competição e na concorrência. Tais fundamentos orientam a instituição de um modo de existência onde a liberdade do outro de

legitima, se justifica e se fortalece na liberdade do outro e não contra ou apesar do outro. A consequência política e ética desse legado é o esforço para se instituir uma sociedade que busca o desenvolvimento pleno da capacidade de agir e de pensar de cada indivíduo, ou seja, uma sociedade onde a preocupação fundamental é o bem estar e o desenvolvimento de todos os seus membros e que assuma de forma explícita essa preocupação como um dever da coletividade. Uma das principais formas de se buscar possibilitar um amplo desenvolvimento intelectual, físico e cultural – um verdadeiro *desenvolvimento sócio-espacial* pautado em valores e princípios anti-heterônomos – se deu através da alteração do modo de distribuição da riqueza social e dos investimentos realizados em serviços e infra-estrutura necessários para garantir as condições de desenvolvimento das potencialidades, o que só pode ser feito se houver um investimento coletivo de poder para viabilizar tais mudanças: permitir ao produtor a apropriação integral do seu trabalho direta (algum tipo de remuneração, se for o caso) ou indiretamente, através dos investimentos coletivos de serviços e infra-estrutura. Podemos contrapor esse ideia de sociedade àquela onde cabe somente ao indivíduo, através de seus esforços individuais, e independente das condições sociais, buscar seu próprio desenvolvimento e bem estar; ao mesmo tempo, podemos contrapor também essa sociedade àquela organizada de cima para baixo pelo Estado do Partido único liderado por uma vanguarda que constitui uma classe burocrata que impõe as condições de existência para o restante da coletividade, que, nessas condições, está dissociada de sua capacidade de agir e pensar.

Os apontamentos realizados não significam nenhum tipo de idealização. As realizações e o legado ético e político não significa a romantização ou idealização dos trabalhadores e suas organizações. Ao mesmo tempo em que foram protagonistas de feitos notáveis (a autogestão econômica e política, os investimentos em educação, cultura e bem-estar), os anarquistas, por outro lado, não foram capazes de superar completamente a heteronomia, as estruturas hierárquicas e centralizadoras. Certos conflitos básicos não foram totalmente superados, o exercício do poder não foi exercido coletivamente de forma plenamente autônoma, a injustiça social continuou existindo (ainda que muitíssimo atenuada), crimes foram cometidos, tampouco foi construído um "paraíso libertário" na Terra. Obviamente, os vícios, os defeitos humanos não foram abolidos. A análise deve evitar a idealização e o romantismo exagerado, justamente para fortalecer as estratégias de luta que buscam, com realismo, aumentar a margem de exercício da autonomia. A idealização e a romantização de um movimento ou experiência não permitem uma

análise crítica e, por isso mesmo, tendem a transformá-los em dogmas e modelos que não podem e não devem ser questionados, mas sim aplicados a qualquer espaço em qualquer período histórico sem a necessária contextualização e balanço crítico para identificar as virtudes, as potencialidades, limites e contradições. Nesse sentido, a experiência espanhola mostrou a dificuldade (mas não a impossibilidade), de uma organização radicalmente descentralizada e federativa do movimento revolucionário. Tanto a CNT quanto a FAI reproduziram dentro de suas estruturas hierarquias e centralizações que não respeitavam o princípio federativo. Houve, de fato, a separação entre a cúpula do movimento (os principais líderes e dirigentes sindicais) e a base de militantes, o que significou a centralização do exercício do poder na escala nacional e de condução da política da CNT-FAI em relação à colaboração com o Estado; ao mesmo tempo, não é plausível imaginar que em todas as coletivizações, em todos os comitês e organizações não tenha ocorrido algum tipo de abuso de poder, enriquecimento ilícito, personalismo, etc. No entanto, isso não diminui a importância e a riqueza da experiência espanhola.

A principal lição desta experiência diz respeito à capacidade de análise da conjuntura nas lutas sociais. Saber analisar a conjuntura de forma realista e prudente é crucial para saber tirar melhor proveito das oportunidades e ampliar as margens de manobra. Nesse aspecto, as organizações libertárias tiveram uma dificuldade de realizar análises prudentes e realistas, o que comprometeu o planejamento de uma estratégia geral política e militar para vencer a guerra e consolidar a revolução libertária. A principal consequência da dificuldade de realizar análises prudentes e realistas foi a progressiva colaboração das organizações libertárias com o aparelho de Estado. Salientamos esse processo diversas vezes ao longo da pesquisa. A postura dos líderes anarquistas em colaborar com o governo central de Madri e com a *Generalitat* decretou o fracasso do processo revolucionário, uma vez que os esforços políticos e militares foram progressivamente sendo cada vez mais canalizados para fortalecer as estruturas governamentais, ao invés de fortalecer e ampliar os territórios libertários fora de influência do aparelho de Estado. Assim, a estratégia global da CNT e da FAI estava centrada na colaboração com a recomposição do aparelho estatal, o que significou o fortalecimento de uma estrutura heterônoma de poder, que tão logo recuperou sua capacidade de agir, voltou-se contra as experiências libertárias. Os líderes das organizações libertárias não conseguiram perceber – e quando perceberam, já era tarde demais –, que quanto mais fortaleciam o Estado, mais enfraquecida se tornava a revolução. Nessa perspectiva, a dinâmica do Conselho de Economia da Catalunha e do Conselho de Aragão

são exemplos perfeitos desse processo: órgãos que deveriam aprofundar o processo revolucionário, e foram atrelados ao aparelho de Estado e contribuíram para enfraquecer a experiência libertária.

A importância da capacidade de análise da conjuntura faz a diferença entre a vitória e a derrota na luta social. Os líderes anarquistas acreditavam que a colaboração com o governo ia criar as condições de vencer a guerra contra os nacionalistas e consolidar as conquistas revolucionárias. Inúmeros militantes viam que isso não ia acontecer. Inúmeros militantes conseguiram ver o que era muito evidente: assim que o Estado tivesse forças suficientes, ele iria atacar o movimento libertário e destruir sua revolução. Assim, ao invés de ampliar a margem de manobra, a estratégia das lideranças solapou as conquistas de 1936 e 1937. Nessa conjuntura específica, seria mais promissor e fecundo investir na ampliação e no fortalecimento dos territórios libertários, das federações, das comunas e das coletivizações. É possível que a radicalização dessas experiências retardasse a recomposição do aparelho de Estado, ampliando as margens de manobra dos anarquistas.

Por fim, não podemos deixar de sublinhar, evidentemente, a questão da *espacialidade*. A ação dos trabalhadores libertários transformou a organização espacial hegemônica, através da refuncionalização do substrato material ou através de reestruturações territoriais. Em outras palavras, ocorreram transformações nas formas e, principalmente, nas funções do substrato material, ou seja, dos objetos que constituem o espaço geográfico (refuncionalização) e também na transformação dos arranjos territoriais de poder, ou seja, alterações nos limites e nas dinâmicas territoriais em função de um novo conjunto de relações de poder que redefinem as formas de organização e gestão do território, ou, em outras palavras, uma redefinição das formas de organização e gestão dos corpos políticos, estruturas produtivas e administrativas.

No primeiro caso, muito comum nas cidades, o substrato material passou por mudanças funcionais importantes, ou seja, ocorreram transformações funcionais nos objetos, como por exemplo, igrejas, restaurantes, hotéis e imóveis particulares que foram expropriados e passaram a desempenhar funções distintas daquelas para as quais foram produzidas: armazéns, cinemas, escolas, refeitórios coletivos, sedes de partidos, sindicatos e organizações, moradia popular. O substrato material passava por esse processo de refuncionalização e, às vezes, por uma transformação na sua forma (destruição, reforma, manutenção, ampliação) para atender às novas necessidades criadas por outros protagonistas. Além disso, não podemos esquecer das novas

formas de apropriação simbólicas do espaço por conta da produção de uma nova subjetividade coletiva que atribuía nos sentidos e significados ao espaço geográfico, transformando, de certa foram, a relação entre sociedade e espaço, expressando uma nova espacialidade.

Em relação à reestruturação territorial, a coletivização de terras, que logicamente também implicou uma certa reestruturação do próprio substrato espacial material, alterou completamente as relações de poder no campo e o arranjo espacial das estruturas produtivas por conta da mudança do regime de propriedade e das transformações técnicas realizadas pelos camponeses. As novas formas de gestão política dos municípios e províncias também promoveram processos de reestruturação territorial por conta da nova rede de poder que se estabeleceram, alterando os limites e a dinâmica do exercício do poder. Tais transformações nos permitem pensar a relação indissociável entre um determinado modo de organização social e uma determinada espacialidade. Na experiência espanhola é possível observar como um modo de existência libertário implica uma espacialidade própria, que lhe é imanente. As comunas e as federações, as coletivizações agrícolas e urbanas (indústrias e serviços), a autogestão territorial urbana, novas formas de relação cidade e campo, as articulações multiescalares são a expressão dessa nova espacialidade.

Ao longo de três anos os trabalhadores espanhóis, que estavam imbuídos de um espírito libertário, produziram uma experiência única de autogestão política e econômica no sangrento contexto de uma guerra civil. Com ambigüidades, limites e contradições, os anarquistas espanhóis conseguiram engendrar um dos maiores e mais importante processo revolucionário da história do movimento operário moderno baseado em princípios libertários. No entanto, apesar de todas suas limitações e ambiguidades, foi uma experiência rica e radical, que deixou um legado ético e político da maior importância para todos aqueles, que de algum modo, buscam transformar o mundo e suas vidas. Se, por um lado, os anarquistas perderam a guerra e não conseguiram consolidar a revolução, eles foram vitoriosos simplesmente pelo fato de conseguirem instituir, dentro das terríveis condições em que se encontravam, um novo modo de existência calcado na solidariedade, na ajuda mútua, na cooperação, na busca pelo aumento da liberdade, na tentativa de se distribuir melhor a riqueza, de tentar possibilitar o exercício do poder da forma mais autônoma possível.

Sim, foi curto o verão da anarquia. Mas foi um belo verão.

Bibliografia

ALBA, Victor. Los colectivizadores. Barcelona. Alertes. 2001.

AMSDEN, John. La colectivización industrial bajo control obrero: Cataluña, 1936-39. In PEET, Richard (org). Anarquismo y geografía. Barcelona: Oikos-tau. 1989.

ARENDT, Hannah.. A condição humana. Rio de Janeiro. Forense.1981[1958]

ARRARÁS, Joaquin. Historia de la cruzada española. Madri. Ediciones Españolas, 8 Vols. s/d.

AYAU, Emilio Gomes. Reforma agraria y revolución campesina en la España del siglo XX. Revista de estudios agrosociales, nº 77, pgs 7-53. 1971.

BAKUNIN, Mikail. Escritos contra Marx. São Paulo. Imaginário. 2001.

_____. Deus e o Estado. São Paulo. Imaginário.2002.

_____. Estatismo e Anarquia. São Paulo. Imaginário. 2003.

_____. O princípio do Estado e outros ensaios. São Paulo. Hedra. 2008.

_____. Socialismo e liberdade. São Paulo. Coletivo Editorial Anarquista. s/d.

BAKUNIN, Mikail et al. Os anarquistas e as eleições. São Paulo. Imaginário. 2000.

BEEVOR, Antony. A batalha pela Espanha. Rio de Janeiro: Record. 2007.

BERNECKER, Walter. Las colectividades y revolución social. El anarquismo en la guerra civil española. Barcelona. Crítica. 1982.

_____. El anarquismo en la Guerra civil española. Estado de la cuestión. Cuadernos de Historia Contemporánea. Nº 14. Madrid. Editorial Universidad Complutense. 1992.

BERTHIER, René, LEVAL, Gaston e MINTZ, Frank. Autogestão e anarquismo. São Paulo. Imaginário. 2002.

BIGLINO, Paloma. El socialismo Español y la cuestión agraria (1890-1936). Madri. Ministerio de Trabajo y Seguridad Social. 1986.

BLUNT, Alison e WILLS, Jane. Dissident Geographies. Prantice Hall. Essex. 2000.

BOOCKCHIN, Murray et al. O bairro, a comuna, a cidade… espaços libertários. São Paulo. Imaginário. 2003.

BOLLOTEN, Burnnet. The Spanish Republic and the civil war. Princeton. 1965.

_____. La Guerra Civil espanola : Revolucion Y Contrarrevolución. Alianza Editorial. Madrid.

BORJA, Jordi. Movimientos sociales urbanos (Coletânea, 1973-74). Buenos Aires: SIAP, 1975.

BREITBART, Myrna Margulies. El anarquismo español: ensayo introductorio. In PEET, Richard (org). Anarquismo y geografía. Barcelona: Oikos-tau.. 1989a.

_____. Descentralismo anarquista en la España rural, 1936-39: la integración de comunidad y medio ambiente. In PEET, Richard (org). Anarquismo y geografía. Barcelona: Oikos-tau.. 1989b.

BROUÉ, Pierre. A revolução espanhola 1936-1939. São Paulo: Perspectiva. 1992 [?].

CAL, Enric Ucelay-Da y TAVERA, Susana. Un andamio en movimiento: Organigrama y territorio en la CNT. In. OYÓN, José Luis e GALLARDO, Juan José (orgs). El cinturón rojinegro: radicalismo cenetista y obrerismo en la periferia de Barcelona 1918-1939. Barcelona. Ediciones Carena. 2005.

CAPEL, Horacio. Filosofia y ciência em la Geografia contemporanea. Barcelona. Barcanova. 1981.

CARR, Raymond. The republic and the civil war in Spain. London. Macmillan. 1971.

CARRIÓN, Pascual. La reforma agraria de la 2ª República y la situación actual de la agricultura española. Barcelona. Ariel. 1973.

CASANOVA, Julián et al. El pasado oculto. Fascismo y violencia en Aragón (1936-1939). Madrid. Siglo XXI. 1992.

CASANOVA, Julián. Anarquismo y revolución social en la sociedad rural aragonesa 1936-1938. Barcelona. Crítica. 2006.

CASTELLS, Manuel. Movimientos sociales urbanos. Mexico: Siglo Veinteuno1974.

_____. A questão urbana. Rio de Janeiro. Paz e Terra.2000 [1972].

CASTORIADIS, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982.

_____. Socialismo ou barbárie. São Paulo. Brasiliense. 1983.

_____. As encruzilhadas do labirinto III. O mundo fragmentado. "Poder, Política, Autonomia". Trad. Rosa Maria Boaventura. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

CATALAN, Jordi. La industria entre la Guerra y la revolución, 1936-1939. Santiago de Compostela. Congreso de la Asociación Española de Historia Económica. 2005.

CENDRA i BERTRAN. El Consell d'Economia de Catalunya (1936-1939). Revolució i contrarevolució en una economia col.lectivizada. Barcelona. Publicaciones de l'Abadia de Montserrat. 2006.

CHOMSKY, Noam. Notas sobre o anarquismo. São Paulo. Imaginário. 2004.

_____. CHOMSKY, Noam. Para entender o poder. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2005.

COMAS, ROCÍO NAVARRO. Las colectividades agrarias en los folletos anarquistas de la guerra civil española.Hispania Nova: Revista de historia contemporánea, Nº. 1, 1998-2000.

COX, Kevin. Conflict, politics and the urban scene. London. Longman group. 1982.

DE GALINSOGA, Luis. Centinela de Occidente. Semblanza y biografia de Francisco Franco. Barcelona. Ediciones AHR. 1956.

DE PAULA, Amir el Hakim. Os operários pedem passagem! A Geografia operária da cidade de São Paulo (1900-1917). Dissertação de mestrado.São Paulo. USP. 2005.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia. Lisboa: Assírio & Alvim. s/d. [1972].

DÍAZ, Benito Sans. Las colectividades campesinas durante la guerra civil española: Villamalea (1936-1939) Al-Basit: Revista de estudios albacetenses, Nº. 5, páginas 119-130. 1978.

DURAN, Antoni Castells. Les col.lectivizacions a Barcelona 1936-1939. Barcelona. Hacer Editorial. 1993.

_____. El processo estatizador en la experiencia colectivista catalana (1936-1939). Madrid. Nossa y Jara Editores. 1996.

EALHAM, Chris. La lucha por Barcelona. Clase, cultura y conflictos 1898-1937. Madri. Alianza Editorial. 2005.

ESPINOSA, Baruch. Tratado Político. In: Os pensadores. São Paulo. Nova Cultural. 2000.

FÀBREGAS, Joan. Vuitanta dies al Govern de la Generalitat. El que vais fer i el que no em deixaren fer. Barcelona. Bosch. 1937.

FARACO, Carlos Alberto et al. (orgs.). Diálogos com Bakhtin.Curitiba. Editora UFPR. 1996

FERNANDES, Bernardo Mançano. MST: formação e territorialização. São Paulo. Hucitec. 1996.

_____. A formação do MST no Brasil. Petrópolis.Editora Vozes. 2000a.

_____. Movimento social como categoria geográfica. In: Terra Livre. São Paulo: AGB. Pg. 59-86. 2000b.

FERNÁNDEZ, Francisco Javier de Madariaga. Las industrias de guerra de Cataluña durante la Guerra Civil. Tesis doctoral. Tarragona. Universidad Rovira i Virgili. 2003.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Petrópolis. Editora Vozes. 1998a.
_____. Microfísica do poder. Rio de Janeiro. Graal. 1998b.
GARCÍA, Luis Buendía. La experiencia autogestionária durante la Guerra Civil española. Disponível em www.cellfrancescsabat.org/CELL/seccions/Anàlisis i Estudis Econòmics/02. B(1) - Historia Económica.
GARCÍA-RAMON, Maria Dolores. La concepción de um paisaje anarquista rural: aportaciones de la teoria anarquista española. In PEET, Richard (org). Anarquismo y geografía. Barcelona: Oikos-tau.. 1989.
GERMÁN, Luis. Aragon em la II República. Estructura económica y comportamiento político. Zaragoza. Institución Fernando el Católico. 1984.
GOHN, Maria Glória. Classes populares, periferia e movimentos sociais urbanos: o movimento das associações de amigos de bairros em São Paulo. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. São Paulo.USP. 1979.
_____. Movimentos sociais populares: tendências e perspectivas. São Paulo. ANSUR. 1988.
_____. Teoria dos movimentos sociais. São Paulo. Edições Loyola. 1997.
GOMES, Paulo César da Costa. Geografia e modernidade. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 1996.
_____. Geografia fin-de-siècle: o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões. In. CASTRO et al. (orgs.) Explorações geográficas. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 1997.
GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Paixão da Terra. Rio de Janeiro. Socci. 1984.
_____. A territorialidade seringueira. Geographia. Ano 1, nº2, pg. 67-96. Dezembro. 1999.
_____. Geo-Grafias- Movimentos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad. Guadalajara: Siglo Veintiuno editores. 2001.
_____. Da Geografia às Geo-Grafias - Um mundo em busca de novas territorialidades. La guerra infinita- hegemonía y terror mundial. SADER, Emir e CECEÑA, Ana Esther (orgs). Buenos Aires. CLACSO. 2002.
_____. Geografando: nos varadouros do mundo: da territorialidade seringalista à territorialidade seringueira ou do seringal à reserva extrativista. Brasília.IBAMA/MMA. 2003.
GONZÁLES, Luis Garrido. Colectividades agrárias em Andalucía: Jaén (1931-1939). Jaén. Universidad de Jaén. 2003.
_____. La economía colectivizada de la zona republicana durante la Guerra Civil. Madrid. Congreso Internacional de la Guerra Civil. 2006.
GREGORY, Derek. Ideologia, ciencia y geografía humana. Barcelona. Oikos–Tau. 1984[1978].
http://actascongresoguerracivil.secc.es/archivos/pdf/12_1_luis_garrido_gonzalez.pdf
GUATTARI, Felix. Revolução molecular. São Paulo. Brasiliense. 1985.
_____. As novas alianças: movimentos sociais e movimentos alternativos. 1986. Revista Desvios nº 5. Paz e Terra. Rio de Janeiro.
GUATTARI, Felix e NEGRI, Antonio. Os novos espaços da liberdade. Coimbra: Centelha, 1987.
GUATTARI, Felix e ROLNIK, Suely. Micropolítica - Cartografias do desejo. Petrópolis. Vozes. 1986.
GUÉRIN, Daniel. El anarquismo. Buenos Aires: Utopia Libertaria. s/d [?].
HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização. Do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David A justiça social e a cidade. São Paulo. Hucitec. 1980.
_____. Condição Pós-Moderna. São Paulo. Loyola. 1996.
_____. A produção capitalista do espaço. São Paulo. Annablume. 2005.
HERMET, Guy. La guerre d'Espagne. Paris. Seuil. 1989.
HOBSBOWM. A era dos extremos. São Paulo. Cia das letras. 1995.
_____. A era do capital. São Paulo. Paz e terra. 1996.
_____. Revolucionários. São Paulo. Paz e terra. 2003[1973].
HUERTA, Justo A. y PUELL, Fernando. Atlas de la Guerra Civil española. Antecedentes, operaciones y secuelas militares (1931-1945). Madrid. Editorial Síntesis. 2007.
ÍÑIGUEZ, José Deogracias Carrión. Colectividades agrarias de la provincia de Albacete durante la Guerra Civil. Al-Basit: Revista de estudios albacetenses, Nº. 1, (Exemplar dedicado a: La Guerra Civil y las Brigadas Internacionales en Albacete), páginas 41-50. 1996.
JULIÁ, Santos (org). Víctimas de la Guerra civil. Mardid. Temas de hoy. 1999.
KENNEDY, Paul. Ascensão e queda das grandes potências. Rio de Janeiro. Campus. 1989.
KROPOTKIN, Piotr. Mutual aid. London. Heinemann. 1902. Disponível em http://dwardmac.pitzer.edu:16080/Anarchist_archives/kropotkin/kropotkinbiblio.html
_____. A conquista do pão. 3ª edição. Lisboa: Guimarães Editores. 1975.
_____. O Estado e seu papel histórico. São Paulo. Imaginário. 2000.
_____. A anarquia: sua filosofia, seu ideal. São Paulo. Imaginário. 2001.
_____. Palavras de um revoltado. São Paulo: Imaginário. 2005.
LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo. Editora Documentos. 1969.
_____. Espacio y Politica. Barcelona.Peninsula. 1972.
_____. La production de l'espace. Paris.Anthropos. 1974.
_____. A revolução urbana. Belo Horizonte. Editora UFMG. 1999.
_____. A cidade do capital. Rio de Janeiro. DP& A. 2001.
LÊNIN, Vladimir. Imperialismo: fase superior do capitalismo (5ª edição). São Paulo. Global. 1989.
LEVAL, Gaston. Colectividades libertarias em Espana. Buenos Aires: Editorail Proyeccion, 1972.
LOSA, Rosa Sepúlveda. Incautaciones urbanas en Albacete durante la Guerra Civil. In Estado, protesta y movimientos sociales : actas del III Congreso de Historia Social de España. Vitoria-Gasteiz. Universidad del Pais Vasco. 1997.
LUXEMBURGO, Rosa. Reforma ou revolução? São Paulo. Expressão popular. 1999.
MAKNHO, Nestor et al. Nestor Maknho e a revolução social na Ucrânia. São Paulo: Imaginário. 2001.
MALATESTA, Errico. Escritos revolucionários. São Paulo. Imaginário. 2000.
_____. A anarquia. São Paulo. Imaginário. 2001.
_____. Autoritarismo e anarquia. São Paulo. Imaginário. 2004.
_____. Escritos revolucionários. São Paulo. Hedra. 2008.
MALEKAFIS, Edward. Reforma agraria y revolución campesina en la España del siglo XX. Barcelona. Ariel. 1971.
MARX, Kart e ENGELS, Friderich. A ideologia alemã. São Paulo. Hucitec. 1984.
_____. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo. Global. 1988.
MAURICE, Jacques. Problemática de las colectividades agrarias en la Guerra Civil Agricultura y sociedad, Nº 7, páginas 53-85. 1978.

MENDEZ, Nelson e VALLOTA, Alfredo. Uma perspectiva anarquista de la autogestión. In.Revista Venezolana de Economía y Ciencia Sociales. Enero-Abril, año/vol. 12, nº 1, pg. 59-72. Caracas. Universidad Central de Venezuela. 2006.

MINTZ, Frank. Autogestión y anarcosindicalismo em la España revolucionaria. Madrid. Traficante de sueños. 2006.

MUÑOZ, Lina Gálvez. Produciendo para la Revolución y produciendo para la Reación. Trabajo y Guerra Civil, 1936-1939. In. ACEÑA, Pablo Martín e RUIZ, Elena Martínez (orgs.). Madrid. Marcial Pons. 2006.

MUÑOZ, Rafael Quirosa-Cheyrouze. Los consejos municipales: una nueva articulación del poder local en la retaguardia republicana. Historia Actual Online, Nº. 4, 2004.

NETTLAU, Max. La anarquía a través de los tiempos. Barcelona. Antalbe. 1979.

_____. A história da anarquia: das origins ao anarco-comunismo. São Paulo. Hedra. 2008.

NICHOLLS, Walter J. The Geographies of Social Movements. Geography Compass. Volume 1, Issue 3, pg. 607-622. 2007.

OLIVER, Juan García. El eco de los pasos: el anarcosindicalismo en la calle, en el Comité de Milicias, en el gobierno, en el exilio. Paris. Ruebo Ibérico. 1978.

ORLANDI, Eni. 1996. A linguagem e o seu funcionamento. Pontes. Campinas.

ORTIZ, M.I. López y MORENO, J. Melgarejo. El sector agrario durante la Guerra Civil. Santiago de Compostela. Congreso de la Asociación Española de Historia Económica. 2005.

ORWELL, George. Lutando na Espanha. São Paulo: Globo. 2006.

OYÓN, José Luis. La quiebra de la ciudad popular: espacio urbano, inmigración y anarquismo en la Barcelona de entreguerras, 1914–1936. Barcelona. Ediciones del Sebral. 2008.

OYÓN, José Luis e GALLARDO, Juan José (orgs). El cinturón rojinegro: radicalismo cenetista y obrerismo en la periferia de Barcelona 1918-1939. Barcelona. Ediciones Carena. 2005.

PAYNE, Stanley. La revolución y la guerra civil española. Madrid. Júcar. 1976.

PEIRATS, José. La CNT en la revolución española. Madrid. Ruedo Ibérico. 1978.

_____. Los anarquistas en la crisis política española (1869-1939). Buenos Aires. Libros de Anarres. 2006.

PONS, María Angeles. Haciendas y financias durante la Guerra Civil. Congreso la guerra civil española 1936 - 1939. Disponível em http://www.secc.es/acta.cfm?id=1596. 2006.

PRESTON, Paul. La historiografia de la guerra civil española: de Franco a la democracia. In. GRANJA, J.L de la, MIRALLES, R. e REIG, A. (orgs). Muñón de Lara y la historiografía española: Madri. Siglo XXI. 1999.

_____. The Spanish Civil War: Reaction, Revolution, and Revenge. London. W. W. Norton. 2007.

PROUDHON, Pierre-Joseph. A propriedade é um roubo e outros escritos anarquistas. Porto Alegre. L&PM. 1998.

_____. Do princípio federativo. São Paulo. Imaginário. 2001.

_____. Sistema das contradições econômicas ou Filosofia da Miséria. São Paulo. Ícone. 2003.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do poder. São Paulo. Ática. 1993 [1980].

RATZEL, Friederich. O solo, a sociedade e o Estado. Revista do Departamento de Geografia nº. 2. FFLCH-USP. São Paulo. 1983.

_____. Ratzel. São Paulo. Editora Ática. 1990.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Movimentos sociais urbanos-algumas reflexões. Anais do 4º Encontro Nacional de Geógrafos. Rio de Janeiro. AGB. 1980.

_____. Comunicação e metrópole: a questão da participação social. Cadernos do IPPUR. Ano XIII, nº 1, p. 35-34. Rio de Janeiro. IPPUR/UFRJ. 1990.

_____. Movimentos sociais: caminhos para a defesa de uma temática ou os desafios dos anos 90. Ciências sociais hoje. P. 95-121. 1991.

_____. Leituras de Movimentos: conjuntura, ação e poder. Temporalis. Ano 2, nº 4., p. 9-20. 2001a

_____. Micro-conjuntura: uma propuesta de análise da aceleração da vida urbana. Revista de Ciências Sociales, nº 19, p. 94-103. 2001b

RIBEIRO, Ana Clara Torres et al. Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. In. IPPUR/UFRJ. Planejamento e território - ensaios sobre a desigualdade. DP& A. Rio de Janeiro 2001.

RIBEIRO, Ana Clara Torres e MACHADO DA SILVA. 1985. Paradigma e movimento social: por onde vão nossas idéias? Boletim Paulista de Geografia, nº 62.

ROCA, Francesc. Política, economia y espacio. La política territorial en Cataluña (1936-1939). Barcelona. Ediciones del Serbal. 1983.

ROCKER, Rudolf. Anarcosindicalismo. Teoria y pratica. Barcelona. Ediciones Picazo. 1978.

_____. Anarquismo y organización. Disponível em www.cgt.es. s/d.

RODRIGUES, Glauco Bruce. Geografias Insurgentes: um olhar libertário sobre a produção do espaço urbano através das práticas do movimento hip hop. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro. UFRJ. 2005.

RODRÍGUEZ, Juan Andrés Blanco. La historiografia de la guerra civil española. Hispania Nova. Revista de Historia Contemporánea. Nº 7. 2007. Disponível em http://hispanianova.rediris.es/7/dossier/07d014.pdf

RUIZ, Octavio e GÓMEZ, Miguel. Los Nuevos Historiadores Ante La Guerra Civil Española. Granada. Diputación Provincial. 1990.

SACK, Robert D. Human Territoriality- Its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena: Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.

SALVADÓ, Francisco J. Romero. A Guerra Civil Espanhola. Rio de Janeiro. ZAHAR. 2008.

SANTILLÁN, Diego Abad. Por que perdimos la guerra. Una contribución a la historia de la tragedia española. Buenos Aires. Ediciones Imán. 1940.

_____. O organismo econômico da revolução. São Paulo: Brasiliense. 1980 [?]

SANTOS, Carlos Nelson F. Movimentos urbanos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SANTOS, Milton. A pobreza urbana. São Paulo. HUCITEC. 1978.

_____. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro. Francisco Alves. 1979.

_____. A natureza do espaço. São Paulo. Hucitec. 1996.

SEWELL, Amber J. Las colectividades del Cinco Medio durante la Guerra Civil (1936-1939). Disponível em http://portal.aragon.es/portal/page/portal/infterr/publicacionesdigitales/coleccionterritorio/26.%20comarca%20del%20cinca%20medio/ii.%20de%20la%20historia/guerra+civil.pdf

SOJA, Edward. SOJA, Edward. The Sócio-spatial Dialectic. Annals of the Association of American Geographers, 70 pg. 207-225. 1980.

_____. Geografias pós-modernas. Rio de Janeiro.Jorge Zahar. 1993[1989].
SOUCHY, Augustín. Entre los campesino de Aragón. Barcelona. Tusquets. 1977.
SOUCHY, Augustín y Folgare, Paul. Colectivizaciones. La obra constructiva de la revolución española. Barcelona. CNT-AIT. 2006.
SOUZA, Marcelo Lopes de . O que pode o ativismo de bairro? Reflexões sobre as Limitações e Potencialidades do Ativismo de Bairro à Luz de um Pensamento Autonomista. 1988b. Dissertação (mestrado em Geografia). Instituto de Geociências- Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ. Rio de Janeiro. 1988.
_____. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In Castro, I. et al. (org.). Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1995.
_____. O desafio metropolitano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2000.
_____. A prisão e a ágora. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2006.
_____. Ativismos sociais e espaço urbano: Um panorama conciso da produção intelectual brasileira. In. OLIVEIRA, M. Piñon; COELHO, Maria Célia N. e CORRÊA Aureanice M. O Brasil, a América Latina e o mundo: Espacialidades contemporâneas II. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, ANPEGE, 2008.
_____. Geografia: a hora e a vez do pensamento libertário (mimeo). Rio de Janeiro. 2011.
_____. O espaço no pensamento libertário. (Em preparação).
STIRNER, Max. O Único e sua propriedade. Lisboa. Antígona. 2004.
THOMAS, Hugh. A Guerra Civil Espanhola. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1964 [1961]
THOMPSON, E. A miséria da teoria. Zahar. Rio de Janeiro. 1981.
_____. Costumes em comum. São Paulo. Cia das Letras. 1998.
TORRE, Alejandro R. Díez. Del caciquismo a la colectivización: el desarrollo histórico de las colectividades de Guadalajara, 1936-1939. Wad-al-Hayara: Revista de estudios de Guadalajara, ISSN 0214-7092, ,Nº. 11 pags. 175-226. 1984.
_____. La sociedad rural anarquista durante la Guerra Civil Española. Congreso Internacional de la Guerra Civil Española. 2006. http://actascongresoguerracivil.secc.es/archivos/pdf/10_1_alejandro_diez_torre.pdf
_____. Trabajan para la eternidad: colectividades de trabajo y ayuda mutua durante la Guerra Civil en Aragón. Madri. La Malatesta Editorial e Presnas Universitarias de Zaragoza. 2009.
TRUJILLO, Ivan Jesús. Colectividades agrárias em la província de Ciudad Real. Ciudad Real. Biblioteca de autores manchegos y Diputación de Ciudad Real. 2003.
TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar. A perspectiva da diferença. São Paulo. DIFEL. 1983 [1977].
VEGA, Eulália. Radicals i moderats a Barcelona i el seu entorn: una reflexió sobre las seves causes. In. OYÓN, José Luis e GALLARDO, Juan José (orgs). El cinturón rojinegro: radicalismo cenetista y obrerismo en la periferia de Barcelona 1918-1939. Barcelona. Ediciones Carena. 2005.
VILAR, Julio et al. Estructura social Del campo español: el censo de campesinos (1932-1936). Seminario Fuentes y metodos para la historia rural. Córdoba. Universidad de Córdoba. 2000. http://www.usc.es/estaticos/congresos/histec05/b18_espinoza_robledo_brel_villar.pdf
VILAR, Pierre. A guerra da Espanha. Rio de Janeiro. Paz e terra. 1985.
VIÑAS, Angel. Franco, Hitler y el estallido de guerra civil. Atecedentes y consecuencias. Madrid. Alianza. 2001.
WALTER, Nicolas. Do anarquismo. São Paulo. Imaginário.2000.

WOODCOCK, George. História das idéias e movimentos anarquistas. Vol. 1 A idéia. Porto Alegre: L&PM.. 2002a.

_____. História das idéias e movimentos anarquistas. Vol. 2 O movimento. Porto Alegre: L&PM.. 2002b.

ZIBECHI, Raul. La mirada horizontal. Montevideo. Nordan comunidade. 1999.

_____. Genealogía de la revuelta. Montevideo. Nordan comunidad e Letra Libre. 2003.